UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO RIO DE JANEIRO
INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA

WELLINGTON DA SILVA MEDEIROS

UMA PEDAGOGIA DA TRANSFORMAÇÃO: O MOVIMENTO DE EDUCAÇÃO DE BASE, TRABALHADORES E LUTA DE CLASSES EM ALAGOAS (1962-1968)

SEROPÉDICA
2026

WELLINGTON DA SILVA MEDEIROS

UMA PEDAGOGIA DA TRANSFORMAÇÃO: O MOVIMENTO DE EDUCAÇÃO DE BASE, TRABALHADORES E LUTA DE CLASSES EM ALAGOAS (1962-1968)

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, como requisito parcial para a obtenção do grau de Doutor em História, Área de concentração: Relações de Poder e Cultura.

Orientador: Prof. Dr. João Márcio Mendes Pereira.

SEROPÉDICA
2026

Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Biblioteca Central/Central de Processamento Técnico

Ficha catalográfica elaborada
Com os dados fornecidos pelo(a) autor(a)

M488p

Medeiros, Wellington da Silva, 1990-
Uma pedagogia da transformação: o Movimento de Educação de Base, trabalhadores e luta de classes em Alagoas (1962-1968) / Wellington da Silva Medeiros. - Seropédica, 2026.
300 f.: il.

Orientador: João Márcio Mendes Pereira.
Tese(Doutorado). -- Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Programa de Pós-Graduação em História, 2026.

1. Movimento de Educação de Base. 2. História Social das Religiões. 3. Igreja Católica. 4. Ditadura Militar no Brasil. 5. Sindicalismo Rural. I. Pereira, João Márcio Mendes , 1977-, orient. II Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro. Programa de Pós-Graduação em História III. Título.

É permitida a cópia parcial ou total desta Tese, desde que seja citada a fonte.

O presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – Brasil (CAPES) – Código de Financiamento 001.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO RIO DE JANEIRO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA

TERMO Nº 573 / 2026 - PPHR (12.28.01.00.00.49)

Nº do Protocolo: 23083.041343/2026-02

Seropédica-RJ, 26 de agosto de 2026.

NOME DO DISCENTE: WELLINGTON DA SILVA MEDEIROS

TÍTULO DO TRABALHO: Uma pedagogia da transformação: o Movimento de Educação de Base, trabalhadores e luta de classes em Alagoas (1962-1968).

Tese submetida como requisito parcial para obtenção do grau de Doutor no Programa de Pós-Graduação em História, Área de concentração em Relações de Poder e Cultura.

Tese aprovada em 13 de agosto de 2026

Banca Examinadora:

Dr. CLAITON MARCIO DA SILVA, UFFS Examinador Externo à Instituição

Dra. IRINEIA MARIA FRANCO DOS SANTOS, UFAL Examinadora Externa à Instituição

Dra. LEONILDE SERVOLO DE MEDEIROS, UFRRJ Examinadora Externa à Instituição

Dr. JEAN RODRIGUES SALES, UFRRJ Examinador Interno

Dr. JOAO MARCIO MENDES PEREIRA, UFRRJ Presidente

(Assinado digitalmente em 26/08/2026 08:45)
JEAN RODRIGUES SALES
PROFESSOR DO MAGISTERIO SUPERIOR
DeptH/IM (12.28.01.00.00.88)
Matrícula: 1720605

(Assinado digitalmente em 26/08/2026 08:25)
JOAO MARCIO MENDES PEREIRA
PROFESSOR DO MAGISTERIO SUPERIOR
DeptHRI (12.28.01.00.00.00.86)
Matrícula: 1736091

(Assinado digitalmente em 26/08/2026 08:20)
LEONILDE SERVOLO DE MEDEIROS
PROFESSOR DO MAGISTERIO SUPERIOR
DeptDAS (12.28.01.00.00.00.84)
Matrícula: 386491

(Assinado digitalmente em 26/08/2026 08:01)
IRINÉIA MARIA FRANCO DOS SANTOS
USUÁRIO EXTERNO
CPF: 253.157.958-37

(Assinado digitalmente em 26/08/2026 21:39)
CLAITON MARCIO DA SILVA
USUÁRIO EXTERNO
CPF: 950.469.509-44

Visualize o documento original em **https://sipac.ufrrj.br/public/documentos/index.jsp** informando seu número: **573**, ano: **2026**, tipo: **TERMO**, data de emissão: **26/08/2026** e o código de verificação: **6e3750eb14**

À supervisora Maria Alba Correia da Silva e a
todas as monitoras do MEB, que fizeram da
educação popular um ato de rebeldia e
esperança contra o domínio oligárquico.

AGRADECIMENTOS

Dado que em uma pesquisa acadêmica nenhuma realização é individual, este trabalho contou com o apoio direto e indireto de várias pessoas e instituições. Portanto, gostaria de agradecer, primeiramente, à minha mãe, Josefa Maria da Silva, exemplo de resistência e por quem sinto profunda admiração.

Agradeço à banca examinadora, composta pelos professores João Márcio Mendes Pereira (orientador), Jean Rodrigues Sales e Claiton Marcio da Silva, bem como às professoras Leonilde Sérvolo de Medeiros e Irinéia Maria Franco dos Santos. O Prof. João Márcio foi um leitor atento durante todo o desenrolar da pesquisa. Sou grato por sua crítica acurada e pela acolhida no estado do Rio de Janeiro. Às professoras Leonilde Medeiros e Irinéia Santos, agradeço pelas contribuições no exame de qualificação, fundamentais para o refinamento desta tese. A articulação promovida pela historiadora Irinéia Franco entre a História Social das Religiões e o Materialismo Histórico-Dialético influenciou profundamente minha trajetória acadêmica. Agradeço, outrossim, aos professores Jean Sales e Claiton da Silva pela generosidade em integrar esta banca.

Agradeço também à CAPES pelo financiamento durante estes quatro anos de pesquisa, que culminaram nesta tese. Estendo meus agradecimentos ao Arquivo da Cúria Metropolitana de Maceió (ACMM), ao Centro de Documentação e Informação Científica (CEDIC/PUC-SP) e ao Centro Memória Viva (CMV-GO), sempre disponíveis para pesquisa.

Sou grato também aos amigos educadores e coordenadoras, em especial Josivania Soares dos Santos, Maria Glória Pontes Calazans Soares (Escola Estadual Prof.ª Mª da Salete Gusmão de Araújo – Maceió/AL) e Francisca Mariana de Melo Balbino (Escola Municipal Pedro Carnaúba – Viçosa/AL), pela compreensão, apoio e incentivo.

Agradeço aos pesquisadores do Laboratório de História e Estudo das Religiões (Lhier/Ufal) e do Núcleo de Estudos sobre Capitalismo, Poder e Lutas Sociais (Necap/UFRRJ), com destaque para os companheiros César Leandro Santos Gomes e Ellen Cirilo Santos (do Lhier), com os quais discuti cada capítulo e conceito utilizado no decorrer deste trabalho.

Ao geógrafo e amigo Damir Costa Vanderlei. Devo ressaltar que, sem a competência, gentileza e solidariedade de Damir, dificilmente os mapas deste trabalho teriam sido produzidos.

Finalmente, agradeço aos antigos supervisores e supervisoras do Movimento de Educação de Base, da Arquidiocese de Maceió, pela concessão das entrevistas, pela disponibilização de documentos e pelos frutíferos diálogos proporcionados.

O MEB é considerado subversivo, no Brasil atual, porque sua ação educativa, por si mesma, leva a uma mudança de mentalidades e de estruturas (MEB/Nacional, 1964c).

Os homens fazem a sua própria história, mas não a fazem segundo sua livre vontade, em circunstâncias escolhidas por eles próprios, mas nas circunstâncias imediatamente encontradas, dadas e transmitidas pelo passado (Karl Marx, 2008).

RESUMO

MEDEIROS, Wellington da Silva. **Uma pedagogia da transformação**: o Movimento de Educação de Base, trabalhadores e luta de classes em Alagoas (1962-1968). 2026. 300 f. Tese (Doutorado em História) – Instituto de Ciências Humanas e Sociais, Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Seropédica, 2026.

O Movimento de Educação de Base (MEB) foi criado em março de 1961, por iniciativa da Igreja Católica em parceria com o Governo Federal. A análise historiográfica evidencia uma escassez de estudos sobre o protagonismo dos trabalhadores e trabalhadoras rurais no âmbito do movimento e sua contribuição para o sindicalismo rural em Alagoas. Diante disso, esta pesquisa pretende contribuir com os estudos sobre o MEB no estado e suas complexas relações regionais e nacionais. Na Arquidiocese de Maceió, a instalação do movimento ocorreu em 1962, atrelada à implantação da *Rádio Educadora Palmares*. Em certo sentido, seu desenvolvimento, principalmente a sua infraestrutura, articulou-se ao *Programa de educação de base para a zona norte de Alagoas.* Defende-se, como argumento central, que o MEB constituiu uma estratégia para conter a expansão das Ligas Camponesas do vizinho estado de Pernambuco. Tal expansão representaria uma ameaça direta tanto à tradicional influência da Igreja no meio rural quanto às suas propriedades agrárias, justificando a escolha da região Norte como experiência-piloto. No entanto, ao deslocar parte da Igreja em direção às classes subalternas, a *utopia sociorreligiosa* do MEB, fundamentada inicialmente no personalismo cristão, privilegiou a conscientização e o compromisso de transformação social por meio do trabalho educativo junto aos trabalhadores rurais. Nesse sentido, sustenta-se que, a partir de 1963, sua prática educativa articulou a ação política com as demais esferas da vida social, promovendo uma identidade de classe em oposição à burguesia agrária local. Na esteira de abordagens como as de Edward P. Thompson e James Scott, a pesquisa distancia-se da história das políticas institucionais ao privilegiar a compreensão das experiências individuais e coletivas dos sujeitos que formaram o MEB. A análise busca desvelar os valores sociorreligiosos e o projeto de sociedade que orientaram suas práticas sociais. Parte-se da premissa de que as experiências cotidianas desses estudantes-trabalhadores não foram neutralizadas pela ideologia dominante, mas sim atravessadas por tensões que promoveram fissuras na hegemonia. A investigação permite analisar as experiências de frações da classe trabalhadora, sobretudo os trabalhadores rurais, bem como suas práticas e organização política nos sindicatos como atos de resistência frente ao latifúndio secular e à exploração no campo. Apoiada em ampla documentação disponível no Arquivo da Cúria Metropolitana de Maceió (ACMM) e no uso da História Oral, esta pesquisa busca realizar

o que Thompson e Christopher Hill definiram como “história vista de baixo”. Realiza-se, portanto, uma análise a partir do método historiográfico, dentro dos marcos da História vista de baixo e Social das Religiões, sobre a resistência política dos trabalhadores rurais em Alagoas, mais precisamente no espaço social que constitui a Arquidiocese de Maceió, entre os anos de 1962 e 1968.

Palavras-chave: Movimento de Educação de Base; História Social das Religiões; Arquidiocese de Maceió; trabalhadores rurais; sindicalismo rural.

ABSTRACT

MEDEIROS, Wellington da Silva. **A pedagogy of transformation**: the Basic Education Movement, workers and class struggle in Alagoas (1962-1968). 2026. 300 p. Thesis (Doctorate in History) – Institute of Human and Social Sciences, Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Seropédica, 2026.

The Basic Education Movement (MEB) was created in March 1961, at the initiative of the Catholic Church in partnership with the Federal Government. The historiographical analysis shows a dearth of studies on the leading role played by rural workers within the movement and their contribution to the rural unionism in Alagoas. Considering that, this research aims to contribute to studies on the MEB in the state and its complex regional and national relations. In the Archdiocese of Maceió, the movement took place in 1962, linked to the launch *of Rádio Educadora Palmares*, which is a local radio station. In a sense, its development, especially its infrastructure, was linked to the Basic Education *Programme for the northern region of Alagoas*. The central argument put forward is that the MEB was devised as a strategy to curb the expansion of the Peasants' Leagues in the neighbouring state of Pernambuco. Such expansion would have posed a direct threat both to the traditional influence of the Church in rural areas and to its agricultural estates, thereby justifying the choice of the Northern region as a pilot experiment. However, by shifting part of the Church's focus towards the lower classes, the *socio-religious utopia* of the MEB, initially grounded in Christian personalism, privileged awareness and commitment to social transformation through educational work amongst rural workers. In this regard, it is argued that, from 1963 onwards, its educational approach linked political action with other spheres of social life, fostering a class identity in opposition to the local agrarian bourgeoisie. In the wake of approaches such as those of Edward P. Thompson and James Scott, the research distances itself from the history of institutional policies by focusing on the understanding of the individual and collective experiences of the subjects who formed the MEB. The analysis seeks to uncover the socio-religious values and the vision of society that guided their social practices. It is based on the premise that the everyday experiences of these student-workers were not neutralised by the dominant ideology but were instead marked by tensions that created fissures in hegemony. This research allows us to analyse the experiences of sections of the working class, especially rural workers, as well as their practices and political organisation within trade unions as acts of resistance against the age-old system of large-scale landownership and exploitation in the countryside. Drawing on extensive documentation held at the Maceió Metropolitan Curia Archive (ACMM) and making use of

Oral History, this research aims to achieve what Thompson and Christopher Hill defined as “history from below”. Therefore, an analysis is carried out from the historiographical method, within the framework of the History from below and the Social History of Religions, on the political resistance of rural workers in Alagoas, more specifically in the social sphere that constitutes the Archdiocese of Maceió, between 1962 and 1968.

Keywords: Basic Education Movement; Social History of Religions; Archdiocese of Maceió; rural workers; rural unionism.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1 – Dom Adelmo Machado junto ao Episcopado Nordestino no IEBN 57
Figura 2 – Presidente Juscelino Kubitschek, Núncio Apostólico e Episcopado Nordestino no IEBN 59
Figura 3 – Locais nordestinos contemplados pelos decretos presidenciais.....60
Figura 4 – Emigrantes nordestinos em caminhões de carga denominados “pau de arara” 82
Figura 5 – Mãe com sua criança sob o caminhão.....84
Figura 6 – Família de migrantes nordestinos 84
Figura 7 – Campanha financeira.....142
Figura 8 – Estúdios da Rádio Educadora Palmares.....142
Figura 9 – Inauguração da Rádio Educadora Palmares de Alagoas (1962) 143
Figura 10 – Organograma do Movimento de Educação de Base.....145
Figura 11 – Usina Utinga Leão na década de 1960.....167
Figura 12 – Usina Utinga Leão, Rio Largo/AL.....169
Figura 13 – Lição 1 da Cartilha *Viver é Lutar*.....188
Figura 14 – Lição 3 da Cartilha *Viver é Lutar*.....191
Figura 15 – Lição 4 da Cartilha *Viver é Lutar*.....192
Figura 16 – Lição 21 da Cartilha *Viver é Lutar*.....193
Figura 17 – Lição 27 da Cartilha *Viver é Lutar*.....193
Figura 18 – Cartilha Sindical do Trabalhador Rural.....213
Figura 19 – Placa do convênio entre o Estado de Alagoas e o Ibad.....223
Figura 20 – Capa da cartilha *Vamos estudar?*.....226
Figura 21 – Lição 2 da cartilha *Vamos estudar?*.....227
Figura 22 – Certificado de Registro da Cooperativa Agropecuária de Pariconha Ltda.....233

LISTA DE MAPAS

Mapa 1 – Localização do município de União dos Palmares, Alagoas 89

Mapa 2 – Arcebispado de Maceió (1920-1962): municípios com ocorrência de semanas ruralistas 95

Mapa 3 – Região Norte de Alagoas em 1959, segundo a Arquidiocese de Maceió 124

Mapa 4 – Presença de Ligas Camponesas em municípios de Pernambuco e proximidade com o Norte de Alagoas.....132

Mapa 5 – Municípios com ocorrência de Ligas Camponesas em Alagoas (1963) 134

Mapa 6 – A localização das Escolas Radiofônicas do Sistema de Maceió.....164

Mapa 7 – Localização de Fernão Velho 202

Mapa 8 – Localização do município de Pariconha, Alagoas.....231

LISTA DE TABELAS E QUADROS

Tabela 1 – União dos Palmares – AL: Estrutura da propriedade em União dos Palmares em 1950.....90

Tabela 2 – Ensino primário fundamental comum na região norte de Alagoas.....125

Tabela 3 – Amostra do número de alunos concluintes distribuídos por faixa etária (1963) ...161

Tabela 4 – Distribuição espacial de culturas da zona canavieira do Norte de Alagoas.....166

Quadro 1 – Conteúdo programático para treinamento de monitores.....178

Quadro 2 – Programação da Caravana Popular de Cultura em Rio Novo (1963) 203

Tabela 5 – Escolas Radiofônicas em Alagoas (1962-1965) 225

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ABCAR	Associação Brasileira de Crédito e Assistência Rural
AC	Ação Católica
ACAR	Associação de Crédito e Assistência Rural
ACMM	Arquivo da Cúria Metropolitana de Maceió
ACPO	Acción Cultural Popular
ACR	Ação Católica Rural
AFL-CIO	American Federation of Labor and Congress of Industrial Organizations
AIA	International Association for Economic and Social Development
AI-5	Ato Institucional número 5
ANCAR	Associação Nordestina de Crédito e Assistência Rural
AnPo	Animação Popular
AP	Ação Popular
Arena	Aliança Renovadora Nacional
BB	Banco do Brasil
BNB	Banco do Nordeste
BNDigital	Biblioteca Nacional Digital
BNDE	Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico
CBAR	Comissão Brasileiro-Americana de Educação das Populações Rurais
CCU	Centro Cooperativista Uruguaio
CDN	Conselho Diretor Nacional
CEAA	Campanha de Educação de Adolescentes e Adultos
CEAL	Companhia de Eletricidade de Alagoas
CEBs	Comunidades Eclesiais de Base
CEDIC	Centro de Documentação e Informação Científica da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo
Cepal	Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe
CEPLAR	Campanha de Educação Popular
CGT	Confederação Geral do Trabalho
Chesf	Companhia Hidroelétrica do São Francisco
CIA	Central Intelligence Agency
CLT	Consolidação das Leis Trabalhistas
CMBEU	Comissão Mista Brasil – Estados Unidos

CMVJM	Comissão Estadual da Memória e Verdade Jayme Miranda
CNBB	Conferência Nacional dos Bispos do Brasil
CNER	Campanha Nacional de Educação Rural
CNPA	Comissão Nacional de Política Agrária
CONTAG	Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura
CPC	Caravana Popular de Cultura
CRB	Confederação Rural Brasileira
CRC	Companhia de Revenda e Colonização
CREFAL	Centro de Cooperação Regional para a Educação de Adultos na América Latina
CRER	Centro Radiofônico de Educação Rural
CSRAM	Centro Social Rural da Arquidiocese de Maceió
CVSF	Comissão do Vale do São Francisco
DAC	Departamento de Assistência ao Cooperativismo
DNER	Departamento Nacional de Estradas de Rodagem
DNERu	Departamento Nacional de Endemias Rurais
DNOCS	Departamento de Obras Contra as Secas
DNPA	Departamento Nacional de Produção Animal
DOPS	Departamento de Ordem Política e Social
Dopse	Delegacia de Ordem Política, Social e Econômica
ESAV	Escola Superior de Agricultura e Veterinária
ETA	Escritório Técnico de Agricultura Brasil – Estados Unidos
ETR	Estatuto do Trabalhador Rural
EUA	Estados Unidos da América
FAO	Food and Agriculture Organization
FETAPE	Federação dos Trabalhadores Rurais de Pernambuco
FPN	Frente Parlamentar Nacionalista
GTDN	Grupo de Trabalho para o Desenvolvimento do Nordeste
GTED	Grupo de Trabalho de Educação de Base
IAA	Instituto do Açúcar e do Álcool
Ibad	Instituto Brasileiro de Ação Democrática
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IBRA	Instituto Brasileiro de Reforma Agrária
IEBN	I Encontro dos Bispos do Nordeste
Incra	Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária

Inep	Instituto Nacional dos Estudos Pedagógicos
INIC	Instituto Nacional de Imigração e Colonização
INDA	Instituto Nacional de Desenvolvimento Agrário
Ipes	Instituto de Pesquisa e Estudos Sociais
IPM	Inquérito Policial-Militar
Iram	Institut de Recherches et d'Applications de Méthodes de Dévèloppement
JAC	Juventude Agrária Católica
JEC	Juventude Estudantil Católica
JOC	Juventude Operária Católica
JUC	Juventude Universitária Católica
LBA	Legião Brasileira de Assistência
Master	Movimento de Agricultores Sem Terra
MDB	Movimento Democrático Brasileiro
MEB	Movimento de Educação de Base
MEC	Ministério de Educação e Cultura
OEA	Organização dos Estados Americanos
OIT	Organização Internacional do Trabalho
OMS	Organização Mundial da Saúde
ONU	Organização das Nações Unidas
Openo	Operação Nordeste
Otan	Organização do Tratado do Atlântico Norte
PAEG	Programa de Ação Econômica do Governo
PCB	Partido Comunista Brasileiro
PCC	Partido Comunista Chinês
PCdoB	Partido Comunista do Brasil
PDC	Partido Democrata Cristão
PNC	Patrulha Nacional Cristã
PPAM	Plano de Pastoral da Arquidiocese de Maceió
PR	Partido Republicano
PSB	Partido Socialista Brasileiro
PSD	Partido Social Democrático
PSP	Partido Social Progressista
PTB	Partido Trabalhista Brasileiro
PUC-SP	Pontifícia Universidade Católica de São Paulo

Renec	Representação Nacional de Emissoras Católicas
SAAT	Sociedade dos Amigos de Alberto Torres
SAGMACS	Sociedade para a Análise Gráfica e Mecanográfica Aplicada aos Complexos Sociais
SAPPP	Sociedade Agrícola e Pecuária de Plantadores de Pernambuco
SAR	Serviço de Assistência Rural
Seara	Serviço Arquidiocesano Rural de Assistência
SEAV	Superintendência do Ensino Agrícola e Veterinária
SIA	Serviço de Informação Agrícola
Sirese	Sistema Radioeducativo de Sergipe
Siterema	Sistema Radioeducativo de Maceió
SNA	Sociedade Nacional de Agricultura
Soral	Serviço de Orientação Rural de Alagoas
Sorpe	Serviço de Orientação Rural de Pernambuco
SR's	Semanas Ruralistas
SRB	Sociedade Rural Brasileira
SSR	Serviço Social Rural
Sudene	Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste
Supra	Superintendência da Política de Reforma Agrária
TSE	Tribunal Superior Eleitoral
UDN	União Democrática Nacional
Ufal	Universidade Federal de Alagoas
UFPB	Universidade Federal da Paraíba
Ultab	União dos Lavradores e Trabalhadores Agrícolas do Brasil
Unesco	Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura
URSS	União das Repúblicas Socialistas Soviéticas
USAID	Agência Americana para o Desenvolvimento Internacional
USP	Universidade de São Paulo
59º BI Mtz	59º Batalhão de Infantaria Motorizado

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO 20
O Movimento de Educação de Base no Brasil: breve análise historiográfica 21
O MEB sob a ótica da História vista de baixo: quadro teórico e percurso da pesquisa..... 29

PARTE I – AS SEMENTES DA SUBVERSÃO..... 43

1 E O VERBO SE FEZ DESENVOLVIMENTO: A IGREJA CATÓLICA E A QUESTÃO AGRÁRIA NO BRASIL 46
1.1 A Igreja Católica e a questão agrária..... 48
1.2 A Ideologia da Modernização nos anos JK..... 63
1.3 Uma interpretação 77

2 AS "ESTRUTURAS VÃO MUDAR": AS SEMANAS RURALISTAS E A TEOLOGIA DO DESENVOLVIMENTO EM ALAGOAS (1956 - 1961) 78
2.1 "O drama dos paus de arara": uma experiência nordestina 80
2.2 As semanas ruralistas na Arquidiocese de Maceió 87
2.2.1 Um novo olhar sobre a questão agrária 94
2.3 Uma interpretação 104

3 UMA REDE DE ESCOLAS PARA O HOMEM DO CAMPO 108
3.1 A Educação de Base e a Campanha Nacional de Educação Rural..... 109
3.2 De "corpo e alma": a *Openo* e o II Encontro dos Bispos do Nordeste..... 117
3.3 Uma posição estratégica 123
3.4 As Ligas Camponesas e o fim da *pax agrarie nordestina* 127
3.5 A "voz alta da Igreja nos céus das Alagoas": a Rádio Educadora Palmares e o Movimento de Educação de Base..... 136
3.5.1 A formação de quadros, esquerda católica e radicalização da JUC..... 146
3.6 Uma interpretação 154

PARTE II – DA UTOPIA SOCIORRELIGIOSA ÀS LUTAS SOCIAIS NO CAMPO..... 158

4 A EDUCAÇÃO COMO INSTRUMENTO DE TRANSFORMAÇÃO..... 159
4.1 A radicação das escolas nos caminhos do açúcar..... 161
4.2 O lugar, modos de vida e trabalhadores 166
4.3 A monitoria e as mulheres no MEB: do lar à liderança comunitária 174
4.4 As concepções político-pedagógicas do MEB e sua utopia sociorreligiosa 183
4.5 Uma interpretação 194

5 O MEB E O GOLPE EMPRESARIAL-MILITAR DE 1964: A EXPERIÊNCIA DOS SINDICATOS RURAIS 198
5.1 As caravanas de cultura e a educação sindical 200
5.2 O tabuleiro político 210
5.3 O Governo Luiz Cavalcante e o Golpe Empresarial-Militar de 1964 220
5.4 O MEB, cooperativa e guerrilha em Pariconha 231
5.5 Uma interpretação 238

CONSIDERAÇÕES FINAIS 241
REFERÊNCIAS 248
FONTES 248
BIBLIOGRAFIA 260
ANEXO 278
Anexo A – Lista dos bispos signatários do I Encontro dos Bispos do Nordeste 279
Anexo B – Roteiro para estudo de área 280
Anexo C – SILVA, Maria Alba Correia da. Depoimento concedido à Comissão Estadual da Memória e Verdade Jayme Miranda (CEMVJM). 2014 286
Anexo D – Relatório da 1º Caravana Popular de Cultura (Maceió, 1963) 294
Anexo E – Armênia Albuquerque, Alba Correia e Marlene Pacheco 297
Anexo F – MEB/Maceió: treinamento de monitores 297
Anexo G – Ficha do Dopse-AL de José Correia de Souza 298
Anexo H – Ficha do Dopse-AL de Rosa Santos de Oliveira (Rosemary Reis Teixeira) 299
Anexo I – Ficha do Dopse-AL de Roberto Cunha Ferreira (Aldo da Silva Arantes) 300

INTRODUÇÃO

Os primeiros anos da década de 1960 foram marcados por um intenso debate em torno do papel da educação de jovens e adultos no Brasil. Nesse período, a educação era fundamental para aqueles que almejavam superar as desigualdades e transformar as estruturas sociais do país, enquanto o processo de alfabetização se reafirmava como estratégia para a formação de eleitores. Essa perspectiva em relação ao papel político da educação de adultos era compartilhada tanto por políticos de esquerda quanto de direita. Embora com ações e caminhos distintos, os diferentes espectros políticos se esforçavam pelo exercício de influência entre as camadas populares alcançadas pelos movimentos educacionais. A Igreja Católica não ficou de fora desta disputa. Pelo contrário, era um dos principais agentes envolvidos. A hierarquia e o laicato católico se fizeram presentes nos empreendimentos mais significativos no início dos anos 1960. Dentre eles se destacaram o Movimento de Cultura Popular (MCP), no Recife, a *Campanha de Pé no Chão também se Aprende a Ler*, em Natal, e o Movimento de Educação de Base (MEB), que atuou nas regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste.

O MEB foi criado em março de 1961, por iniciativa da Igreja Católica em parceria com o Governo Federal. Seu principal objetivo era desenvolver um programa de educação de base[1] nas zonas rurais do Norte, Nordeste e Centro-Oeste do país por meio de escolas radiofônicas. A criação desse movimento está organicamente relacionada ao prestígio que o Governo Federal deu à proposta feita por Dom José Távora[2], em nome da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB), ao recém-eleito presidente Jânio Quadros. Este prestígio concretizou-se através da assinatura do decreto de número 50.370 da Presidência da República, em 21 de março de 1961.

Desse modo, Igreja e Estado estavam juntos em um mesmo propósito, a educação de base, porém, com objetivos diferentes. Enquanto o Governo Federal tinha preocupações

[1] De acordo com o MEB/Nacional, entende-se por educação de base a "alfabetização em massa das regiões subdesenvolvidas do País; educação sanitária; iniciação agrícola; iniciação democrática; informação profissional, etc." (1965a, p. 23). Para Fávero (2006, p. 3), "a educação de base era entendida como o mínimo fundamental de conhecimentos teórico-práticos, imprescindíveis às populações pobres das regiões atrasadas para que as mesmas pudessem caminhar em direção ao desenvolvimento. Esses conhecimentos eram definidos em termos de necessidades individuais, mas equacionados como problemas da coletividade, encaminhando o que se convencionou chamar de 'desenvolvimento e organização da comunidade'".

[2] Dom José Vicente Távora nasceu em Orobó, Pernambuco, em 19 de julho de 1910. Trabalhou intensamente com a causa operária desde sua entrada no seminário. Seu trabalho foi reconhecido pelo Pe. Leopoldo Brentano, que na época era assistente nacional dos Círculos Operários, e o convidou para trabalhar em Brasília junto às camadas populares. Sempre envolvido com a causa operária e os excluídos, Dom Távora além de conseguir apoio dos bispos e recursos do governo para o MEB, também contribuiu e incentivou a formação de diversos grupos (Bandeira, 2010).

políticas em relação ao número de analfabetos em âmbito nacional, e como isso era visto como parte do "atraso" do país, a Igreja aumentava sua preocupação com o desenvolvimento do ser humano e sua promoção enquanto sujeito de sua própria história, conforme o modelo de Igreja que se desenvolvia naquele período.

O Movimento de Educação de Base no Brasil: breve análise historiográfica

A literatura acadêmica reconhece que o Movimento de Educação de Base desenvolveu uma das experiências mais importantes de alfabetização de jovens e adultos na perspectiva de educação popular[3], a qual seria designada, posteriormente, como "educação para libertação". A partir de uma análise conceitual sobre o conteúdo e o significado dos processos de educação popular, Luiz Wanderley (1984) evidenciou que, juntamente com o Sistema Paulo Freire[4], a prática pedagógica do MEB, entendida em termos de conscientização e politização, foi a que mais se aproximou da educação a partir dos interesses de classe da classe trabalhadora.

Entre os estudos especializados, destaca-se o livro pioneiro de Emanuel De Kadt, intitulado *Católicos Radicais no Brasil*, publicado pela *Oxford University Press*, em 1970. A obra foi traduzida para o português e publicada pela Editora Universitária da UFPB (Universidade Federal da Paraíba) apenas em 2003. Apesar das dificuldades de acesso devido ao idioma e de a edição original estar esgotada, o livro se tornou referência obrigatória para estudos sobre educação popular desde 1970.

Emanuel De Kadt investigou o Movimento de Educação de Base e seu desenvolvimento, desde sua criação até a segunda metade de 1966. A fim de compreender a "maneira como as ideologias se desenvolvem em inter-relação com a ação social e as limitações impostas à ação por forças externas" (Kadt, 2007, p. 24), o autor analisa a evolução de ideias no movimento e as mudanças na sua atuação. Para ele, o MEB caracterizou-se como um "movimento de esquerda especificamente cristão no Brasil" (Kadt, 2007, p. 24).

---

[3] A educação popular caracteriza-se como um processo educativo que rompe com a tradição educacional voltada para as elites. Diferentemente da educação tradicional, ela confere ao processo educativo um conteúdo social (em oposição ao individualismo) e uma dimensão ativamente política. Para Freire e Nogueira, trata-se de um "esforço de mobilização, organização e capacitação das classes populares; capacitação científica e técnica" (1993, p. 19). Esse processo não negligencia o *poder.* Isto é, compreende que é preciso transformar a estrutura do poder burguês vigente na sociedade capitalista. Nessa perspectiva, a educação é um instrumento de "organização popular para exercício do poder" (Freire; Nogueira, 1993, p. 19), utilizando o conhecimento sistematizado para planejar a luta frente ao poder hegemônico e transformar a realidade social.

[4] Na obra *Educação como prática da liberdade*, Paulo Freire sintetizou sua proposta pedagógica. O método estrutura-se a partir de "palavras geradoras", selecionadas do universo vocabular dos próprios estudantes, promovendo, simultaneamente, o domínio da escrita e o processo de conscientização política.

Durante os anos 1980, como resultado de um projeto articulado de pesquisas, foram elaboradas duas teses de doutorado sobre o MEB. A primeira, de Luiz Eduardo W. Wanderley, foi defendida em 1982 no Departamento de Ciências Sociais da Universidade de São Paulo (USP) e publicada em 1984, sob o título *Educar para transformar: educação popular, Igreja Católica e política no Movimento de Educação de Base*. A segunda foi apresentada por Osmar Fávero, em 1984, no Programa de Pós-Graduação em Filosofia da Educação, da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP), intitulada *Uma pedagogia da participação popular: análise da prática pedagógica do MEB – Movimento de Educação de Base (1961-1966)*.

Para Fávero (2006), o MEB foi uma das manifestações concretas do deslocamento da Igreja em direção às classes subalternas. Em *Uma pedagogia da participação popular*, sua exposição desdobra-se em dois momentos. A princípio (capítulos um a três), aborda-se a história do MEB, nos seus primeiros cinco anos de atuação. Na segunda parte (capítulos quatro a sete), o autor discute o modelo pedagógico do movimento por meio de três componentes fundamentais: o sistema radioeducativo, a animação popular e a formação de quadros.

Segundo Fávero, a história do MEB pode ser dividida em quatro períodos. O primeiro período recobre a história do movimento de 1961 até o final de 1966, quando os efeitos da repressão, após o golpe empresarial-militar[5], praticamente inviabilizaram a continuidade do MEB. No I Encontro Nacional de Coordenadores, realizado em dezembro de 1962, os coordenadores e educadores realizaram uma revisão do trabalho executado até aquele momento, cujo caráter avaliativo terminaria por redefinir seus objetivos e sua prática pedagógica. Entendia-se que a educação "deveria ser considerada como comunicação a serviço da transformação do mundo"[6].

A segunda fase corresponde aos anos de 1967 a 1971, marcada pela resistência dos sistemas remanescentes, localizados em Sergipe, Rio Grande do Norte, Paraná e Amazonas que, sob pressão, foram obrigados a regredirem a uma forma tardia da educação de base, similar aos pressupostos da Unesco (Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a

[5] Em *1964: a conquista do Estado*, Dreifuss analisa o golpe de 1964 como um golpe empresarial-militar dotado de um perfil de classe. O autor afirma: "O novo Estado estabelecido em 1964 agiu, não só em nome do bloco de poder financeiro industrial multinacional e associado, mas também sob o comando do bloco de poder vigente organizado pelo Ipes [Instituto de Pesquisas e Estudos Sociais]. *O Estado de 1964 era de fato um Estado classista e, acima de tudo, governado por um bloco de poder.* [...] Em suma, o Ipes representava, de forma orgânica, o poder dos interesses multinacionais e associados com uma visão estratégica que transcendia interesses restritos de companhias específicas ou de grupos sociais e [era] capaz de formular diretrizes políticas que beneficiavam todo o bloco" (Dreifuss, 1981, p. 488, sem grifo no original).

[6] MOVIMENTO DE EDUCAÇÃO DE BASE – MEB. *I Encontro de Coordenadores*. Conclusões I. Recife, dez. 1962. Disponível em: https://memoria.cidarq.ufg.br/index.php/meb-rt-ins-mno-060. Acesso em: 12 jan. 2024.

Cultura). Em 1971, ocorreram substituições na direção da CNBB e no Conselho Diretor Nacional do MEB, com a demissão de todo quadro técnico, o que caracterizou essa nova fase. Entre os anos de 1972 e 1982, o movimento se tornou praticamente uma linha auxiliar da ação do Ministério da Educação no ensino supletivo, subordinando-se inteiramente à hierarquia eclesiástica e ao Governo Federal. Por fim, a quarta fase do movimento corresponde ao período de 1983 aos dias atuais, ainda sob a subordinação da Igreja e do Estado.

Ao se propor a analisar a prática educativa do MEB, em sua primeira fase (1961-1966), Fávero defende como hipótese que o movimento "*explicitou sua ideologia a partir e em função de sua prática educativa e o lugar dessa explicitação é seu modelo pedagógico*" (2006, p. 8, grifo no original). O autor salienta que a trajetória seguida na explicitação da ideologia não foi linear. Na verdade, foi marcada por avanços e recuos e se estruturou a partir das contradições e tensões internas e externas ao MEB. Tais tensões manifestaram-se entre quadros de uma mesma equipe e entre diversas equipes; entre as instâncias estaduais e a nacional, responsável pela coordenação e pelos contatos mais intensos com o episcopado. Entre a hierarquia eclesiástica e os leigos que assumiam a gestão do movimento; e, sobretudo, entre os agentes e os trabalhadores rurais.

A mesma tipologia foi seguida por Maria da Conceição Rapôso[7], em seu estudo sobre a atuação do MEB no estado do Maranhão, entre 1961 e 1967. Rapôso enfatiza as peculiaridades da experiência do movimento nesse estado. A atuação do MEB se deu de forma excepcional, uma vez que não detinha um sistema de escolas radiofônicas, ao contrário dos outros estados. Sua atuação, portanto, consistia no contato direto com os trabalhadores, através da Animação Popular (AnPo), direcionada à mobilização camponesa e à organização de trabalhadores rurais.

Pesquisa de fôlego, a obra clássica de Luiz Wanderley, *Educar para transformar*, analisa o MEB como um movimento sociopolítico, examinando suas características e os projetos pedagógico e político do movimento durante o período de 1961 a 1965. Para o autor, "uma parcela significativa do Movimento acreditou numa 'visão culturalista' da mudança social, enfatizando que a educação teria a condição de transformar as pessoas e por consequência as estruturas sociais" (Wanderley, 1984, p. 23). Por outro lado, "a valorização da cultura popular propiciou um respeito e maior conhecimento das coisas das populações rurais e abriu pistas para um conhecimento mais amplo da vida" (Wanderley, 1984, p. 23).

[7] RAPÔSO, Maria da Conceição Brenha. *Movimento de Educação de Base*: discurso e prática (1961-1967). 1982. 205 f. Dissertação (Mestrado em Educação) - Instituto de Estudos Avançados em Educação, Fundação Getúlio Vargas, Rio de Janeiro, 1982.

A análise do sociólogo conferiu tratamento especial à educação sindical e ao processo de sindicalização rural desenvolvido pelo movimento. Considerada, inicialmente, uma atividade complementar de assessoria, a "sindicalização rural se constituiu numa pedra de toque do processo educativo do MEB, exercendo influência sobre as equipes dos Sistemas radiofônicos, sobre a programação das aulas, sobre os treinamentos e, de certa forma, exigindo mais dos agentes" (Wanderley, 1984, p. 284). Defendia-se que o sindicato rural era "um instrumento vital e urgente e que a ação dos cristãos neste campo é na linha da justiça e de uma promoção autêntica do homem rural" (Wanderley, 1984, p. 285).

As contribuições de Wanderley são imprescindíveis para a análise aqui proposta. Em Alagoas, os agentes do MEB atuaram ativamente no processo de sindicalização rural. Neste sentido, é exemplar a intervenção na comunidade de Rio Novo (Maceió) e em Pariconha. Os relatórios do MEB detalham atividades centradas na autonomia e valorização do indivíduo, tais como cursos de corte e costura, medicina caseira, a campanha do filtro e a Educação de Jovens e Adultos. Em 1963, a programação da Caravana Popular de Cultura (CPC), em Rio Novo, previa uma reunião específica sobre sindicalização, conduzida pelo Serviço de Orientação Rural de Alagoas (Soral). Por intermédio da educação sindical, o MEB/Maceió procurou despertar o interesse pelo associativismo, utilizando a organização política como estratégia fundamental de conscientização.

Desde os anos 1980, há uma quantidade significativa de artigos, dissertações e teses que tratam sobre a educação popular e as dimensões políticas do movimento. Em sua maioria esses trabalhos tratam de estudos locais, a saber: *O Movimento de Educação de Base em Goiás e o papel dos intelectuais-monitores (1961-1966),* de Ione Gomes Adriano; *Entre as cartas e o rádio: a alfabetização nas escolas radiofônicas do MEB em Pernambuco,* de Kelly Ludkiewicz Alves; *"Porque se nóis não agir o pudê não sabe se nóis isiste nu mundo": o MEB e o Dia do Senhor em Sobral (1960-1980),* de Viviane Bezerra; *A educação popular e sindicalismo - o Movimento de Educação de Base (MEB) e o sindicato dos trabalhadores rurais de Itauçu-GO,* de Leusa Alves de Moura Silva. No geral, esses trabalhos seguem a mesma linha de análise das obras discutidas anteriormente, especialmente, de Osmar Fávero e Luiz Wanderley.

Em outra perspectiva, ressalta-se a obra de Claudia Moraes de Souza, *Pelas ondas do rádio: cultura popular, camponeses e o Movimento de Educação de Base* (2006). Sem negar que a experiência do MEB se insere no quadro da modernização conservadora[8] dos anos 1950

[8] A política de modernização conservadora da agricultura, hegemônica durante a ditadura militar, dispensou a reforma agrária e promoveu "uma mudança expressiva na base técnica e produtiva do setor agrícola mediante a adoção de mecanização intensiva e o uso de agrotóxicos, fertilizantes químicos e sementes selecionadas,

e 1960, Souza se propõe construir uma "história vista de baixo", fundamentada nas proposições de Edward P. Thompson e Eric Hobsbawm. A autora reduz sua escala de análise para compreender as experiências dos estudantes – em sua maioria trabalhadores rurais – do Sistema Radiofônico de Nazaré da Mata, em Pernambuco. Enquanto a historiografia precedente privilegia as ações institucionais da Igreja e as políticas educacionais de governo, Souza enfatiza a agência das classes populares, bem como suas ações e intervenções nos projetos sociais, conferindo uma abordagem inovadora e original à temática. Assim, a presente pesquisa propõe uma abordagem semelhante para o caso alagoano, priorizando a agência dos trabalhadores rurais e suas experiências em detrimento de uma leitura puramente institucional.

Já entre os estudos mais recentes, destaca-se a tese de doutorado de Max Porphirio (2021), intitulada *Entre a Teologia do Desenvolvimento e o Reformismo Cristão: o Movimento de Educação de Base como agente da modernização do campo brasileiro.* O autor se propõe a examinar o MEB como uma força política no meio rural, entre os anos de 1961 e 1966. Para Porphirio, seria um equívoco caracterizar o movimento como apolítico, como o MEB se autointitulava, pois ele foi criado num período em que a Igreja buscou atuar de forma sistemática no campo, a fim de conter a expansão das Ligas Camponesas e do Partido Comunista Brasileiro (PCB). Segundo o autor, "a historiografia sobre o movimento tem negligenciado tal quadro e, por conseguinte, não discute o lugar desta força política nos debates agrários nacionais" (Porphirio, 2021, p. 19). Embora Porphirio esteja correto ao ver no MEB uma estratégia para conter a expansão das Ligas e do PCB, não é verdade que a historiografia tenha negligenciado tal fato.

Todas as obras mencionadas anteriormente, com destaque para Wanderley (1984), analisaram o MEB como um movimento político. Em *Educar para transformar*, Luiz Wanderley propõe cinco motivos, ou hipóteses complementares, que explicariam a implementação do MEB em âmbito nacional. Dentre elas, apresenta como segunda hipótese o fato de que a ação da Igreja visava "opor-se à expansão do comunismo no campo" (Wanderley, 1984, p. 50), ameaça esta visualizada pela atuação das Ligas Camponesas.

Dessa forma, a originalidade do trabalho de Porphirio reside na análise do MEB como projeto político de propagação da teologia do desenvolvimento[9]. Sob esse prisma, o autor

favorecendo a concentração da produção em grandes propriedades" (Pereira; Alentejano, 2014, p. 79).

[9] Como alternativa ao individualismo capitalista e ao materialismo histórico marxista, a teologia do desenvolvimento preconizava que as comunidades rurais deveriam ter uma ativa participação no processo de desenvolvimento socioeconômico e que aspectos relacionados à promoção do bem-estar do ser humano, como, por exemplo, as condições de saúde, educação e lazer, não eram menos relevantes que o crescimento econômico (Löwy, 2000; Godoy, 2016; Porphirio, 2021; Souza, 2022).

direciona sua análise para o conceito de "camponês" e para a natureza da "reforma agrária" presentes nas cartilhas do MEB – *Viver é lutar, Mutirão* e *Educar para construir* –, "uma vez que, ao redor desses dois signos, ricos debates foram produzidos pelas forças que atuavam no meio rural" (Porphirio, 2021, p. 17). A obra divide-se em duas partes. Na primeira, intitulada *O MEB e a natureza da reforma agrária*, discute-se a atuação do movimento nas disputas simbólicas e programáticas pela reforma agrária no Brasil. Na segunda, *O MEB e as disputas pela categorização dos trabalhadores rurais*, examina-se o uso do conceito de "camponês" pelo movimento, comparando-o aos discursos de setores patronais, das Ligas, do PCB e de diferentes segmentos da Igreja. Tal análise fornece importantes informações sobre as concepções políticas do MEB, ao desvendar as retóricas e formas de enunciação sobre a política para o campo brasileiro. Ademais, o autor evidencia a importância das experiências negras para as estratégias organizativas do PCB, das Ligas e da instituição religiosa.

Em linhas gerais, no que se refere às interpretações sobre a natureza da reforma agrária, o autor identifica três fases, a saber: a fase modernizadora (1961), a fase progressista (1962-1964) e a fase progressista conservadora (1965-1966). Na primeira fase, o MEB é caracterizado pela sua proximidade com o discurso do episcopado brasileiro, enxergando os problemas rurais pelo viés agrícola, "indicando como soluções a ampliação do acesso ao crédito rural, a formação de cooperativas, a capacitação técnica dos trabalhadores rurais, a criação de centros sociais, a divulgação de conhecimentos médico-sanitários e as parcerias público-privadas" (Porphirio, 2021, p. 189).

Na segunda fase, o MEB se distinguiria por sua proximidade com os pressupostos da encíclica *Mater et Magistra*, do Papa João XXIII, ao criticar o imperialismo, a desigualdade socioeconômica e a concentração fundiária. Nessa fase, o movimento passou a defender a participação política dos trabalhadores – por meio do voto, dos sindicatos rurais e das cooperativas – e "a realização de uma reforma agrária, que democratizasse o acesso a pequena propriedade privada (reforçando seu papel emancipador), e a atuação do Estado como garantidor do acesso ao crédito, da capacitação profissional e da formação de cooperativas" (Porphirio, 2021, p. 189). Na última fase, o autor ressalta o alinhamento do MEB com as propostas modernizadoras da ditadura militar, retomando as pautas de 1961, contudo, mantendo algumas proposições do reformismo cristão. Para Porphirio, "apesar de replicar, em todas as fases, os argumentos modernizadores (e manter relações com agências modernizadoras), o MEB representava um projeto político internacional de propagação da teologia do desenvolvimento" (2021, p. 189).

Ao utilizar as categorias “conservadores” e “progressistas”, Porphirio não apreende o caráter de classe das disputas entre os diferentes grupos que atuavam no interior do MEB, bem como as contradições que geravam as “sínteses possíveis” nas diferentes fases do movimento (Fávero, 2006). Assim como a proposta analítica de Thompson (2021) sobre a noção de classe, a religião é aqui compreendida como um fenômeno histórico, situada em um contexto humano específico e em um meio ambiente social concreto e determinado. Nota-se, portanto, uma relação dialética de retroalimentação entre os condicionamentos socioeconômicos, historicamente localizados, e o conjunto de valores, crenças e representações que orientam a ação histórica dos agentes religiosos no interior de uma determinada classe social; tal complexidade, contudo, escapa à análise do autor ao tentar imobilizá-la[10].

No âmbito da produção local, destacam-se as monografias de Idabel Nascimento da Silva, intitulada *Alfabetização de Jovens e Adultos e Organização Popular: uma experiência em Maceió* (2002), e de Lênine Andréa Miranda da Silva, *“Meu Pedaço de Brasil”: análise do subsídio de educação popular / MEB-Maceió* (2015). A primeira aborda a trajetória do MEB em Maceió durante a primeira metade da década de 1960. Estruturada em seis capítulos, a obra de Idabel da Silva dedica os quatro primeiros à síntese das produções referenciais de Luiz Wanderley e Osmar Fávero, autores centrais na análise da prática política e pedagógica do movimento. O quinto capítulo debruça-se sobre a conjuntura socioeconômica e política em que permitiu a emergência do MEB em Alagoas, reservando-se o capítulo final à análise das experiências de alfabetização e organização popular em Maceió. Apesar das limitações impostas a um trabalho monográfico, trata-se de uma pesquisa pioneira no contexto regional, caracterizando-se como uma monografia de base. Segundo Saviani (1991), tal categoria de estudo organiza as informações disponíveis sobre determinado assunto, preparando o terreno para futuras investigações mais amplas e aprofundadas.

Ao examinar a trajetória do MEB em Maceió na década de 1960, Silva (2002) propõe uma periodização específica que diverge da análise de caráter nacional elaborada por Osmar Fávero. Segundo a autora, o movimento local viveu três fases fundamentais. A primeira, entre 1962 e 1963, corresponde ao período de implantação do sistema radiofônico regional. A segunda, do final de 1963 ao início de 1965, caracteriza-se pela reorientação metodológica sob influência do Sistema Paulo Freire e das técnicas de Animação Popular, modificando a sua ação

[10] No quarto capítulo desta tese, retoma-se essa questão ao analisar a reestruturação do MEB em 1962, a fim de delimitar com maior clareza o distanciamento frente à interpretação de Porphirio (2021).

e metodologia. Por fim, a terceira fase, de fins de 1965 a 1966, demarca o desmantelamento das atividades na Arquidiocese de Maceió[11].

Por outro lado, a monografia de Lênine da Silva dedica-se à análise de uma cartilha produzida e publicada pelo MEB/Maceió em 1996, após a sua reestruturação em fins dos anos 1970, denominada de *Subsídio de Educação Popular: o Meu pedaço de Brasil.* Esta cartilha buscava "estimular o debate sobre as eleições municipais, ocorridas em outubro de 1996, com o objetivo de 'contribuir para um novo entendimento e uma nova prática política'" (Silva, 2015, p. 10). Para sustentar sua análise, a autora ancora-se nos pressupostos teóricos da Nova História Política, fundamentando-se, em especial, na obra referencial de René Rémond, *Por uma história política.*

Somado a esses estudos, cabe mencionar a dissertação de mestrado de Francisco Tenório da Silva, intitulada *O discurso de resistência nos materiais didáticos do Movimento de Educação de Base (MEB),* apresentada à Universidade Federal de Alagoas (Ufal) em 2020. Circunscrita ao período de 1961 a 1965 – recorte temporal que coincide com a análise de Idabel Nascimento – a pesquisa examina os discursos de resistência no material didático e o processo de esvaziamento de conteúdo após o golpe de 1964. Embora o autor contextualize a atuação em Alagoas, sua análise foca nas cartilhas *Viver é Lutar* e *Mutirão*, que possuíam caráter e circulação nacionais. Desse modo, Francisco Tenório fornece subsídios relevantes para compreensão da ideologia e da prática pedagógica do MEB. Entretanto, como ocorre em grande parte da historiografia, as singularidades do movimento em Alagoas foram pouco exploradas. Para isso seria necessário analisar os relatórios produzidos pelos agentes do MEB na Arquidiocese de Maceió.

A análise historiográfica evidencia, portanto, uma escassez de estudos sobre o protagonismo dos trabalhadores e trabalhadoras rurais no âmbito do MEB e sua contribuição para o sindicalismo rural no estado. Diante disso, a presente pesquisa pretende contribuir com os estudos sobre o movimento em Alagoas e suas complexas relações regionais e nacionais. A investigação permite analisar as experiências de frações da classe trabalhadora, sobretudo os trabalhadores rurais, bem como suas práticas e organização política nos sindicatos como atos de resistência frente ao latifúndio secular e à exploração no campo. Apoiada em ampla documentação disponível no Arquivo da Cúria Metropolitana de Maceió (ACMM) e no uso da História Oral, esta pesquisa busca realizar o que Thompson (2021) e Christopher Hill (2001)

[11] A Arquidiocese de Maceió está "circunscrita ao leste de Alagoas, com uma superfície de aproximadamente 10.400 km², compreendendo grande parte dos municípios da Zona da Mata e do Litoral alagoanos" (Medeiros, 2007, p. 52).

definiram como “história vista de baixo”. Trata-se, dessa forma, de explorar a história do MEB por meio das experiências de seus estudantes-trabalhadores: pessoas comuns, homens e mulheres, cuja existência é frequentemente ignorada ou mencionada apenas de passagem na história institucional e das políticas educacionais do movimento.

O MEB sob a ótica da História vista de baixo: quadro teórico e percurso da pesquisa

Durante os anos 1980, historiadores vinculados à História Social defenderam a flexibilização da crença nos vínculos de determinação entre o contexto social e a consciência, passando a considerar a autonomia relativa da cultura, do imaginário e da política (Cardoso, 2012). Ao acreditarem em um papel mais ativo dos indivíduos na construção dos significados e uma nova conceituação das relações sociais, autores como E. P. Thompson enfatizaram a historicização da experiência em detrimento de seus vínculos com uma estrutura abstrata de classes. Em *Folclore, Antropologia e História Social*, Thompson rompeu com a concepção de que o “mundo da cultura” seria um simples reflexo da base social e propõe analisá-lo como parte integrante do modo de produção. O historiador inglês recorda que, nas “sociedades modernas, as relações de produção encontram expressão na formação e luta (ocasionalmente, no equilíbrio) das classes”. No entanto, “classe não é, como gostariam alguns sociólogos, uma categoria estática: tais e tais pessoas situadas nesta e naquela relação com os meios de produção, mesuráveis em termos positivistas ou quantitativos” (Thompson, 2012, p. 260).

Em *A formação da classe operária inglesa*, Edward Thompson ressalta o movimento de “auto fazer-se” das classes sociais ao longo da história. O autor enfatiza que entende por classe um fenômeno histórico: “como algo que ocorre efetivamente (e cuja a ocorrência pode ser demonstrada) nas relações humanas”. Para ele, “a noção de classe traz consigo a noção de relação histórica. Como qualquer outra relação, é algo fluído que escapa à análise ao tentarmos imobilizá-la num dado momento e dissecar sua estrutura” (Thompson, 2021a, p. 10).

Em uma das passagens mais citadas pelos historiadores e historiadores nas últimas quatro décadas, observa-se a definição de classe proposta pelo autor:

> A classe acontece quando alguns homens, como resultado de experiências comuns (herdadas ou partilhadas), sentem e articulam a identidade de seus interesses entre si, e contra outros homens cujos interesses diferem (e geralmente se opõem) dos seus. A experiência de classe é determinada, em grande medida, pelas relações de produção em que os homens [e mulheres] nasceram – ou entraram involuntariamente. A consciência de classe é a forma como essas experiências são tratadas em termos culturais: encarnadas em tradições, sistemas de valores, ideias e formas institucionais. Se a experiência aparece como determinada, o mesmo não ocorre com a consciência de classe (Thompson, 2021a, p. 10).

A noção de experiência é empregada como chave analítica para superar a contradição entre determinação e agência humana, presente no interior da historiografia marxista. Assim, afirma Thompson: "o que muda, assim que o modo de produção e as relações produtivas mudam, é a *experiência* de homens e mulheres existentes. E essa experiência adquire feições classistas, na vida social e na consciência, no consenso, na resistência e nas escolhas de homens e mulheres" (2012, p. 260, grifo no original). A experiência seria, portanto, o termo ausente nas interpretações de teóricos marxistas que assumiam – ou assumem – tons mais próximos do idealismo e do determinismo. Através desse termo ausente "a estrutura é transmutada em processo, e o sujeito é reinserido na história" (Thompson, 2021b, p. 262).

Em *A miséria da teoria* e nos debates que se seguiram à sua publicação, Thompson explicou que a noção de experiência se encontra entre aqueles "conceitos de junção" entre "estrutura" e "processo". Segundo o próprio autor,

> Porque as pessoas não se limitam a vivenciar sua própria experiência apenas como ideias, no âmbito do pensamento e de seus procedimentos, ou (como supõem alguns praticantes teóricos) como instinto proletário etc. Elas também vivenciam sua experiência como *sentimento* e lidam com esses sentimentos na cultura, como normas, obrigações e reciprocidade familiares e de parentesco, como valores ou (mediante formas mais elaboradas) na arte ou nas convicções religiosas. Essa metade da cultura (e ela é uma metade completa) pode ser descrita como consciência afetiva e moral (2021b, p. 263-264).

Por conseguinte, ao propor como princípio de análise a conexão entre as relações de produção e a consciência de classe através da mediação da experiência, Thompson dedicou seus esforços em discutir, nas suas pesquisas, o polo da consciência, assim como seus condicionantes e constituintes em termos culturais e de valores morais.

Na esteira de abordagens como as de Edward P. Thompson e James Scott, esta pesquisa distancia-se da história das políticas institucionais ao privilegiar a compreensão das experiências individuais e coletivas dos sujeitos que formaram o MEB. A análise busca desvelar os valores sociorreligiosos e o projeto de sociedade que orientaram suas práticas sociais. Parte-se da premissa de que as experiências cotidianas desses estudantes-trabalhadores não foram neutralizadas pela ideologia dominante, mas sim atravessadas por tensões que promoveram fissuras na hegemonia. A partir das contribuições de Scott em *A dominação e a arte da resistência* (2013), ressalta-se que a opressão e a exploração são vivenciadas em contextos concretos. Os trabalhadores rurais vivenciaram a usina, o corte da cana-de-açúcar sob a fuligem, a dupla jornada de trabalho (assalariado e de subsistência) e a situação de "morador de

condição". O camponês[12] pode não se ver em oposição ao sistema capitalista, mas qualquer reivindicação por melhores condições de trabalho implicava um questionamento à ordem estabelecida.

Em Maceió, a instalação do Movimento de Educação de Base ocorreu gradualmente ao longo de 1962. Sua formação acompanhou a implantação da *Rádio Educadora Palmares de Alagoas*, inaugurada em 18 de agosto do referido ano. As décadas de 1950 e 1960 foram marcadas pelos governos alagoanos que apoiaram a modernização, de acordo com a tendência nacional. Com o foco voltado, principalmente, para o setor sucroalcooleiro, expandiu-se a zona açucareira, o que agravou os problemas sociais devido à incorporação das terras de tabuleiros situadas ao oeste e ao sul do estado. Até então, tais áreas eram consideradas impróprias para o cultivo da cana-de-açúcar e, por isso, eram cedidas a moradores de condição, pequenos proprietários e posseiros para que desenvolvessem plantios de subsistência. Com a expansão latifundiária, esses trabalhadores foram gradativamente expulsos da terra, intensificando "o espetáculo da pobreza" em Alagoas.

As relações entre a Igreja Católica e a elite política, no estado, sempre foram estreitas. No entanto, ao perceber o processo de exclusão social gerado pela política desenvolvimentista aliada à falta de políticas públicas destinadas ao homem do campo, ocorreu um redirecionamento na ação religiosa. Durante os episcopados de Dom Ranulpho da Silva Farias[13] (1939-1963) e Dom Adelmo Cavalcante Machado[14] (1963-1976), buscou-se desenvolver na

---

[12] No Brasil, o termo camponês foi introduzido por intelectuais de esquerda na década de 1950, com conotações políticas, referindo-se às reivindicações e lutas sociais do meio rural. Em contraposição a esse conceito, movimentos de direita criaram o termo *rurícola*, de caráter despolitizador (Barreiro, 2010). Segmentos da Igreja Católica usaram esse termo, assim como homem do campo e ruralismo. O conceito de camponês foi motivo de diversas reflexões e debates entre estudiosos no Brasil. Caio Prado Júnior defendeu sua utilização mais precisa, reservada para designar exclusivamente o pequeno agricultor responsável pela sua própria produção (Velho, 2009). Para Otávio Guilherme Velho, no caso brasileiro, a noção de camponês não se equipara "à situação camponesa clássica ou mesmo de outros países latino-americanos onde sobrevivem comunidades indígenas organizadas em moldes camponeses" (2009, p. 95). Em *O conceito de camponês e sua aplicação à análise do meio rural brasileiro*, o autor assinala que há graus diversos de autonomia de trabalho entre os parceiros, meeiros e arrendatários, o que dificulta a utilização mais rígida do termo. Nesta pesquisa, utiliza-se o termo camponês, conforme os pressupostos de Velho, sem a transposição de categorias originalmente referentes à Europa ocidental. Sendo assim, neste trabalho, os termos trabalhador rural, campesinato e homem do campo são tratados como equivalentes ao termo camponês.

[13] Terceiro arcebispo da Arquidiocese de Maceió, Dom Ranulpho Farias foi empossado em 23 de novembro de 1939, durante o pontificado de Pio XII. Durante seu episcopado, precisamente a partir de 1940, são lançadas as primeiras sementes da Ação Católica na Arquidiocese. De acordo com Fernando Medeiros (2007, p. 65), nesta Igreja particular a Ação Católica "representou, sobretudo em seus primórdios, a tentativa de ação coordenada (articulada) e sistemática direcionada para a solução da questão social numa perspectiva assistencial". No ano de 1955, Dom Ranulpho Farias "afastou-se para tratamentos de saúde, deixando em seu lugar Dom Adelmo [Cavalcante] Machado, como [arce]bispo coadjutor com direito à sucessão. Faleceu em 19 de outubro de 1963, em Salvador com 76 anos de idade" (Santos, 2015, p. 1).

[14] Dom Adelmo Cavalcante Machado nasceu em Penedo, Alagoas, a 5 de março de 1905 e faleceu em 28 de novembro de 1983, em Maceió. Foi o quarto arcebispo dessa arquidiocese, sucessor de Dom Ranulpho da Silva Farias. Entrou para o Seminário Arquidiocesano de Maceió, em 1918 e foi ordenado sacerdote em 4 de dezembro

Arquidiocese de Maceió uma infraestrutura de ação social composta por diversos movimentos. A Escola de Serviço Social Pe. Anchieta e a Juventude Operária Católica (JOC), assim como o Serviço de Orientação Rural de Alagoas e o Movimento de Educação de Base se desenvolveram neste período. Os dois últimos foram responsáveis por um processo de sindicalização rural no espaço social que constitui a arquidiocese. Muitos dos integrantes dessas organizações, leigos/as, padres e religiosos/as, bem como profissionais e estudantes que atuavam no âmbito da Escola de Serviço Social constituíram, ao longo dos anos 1960-1970, uma esquerda católica[15] em Alagoas.

A mobilização e luta política dos estudantes do MEB promoveram diversas transformações sociais no meio rural e nas diferentes comunidades periféricas da arquidiocese de Maceió, ao ponto de conseguir dos poderes públicos: energia elétrica, posto de saúde, parada de trem, ônibus, escola, etc. Por outro lado, durante os anos de 1965 e 1968, o MEB local passou por uma queda, as repressões por parte dos usineiros ficaram mais intensas e a censura ao movimento por parte dos militares mais contundente, ao ponto de considerá-lo subversivo.

De acordo com Vasconcelos, "Alagoas não tem uma tradição em organizações e movimentos sociais, tal como o registrado no final da década de 70, no Sul e Sudeste do Brasil, quando emergiram os denominados novos movimentos sociais" (2006, p. 21). Para a autora, a sociedade alagoana "não vivenciou aquele momento de mobilização em que novos atores políticos ocuparam o cenário político, transformando '*as carências coletivas, os problemas sexuais, as discriminações raciais e as devastações ecológicas*' em bandeiras de lutas coletivas" (Vasconcelos, 2006, p. 22, grifo no original). A incipiente organização desses movimentos no estado seria resultado da "rede de controle que sempre esteve a serviço das elites políticas locais, avessa às manifestações populares, seja no campo trabalhista, seja no campo das organizações coletivas como um todo" (Vasconcelos, 2006, p. 22).

Segundo Vasconcelos, essa rede de controle deve ser compreendia através das peculiaridades históricas de Alagoas, marcada por "uma tradição coronelista, com fortes raízes agrárias, que ainda hoje reproduz uma matriz ideológica de domínio e controle da participação

---

de 1927. Em 1948, foi sagrado bispo de Pesqueira, onde fundou a Escola Profissional de Artes, o Ginásio Cardeal Arcoverde e o Colégio da Imaculada Conceição, além do Seminário Era Nova. Em 29 de novembro de 1955, foi empossado como arcebispo-coadjutor de Maceió, assumindo o cargo de arcebispo em 1963 e permanecendo até 1976, quando renunciou, por limite de idade e problemas de saúde. Fundou a Faculdade de Serviço Social Padre Anchieta, coordenou o I Congresso Eucarístico Provincial de Maceió e promoveu o Movimento de Educação de Base, bem como a Rádio Católica na referida arquidiocese (Barros, 2005, p. 204-205).

[15] Ao tratar da esquerda católica, Fernando Medeiros compreende o termo "esquerda" aproximando-se da definição utilizada por Marcelo Ridenti, isto é, como "uma força política, no interior da Igreja, crítica da ordem política estabelecida, identificada com a luta dos trabalhadores pela transformação social" (Medeiros, 2009, p. 2).

popular nos processos políticos, através de mecanismos de intimidação e medo, próprios à estrutura de mando secularmente montada no Estado" (Vasconcelos, 2006, p. 19).

Diante do que foi exposto, formulou-se uma série de problemas enfrentados ao longo da pesquisa: (a) Por que, numa sociedade marcada pelo controle político através da violência, um movimento educativo, conduzido pela Igreja Católica e financiado pelo Governo Federal, transformou sua orientação e prática, produzindo espaços de dissenso no sistema de dominação alagoano e transformando carências coletivas em bandeiras de luta? (b) Quais as estratégias que o MEB encontrou para enfrentar a lógica de poder historicamente estabelecida, rompendo com a rede de controle a serviço das elites políticas, avessa às manifestações populares e organizações coletivas? (c) De que forma a configuração política da ditadura militar[16] modificou as estruturas e as propostas pedagógicas desenvolvidas pelo MEB em Alagoas?

Para tanto, faz-se necessário, primeiramente, compreender o desenvolvimento do MEB no espaço social que corresponde à Arquidiocese de Maceió. Nessa perspectiva, o trabalho foi estruturado em duas partes. Na primeira, intitulada *As sementes da subversão*, analisa-se a intervenção da Igreja Católica no campo, desde a promoção das semanas ruralistas, a partir de 1950 na Diocese de Campanha (Minas Gerais), até a implantação do MEB na arquidiocese, em novembro de 1962, data da transmissão da primeira aula radiofônica.

Como bem observou Jim Sharpe, a "expressão 'história vista de baixo' implica que há algo acima para ser relacionado" (1992, p. 54). Essa perspectiva assume que a história das "pessoas comuns" não pode ser dissociada das considerações mais amplas da estrutura econômica e do poder social. Desse modo, o primeiro capítulo examina a reorientação da Igreja Católica no campo e seu discurso teológico-político sobre a questão agrária em face da ideologia da modernização[17], forjada nos Estados Unidos da América (EUA) no pós-Segunda Guerra Mundial (1939-1945).

Era uma nova forma de intervenção norte-americana na América Latina e outras regiões. Essa estratégia substituiu o antigo modelo de intervenção militar e as práticas colonialistas tradicionais por mecanismos de assistência técnico-financeira, consolidando novas formas de controle e dominação (Silva, 2015). Através da análise de uma série de cartas pastorais e

[16] Em *O golpe de 1964: momentos decisivos*, Carlos Fico estabelece uma distinção entre "golpe civil-militar" e "ditadura militar". O autor argumenta que, após a deflagração do golpe, os militares dominaram o aparelho de Estado, centralizando as decisões político-econômicas. Ao longo da narrativa, ele busca demonstrar que alguns episódios definiram, aos poucos, a fronteira entre um momento e outro, destacando: "Costa e Silva poderia ter feito o que quisesse. Ele representava a efetiva fonte do poder (Fico, 2014, p. 97).

[17] Também denominada de ideologia do desenvolvimento por Cardoso (1978). Para a discussão que informa a posição assumida no presente trabalho, ver: SILVA, Claiton Marcio da. *De agricultor a farmer*: Nelson Rockefeller e a modernização da agricultura no Brasil. Curitiba/Guarapuava: UFPR/Unicentro, 2015.

declarações da CNBB, evidencia-se que o episcopado brasileiro estava alinhado com os principais pontos desta ideologia. Mais do que isso, estava construindo seu próprio projeto teológico-político (Löwy, 2000; Porphirio, 2021).

Existe uma vasta produção acadêmica, de diversos matizes, dedicada às problematizações em torno do conceito de ideologia. Tanto o sociólogo Michael Löwy (2000; 2010) quanto o filósofo Leandro Konder (2020) propuseram-se a discutir o tema, ressaltando a natureza polissêmica do termo. Para o sociólogo franco-brasileiro, "este tornou-se, no decorrer dos últimos dois séculos, objeto de uma inacreditável acumulação, fabulosa mesmo, de ambiguidades, paradoxos, arbitrariedades, contrassensos e equívocos" (Löwy, 2000, p. 9-10).

Após traçar um breve histórico, fundamentado na obra *Ideologia e utopia* de Karl Mannheim, Löwy propõe a seguinte definição para o termo:

> [...] o conjunto das concepções, ideias, representações, teorias, que se orientam para a estabilização, ou legitimação, ou reprodução, da ordem estabelecida. São todas aquelas doutrinas que têm um certo caráter conservador no sentido amplo da palavra, isto é, consciente ou inconscientemente, voluntária ou involuntariamente, servem à manutenção da ordem estabelecida (2010, p. 12-13).

Segundo o autor, dentre as diversas acepções disponíveis, essa definição – em oposição ao conceito de utopia[18] – afigura-se como a mais apropriada, pois preserva a dimensão crítica presente em *A ideologia alemã* de Karl Marx e Friedrich Engels[19]. Ao contrário da ideologia, as utopias são aquelas "representações, aspirações e imagens-de-desejo (*Wunschbilder*) que se orientam na direção da ruptura da ordem estabelecida e que exercem uma *função subversiva*" (Löwy, 2000, p. 11).

Assim como a hegemonia, a ideologia se insere no escopo de uma categoria ainda mais abrangente e que pode ser considerada o núcleo do pensamento marxiano: a *práxis*[20]. Nesse sentido, a ideologia possui um caráter ativo e produtivo ao gerar práticas sociais que contribuem

---

[18] Mannheim reuniu os conceitos de ideologia e utopia sob a denominação de "ideologia total". Para Löwy, contudo, o emprego desse termo "só faz gerar confusão, na medida em que se vê atribuir à mesma palavra dois sentidos em nada idênticos" (Löwy, 2000, p. 12). Nesse sentido, o conceito mais adequado para designar o que Mannheim denomina ideologia total seria o de "visão social de mundo". Esta categoria "circunscreve um conjunto orgânico, articulado e estruturado de valores, representações, ideias e orientações cognitivas, inteiramente unificado por uma *perspectiva* determinada, por um certo *ponto de vista* socialmente condicionado" (Löwy, 2000, p. 13, grifos no original).

[19] Para Konder (2020), este seria o sentido "forte" do termo, em que se refere a uma distorção no conhecimento. Em *A ideologia alemã*, Marx e Engels explicitam um de seus pressupostos essenciais acerca dos fenômenos ideológicos: "os homens sempre fizeram representações falsas de si mesmos, daquilo que eles são ou devem ser. Eles organizaram suas relações de acordo com suas representações de Deus, do homem normal e assim por diante. Os produtos de sua cabeça tornaram-se independentes. Eles, os criadores, curvaram-se diante de suas criaturas" (Marx; Engels, 2007, p. 523). No desdobramento da sua argumentação, observa-se: "A consciência [*Bewusstsein*] não pode jamais ser outra coisa do que o ser consciente [*bewusste Sein*], e o ser dos homens é o seu processo de vida real. Se, em toda ideologia, os homens e suas relações aparecem de cabeça para baixo como numa câmara escura, este fenômeno resulta do seu processo histórico de vida" (Marx; Engels, 2007, p. 94).

[20] Em síntese, a unidade dialética entre teoria e prática.

para a reprodução da ordem estabelecida. A relação entre ideologia e hegemonia explicita como as classes dominantes mantêm o poder sem recorrer exclusivamente à coerção.

Na leitura que Raymond Williams (1979) fez de Gramsci, a hegemonia é uma complexa mobilização de forças políticas, sociais, econômicas e culturais para exercer a direção moral e intelectual da sociedade pela classe dominante, através do consentimento dos dominados. Para isso, deve aparecer como portadora de valores e significados universais que, "ao serem experimentados como práticas, parecem confirmar-se reciprocamente" (Williams, 1979, p. 113). É nesse justo reconhecimento da totalidade do processo que o conceito de hegemonia inclui a ideologia.

Por outro lado, embora a hegemonia seja, por definição, dominante, ela jamais é exclusiva ou totalizante. No seu cotidiano, homens e mulheres respondem a situações concretas que os limitam e os condicionam, mas fazem suas escolhas e assumem as consequências de suas decisões. Diante de sujeitos reais, é impossível suprimir de modo irreversível a margem de liberdade, por menor que seja, que as pessoas buscam preservar e anseiam por ampliar. Nesse processo social, formas políticas alternativas ou diretamente opostas emergem. Assim, a hegemonia não existe passivamente como forma de dominação. Pelo contrário, ela precisa ser renovada e reafirmada continuamente, haja vista a constante interação entre oprimidos e opressores. Ao considerar os limites e pressões do hegemônico, deve-se acrescentar a noção de contra-hegemonia ou hegemonia alternativa (Williams, 1979), organizada pelas classes subalternas em seu processo de luta política, impondo transformações sociais.

No cenário alagoano, o enfrentamento entre o projeto hegemônico (da ideologia da modernização) e o contra-hegemônico (da esquerda católica) se manifestou em torno das políticas educativas e da modernização da agricultura na segunda metade do século XX. A partir desse arcabouço conceitual, analisa-se a organização das semanas ruralistas e do Movimento de Educação de Base no estado. No segundo capítulo, discute-se a intervenção da Igreja local na questão rural por meio da promoção das semanas ruralistas na arquidiocese, entre 1956 e 1961, situando-as tanto no contexto do governo Juscelino Kubitschek quanto no novo projeto de Igreja que se delineava em escala nacional. Por sua vez, o terceiro capítulo examina os argumentos da Igreja Católica em defesa da implantação do programa de educação de base no Norte alagoano, bem como sua colaboração com o Estado. Para compreender essa articulação institucional face àquela margem de liberdade e resistência dos sujeitos reais, fundamenta-se a análise na noção de estratégia de Michel de Certeau (2014), desvelando como o poder hegemônico se organizou institucionalmente. Busca-se, ainda, compreender o papel e a

competência dos órgãos federais, como a Campanha Nacional de Educação Rural (CNER), e destacar os distintos interesses que convergiam em um projeto comum.

Defende-se, como argumento central, que o programa de educação de base – e, por consequência, o MEB – constituiu-se em uma estratégia para conter a expansão das Ligas Camponesas do vizinho estado de Pernambuco em direção ao território alagoano. Tal expansão representaria uma ameaça direta tanto à tradicional influência da Igreja no meio rural quanto às suas propriedades agrárias. Por isso, escolheu-se a região Norte, fronteiriça com o estado pernambucano, como experiência-piloto. No entanto, ao deslocar parte da Igreja em direção às classes subalternas, a *utopia sociorreligiosa* do MEB, fundamentada inicialmente no personalismo cristão[21], privilegiou a conscientização e o compromisso de transformação social por meio do trabalho educativo junto aos trabalhadores rurais. Nesse sentido, sustenta-se que, a partir de 1963, sua prática educativa articulou a ação política com as demais esferas da vida social, promovendo uma identidade de classe em oposição à burguesia agrária alagoana, conforme se demonstrará ao longo dos capítulos seguintes.

Através da análise da luta de classes na Alemanha, Engels (2008) compreendeu que o campo religioso não é um bloco homogêneo e que, sob determinadas conjunturas históricas, divide-se segundo sua composição de classe[22]. Sendo assim, o fenômeno religioso possui um duplo caráter: seu papel social de legitimação da sociedade estabelecida, mas também de crítica e protesto contra esta mesma sociedade, ou até mesmo revolucionário, dependendo das circunstâncias históricas. Em diálogo com Fernando Medeiros (2009), observa-se que os jovens supervisores do MEB constituíram uma esquerda católica ao se afastarem das posições hegemônicas da hierarquia eclesiástica e da burguesia agrária. Ao se distanciarem das "estruturas de sentimento" vigentes na Igreja, eles passaram a compartilhar com intelectuais e outros segmentos da esquerda alagoana e nacional de uma nova estrutura de sentimento, cujo objetivo era romper com a lógica dominante da sociedade capitalista.

Sem desconsiderar a relevância da ideologia, mas contrapondo-se à redução da análise social a formas puras e fixas, Williams elaborou o conceito de estruturas de sentimento. Para o autor,

> [...] 'sentimento' é escolhido para ressaltar uma distinção dos conceitos mais formais de 'visão de mundo' ou 'ideologia'. Não que tenhamos apenas de ultrapassar crenças

[21] Os quadros intelectuais do MEB foram influenciados pelo personalismo francês, caracterizado por "*uma crítica ético-religiosa do capitalismo como sistema 'intrinsicamente perverso'*". A partir dos escritos de Emmanuel Mounier defendia-se um socialismo cristão como alternativa ao capitalismo, "que reconhece que tem 'muito a tomar do marxismo'" (Löwy, 2000, p. 233; 238).

[22] Para maiores informações sobre as contribuições teórico-metodológicas de Engels e a análise histórica envolvendo o campo religioso e a luta de classes, consultar: ENGELS, Friedrich. As guerras camponesas na Alemanha. *In*: ENGELS, Friedrich. *A revolução antes da revolução*. São Paulo: Expressão Popular, 2008, v. 1.

> mantidas de maneira formal e sistemática, embora tenhamos sempre de levá-las em conta, mas que estamos interessados em significados e valores tal como são vividos e sentidos ativamente, e as relações entre eles e as crenças formais ou sistemáticas são, na prática, variáveis (inclusive historicamente variáveis) (Williams, 1979, p. 134).

Ao empregar o termo sentimento, Williams pretende enfatizar os "elementos especificamente afetivos da consciência e das relações". Com isso, o autor não busca contrapor o sentimento ao pensamento, mas sim tratar do "pensamento tal como sentido e de sentimento tal como pensado: a consciência prática de um tipo presente, numa continuidade viva e inter-relacionada" (Williams, 1979, p. 134). Indo além das amarras da ideologia formal, o conceito possibilita analisar a experiência social em processo, ainda não totalmente elaborada, como força social produtora de mudanças.

A partir da rica constelação teórica aqui apresentada – especialmente as definições de experiência (Thompson, 2021b), utopia (Löwy, 2000) e estrutura de sentimento (Williams, 1979) – formulou-se o conceito de *utopia sociorreligiosa*. Esse termo define-se como um conjunto de valores, crenças, sentimentos, símbolos, ritos e vocabulários articulados, de maneira mais ou menos tensa, a partir da experiência social de segmentos de uma determinada religião e sua cosmovisão, como crítica da ordem estabelecida, identificada com a luta das classes populares e seus projetos contra-hegemônicos pela transformação social. Distanciando-se de um reducionismo teórico que o limitaria a um simples sistema de crenças formal, o conceito incorpora a experiência social e material tal como vivenciada *em processo* por sujeitos reais, historicamente localizados em um meio social concreto e determinado.

Esse horizonte conceitual serve como fio condutor para desvelar as contradições, os avanços e os recuos da atuação dos sujeitos históricos investigados. Assim, a fim de demonstrar como a utopia sociorreligiosa do MEB operou a transição do controle institucional para a conscientização de classe junto aos trabalhadores rurais, a segunda parte da pesquisa, intitulada *Da utopia sociorreligiosa às lutas sociais no campo*, foi estruturada em dois capítulos.

No quarto capítulo, analisam-se as práticas educativas do MEB à luz da redefinição dos objetivos iniciais do movimento e da sua metodologia correspondente. Essa mudança, realizada no final de 1962 em âmbito nacional, explicitou-se na sociedade alagoana nos anos seguintes, estendendo-se até o final de 1965, quando os efeitos do golpe empresarial-militar inviabilizaram a continuidade das ações. Para tanto, este capítulo foi organizado em quatro momentos. A princípio, aborda-se o processo de radicação das escolas radiofônicas. Em seguida, discute-se a base social do MEB, composta por trabalhadores canavieiros, moradores de condição, foreiros, pequenos proprietários e assalariados. Na terceira seção, examina-se o papel

socioeducativo desempenhado pelas monitoras nas escolas rurais. Por fim, analisam-se as concepções político-pedagógicas do movimento. Na sua segunda fase, entre fins de 1963 e início de 1965, o MEB/Maceió assumiu uma postura crítica diante das estruturas sociais estabelecidas e passou a defender a transformação da sociedade, conforme as reflexões desenvolvidas no encontro de coordenadores, realizado em dezembro de 1962.

O quinto capítulo, por sua vez, volta-se para a educação sindical e o processo de sindicalização rural desenvolvidos pelo movimento, bem como para os impactos do golpe de 1964 sobre as estruturas do MEB. Sob uma ótica thompsoniana, argumenta-se que o "fermento" da educação política entrava em ação nas reivindicações por melhores condições de vida e nos embates sindicais. Inicialmente, aborda-se o método de Animação Popular (AnPo) e a educação sindical promovida pelo movimento. Em seguida, examina-se a emergência dos sindicatos rurais e o "tabuleiro político" local, mapeando os diferentes atores sociais presentes no processo de sindicalização. Na sequência, discutem-se o governo Luiz Cavalcante (1961-1966) e os desdobramentos da repressão golpista na desarticulação do MEB e do sindicalismo rural. Finalmente, analisam-se as relações entre o MEB/Maceió, a *Cooperativa Agropecuária de Pariconha Ltda.* e a estruturação de uma escola de guerrilha, no Alto Sertão de Alagoas, como forma de resistência armada frente ao novo regime.

Nesta terceira fase do movimento, após o golpe de 1964, a cartilha *Viver é lutar* – maior expressão do compromisso do MEB com o "polo dominado" – foi retirada de circulação e substituída pela *Vamos Estudar?*, de conteúdo e didática tradicionais. Diante de uma conjuntura marcada pela repressão, a luta por direitos dentro dos parâmetros legais se constituiu na diretriz básica de ação, atrelada às formas de "resistência cotidiana". Formulado pelo antropólogo James Scott, esse conceito abrange uma ampla variedade de práticas que se colocam como uma alternativa mais comum do que as grandes revoluções. Enquanto as insurreições costumam ser esmagadas, a luta silenciosa por meio das "armas dos fracos" – como "pequenos furtos, simulação de ignorância, [...] provocação de incêndios, sabotagem, e assim por diante" (Scott, 2011, p. 219) – permite que as classes subordinadas defendam seus interesses sem um enfrentamento aberto contra o poder do Estado. Essa resistência informal é descrita como uma ferramenta dos fracos, utilizada quando a confrontação aberta é perigosa demais para ser viável. Scott enfatiza que a ausência de revoltas não significa a aceitação passiva da opressão, mas sim uma escolha estratégica que não escapa ao nexo da luta de classes.

Para o antropólogo, geralmente, "o sucesso da resistência *de facto* é diretamente proporcional à conformidade simbólica com que é dissimulada", uma vez que o enfrentamento aberto provocaria "uma resposta mais rápida e feroz do que uma insubordinação que pode ser

tão penetrante, mas nunca se aventure a contestar as definições formais de hierarquia e poder" (Scott, 2011, p. 223). Em síntese, por vezes a ideologia dominante é instrumentalizada pelos dominados, que exigem que os valores defendidos pela ordem social sejam colocados em prática. Essa foi a tática adotada pelos trabalhadores rurais e agentes do MEB após o golpe de abril. Eles passaram a exigir o cumprimento tanto do *Estatuto do Trabalhador Rural* (1963), direcionado à regulação das relações entre capital e trabalho, quanto do *Estatuto da Terra* (1964), responsável por normatizar as relações entre parceiros, arrendatários e proprietários de terra, bem como os parâmetros para desapropriações voltadas à reforma agrária.

A partir da análise historiográfica e das fontes disponíveis, sustenta-se que o Movimento de Educação de Base, em Alagoas, passou por cinco fases. A princípio, houve o período de implantação, durante os anos de 1962 e 1963. Em seguida, o movimento passou por um processo de transformação em sua orientação metodológica e prática de ação, entre 1963 e 1965. A terceira fase foi marcada pela repressão desencadeada após o golpe empresarial-militar e pelo fechamento de várias escolas, o que levou à desarticulação da iniciativa no estado em 1968 – e não em 1966, como propôs Silva (2002). Posteriormente, ocorreu a rearticulação do movimento como projeto previsto no segundo Plano de Pastoral da Arquidiocese de Maceió (PPAM), entre 1977 e 1978, o que marcou sua atuação durante os anos 1980. Por fim, a partir da década de 1990, o MEB apresentou novas mudanças em sua estrutura organizacional, acompanhando a tendência nacional[23].

Diante desse panorama, a presente pesquisa abarcou as três primeiras fases do movimento até o ano de 1968, momento em que ocorreu a desarticulação temporária do MEB. A sua reestruturação, iniciada em 1977, foi marcada por um conjunto de modificações estruturais que merecem um estudo específico, abrindo espaço para futuros trabalhos acadêmicos. Realiza-se, portanto, uma análise a partir do método historiográfico[24], dentro dos marcos da História vista de baixo e Social das Religiões, sobre a resistência política dos trabalhadores rurais em Alagoas, mais precisamente no espaço social que constitui a Arquidiocese de Maceió, entre os anos de 1962 e 1968.

---

[23] Neste período, os departamentos do movimento começaram a se organizar por regiões, conhecidas como regionais. Foram formadas quatro regionais: (1) estado do Amazonas (regional Amazonas); (2) Maranhão, Pará e Tocantins (regional MAPATO); (3) Ceará e Piauí (regional CEPI); e (4) Sergipe, Rio Grande do Norte, Alagoas e Bahia (regional SERNALBA).

[24] De acordo com Aróstegui (2006), tanto as ciências da natureza quanto as da sociedade obedecem a uma mesma lógica nas operações formais do método: (1) a elaboração de hipóteses prévias, isto é, fixação dos problemas de partida e as primeiras tentativas de explicação; (2) a observação ou descrição sistemática, pois os fatos nunca são realidades dadas; (3) a operação de validação ou comprovação; e, por fim (4) a explicação – resultado final de todo processo de conhecimento sujeito a um método. Entretanto, o método historiográfico contém algumas especificidades a partir da natureza ontológica de seu objeto: (a) a temporalidade; (b) a consideração da historicidade; (c) a singularidade do devir histórico; e (d) a generalidade do histórico como qualidade das coisas.

Para isso, mobilizou-se um amplo conjunto de fontes históricas, desde o *Programa de educação de base para a zona norte de Alagoas* até as cartas das monitoras ao Sistema Radioeducativo de Maceió (Siterema). Com especial atenção às cartas, pôde-se acessar a resistência e as transformações processadas no cotidiano das comunidades rurais, não apenas em atos de confrontação aberta, mas em suas dimensões cotidianas. No Arquivo da Cúria Metropolitana de Maceió (ACMM), está disponível o Fundo MEB, distribuído em sete armários que abrigam de oito a dez caixas de documentos cada[25]. Esse acervo reúne planos de ação, relatórios de supervisão das comunidades assistidas, correspondências, boletins, subsídios de formação, materiais didáticos, cartilhas e informativos, entre outros. Além do ACMM, o Centro de Documentação e Informação Científica (CEDIC/PUC-SP)[26], da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, e o Centro Memória Viva (CMV-GO)[27], da Universidade Federal de Goiás, foram de suma importância para este trabalho. Eles reúnem a legislação, relatórios anuais, boletins nacionais, estudos e as cartilhas nacionais do movimento, como a *Viver é lutar* (1963) e *Mutirão* (1965).

A princípio, discute-se a nova conjuntura eclesiástica processada na Igreja do Brasil entre os anos de 1956 e 1964, período em que ocorreram significativas mudanças, tanto em nível internacional quanto nacional[28]. Em seguida, analisa-se o processo de implantação do MEB na Arquidiocese de Maceió através dos documentos presentes no ACMM e no CEDIC/PUC-SP, tais como o *Projeto nacional* e os *Planos de educação de base* para o estado, o Decreto nº 46.376/1959 do Governo Federal (que instituiu legalmente o programa de educação de base na região Norte de Alagoas), o Convênio de cooperação técnica entre a União e a arquidiocese e as *Atas do Arcebispado de Maceió*, bem como os boletins nacionais e o

[25] A descrição deste acervo pode ser consultada no *Guia Geral do Arquivo da Cúria Metropolitana de Maceió*, organizado pela historiadora Irinéia Maria Franco dos Santos.

[26] O acervo do CEDIC reúne uma vasta documentação de grande importância política e científica, referente às ações de movimentos sociais e de defesa de direitos humanos que atuaram em São Paulo, no Brasil e na América Latina. Atualmente, estão disponíveis para consulta 20 Fundos de Arquivo e 75 Coleções temáticas de documentos textuais, iconográficos e sonoros, dentre eles o Projeto *Memória da Educação: Movimento de Educação de Base e suas Escolas Radiofônicas*, disponível no site: http://www4.pucsp.br/cedic/meb/o-meb.html.

[27] O acervo do Centro Memória Viva é armazenado prioritariamente em meio digital. Ele reúne fontes coletadas e produzidas por projetos de pesquisa vinculados à temática de trabalho do centro. O foco da coleção são os registros históricos de experiências em Educação de Jovens e Adultos (EJA), Educação Popular e Movimentos Sociais no Brasil e em Goiás, produzidos desde 1960 até os dias atuais. Cf.: https://memoria.cidarq.ufg.br/index.php/centro-mem-ria-viva.

[28] O Papa Pio XII, marcado por sua cautela e conservadorismo, faleceu em 1958, e foi substituído por João XXIII, o qual promoveu importantes reformas. As encíclicas *Mater et Magistra* (1961) e *Pacem in Terris* (1963) modificaram o pensamento católico. Através dessas encíclicas, o mundo católico foi instigado a repensar a inserção da Igreja na sociedade contemporânea, e desenvolver "uma nova concepção de Igreja, mais em sintonia com o mundo secular moderno, comprometida em melhorar o destino dos seres humanos na Terra e em promover a justiça social" (Mainwaring, 2004, p. 62).

periódico *O Semeador*[29]. A fim de relacionar texto e contexto, a análise da implantação do movimento tem como plano de fundo o desenvolvimento de uma infraestrutura social estruturada pela Igreja local, conforme mencionada, e a conjuntura socioeconômica das décadas de 1950 e 1960, marcadas pela política desenvolvimentista, no cenário nacional, e a modernização do parque sucroalcooleiro em Alagoas.

Após esse primeiro momento, examinaram-se os documentos específicos do Centro Memória Viva e do Fundo *Projeto Memória da Educação: Movimento de Educação de Base e suas Escolas Radiofônicas,* disponíveis no CEDIC/PUC-SP. Na sequência, relacionaram-se as informações obtidas nos documentos com dados narrativos e orais, por meio de entrevistas com ex-supervisores e agentes do MEB. Os depoimentos dos supervisores e das supervisoras do MEB/Maceió são fontes privilegiadas, pois permitem acessar os modos de vida da base social do movimento e os conflitos engendrados pelo MEB, que assumiram o caráter de luta de classes. A partir das informações obtidas, discutiram-se as concepções político-pedagógicas e a utopia sociorreligiosa que fundamentaram a prática social do movimento, tais como o processo de sindicalização rural e a apropriação dos espaços na sociedade alagoana, mediante ações transformadoras desenvolvidas ao longo do período de 1962 a 1968.

Dessa forma, optou-se também pelo uso da História Oral como metodologia de pesquisa, com o intuito de enriquecer e esclarecer os dados obtidos por meio da análise documental. Segundo Alberti, essa metodologia "consiste na realização de entrevistas gravadas com indivíduos que participaram de, ou testemunharam, acontecimentos e conjunturas do passado e do presente" (2008, p. 155). Para a autora, "uma das principais riquezas da História oral está em permitir o estudo das formas como pessoas ou grupos efetuaram e elaboraram experiências, incluindo situações de aprendizado e decisões estratégicas" (Alberti, 2008, p. 165). Essa metodologia permite, portanto, a historicização da experiência e o realce do papel da agência humana no processo histórico, sem negligenciar, evidentemente, as condições objetivas da sociedade.

Por fim, os periódicos *Diário Carioca*, *O Cruzeiro*, *Diário de Pernambuco, O Observador Econômico e Financeiro, Revista da Semana*, *A Liga*, *A Voz do Povo* e *Terra Livre* foram mobilizados por meio da análise temática (Cardoso; Vainfas, 1997), a fim de examinar a emergência da problemática levantada nesses jornais, resguardando a especificidade desse tipo de fonte. Os periódicos são fontes históricas complexas, caracterizadas por sua

[29] Periódico da Arquidiocese de Maceió, fundado em 2 de março de 1913 pelos padres Antônio José de Cerqueira Valente, Luiz Carlos de Oliveira Barbosa e José Franklin de Lima orientados pelo bispo Dom Manoel Antônio de Oliveira Lopes, segundo bispo de Alagoas (1911-1922) (Silva; Ferro, 2013).

periodicidade, forma impressa e publicização. Essas publicações não são neutras, mas sim instrumentos de poder e influência que operam através de um "efeito de realidade" para moldar a opinião pública (Barros, 2019). Além disso, ressalta-se o que Certeau (1978) chamou de "lugar de produção" para se referir a fatores que vão desde a filiação institucional e político-econômica até as circunstâncias de produção. Ao contrário de fontes monoautorais (como cartas ou diários), o jornal é um conjunto articulado de textos escritos por uma variedade de autores, muitos dos quais não são nomeados, característica definida por Barros (2019) como "polifonia de textos" e "produção multiautoral". Essa "polifonia" implica que o jornal abriga uma diversidade de vozes e agentes discursivos, mesmo que mantenha uma identidade ou linha editorial dominante.

Em suma, o cruzamento entre o *corpus* documental dos arquivos institucionais, a experiência histórica resgatada pelas narrativas orais e o campo de disputas expresso nos periódicos busca conferir à pesquisa uma sólida análise historiográfica. Longe de se anularem, essas diferentes tipologias de fontes complementam-se dialeticamente. Enquanto a documentação escrita e a imprensa oferecem as balizas conjunturais, os limites normativos e os debates públicos do período, as cartas e entrevistas ressaltam a experiência humana e a resistência das trabalhadoras e trabalhadores rurais. Assim, ao articular texto, discurso e memória, este trabalho reconstrói o protagonismo de "pessoas do cotidiano", cujo entendimento de suas formas organizativas e estratégias de mobilização junto ao MEB contribui para mapear as múltiplas batalhas entre a classe trabalhadora e o poder hegemônico, bem como para localizar os movimentos sociais contemporâneos onde os poderes hegemônico e contra-hegemônico se constituíram em Alagoas.

PARTE I

AS SEMENTES DA SUBVERSÃO

Na Arquidiocese de Maceió, a instalação do Movimento de Educação de Base (MEB) foi resultado de um longo processo de intervenção da Igreja Católica no meio rural. Sua instalação se deu aos poucos, durante o ano de 1962, e sua formação acompanhou a implantação da *Rádio Educadora Palmares*, inaugurada em 18 de agosto do referido ano. Devido à sua metodologia que priorizava uma educação com implicações políticas, a fim de fomentar a conscientização e a politização dos trabalhadores e trabalhadoras do campo, o MEB foi considerado subversivo pelas oligarquias agrárias e pelos militares, após o golpe empresarial-militar de 1964.

Em Maceió, logo após o golpe, naquela fatídica quarta-feira de 1° de abril de 1964, enquanto os integrantes do MEB faziam a supervisão presencial nas escolas radiofônicas, Marlene Miranda Pacheco, como professora-locutora, ministrava a aula – tendo como suporte a Cartilha *Viver é lutar* – para que os monitores e monitoras pudessem iniciar o debate com os estudantes[30]. Marlene realizou a seguinte leitura:

> Pedro trabalha.
> Sua mulher também trabalha.
> Eles trabalham para sustentar a família.
> Mas a família de Pedro passa fome.
> O povo trabalha e vive com fome.
> É justo, a família de Pedro passar fome?
> É justo o povo viver com fome?[31]

Nesse momento, alguns integrantes do movimento foram informados de que os militares estavam gravando a aula, o que assustou profundamente a professora. Este não foi um fato isolado. Nos primeiros anos da ditadura militar, mais precisamente entre 1964 e 1968, as experiências de perseguição e repressão ao MEB se intensificaram de diversas formas. Nesse período, por exemplo, todos os exemplares da cartilha *Viver é lutar* – base de alfabetização do movimento – foram recolhidos. Essa cartilha era caracterizada por uma linguagem que possibilitava "uma real comunicação com o povo"[32], como se pode observar na citação acima, o que era mais importante para o MEB do que certas regras gramaticais.

Já na segunda metade dos anos 1950, observa-se que a Igreja Católica direcionou sua ação social para o campo, onde se encontrava o cerne dos graves problemas sociais naquele momento. A mobilização camponesa que emergiu no Nordeste, em especial a das Ligas

---

[30] SILVA, Maria Alba Correia da. *Movimento de Educação de Base – MEB*: criação, propósitos e ações. Depoimento cedido a Wellington da Silva Medeiros para produção da pesquisa, em 14 de maio de 2024. Conteúdo colhido e sistematizado por Cíntia Ribeiro, publicado em: SILVA, Maria Alba Correia da. *Alba, a beata comunista*: fé e subversão na ditadura militar em Alagoas. Arapiraca: Eduneal, 2026.
[31] MOVIMENTO DE EDUCAÇÃO DE BASE - MEB. *Viver é lutar*: 2º livro de leitura para adultos. Rio de Janeiro: MEB, 1963c, p. 8.
[32] *Ibidem*, p. 64.

Camponesas, constituiu a pedra de toque para o desenvolvimento de uma estratégia organizativa e operacional da Igreja no campo. O processo de sindicalização rural desencadeado no Rio Grande do Norte, sob a orientação de Dom Eugênio Sales, visava conter o avanço desse movimento no vizinho estado da Paraíba. A mesma estratégia foi adotada pela Igreja, tanto nos estados da Paraíba e Pernambuco quanto em Alagoas, contrapondo-se não apenas às Ligas Camponesas, mas também aos sindicatos rurais organizados pelo Partido Comunista Brasileiro (PCB).

Em Alagoas, destaca-se a promoção das Semanas Ruralistas, a criação do Serviço de Orientação Rural de Alagoas (Soral) e do Movimento de Educação de Base como parte de um conjunto de iniciativas, a fim de levar ao meio rural a visão católica, como uma ação preventiva à projeção das Ligas ao sul de Pernambuco. Desse modo, a primeira parte desta pesquisa analisa a intervenção da Igreja local na questão rural, desde a promoção das semanas ruralistas, a partir de 1956, até a implantação do MEB na Arquidiocese de Maceió, em novembro de 1962, quando foi transmitida a primeira aula radiofônica.

CAPÍTULO I

E O VERBO SE FEZ DESENVOLVIMENTO: A IGREJA CATÓLICA E A QUESTÃO AGRÁRIA NO BRASIL

A proposta de um "desenvolvimento integral" distingue a política eclesiástica dos demais projetos desenvolvimentistas da segunda metade dos anos 1950. Resultado de múltiplas elaborações do pensamento teológico, os seus postulados revelam uma refinada técnica de leitura da realidade social à luz dos fundamentos da Doutrina Social da Igreja. Para Romano, este duplo olhar, "técnica de leitura e recolhimento cultural do passado", permitiu que a prática religiosa adquirisse "uma ação flexível e autônoma", bem como "um discurso original sobre a sociedade, a família e o Estado" (1979, p. 11).

Este período se caracterizou pela predominância do desenvolvimentismo católico no interior do episcopado nordestino, o que se traduziu na estreita colaboração entre a Igreja e o governo Juscelino Kubitschek (1956-1961). A Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste (Sudene) representou um de seus marcos mais importantes.

A teoria da industrialização desigual, combinada com as arcaicas estruturas rurais, forneceu o quadro de referência para a luta eclesiástica pela Sudene, como instrumento modernizador da região e neutralizador das disparidades socioeconômicas do Brasil. Nesse sentido, a Igreja promoveu dois encontros importantes no Nordeste: o de Campina Grande/PB, em 1956, e o de Natal/RN, em 1959. Nesses eventos, o episcopado buscou incentivar um "projeto social que poderia abrir caminho ao desenvolvimento e à promoção da justiça"[33]. A criação da Sudene, em dezembro de 1959, surgiu "como efetivação prática de uma poderosa corrente de ideias, dominante na maioria dos setores sociais da época, resumidas pelo termo *desenvolvimentismo*" (Romano, 1979, p. 29, grifo no original). Visto que a política do governo JK convergia com diferentes movimentos políticos, tornava-se "natural" o apoio da Igreja a esse projeto que, segundo o episcopado, mesmo anos mais tarde, teria tido a função de "pelos critérios do planejamento [...] maximizar a eficiência dos recursos utilizados no esforço contra o subdesenvolvimento"[34].

Desse modo, o presente capítulo busca analisar a reorientação da Igreja Católica no campo e seu discurso teológico-político sobre a questão agrária em face da ideologia da

[33] DOCUMENTO DE BISPOS E SUPERIORES RELIGIOSOS DO NORDESTE. *Ouvi os clamores do meu povo*. Recife: Salesianos Escola Dom Bosco de Artes e Ofícios, 2003 (1973), p. 11.
[34] *Ibidem*, p. 12.

modernização, forjada nos Estados Unidos da América (EUA), nos anos subsequentes à Segunda Guerra Mundial (1939-1945).

Para tanto, este capítulo está organizado em duas seções. Inicialmente, aborda-se o envolvimento da instituição religiosa na questão da reforma agrária, a partir da semana ruralista da Diocese de Campanha, Minas Gerais, em 1950, marco da intervenção da Igreja na questão rural. Nessa primeira parte, enfatiza-se também o protagonismo do episcopado nordestino, a fim de solucionar os diversos problemas socioeconômicos dessa região. Em maio de 1956, o episcopado se reuniu em Campina Grande e, três anos depois, em Natal, com a finalidade de promover uma ampla discussão sobre os diversos problemas socioeconômicos que assolavam o Nordeste brasileiro. Os prelados refletiram acerca da agricultura, do crédito rural e da colonização. Ademais, antes de abordar tais questões, realizou-se um levantamento a fim de esboçar as reais condições que caracterizavam o ambiente rural nordestino, marcado por uma economia agropastoril e pela utilização de técnicas agrícolas "atrasadas". Por sua vez, na segunda seção, discute-se o desenvolvimentismo católico como um novo projeto de Igreja, que se delineava em nível nacional, em sintonia com os principais pontos da chamada ideologia da modernização.

Para os fins eleitos nesse momento do trabalho, as fontes documentais se subdividem em três categorias, de acordo com os arquivos e proveniências: (a) Biblioteca Nacional Digital (BNDigital - Fundação Biblioteca Nacional); (b) Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB); e (c) Arquivo da Cúria Metropolitana de Maceió (ACMM). As principais fontes mobilizadas foram: a Carta Pastoral de Campanha (1950), de autoria do bispo Dom Inocêncio Engelke (1881-1960); o documento episcopal intitulado *A Igreja e a Reforma Agrária* (1954); e a *Declaração dos Bispos do Nordeste*, produzida a partir do encontro regional realizado em 1956[35].

É importante assinalar que se tratam de fontes dialógicas. Isto é, fontes que "envolvem, ou circunscrevem dentro de si, vozes sociais diversas capazes de dialogar e de se confrontar na própria trama discursiva da fonte". De acordo com Barros, pode-se chamá-las também de "fontes polifônicas". A principal característica dessas fontes é a presença marcante de "vozes internas que encontram expressão na trama textual e terminam por dialogar, confrontar-se ou interagir umas com as outras de várias maneiras" (Barros, 2019. p. 280).

Embora a *Declaração dos Bispos do Nordeste* se apresente como uma única voz, a da hierarquia católica, observa-se a presença de uma "polifonia implícita", recoberta pela voz

[35] O conjunto desses documentos foram publicados pela editora Paulinas, em 1977, sob o título *Pastoral da Terra*, Estudo 11 da CNBB.

dominante da Igreja. Nesse documento é possível identificar as diversas vozes de técnicos, agrônomos, veterinários, professores, médicos, comerciantes, industriais, proprietários rurais e representantes do Banco do Brasil, entre outros. Aliás, a presença de assessoria técnica especializada se tornou uma constante nos encontros episcopais, seja em nível regional ou nacional, "com seu espaço de expressão já previamente consentido e bem delimitado" (Barros, 2019, p. 282).

1.1 A Igreja Católica e a questão agrária

A *Primeira Semana Ruralista* da diocese de Campanha ocorreu em setembro de 1950, na cidade de Caxambu, Minas Gerais, contando com a participação de diversos párocos rurais, 250 fazendeiros e mais de 270 professoras, bem como religiosos e religiosas. Ao final desse evento foi publicada a Carta Pastoral intitulada *Conosco, sem nós ou contra nós se fará a reforma rural*, assinada pelo bispo local Dom Inocêncio Engelke. Esse documento é considerado o marco inicial do envolvimento da Igreja Católica com a questão da reforma agrária e reflete o calor dos debates dos "semanistas". Uma das principais preocupações era o alarmante êxodo rural (Bandeira, 2000).

Para Aspásia Camargo, na Carta Pastoral de 1950, delineia-se uma visão pioneira que marca o início de uma nova postura por parte da Igreja, situando o campesinato como o "*grande excluído*, cerne de um problema social explosivo e inadiável e vítima de flagrantes injustiças sociais". Situa também qual deveria ser o papel da instituição no processo de transformação em curso, "tal como será definido anos mais tarde, pelo novo clero e pela CNBB, a quem caberia, futuramente, criar sindicatos rurais e formar lideranças, com o duplo empenho de organizar comunidades e associações, e, ao mesmo tempo, cristianizá-las" (2007, p. 174-176).

O documento de Campanha realizou uma denúncia contundente acerca da precariedade das condições de vida em que se encontravam os trabalhadores rurais, conforme se pode observar:

> [...] é sabido que a situação do trabalhador rural é, em regra, infra-humano entre nós. Merecem o nome de casas os casebres em que moram? É alimento a comida de que dispõem? Pode-se chamar de roupas os trapos com que se vestem? Pode-se chamar de vida a situação em que vegetam, sem saúde, sem anseios, sem visão, sem ideias? (Engelke, 1977, p. 44).

Por outro lado, um detalhe importante, que chama a atenção, é a ausência dos maiores interessados pelo assunto: os trabalhadores rurais sem terra. De acordo com Carvalho (2020, p. 73), "a omissão correspondia à visão que a Igreja adotava a respeito do problema e que estava

resumida no título da carta pastoral". Ao perceber que as mudanças se fariam com ou sem a instituição, a Igreja "propôs uma reforma para se proteger do 'sem nós' e do 'contra nós'" (Carvalho, 2020, p. 80).

Composta por dez páginas, a carta de Campanha foi estruturada em quatro subtemas, a saber: (1) antecipemo-nos à revolução; (2) antecipemo-nos à legislação social; (3) ação social inadiável; e (4) reforma social. Na primeira parte do documento, Dom Inocêncio iniciou com uma referência ao Papa Pio XI, na qual o pontífice havia afirmado que "o maior escândalo do século XIX foi ter a Igreja perdido a massa operária". E, que dever-se-ia concluir com coragem cristã o pensamento do Papa: "Já perdemos os trabalhadores das cidades. Não cometamos a loucura de perder, também, o operariado rural" (Engelke, 1977, p. 44).

Diante da difícil realidade em que se encontrava o campesinato brasileiro, denunciada pelo bispo, muitos trabalhadores rurais migraram para os grandes centros urbanos, com o desejo de uma vida melhor. No período de 1950 a 1960, 5.419.055 de brasileiros migraram do campo para as cidades, o que representava 16,34% da população brasileira (Alves; Souza; Marra, 2011, p. 82). Em vista da precariedade das condições de vida no campo, os grandes centros urbanos se transformaram em desaguadouro das populações rurais em busca de emprego. Camargo pontua que "tendo em vista a dimensão das reservas de mão-de-obra no setor agrário, a capacidade de barganha salarial desses recém-chegados é baixa, contribuindo para reduzir a remuneração da massa dos trabalhadores urbanos por um extenso período que contrasta, inclusive, com a de uma minoria de operários especializados" (2007, p. 149). Para a autora, "o quadro social não pode ser mais traumático: analfabetismo, baixo nível educacional, subemprego, marginalidade urbana, precárias condições de saúde, que vão exigir a intervenção paternalista do Estado" (Camargo, 2007, p. 149).

Segundo o sociólogo José de Souza Martins, a Igreja "reconhecia o risco político das migrações, do êxodo rural e do desenraizamento, que supostamente lançariam os pobres do campo nos braços dos comunistas nas cidades de destino" (2004, p. 95). Além disso, a Carta de Campanha expressava que as mudanças estruturais, anteriormente restritas aos centros urbanos, aos poucos chegavam à zona rural:

> Houve tempo em que o campo ficava preservado pela distância, pela falta de comunicação, pela índole conformista e rotineira dos trabalhadores rurais.
>
> Hoje, estradas se rasgam levando ao recesso do país a locomotiva, os automóveis e sobretudo os caminhões. Há pontos do alto sertão que pularam do século XVI para o século XX com a abertura de campos de aviação e com a possibilidade de atingir, em horas, centros civilizados que só em semanas e meses podiam ser atingidos. O jornal, o cinema e o rádio estão informando no mesmo dia e por vezes na mesma hora o que se passa no país e no mundo. Em breve será a hora da televisão.

> Nada mais explicável, pois, que a receptividade pára as idéias mais arrojadas e revolucionárias (Engelke, 1977, p. 45).

Além do "progresso" levar o desenvolvimento para esses lugares, antes esquecidos, Dom Inocêncio alertou, também, sobre o perigo da penetração de ideias revolucionárias nas zonas rurais: "E os agitadores estão chegando ao campo. Se agirem com inteligência nem vão ter necessidade de inverter coisa alguma. Bastará que comentem a realidade, que ponham a nu a situação em que vivem ou vegetam os trabalhadores rurais" (Engelke, 1977, p. 45).

Martins (1995) destaca a postura reacionária que conduziu a Igreja à discussão da questão agrária. Eventos como a Guerrilha de Porecatu (1946-1951), no Paraná; os episódios de Trombas e Formoso, no norte de Goiás (atual Tocantins); os primeiros núcleos das Ligas Camponesas, em Pernambuco; e a crescente influência do Partido Comunista Brasileiro (PCB) no campo foram fatores que, somados, introduziram a questão agrária no pensamento católico. Tais elementos direcionaram ações para os problemas nacionais por meio da modernização da agricultura e fixação do homem no campo.

Para Dombrowski, se a Carta de Campanha deve, de fato, ser tomada como um marco do envolvimento da Igreja com a questão da reforma agrária, não se pode afirmar que este envolvimento representou uma reação diante da "ameaça comunista". Tampouco revela uma postura progressista, pelo fato de não ter colocado a Igreja ao lado dos excluídos do processo de modernização. O que se tem enunciado nela é um projeto que privilegia a ordem. No documento, os patrões rurais não apenas são apresentados como pessoas distintas da Igreja, como ressalta que a instituição não pode ser compreendida como uma força burguesa. Ademais, "o uso das expressões 'somos todos irmãos' e 'o mundo há de abranger-nos, sem necessidade de mutuamente nos devorarmos', mostra que a opção pela ordem se apresenta antes como uma política de conciliação de classes" (2016, p. 46).

De fato, mais apropriado do que afirmar que representou uma reação diante da ameaça comunista é compreender a Carta de Campanha a partir de uma tradição discursiva anticomunista, que remonta ao início do século XX no Brasil. Embora muitas lideranças políticas e religiosas realmente acreditassem na existência de uma ameaça comunista no país, seus temores foram exagerados, segundo salienta Motta. No entanto, "outros manipulavam a boa-fé e os sentimentos conservadores de uma parte da população de maneira oportunista", a fim de "aproveitar o medo ao 'vermelho' para combater todo tipo de movimento social que demanda direitos ou reformas". No decorrer da história brasileira, "a repressão anticomunista foi dirigida não apenas contra os comunistas propriamente, sempre minoritários, mas contra todos os movimentos progressistas" (Motta, 2021, p. 23).

Em tais circunstâncias, o discurso religioso buscou desenvolver um consenso pela dominação estabelecida. Ainda que a Igreja reconheça as desigualdades sociais e a situação desumana em que se encontravam os trabalhadores rurais, ela se recusa a qualquer oposição à ordem socioeconômica estabelecida, sobretudo a oposição comunista, "os agitadores". Trata-se de um discurso religioso que teme explicitamente a luta dos dominados contra os dominantes. Sendo assim, a Pastoral de Campanha representou uma política de conciliação de classes, na busca de criar um consenso, em resposta ao possível avanço comunista e das lutas sociais que poderiam ameaçar a estrutura de dominação vigente. Com isso, não se discorda totalmente da interpretação proposta por Dombrowski, mas busca-se apontar certas nuances.

Após a Carta de Campanha, ocorreram diversos eventos e a publicação de uma série de cartas pastorais e documentos episcopais acerca da reforma agrária[36]. Dentre eles, destaca-se o documento intitulado *A Igreja e a reforma agrária*, o mais elaborado e mais longo apresentado até aquele momento referente à questão agrária. Elaborado durante a II Assembleia Geral da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil, que ocorreu na cidade de Aparecida/SP, entre os dias 9 e 11 de setembro de 1954, o documento é composto por quatorze páginas, subdividido em seis seções: (a) oportunidade de uma reforma agrária no Brasil; (b) conceituação – como se deve entender a reforma agrária; (c) objetivos da reforma agrária; (d) responsabilidade em face da reforma agrária – a quem cabe realizá-la; (e) características essenciais de uma reforma agrária no Brasil; e (f) condições para a sua realização.

De acordo com a CNBB, a reforma agrária deveria ser entendida como "um conjunto de medidas que modificam o atual estatuto jurídico-social da propriedade rural", a fim de:

> 1º Vincular o homem à terra como seu proprietário;
> 2º possibilitar em larga escala o acesso à terra àqueles que estejam aptos a se tornar proprietários;
> 3º criar as condições para que o homem obtenha pela posse e uso adequado da terra, os meios de proporcionar uma existência digna de si e à família, sem ferir as legítimas exigências do bem comum[37].

No que concerne à responsabilidade em realizar a reforma agrária, o episcopado brasileiro defendeu que era, incontestavelmente, do poder público. Assim, caberia ao Estado promover a sua execução. Ao Congresso Nacional caberia elaborar uma legislação que respeitasse as aspirações das populações rurais e lhe desse segurança jurídica, ficando seu planejamento e execução a cargo do Instituto Nacional de Imigração e Colonização (INIC)[38].

---

[36] Sobre isso, ver: CNBB. *Pastoral da Terra*. São Paulo: Paulinas, 1977 (Estudo da CNBB 11).
[37] CNBB. Conclusões da 2º Assembléia Geral da CNBB. *In*: CNBB. *Pastoral da Terra*. São Paulo: Paulinas, 1977, p. 79-80. (Estudo da CNBB 11).
[38] *Ibidem*, p. 81-82.

Em síntese, a CNBB buscou unificar o discurso da Igreja em torno da questão agrária. Apesar de sustentar a urgência em discutir o tema, defendeu que esta fosse limitada apenas àqueles que estivessem aptos a se tornar proprietários. No entanto, o episcopado brasileiro não explicitou quais os critérios utilizados na escolha dos trabalhadores contemplados.

Dois anos depois, entre os dias 21 e 26 de maio de 1956, ocorreu o I Encontro dos Bispos do Nordeste (IEBN), na cidade de Campina Grande, Paraíba. Convocado pela Conferência Nacional dos Bispos do Brasil, durante os seis dias do evento, o episcopado teceu críticas ao governo federal e apontou caminhos para a superação do "subdesenvolvimento" da região Nordeste, que se situava em grande parte no chamado Polígono das Secas[39]. Em Campina Grande, os bispos nordestinos, apoiados na doutrina social da Igreja e em dados concretos sobre o meio rural, acusaram uma falta de rigor no tratamento do governo federal e seus órgãos sobre os aspectos sociais do Nordeste, de onde originava-se a maior parte do episcopado na Comissão Central[40] da CNBB.

O evento contou com a colaboração da presidência da República, com reuniões preparatórias realizadas no Palácio do Catete, no Rio de Janeiro. A primeira reunião ocorreu no dia 9 de maio de 1956, sob a direção do presidente Juscelino Kubitschek e com a presença de Dom Helder Câmara, então secretário-geral da CNBB. A reunião contou também com a participação de cinco ministros e trinta dirigentes da administração pública dos órgãos que atuavam no Nordeste. Nesta ocasião, o presidente Kubitschek solicitou que fosse entregue aos presentes "um questionário, levantando questões objetivas e formulando perguntas sobre situações concretas do serviço público naquela região". O prazo seria de apenas dois dias. Segundo o presidente, "apesar de tão exíguo esse prazo, ninguém falhou" (Kubitschek, 2016, p. 79-80).

O questionário era composto pelas seguintes perguntas: (1) "Que obras empreende no Nordeste?"; (2) "Que recursos orçamentários estão empenhados no prosseguimento das mesmas?"; e (3) "De que recursos técnicos e orçamentários poderia dispor, salvaguardando o essencial dos trabalhos em curso?". Com essas questões, buscava-se descobrir, em cada unidade

[39] O Polígono das Secas é uma "demarcação no interior do próprio Nordeste geográfico mais amplo, que apresentava as condições climático-ecológicas propícias ao fenômeno da falta e irregularidades de chuva. Essa própria demarcação era em si mesma econômica e política, pois foi concebida precisamente na época em que se expandia o 'Nordeste' algodoeiro-pecuário, em detrimento do 'Nordeste' açucareiro" (Oliveira, 1977, p. 53). Foi instituído pela Lei Federal nº 175, de 7 de janeiro de 1936, sob o primeiro governo de Getúlio Vargas (1930-1945).

[40] De acordo com o *Plano Pastoral de Conjunto*, a Comissão Central era o órgão diretor da CNBB, composta por vinte e nove membros, dos quais seis (os cinco cardeais e o arcebispo da Capital Federal) eram membros natos. A Comissão Central devia reunir-se ordinariamente a cada semestre e extraordinariamente sempre que necessário. O motor executivo era o secretariado geral, que deveria "suscitar, auxiliar, executar e coordenar toda a dinâmica e as atividades da CNBB" (CNBB, 2004, p. 18).

federativa do Nordeste, algum trabalho em andamento, ou por iniciar, com duas características: (a) “Prestar-se a atrair e fixar nordestinos tentados a migrar”; e (b) “Dar margem à colaboração de diversos Órgãos, cada qual dentro de sua esfera específica e de suas possibilidades reais em técnicos e verbas disponíveis”. A preferência seria atribuída a trabalhos que: (1) “Possam ter início praticamente imediato”; (2) “Importem em realizações que assegurem aproveitamento permanente de migrantes”; e (3) “Contribuam, a um tempo, para a elevação do nível econômico e social dos trabalhadores e respectivas famílias”. As respostas recolhidas serviram de base para a organização do encontro[41].

O objetivo das reuniões no Palácio do Catete era “descobrir e sugerir um meio prático de realizar”, ainda em 1956, “uma experiência-piloto de entrosamento dos vários órgãos que atua[va]m no Nordeste” (Kubitschek, 2016, p. 82). Assim, as reuniões teriam aberto espaço para “a esquematização de todo o material levantado com dados concretos e estudado nas fontes”. Nas palavras do presidente, essas reuniões permitiriam “ao governo, pela primeira vez na história da República, trazer para um congresso planos de conjunto, abrangendo vários ministérios e praticamente todos os órgãos federais que atuavam numa determinada região” (Kubitschek, 2016, p. 80-81).

Durante o evento na cidade paraibana, foram debatidas e sistematizadas sugestões que subsidiaram a *Declaração dos Bispos do Nordeste*, assinada pelos dezenove bispos[42] que atuavam na região e organizada por Dom Helder Câmara, relator-geral do evento. Esta declaração foi entregue ao presidente da República, que participou do encerramento do encontro em 26 de maio de 1956. O evento serviu para alinhar o discurso desenvolvimentista do governo Juscelino Kubitschek (1956-1961) com a preocupação dos prelados em relação à necessidade de possibilitar condições mais dignas ao povo nordestino, como, por exemplo: a locação rural e a desapropriação das áreas de terra aproveitáveis, bem como o acesso à exploração agrária. A elaboração dos diagnósticos e das propostas apresentadas durante o encontro foi complexa, além de ser um dos pontos altos do amplo projeto iniciado pela Igreja a partir da Semana Ruralista de Campanha, em 1950.

No decorrer do encontro, os bispos nordestinos debateram um programa com seis temas fundamentais, a saber: (1) planejamento e investimento; (2) agricultura, crédito rural e colonização; (3) serviços sociais e educativos; (4) o problema da eletrificação do Nordeste e a

[41] CNBB. Declaração dos Bispos do Nordeste. 1956. *In*: ROCHA, Dom Jaime Vieira (Org.). *Anais – Sob os signos da Esperança e da responsabilidade social* – anais do I e II Encontros dos Bispos do Nordeste (Campina Grande, 1956/Natal, 1959). Rio de Janeiro, Presidência da República – Serviço de Documentação, 1960; Campina Grande: EDUEPB, 2016, p. 110.

[42] Anexo A – Lista dos Bispos signatários do I Encontro dos Bispos do Nordeste.

contribuição da Companhia Hidroelétrica do São Francisco (Chesf) para sua solução; (5) programa de execução imediata; e (6) a Igreja em face dos problemas do Nordeste. Participaram das atividades representantes de diversos órgãos oficiais, dentre eles o Departamento de Obras Contra as Secas (DNOCS), Departamento Nacional de Produção Animal (DNPA), Departamento Nacional de Estradas de Rodagem (DNER), Departamento Nacional de Endemias Rurais (DNERU), Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), Instituto Nacional de Imigração e Colonização (INIC), Serviço de Informação Agrícola (SIA), Banco do Brasil, Banco do Nordeste (BNB) e o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico (BNDE)[43].

Os temas do encontro foram apresentados por oradores com competência acadêmica e experiência profissional na região, em sessões abertas ao público. De acordo com o jornal *Diário de Pernambuco*, os oradores eram, principalmente, especialistas em Economia, Ciências Sociais, Planejamento e Desenvolvimento Econômico[44]. Os temas foram sistematizados em forma de relatório, com propostas de programas de ação a longo prazo. Os bispos e técnicos dos órgãos governamentais acompanhavam os trabalhos através de cópias mimeografadas, previamente distribuídas em cada plenária. Durante a apresentação dos relatórios, não eram permitidas intervenções, nem questões. A presidência da mesa receberia apenas pedidos de esclarecimentos para resposta no período da tarde[45].

No primeiro dia, o técnico João Gonçalves de Souza ficou responsável pela exposição do tema *Agricultura, Colonização e Planejamento*. Natural de Lavras da Mangabeira, Ceará, Souza era técnico do Serviço de Informação Agrícola e representante do Brasil junto à *Food and Agriculture Organization* (FAO). Além disso, detinha certa influência no meio católico, chegando a ocupar o cargo de presidente da Ação Católica Rural (ACR) e representante do Brasil durante o primeiro Congresso Internacional de Vida Rural Católica em Roma. No período da tarde, iniciaram-se as reuniões dos grupos de estudo, com debates acerca da exposição de Gonçalves de Souza. A sessão foi movimentadíssima, com diversas interferências do episcopado e dos técnicos. Em conclusão, ficou decidido que esse grupo de estudo deveria se dividir em três subgrupos: Agricultura, Crédito Rural e Colonização (Souza, 2022).

---

[43] CNBB. Declaração dos Bispos do Nordeste. *Op. cit.*, 2016.

[44] ALCÂNTARA, Marco Aurélio de. Prioridade ao Nordeste na ação do "Serviço Social Rural". *Diário de Pernambuco*, Recife, ano 131, n. 119, 24 maio 1956, p. 1. Disponível em: https://memoria.bn.gov.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=029033_13&pagfis=33800. Acesso em: 10 dez. 2024.

[45] ALCÂNTARA, Marco Aurélio de. Programa do Governo Federal para a Zona do "Polígono". *Diário de Pernambuco*, Recife, ano 131, n. 119, 24 maio 1956, p. 1. Disponível em: https://memoria.bn.gov.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=029033_13&pagfis=33800. Acesso em: 10 dez. 2024.

No dia seguinte, Edgar Amarante abordou o tema *O problema da Eletrificação do Nordeste e a contribuição da CHESF para a sua solução*. Amarante salientou que, na área nordestina, os problemas referentes à "racionalização da agricultura, o abastecimento de água, o transporte, o crédito e as condições dos serviços persistem com maior intensidade em razão do fator energia elétrica"[46]. Para ele, a escassez de energia determinava a falta de incentivo à modernização da agricultura na região. Isto posto, o relatório sugeriu que, "como providência fundamental, deveriam ser assegurados à Hidroelétrica do São Francisco em tempo útil, os recursos necessários ao prosseguimento normal do seu trabalho"[47]. A questão da energia elétrica era um elemento vital para a industrialização da região e, consequentemente, para o seu progresso, segundo a ideologia da modernização, conforme será discutido no tópico a seguir.

No terceiro dia do evento, a assistente social Aylda Faria da Silva Pereira discorreu sobre o tema *Serviço Social Educativo*. Pereira era católica e graduada pela Faculdade de Serviço Social, no Instituto de Educação Familiar e Social do Rio de Janeiro (Souza, 2022). Após considerações preliminares sobre o desenvolvimento econômico do Nordeste, a assistente social salientou "a necessidade de planejar os serviços de saúde, educação, recreação, de modo a atender as aspirações de cada comunidade". Em seu discurso, ela sugeriu não somente a ativa participação das populações beneficiadas, "como a iniciativa e o esforço próprio dos grupos locais na tarefa de desenvolvimento". Seu relatório apresentou "uma caracterização de aspectos sociológicos da vida comunitária: o problema da liderança, responsabilidade e coordenação no sentido da fixação de padrões culturais e sistemas políticos"[48].

Evidencia-se, portanto, uma linhagem de pensamento que deita raízes na ideologia do Desenvolvimento de Comunidade. Após a Segunda Guerra Mundial, no contexto da "Guerra Fria", a Organização das Nações Unidas (ONU) empenhou-se na promoção do Desenvolvimento de Comunidade como alternativa para solucionar o complexo problema de integração das populações menos favorecidas aos planos regionais e nacionais de desenvolvimento econômico. Pautado por um esquema conceitual societário fundamentado pela harmonia e equilíbrio, em 1956, a ONU definiu o desenvolvimento de comunidade como um

---

[46] ALCÂNTARA, Marco Aurélio de. O problema da eletrificação do Nordeste e a contribuição da CHESF para a sua solução. *Diário de Pernambuco*, Recife, ano 131, n. 119, 24 maio 1956, p. 16. Disponível em: https://memoria.bn.gov.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=029033_13&pagfis=33815. Acesso em: 10 dez. 2024.

[47] *Ibidem*.

[48] ALCÂNTARA, Marco Aurélio de. Prioridade ao Nordeste na ação do "Serviço Social Rural". *Diário de Pernambuco*, Recife, ano 131, n. 119, 24 maio 1956, p. 12. Disponível em: https://memoria.bn.gov.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=029033_13&pagfis=33811. Acesso em: 10 dez. 2024.

> processo através do qual os esforços do próprio povo se unem aos das autoridades governamentais, com o fim de melhorar as condições econômicas, sociais e culturais das comunidades, integrar essas comunidades na vida nacional e capacitá-las a contribuir plenamente para o progresso do país (*apud* Ammann, 2013, p. 49).

No caso do Brasil, já em 1945[49] firmou-se um acordo sobre a educação rural que preparava, mais diretamente, a entrada do Desenvolvimento de Comunidade no país, mediante a cooperação estabelecida entre o Ministério da Agricultura e a *Inter-American Educational Foundation Inc.* – cooperação subordinada ao *Office of Inter-American Affairs*, agência do governo dos Estados Unidos. Esta agência propunha-se a estabelecer maior aproximação interamericana, através do intercâmbio intensivo de educação, ideias e métodos pedagógicos entre os dois países (Ammann, 2013).

Assim, em conformidade com essa ideologia, o relatório sugeriu a constituição de três planos de trabalho articulados entre si. Um Plano Nacional, formado pelos grupos dirigentes das entidades comprometidas – públicas e privadas – com as diretrizes do programa, os objetivos gerais e as normas de ação. Um Plano Regional, composto pelos responsáveis pelo planejamento do programa, baseado nas particularidades de cada área, ou região. Por fim, um Plano Local, liderado pelos grupos "responsáveis pela execução do programa nas respectivas áreas de trabalho, respondendo pelo seu desenvolvimento harmonioso [em] todos os setores da Comunidade – sanitário, econômico, educacional, social, recreativo"[50].

Segundo o relatório, as dioceses, por seus departamentos de ação social e das suas paróquias rurais, estariam "naturalmente credenciadas para cooperar ou mesmo liderar programas de desenvolvimento de comunidades rurais". A relatora Aylda Pereira apontou as funções que caberia à Igreja como agente coordenadora no Nordeste: (a) "integrando os órgãos nacionais, regionais e locais"; (b) "assumindo responsabilidades diretas no plano local, selecionando pessoal"; e (c) "participando dos programas de treinamento e dirigindo ou supervisionando serviços locais"[51].

Na Figura 1, observa-se Dom Adelmo Machado, arcebispo auxiliar de Maceió, junto ao episcopado nordestino durante o I Encontro dos Bispos do Nordeste. Os pressupostos da ideologia do desenvolvimento de comunidade repercutiram profundamente na ação social rural

---

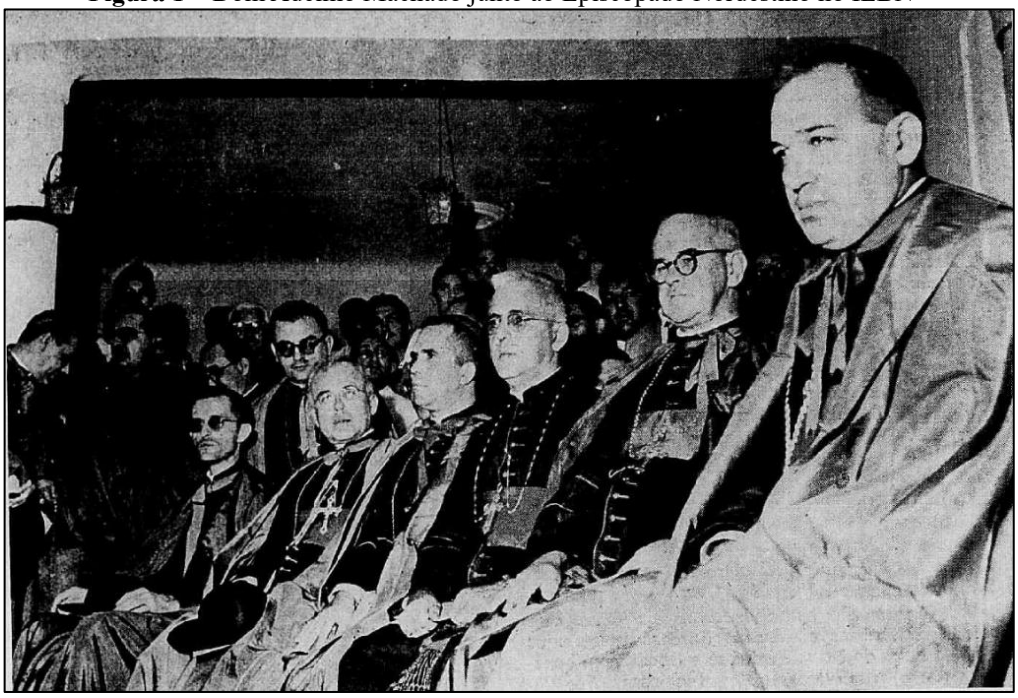
[49] É importante assinalar que antes desse período, mais precisamente em 1942, foi celebrado convênio entre os governos brasileiro e estadunidense para incremento da produção de gêneros alimentícios no Brasil, como resposta à preocupação de que "'os povos famintos têm mais receptividade à propaganda comunista'... Mediante proposta do vice-presidente executivo do Instituto de Assuntos Interamericanos – general Dunham – o Acordo é prorrogado em 1944 e o governo americano continua a manter seu quadro de técnicos junto ao Ministério de Agricultura, para assessoria à Comissão de produção de alimentos" (Ammann, 2013, p. 47).

[50] ALCÂNTARA, Marco Aurélio de. Prioridade ao Nordeste na ação do "Serviço Social Rural". *Op. cit.*, p. 12.

[51] *Ibidem.*

desenvolvida na Arquidiocese de Maceió, conforme se verá nos capítulos seguintes. Inicialmente, através das semanas ruralistas e, posteriormente, com a instalação do Movimento de Educação de Base.

Figura 1 – Dom Adelmo Machado junto ao Episcopado Nordestino no IEBN[52]



Fonte: *O Observador Econômico e Financeiro* (1956).

Na sequência das atividades, o economista baiano Rômulo de Almeida foi relator do tema *Planejamento e Investimento*. Esse economista estava à frente da primeira Comissão de Planejamento Econômico da Bahia. Segundo Souza, a sua participação no encontro dialogava com o desenvolvimentismo católico, afinal, o desenvolvimento na perspectiva cristã não era contra a participação do Estado. Pelo contrário, "convocava esse e outros interessados a cooperarem para atingirem o desenvolvimento das comunidades onde os projetos fossem desenvolvidos" (2022, p. 217).

Paralelemente à sessão *Planejamento e Investimento*, na sede da Associação Comercial de Campina Grande, ocorreu o desenvolvimento das atividades referentes ao tema *Planejamento e Assistência Social e Econômica*. Entre os presentes nesta sessão, encontrava-se o economista Florindo Villa-Alvárez, representante do Ponto IV[53] no Brasil, programa de

[52] Veem-se, sentados, da esquerda para a direita: Dom Eugênio Sales, bispo auxiliar de Natal; Dom Expedito Lopes, bispo de Garanhuns; Dom Eliseu Mendes, bispo de Mossoró; Dom Adelmo Machado, arcebispo auxiliar de Maceió; Dom João Muniz, bispo da Barra; e Dom José Távora, bispo auxiliar do Rio de Janeiro.

[53] O Ponto IV foi um programa de assistência técnico-financeira aos países considerados subdesenvolvidos, concebido durante o governo do presidente norte-americano Harry S. Truman (1945-1953).

assistência técnico-financeira dos Estados Unidos. Por fim, o tema *Igreja em face dos problemas do Nordeste* foi relatado pelo bispo auxiliar do Rio de Janeiro, Dom José Vicente Távora[54]. Destacar brevemente esses debates, seus oradores e possíveis relações estabelecidas ajuda a compreender não somente suas linhagens de pensamento e ideologias que fundamentavam a prática sociorreligiosa da Igreja, mas também, que os convênios e decretos executados após o encontro foram produtos de negociações entre diferentes segmentos da sociedade, com múltiplos interesses.

Na página seguinte, a Figura 2 registra o último dia do evento, a 26 de maio de 1956, quando o encontro foi encerrado com a presença do presidente Juscelino Kubitschek. Em seu discurso, o presidente destacou a escolha da palavra encontro: "Nem reunião, nem congresso, nem conferência: e sim encontro". Para Kubitschek, aquela não seria uma assembleia qualquer, à medida que sugeria uma "deliberação sincera de afinar corações e inteligências" com desejo de entendimento para uma ação conjunta. Assim, "quando termina o encontro, não há separação, pois já está feito o congraçamento em profundidade capaz de conduzir a uma colaboração que soma sem confundir e multiplica sem dispersar" (Kubitschek, 2016, p. 67).

Juscelino relacionou o I Encontro dos Bispos do Nordeste às ações que a Igreja já vinha realizando, como, por exemplo, a Cruzada de São Sebastião em apoio à urbanização das favelas no Rio de Janeiro. Ele informou que estava implementando "um plano de autofinanciamento da Campanha, que consiste em conjugar a solução para o problema de casas populares com o surgimento da zona industrial", tema também discutido durante o evento. Para Kubitschek, seria contraproducente "cuidar de urbanização de favelas sem o simultâneo atendimento ao homem rural". Tratava-se, portanto, de uma batalha em duas frentes: "uma, na cidade, com a urbanização das favelas, e a outra, no interior, com a fixação do homem rural no solo" (Kubitschek, 2016, p. 73-74).

Na ocasião, o presidente destacou, ainda, a perspectiva de industrialização do Nordeste, ao afirmar o seguinte:

> Ocorreu-me agora outra promessa da campanha eleitoral, e como não renego as promessas feitas, e as transformo fielmente em compromissos, reafirmo a minha ideia de fazer uma região central no Nordeste em outro Estado de São Paulo. Aproximação nada arbitrária ou fantástica: e a fiz com o pensamento na capacidade de industrialização do Nordeste por efeito desse fator novo, extraordinariamente irradiante de energia e força que é a Paulo Afonso. Estou estimulando empresas privadas a se instalarem nas proximidades da Paulo Afonso, e ainda ontem recebi em audiência industriais de alumínio, para os quais descrevi o quadro das vantagens de

[54] ALCÂNTARA, Marco Aurélio de. Programa do Governo Federal para a Zona do "Polígono". *Diário de Pernambuco*, Recife, ano 131, n. 119, 24 maio 1956, p. 1. Disponível em: https://memoria.bn.gov.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=029033_13&pagfis=33800. Acesso em: 10 dez. 2024.

> Paulo Afonso e as excelências de seu parque industrial num futuro próximo. Vamos procurar, para que se concretize com amplitude a industrialização de Paulo Afonso, uma fórmula de equilíbrio entre a dinamização da iniciativa privada e a capacidade de intervenção do Estado. Uma fórmula em que o Estado se afirme como elemento de estimulo e coordenação, em vez de potência lançada em campo para totalizar recursos e absorver riquezas (Kubitschek, 2016, p. 74-75).

Trata-se, claramente, da tese do Estado subsidiário, só que a participação do Estado aparece bastante ampliada face às posições ortodoxas do liberalismo econômico. Nesse sentido, não haveria razão para enxergar oposição entre os setores público e privado. Pelo contrário, segundo o pensamento desenvolvimentista, tratava-se de uma "divisão adequada de tarefas entre a iniciativa privada e a pública" (Kubitschek, 1957, p. 18). Portanto, "o papel do governo não é nem deve ser, o de competir com a iniciativa privada, mas, ao contrário, dar-lhe apoio e estímulo, em caráter supletivo, sempre visando ao enriquecimento da Nação" (Kubitschek, 2019, p. 168).

Figura 2 – Presidente Juscelino Kubitschek, Núncio Apostólico e Episcopado Nordestino no IEBN



(26 de maio de 1956, Campina Grande)
Fonte: Arquivo Nacional. Fundo Agência Nacional.

Por fim, Kubitschek salientou que os textos do encontro apresentavam recomendações objetivas, concretas, práticas e que a experiência-piloto não implicou a "criação de novos órgãos estatais, nem determina especiais financiamentos". Exigia tão somente "iniciativa,

competência, ação, aproveitamento dos recursos existentes, unidade de comando nas providências". Segundo o presidente, representou uma "tranquilidade para o Poder Público verificar que os guias espirituais da Nação" estavam "dispostos a uma atuação apostólica para a qual chamam em ajuda não apenas o clero", mas também o laicato católico, especialmente, através da Ação Católica (Kubitschek, 2016, p. 83-84).

As sugestões do episcopado, sistematizadas por Dom Helder Câmara, deram corpo à *Declaração dos Bispos do Nordeste* e foram incorporadas ao programa administrativo de JK, mediante decretos presidenciais. Na ocasião do evento, Kubitschek se comprometeu com dezenove decretos federais de longo prazo e um em caráter emergencial, assinados em 1º de junho de 1956. Os compromissos assumidos pelo presidente previam a construção de açudes, expansão da rede hidrelétrica, melhorias na infraestrutura rodoviária e portuária, bem como intensificação na modernização da agricultura e na industrialização da região. A Figura 3, publicada no periódico carioca *Revista da Semana*, apresenta os locais nordestinos sujeitos às obras determinadas pelos decretos presidenciais.

Figura 3 – Locais nordestinos contemplados pelos decretos presidenciais



Fonte: *Revista da Semana* (1956).

Além disso, estabeleciam um prazo de trinta dias para a apresentação do plano de execução e de noventa dias para a produção de um relatório sobre o andamento dos trabalhos, dificuldades encontradas e soluções adotadas para a realização dos projetos[55]. Pode-se observar pela Figura 3 que o estado de Alagoas foi contemplado com três decretos federais (os decretos de nº 39.291, 39.294 e 39.295, de 1º de junho de 1956). O primeiro decreto dispõe sobre a instalação de 200 famílias na Colônia Pindorama[56], enquanto o segundo previa a construção de casas populares para essas famílias. O atual povoado de Pindorama se localiza no município de Coruripe, na foz do rio São Francisco, e a vinte e três quilômetros do município de Penedo. Os projetos, portanto, pertenciam à circunscrição eclesiástica da Diocese de Penedo.

Já o decreto de nº 39.295 dispõe "sobre as medidas necessárias ao desenvolvimento da criação de gado e da indústria leiteira"[57] na região do Cariri Velho, Paraíba, e na região de Jacaré dos Homens, Batalha e Major Isidoro, Alagoas. Observa-se, dessa forma, a preocupação dos grupos de trabalho com a indústria agropastoril. Na Paraíba e em Alagoas, cumpriria ao governo incentivar as indústrias leiteira e pecuária mediante crédito orientado do Banco do Nordeste – em articulação com o Banco do Brasil e o BNDE – a fim de suprir a região com carnes e derivados do leite, visto que a população nordestina sofria deficiências de proteína animal[58].

Para Aspásia Camargo, o I Encontro dos Bispos do Nordeste deve ser considerado o segundo marco da atuação da Igreja na questão agrária, inaugurando a "ofensiva oficial da Igreja rumo a uma efetiva penetração no campo. [...] Antecipando-se à Presidência diante da opinião pública, a Igreja compromete-se com um plano gradual de soerguimento da região que contará com a mais aberta simpatia e cooperação oficial" (2007, p. 196, 197).

É compreensível a afirmação da autora, tendo em vista o protagonismo da Igreja, pois foi o episcopado nordestino, e não os técnicos do governo federal, quem primeiro propôs um plano para resolver o problema de "atraso" econômico dessa região, com recomendações

---

[55] GUARNIERI, W. D. Helder e o comunismo. *Revista da Semana*, Rio de Janeiro, ano 57, n. 28, 14 jul. 1956, p. 60. Disponível em: http://hemerotecadigital.bn.br/acervo-digital/revista-semana/025909. Acesso em: 10 dez. 2024.

[56] BRASIL. Decreto nº 39.291, de 1 de junho de 1956. Dispõe sobre a instalação de 200 famílias na Colônia Pindorama, Estado de Alagoas. *In*: ROCHA, D. Jaime Vieira (Org.). *Sob os signos da Esperança e da responsabilidade social*: anais do I e II Encontros dos Bispos do Nordeste. Campina Grande: EDUEPB, 2016, p. 219-220.

[57] BRASIL. Decreto nº 39.295, de 1 de junho de 1956. Dispõe sobre as medidas necessárias ao desenvolvimento da criação de gado e da indústria leiteira nas regiões que menciona, nos Estados da Paraíba e Alagoas. *In*: ROCHA, D. Jaime Vieira (Org.). *Sob os signos da Esperança e da responsabilidade social*: anais do I e II Encontros dos Bispos do Nordeste. Campina Grande: EDUEPB, 2016, p. 238-239.

[58] Os municípios alagoanos contemplados pelo decreto também estavam (e estão) circunscritos à Diocese de Penedo. Depreende-se, portanto, que Dom Adelmo Machado não teve uma atuação significativa durante o evento, adquirindo maior *expertise* a partir da sua segunda edição, em que apresentou diversos projetos. Voltar-se-á a este ponto no segundo capítulo.

específicas quanto aos seus aspectos e caráter geral. O episcopado propôs a JK a elaboração de um plano socioeconômico para a região, o que resultou na *Operação Nordeste* e na fundação, em 1959, da Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste.

O *slogan* de campanha de Kubitschek, "cinquenta anos em cinco", resumia seu programa de governo: acelerar o desenvolvimento nacional. Aliás, para Moreira, seu programa de governo "assumiu integralmente a 'linguagem do desenvolvimento'. Mais conhecido como Plano de Metas, o programa era, na realidade, um documento essencialmente econômico". Composto por trinta metas, "distribuídas entre os setores de energia (metas de 1 a 5), transporte (metas de 6 a 12), alimentação (metas 13 a 18), indústria de base (metas 19 a 29) e educação (meta 30)" (2003, p. 159).

Segundo Sonia Mendonça, "o Plano de Metas foi um marco na reelaboração qualitativa das relações entre Estado e economia no país". Pela primeira vez, integravam-se "sob controle do governo, as atividades do capital público e do privado (nacional e estrangeiro), através de um planejamento que definia as prioridades de investimento, bem como as estratégias para dirigir os recursos privados para essas áreas" (1988, p. 50).

Favorável às preocupações dos prelados, em dezembro de 1956, JK formou o Grupo de Trabalho para o Desenvolvimento do Nordeste (GTDN). Camargo (2007) assinala que as sugestões de planejamento e integração regional se transformaram na 31ª meta de Kubitschek, que a batizou de *Operação Nordeste*, no início de 1959. Liderado por Celso Furtado, o GTDN incluía representantes do Banco do Nordeste, do Banco Nacional de Desenvolvimento, do Ministério dos Transportes e Obras Públicas, da Comissão do Vale do São Francisco (CVSF) e dos Ministérios da Agricultura, Saúde e Educação. Segundo Buckley, o presidente solicitou "ao grupo que se reunisse regularmente por um período de dois anos e lhe apresentasse uma proposta de desenvolvimento regional. O relatório do GTDN, apresentado em 1959, tornou-se a base da estratégia de desenvolvimento do Nordeste nos cinco anos seguintes" (2021, p. 205).

Os encontros dos bispos do Nordeste foram, por diversas razões, um marco na história da Igreja do Brasil no que se refere às questões sociais. A CNBB, pela primeira vez, afirmou-se como porta-voz da hierarquia católica no campo político, ao tempo em que o episcopado decidiu declarar a sua solidariedade com as classes subalternas. Após esses encontros, realizados entre bispos, padres, políticos, assessores e técnicos do governo, pôde-se falar de atuação reformista e de colaboração com o Estado desenvolvimentista de então, da qual o fruto mais expressivo foi a fundação da Sudene.

1.2 A Ideologia da Modernização nos anos JK

A forma como a CNBB interpretava o campo brasileiro se fundamentava nos principais pontos da chamada ideologia da modernização, forjada nos Estados Unidos nos anos que se seguiram ao fim da Segunda Guerra Mundial. De acordo com essa ideologia, "desenvolvimento" – ou "modernização" – significava utilizar os avanços científicos e tecnológicos para construir um "mundo melhor", "à imagem e semelhança dos EUA" (Silva, 2015, p. 35). Isto é, industrializado, urbanizado, com altos níveis educacionais e, principalmente, com máxima eficiência produtiva. Ao colocar a sua própria sociedade como o ponto máximo de uma escala linear, caberia aos EUA o "fardo do homem branco": fornecer aos países "subdesenvolvidos" as ferramentas necessárias para que estes se modernizassem, a fim de superar o atraso econômico. Pretendia-se, dessa forma, construir "um mundo industrializado de nações competitivas, interagindo em um mundo capitalista e de livre-comércio" (Silva, 2015, p. 41).

Entre os estudiosos, há certo consenso de que o Ponto IV do discurso de posse do presidente Herry Truman (1945-1953), realizado em 20 de janeiro de 1949, inaugurou a era do desenvolvimento (Rist, 2002; Mendonça, 2010; Silva, 2015; Porphirio, 2021; Souza, 2022). O presidente estadunidense estruturou o tradicional *Discurso sobre o estado da União* em quatro momentos. Nos dois primeiros pontos, reafirmou-se que os Estados Unidos continuariam a apoiar a nova Organização das Nações Unidas (ONU), fundada em 1945, e que dariam continuidade aos esforços para reconstruir a Europa por meio do Plano Marshall (1947). Na sequência, anunciou-se a criação de uma organização de defesa comum – a Organização do Tratado do Atlântico Norte (OTAN) – para enfrentar a "ameaça soviética". A estes três pontos, acrescentou-se a proposta de cooperação técnica e auxílio financeiro aos países considerados subdesenvolvidos. Desse modo, o Ponto IV, programa de assistência técnico-financeira, foi originado do quarto ponto do discurso de posse do presidente Truman.

"Quarto, devemos embarcar em um novo programa ousado", afirmaria Truman na frente do Capitólio dos EUA, "para tornar os benefícios de nossos avanços científicos e progresso industrial disponíveis para a melhoria e o crescimento de áreas subdesenvolvidas"[59]. Pela primeira vez se utilizava o adjetivo "subdesenvolvimento" como sinônimo de "regiões economicamente atrasadas", em um discurso com alcance global. Para Rist (2002, p. 87), esta

[59] ESTADOS UNIDOS DA AMÉRICA. Presidente (1945-1953: Harry S. Truman). *Discurso sobre o estado da União*. Washington D.C, 20 jan. 1949. Disponível em: https://www.trumanlibrary.gov/library/public-papers/19/inaugural-address. Acesso em: 9 out. 2024.

inovação terminológica modificou o significado do conceito de desenvolvimento, ao introduzir uma relação inédita entre desenvolvimento e subdesenvolvimento.

É evidente que o termo "desenvolvimento" já estava inserido tanto no campo das ciências da natureza, quanto da economia política. No entanto, segundo a tradição ocidental do conceito, era utilizado como um fenômeno intransitivo, que simplesmente ocorre, sem que fosse possível mudar nada nele. Foram os ideólogos do desenvolvimento, a partir da teoria da modernização, que passaram a utilizar o termo com conotação transitiva – uma ação exercida por um agente sobre algo ou alguém. A intransitividade, por sua vez, foi delegada ao "subdesenvolvimento", caracterizado como um estado natural, que existe sem causa aparente. Rist salienta que "essas mudanças não são apenas semânticas. Elas mudam radicalmente a visão de mundo" (2002, p. 88, tradução nossa). Essa alteração semântica possibilitaria a legitimação de uma nova forma de dominação imperialista, "não mais apoiada na intervenção militar ou nas práticas colonialistas do século XIX, mas utilizando-se de instrumentos como a assistência técnica e financeira para manutenção de relações de dominação" (Silva, 2015, p. 35).

No plano conceitual, o novo binômio desenvolvimento/subdesenvolvimento – em substituição a colonizados/colonizadores – sugere não apenas a ideia de unidade entre os dois fenômenos, mas, sobretudo, a concepção "de uma *continuidade 'substancial'* entre os dois termos que diferem apenas relativamente entre si" (Rist, 2002, p. 89, tradução nossa). O subdesenvolvimento não seria, portanto, o oposto do desenvolvimento, mas sua forma inacabada, a forma natural de toda nação, que poderia ser transformada em desenvolvida mediante planejamento e intervenção econômica que impulsionaria a acumulação capitalista, tendo os Estados Unidos como modelo.

De acordo com Silva (2015, p. 35), o final dos anos 1950 e início da década seguinte compreende o auge desta ideologia, marcada pela teoria do economista norte-americano Walt Whitman Rostow (1916-2003). Sua teoria da modernização propõe um padrão modelar para o desenvolvimento econômico capitalista. Para esse autor, o desenvolvimento capitalista se constituiria em um fenômeno progressivo, com tendência a uma convergência econômica e social. Em *Etapas do Desenvolvimento Econômico: um manifesto não-comunista,* Rostow (1961, p. 15) sustenta que seria "possível enquadrar todas as sociedades, em suas dimensões econômicas", dentro de uma das cinco etapas do desenvolvimento, a saber: (1) a sociedade tradicional; (2) as precondições para o arranco; (3) o arranco, ou decolagem; (4) a marcha para a maturidade; e (5) a era do consumo em massa.

Ao chegar a fase do arranco, "as antigas obstruções e resistências ao desenvolvimento regular são afinal superadas", de modo que o processo de desenvolvimento seria irreversível

(Rostow, 1961, p. 19-20). Segundo Rostow, na Inglaterra, bem como nas regiões colonizadas por esta nação – como, por exemplo, os Estados Unidos e o Canadá – o principal incentivo para o arranco foi tecnológico. Nas suas palavras, "o arranco aguardou não só a acumulação de capital social fixo e um surto de evolução tecnológica da indústria e da agricultura, mas também o acesso ao poder político de um grupo" capacitado "para encarar a modernização da economia como assunto sério e do mais elevado teor político" (Rostow, 1961, p. 20).

No decurso do arranco, disseminam-se "novas técnicas agrícolas e industriais, à medida que a agricultura vai sendo industrializada, e um número cada vez maior de fazendeiros se dispõe a aceitar os novos métodos e as modificações profundas que estes acarretam para seu estilo de vida". As transformações "revolucionárias na produtividade agrícola são condição indispensável ao êxito do arranco, pois a modernização da sociedade aumenta radicalmente seus gastos com produtos da agricultura" (Rostow, 1961, p. 21). Após o arranco, estimava-se que, em uma ou duas décadas, tanto a estrutura básica da economia, quanto a estrutura sociopolítica da sociedade se modificariam de tal maneira que, a partir desse momento, poder-se-ia manter um ritmo constante de desenvolvimento.

Solta aos olhos a importância destinada à modernização da agricultura como condição indispensável ao desenvolvimento. A ênfase nos avanços científicos e tecnológicos se refletiu no uso de máquinas, sementes híbridas e fertilizantes, o que posteriormente ficou conhecido como Revolução Verde. Dos EUA, essas inovações se expandiram a outras regiões do globo, a partir da colaboração de instituições como a Fundação Rockfeller, que desenvolvia atividades de filantropia científica, com o intuito de incrementar a produção agrícola em países da América Latina e na Ásia. A perspectiva era de que a aplicação dessas novas técnicas poderia aumentar a produtividade agrícola e fornecer os elementos necessários para a sustentação da vida nas comunidades rurais, uma vez que a comercialização das colheitas geraria capital, infraestrutura e educação, dentre outros serviços vitais. Em síntese, a "prosperidade" (Souza, 2022).

Assim, observa-se, no período pós-guerra, a construção de uma agenda internacional por parte de entidades governamentais e privadas norte-americanas, tendo como um dos projetos centrais a modernização da agricultura, com destaque para a agência filantrópica *American International Association for Economic and Social Development* (AIA) de Nelson Rockefeller (1908-1979)[60]. A AIA desenvolveu projetos de cooperação técnica, sobretudo, em

[60] Nelson Aldrich Rockefeller nasceu em 8 de julho de 1908, em Bar Harbor, Estados Unidos, e faleceu a 26 de janeiro de 1979, em Nova York. O terceiro filho de John D. Rockefeller Jr. e Abby Aldrich Rockefeller, Nelson pertenceu a uma influente família estadunidense, com uma grande fortuna ainda no século XIX, resultado da exploração de petróleo, através "da *Standard Oil Company*, cuja subsidiária na Venezuela – a *Creole Petroleum Co*. – Nelson fez parte do Conselho de Diretores (1935-1940). Ainda no final do século XIX e durante o início do

agricultura e conservação do solo, além de programas de prosaneamento, alfabetização e comércio. Fundada em julho de 1946 e extinta em 1968, a agência teve atuação no Brasil e na Venezuela, bem como em alguns países asiáticos (Silva, 2015).

Para o historiador Claiton Márcio da Silva, "as proposições da AIA remetem, mesmo de forma limitada, ao processo de constituição de uma rede industrial na agricultura, iniciado mais intensamente na década de 1920 nos Estados Unidos" (2015, p. 88). No período que compreende o final da Primeira Guerra Mundial (1914-1918) e a Grande Depressão de 1929, surgiu uma complexa rede de relações nos EUA, envolvendo os diversos agentes e instituições que estavam ligados à agricultura. Formada por empresários, servidores públicos, professores das faculdades de agronomia, extensionistas (*demonstration agents*) e banqueiros, o seu principal propósito era modernizar todo o empreendimento agrícola. Como destacou Silva, "estes sistemas aproximaram capital, matéria-prima, malha de transportes, sistemas de comunicação e mão-de-obra especializada", funcionando "como redes dentro dos quais se ajustaram os componentes mais identificáveis da industrialização: tratores, estradas pavimentadas, crédito bancário, trabalho migrante e mercado de *commodities"* (2015, p. 88).

Desse modo, inspirada nas experiências norte-americanas de crédito rural e extensionismo, entre outras estratégias de desenvolvimento, a AIA procurou adaptar estes modelos à realidade brasileira. Em convênio com o governo de Minas Gerais, em 8 de dezembro de 1948 ocorreu a criação da Associação de Crédito e Assistência Rural (ACAR), considerada a experiência de maior sucesso da AIA no Brasil. Durante a gestão presidencial de Juscelino Kubitschek, o projeto mineiro foi expandido para todo território nacional. Já no primeiro ano do seu mandato, mais precisamente, em 21 de junho de 1956, JK assinou o contrato para criação da Associação Brasileira de Crédito e Assistência Rural (ABCAR). Segundo Silva, a ABCAR "foi criada com o intuito de coordenar e supervisionar o Sistema Brasileiro de Extensão Rural, orientando a manutenção dos princípios extensionistas e incentivando o surgimento de outras associações" (2015, p. 185).

Se, para os agentes norte-americanos, a nova agência representava a expansão e consolidação do projeto iniciado em Minas Gerais, para Juscelino Kubitschek significava uma ação fundamental dentro do seu programa de desenvolvimento e racionalização da agricultura

---

século XX, a família Rockefeller iniciou também a participação em atividades filantrópicas, sendo que a AIA estaria ligada, de acordo com o próprio Nelson, à esta tradição" (Silva, 2015, p. 26-27). Líder da ala liberal do Partido Republicano, exerceu o cargo de vice-presidente dos Estados Unidos na administração do presidente Gerald Rudolph Ford Jr. (1974-1977).

brasileira. Neste aspecto, é importante reproduzir trecho da sua primeira *Mensagem ao Congresso Nacional* em 1956:

> O incremento da produção agrícola, nos dois setores tradicionais – exportação e abastecimento interno – pressupõe medidas consubstanciadas, em linhas gerais, no plano de Racionalização da Agricultura, que apontei como ponto básico do programa de desenvolvimento nacional. A racionalização da agricultura, como entende o Governo, deve fundar-se em um complexo de fatores de natureza científica, técnica, industrial e comercial. Sintetiza programas específicos de aperfeiçoamento e modernização dos métodos de cultivo, mecanização, conservação e enriquecimento do solo, irrigação e drenagem, defesa sanitária, racionalização dos processos distributivos dos produtos rurais (Kubitschek, 1956, p. 293).

Diante do exposto, pode-se perceber no discurso a ênfase na assistência técnica. No entanto, Kubitschek ponderava que "grande parte dos agricultores opõe-se à introdução dos métodos racionais de cultivo". Desse modo, avaliava que "o aperfeiçoamento dos processos agrícolas há de fundamentar-se na educação adequada do trabalhador rural e na melhoria dos conhecimentos técnicos de fazendeiros e capatazes. A intervenção do Estado deve traduzir-se na persuasão, no convencimento, na demonstração material" (Kubitschek, 1956, p. 293).

Seguindo este raciocínio, a extensão rural e a modernização da agricultura se articulavam com o *background* da indústria. Segundo o prisma governamental desenvolvimentista,

> O desenvolvimento econômico, em país como o Brasil, supõe gradual transferência de parte da população rural para os centros urbanos, onde nascem e crescem as indústrias e os serviços. Isto, entretanto, deve ser feito sem que diminua a produção de bens agrícolas, pois a sua procura aumenta com a renda social (Kubitschek, 1956, p. 287).

Assim, a agricultura brasileira assumia uma dupla função em benefício da industrialização: (1) "a liberação de mão-de-obra em ritmo e medida suficientes para assegurar a oferta elástica de força de trabalho aos setores não agrícolas"; e (2) "a expansão do suprimento de bens agrícolas aos mesmos setores" (Kubitschek, 1956, p. 288). Neste aspecto, a racionalização da agricultura cumpriria um papel relevante ao assegurar a manutenção do processo de industrialização, pedra de toque do governo Juscelino Kubitschek.

A industrialização brasileira era a maior e constante preocupação de JK. Ele acreditava que com o advento industrial, com a expansão da indústria pesada, ocorreria, automaticamente, a generalização do progresso e da riqueza, que não se restringiria à grupos particulares, mas alcançaria o conjunto da sociedade brasileira. Portanto, segundo o pensamento desenvolvimentista, a mobilização pela industrialização traria em si mesma a marca do social.

Na análise de Miriam Cardoso, se em termos gerais a finalidade do governo JK "pode ser vista por ele próprio como sendo 'a valorização do homem', em termos objetivos – segundo a própria formulação do seu discurso – ela é eminentemente econômica" (1978, p. 94). As

propostas deste governo são no sentido de aceleração do processo de crescimento econômico, mediante a industrialização, com especial atenção para as necessidades de infraestrutura. Uma infraestrutura insuficiente para o transporte, comunicação e escoamento da produção representaria o que ficou conhecido como um dos principais "pontos de estrangulamento" do desenvolvimento econômico.

A conjuntura internacional desse período, em face ao agravamento das tensões entre os EUA e a União Soviética – em decorrência da Revolução Cubana (1959) – e a crescente politização de segmentos da classe trabalhadora na América Latina, exigia o que Kubitschek denominou de "uma teoria dinâmica de desenvolvimento", em que a democracia liberal seria preservada através do combate ao pauperismo. Nas palavras de Kubitschek:

> Não nos enganemos: estamos vivendo, não apenas na América Latina, mas em todo o mundo, situações radicalmente novas, que exigem o estabelecimento de um novo sistema de relações entre povos altamente industrializados e os povos subdesenvolvidos. Não é concebível que, diante da ameaça que representa para o Ocidente o comunismo internacional, as nações democráticas se mostrem incapazes de superar os erros do passado e de formular uma política de grandeza, que demonstre a capacidade da democracia de atender às necessidades da maioria esmagadora da humanidade, constituída por povos que ainda vegetam no limiar da civilização moderna (Kubitschek, 2022, p. 398).

Nesta última citação, sobressai o apelo anticomunista, interpretado como uma ameaça ao hemisfério ocidental. Segundo Cardoso (1978), os aspectos centrais da ideologia da modernização, na sua expressão juscelinista, eram a prosperidade e a ordem. Desse modo, as condições precárias de existência representariam um terreno fértil a atuação comunista e, por consequência, um perigo à ordem estabelecida, como descrito no trecho a seguir:

> Passou o tempo em que se podiam conservar populações inteiras na ignorância de tudo – confinadas à mais cruel pobreza. Em toda parte, nas mais abandonadas e distantes regiões do mundo, processa-se um movimento de insurreição, de revolta, de desejo de participação, de conquista, de pelo menos um mínimo de conforto indispensável à vida humana. [...] A verdade é que, em torno da fermentação da miséria tornada consciente, rondam os inimigos da liberdade (Kubitschek, 2022, p. 112).

Isto posto, no contexto da Guerra Fria, a ação dos países subdesenvolvidos vinculados ao bloco ocidental se configuraria em uma ação preventiva, com o propósito de eliminar as fontes geradoras de insatisfação contra a ordem. Desta forma, uma ação contra a miséria, uma mobilização pelo desenvolvimento do país era o único meio capaz de combater profundamente à subversão. Fundamentado nesta perspectiva é que o governo Juscelino Kubitschek não aceitou dar um tratamento meramente policial ao "comunismo", buscando mostrar que as raízes do problema eram econômicas e que como tal deveriam ser tratadas. Surgem, portanto, as propostas de modificação local, resguardando a forma de produção global. A modernização da

agricultura, a industrialização e o fortalecimento do mercado interno são interpretados como os mecanismos de superação do subdesenvolvimento e, assim, o grande objetivo a atingir.

Neste aspecto, o governo JK e o desenvolvimentismo católico estavam unidos por uma pauta comum: o combate ao comunismo. Em entrevista ao periódico *Revista da Semana*, o então secretário-geral da CNBB, Dom Helder Câmara, advertiu que "a melhoria das condições materiais do povo, é o método mais eficiente de combate ao *credo vermelho*, de vez que a miséria é facílima de explorar pelo comunismo". Nas palavras do "fabuloso" Dom Helder, como foi descrito pelo periódico, "contribui, também, para o progresso do comunismo o desencanto em que fica o povo pela inépcia ou incúria de alguns administradores, incapazes de dar solução adequada a situação que, nem por serem difíceis, chegam a ser insolúveis"[61].

Na *Declaração dos Bispos do Nordeste*, o episcopado destacou a "exploração comunista" que suscitaria a "perigosa agitação social" nas favelas do Rio de Janeiro, então capital da República, para onde migrava boa parte dos retirantes nordestinos. Segundo esse documento, a campanha de urbanização das 150 favelas cariocas se deu por dois motivos principais: (a) a precária situação "dos favelados que moram em barracos sem água, sem luz, sem esgoto, em situação de miséria tornada mais chocante pela beleza da cidade e por seu progresso material"; e (b) "tornaram-se, por isso mesmo, as favelas cariocas focos de perigosa agitação social, sobretudo devido à exploração comunista"[62].

Seis anos depois, em Quitandinha, Paraná, ao receber o Prêmio René Sand, que lhe foi outorgado pela XI Conferência Internacional de Serviço Social, Dom Helder Câmara, em seu discurso de agradecimento, declarou que "[...] há pessoas que se impressionam com o comunismo, gastando dinheiro, tempo e dedicação em combatê-lo, quando todo este esforço deveria ser aplicado na luta contra o subdesenvolvimento"[63]. Ao se dirigir aos assistentes sociais que atuavam no "mundo desenvolvido", dos quais 400 eram procedentes dos Estados Unidos, salientou: "Bem sei, amigos, que hoje países desenvolvidos dão o exemplo de planos para recuperação econômico-social, da linha 'Aliança para o Progresso', que, no entanto, sem um

---

[61] GUARNIERI, W. D. Helder e o comunismo. *Revista da Semana*, Rio de Janeiro, ano 57, n. 28, 14 jul. 1956, p. 60 (sem grifo no original). Disponível em: http://hemerotecadigital.bn.br/acervo-digital/revista-semana/025909. Acesso em: 10 dez. 2024.

[62] CNBB. Declaração dos Bispos do Nordeste. 1956, p. 99. *In*: ROCHA, Dom Jaime Vieira (Org.). *Anais – Sob os signos da Esperança e da responsabilidade social* – anais do I e II Encontros dos Bispos do Nordeste (Campina Grande, 1956/Natal, 1959). Rio de Janeiro, Presidência da República – Serviço de Documentação, 1960; Campina Grande: EDUEPB, 2016.

[63] D. HELDER: "Dinheiro não liquida comunismo; a luta contra o subdesenvolvimento, sim"! *O Semeador*, Maceió, ano 49, n. 155, 24 ago. 1962. Arquivo da Cúria Metropolitana de Maceió (ACMM). Armários 11, 12 e 13.

movimento de opinião pública nos países que ajudam e são ajudados, pode estar fadado a um fracasso"[64].

Assim, na arena de debates sobre qual a forma ideal do país alcançar o tão almejado desenvolvimento incluiu a voz e articulação da Igreja Católica. Na esteira da ideologia da modernização, o I Encontro dos Bispos do Nordeste levantaria a bandeira da industrialização, especialmente pela via da alteração da sua estrutura agrária, criticando a concentração fundiária e a monocultura, características da região ainda hoje. Essa estrutura agrária dificultaria a diversificação da produção agrícola, fundamental para o abastecimento das cidades em processo de industrialização e crescimento demográfico, características marcantes daquele período.

Na seção *Agricultura, Crédito Rural e Colonização,* o episcopado criticou a especulação fundiária, enquanto um grande contingente de trabalhadores rurais não tinha acesso à terra. Segundo o documento:

> Desde a antiga Inspetoria Federal de Obras Contra as Secas até hoje vêm sendo eles [os açudes] construídos sem que as terras por eles beneficiadas tivessem sido previamente desapropriadas pelo Poder Público. Terminada a obra, só parte de seus benefícios, como a água, por exemplo, reverte em favor da população circunvizinha. A produção de verduras, frutas, cereais, carnes, leite, aves e ovos, que se poderia desenvolver nas vazantes e no vale abaixo das barragens, permanece muito limitada. É que são poucos os canais de irrigação, não há empreendimentos agrícolas agronomicamente formulados; a terra fica largada esperando valorização artificial com o tempo, porque alguns dos poucos felizardos que as possuem não se importam muito com este problema[65].

Para os bispos, "o ideal é favorecer que a terra seja *possuída* por aquele que a cultiva e trabalha, com a sua prole, se bem reconheçamos difícil, nas atuais circunstâncias, que esse princípio de justiça social seja aplicado, no caso específico da economia canavieira do Nordeste"[66]. Acreditava-se que desse modo seria possível "atenuar o êxodo desordenado rural-urbano", pois sem dúvida o acesso à terra é "um dos fatores de maior importância para, conjugado a outros, fixar o homem com sua família ao meio, através do lote agrícola familiar"[67]. Para tanto, seria preciso ocupar as áreas dos vales e serras úmidas ou mal aproveitadas, bem como as áreas dos grandes açudes públicos realizados pelo DNOCS. Nestes, a ausência de prévia e devida desapropriação pelo poder público fazia com que apenas alguns "poucos felizardos" se beneficiassem dessas obras de irrigação.

---

[64] *Ibidem*.
[65] CNBB. Declaração dos Bispos do Nordeste. *Op. cit*., p. 94.
[66] *Ibidem*, p. 93 (grifo no original).
[67] *Ibidem*, p. 92.

Apesar da crítica ao latifúndio, a *Declaração dos Bispos do Nordeste* se pautava nos termos da "harmonia social", em conformidade com a doutrina social católica. Segundo o episcopado, como as usinas de cana-de-açúcar ocupavam as melhores terras, dever-se-ia recorrer à generosidade dos usineiros compreensivos para que permitissem que a área "localizada perto das casas dos trabalhadores e porventura não cobertas de canaviais, seja por eles utilizada na produção de gêneros de alimentação básica para eles e suas famílias". Ademais, os prelados suplicavam aos usineiros que:

> b) As usinas, tendo em vista o racional aproveitamento econômico das áreas não trabalhadas com a cultura da cana, realizem, diretamente, explorações de outras culturas, especialmente produtos de alimentação, possibilitando, assim, melhorar o sistema de abastecimento da Zona da Mata (abrangendo as cidades litorâneas, inclusive capitais) e a fixação de trabalhadores na área do açúcar;
> c) Haja esforço ainda bem maior por parte de determinados usineiros no sentido de humanizar as condições de vida desse grande grupo dos menos afortunados da população trabalhadora rural da economia da agroindústria do açúcar, em certos casos a viverem em condições terrivelmente difíceis[68].

A tese da harmonia social se fundamentava, sobretudo, nas encíclicas *Rerum Novarum* (1891), *Quadragesimo Anno* (1931) e *Divini Redemptoris* (1937). A *Rerum Novarum* foi publicada pelo papa Leão XIII (1878-1903) em 15 de maio de 1891. Esta encíclica representa um marco no pensamento político e social da Igreja Católica, pois demarca a preocupação dessa instituição com a vida do operariado urbano, ao defender, a partir dos princípios de conciliação de classes e harmonia social, a intervenção do Estado em benefício da classe trabalhadora e garantia dos seus direitos.

Ao propor a complementaridade entre capital e trabalho, Leão XIII compara a estrutura social assimétrica de produção ao corpo humano, de modo que "os membros, apesar da sua diversidade, se adaptam maravilhosamente uns aos outros", a fim de "formarem um todo exatamente proporcionado a que se poderá chamar simétrico, assim também na sociedade, as duas classes estão destinadas pela natureza a unirem-se harmoniosamente e a conservarem-se mutuamente num perfeito equilíbrio". Sendo assim, caberia à Igreja a função de "aproximar e reconciliar os ricos e os pobres, lembrando às duas classes os seus deveres mútuos"[69] (Leão XIII, 1941, p. 19-20).

---

[68] *Ibidem*, p. 93.

[69] Nesta perspectiva, estariam entre os deveres da classe trabalhadora: "fornecer integral e fielmente todo o trabalho a que se comprometeu", ser honesta e reclamar seus direitos de forma pacífica, bem como não se deixar levar por "discursos artificiosos", que sugeririam "esperanças exageradas e lhes fazem grandes promessas, as quais só conduzem a estéreis pesares e à ruína das fortunas". Quanto aos patrões, estes não poderiam tratar o operário como se fossem escravos, usar os homens como "vis instrumentos de lucro" e imputar-lhes trabalhos superiores às suas forças, ou, "em desarmonia com a sua idade ou seu sexo". Segundo a encíclica, "explorar a pobreza e a miséria e especular com a indigência" não seria aceitável do ponto de vista religioso e, principalmente, político – uma vez que o desagrado serviria de ferramenta para os socialistas (Leão XIII, 1941, p. 20). Para Leão XIII (1941), os

O Estado também seria um agente importante neste processo de superação dos principais problemas sociais e de harmonização das classes. Nos termos do papa, o Estado deveria realizar uma distribuição dos bens mais equitativa, com o propósito de "melhorar muitíssimo a sorte da classe operária, e isto em todo o rigor do seu direito, e sem temer a censura de ingerência indébita, pois que em virtude mesmo do seu ofício, o Estado deve servir o interesse comum" (Leão XIII, 1941, p. 29). A chamada "justiça distributiva" exigiria que o Estado se preocupasse com os trabalhadores, "e proceda de modo que de todos os bens, que eles proporcionam à sociedade, lhes seja dada uma parte razoável, como habitação e vestuário, e que possam viver à custa de menos trabalhos e privações" (Leão XIII, 1941, p. 30-31).

Por outro lado, defendia-se que era dever do Estado assegurar a propriedade privada por meio da legislação. Segue o trecho integral da carta encíclica:

> Mas é conveniente descer expressamente a algumas particularidades. É dever principalíssimo dos governos assegurar a propriedade particular por meio de leis sábias.
>
> Hoje especialmente, no meio do ardor tão grande de cobiças desenfreadas, é preciso que o povo se conserve no seu dever; porque, se a justiça lhe concede o direito de empregar os meios de melhorar a sua sorte, nem a justiça nem o bem público consentem que danifiquem alguém na sua fazenda nem que se invadam os direitos alheios sob pretexto de não sei que igualdade (Leão XIII, 1941, p. 32-33).

Nesse aspecto, reproduziam-se os preceitos do liberalismo referentes à propriedade privada e se destacava o papel do Estado em resguardá-la. Ainda que se observe diferenças substanciais entre os pontificados de Leão XIII, Pio XI, Pio XII e João XXIII (Bigo; Ávila, 1982), a doutrina social católica sobre a propriedade privada e o bem comum mantém uma característica essencial. Ela fundamenta-se, principalmente, no caráter "natural" da propriedade privada, compreendida como uma instituição que torna efetivo o destino social comum, baseado na necessária "função social" da propriedade, como descrito na citação a seguir: "Não é das leis humanas, mas da natureza, que emana o direito de propriedade individual; a autoridade pública não o pode abolir. O que ela pode é regular-lhe o uso e conciliá-lo com o bem comum" (Leão XIII, 1941, p. 39).

Na encíclica *Quadragesimo Anno*, publicada pelo papa Pio XI (1922-1939), reitera-se a tese de harmonia social e o princípio da função supletiva do Estado. Para Pio XI, "tanto o Estado como todo bom cidadão devem tentar e se esforçar especialmente para garantir que, uma vez

---

principais direitos da classe trabalhadora seriam um salário justo, que garantisse a subsistência do trabalhador, descanso dominical remunerado, redução da jornada de trabalho, poupança, propriedade privada, aumento dos salários pagos às crianças e às mulheres e o estabelecimento de uma idade mínima para o ingresso no mercado de trabalho.

superada a luta entre as ‘classes’ opostas, a colaboração entre as várias ‘profissões’ seja encorajada e prospere”[70]. É importante assinalar que, em diversos momentos, a *Declaração dos Bispos do Nordeste* retoma os ensinamentos da doutrina social da Igreja. O documento salienta que desde o papa Leão XIII até Pio XII (1939-1958) seria possível observar um nítido crescimento da preocupação da Igreja com os “candentes problemas sociais”. Aliás, este seria o tema principal das encíclicas papais nos últimos cinquenta anos[71].

Nesse documento, o episcopado nordestino também elaborou uma análise sobre os projetos de financiamento implementados no Nordeste. O documento criticou o fato da maior parte dos recursos do DNOCS e da CVSF não ser destinada à produção agropecuária, às pequenas indústrias e à formação da mão-de-obra. Apenas 11% dos recursos destinava-se ao desenvolvimento da produção. Diante desse cenário e considerando o desinteresse dos bancos particulares pelo crédito rural – em virtude dos altos riscos e das baixas taxas de retorno –, o episcopado propôs à ampliação da política de crédito rural pelo Banco do Brasil e pelo Banco do Nordeste.

Em seguida, destacou-se o papel da Associação Nordestina de Crédito e Assistência Rural (ANCAR), que começara a operar na região, “sob a forma de crédito supervisionado ao agricultor e sua família”. Com certo entusiasmo, afirmou-se que, em apenas dois anos, essa agência obteve “resultados muito positivos e promissores, através de um mecanismo de trabalho prático verdadeiramente modular”[72]. Fundada em 16 de fevereiro de 1954, a ANCAR foi a primeira experiência de difusão do modelo AIA/ACAR no país, com atuação nos estados da Bahia, Pernambuco, Paraíba, Rio Grande do Norte, Ceará e Sergipe. Dessa forma, a ANCAR seguia a estratégia de utilizar o crédito rural como instrumento para a propagação de conhecimento técnico e modernização da agricultura (Silva, 2015). Esta forma de atuação estava de acordo com as proposições da Igreja, especialmente, com o pensamento de Jacques Maritain (1882-1973) e o movimento Economia e Humanismo[73].

---

[70] PIO XI. *Quadragesimo Anno*. Sobre a restauração da ordem social em perfeita conformidade com a lei evangélica. Disponível em: https://www.vatican.va/content/pius-xi/es/encyclicals/documents/hf_p-xi_enc_19310515_quadragesimo-anno.html. Acesso em: 15 dez. 2024.

[71] CNBB. Declaração dos Bispos do Nordeste. *Op. cit*., p. 114.

[72] *Ibidem*, p. 97.

[73] O movimento Economia e Humanismo foi fundado entre os anos de 1941 e 1942, como uma associação, sediada no convento dominicano de Marseille, França. O movimento teve sua origem a partir de um manifesto intitulado *Le Manifeste d’Economie et Humanisme*, escrito pelo padre Louis-Joseph Lebret e outros intelectuais – quatro religiosos (Marie-Reginald Loew, Serrand, Abbé Bouche e Moos) e cinco leigos (René Moreux, Jean-Marie Gatheron, Alexandre Dubois, François Perroux e Gustave Thibon). Inicialmente, Lebret tomou como referência as ideias do teólogo francês Jacques Maritain (Pontual, 2015, p. 196-197). No pós-guerra, durante a reconstrução do país, o movimento se tornou um dos mais destacados núcleos franceses de reflexão sobre o planejamento urbano e o desenvolvimento industrial. Conforme reconhece a própria literatura pertinente ao tema, ele foi um dos principais pivôs da intensificação do “progressismo econômico” presente nos documentos do Concílio Vaticano

Segundo Schallenmueller, "Maritain foi o primeiro teólogo francês a influenciar de modo significativo as alterações das bases políticas do catolicismo oficial rumo à defesa da democracia" (2011, p. 40). Em *Humanismo Integral*, Jacques Maritain condenava o totalitarismo e defendia a possibilidade de um catolicismo democrático. Esta obra foi publicada originalmente em 1936, após a ascensão do nazifascismo na Europa. Para Hobsbawm, "a identificação da Igreja com a direita, cujos maiores porta-vozes internacionais eram agora Hitler e Mussolini, criou substanciais problemas morais para os católicos com preocupações sociais". No contexto da Segunda Guerra, "o anti-fascismo, ou a simples resistência patriótica ao conquistador estrangeiro, pela primeira vez dava legitimidade ao catolicismo democrático (democracia cristã) dentro da Igreja" (1995, p. 118).

De acordo com Maritain, o "humanismo integral" resultaria da síntese entre a visão de mundo hegemônica no período medieval e o humanismo antropocêntrico (renascentista/iluminista/marxista). A partir do método dialético, o teólogo francês pretendia superar as contradições entre a "ordem espiritual" e a "ordem temporal", uma vez que "o humanismo cristão, o humanismo integral, é capaz de tudo incorporar, porque sabe que Deus não tem contrário e que tudo é irresistivelmente arrastado pelo movimento do governo divino" (Maritain, 1941, p. 89).

Na trilha aberta por Maritain, os bispos nordestinos ressaltaram o valor instrumental da técnica "na pesquisa, no planejamento e na execução de planos". No entanto, negaram-lhe o seu "caráter absoluto", subordinando-a às "exigências naturais de um *humanismo cristão*, mediante o qual se reconheça o homem como centro de todas as suas preocupações"[74]. Nesta mesma linha argumentativa, o texto retoma os documentos e pronunciamentos dos papas Leão XIII, Pio XI e Pio XII. Desse último pontífice, menciona-se um longo trecho da sua *Radiomensagem de Natal* em 1943:

> Entre as filas destes amargurados e desenganados não é difícil indicar aqueles que puseram sua inteira confiança na expansão mundial da vida econômica, julgando só ela fosse capaz de reunir em fraternidade os povos, e prometendo a si próprios obter da sua grandiosa organização, cada dia mais aperfeiçoada e requintada, progressos inauditos e inesperados de bem-estar para a sociedade humana.
>
> Com quanta complacência e orgulho comtemplaram o aumento mundial do comércio, o intercâmbio, através dos continentes, de todos os bens e de todos os inventos e produções, o caminho triunfal da difundida técnica moderna, que transpunha todos os limites do espaço e do tempo! Hoje, ao contrário, na realidade, que é o que experimentam?[75]

II (1962-1965) e nas encíclicas de João XXIII (19658-1963) e de Paulo VI (1963-1978) (Schallenmueller, 2011). É digno de nota que Lebret participou ativamente do Concílio Vaticano II e foi responsável pela redação da encíclica *Populorum Progressio* (1967), principal referência do desenvolvimentismo católico.

[74] CNBB. Declaração dos Bispos do Nordeste. *Op. cit*., p. 116 (sem grifo no original).

[75] *Ibidem*, p. 90.

Para Pio XII, essa economia, fundamentada na livre concorrência, "com as suas gigantescas relações e vínculos mundiais, e com a sua superabundante divisão e multiplicação do trabalho, cooperava de mil maneiras para tornar geral e mais grave a crise da humanidade". Sendo assim, se "nenhum freio moral" a corrigisse, resultaria, por um lado, "numa indigna e humilhante exploração da pessoa humana e da natureza" e, por outro, "numa discórdia atormentadora e implacável entre privilegiados e destituídos: desgraçados efeitos que não ocupam o último lugar na larga cadeia de causas que conduziram à imensa tragédia atual"[76]. Além dos pressupostos da doutrina social católica, a radiomensagem apresenta semelhanças com o pensamento do padre dominicano Louis-Joseph Lebret (1897-1966), fundador do movimento Economia e Humanismo.

O sacerdote dominicano publicou uma série de livros e artigos com estudos e diagnósticos econômicos de reconhecido rigor científico. Seus estudos partiram de uma caracterização das profundas desigualdades socioeconômicas entre os países centrais e periféricos do capitalismo. Lebret entendia "que, ao invés de diminuírem, estas desigualdades estariam aumentando com o tempo em função justamente das relações econômicas estabelecidas entre aqueles países, desprovidas de uma regulamentação que prevenisse os Estados mais pobres do desequilíbrio em suas balanças de pagamentos" (Schallenmueller, 2011, p. 52-53).

O movimento Economia e Humanismo esboçava uma via distinta daquelas que se apresentavam como alternativas no pós-guerra[77]. O "desenvolvimento harmônico e solidário" de Lebret pressupunha o respeito às peculiaridades históricas e socioeconômicas de cada país e, assim como o desenvolvimentismo juscelinista, defendia a intervenção estatal na economia através do planejamento.

Lebret fez sua primeira viagem ao Brasil, em 1947, quando ministrou o curso *A introdução à economia humana* na Escola de Sociologia e Política de São Paulo. Desde esse momento, e ao longo dos anos 1950 e início da década seguinte, o sacerdote francês exerceria uma influência crescente no campo católico brasileiro, com a fundação de diversos grupos de técnicos em planejamento no país, especialmente, em São Paulo, Belo Horizonte e Recife. Já em 1947 foi fundada, em São Paulo, a filial do movimento Economia e Humanismo, sob o nome de Sociedade para a Análise Gráfica e Mecanográfica Aplicada aos Complexos Sociais

[76] *Ibidem*, p. 90.
[77] Segundo Pontual, "Lebret colocava o Movimento de Economia e Humanismo como a quarta via em distinção às ideologias marxista, capitalista e nacional-socialista" (1999, p. 98).

(SAGMACS) (Lima; Maio, 2010). De acordo com Schallenmueller, “seus textos também ganhariam atenção central nos debates e na formação de leigos de vários dos movimentos especializados da Ação Católica, principalmente da Juventude Universitária Católica (JUC)” (2011, p. 53).

A proposta de um desenvolvimento integral envolvia, além do crescimento econômico, uma maior integração social, solidariedade e melhoria na qualidade de vida dos trabalhadores. Na terceira parte do curso *A introdução à economia humana*, Lebret propôs uma classificação das “necessidades fundamentais” do ser humano, de acordo com a sua concepção de desenvolvimento “harmônico e solidário”. A princípio, destacou as “necessidades irredutíveis”, a saber: o suprimento regular de uma alimentação adequada, o acesso a serviços médicos, vestimenta, trabalho, educação, lazer, a garantia de moradia e mobiliário básico, bem como o acesso a água, luz e calor. Na sequência, defendeu que outras “necessidades de dignidade” entravam igualmente no rol dos princípios ao desenvolvimento humano, como a manutenção de relacionamentos sociais, o acesso à arte e a capacidade de compreender uma obra literária. Por fim, Lebret destacou as necessidades pessoais “terciárias”, que envolveria o tempo para a reflexão, o estudo, a contemplação, a meditação, a produção artística e a oração (Bosi, 2012, p. 256-257).

Embora seus textos e conferências se situem na corrente desenvolvimentista, Lebret lhes dava uma tonalidade muito mais social, “insistindo no problema da pobreza e nas condições infra-humanas de vida das populações das favelas do Rio e de São Paulo” (Löwy, 2000, p. 234). Segundo Löwy, “ao contrário de outros ideólogos do ‘desenvolvimento’, ele chega a pôr em questão a própria lógica do capitalismo” (2000, p. 234).

Os pressupostos do movimento Economia e Humanismo tiveram impacto durável sobre o pensamento de Dom Helder Câmara. Em 1947, durante a primeira visita de Lebret ao Brasil, Dom Helder solicitou à SAGMACS uma pesquisa sobre o *habitat* operário (Godoy, 2016). Posteriormente, em 1955, em colaboração com o governo Kubitschek, foi instituída a Cruzada de São Sebastião, programa habitacional liderado pelo bispo auxiliar do Rio de Janeiro. A Cruzada visava acabar com as favelas, substituindo-as por apartamentos. É importante recordar que, para o episcopado, o crescimento das favelas cariocas estava relacionado com o êxodo rural dos nordestinos. Desse modo, uma vez fixado o trabalhador rural no campo se resolveria o problema da “favelização” na capital da República. Em consonância com o pensamento de Lebret, a Igreja articulou uma experiência-piloto, que extrapolava as fronteiras estaduais, com o propósito de um desenvolvimento regional.

1.3 Uma interpretação

O desenvolvimento defendido pela hierarquia católica, via CNBB, foi chamado por Löwy de "Teologia do Desenvolvimento" (2000, p. 250), enquanto na interpretação de Souza recebeu a denominação de "Desenvolvimento Integral" (2022, p. 32). De acordo com essa concepção, para alcançar o desenvolvimento seria necessário considerar o ser humano em sua totalidade. Como alternativa ao individualismo capitalista e ao materialismo histórico marxista, o desenvolvimentismo católico preconizava que as comunidades deveriam ter ativa participação nesse processo e que aspectos relacionados às condições de saúde, ecológicas, educação, lazer e que porventura viessem a potencializar e promover o bem-estar do ser humano – como, por exemplo, as emoções e questões de espiritualidade – não eram menos relevantes que o crescimento econômico. Ainda que essa alternativa tenha tido repercussão teórica e prática nas décadas de 1940 a 1960 no Brasil, o desenvolvimentismo católico ainda foi pouco discutido pela historiografia. Segundo Godoy,

> Esta linhagem desenvolvimentista do pensamento católico progressista foi importante na construção de um conjunto de métodos de diagnóstico econômico e social e técnicas para o planejamento estatal, intervindo intensamente na formulação de políticas industriais e urbanas, inicialmente na França e, depois, em várias regiões do mundo, estendendo influências a todos os continentes. No Brasil, essa linhagem de pensamento foi introduzida por Lebret, Emmanuel Mounier, Teilhard de Chardin, Jacques Maritain, entre outros (2016, p. 190).

Esses intelectuais exerceram influência no catolicismo brasileiro em momentos e contextos diferentes, sobretudo a partir da década de 1930. Naturalmente, é preciso considerar que eles não respondiam nem falavam pela Igreja. Não obstante, diversos especialistas (Löwy, 2000; Schallenmueller, 2011; Godoy, 2016; Souza, 2022) corroboram que esses autores tiveram impacto no discurso da instituição religiosa. Foi apenas na década de 1950, em um período democrático, que a teologia do desenvolvimento repercutiu na cena pública brasileira. Com perfil humanista, comunitário, cooperativista e anticomunista, essa perspectiva de desenvolvimento também defendia maior intervenção estatal.

Como salienta Souza (2022), essa concepção não se opunha à industrialização; pelo contrário, considerava que outras áreas mereciam igual atenção. Para a CNBB, era importante solucionar os problemas rurais do país que buscava a industrialização, mas ainda era essencialmente rural nos anos 1950. Por outro lado, foi principalmente o discurso anticomunista, somado ao otimismo tecnológico, que conectou a atuação católica à sociologia e ao aparelho estatal nesse período, ao menos até o golpe de 1964.

CAPÍTULO II

AS "ESTRUTURAS VÃO MUDAR": AS SEMANAS RURALISTAS E A TEOLOGIA DO DESENVOLVIMENTO EM ALAGOAS (1956 - 1961)

"Arcebispo de Maceió: estruturas vão mudar", noticiava o *Diário Carioca*[78], em vinte e um de novembro de 1961. O arcebispo era Dom Adelmo Cavalcante Machado, coadjutor da Arquidiocese de Maceió. Nas palavras de Dom Adelmo, em fins dos anos 1950 e início da década seguinte, vivia-se "no Nordeste, uma hora decisiva. Todos nós sentimos que o dia de amanhã, o futuro próximo, não será igual ao dia de hoje, pelas estruturas novas que dominarão a vida rural". Para ele, "o Nordeste-Leste canavieiro, dos coqueirais das praias, cerealífero do agreste ou das caatingas de criação de gado, batido pelas sêcas, empobrecido pelas emigrações, desajustado de crédito" detinha "direitos inadiáveis a uma série, profunda e progressiva revisão de suas estruturas econômico-sociais, principalmente aquelas que dizem respeito ao homem rural"[79].

O arcebispo se encontrava no Rio de Janeiro para tratar, em conjunto com os servidores do Ministério da Agricultura, da realização da sexta semana ruralista em Alagoas, que ocorreu na cidade de Viçosa, no período de 26 de novembro a 3 de dezembro do referido ano. As semanas ruralistas datam de 1956 na Arquidiocese de Maceió, como resultado do convênio firmado entre o episcopado brasileiro e o Ministério da Agricultura, durante o Congresso Eucarístico Internacional em 1955. De acordo com Dom Adelmo Machado, com esse convênio "os bispos se comprometeram a prestar sua colaboração junto ao homem rural, nas escolas agrárias dos vários graus (do primário ao superior), no sentido de desenvolver a vocação do homem brasileiro para a vida rural"[80].

Em maio de 1956, o então diretor do Serviço de Informação Agrícola (SIA)[81], José Vieira, declarou à imprensa paraibana que o ministro da agricultura, Ernesto Dornelles, havia

---

[78] O *Diário Carioca* foi um pequeno jornal que acompanhou a trajetória da história brasileira, durante trinta e sete anos, e que "influiu de maneira decisiva em episódios políticos que hoje compõem a história do País". Foi fundado no Rio de Janeiro, em 18 de julho de 1928, por José Eduardo Macedo Soares, e publicado até 31 de dezembro de 1965 (Lage; Faria; Rodrigues, 2004, p. 133).

[79] ARCEBISPO de Maceió: estruturas vão mudar. *Diário Carioca*, Rio de Janeiro, 21 nov. 1961. p. 3. Arquivo da Cúria Metropolitana de Maceió (ACMM). Estante 3, Caixa 26, Pasta 14: Semanas Ruralistas.

[80] *Ibidem*.

[81] O Serviço de Informação Agrícola estava diretamente subordinado ao ministro da agricultura. O órgão era responsável pela informação e divulgação de assuntos referentes à agricultura em geral. Assim, era da sua competência "elaborar e promover a execução de programas, de caráter educativo, para divulgação de assuntos de interesse para os agricultores". Cf. BRASIL. Ministério da Agricultura. Decreto nº 52.339, de 8 de agosto de 1963. Aprova o Regulamento do Ministério da Agricultura, reorganizado pela Lei Delegada n. 9, de 11 de outubro de

aprovado o plano de realização de quinze semanas ruralistas no Nordeste[82]. Na ocasião, José Vieira destacou ainda que as semanas vinham "alcançando resultados plenamente satisfatórios no campo da divulgação agropecuária, de interesse das populações rurais", constituindo-se como um "trabalho pioneiro de articulação e conjugação de esforços de serviços atuantes no interior do país". De modo que a articulação com o clero, tendo por base o convênio assinado em 1955, vinha "se desdobrando de maneira auspiciosa, como demonstra, agora, a Reunião de Campina Grande"[83]. O diretor se referia ao I Encontro dos Bispos do Nordeste, realizado em 1956, do qual participou Dom Adelmo Machado, conforme discutido no capítulo anterior.

No que concerne à Igreja em Alagoas, é notório "o direcionamento da *ação social* arquidiocesana para a *questão social rural*, no fim dos anos 1950". Para o historiador Fernando Medeiros, "a opção pelo ruralismo, em tese, deveu-se a estar no campo o grande problema social do momento" (2007, p. 29). As microrregiões da Mata Alagoana, isto é, Litoral Norte, Tabuleiro de São Miguel dos Campos e Maceió, concentravam a principal atividade econômica do estado, a produção canavieira, "e nela a Igreja local desenvolveu uma de suas atividades mais importantes, inicialmente com as Semanas Ruralistas e posteriormente com a sindicalização rural" (Medeiros, 2007, p. 29-30), realizada pelo Serviço de Orientação Rural de Alagoas (Soral) e o Movimento de Educação de Base (MEB), que mesmo não tendo suas ações direcionadas especificamente para uma ação social rural, contribuiu significativamente para a sua realização.

Desse modo, o presente capítulo visa discutir a intervenção da Igreja local na questão rural, através da promoção das semanas ruralistas na Arquidiocese de Maceió, entre os anos de 1956 e 1961, situando-as tanto durante o governo de Juscelino Kubitschek quanto no novo projeto de Igreja que se delineava em nível nacional.

Para tal finalidade, este capítulo está organizado em dois momentos. Na primeira parte, aborda-se a experiência migratória do povo nordestino em direção ao sul do Brasil. Na sequência, discute-se a ação social rural desenvolvida pela Igreja local através das semanas

---

1962. *Diário Oficial da União*, Brasília-DF, 13 ago. 1963.

[82] "O programa de Semanas Ruralistas para o Nordeste está assim organizado: Barra (Bahia), de 3 a 9 de junho; Penedo (Alagoas), de 19 a 25 de agôsto; Limoeiro (Pernambuco), de 26 de agôsto a 2 de setembro; Simão Dias (Sergipe), de 9 a 15 de setembro; São José de Mipibiu (Rio Grande do Norte), de 24 a 30 de setembro; União dos Palmares (Alagoas), de 18 a 24 de novembro; Pedreira (Maranhão), de 29 de novembro a 5 de dezembro; Sobral (Ceará), de 9 a 16 de dezembro; Teresina (Piauí), Petrolina (Pernambuco), Cruz das Almas (Bahia), Caicó (Rio Grande do Norte) e Campina Grande (Paraíba)". Cf. QUINZE Semanas Ruralistas no Nordeste. *Correio da Manhã*, Rio de Janeiro, 23 maio 1956. 1° Caderno, p. 4. Biblioteca Nacional Digital (BNDigital - Fundação Biblioteca Nacional). Disponível em: http://memoria.bn.br/DocReader/docreader.aspx?bib=089842_06&pasta=ano%20195&pesq=Jos%C3%A9%20Vieira&pagfis=62247. Acesso em: 21 dez 2022.

[83] *Ibidem*.

ruralistas, durante a segunda metade dos anos 1950. Período em que os governos alagoanos apoiaram o processo de modernização do parque sucroalcooleiro, agravando os problemas sociais devido à incorporação das terras dos tabuleiros, até então cedidas aos moradores, pequenos proprietários ou posseiros. O impacto negativo desse processo de "modernização" se fez sentir, principalmente com o êxodo rural, que levou uma parcela significativa da população rural a migrar para as cidades, como observar-se-á mais adiante.

2.1 "O drama dos paus de arara": uma experiência nordestina

As décadas de 1950 e 1960 são caracterizadas pelos governos alagoanos que apoiaram a "modernização", de acordo com a tendência nacional. Durante os governos de Arnon de Melo[84] (1951-1956) e Muniz Falcão[85] (1956-1961), observa-se um processo de profundas transformações no quadro econômico e social no estado e que ocorriam em todo o país. Mas que só serão percebidas com maior nitidez no final dos anos 1950 e durante a década de 1960. De acordo com Tenório, "podemos entender a década de [19]50 como um período de passagem de uma sociedade em vias de se inserir no esforço brasileiro de industrialização, com suas contradições e conflitos" (1995, p. 28).

Ao longo desse período, é notório a velocidade das modificações que ocorreram no cenário alagoano, em seus diversos âmbitos. Na economia, na política, na cultura, nas relações sociais e na urbanização. Em 1950, o número de residências com água encanada era de apenas

[84] Arnon Afonso de Farias Melo nasceu em 19 de setembro de 1911, em Santa Luzia do Norte, no Engenho Cachoeirinha. Atualmente, corresponde à cidade de Rio Largo/AL. Filho do senhor de engenho Manuel Afonso Calheiros de Melo e de Lúcia de Farias Melo, "Aos 14 anos já era revisor e repórter do *Jornal de Alagoas*, onde havia começado como agenciador de assinaturas. Chega a diretor geral em 1936, quando aquele jornal foi adquirido pela cadeia dos *Diários Associados*. Transferiu-se para o Rio de Janeiro em 20 de fevereiro de 1930 e matriculou-se na Faculdade de Direito". Após "a redemocratização do país candidatou-se em dezembro de 1945 a deputado à Assembléia Nacional Constituinte, pela UDN, obtendo apenas uma suplência". Ao término do seu mandato, como governador de Alagoas, retornou ao Rio de Janeiro para se dedicar a atividades empresariais. Elegeu-se senador por Alagoas, em outubro de 1962, sob a legenda do PDC. Em 4 de dezembro de 1963, enquanto proferia discurso na tribuna da câmara alta, Arnon de Melo disparou três tiros contra o senador Silvestre Péricles de Góis Monteiro, os quais acertaram o então senador José Kairala, do Acre. Após esse episódio foi detido e permaneceu preso até 1964, quando retornou ao Senado. Com o golpe empresarial-militar de 1964 e a posterior extinção dos partidos políticos, através da implantação do bipartidarismo por meio do Ato Institucional nº 2, em 1965, filiou-se à Aliança Renovadora Nacional (Arena), em apoio à ditadura militar. Arnon de Melo faleceu aos 72 anos, em 29 de setembro de 1983, em Maceió, devido à uma paralisia supranuclear (Barros, 2005, p. 245-248).

[85] Sebastião Marinho Muniz Falcão nasceu em Ouricuri, Pernambuco, a 6 de janeiro de 1915, e faleceu em 14 de junho de 1966, em Maceió/AL. Ele chegou na capital alagoana, em 1942, durante o Estado Novo, para assumir a Delegacia do Trabalho e "estava realmente disposto a exigir o cumprimento da legislação trabalhista", ante à violenta e tumultuada realidade alagoana no mundo do trabalho. Após a deposição de Getúlio Vargas, em 1945, "os descontentes com a firme atuação de Muniz Falcão em Alagoas, conseguem sua transferência para a Bahia". No entanto, durante o governo de Silvestre Péricles (1947-1951), Falcão retornou ao seu antigo posto em Maceió (Tenório, 1995. p. 6).

8.843, o que correspondia a 3,86% da população. As residências atendidas com energia elétrica 21.936, o equivalente a 9,58%, e o de aparelhos sanitários instalados era em torno de 20.823. Como se isso não bastasse, o fornecimento d'água e de saneamento básico se encontrava restrito à Maceió, até a década de 1940. Apenas durante a primeira metade dos anos 1950, no governo Arnon de Melo, foi estendido para as sedes municipais. No que concerne a um plano de eletrificação foi preciso aguardar o governo Muniz Falcão, quando foi criada a CEAL (Companhia de Eletricidade de Alagoas), "com arrojado plano de eletrificação que será o motor da metamorfose a que o Estado vai assistir a partir da década de [19]60" (Tenório, 1995, p. 30).

Nesse período, a sociedade alagoana vivenciou um processo de desruralização/urbanização, acompanhado por um crescimento populacional. Segundo dados apresentados por Fernando Medeiros, "entre 1940 e o final da década de 1950 houve um crescimento populacional da ordem de 33.16% [*sic*] e apenas no período 1950-1960 este crescimento foi de 16,27%" (2007, p. 89). Tenório destaca "a situação da capital, Maceió, que expressa o fenômeno da urbanização, pulando da casa dos 100.00 habitantes em [19]50 para 170.000" nos anos 1960 (1995, p. 29).

Outro dado importante que não pode ser negligenciado é o da migração. O desenvolvimento desigual do país também "está presente no exagerado número de 1.430.575 alagoanos que saem para fornecer mão-de-obra a outros estados, principalmente Rio [de Janeiro] e São Paulo, sendo Alagoas, Minas Gerais e Paraíba onde se verifica a maior perda de população" (Tenório, 1995, p. 29).

Na revista *O Cruzeiro* se encontra um panorama desse cenário:

> Ao longo das estradas que descem do Piauí, da Paraíba, de Pernambuco, de Alagoas, de Sergipe, do norte da Bahia, e que convergem para Feira de Santana a fim de tomar o rumo do sul através da rodovia Salvador-Rio, há uma dramática e ininterrupta caravana de caminhões. O povo os batizou de 'pau-de-araras'. Neles, é transportada uma estranha carga, uma desesperada e miserável carga humana. Homens e mulheres de todas as idades, crianças, muitas crianças, famílias inteiras de sertanejos, procurando fugir do desemprego e da fome, das plantações calcinadas pelas secas periódicas, do desamparo total a que foram abandonados, viajam amontoados como animais, sem o mínimo de conforto e de higiene, sustentados apenas pelo instinto de sobrevivência[86].

O texto continua:

> Venderam o pouco que porventura possuíam, juntaram os níqueis amealhados em anos de trabalho e se puseram a caminho das terras que lhes são acenadas como terras da promissão. O dinheiro é gasto no pagamento da passagem e o que sobra mal dá para o sustento na grande jornada. A bagagem que carregam se resume em velhas malas surradas, ou simples trouxas com humildes pertences, além da enorme

[86] MARTINS, João. O drama dos paus de arara: a retirada da fome. *O Cruzeiro*, Rio de Janeiro, ano 23, n. 26, 14 abril 1951, p. 15-17. Disponível em: https://memoria.bn.gov.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=003581&pagfis=75256. Acesso em: 10 nov. 2024.

> esperança em dias melhores. Esperança tão vaga como o destino que tomam. Esperança que geralmente vai morrer na dura realidade do asfalto e das favelas do Rio e de São Paulo[87].

Não é um quadro agradável. O "pau de arara" caracterizou um período da história do Brasil, marcado por intensa migração do povo nordestino, que tinha nos caminhões de carga, com carroceria aberta e tábuas estreitas improvisadas como assentos (figura 4), praticamente, a única opção de chegarem aos centros urbanos do sul do país. Com poeira no rosto, castigados pelo cansaço e pela falta de recursos básicos para sobrevivência, homens, mulheres e crianças se aventuravam em viagens perigosas que se prolongavam por vários dias, às vezes, por semanas.

Figura 4 – Emigrantes nordestinos em caminhões de carga denominados "pau de arara"



Fonte: *O Cruzeiro* (1951).

Na edição internacional de *O Cruzeiro*, de 16 de setembro de 1960, explica-se o motivo do termo "pau de arara". Segundo o periódico, "esta expressão define o homem do Nordeste brasileiro", que devido às secas "abandona sua terra e busca amparo no sul do país", em busca de uma vida melhor. "Amontoados em caminhões, eles viajam por dias a fio por estradas

[87] *Ibidem*, p. 17.

empoeiradas, em uma promiscuidade infernal". E é daí que deriva o apelido de "pau de arara", por assemelharem-se aos papagaios e araras "em alguns gravetos apropriados, que estão sempre imundos com os excrementos dessas aves. Por semelhança, isso deu motivo ao povo chamar de 'pau-de-arara' os caminhões em que, durante as secas, os nordestinos migram para o Sul. Mais tarde, os passageiros desses veículos também passaram a ser chamados de 'pau-de-arara'"[88] (tradução nossa).

A reportagem produzida por Ubiratan de Lemos e Mário Moraes, em 1955, descreve como era a organização do espaço e o cotidiano nesses caminhões:

> [...] não se conseguia mais do que 30 centímetros quadrados para arrumar o corpo, com pernas, braços e tudo. O ajudante do caminhão [...] insultava a quem reclamava a dureza das ripas. Os mais experientes amaciavam os bancos com trapos. A bagagem foi distribuída por cima da cobertura de lona furada, ou mesmo dentro da carroçaria. [...] 7 pessoas em cada banco, o de trás com os joelhos obrigatoriamente nas costas do da frente, imprensado pelos dois lados e sentindo a tortura da quina das tábuas no osso da canela [...] e pequenas redes de criancinhas balançavam sobre as cabeças da boiada humana. Mães enfermiças pediam licença aos vizinhos:
>
> – Meu senhor, o senhor deixa eu botá [*sic*] o meu menino nas suas costas? Ele não pesa nada não[89].

Além de apresentar o aglomerado humano, observa-se a forma desconfortável que homens, mulheres e crianças eram transportados. Viajavam debaixo de uma lona, que representava uma espécie de proteção improvisada contra o sol e as possíveis chuvas. Todos os passageiros se espremiam para se acomodarem no veículo em um espaço que não seria superior a trinta centímetros quadrados. A reportagem destacou ainda que "embora a fama consagre o cearense, o alagoano emigra mais, 16,8% da população de Alagoas não vive ali"[90].

Em *A tragédia dos deslocados nacionais,* noticia-se o falecimento de uma criança nos braços maternos, devido "às múltiplas privações da viagem"[91]. Segundo os jornalistas, "em menos de dez dias – para citar os dois últimos exemplos trágicos – morreram de inanição duas crianças em Belo Horizonte". Em tom de indignação, eles prosseguem: "Os jornais noticiaram

---

[88] MORAES, Mário de. Los "paus-de-arara" – II. *O Cruzeiro Internacional*, Rio de Janeiro, ano 4, n. 18, 16 set. 1960, p. 70. Disponível em: https://memoria.bn.gov.br/DocReader/docreader.aspx?bib=092669&pesq=&pagfis=6962. Acesso em: 10 nov. 2024.

[89] LEMOS, Ubiratan; MORAES, Mário. Uma tragédia brasileira: os paus de arara. *O Cruzeiro*, ano 28, n. 1, 22 out. 1955, p. 71. Disponível em: https://memoria.bn.gov.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=003581&pagfis=94183. Acesso em: 10 nov. 2024.

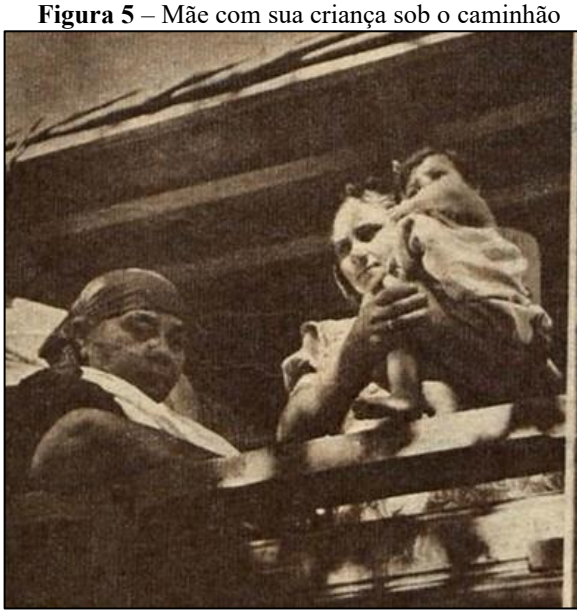
[90] *Ibidem*, p. 74.

[91] SILVA, Álvares da; SILVA, Eugênio H. A tragédia dos deslocados nacionais: sertanejos no asfalto. *O Cruzeiro*, Rio de Janeiro, ano 23, n. 27, 21 abril 1951, p. 18-19. Disponível em: https://memoria.bn.gov.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=003581&pagfis=75379. Acesso em: 10 nov. 2024.

que ‘morreram de inanição’, bonito eufemismo para ‘MORRERAM DE FOME’! Não é de doer, de tornar amarga a boca de um brasileiro que tem mesa farta”[92].

Nas fotorreportagens de abril de 1951, observa-se a natureza familiar dessas migrações. Na Figura 5, visualiza-se uma mulher com sua criança sob a carroçaria do pau de arara. Na outra (figura 6), um senhor coloca uma criança na estrutura externa do veículo. Na legenda da imagem, pode-se lê o seguinte: “A maior sacrificada é a infância, que virá engrossar a legião dos desamparados e dos favelados”[93].

Figura 5 – Mãe com sua criança sob o caminhão



Fonte: *O Cruzeiro* (1951).

Figura 6 – Família de migrantes nordestinos



Fonte: *O Cruzeiro* (1951).

Essas famílias buscavam regiões “de maior desenvolvimento econômico que aparentemente absorviam ‘um estoque de força de trabalho [...]’ criando uma válvula de escape social” (Silva, 2022, p. 178). Segundo Silva, “na década de 1950, São Paulo já representava 34% da produção nacional; no setor industrial, já alcançava 49%”. Desse modo, “o sucesso paulista e a decadência do setor primário nordestino, podem ser indicativos dos fatores que impulsionavam a migração de brasileiros do Nordeste para o Sul, naquele período” (2022, p. 178).

Como se não fosse suficiente, a chegada aos pontos de destino – São Paulo, Rio de Janeiro ou Paraná – não significava alívio: “Pelo asfalto das grandes cidades do sul se arrastam os sobreviventes da contínua retirada da fome”. De acordo com o periódico, “são como os restos de um exército derrotado, um exército que vem travando, há tantos anos, uma luta silenciosa

[92] *Ibidem*, p. 22, grifo no original.
[93] MARTINS, João. *Op. cit*., p. 19.

no sertão nordestino, contra o esquecimento e o desamparo e contra a natureza madrasta que, de tempos em tempos, o castiga com o flagelo das secas"[94]. O termo "exército" não estava equivocado, mas tratava-se de um exército de novo tipo. Uma grande parte desses migrantes iriam compor o chamado exército industrial de reserva (Marx, 2017), que é o excedente de força de trabalho, contribuindo para manter o baixo salário nos centros urbanos, devido ao excesso de contingente.

Ao tentar identificar as causas da migração nordestina, o periódico afirmou que havia duas causas principais. Uma seria de caráter permanente, o completo abandono em que se encontravam os homens e mulheres do campo, "sem nenhuma garantia moral e material, sem nenhuma garantia das leis trabalhistas, sem nenhuma esperança de possuir um pedaço de terra própria na qual lance as suas raízes. Ele vive em cabanas infectas, com paredes de sopapo e teto de palha, destituídas dos mais elementares confortos". Normalmente, "tem de ir buscar água a quilômetros ou léguas de distância, trabalho esse que é feito pelas mulheres e pelas crianças por meio de latas carregadas sobre a cabeça. Os seus filhos não vão à escola primária, simplesmente porque não existem escolas". Não possuem acesso à "postos médicos de nenhuma espécie, ficando à mercê de todas as doenças. Ganha salários que oscilam de cinco a doze cruzeiros por dia, quando há trabalho". Além disso, nega-se até mesmo o direito de cultivar o necessário para a sua subsistência, "a não ser quando consegue o arrendamento de uma 'tarefa' de terra (4.356 metros quadrados) e, ainda assim, não tem a menor garantia de posse"[95].

Já a segunda causa seria periódica. Era "a seca que devasta tudo, queimando as plantações, matando o gado, fazendo os rios desaparecerem, transformando a terra num deserto ardente"[96]. De fato, as duas grandes estiagens que afetaram o Nordeste nos anos de 1950 – a primeira em 1951/1952 e a outra em 1958 – coincidiram com os momentos de pico das migrações desta região para São Paulo, demostrando que o fenômeno da seca era fortemente levado em consideração por muitos trabalhadores rurais em sua decisão de migrar (Silva, 2022).

As fotorreportagens da revista *O Cruzeiro* enfocavam o êxodo rural e as secas como responsabilidade do governo federal, que não tratava os problemas com a devida importância. Embora se reconheça a responsabilidade do poder público, as seguidas reportagens sobre o intenso fluxo migratório, no início dos anos 1950, pode ser resultado da oposição ao presidente Getúlio Vargas por Assis Chateaubriand (1892-1968), fundador e presidente dos *Diários Associados*, empresa a qual a revista pertencia (Silva, 2022).

---

[94] SILVA, Álvares da; SILVA, Eugênio H. *Op. cit.*, p. 15.
[95] MARTINS, João. *Op. cit*., p. 22.
[96] *Ibidem*, p. 22.

No caso alagoano, o êxodo rural estava diretamente relacionado com o amplo processo de modernização, que estava direcionado, principalmente, para o parque sucroalcooleiro no estado, o que promoveu a expansão da zona açucareira e agravou os problemas sociais devido à incorporação das terras de tabuleiros localizadas ao oeste e ao sul do estado.

Sede de engenhos desde o período colonial, a região que corresponde ao atual território de Alagoas foi tradicionalmente considerada canavieira. De todo modo, é notável a expansão que ocorreu no cultivo a partir dos anos 1950, com a incorporação das terras dos tabuleiros mediante a introdução de fertilizantes químicos. Segundo Heredia (1989, p. 11):

> Esse processo de expansão redundou num aumento significativo no número de grandes propriedades e, principalmente, na instalação de novas e grandes usinas e destilarias de álcool. Estas foram, de fato, as principais responsáveis pela introdução daquilo que localmente se denomina a 'modernização': processo de inovações tecnológicas, financiado pelo Estado através do Instituto do Açúcar e do Álcool (IAA) e dirigido tanto ao setor agrícola como – e fundamentalmente – ao industrial.

Essa modernização técnica também é ressaltada pelo historiador Douglas Apratto Tenório, na obra *A tragédia do populismo: o impeachment de Muniz Falcão.* Em sua análise, o autor vincula o aumento da produtividade aos subsídios destinados à agroindústria alagoana do açúcar, o que possibilitou o reequipamento das unidades e a melhoria do nível técnico. Em suas palavras:

> A agro-indústria alagoana do açúcar entendeu os sinais de estímulo, e altamente subsidiada, partiu para o reequipamento de suas unidades, elevando a produção de forma considerável, principalmente com a melhoria de seu nível técnico. Essa preocupação com a eficiência e competitividade das fábricas paulistas levou-a fazer experimentos com o uso do vinhoto, com a adubação e com implementos modernos, permitindo que os canaviais se expandissem para áreas planas de tabuleiros, de solo arenoso e pobre em matérias orgânicas, mas localizados a pequena distância das usinas (Tenório, 1995, p. 32).

Arruda Mello pontua que as terras de tabuleiros "por serem planas, também entrecortadas por rios e com poucas raízes, apresentam condições amplamente favoráveis para o emprego da mecanização agrícola, num momento que crescia largamente o consumo de máquinas, equipamentos e fertilizantes agrícolas no Brasil" (1990, p. 17). Além desses fatores, destaca-se o incremento da malha rodoviária, o que viabilizou sobremaneira os investimentos na área.

As áreas de tabuleiros, até então consideradas improdutivas para o cultivo de cana, eram concedidas a pequenos proprietários e posseiros para que desenvolvessem pequenos plantios de subsistência. Com a expansão do cultivo esses moradores foram gradativamente expulsos da terra:

> [...] os pequenos produtores se encontravam instalados, até períodos recentes, nas terras consideradas não aptas para a cana, áreas de tabuleiros que, como foi possível

> assinalar, eram divididas com gado. Ao instalar-se, os engenhos e as usinas monopolizavam as terras mais férteis da área, baixas e úmidas. A exceção era a beira da praia, área ocupada pelos pequenos produtores que plantavam principalmente coco, alternando esse cultivo com produtos de pequena produção. Essa situação secular modificou-se com a incorporação dos tabuleiros ao cultivo da cana, que significou uma nova reordenação do espaço e afetou tanto a área ocupada pelo gado quanto a da pequena produção, onde estava instalada o *povo dos sítios* (Heredia, 1989, p. 65, grifos no original).

A sociedade alagoana foi vítima de um intenso processo de exclusão social, agravado nos anos que se seguiram a 1950. A concentração de terras, o aumento da produtividade agrícola e a expansão do cultivo, assim como o desenvolvimento econômico e a modernização "estarão concorrendo para tal exclusão, contra a qual os diversos governos estaduais não apresentaram soluções, e aparentemente não se preocuparam em criá-las, o que exigiria mexer na estrutura fundiária" (Medeiros, 2007, p. 97).

A constatação desses problemas sociais em Alagoas, provocados em grande medida pela concentração de terras na área canavieira e pela expansão das áreas cultivadas com a cana-de-açúcar, impeliram a Igreja Católica a intervir na questão agrária. Surgiram, então, como iniciativa da Arquidiocese de Maceió as Semanas Ruralistas (SR's). A instituição dirigia sua atenção para o campo, onde se encontrava o mais grave problema social naquele período.

2.2 As semanas ruralistas na Arquidiocese de Maceió

As semanas ruralistas eram eventos que duravam, em média, de sete a oito dias e ocorriam em diversos pontos do país. A sua realização escapou a um padrão de organização devido à multiplicidade de instituições e atores que os promoviam, desde os anos 1930[97]. O tema das SR's foi pouco explorado pela historiografia. Na literatura especializada há apenas três menções sobre esses eventos em Alagoas[98]. No texto *Padre agitadores em Alagoas: o Inquérito Policial-Militar do padre Luiz de Oliveira Santos (1964-1969),* da historiadora Irinéia

[97] A I Semana Ruralista do Brasil ocorreu em Itanhandu, Minas Gerais, entre os dias 13 e 20 de julho de 1934. O evento foi organizado pela Sociedade dos Amigos de Alberto Torres (SAAT) em cooperação com o Ministério da Agricultura, a Escola Superior de Agricultura e Veterinária (ESAV) e a Prefeitura local. De acordo com Souza, devido à boa repercussão das semanas ruralistas, "diferentes instituições e atores sociais passaram não apenas a cooperar, mas também a promover [...] eventos semelhantes e com nome homônimo". Desse modo, "as semanas ruralistas extrapolaram o programa proposto pela Sociedade dos Amigos de Alberto Torres. Por essa característica, as semanas não ocorriam dentro de uma lógica temporal ou um padrão organizacional – observamos que experiências eram compartilhadas e anunciadas em jornais, e que alguns órgãos além da SAAT, em momentos distintos, procuram elaborar e apresentar seus próprios programas" (2022, p. 76). Na década de 1950, a Igreja Católica se tornou a principal articuladora desses eventos, em cooperação com agências públicas nacionais, organismos internacionais e entidades privadas.

[98] Em sua recente monografia sobre o Centro Social Rural Dom Adelmo Machado, Leonalva Santos (2024) também menciona esses eventos.

Santos, e nas obras *O homo inimicus: Igreja Católica, ação social e imaginário anticomunista em Alagoas*, de Fernando Medeiros, e *Alfabetização de jovens e adultos e organização popular: uma experiência em Maceió*, de Idabel Nascimento.

Durante as SR's eram ministradas palestras, aulas teóricas e práticas sobre questões do mundo rural, como, por exemplo: cursos sobre agricultura, conservação do solo, economia doméstica e higiene, a fim de combater o êxodo rural. Assim, a questão urbana também era discutida, afinal, o crescimento das favelas e o êxodo rural eram percebidos como indissociáveis. Havia também a distribuição de sementes, materiais impressos, criação de hortas, exposição de produtos agrícolas regionais, exibição de filmes educativos e de novas técnicas e tecnologias voltadas para o campo. Desse modo, a Igreja Católica, em cooperação com o Estado e entidades privadas, encampou as semanas ruralistas como parte de um programa público-privado de extensionismo rural.

Segundo Silva (2015), o conceito clássico de extensão rural foi difundido no Brasil nos anos de 1950, sobretudo, por técnicos como Miguel Bechara, engenheiro agrônomo que trabalhou junto à Secretaria de Agricultura do estado de São Paulo, nesse período, e manteve contato com a AIA nos trabalhos desenvolvidos. Na obra *Extensão agrícola*, Bechara definiu que

> O papel das estações ou dos institutos experimentais é justamente este: experimentar e pesquisar aqueles conhecimentos técnicos necessários para que haja uma boa produção econômica. Concomitante observam, estudam, pesquisam e experimentam, obtendo conhecimentos e dados que são levados aos produtores rurais. Esta ação de levar aos produtores rurais tudo aquilo que os institutos experimentais concluíram chama-se extensão. Quer dizer, estender os conhecimentos [desenvolvidos] nos campos experimentais aos produtores (1954, p. 2 *apud* Silva, 2015, p. 114).

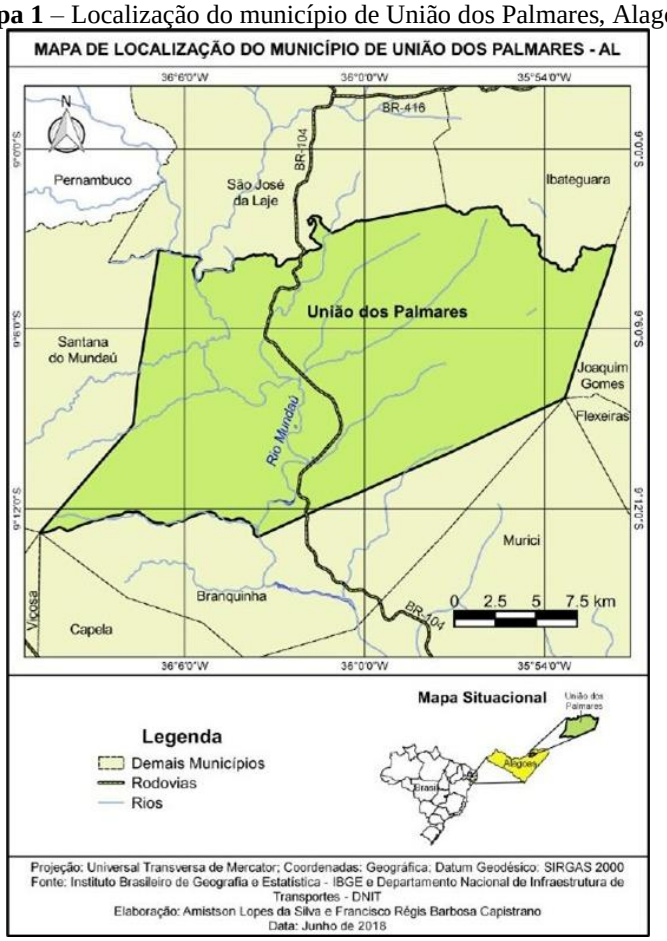
Em outras palavras, o método extensivo, ou extensão rural, era um programa educativo de mão dupla, que levava os conhecimentos desenvolvidos experimentalmente aos agricultores e trazia os problemas destes aos pesquisadores. Assim, a ênfase, de acordo com o espírito da época, permaneceu em um discurso desenvolvimentista de valorização das novas tecnologias e de uma educação instrumental e técnica, com o propósito "de produzir mais e melhor"[99].

A primeira semana ruralista promovida pela Igreja local ocorreu em União dos Palmares, entre os dias 18 e 25 de novembro de 1956, em convênio com o Serviço de Informação Agrícola, do Ministério da Agricultura. Além da participação do prefeito, vereadores do município, agrônomos, veterinários, comerciantes, industriais e proprietários rurais, o evento contou com a presença do então governador do estado, Sebastião Marinho

[99] Afirmação de Dom Adelmo Machado ao *Jornal de Alagoas*. Cf. O BRASILEIRO é povo pobre numa terra rica, fértil e dadivosa. *Jornal de Alagoas*, Maceió, 27 de novembro de 1956. p. 1. Arquivo da Cúria Metropolitana de Maceió (ACMM). Estante 3, Caixa 26, Pasta 14: Semanas Ruralistas.

Muniz Falcão, do Diretor do Departamento Nacional de Endemias Rurais (DNER), Mario Pinotti (1894-1972) – que se fez acompanhar de diversos técnicos do Ministério da Agricultura –, do arcebispo de Maceió, Dom Ranulpho da Silva Farias (1939-1963)[100], e do bispo da Barra, Bahia, Dom João Batista Muniz (1949-1966), entre outras autoridades civis, militares e eclesiásticas[101].

Mapa 1 – Localização do município de União dos Palmares, Alagoas



Fonte: IBGE (2018).
Elaboração Cartográfica: Francisco Capistrano (Silva, 2018).

A formação do território que constitui a cidade de União dos Palmares remonta ao período colonial, durante os séculos XVI, XVII e XVIII, quando Alagoas pertencia à Capitania de Pernambuco. A localização no vale da bacia hidrográfica do rio Mundaú foi um dos fatores que impulsionou seu povoamento, como observa Silva (2018, p. 22). Após um longo processo

[100] Terceiro arcebispo da Arquidiocese de Maceió, Dom Ranulpho Farias foi empossado em 23 de novembro de 1939, durante o pontificado de Pio XII. Em 1955, Dom Ranulpho afastou-se para tratamento médico, deixando em seu lugar Dom Adelmo Machado como arcebispo coadjutor com direito à sucessão. Faleceu em 19 de outubro de 1963, em Salvador (Santos, 2020).

[101] O BRASILEIRO é povo pobre numa terra rica, fértil e dadivosa. *Jornal de Alagoas*, Maceió, 27 de novembro de 1956. p. 1. Arquivo da Cúria Metropolitana de Maceió (ACMM). Estante 3, Caixa 26, Pasta 14: Semanas Ruralistas.

histórico, o antigo povoado de Santa Maria Madalena foi elevado à categoria de Vila (1831) e, posteriormente, à de cidade, em 1889, sob o nome de Vila Nova da Imperatriz. Apenas em 1944 recebeu o nome definitivo de "União dos Palmares", em homenagem ao Quilombo que ali se desenvolveu, o qual se estendia por uma larga área de terra no período colonial.

A economia palmarina era baseada na produção de açúcar para o mercado externo e na agricultura de subsistência, bem como na produção de algodão. Diante da instalação das usinas açucareiras Oliveira, em 1922, e Laginha, em 1934, além da expansão da pecuária e das consequências negativas da Grande Depressão de 1929, a cultura algodoeira caiu impetuosamente em face da produção canavieira em União dos Palmares.

Durante o período Vargas, "o Governo Federal deixa de ser apenas incentivador e investidor e passa a controlar todo circuito espacial de produção do açúcar" (Silva, 2018, p. 29). A Usina Laginha soube tirar proveito desse momento, apresentando forte crescimento na produção canavieira, durante as décadas de 1940 e 1950. É importante assinalar que com as usinas, as relações de trabalho foram modificadas, a proletarização do homem do campo intensificou a divisão do trabalho, "os moradores de condição, trabalhadores rurais, pouco a pouco passam a ser assalariados. Cresce o número de operários industriais e de técnicos na agricultura e na indústria" (Silva, 2018, p. 29).

Conforme discutido anteriormente, as novas formas de intervenção estatal na economia e o processo de modernização do parque sucroalcooleiro possibilitou um crescimento contínuo da produção de açúcar devido à incorporação das terras de tabuleiros, anteriormente ocupadas por moradores, foreiros, fornecedores e arrendatários. Paralelamente a isso, gerou-se uma forte concentração fundiária, com profundas consequências sociais.

Amiston Silva apresenta dados eloquentes sobre a concentração fundiária como resultado desse binômio modernização/incorporação das terras de tabuleiros, em União dos Palmares, durante a década de 1950 (tabela 1).

Tabela 1 – União dos Palmares – AL: Estrutura da propriedade em União dos Palmares em 1950

ÁREA EM HECTARES	ESTABELECIMENTOS	% DO TOTAL	ÁREA	% DO TOTAL
Até menos 10	5.914	89,69%	15.845	23,14%
De 10 a menos de 100	568	8,62%	13.251	19,36%
De 100 a menos de 1000	106	1,6%	30.749	44,92%
De 1000 a menos 10000	6	0,09%	8.611	12,58%
Total	6.594	100%	68.456	100%

Fonte: Censo agrícola (1950).
Organização: Amiston Silva (2017).

De acordo com os dados apresentados por Silva, fundamentados no censo agrícola de 1950, evidencia-se que os estabelecimentos com menos de dez hectares representavam 89,69% e ocupavam uma área de 15.845 hectares. Enquanto que no polo oposto, os 106 estabelecimentos, que representavam apenas 1,6%, com uma área de 100 a menos 1.000 hectares, ocupavam uma área de 30.749 hectares. Praticamente o dobro em extensão territorial.

Frente à mecanização da produção e à consequente concentração fundiária, junto às péssimas condições sanitárias, uma parcela significativa da população rural passou a migrar para a cidade. Nas palavras de Silva:

> [...] os pobres de União dos Palmares passaram a habitar a cidade a partir de suas escassas possibilidades de rendimento, sem políticas públicas construídas especificamente para atender suas necessidades. Essa população pobre, que passa a migrar mais fortemente para a cidade em função da modificação nas relações de trabalho e da expropriação de suas terras, acessa a terra urbana através de doações de terrenos por parte da prefeitura, da igreja ou até mesmo através das estratégias de ocupação urbana (2018, p. 32).

Atenta à complexidade dos problemas rurais, a Igreja Católica defendia que as semanas ruralistas não visavam "resolver problemas". De acordo com o *Programa da Primeira Semana Ruralista*, o seu objetivo era "despertar o interesse de todos os que moram no campo ou vivem do campo – pela solução técnica e humana dos problemas rurais"[102].

Em 1961, cinco anos depois, em entrevista ao *Diário Carioca*, Dom Adelmo Machado endossava esse projeto social, assinalando que "todos sentimos a gravidade do problema resultante da fuga do trabalhador rural para a cidade, para escapar à situação infra-humana em que vive a maior parte dos homens do campo".[103] No entanto, ele reafirma que as semanas ruralistas não visavam "por fim imediato a solução dos problemas rurais, mas a instrução e educação do homem que vai resolvê-los".[104]

Dentro desse contexto, a semana ruralista de União dos Palmares apresentou cinco objetivos:

> 1) Estudo em aula práticas, em várias fazendas do Município, dos problemas da cultura da terra, com o fim de orientar o pequeno agricultor no sentido de conservar o solo, selecionar sementes, etc.
> 2) Estudo e debates, em mesa redonda, sôbre [*sic*] a possibilidade de crédito mais fácil para o agricultor da região.
> 3) Curso intensivo para Professoras, Senhoras e Moças, em ordem a despertar amor ao campo e à formação de clubes agrícolas.
> 4) Curso intensivo de higiene rural para Professoras, Senhoras e Moças com o fim de orientar a população a liberar-se das endemias rurais.

[102] ARQUIDIOCESE DE MACEIÓ. *Programa da Primeira Semana Ruralista*. Maceió: Imprensa Oficial, 1956a, p. 2. Arquivo da Cúria Metropolitana de Maceió (ACMM). Estante 3, Caixa 26, Pasta 14: Semanas Ruralistas.
[103] ARCEBISPO de Maceió: estruturas vão mudar. *Diário Carioca*, Rio de Janeiro, 21 nov. 1961. p. 3. Arquivo da Cúria Metropolitana de Maceió (ACMM). Estante 3, Caixa 26, Pasta 14: Semanas Ruralistas.
[104] *Ibidem*.

> 5) Organização de uma assistência religiosa cada vez mais eficiente ao homem rural mediante a colaboração do Departamento Arquidiocesano de Ensino Religioso e da J.A.C. (Juventude Agrária Católica)[105].

O excerto acima revela que as semanas ruralistas se fundamentavam na ideologia do desenvolvimento de comunidade, como alternativa para solucionar o complexo problema de integração das populações rurais da região aos planos nacionais de desenvolvimento econômico. Essa integração era concebida sob uma visão acrítica da estrutura social. Safira Ammann ressalta que tal proposta isentava "o trabalho social de qualquer envolvimento político, deixando permanecer sem crítica as estruturas responsáveis pelas desigualdades sociais e [...] dissimula a divisão social do trabalho, cobrindo a realidade com o manto da identidade de valores, interesses e objetivos" (2013, p. 49).

São eloquentes, nessa perspectiva, as palavras de Dom Adelmo Machado:

> É óbvio que a Semana, por si só, não resolve problemas, mas vale pela oportunidade que cria, dinamizando e convidando a congregarem-se todos os outros fatores capazes de *levar ao homem do campo não só a consciência de seus direitos*, mas, principalmente, o conhecimento dos meios de levantamento do nível social-econômico da vida rural"[106] (sem grifo no original).

Para o arcebispo coadjutor, os problemas mais urgentes, naquele período, referiam-se à "saúde, habitação, crédito fácil e supervisionado, orientação técnica, escola, terra e sementes para plantar"[107]. Nos moldes da semana ruralista de Campanha/MG e do I Encontro dos Bispos do Nordeste, essa edição organizou um documento de conclusão indicando aspectos da região e suas possíveis soluções. Neste documento, intitulado *Conclusões, Recomendações, Resultados e Moções de Aplauso* da semana ruralista de União dos Palmares, observa-se, sobretudo, a preocupação e ações voltadas para solucionar os problemas sociais relacionados ao acesso à terra pelos trabalhadores/as rurais, à saúde e ao abastecimento de água.

No primeiro artigo foi estabelecido o "Convênio entre os Municípios de União dos Palmares e de Muricí e o Serviço Nacional de Endemias Rurais, representado pessoalmente pelo seu Diretor, Exmo. Sr. Dr. Mário Pinotti de complementação e ampliação do plano atual de serviço de águas dos respectivos municípios"[108]. A ampliação no serviço de abastecimento de água representava um avanço de extrema importância na vida dos cidadãos palmarinos.

---

[105] ARQUIDIOCESE DE MACEIÓ, *op. cit*., 1956a, p. 2.
[106] ARCEBISPO de Maceió: estruturas vão mudar. *Diário Carioca*, Rio de Janeiro, 21 de novembro de 1961. p. 3. Arquivo da Cúria Metropolitana de Maceió (ACMM). Estante 3, Caixa 26, Pasta 14: Semanas Ruralistas.
[107] *Ibidem*.
[108] ARQUIDIOCESE DE MACEIÓ. *Conclusões, Recomendações, Resultados e Moções de Aplauso:* Semana Ruralista [União dos Palmares]. Maceió: Imprensa Oficial, 1956b, p. 3. Arquivo da Cúria Metropolitana de Maceió (ACMM). Estante 3, Caixa 26, Pasta 14: Semanas Ruralistas.

Conforme mencionado anteriormente, até a década de 1940, o abastecimento de água e a introdução do esgoto se encontravam restritos à capital do estado.

No que concerne, especificamente à saúde, foram tomadas as seguintes medidas:

> 2.°) – Convênio entre a Arquidiocese de Maceió e o Serviço de Endemias Rurais, instalado em Maceió – no sentido de que os Párocos de algumas paróquias mais infestadas de Endemias Rurais – sejam depositários de remédios específicos contra tais endemias, para distribuição gratuita às populações rurais.
> 3.°) – O Posto de Bôba de União dos Palmares, por resolução do Exmo. Sr. Diretor do Serviço Nacional de Endemias Rurais foi elevado a sede do Distrito de Endemias Rurais.
>
> [...]
>
> 5.°) – Lançamento da Pedra Fundamental do Pôsto de Puericultura de União dos Palmares, que será construído pela Associação de Proteção à Maternidade e à Infância desta cidade, com a ajuda do Departamento Nacional da Criança, conforme o compromisso assumido pela Delegacia Regional do mesmo Departamento.
> 6.°) – A Federação das Associações de Incentivo aos Pelotões Infantis de Saúde (Fapis), representada, na Semana Ruralista, por três membros da Diretoria Nacional, se comprometeu a instalar em União dos Palmares, um núcleo de sua organização[109].

Uma vez que não havia estrutura no município para atender as demandas de saúde e higiene, orientava-se que as paróquias fossem depositárias de medicamentos específicos contra as endemias identificadas em suas respectivas regiões. A proposição visava a utilização da infraestrutura religiosa para estabelecer as bases do desenvolvimento regional, numa perspectiva integral, que muito se assemelhava aos princípios do movimento Economia e Humanismo.

Mais do que um comprometimento com a saúde da população, com esse conjunto de medidas buscava-se combater o êxodo rural e fixar os trabalhadores rurais no campo. Isto fica mais evidente nos pontos seguintes, que se referem estritamente ao acesso à terra e à fixação da população rural em locais adequados, embora o texto não aborde a reforma agrária. A instituição eclesiástica, em conjunto com os técnicos e assessores do evento, solicitou ao governador Muniz Falcão

> autorizar estudos especiais sôbre a privilegiada situação dos rendeiros das grandes propriedades de terra do Estado, em União dos Palmares, no sentido de levar a esses rendeiros uma suficiente assistência e educação rural, mediante o Instituto Nacional de Imigração e Colonização (I.N.I.C.)[110].

Pois, na concepção dos autores do documento,

> Com a assistência do I.N.I.C., semelhante à que tem sido feita, em vários Estados do Nordeste e do Centro do País, poderão essas terras tornar-se celeiros para a Capital e oferecer aos atuais rendeiros, tão privilegiados quanto desorientados na cultura dos campos, um poderoso convite à fixação e à melhoria de suas relações humanas[111].

---

[109] *Ibidem*, p. 3-4.
[110] *Ibidem*, p. 6-7.
[111] *Ibidem*.

O Instituto Nacional de Imigração e Colonização (INIC) e a Carteira de Colonização do Banco do Brasil foram fundados por inciativa do Poder Executivo, durante o segundo governo de Getúlio Vargas (1951-1954). Vargas propôs o projeto ao Congresso Nacional em 1952. Após a sua aprovação na Câmara dos Deputados e no Senado, o INIC foi criado em 5 de janeiro de 1954, de acordo com a Lei nº 2.163/1954, e coordenou a política de imigração e de colonização do país até o ano de 1962[112].

Sob a jurisdição do Ministério da Agricultura, o Instituto Nacional de Imigração e Colonização era "o órgão responsável pelo encaminhamento de trabalhadores nacionais de uma região para outra, pela execução do programa nacional de colonização do território brasileiro, bem como orientou e promoveu a seleção, entrada, distribuição e fixação dos imigrantes" (Santos, 2017, p. 131).

Era incumbência do INIC "promover os meios técnicos e financeiros para que o trabalhador rural pudesse adquirir sua propriedade, uma vez que esta", nas palavras de Getúlio Vargas, "era 'a única forma eficaz de fixar o homem à terra, criando-lhe o apego pelo que é seu e dando-lhe estímulo para produzir mais e melhor'" (Santos, 2017, p. 132-133).

Notadamente, o episcopado alagoano buscava intervir nos problemas rurais por meio da legislação vigente e em colaboração com o Estado. Desse modo, a Igreja local pleiteava transformações socioeconômicas através de ações institucionais e um programa de governo, estadual e federal, que promovesse o acesso à terra a população economicamente mais pobre e melhores condições de vida ao trabalhador rural. Infelizmente, não se dispõe, no momento, de dados para avaliar a implementação destes planos. Ao que tudo indica essas proposições não foram concretizadas. Segundo Dom Vicente Scherer (1903-1996), então arcebispo de Porto Alegre, muitas das reivindicações e sugestões ao poder público, decorrentes das semanas ruralistas no Brasil não foram implementadas. "Ficou tudo no papel e no ar e nem 5% das medidas pleiteadas foram executadas" (Souza, 2022, p. 113).

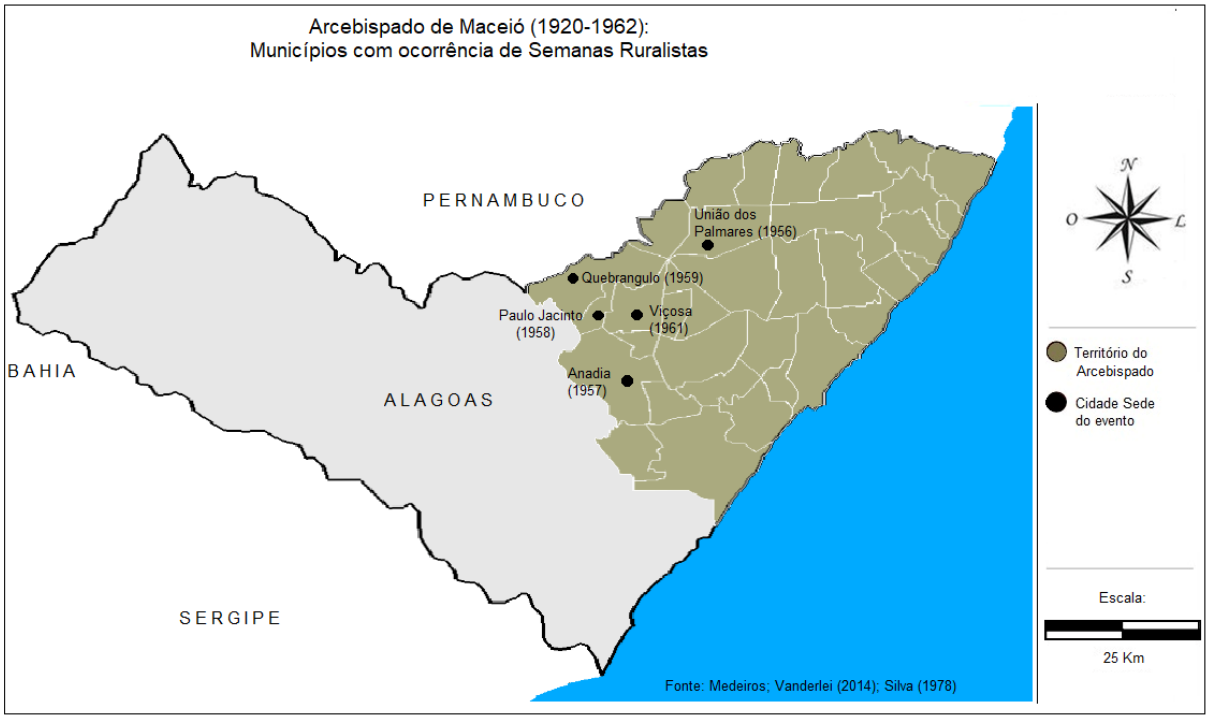
2.2.1 Um novo olhar sobre a questão agrária

Após a primeira semana ruralista da Arquidiocese de Maceió, foram realizadas mais cinco semanas, ano a ano, em diversos municípios do estado, todos compreendidos na região

[112] Com uma relativa durabilidade, foram extintos no "mandato de João Goulart por meio da Lei Delegada nº 11, de 11 de outubro de 1962, a qual criou a Superintendência de Política Agrária (SUPRA) e extinguiu o Serviço Social Rural, o Conselho Nacional da Reforma Agrária, o Estabelecimento Rural do Tapajós e o INIC" (Santos, 2017, p. 131).

da Zona da Mata, que praticavam em sua maioria a monocultura da cana-de-açúcar. De acordo com as fontes disponíveis, foi possível identificar os seguintes municípios: União dos Palmares (1956), Anadia[113] (1957), Paulo Jacinto (1958), Quebrangulo (1959) e Viçosa (1961)[114], conforme o Mapa 2.

Mapa 2 – Arcebispado de Maceió (1920-1962): municípios com ocorrência de semanas ruralistas



Fonte: Elaborado pelo autor em conjunto com o geógrafo Damir Costa Vanderlei.

A sexta semana ruralista ocorreu em Viçosa/AL, no período de 26 de novembro a 3 de dezembro de 1961. Por ocasião dos preparativos dessa semana ruralista, Dom Adelmo Machado declarou que as semanas

> pretendem atingir, principalmente, o homem do campo, contribuem, ainda, para lembrar aos legisladores, que estão formulando tantos projetos de reforma agrária, que n[ã]o é possível pensar apenas em reforma fundiária para resolver os problemas do homem do campo. Devem lembrar-se de que a terra está a serviço do homem e o homem precisa habitar-se, cada vez mais, para servir-se com prodúral, [*sic*] com seus problemas humanos, com a sua família, com a sua saúde, com crédito fácil e supervisionado para trabalhar, com a garantia de sua liberdade, que encontra, na pequena propriedade, o seu maior apoio – eis o que deve construir a idéia produtora de qualquer tentativa de formação de revisão progressiva das estruturas rurais de cada uma das regiões do Brasil[115].

[113] Até 1962, a Paróquia Nossa Senhora da Piedade, em Anadia, esteve sob a jurisdição do Arcebispado de Maceió. Contudo, com a criação da Diocese de Palmeira dos Índios, em 10 de fevereiro daquele ano, a paróquia foi transferida para a Diocese de Penedo.
[114] Cf. Arquivo da Cúria Metropolitana de Maceió (ACMM). Estante 3, Caixa 26, Pasta 14: Semanas Ruralistas.
[115] ARCEBISPO de Maceió: estruturas vão mudar. *Diário Carioca*, Rio de Janeiro, 21 de novembro de 1961. p. 3. Arquivo da Cúria Metropolitana de Maceió (ACMM). Estante 3, Caixa 26, Pasta 14: Semanas Ruralistas.

Observa-se, portanto, que, para a Igreja, não era suficiente a "reforma fundiária para resolver os problemas do campo". Dever-se-ia valorizar a pessoa humana, os homens e mulheres do campo, garantindo-lhes acesso a atendimento médico de qualidade, aprovação de crédito rural "e supervisionado para trabalhar", aquisição de instrumentos agrícolas, pesquisas do solo, entre outras reivindicações ao poder público, através das *Conclusões, Recomendações, Resultados e Moções de Aplauso,* produzidas ao final dos eventos.

Na esteira da ideologia da modernização, o discurso em defesa do crédito rural e supervisionado foi recorrente ao longo das semanas ruralistas realizadas na arquidiocese de Maceió. Era comum a recomendação, ao governo do estado, do estabelecimento de um escritório da Associação Nordestina de Crédito e Assistência Rural (ANCAR) – ligada à agência norte-americana AIA – nos locais em que ocorreram os eventos. Nas *Conclusões da Semana Ruralista de Viçosa*, destaca-se "a grande aspiração dos agricultores [...] de que este Município seja beneficiado da presença de um escritório da ANCAR". Não só era "justa [a] pretensão dos agricultores", como também se apresentou ao então governador, Luiz Cavalcante (1961-1966), "os motivos que fazem de Viçosa um dos municípios mais indicados para expansão e maior rendimento dos trabalhos de um escritório da ANCAR"[116].

Segundo o documento, Viçosa "é o centro de convergência natural de vários municípios vizinhos, tal como Quebrangulo, Paulo Jacinto, Pindoba e Capela". Além disso, esta cidade contava com a presença de uma agência do Banco do Brasil e do Banco de Viçosa. Assim, o escritório da ANCAR teria "um campo de irradiação, já preparado, para esses municípios". Acrescenta-se, ainda, que Viçosa ofereceria à ANCAR aqueles órgãos de cooperação, que a agência "costuma exigir, para estabelecer-se em um município". Isto é, "além de agências bancárias, Postos de Higiene, de Puericultura, Hospital, Residências Agrícolas e Sementeiras de experimentação agrícola"[117].

Por outro lado, atrasada em seis anos em comparação à *Declaração dos Bispos do Nordeste*, pela primeira vez a Igreja local ensaiava uma crítica à estrutura fundiária e apontava a reforma agrária como alternativa para solucionar os problemas no campo. No documento, denuncia-se a concentração fundiária: "Não há Estado no Nordeste que tenha tão vastas propriedades rurais como o Estado de Alagoas"[118]. Desse modo, fazia-se necessário uma reforma agrária, vista não apenas como "um imperativo de justiça e caridade, mas, se feita

[116] ARQUIDIOCESE DE MACEIÓ. *Conclusões da Semana Ruralista de Viçosa*. Maceió, 1961, p. 5-6. Arquivo da Cúria Metropolitana de Maceió (ACMM). Estante 3, Caixa 26, Pasta 14: Semanas Ruralistas.
[117] *Ibidem*, p. 6.
[118] *Ibidem*, p. 2.

progressivamente, inspirada pelos princípios democráticos, humanos e cristãos e com o *sentido do possível* e de marcha para o melhor, constituirá o único recurso de tranquilidade para a grande comunidade rural brasileira". Nos países "democráticos", a reforma agrária foi "um dos fatores de maior produção e de tranquilidade social", argumentaria o documento eclesial[119].

No entanto, "seria temerário e contraproducente tentar levar, de imediato, às últimas conclusões, o processo tão delicado quanto necessário, da reforma agrária, que exige diversificação de meios e de objetivos imediatos, conforme as regiões". Nesse sentido,

> A Semana Ruralista de Viçosa considera que a instrução, a educação, a promoção da saúde, da melhoria da habitação, o crédito fácil e orientado, a difusão dos conhecimentos técnicos, o despertar e desenvolvimento do espírito associativo do homem do campo, proprietário ou simples trabalhador rural – são preliminares necessários que facilitarão e tornarão útil a todos uma revisão da atual situação jurídica, atinente ao uso da terra, para possibilitar a posse da terra a um número cada vez maior de homens capazes[120].

O documento chama atenção pela sua linguagem menos filosófico-abstrata e mais concreto-científica de tratar a realidade. Nessa perspectiva, assinala-se que o meio mais eficiente para a implementação de uma reforma agrária seria a dinamização e coordenação "dos órgãos de entidades já existentes dos Ministérios da Agricultura e da Educação e Cultura, que trabalham nos Estados e Municípios". Esta fase preparatória deveria ser intensificada, para ser breve, pois era "absolutamente, necessária, para uma revisão progressiva, corajosa, da situação do homem do campo"[121].

A inflexão na forma da Igreja compreender a questão rural, em Alagoas, é resultado de uma combinação de mudanças internas e externas à instituição católica, que ocorreram entre os anos de 1958 e 1961. O pontificado do Papa João XXIII, eleito em 1958, afetou a Igreja Católica como um todo. Ao mesmo tempo, uma mudança social e política ocorreu na sociedade brasileira, principalmente no Nordeste, com a emergência das Ligas Camponesas, em janeiro de 1955, no Engenho Galileia[122], conforme será discutido no capítulo seguinte. Por ora, importa reter que, em 15 de setembro de 1961, o movimento camponês lançou a campanha nacional pela reforma agrária, através do documento intitulado *Dez mandamentos das Ligas Camponesas para libertar os camponeses da opressão do latifúndio* (Andrade, 1963). Nesse mesmo ano, a 15 de novembro, realizou-se o I Congresso Nacional dos Lavradores e Trabalhadores Agrícolas, que "marcou um momento transcendente na longa luta do

---

[119] *Ibidem*, p. 1 (grifo no original).
[120] *Ibidem*.
[121] *Ibidem*.
[122] O Engenho da Galileia localiza-se no município de Vitória de Santo Antão/PE, distante 60 km de Recife, em região de transição entre a Mata e o Agreste (Bastos, 1984, p. 18).

campesinato por legitimidade política" (Welch, 2010, p. 308). O evento reuniu centenas de representantes de associações e sindicatos de trabalhadores rurais em formação, muitos ligados ao Partido Comunista Brasileiro (PCB), às Ligas Camponesas, às organizações estudantis e aos grupos da Igreja Católica de todo o país, totalizando o número de 1.600 delegados camponeses. Diante desse cenário sociopolítico e influenciada pelo programa teológico-pastoral do Papa João XXIII, apresentado, inicialmente, na sua Encíclica *Mater et Magistra*, a Igreja local foi impelida a se engajar nas questões referentes à reforma agrária, à sindicalização rural e à educação de base.

A encíclica *Mater et Magistra* (em português: Mãe e Mestra) foi publicada no dia 15 de maio de 1961. Ela foi escrita por ocasião do septuagésimo aniversário da encíclica *Rerum Novarum*, de Leão XIII. Neste documento, João XXIII retomou o ensinamento de seus predecessores (Leão XIII, Pio XI e Pio XII), oferecendo uma síntese própria do pensamento social católico até então, face aos problemas e desafios do seu tempo. Além disso, ele desenvolveu e ampliou a doutrina social anterior. Assim como a encíclica leonina, portanto, pode-se afirmar que a *Mater et Magistra* abriu um novo caminho para a ação social da Igreja. Não por acaso, ela é considerada por muitos especialistas como uma "encíclica de transição" (Camacho, 1995; Aquino Jr., 2021), de modo que "inaugura uma fase nova e decisiva na evolução do pensamento social da Igreja, que o insere no âmago dos grandes problemas do mundo contemporâneo" (Bigo; Ávila, 1982, p. 191).

Na primeira parte da encíclica, João XXIII abordou as mudanças nos últimos vinte anos que antecederam a publicação do documento, em três diferentes recortes: (1) nos campos científico, técnico e econômico; (2) no campo social; e (3) no campo político. No âmbito social, sua maior novidade foi trazer para o horizonte da doutrina social da Igreja, até então praticamente restrita à questão operária, os graves problemas do campo e dos trabalhadores rurais. O pontífice destacou o crescente papel do movimento sindical na melhoria das condições de trabalho e da previdência social, bem como o desequilíbrio entre um setor agrícola "atrasado" em face à rápida modernização da indústria e dos serviços. Segue trecho do documento:

> 48. No campo social: a difusão dos seguros sociais, e, em algumas nações economicamente desenvolvidas, o estabelecimento de sistemas de previdência social; a formação e extensão, nos movimentos sindicais, de uma atitude de responsabilidade perante os maiores problemas econômicos e sociais; a elevação progressiva da instrução de base; um bem-estar cada vez mais generalizado; a crescente mobilidade social e a consequente remoção das barreiras entre as classes; o interesse do homem de cultura média pelos acontecimentos diários de repercussão mundial. Além disso, o aumento da eficiência dos sistemas econômicos, em cada vez maior número de países, evidencia mais ainda os desequilíbrios econômicos e sociais entre o setor agrícola, por um lado, e o setor da indústria e dos serviços de utilidade geral, por outro; entre zonas

> economicamente desenvolvidas e zonas menos desenvolvidas no interior de cada país (João XXIII, 2010, p. 17).

Nesse contexto, destaca-se a questão do êxodo rural, um dos grandes temas nacionais naquele período:

> Não parece que a população rural do mundo, considerada em toda a sua extensão, tenha diminuído, em números absolutos. Apesar disso, é incontestável que se dá um êxodo das populações rurais em direção aos centros urbanos. É um fato que se verifica em quase todos os países e algumas vezes atinge proporções enormes e cria problemas humanos complexos, difíceis de resolver (João XXIII, 2010, p. 43).

Nesse sentido, observa-se "que, em não poucas nações se verificam flagrantes desigualdades entre território e população. Efetivamente, em umas há escassez de homens e abundância de terras aproveitáveis; ao passo que em outras são numerosos os homens e escasseia a terra cultivável" (João XXIII, 2010, p. 53). Dessa forma, era urgente uma intervenção do Estado a fim de promover "a difusão da propriedade". Em outras palavras: executar uma reforma agrária. Segue o trecho integral:

> 115. Ainda mais se deve urgir a difusão da propriedade num tempo como o nosso, em que, como já se indicou, mais numerosos são os países que desenvolvem rapidamente os próprios sistemas econômicos. Por isso, utilizando os vários recursos técnicos de eficiência comprovada, não é difícil promover iniciativas e exercer uma política econômica e social que alente e facilite difusão mais extensa da propriedade particular dos bens de consumo duráveis, da habitação, das terras, das ferramentas dos artífices e alfaias da casa agrícola e de ações nas médias e grandes empresas. Alguns países, economicamente prósperos e socialmente avançados, já o estão experimentando com feliz resultado (João XXIII, 2010, p. 39-40).

Embora a encíclica reafirme o "direito natural" à propriedade privada, que "o Estado não pode suprimir" (João XXIII, 2010, p. 8), ela insiste na sua função social: "Como afirma o nosso predecessor Pio XII, a dignidade da pessoa humana 'exige normalmente, como fundamento natural para a vida, o direito ao uso dos bens da terra, ao qual corresponde a obrigação fundamental de conceder uma propriedade privada, na medida do possível a todos'" (João XXIII, 2010, p. 39). Além disso, ao discutir o necessário equilíbrio entre o "progresso econômico" e o "progresso social", defende-se o papel indispensável do poder público, nos ambientes agrícolas, para que

> se desenvolvam, como convém, os serviços essenciais: estradas, transportes, comunicações, água potável, alojamento, assistência sanitária, instrução elementar, formação técnica e profissional, boas condições para a vida religiosa, meios recreativos, e tudo o que requer a casa rural em mobiliário e modernização. Se faltarem nos meios rurais estes serviços, que hoje são elementos constitutivos de um nível de vida digno, o desenvolvimento econômico e o progresso social tornam-se quase impossíveis ou demasiado lentos. Disso resulta que o êxodo da população rural se torna praticamente inevitável e dificilmente se consegue discipliná-lo (João XXIII, 2010, p. 44-45).

A encíclica *Mater et Magistra* teve ampla repercussão no cenário nacional, contribuindo para o debate em torno do secular problema do latifúndio e da exploração dos trabalhadores rurais. O historiador Oscar Beozzo assinala que "os textos pontifícios eram tradicionalmente publicados no país pela Editora Vozes, Petrópolis-RJ". No entanto, essa encíclica foi publicada também "por editoras leigas, como a José Olympio, em dois formatos, um popular e outro em dois volumes, com amplos comentários". O documento foi publicado ainda "em jornais de grande circulação e por sindicatos" (2011, p. 8). Ademais, sabe-se de duas edições financiadas por grupos diametralmente opostos no espectro político: por Leonel Brizola (1922-2004) – então governador do Rio Grande do Sul e líder do Partido Trabalhista Brasileiro (PTB) – e pelo Instituto de Pesquisas e Estudos Sociais (Ipes)[123].

Nesse clima de recepção, a 5 de outubro de 1961, praticamente dois meses antes da semana ruralista de Viçosa/AL, a Comissão Central da CNBB publicou a declaração programática intitulada *A Igreja e a situação do meio rural brasileiro*. Esse documento tinha como finalidade "difundir em nosso país as precisões e os desenvolvimentos trazidos à 'Rerum Novarum' pela 'Mater et Magistra' e para divulgar os novos aspectos da questão social"[124]. Do conjunto dos temas abordados na encíclica, a CNBB voltou-se exclusivamente para a questão agrária, "cuja situação é grave e que mereceu todo um longo capítulo da Encíclica, a propósito de 'exigências da justiça em relação aos setores de produção'. Dele extraímos um Roteiro de atividades que para os católicos é um programa ideal, mas que é válido para todos, independentemente de religião"[125].

Pautada nas proposições da encíclica *Mater et Magistra*, a declaração foi dividida em três seções: (1) "roteiro de atividades"; (2) "recomendações especiais"; e (3) "em face da expansão comunista no meio rural". Em consonância com a ideologia da modernização, na primeira seção, afirma-se que "é vital ajudar a integrar a agricultura brasileira no ritmo do desenvolvimento nacional"[126]. Nessa perspectiva, salientam-se os seguintes aspectos: (a) a melhoria nas condições de vida das populações rurais, mediante a obtenção de serviços

[123] Segundo Beozzo, "sob uma fachada inocente de estudos sociais, o IPES patrocinava a desestabilização do governo João Goulart. Tentava aglutinar setores importantes do empresariado, tanto nacional quanto internacional, e atrair setores da Igreja, das universidades, da grande imprensa e de sindicatos não combativos. Trabalhou intimamente com a CIA e a Embaixada norte-americana, financiando campanha eleitoral de candidatos anticomunistas através do Instituto Brasileiro de Ação Democrática – IBAD e preparando o golpe de 1964 que levou o país a sofrer 21 anos de ditadura militar. O IPES foi também um dos responsáveis por preparar projetos 'alternativos' de reforma agrária, destinados apenas a bloquear a tramitação do projeto de reforma agrária do governo Goulart" (2011, p. 8).

[124] CNBB. Declaração da Comissão Central. A Igreja e a situação do meio rural brasileiro. Rio de Janeiro, 1961. *In*: CNBB. *Pastoral da Terra*. São Paulo: Edições Paulinas, 1977, p. 121.

[125] *Ibidem*.

[126] *Ibidem*, p. 122.

essenciais, tais como: estradas, transportes, habitações, água potável, cuidados médicos etc.; (b) transformações no que se refere "às técnicas de produção, à escolha das culturas, às estruturas das empresas, necessárias ou exigidas pela vida econômica, considerada em seu todo, e de modo a proporcionar, quanto possível um digno nível de vida, semelhante aos dos setores industrial e de serviços"; (c) o aproveitamento da força de trabalho liberada pela modernização da agricultura; (d) a "promoção de uma política econômica, abrangendo o regime fiscal, o crédito, os seguros sociais, o controle dos preços, o desenvolvimento das indústrias de transformação, a modernização dos estabelecimentos agrícolas"[127].

Na segunda seção, apresenta-se o elemento inovador desta declaração: o seu apoio explícito à ação da Igreja no meio rural. Nessa seção, destaca-se: (a) a Ação Católica Rural através da Juventude Agrária Católica (JAC) e da Liga Agrária Católica (LAC); (b) a sindicalização rural, iniciada no Nordeste e que deve "ser estendida a todos os centros rurais, sobretudo quando agitados por reivindicações justas, mas conduzidas com segundas intenções"; (c) as Frentes Agrárias que surgiram no Paraná e no Rio Grande do Sul. Recomendou-se que as dioceses rurais acompanhassem essas experiências a fim de desenvolver "um articulação nacional das Frentes"; e (d) o Movimento de Educação de Base (MEB), que foi indicado como instrumento para expansão da JAC, da sindicalização rural e das Frentes Agrárias, através de Escolas Radiofônicas. "Reiteramos nossa confiança no MEB e estamos certos de que sem educação de base será vão o esforço de mera recuperação econômica, por mais aparato técnico de que se revista o planejamento"[128].

Apesar da reprodução em larga escala dos princípios da ideologia da modernização, tanto na *Mater et Magistra* quanto na declaração da CNBB, o desenvolvimentismo católico possuía particularidades. Além da ênfase na justiça social e na equidade, merece destaque o estímulo à auto-organização dos trabalhadores rurais em associações, sindicatos e cooperativas, já que essas instituições seriam capazes de assegurar "a obtenção dos seus legítimos interesses econômico-profissionais, e o direito de agirem, no interior delas, de modo autônomo e por própria iniciativa, para a consecução dos mesmos interesses" (João XXIII, 2010, p. 9-10). Portanto, para o episcopado brasileiro, era "preciso que os agricultores da terra se sintam solidários uns com os outros e colabarem para o surgimento de organizações cooperativas e de associações profissionais e sindicais"[129].

---

[127] *Ibidem*.
[128] *Ibidem*, p. 125-126.
[129] *Ibidem*, p. 124.

De acordo com a doutrina social da Igreja, nas *Conclusões da Semana Ruralista de Viçosa*, ressalta-se que "a maior esperança de um Município agrícola está na vida e na prática do espírito associativo dos agricultores que, no Brasil, encontram o seu órgão representativo, jurídico e organizado, na Associação Rural". Nesse sentido, a Igreja local se dirige aos "homens de Viçosa, para que façam, de sua associação rural, o ponto de encontro dos agricultores, um verdadeiro órgão representativo de classe, fora e acima de competições político-partidárias, superior a quaisquer influências e prestígios de pessoas e de famílias"[130].

Por outro lado, o documento não esconde sua preocupação com a expansão das organizações de esquerda. A expansão do comunismo nos pós-guerra seria resultado, dentre outros fatores, da inoperância na questão fundiária: "todos os atuais países que estão *além da cortina de ferro*, dentro da área *comunista*, sofrendo o horror de uma comunização forçada e a privação da liberdade se descuraram de fazer, em tempo, uma progressiva, diversificada e humana reforma agrária"[131]. É evidente que o documento se refere à revolução cubana, referencial das Ligas Camponesas para a implementação da reforma agrária no Brasil, com o lema "na lei ou na marra" (Bastos, 1984). Em *Alagoas: sindicatos rurais e dominação,* Mello segue uma linha de análise que identifica como razão da intervenção da Igreja na questão rural a projeção que as Ligas Camponesas vinham alcançando na região Nordeste, tendo como epicentro o estado vizinho de Pernambuco e o da Paraíba, "podendo a qualquer momento se alastrar sobre as bases territoriais alagoanas" (Mello, 1990, p. 108).

Além da tradicional influência da Igreja no campo, a expansão do movimento camponês ameaçaria também seu patrimônio fundiário. A Igreja Católica esteve, historicamente, entre os maiores proprietários de terras em Alagoas. Durante os períodos colonial e imperial, a instituição acumulou um vasto patrimônio fundiário na região por meio de doações e concessões de sesmarias. Não cabe aqui um levantamento sistemático das propriedades fundiárias da Arquidiocese de Maceió. Entretanto, é interessante notar uma possível convergência entre seus interesses institucionais relacionados à terra e os da burguesia agrária local.

Desde o período colonial, senhores de engenho e grandes latifundiários costumavam doar vastas extensões de terra em devoção a um santo para que a Igreja construísse capelas. O objetivo era tanto a devoção religiosa quanto a atração de mão de obra para fixar novos

[130] ARQUIDIOCESE DE MACEIÓ. *Conclusões da Semana Ruralista de Viçosa*. Maceió, 1961, p. 5.
[131] *Ibidem*, p. 1-2 (sem grifo no original).

povoados. Este é o caso da doação fundiária denominada "Ilha ao Senhor Bom Jesus"[132], na atual cidade de Matriz de Camaragibe, no Norte alagoano:

> Saibam quantos este público instrumento de escriptura [...], que no Ano do Nascimento de Nosso Senhor Jesus Christo de mil seiscentos e oitenta e seis anos aos vinte e quatro dias do mez de Maio, [...] na casa de Dona Brites Pimentel, viúva que ficou do Alcaide Mór Christovam Lins, [...] appareceu o Capitam José de Barros Pimentel, morador no termo desta Villa, [...] dotou um pedaço de terra donde chamam a 'Ilha' entre os dois lagadiços onde de presente mora Gonçalo Moreira para que na dita terra se asitue a ditta Igreja e se fizesse Povoassam e que todos os moradores que nella quizessem morar livremente o poderiam fazer sem pagar fôro e nem pensam alguma que dava a ditta terra livre e desembargada ao Senhor Bom JESUS para [...] se lhe faça a Igreja [...][133].

O documento em tela refere-se a uma escritura pública de doação datada de 24 de maio de 1686, período em que o território de Alagoas pertencia à Capitania de Pernambuco. Nela, o Capitão José de Barros Pimentel cedeu formalmente uma parcela de terra conhecida como "Ilha" para a construção de uma nova igreja e povoação em honra ao Senhor Bom Jesus. A doação visava substituir o antigo templo e permitir que moradores se estabelecessem no local, isentos de qualquer tipo de impostos. O texto detalha, ainda, permissões para o uso de madeira e restrições sobre a criação de gado na área cedida. O ato foi oficializado perante tabelião e testemunhas, garantindo a posse civil e espiritual da terra à atual paróquia de Matriz de Camaragibe.

Por meio de uma breve análise dos arquivos paroquiais, observa-se que este não se trata de um evento isolado. Esta prática foi constatada em diversos períodos da história da Igreja em Alagoas, estendendo-se até o século XX. A *Certidão de Partilha*, expedida em 7 de outubro de 1941 no município de Viçosa, formalizou a transferência da propriedade denominada Lage dos Veados para a Arquidiocese de Maceió[134]. Este bem, com uma área de 600 hectares de terra, originou-se de um legado deixado em testamento por Luiz de Siqueira Sá e foi processado no contexto do inventário de Andrelina Pimentel Sá, iniciado em 1934. O processo culminou com o registro oficial do imóvel no Cartório de Registro de Imóveis de Viçosa em 1941, garantindo a transferência legal da posse à instituição eclesiástica. Avaliado na quantia expressiva de trinta contos de réis (30:000$000), o imóvel representava uma autêntica fortuna para a maioria da população brasileira naquele período.

---

[132] A transcrição respeita a ortografia setecentista original, mantendo termos e grafias do período em que o documento foi redigido.

[133] ARQUIDIOCESE DE MACEIÓ. *Escritura de doação de um pedaço de terra denominado "Ilha ao Senhor Bom Jesus".* 3 f. Mimeo (transcrição). Porto Calvo, 24 maio 1686, p. 1. Arquivo da Cúria Metropolitana de Maceió (ACMM). Estante 3, Caixa 18, Pasta 23: Matriz de Camaragibe.

[134] ALAGOAS. Cartório de Registro de Imóveis de Viçosa. *Certidão de Partilha.* 3 f. Viçosa, 8 out. 1941. Arquivo da Cúria Metropolitana de Maceió (ACMM). Estante 2, Caixa 17, Pasta 10: Fazenda Cascuda (Lage dos Veados).

Na análise institucional, um postulado básico é que qualquer exame sobre a Igreja e a política deve considerar o caráter institucional da primeira. Ainda que a fé seja compreendida como um fenômeno suprarracional, a Igreja, como toda instituição, ao desenvolver interesses, busca defendê-los. O objetivo principal da instituição pode ser o de propagar a mensagem religiosa. No entanto, dependendo da percepção que tenha dessa mensagem, ela pode desenvolver preocupações como a defesa de interesses referentes à sua unidade e posição: em relação às outras expressões religiosas, influência na sociedade e na política, ao número de seus adeptos e à sua situação financeira. Para Mainwaring, "quase toda instituição se preocupa com a sua própria preservação; muitas tratam de expandir. Essas preocupações facilmente levam à adoção de métodos que são inconsistentes quanto aos objetivos iniciais" (2004, p. 16).

2.3 Uma interpretação

As diferentes edições das semanas ruralistas evidenciaram os diversos problemas que afligiam as populações do campo, com a finalidade de reivindicar mudanças na educação rural, através do método extensionista. Buscava-se, portanto, com a modernização da agricultura, potencializar a produção rural em Alagoas. Através do incremento da produção agrícola e ações voltadas para saúde preventiva dos agricultores, acreditava-se ser possível habilitar o "homem do campo" a viver e produzir no meio rural, e não migrar para os centros urbanos. No entanto, apesar das importantes contribuições, o avanço na agenda social foi bastante limitado. Além do otimismo técnico-científico, havia uma tendência a uma postura acrítica em relação às diferenças de classe entre os latifundiários cristãos e os trabalhadores rurais.

De acordo com Dom Adelmo Machado, entre 1955 e 1961, o episcopado brasileiro já havia realizado mais de cem semanas ruralistas, "além de outros empreendimentos de finalidade educativa, tais como Centros de Treinamento de Líderes Rurais em várias Dioceses"[135]. Para esses encontros, a fim de atingir seus objetivos de instrução e educação, convocaram-se agrônomos, veterinários, professores, médicos, técnicos, representantes do Banco do Brasil, entre outros, para que, em mesas redondas e em cursos diversos, discutissem os problemas do município e os meios possíveis para desenvolver uma solução progressiva dos aspectos mais urgentes.

Esses eventos visavam a "renovação de hábitos" das populações rurais. Isto é, a substituição dos procedimentos empíricos dos camponeses pelo conhecimento técnico-

[135] ARCEBISPO de Maceió: estruturas vão mudar. *Diário Carioca*, Rio de Janeiro, 21 de novembro de 1961, p. 3.

científico da extensão rural. Nas *Conclusões* da semana ruralista de União dos Palmares, a Igreja local agradeceu ao Serviço de Informação Agrícola, que, "pela competência e sentido humano e cristão de seus técnicos, tem levado, a todos os Estados do Brasil, uma verdadeira cruzada de renovação de hábitos de comportamento do homem rural em face da cultura dos campos"[136].

Nesse processo de extensão, salta aos olhos o silenciamento dos camponeses/as e trabalhadores/as rurais. Eles não são sequer mencionados nas programações e conclusões das semanas ruralistas, a não ser como ouvintes, "depositários" do conhecimento "distribuído" nas aulas, palestras e conferências. Deste modo, evidencia-se uma contradição na ação social católica, que diz respeito ao processo educativo e seu suposto aspecto humano.

Em seu ensaio *Extensão ou comunicação?*, Paulo Freire desenvolveu uma análise semântica do termo "extensão", em que se verifica a incompatibilidade do extensionismo rural com uma ação educativa de caráter emancipador. Pelo contrário, em seu "campo associativo" (Bally), a palavra extensão se encontra "em relação significativa com *transmissão, entrega, doação, messianismo, mecanicismo, invasão cultural, manipulação* etc." Para o autor, "todos estes termos envolvem ações que, transformando o homem em quase 'coisa', o negam como um ser de transformação do mundo" (Freire, 2013, p. 13, grifos no original). Nega-se, portanto, o seu aspecto humano, em um processo de reificação, que transforma sujeitos em objetos (Marx, 2010; 2017).

Segundo o educador brasileiro, "a ação extensionista envolve, qualquer que seja o setor em que se realize", uma invasão cultural, presente na "necessidade que sentem aqueles que a fazem de ir até a 'outra parte do mundo', considerada inferior, para, à sua maneira, 'normalizá-la'. Para fazê-la mais ou menos semelhante a seu mundo" (2013, p. 13). No caso em questão, à imagem e semelhança dos Estados Unidos.

As semanas ruralistas eram pautadas de acordo com o modelo norte-americano de extensão rural. Segundo este modelo, a tarefa fundamental do extensionista era "persuadir as populações rurais a aceitar nossa propaganda e aplicar estas possibilidades [técnicas e econômicas] é uma tarefa das mais difíceis, e esta tarefa é justamente a do extensionista que deve manter contato permanente com as populações rurais" (Timmer, 1954, p. 24). Para Freire, a propaganda, "qualquer que seja seu conteúdo, comercial, ideológico ou técnico, é sempre 'domesticadora'". Com efeito, "persuadir implica, no fundo, um sujeito que persuade, desta ou daquela forma, e um objeto sobre o qual incide a ação de persuadir. Neste caso, o sujeito é o

[136] ARQUIDIOCESE DE MACEIÓ. *Conclusões, Recomendações, Resultados e Moções de Aplauso:* Semana Ruralista [União dos Palmares]. Maceió: Imprensa Oficial, 1956b, p. 9.

extensionista; o objeto, os camponeses. Objetos de uma persuasão que os fará ainda mais objetos da propaganda" (Freire, 2013, p. 15). Portanto, numa perspectiva realmente humanista, não caberia ao educador, neste caso, o clero alagoano, fazer dos camponeses tábula rasa para sua propaganda desenvolvimentista.

Ao persuadir os trabalhadores rurais a aderirem à ideologia da modernização, a Igreja contribuiu tanto para a manutenção do *status quo* e a reificação dos camponeses, quanto para a reprodução da lógica hegemônica. Sendo assim, através do instrumental analítico fornecido por Maduro (1983), entende-se que o clero local cooperou com a estratégia hegemônica da burguesia agrária, ao desempenhar o papel de zelador dos interesses da política econômica dos governos locais, que apoiaram a expansão do sistema capitalista e a modernização do parque sucroalcooleiro, de acordo com a tendência nacional.

Por outro lado, convém observar que reduzir o campo religioso aos interesses de classe e conflitos sociais equivaleria a despojá-lo de toda a sua especificidade (Maduro, 1983). Assim como o governo JK, a Igreja estava construindo seu próprio projeto teológico-político. Segundo Porphirio, os teólogos do desenvolvimento proclamavam o desenvolvimento socioeconômico "como a principal forma de alcançar a 'salvação', entendida como a humanização do capitalismo e a melhora do bem-estar" (2021, p. 54). Neste aspecto, setores do catolicismo nacional passaram a enfatizar as dimensões sociais do processo de desenvolvimento, de modo que as áreas da saúde e educação seriam tão relevantes para o desenvolvimento quanto a industrialização.

A constatação da pobreza e das condições de miserabilidade social a que se encontrava submetida a população rural, bem como a opressão e a falta de acesso à terra – em síntese, a questão social –, foram consideradas terreno fértil para a militância comunista, ou nos termos da Carta de Campanha: "os agitadores". Portanto, tais iniciativas pastorais visavam combater o avanço dos órgãos de classe, sob o manto do discurso anticomunista, e disputar as consciências camponesas, aproximando-se das classes subalternas e aumentando o poder de influência da Igreja local entre as mesmas, o que exigia desta instituição ações eficazes, urgentes e coletivas.

O desenvolvimento industrial e o processo de urbanização, atrelado à crescente pressão demográfica, sobretudo no Nordeste, evidenciavam a insatisfação e gradual ascensão das classes populares, constituídas por trabalhadores rurais, meeiros, pequenos sitiantes e arrendatários, cuja expressão política mais evidente foram as Ligas Camponesas, que haviam surgido em meados dos anos 1950. Com grande projeção no estado vizinho de Pernambuco, foram responsáveis pela mobilização dos trabalhadores rurais e realizaram as primeiras iniciativas no intuito de sindicalizar os trabalhadores do campo naquela região.

Nesse contexto, a Igreja local vinha tomando ciência da gravidade do problema social, conforme evidenciado ao longo do capítulo. Até então, as áreas dos tabuleiros eram consideradas impróprias para o cultivo da cana, portanto, eram concedidas aos moradores, pequenos proprietários ou posseiros para que desenvolvessem pequenos plantios de subsistência. Entretanto, com a expansão do cultivo estes moradores foram gradativamente expulsos da terra, agravando o "espetáculo da pobreza" em Alagoas. O que aparentemente foi percebido pela instituição eclesiástica, levando-a a uma redefinição de sua ação social.

Assim, setores do clero e do laicato ligados à Ação Católica se mostravam interessados e engajados nas discussões sobre os aspectos sociais da realidade rural, à luz da doutrina social da Igreja e também de pressupostos sociológicos, cada vez mais recomendados pela própria instituição religiosa (Löwy, 2000). Da mesma forma, não apenas acompanhando as mudanças no pensamento social católico, que recomendavam a construção de uma "democracia cristã" e um "desenvolvimento integral", mas também na prática, a Igreja local buscou elaborar soluções efetivas para a realidade alagoana, tal como a perspectiva dos estudos de comunidades em que se baseavam as semanas ruralistas.

Ademais, a Igreja reconhecia que para promover uma "renovação de hábitos" se fazia necessário um trabalho sistemático, envolvendo a comunidade e a elevação de suas condições de vida em diversos níveis. Nessa conjuntura, em muitas dioceses onde se realizaram semanas ruralistas, em momentos distintos, entre as atividades complementares se observou a inauguração de alguns órgãos diocesanos, com o objetivo de acompanhar a comunidade, formar lideranças e organizar associações e sindicatos rurais. Dentre os diversos exemplos, merecem destaque: o Serviço de Assistência Rural (SAR), em Natal, e o Serviço Arquidiocesano Rural de Assistência (Seara), em Diamantina. Foi, portanto, em meio a esse contexto que emergiram o Serviço de Orientação Rural de Alagoas e o Movimento de Educação de Base na Arquidiocese de Maceió.

CAPÍTULO III

UMA REDE DE ESCOLAS PARA O HOMEM DO CAMPO

O Movimento de Educação de Base foi resultado das experiências de radioeducação no Nordeste, promovidas pelo episcopado brasileiro, nos anos de 1950. Entre elas, destacam-se as iniciativas pioneiras de Dom Eugênio Sales na arquidiocese de Natal[137], e de Dom José Vicente Távora em Aracaju[138]. A partir dessas experiências, a Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB) elaborou um plano de estruturação, em âmbito nacional, de um movimento educativo, que se materializou através do Decreto nº 50.370, de 21 de março de 1961. De acordo com esse decreto, o Governo Federal prestigiaria o MEB através de escolas radiofônicas empreendidas pela CNBB, nas regiões subdesenvolvidas do Norte, Nordeste e Centro-Oeste do Brasil. Quanto aos recursos, seriam disponibilizados através de convênios firmados com o Ministério de Educação e Cultura (MEC) e outros órgãos da União[139].

No projeto apresentado ao Governo Federal, destacavam-se os elevados índices de analfabetismo na sociedade brasileira. Segundo os dados estatísticos da Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (Unesco), o Brasil ocupava "o sexto lugar entre os países do mundo que constam com o mais alto índice de analfabetismo"[140]. Com efeito, de acordo com o censo de 1950, entre a população da zona rural, cerca de 60% dos homens e 70% das mulheres eram analfabetos (Bilhão; Klafke, 2020, p. 5). Nesse período, iniciou-se "o processo de *construção* do analfabetismo como problema nacional" (Ferraro, 2012, p. 950, grifo no original).

Na arquidiocese de Maceió a instalação do MEB ocorreu em 1962, acompanhando a construção e a implantação da *Rádio Educadora Palmares de Alagoas*. Em certo sentido, seu desenvolvimento, especialmente a sua infraestrutura, articula-se com o *Programa de educação*

---

[137] O Serviço de Assistência Rural (SAR) fundou as primeiras escolas radiofônicas católicas do Brasil. Foram criadas em 1958, após Dom Eugênio Sales conhecer as ações da *Acción Cultural Popular* (ACPO), na Colômbia (Wanderley, 1984, p. 48).

[138] O Sistema Radioeducativo de Sergipe (Sirese) foi fundado em 14 de março de 1960. Uma organização, sem fins lucrativos, com o objetivo de promover a educação de adultos e adolescentes. Em 1960, o Sirese contava com 246 escolas radiofônicas, localizadas em 49 dos 62 municípios do estado (CNBB, 1960, p. 3).

[139] MOVIMENTO DE EDUCAÇÃO DE BASE - MEB. *Relatório anual do MEB* - 1963. Brasília: MEB, 1964a. Disponível em: https://desenvolvimento.forumeja.org.br/goias/relatorio-anual-do-meb-1963/. Acesso em: 30 mar. 2023.

[140] CONFERÊNCIA NACIONAL DOS BISPOS DO BRASIL – CNBB. Movimento Nacional de Educação de Base. Projeto de criação do MEB, 1960. Disponível em: https://www.fe.ufg.br/nedesc/cmv/visao/formularios/RelatorioDocForm.php?cod_projeto_regional=1&cod_projeto_estadual=1&cod_sub_projeto=1&titulo=&autor. Acesso em: 28 mar. 2023.

de base para a zona norte de Alagoas. Por diferentes fatores políticos e históricos, a estrutura montada para a implementação desse programa resultou no desenvolvimento do MEB, no espaço social que constitui a arquidiocese de Maceió.

Desse modo, este capítulo tem como objetivo analisar o processo de desenvolvimento do Movimento de Educação de Base nesta arquidiocese. Com base na noção de estratégia de Michel de Certeau (2014), examinam-se os argumentos da Igreja Católica em defesa da implantação do programa de educação de base para o Norte alagoano e a sua colaboração com o Estado. Busca-se, ainda, compreender o papel e a competência dos órgãos federais, como, por exemplo, a Campanha Nacional de Educação Rural (CNER), e destacar os distintos interesses que convergiam em um projeto comum.

Para compreender adequadamente a proposta inicial do MEB, em termos de objetivos e metodologia, na primeira seção discute-se o conceito tradicional de educação de base e a Campanha Nacional de Educação Rural. Na sequência, aborda-se o II Encontro dos Bispos do Nordeste, realizado em 1959 na capital potiguar. Foi nesse evento que Dom Adelmo Machado apresentou o projeto de educação de base para a região Norte de Alagoas. Nas seções seguintes, discute-se o Norte alagoano e a expansão das Ligas Camponesas no vizinho estado de Pernambuco. Argumenta-se que tal ação pastoral se constituiu numa estratégia para conter a expansão do movimento camponês, podendo a qualquer momento atingir o território alagoano, o que representaria uma ameaça à tradicional influência da Igreja no meio rural. Na última seção, examinam-se as relações entre a constituição da Rádio Educadora Palmares e a efetivação do MEB na arquidiocese.

3.1 A Educação de Base e a Campanha Nacional de Educação Rural

Após a Segunda Guerra Mundial, a consolidação do bloco socialista e sua expansão aos países orientais passaram a representar um perigo para as potências imperialistas, atingidas pelas perdas de suas colônias. Nessa conjuntura, a Organização das Nações Unidas (ONU) e os Estados Unidos atuaram com o objetivo de garantir a ordem social e preservar o "mundo livre", para manter maior número de países sob sua influência política, econômica e ideológica. Para os EUA, na luta ideológica, os países chamados subdesenvolvidos assimilariam mais facilmente a propaganda comunista internacional do que as nações prósperas. Imbuído dessas ideias, o governo estadunidense iniciou, no pós-guerra, extenso programa de assistência técnica aos países pobres, especialmente àqueles situados na América Latina (Ammann, 2013).

Em novembro de 1945, foi criada a Unesco que, nesse clima ideológico, enxergava na educação o caminho para promover a elevação das condições de vida e combate à pobreza. Nesse sentido, estimulava-se a realização de programas nacionais de alfabetização de adultos, que passaram a ser desenvolvidos sob a designação de campanhas (Barreiro, 2010).

O empenho da organização internacional no combate ao analfabetismo, sinônimo do atraso, não se restringiu à transmissão de técnicas elementares direcionadas à leitura e à escrita. Adotou-se como estratégia a educação de base, também denominada nessa época, de educação fundamental integral[141]. Esta proposta educacional se constituía em um fundo comum, com um imenso leque de conteúdos flexíveis, de realização variável para se adequar às características peculiares dos diferentes agrupamentos sociais.

A Unesco (1949) definiu como objeto da educação de base o conjunto das atividades humanas, propondo uma série de conteúdos a fim de formar atitudes e transmitir conhecimentos:

> 1) desenvolvimento do pensamento e dos meios de relacionamento (ler e escrever, falar e ouvir, calcular); 2) desenvolvimento profissional (agricultura, trabalhos caseiros, edificação, formação técnica e comercial necessária ao progresso econômico); 3) desenvolvimento de habilidades domésticas (preparação de comida, cuidado das crianças e enfermos); 4) desenvolvimento de meios de expressão da própria personalidade em artes e ofícios; 5) desenvolvimento sanitário por meio da higiene pessoal e coletiva; 6) conhecimento e compreensão do ambiente físico e dos processos naturais (elementos científico-práticos); 7) conhecimento e compreensão do ambiente humano (organização econômica e social, leis e governos); 8) conhecimento das outras partes do mundo e dos povos que nelas habitam; 9) conhecimento de qualidades que capacitam o homem a viver no mundo moderno, como o são o ponto de vista pessoal e a iniciativa, o triunfo sobre o medo e a superstição, a simpatia e a compreensão para com as opiniões diferentes; 10) desenvolvimento moral e espiritual; fé nos ideais éticos e aquisição do hábito de proceder de acordo com eles, com a obrigação de submeter a exame as formas de condutas tradicionais e de modificá-las segundo o requeiram as novas circunstâncias (p. 11-12 *apud* Beisiegel, 2004, p. 91).

Diante do exposto, pode-se perceber que a proposta de educação de base se tratava de um amplo programa educacional, direcionado a grupos humanos bastante diversificados, o que implicava a realização de esforços em múltiplas direções. Por isso, a organização internacional recomendava aos Estados-membros a adoção de uma política de implantação do ensino primário gratuito e obrigatório para as crianças em idade escolar, ao mesmo tempo que defendia a realização de campanhas para a alfabetização de adultos e de educação sanitária.

---

[141] Segundo Brandão (1980, p. 5), a educação fundamental "foi proposta e patrocinada pela Unesco, enquanto a Educação de Base tem origem predominantemente francesa, com vínculos cristãos. No Brasil e, em particular, em relação à Campanha Nacional de Educação Rural, a orientação pedagógica combinou essas duas formas de educação, associada ao Desenvolvimento de Comunidade. Tal Associação atende aos interesses de governantes no sentido de manter sob controle a organização popular desses grupos" (*apud* Barreiro, 2010, p. 25).

Por outro lado, mediante a constatação dos altos índices de analfabetismo entre os adultos das regiões ditas atrasadas e a correlação estabelecida pela Unesco, na década de 1950, entre analfabetismo e grau de desenvolvimento econômico, priorizou-se a alfabetização de adultos, conforme observa Beisiegel:

> Da insistência inicial em torno da necessidade de implantação da 'educação fundamental' para todos, crianças, adolescentes e adultos de ambos os sexos, os interesses da organização [Unesco] se deslocam, rapidamente, para a educação de adultos analfabetos – aliás, a temática que mais sensibilizava os governos dos países membros com elevadas taxas de analfabetismo. O analfabetismo entre as populações adultas, um fenômeno que inicialmente se entendia como expressão de uma situação de atraso educacional, passa, cada vez mais, a apresentar-se como uma deficiência a ser eliminada (2004, p. 92).

Nesse período, o analfabetismo era apontado como a expressão mais aguda do atraso socioeconômico. Por conseguinte, os apelos internacionais com vistas à articulação de campanhas de educação para alfabetização de adultos seriam rapidamente absorvidos no Brasil. Foi nesse contexto que foram criadas a Campanha de Educação de Adolescentes e Adultos (CEAA), em 1947, e a Campanha Nacional de Educação Rural, no início dos anos 1950.

A CNER foi a primeira política educacional com ações sistematizadas para o campo, de caráter nacional, que rompeu com práticas e experiências descontínuas anteriores a ela. A Campanha Nacional de Educação Rural foi fruto do Seminário Interamericano de Educação de Adultos, realizado em Petrópolis, em 1949, e patrocinado pelo governo brasileiro em conjunto com a Unesco e a Organização dos Estados Americanos (OEA). Este seminário reuniu profissionais de diversos países, com destaque para a participação de profissionais do México, Venezuela e Guatemala, que também estavam desenvolvendo campanhas de educação de adultos analfabetos.

Através da análise das diversas experiências continentais, pretendia-se chegar a conclusões para adoção de um sistema de trabalho aplicável à realidade latino-americana, respeitando-se as especificidades de cada país. Dentre outras iniciativas, o Manual desse Seminário sugeriu a adoção do Desenvolvimento de Comunidade, realizada através de missões educativo-culturais, e recomendou serviços de cooperativas, Missões Rurais e Extensão Agrícola (Paiva, 2015). Nesta ocasião, por proposta de Manuel B. Lourenço Filho (1897-1970), ficou decidido que os Ministérios da Educação e da Agricultura organizariam um ensaio conjunto de educação de base, que resultou na experiência de Itaperuna, no Rio de Janeiro, desenvolvida a partir de 1950.

A CNER nasceu em 9 de maio de 1952, após a realização da experiência de Itaperuna. Para Paiva (2015, p. 225), a criação da Campanha Nacional foi "um dos pontos altos de todo o

movimento em favor do ensino rural, de grande importância entre nós desde os anos [19]20”[142]. O método educacional adotado foi a organização de comunidade, por meio de missão rural de educação de adultos, constituída por uma equipe técnica multidisciplinar.

Sua regulamentação definitiva ocorreu em 27 de março de 1956, no governo de Juscelino Kubitschek, passando a dispor de verbas próprias, pelos Decretos nº 38.955 e 39.871. De acordo com o Decreto nº 38.955, cabia a CNER “difundir a Educação de Base no meio rural brasileiro”[143]. Por educação de base, ou educação fundamental, entendia-se

> o mínimo de educação geral que tem por objeto ajudar as crianças, os adolescentes e os adultos a compreenderem os problemas peculiares ao meio em que vivem, a formarem uma ideia exata de seus deveres e direitos individuais e cívicos e a participarem eficazmente do progresso econômico e social da comunidade a que pertencem.
>
> 3 – Essa educação é educação de base porque se destina a proporcionar aos indivíduos e às comunidades o número de conhecimentos teóricos e técnicos indispensáveis a um nível de vida compatível com a dignidade humana e com os ideais democráticos, e porque, sem ela, as atividades dos serviços especializados (médicos, sociais, agrícolas) não seriam plenamente eficazes[144].

Olhando desse mirante, observa-se no trecho acima, retirado do Regulamento da CNER, que a campanha adotou a definição de educação de base proposta pela Unesco em 1949. Acreditava-se que, a partir da educação de base, seria possível desenvolver um “processo de mudança cultural, um reagente poderoso capaz de arrancar da inércia e da rotina populações inteiras”. Segundo a CNER, essa educação seria eficiente em função da “força renovadora de costumes, de práticas, de padrão latente em todas as comunidades, forças essas que se exploram com recursos científicos de que se dispõe” (RCNER, 1954, v. 1, p. 11 *apud* Barreiro, 2010, p. 25-26). Esta concepção pedagógica refletia a forte influência das ideias liberais e seu modelo de democracia, ignorando a luta de classes inerente a sociedade capitalista, levando a crer que tal ação pedagógica atingiria de maneira homogênea todas as classes e pessoas.

---

[142] Em *Política de educação no campo*, Iraíde Barreiro observa que “a preocupação das classes dominantes em relação à educação rural tem como marco a década de 1920, em consequência do crescente aumento da migração rural-urbana, que passa a significar ameaça à estabilidade social. Entre 1880 e 1920, a população que trabalhava nas fábricas cresceu significativamente, e esse proletariado urbano passou a reivindicar direitos de cidadãos por meio de greves” (2010, p. 28).

[143] BRASIL. MEC. *Revista da Campanha Nacional de Educação Rural*. Rio de Janeiro, ano 3, n. 3, 1º sem. 1956, p. 10-11. Disponível em: https://aracms.ifmt.edu.br/uploads/Revista_V_3_n_3_4db24180d3.pdf. Acesso: 31 jul. 2023.

[144] BRASIL. MEC. *Revista da Campanha Nacional de Educação Rural*. Rio de Janeiro, ano 6, n. 8, 1º sem. 1959, p. 26. Disponível em: http://forumeja.org.br/sites/forumeja.org.br/files/cnerhist.pdf. Acesso em: 24 maio 2024.

Para os ideólogos da CNER, a educação dos indivíduos era capaz de lhes proporcionar "um nível de vida compatível com a dignidade humana", postura que a caracterizava dentro dos marcos do "otimismo pedagógico", definido por Paiva:

> pela preocupação com o funcionamento eficiente e com a qualidade dos sistemas de ensino ou dos movimentos educativos. Seus representantes têm se dedicado aos problemas de administração do ensino, preparação de professores, reformulação e aprimoramento de currículos e métodos (2015, p. 40).

A tecnificação do terreno pedagógico em conjunto com a perda de perspectiva externa, que acompanhou seu desenvolvimento a partir dos anos 1920,

> conduziu os pedagogos à abstração da realidade social como fator determinante da estrutura da história de nossa educação. A preocupação com a modernização do sistema, pelo seu ângulo interno, deixava de lado a consciência de sua função como instrumento de conservação ou de transformação da sociedade e, desse modo, os pedagogos reforçavam a função do sistema educativo como instrumento de conservação das estruturas sócio-econômica e política da sociedade (Paiva, 2015, p. 40-41).

Em suma, o "otimismo pedagógico" se caracteriza, principalmente, pela "desvinculação entre pensamento pedagógico no Brasil e a reflexão sobre o social" (Paiva, 2015, p. 41), o que predominou de forma hegemônica nos espaços pedagógicos até a década de 1960, e que na atualidade ainda pode ser encontrada nos meios educacionais brasileiros.

Faz-se necessário esclarecer a denominação educação rural em detrimento de educação de base, para compor o nome do programa da Campanha Nacional de Educação Rural. José Arthur Rios[145], primeiro coordenador da CNER, observou que embora a expressão educação rural não traduzisse bem o sentido e as finalidades da campanha, essa denominação foi adotada para distinguir o novo serviço da CEAA que, teoricamente, atuava em zonas urbanas (1956, p. 305). Além disso, a expressão educação rural não só era mais compreensível para as populações rurais, como "já tinha um passado em que apareciam nomes ilustres de educadores e estadistas brasileiros e encontraria, por toda parte, um ambiente de simpatia e compreensão"[146].

Embora atuasse em todo o território nacional, a CNER buscou atingir em amplitude e profundidade as populações rurais de uma área delimitada, articulando esforços de diversas entidades para uma atuação simultânea e coordenada. A Campanha Nacional foi estruturada em

[145] José Arthur Rios nasceu em 24 de maio de 1921, no Rio de Janeiro. Graduou-se em Direito pela Faculdade de Direito de Niterói, em 1943. Após a Segundo Guerra Mundial, Rios realizou o mestrado em Sociologia Rural na Universidade Estadual da Louisiana sob orientação de T. Lynn Smith (1903-1976). Em 1945, Rios ingressou no Partido Libertador, que, ao lado da União Democrática Nacional (UDN), constituiu a oposição política a Getúlio Vargas, Juscelino Kubitschek e João Goulart nos anos seguintes. Ele foi um dos idealizadores e primeiro coordenador da Campanha Nacional de Educação Rural, em 1952. Rios faleceu no Rio de Janeiro, a 16 de setembro de 2017 (Lopes, s/d).

[146] BRASIL, *op. cit*., 1959, p. 21.

quatro setores: (1) Estudos e Pesquisas, (2) Treinamento, (3) Missões Rurais e (4) Divulgação (Rios, 1956; Fávero, 2006; Barreiro, 2010).

O primeiro setor era responsável pelo estudo e levantamento das áreas rurais antes da instalação. Esse levantamento dizia respeito ao tipo de solo, às técnicas agrícolas adotadas, às instituições e entidades mais importantes, bem como ao tipo de lideranças existentes e aos meios de comunicação a serem utilizados pela equipe.

O setor de treinamento incumbia-se pela formação do pessoal técnico e organização dos cursos de educação de base, onde se preparavam os técnicos das missões e os supervisores. Já o setor de missões rurais ficou encarregado de assistir e supervisionar a atividade das missões e admitir técnicos, devidamente formados pelos cursos de treinamento de educadores de base. Por fim, o setor de divulgação deveria elaborar o material educativo utilizado nos referidos cursos e missões rurais. Além disso, era responsável pela tradução e divulgação de material estrangeiro de relevância e por promover cursos e conferências em assuntos educacionais.

Os centros sociais de comunidade e de treinamento representavam a base de sustentação dos trabalhos do programa e possibilitavam a organização de diferentes estratégias de trabalho para o campo. De acordo com Ammann, no plano operacional a CNER valia-se, principalmente, das técnicas de centros sociais de comunidade, atendendo aos apelos do Conselho Econômico e Social da ONU, que, em sua Resolução n. 390-D (XIII), recomendava a "utilização dos centros sociais locais como meios eficazes de promover o progresso econômico e social no mundo" (2013, p. 69).

Segundo os planos da CNER, o trabalho das missões rurais se consolidaria mediante a criação de centros sociais, que tinham como finalidade a "centrifugação das energias da comunidade"[147]. Desde o momento de sua instalação, a prioridade da equipe era "guiar a comunidade para que ela *queira* e *aprenda* a se organizar em torno de motivações que ela própria irá sugerindo, orientada discretamente e inspirada pelos seus maiores interesses"[148]. Tal organização se consolidaria no centro social de comunidade.

Assim, o que se buscava era a formação de "uma mentalidade associativa, uma consciência do valor e do resultado das forças humanas, em cooperação, para o bem comum". Para Diamantina Conceição[149], esta "função espiritual do Centro, também chamada de 'dinamização' é a que lhe justifica a existência, até mesmo quando o Centro não dispõe de sede

[147] CONCEIÇÃO, Diamantina C. Centros sociais de comunidade. *In*: BRASIL. MEC. *Revista da Campanha Nacional de Educação Rural*. Rio de Janeiro, ano 3, n. 3, p. 139-43, 1º sem. 1956. Disponível em: https://aracms.ifmt.edu.br/uploads/Revista_V_3_n_3_4db24180d3.pdf. Acesso: 31 jul. 2023.
[148] *Ibidem*, p. 140, grifo no original.
[149] Chefe do setor de missões rurais da Campanha Nacional de Educação Rural, em 1956.

ou de estrutura exterior". A formação da "consciência comunitária" corresponderia, portanto, à própria formação do centro e este começaria "a existir desde os primeiros sintomas de que o povo deseja colaborar na pesquisa do seu próprio povoado, deseja reunir-se, deseja discutir os interesses comuns, deseja aprender 'coisas novas', enfim, para melhorar a vida de sua vila, de seu arraial"[150].

Em 1956, a CNER já criara e orientava quarenta e cinco centros sociais em sete estados da Federação, com destaque para o Rio Grande do Norte, com dezesseis, sob orientação do Serviço de Assistência Rural, e a Bahia, com quatorze centros. As ações desenvolvidas pelos mesmos eram bastante similares: organização de grupos, sobretudo de mães, jovens e crianças; alfabetização de adultos, cursos de corte e costura, bordado, cozinha, enfermagem; introdução de novas técnicas agrícolas; construção de obras tais como estradas, pontes, esgotos, escolas, igrejas etc. (Ammann, 2013).

As missões rurais de educação – inspiradas nas missões culturais mexicanas – foram o grande suporte das ações da CNER, desenvolvidas nos centros sociais de comunidade. Sua equipe técnica era interdisciplinar, composta por um médico (preferencialmente sanitarista), dois agrônomos, um veterinário, uma assistente social, uma enfermeira, um agente de economia doméstica, um operador de rádio e cinema e um motorista. Quando necessário, outros técnicos poderiam compor a equipe, tais como: dentista, técnico em recreação e técnico em cooperativismo.

As missões rurais empregavam, especialmente, quatro técnicas de trabalho: (a) a organização de comunidade, (b) o serviço social de grupo, (c) a educação sanitária e (d) a extensão agrícola e o cooperativismo. O trabalho da missão rural se dividia em três fases. A princípio, realizava-se o diagnóstico da região, com o levantamento dos problemas identificados. Na sequência, o planejamento dos trabalhos. Por fim, a "atuação dos técnicos até o ponto a partir do qual a comunidade poderia 'caminhar sozinha', que culminava com a formação de líderes locais" (Barreiro, 2010, p. 54).

Já em 1952, a Campanha Nacional de Educação Rural firmara convênios com várias entidades públicas e privadas para a instalação de equipes de missão rural em diversos estados do Brasil. Em Alagoas, instalou-se a Missão Rural de Palmeira dos Índios, mediante acordo estabelecido com a Secretaria de Educação do Estado[151]. Esta missão contemplava a região que corresponde atualmente a quatro municípios: Cacimbinhas, Colônia de Leopoldina, Igaci e Palmeira dos Índios. Em 1954, Palmeira dos Índios já contava com Centros de Treinamento de

[150] CONCEIÇÃO, *op. cit*., 140-141.
[151] BRASIL, *op. cit*., 1959, p. 36.

Professores e de Auxiliares Rurais. Esses centros de treinamentos destinavam-se, especialmente, ao aperfeiçoamento de professores rurais, os quais, muitas vezes, não tinham sequer o curso primário completo[152].

A escolha das áreas de atuação das missões rurais era considerada uma tarefa difícil, haja vista as orientações presentes no Regimento da CNER e os interesses locais de políticos e latifundiários, pois os valorizaria perante o eleitorado. Através de uma análise comparativa entre os locais de atuação da campanha e estudos sobre a emergência de movimentos sociais no campo, Iraíde Barreiro (2010, p. 90-93) demonstrou que a CNER atuou nas regiões onde os movimentos camponeses estavam mais organizados.

É certo que, tanto o Estado quanto a CNER não desconheciam as tensões sociais vivenciadas no meio rural brasileiro, sobretudo no Nordeste, acirradas pelo êxodo rural, em decorrência da mecanização da agricultura e da expansão da monocultura canavieira. A resposta institucional foi a criação do Grupo de Trabalho para o Desenvolvimento do Nordeste (GTDN), após o primeiro encontro do episcopado nordestino, em 1956, conforme mencionado no primeiro capítulo. No entanto, o órgão só foi conclamado a elaborar um estudo sistemático sobre a região no dramático contexto da seca de 1958[153] e crescente mobilização dos atores regionais. Para Souza, a Meta 31, como ficou conhecida essa ação, "chegava tarde – meados do mandato de Juscelino Kubitschek, mas apresentava um plano para o desenvolvimento do Nordeste" (2022, p. 295).

Desse modo, o "Plano Nordeste", mencionado por JK no primeiro encontro dos bispos, consolidou-se como *Operação Nordeste* (Openo). Na segunda edição do Encontro dos Bispos do Nordeste, realizado na capital potiguar, em 1959, o episcopado demonstrou simpatia à recém lançada *Operação Nordeste*, a partir da qual o governo federal incorporou um conjunto de decretos em atendimento às sugestões da Igreja. Dentre as sugestões, destacam-se as propostas para implantação de programas de educação de base na região. Assim, materializou-se oficialmente parcerias entre a União, a Igreja e a CNER, conforme se verá na seção a seguir.

---

[152] *Ibidem*, p. 41.

[153] De acordo com Ramon Souza, "em 1958 incidiu sobre a área do Polígono das Secas uma forte estiagem que atingiu áreas parciais de seis estados nordestinos, com maior intensidade nos estados do Ceará, Rio Grande do Norte, Paraíba e Piauí, compreendendo uma área aproximada de 650.00km² com uma população total de 7 milhões de habitantes. O fenômeno contribuiu para acentuar o êxodo rural das populações nordestinas, rumo ao centro-sul do país ou em áreas mais próximas do chamado meio Norte, nos estados do Maranhão e Piauí. Secas semelhantes à de 1958 só teriam sido observadas nos anos de: 1915, 1919, 1930, 1931, 1932, 1942, 1951 e 1953" (2022, p. 283).

3.2 De “corpo e alma”: a *Openo* e o II Encontro dos Bispos do Nordeste

Em 17 de fevereiro de 1959 ocorreu a solenidade de lançamento da Operação Nordeste, no Palácio do Catete, Rio de Janeiro. Estiveram presentes parlamentares, ministros, governadores do Nordeste e o então secretário geral da CNBB, Dom Hélder Câmara, que compuseram à mesa junto ao presidente Juscelino Kubitschek e Celso Furtado – economista paraibano com grande conhecimento sobre a América Latina por ter integrado a Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe (Cepal), entre os anos de 1949 a 1957.

Nessa ocasião, Furtado apresentou aos governadores nordestinos e à imprensa o relatório do GTDN, com o título *Uma política de desenvolvimento econômico para o Nordeste*. Além da introdução, o documento dividia-se em quatro seções, a saber: (1) O Nordeste na economia brasileira; (2) Elementos dinâmicos da economia do Nordeste; (3) Aspectos econômicos do problema das secas; e (4) Plano de ação. Embora o relatório tenha oficialmente recebido a autoria do GTDN, resultou de um esforço particular do economista paraibano. O documento compreende uma análise da realidade socioeconômica do Nordeste, no quadro do desenvolvimento econômico nacional, e um conjunto de recomendações concretas, que na perspectiva do grupo de trabalho poderiam encaminhar soluções definitivas para os diversos problemas identificados.

Com uma renda *per capita* inferior a cem dólares, em 1956, e, seguramente, abaixo disso, em razão da seca em 1958, Furtado partia da constatação de que a região Nordeste “constitui a mais extensa área de baixo nível de desenvolvimento do continente americano”, e que “essa região se inclui entre as menos desenvolvidas do hemisfério ocidental” (Brasil, 1959, p. 14). A partir de uma análise comparativa entre o Nordeste e o Centro-Sul do Brasil, com base nos dados censitários de 1950, colocava em evidência que a região nordestina tinha: (1) menor população economicamente ativa; (2) maior proporção da população ativa ocupada na agricultura; (3) menor quantidade de terra por homem ocupado em trabalhos agrícolas; (4) menor investimento de capital por área cultivada; e (5) menor grau de capitalização nas indústrias. Nessas diferenças estruturais, portanto, encontravam-se a explicação para o mais baixo nível de renda da economia nordestina, especialmente na escassez relativa da terra e na menor acumulação de capital, responsáveis pela pobreza relativa dos seus suportes físicos (Brasil, 1959, p. 14-15).

Destacava-se, assim, a disparidade de ritmos de crescimento entre a economia nordestina e o Centro-Sul, o que é interpretado como o principal problema econômico do país naquele momento. Em sua análise, isto representava uma ameaça à unidade nacional, pois “as

desigualdades regionais de níveis de vida, quando assumem características de sistemas econômicos isolados tendem a institucionalizar-se". Nesse cenário,

> os grupos sociais das economias de mais elevado padrão de vida tendem a articular-se na defesa dos níveis de salário e da própria estrutura do mercado criada por esses níveis salariais. A persistirem as tendências atuais, há o risco real de que se diferenciem cada vez mais os dois sistemas econômicos já existentes no território nacional, e de que surjam áreas de antagonismo nas relações entre os mesmos (Brasil, 1959, p. 8).

Para Furtado, tratava-se de um equívoco compreender a economia brasileira como um só sistema. Embora articuladas, as economias do Nordeste e do Centro-Sul não constituiriam, propriamente, um sistema econômico. Na economia nordestina o setor externo, isto é, as exportações e importações, ocupava posição fundamental, como em toda economia de baixo nível de desenvolvimento. O Centro-Sul, por sua vez, desde os anos 1930 superou o enfraquecimento do impulso dinâmico externo e firmou-se no próprio mercado interno, em um esforço de industrialização que o colocava como polo dinâmico da economia nacional.

Evidencia-se nesta análise a influência do pensamento cepalino de um dualismo estrutural e oposição entre regiões. De acordo com essa linha interpretativa, compreende-se que umas regiões "seriam mais desenvolvidas e outras economicamente explorada sob uma relação de dependência entre centro e periferia" (Laner; Faria, 2019, p. 188). A criação da Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste (Sudene) como órgão de planejamento na região teria a função de romper com essa polarização a partir de sua reestruturação econômica e da integração nacional, através de um processo de industrialização.

Apesar dos fatores negativos apresentados no relatório, tais como a inadequada precipitação pluviométrica, a escassez de terras adequadas, a concentração de renda e a transferência de recursos para fora da região, evidenciou-se que a economia nordestina alcançara, entre os anos de 1948 e 1956, uma taxa de crescimento superior à da população. Depreende-se, dessa forma, que anulados certos efeitos negativos da política nacional de desenvolvimento e com o devido auxílio na fase inicial, poder-se-ia promover uma melhora substancial do ritmo de crescimento da economia nordestina.

Nessa perspectiva, Furtado apresentou duas possibilidades: (1) "um impulso dinâmico originado de fora", através das exportações; ou (2) "modificações estruturais que permitam crescer apoiando-se na própria procura interna", através da industrialização (Brasil, 1959, p. 35). Elevar as exportações de produtos primários seria a forma mais barata, como, por exemplo, a cana-de-açúcar. Entretanto, torna-se inviável em situações onde a produção não é compatível com o crescimento populacional. Desse modo, a então situação econômica de atraso relativo da

região só poderia ser solucionada mediante uma política de industrialização. O processo de industrialização visava, assim, três objetivos: (i) dar emprego à massa populacional flutuante; (ii) "criar uma classe dirigente nova, imbuída do espírito de desenvolvimento"; e (iii) fixar na região os capitais formados em outras atividades econômicas", que tenderiam a emigrar (Brasil, 1959, p. 11).

Fazia-se necessário, portanto, uma intervenção federal, em cooperação com os governos estaduais, a fim de alterar os cursos daqueles acontecimentos. Para tanto, esboçou-se um plano de ação, estruturado em torno de quatro diretrizes básicas, que deveria recuperar a região: (a) ampliação dos investimentos industriais, a fim de criar no Nordeste um centro autônomo de expansão manufatureira; (b) "transformação da economia agrícola da faixa úmida, com vistas a proporcionar uma oferta adequada de alimentos nos centros urbanos, cuja industrialização deverá ser intensificada"; (c) elevação da produtividade nas zonas semiáridas e torná-la mais resistente as situações de estiagens; e (d) deslocamento da fronteira agrícola do Nordeste, integrando a economia da região às terras úmidas do *hinterland* maranhense, que se encontravam "em condições de receber os excedentes populacionais criados pela reorganização da economia da faixa semiárida" (Brasil, 1959, p. 12).

Em síntese, para Furtado, a industrialização seria a única forma de garantir a prosperidade do Nordeste, sendo a parceria público-privada enormemente necessária nesse aspecto. Nesse contexto, o II Encontro dos Bispos do Nordeste foi resultado da preocupação dos prelados "com o cunho industrializante e tecnocrático imprimido pela 'Operação Nordeste' às suas atividades" (Bandeira, 2000, p. 229).

No Plano de Ação apresentado pelo GTDN, não se observou um programa de atividades que estivessem voltadas para criação de centros educacionais no Nordeste, a fim de melhorar a formação escolar e profissional de sua população. Segundo Alvarenga, nos anos 1950, "mais de 50% da população nacional era analfabeta. Esse índice tornava-se mais grave em uma Região de população predominantemente rural, chegando algumas áreas a apresentar 80% de seus habitantes sem saber ler ou escrever" (2022, p. 132). Furtado centrou sua análise "no papel dos especialistas, no potencial que acreditava possuir os intelectuais engajados ao projeto governamental" para pensar, orientar e promover a transformação da região. Ele ressaltou "o uso das novas tecnologias para fazer frente aos gargalos climáticos e naturais, a exemplo da aplicação dela para geração de energia eólica e solar, entre outros projetos". No entanto, não incluiu entre as estratégias apresentadas no relatório "um plano de melhoria da capacidade profissional da população nordestina, um projeto de escolarização que favorece[sse] a redução

do número de analfabetos da Região e que os encaminhasse para uma formação ampla e necessária ao desenvolvimento econômico e social", destaca Alvarenga (2022, p. 132).

Decorridos três anos do primeiro Encontro dos Bispos do Nordeste na Paraíba, foi a vez da cidade de Natal, no Rio Grande do Norte, receber a segunda edição do evento convocado pela CNBB, entre os dias 24 e 26 de maio de 1959. A nova reunião colocou em plenárias, tanto políticas do governo quanto da oposição, em um contexto cada vez mais crítico na região nordestina. Desse modo, temas como reforma agrária (que pouca atenção recebeu na edição anterior) e educação de base foram amplamente discutidos. O evento ocorreu na Escola de Serviço Social de Natal e se encontrava estruturado em grupos de estudos responsáveis por formular indicações, proposições e recomendações gerais que dariam forma a um documento final. Os grupos foram os seguintes: Estrutura Agrária; Educação de Base e Promoção da Classe Operária; Migrações Internas, Agricultura e Abastecimento; Maternidade e Infância; e Grupo do Cariri (Souza, 2022, p. 307).

Depois de três dias de orações e estudos, com assessoria de diversos técnicos de órgãos federais e estaduais, o episcopado apresentou uma nova *Declaração dos Bispos do Nordeste*, com vinte e dois signatários. Dentre eles, Dom Adelmo Machado e José Terceiro de Souza, bispo da diocese de Penedo, Alagoas. Na primeira parte, a declaração apresentou onze afirmações, dentre as quais o direito e dever do episcopado se interessar pela situação temporal do povo, "de corpo e alma", sobretudo em área subdesenvolvida como o Nordeste. Além disso, os bispos parabenizaram à Operação Nordeste, "cuja a bandeira o Brasil, em hora feliz, desfraldou". Os prelados defenderam a necessidade de planejamento econômico; completado, no entanto, "por aspectos humanos e por implicações sociais" para que o mesmo não se tornasse "inumano e irreal"[154]. Nessa perspectiva, ressaltaram "que o desenvolvimento econômico do Nordeste"

> a) só atingirá sua eficiência plena se se apoiar no esforço consciente e voluntário das forças atuantes de toda a comunidade, para o que se torna urgente a preparação, em todos os seus níveis, de líderes, especializados em modernas técnicas de organização comunitária, tais como a promoção do cooperativismo, do serviço de extensão rural e de outros processos de *educação de base*;
> b) supõe que *a agricultura regional mereça tratamento igualitário*, sob todos os aspectos, ao que se vier a dar ao desenvolvimento industrial[155].

[154] CONFERÊNCIA NACIONAL DOS BISPOS DO BRASIL - CNBB. Declaração dos Bispos do Nordeste. *In*: ROCHA, Dom Jaime Vieira (Org.). *Anais – Sob os signos da Esperança e da responsabilidade social* – anais do I e II Encontros dos Bispos do Nordeste (Campina Grande, 1956/Natal, 1959). Rio de Janeiro, Presidência da República – Serviço de Documentação, 1960; Campina Grande: EDUEPB, 2016, p. 311.
[155] *Ibidem*, p. 312, sem grifo no original.

Em contraposição ao relatório do GTDN, que priorizou a industrialização e a enxergava como única forma de garantir a prosperidade e a integração do Nordeste, a Igreja defendeu a formação de líderes rurais nas "modernas" técnicas de organização de comunidade e educação de base, a fim de promover o bem-estar social e melhoria do padrão de vida dos habitantes da zona rural, com assistência à agricultura regional e promoção da saúde pública. O documento destacou, ainda, que

> as populações nordestinas são em geral subnutridas, e consequentemente vulneradas no seu estado sanitário, razão pelo qual devem ser promovidos locais referentes a problemas sanitários e de assistência à maternidade e infância, para que se possa contar com gente sadia para os empreendimentos visados no Nordeste[156].

As resoluções da *Declaração dos Bispos do Nordeste* foram elaboradas a partir dos debates travados durante os grupos de estudo. Muitos dos resultados desse segundo encontro estavam diretamente associados às ações que vinham sendo desenvolvidas pela Igreja, particularmente pelas ações da arquidiocese de Natal através do Serviço de Assistência Rural (SAR). A criação de emissoras rurais, por exemplo, foi debatida pela comissão técnica durante o grupo de "Educação de Base e Promoção do Operário", e deu forma, posteriormente, ao Movimento de Educação de Base, implantado em nível nacional, em 1961, e que tinha o rádio como ferramenta ideal para promover a educação de base no meio rural.

Baseado nas ações desenvolvidas pelo SAR no Rio Grande do Norte, Dom Adelmo Machado apresentou no II Encontro dos Bispos do Nordeste o projeto intitulado *Programa de educação de base para a zona norte de Alagoas*[157]. O programa previa o desenvolvimento de três ações: (1) a "organização de uma missão rural de educação, nos mesmos moldes das que vêm funcionando sob a orientação da Campanha Nacional de Educação Rural", composta por uma equipe de técnicos em programas rurais, tais como: agricultura, saúde, economia doméstica, organização de comunidade, serviço social, entre outros; (2) a construção de um Centro Sociopedagógico "destinado à capacitar técnicos, auxiliares e líderes rurais", mediante a formação de lideranças comunitárias através de cursos de "educação de base"; e (3) a instalação de duzentas escolas radiofônicas que funcionariam como instrumento de apoio ao programa de educação de base[158].

---

[156] *Ibidem*.

[157] Além dessa proposta, foram elaboradas outras duas sugestões: (1) o *Plano de recuperação humana da zona norte do estado de Alagoas* e (2) o *Projeto em favor do homem rural e praieiro do norte de Alagoas, outrossim de um dos bairros proletários de Maceió, para onde costumam vir levas de retirantes do sertão alagoano e de estados vizinhos*. Cf.: Arquivo da Cúria Metropolitana de Maceió (ACMM). Armário 13, Caixa 104, Fundo MEB, Pasta 23: Implantação MEB-Maceió (1959-1977).

[158] ARQUIDIOCESE DE MACEIÓ. *Programa de educação de base para a Zona Norte do estado de Alagoas*. Arquivo da Cúria Metropolitana de Maceió (ACMM). Armário 13, Caixa 104, Fundo MEB, Pasta 23: Implantação MEB-Maceió (1959-1977).

Na declaração aprovada ao final desse encontro e entregue ao então presidente Juscelino Kubitschek, que o encerrou, observa-se o acolhimento desse projeto no primeiro bloco de sugestões do episcopado nordestino referente à educação de base e à promoção operária:

> 1. Estabelecimento de medidas de financiamento para um Programa de Educação de Base através de Escolas Radiofônicas para o Nordeste.
> 2. Programa de Educação de Base através de Escolas Radiofônicas em Sergipe.
> 3. *Programa de educação de base no Norte do Estado de Alagoas através de escolas radiofônicas, missão rural e centro de treinamento*.
> 4. Programa Piloto de desenvolvimento de Artezanato [*sic*] – Rio Grande do Norte.
> 5. Curso de Líderes Rurais em Cooperativismo da Missão Inter-Municipal Rural Arquidiocesana, do Maranhão.
> 6. *Escola de Pesca em Maceió*[159].

Dentre as medidas tomadas pela Presidência da República em atendimento às sugestões do episcopado, consta o decreto nº 46.378, de 7 de julho de 1959, que dispõe sobre o programa de educação de base para a zona norte do estado de Alagoas. O decreto previu acordos entre vários órgãos da União e a CNER, que figurou em todos os projetos como entidade colaboradora. Mais do que isso, coube-lhe, conforme estabelece o referido decreto, em seu artigo 3º, "coordenar os trabalhos de planejamento e execução a cargo de quaisquer entidades investidas de atribuições na realização do presente projeto". O parágrafo único previa que a CNER deveria articular-se com outras entidades públicas ou privadas e o artigo 7º delegava-lhe a responsabilidade de apresentar "relatório sucinto e objetivo ao Presidente da República, dentro de 120 dias, sobre o andamento dos trabalhos e dificuldades encontradas, bem como as medidas que se fizessem mister para a realização do projeto"[160].

Sob os argumentos de que em decorrência da facilidade das comunicações entre Maceió e Recife – mediante à rodovia asfaltada, ainda em construção, no ano de 1959 – estaria ocorrendo entre os homens "simples" da vasta região norte de Alagoas a tomada de "consciência de sua humilde condição de vida", e de que "as 'ligas camponesas' de Pernambuco já anunciaram sua próxima irradiação" para o estado, Dom Adelmo Machado propôs a execução de um programa de educação de base que tivesse por finalidade promover a recuperação e o desenvolvimento dessa região[161].

---

[159] CNBB. Declaração dos Bispos do Nordeste. *Op. cit.*, p. 320, sem grifo no original.

[160] BRASIL. Decreto nº 46.378, de 7 de julho de 1959. Dispõe sobre um programa de educação de base para a zona Norte do Estado de Alagoas. *In:* ROCHA, D. Jaime Vieira (Org.). *Sob os signos da Esperança e da responsabilidade social*: anais do I e II Encontros dos Bispos do Nordeste. Campina Grande: EDUEPB, 2016, p. 375-376.

[161] ARQUIDIOCESE DE MACEIÓ. *Ofício s/n ao presidente da Campanha Nacional de Educação Rural*. Maceió: Arquidiocese de Maceió, 16 set. 1959. Assunto: Experiência piloto de educação de base na zona norte de Alagoas, p. 2. Arquivo da Cúria Metropolitana de Maceió (ACMM). Armário 13, Caixa 104, Fundo MEB, Pasta 23: Implantação MEB-Maceió (1959-1977).

3.3 Uma posição estratégica

A mobilização camponesa preocupava setores da Igreja Católica, que enxergava no desenvolvimento do programa de educação de base uma estratégia para conter o avanço do movimento ao norte do estado. Nesse sentido, para dar conta das relações e práticas que envolveram as instituições participantes desse programa, recorre-se ao conceito de estratégia[162], conforme definido por Michel de Certeau (2014). Para ele, estratégia é

> o cálculo (ou a manipulação) das relações de forças que se torna possível a partir do momento em que um sujeito de querer e poder (uma empresa, um exército, uma cidade, uma instituição científica) pode ser isolado. A estratégia postula um *lugar* suscetível de ser circunscrito como *algo próprio* e ser a base de onde se podem gerir as relações com *uma exterioridade* de alvos ou ameaças (os clientes ou os concorrentes, os inimigos, o campo em torno da cidade, os objetivos e objetos da pesquisa etc). Como na administração de empresas, toda racionalização 'estratégica' procura em primeiro lugar distinguir de um 'ambiente' um 'próprio', isto é, o lugar do querer e do poder próprios (Certeau, 2014, p. 93, grifos do original).

No caso em questão, "os concorrentes", a "ameaça" que se projetava ao sul de Pernambuco era o movimento denominado Ligas Camponesas, o que será tratado com mais ênfase na próxima seção. A princípio, convêm observar que os agentes sociais envolvidos – Igreja Católica e Estado, através da CNER e outros órgãos da administração pública – detinham parcelas de poder que lhes permitiam estabelecer aquilo que Certeau identifica como um *lugar* próprio. Segundo o autor, o "'próprio' é *uma vitória do lugar sobre o tempo*. Permite capitalizar vantagens conquistadas, preparar expansões futuras e obter assim para si uma independência em relação à variabilidade das circunstâncias. E um domínio do tempo pela fundação de um lugar autônomo" (Certeau, 2014, p. 94, grifos no original).

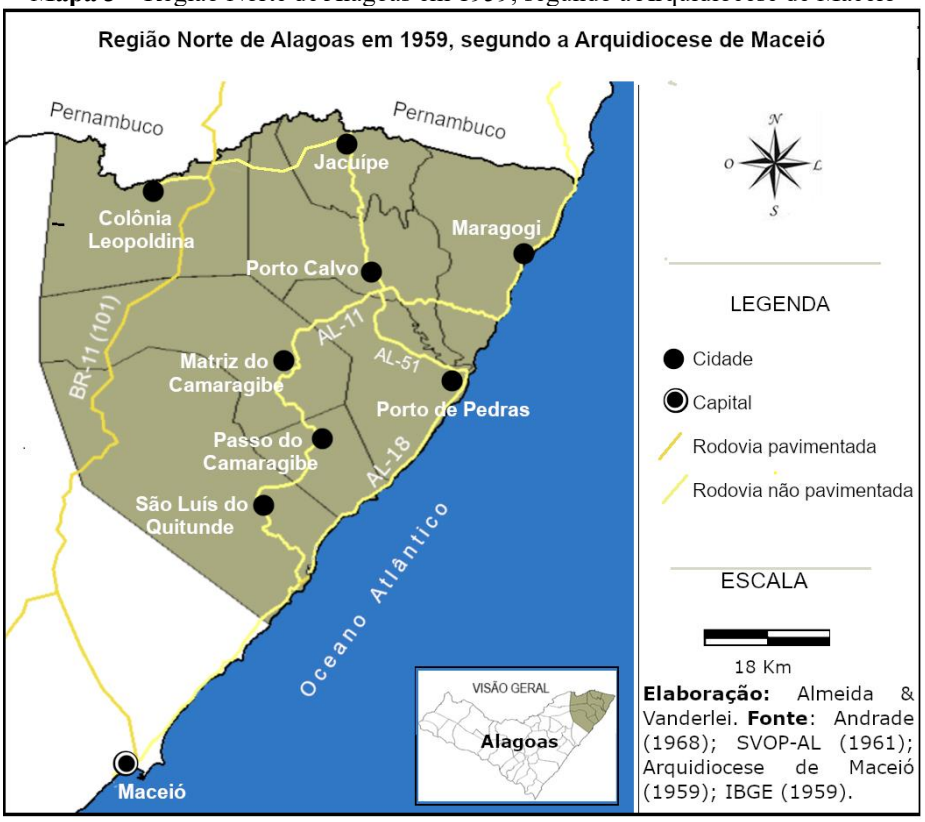
Além disso, Certeau salienta que o lugar próprio

> É também um domínio dos lugares pela vista. A divisão do espaço permite uma *prática panóptica* a partir de um lugar de onde a vista transforma as forças estranhas em objetos que se podem observar e medir, controlar, portanto, e 'incluir' na sua visão. Ver (longe) será igualmente prever, antecipar-se ao tempo pela leitura de um espaço (2014, p. 94, grifos no original).

[162] De acordo com Certeau, o conceito de estratégia é desenvolvido em contraposição à tática. Desse modo, a tática corresponderia as "'ações' que o fraco pode empreender" (2014, p. 91). O autor define como tática "a ação calculada que é determinada pela ausência de um próprio. Então nenhuma delimitação de fora lhe fornece a condição de autonomia. A tática não tem por lugar senão o do outro. E por isso deve jogar com o terreno que lhe é imposto tal como o organiza a lei de uma força estranha. Não tem meios para se manter em si mesma, à distância, numa posição recuada, de previsão e de convocação própria: a tática é movimento 'dentro do campo de visão do inimigo' [...] e no espaço por ele controlado. Ela não tem, portanto, a possibilidade de dar a si mesma um projeto global nem de totalizar o adversário num espaço distinto, visível e objetivável. Ela opera golpe por golpe, lance por lance. Aproveita as ocasiões e delas depende, sem base para estocar benefícios, aumentar a propriedade e prever saídas" (Certeau, 2014, p. 94-95). Embora estratégia e tática sejam, de certa forma, noções complementares, para o objeto em estudo, tendo em vista os agentes sociais implicados, parece ser determinante a primeira.

Não por acaso, o campo de experiência-piloto seria o norte alagoano, região fronteiriça com Pernambuco, onde a Igreja local poderia exercer sua "prática panóptica" e antecipar-se à possível expansão do movimento camponês. É tradicionalmente chamada de região Norte de Alagoas a porção territorial desse estado situada ao norte de Maceió e localizada a pouca distância do Oceano Atlântico (Andrade, 1968). Nesse período, tratava-se de uma área que compreendia, aproximadamente, 3.568 quilômetros quadrados, onde se condensava uma população de 132.945 habitantes. Portanto, com uma densidade demográfica de 37 habitantes por quilômetros quadrados[163]. Marcada pelo pauperismo, essa região se encontrava dividida em oito municípios, a saber: São Luís do Quitunde, Passo de Camaragibe, Matriz de Camaragibe, Maragogi, Jacuípe, Colônia de Leopoldina, Porto de Pedras e Porto Calvo[164], conforme retrata o mapa 3.

Mapa 3 – Região Norte de Alagoas em 1959, segundo a Arquidiocese de Maceió



Fonte: Elaborado por Almeida & Vanderlei por solicitação do autor.

[163] ARQUIDIOCESE DE MACEIÓ. *Programa de educação de base para a Zona Norte do estado de Alagoas*. Arquivo da Cúria Metropolitana de Maceió (ACMM). Armário 13, Caixa 104, Fundo MEB, Pasta 23: Implantação MEB-Maceió (1959-1977).

[164] ARQUIDIOCESE DE MACEIÓ. *Projeto em favor do homem rural e praieiro do Norte de Alagoas, outrossim de um dos bairros proletários de Maceió, para onde costumam vir levas de retirantes do Sertão alagoano e de estados vizinhos*, p. 3. Arquivo da Cúria Metropolitana de Maceió (ACMM). Armário 13, Caixa 104, Fundo MEB, Pasta 23: Implantação MEB-Maceió (1959-1977).

Apesar da localização relativamente próxima às duas grandes cidades (Maceió e Recife), essa região situava-se fora das vias de comunicação de maior relevância – a ferrovia construída nos fins do século XIX – não dispondo, consequentemente, de transportes rápidos e acessíveis. Desse modo, a despeito de sua elevada produção de açúcar e de coco, o norte alagoano ficou fora do desenvolvimento econômico do estado.

Em *Latifúndio, cana-de-açúcar e côco no norte de Alagoas*, Manuel Correia de Andrade (1922-2007) descreve o cenário geográfico e socioeconômico dessa região. De acordo com o autor, era notável para quem percorria a região "encontrar extensas áreas com a vegetação natural devastada, despovoadas e cobertas por grandes capoeiras[165]. O subaproveitamento da terra é chocante como o é, também, a pobreza dos seus habitantes" (Andrade, 1968, p. 18).

Na proposta intitulada *Programa de educação de base para a zona norte do estado de Alagoas*, a Igreja Católica caracterizou a região como "uma área tipicamente subdesenvolvida", em que não havia técnicos, "não há ensino eficiente, não há instituição de fomento ou de educação ou de assistência funcionando na área com resultados concretos"[166]. A instituição eclesiástica chamou a atenção para o alto índice de analfabetismo nessa área: cerca de 80%. Segundo os dados apresentados pela Arquidiocese de Maceió, havia nesse período uma população em idade escolar de 19.941 crianças e adolescentes, dentre os quais apenas 6.622 se encontravam matriculados no ensino primário (um pouco menos de um terço) em todas as escolas estaduais, municipais e particulares, conforme a tabela 2.

Tabela 2 – Ensino primário fundamental comum na região norte de Alagoas[167]

Cidades	Unidades Escolares	Estudantes matriculados					
						Segundo o sexo	
		1ª série	2ª série	3ª série	4ª série	Masculino	Feminino
Colônia de Leopoldina	18	520	203	32	18	368	405
Maragogi	33	749	93	56	-	425	473
Passo de Camaragibe	36	959	192	95	21	551	716
Porto Calvo	37	983	190	108	36	560	757
Porto de Pedras	16	485	111	43	17	348	308
São Luís do Quitunde	48	1.255	266	158	32	817	894
Total	188	4.951	1.055	492	124	3.069	3.553

Fonte: Arquidiocese de Maceió (1958).

[165] Refere-se ao "Terreno com mato, cuja vegetação anterior foi roçada ou queimada para o cultivo da terra ou para outro fim" (Aulete, 2011, p. 282).
[166] ARQUIDIOCESE DE MACEIÓ. *Programa de educação de base para a Zona Norte do estado de Alagoas*. *Op. cit*., p. 1.
[167] Não se dispõe de dados sobre os municípios de Matriz de Camaragibe e Jacuípe. Depreende-se, portanto, que não havia unidades escolares nestas cidades durante o período em questão.

Os dados contidos na tabela 2 acerca da matrícula no *Ensino Primário Fundamental Comum* se referem ao fim do primeiro mês letivo de 1958. Como assinala Beisiegel, a própria nomenclatura para designar o ensino primário ministrado às crianças comuns já definia bem as expectativas associadas a esta fase da escolaridade, "fazendo prevalecer sua ação homogeneizadora, mesmo em face das potencialidades diferenciadas da população infantil ou dos diferentes estilos de vida das comunidades" (2004, p. 26).

De acordo com o plano, propunha-se a "execução de um programa de educação de base que tenha como principal finalidade promover a recuperação e o desenvolvimento dessa Região"[168]. Para a Igreja Católica, "os cursos de educação de base, que funcionariam, primeiramente, na região 'Norte' do Estado, constituiriam a maior esperança de recuperação de uma das zonas mais férteis do Estado e, apesar disso, a mais pobre". Em *Projeto em favor do homem rural*, enfatiza-se que os oito municípios que formavam o norte alagoano assemelhavam-se "pelos aspectos socioeconômicos de pobreza, analfabetismo em altíssimo grau, pouquíssimas escolas primárias, nenhuma Escola Normal Rural, latifúndios de terras húmidas e férteis reclamando uma ação de penetração coordenada e ascendente"[169].

Evidencia-se nesse discurso eclesiástico que esta educação comum para todos não se apresentava como um fim em si mesmo. Pelo contrário, ela surge como um instrumento de superação do subdesenvolvimento, em sintonia com o discurso oficial da Unesco e da Campanha Nacional de Educação Rural. Através de uma análise a-histórica e aclassista, a Arquidiocese de Maceió não questionou a concentração fundiária materializada pelos "latifúndios de terras úmidas", responsáveis pelas desigualdades sociais identificadas na região.

No aprofundamento do conceito de estratégia, Certeau reconhece que estas constituem, também,

> um tipo específico de saber, aquele que sustenta e determina o poder de conquistar para si um lugar próprio. De modo semelhante, as estratégias militares ou científicas sempre foram inauguradas graças à constituição de campos 'próprios' (cidades autônomas, instituições 'neutras' ou 'independentes', laboratórios de pesquisas 'desinteressadas' etc.) (2014, p. 94).

Embora pareça contraditório, na medida em que a neutralidade não está em questão – principalmente no que se refere à Igreja Católica, propagadora de um discurso doutrinário por excelência –, essa passagem é essencial, porque a proposição de um programa de educação de base, cuja a finalidade seria promover a recuperação e o desenvolvimento econômico da região

[168] ARQUIDIOCESE DE MACEIÓ. *Programa de educação de base para a Zona Norte do estado de Alagoas*. *Op. cit*., p. 1.
[169] ARQUIDIOCESE DE MACEIÓ. *Projeto em favor do homem rural e praieiro do Norte de Alagoas... Op. cit*., p. 3.

Norte, possibilita deslocar a questão dos interesses políticos e doutrinários da instituição, muito direto para ser explicitado, para uma imagem mais aceitável, permitindo inserir a ação político-religiosa no âmbito da atuação social.

Observa-se, portanto, que seu discurso e suas práticas se revestem de uma aparente neutralidade e independência, ao serem dirigidas à recuperação das populações rurais e ao desenvolvimento regional. Portanto, no contexto desenvolvimentista, aliado à percepção do analfabetismo como problema nacional, torna a ideia de educação de base aceitável por si, colocando um projeto cercado de múltiplos interesses como relativamente independente de suas implicações ideológicas.

Isto posto, alguns meses após a publicação do decreto nº 46.378, Dom Adelmo Machado solicitou ao Ministério da Educação e Cultura "uma ajuda substancial", "em favor do Nordeste em fase de *tomada de consciência de seus direitos em ebulição para movimentos coletivos de reivindicações*"[170], a fim de desenvolver "o sistema de educação de base, que proporciona ao homem comum dos bairros das cidades ou da zona rural, as noções básicas da educação, da instrução"[171].

Desse modo, compreende-se que a instituição religiosa viu na educação de base uma forma de intervir na questão rural e melhorar os níveis de vida da população camponesa – sem recorrer aos métodos coercitivos da oligarquia agrária – o que se configurou como uma ação preventiva à projeção que as Ligas Camponesas vinham alcançando na região Nordeste, tendo como epicentro o estado vizinho de Pernambuco e o da Paraíba.

3.4 As Ligas Camponesas e o fim da "*pax agrarie* nordestina"

Nos anos de 1950 e primeiros da década seguinte, observa-se a erosão da chamada "*pax agrarie* nordestina", processo esse muito bem retratado e interpretado por Francisco de Oliveira, em seu clássico *Elegia para uma re(li)gião*. Para o sociólogo pernambucano, um fator decisivo foi o gradativo desgaste dos grupos hegemônicos do Nordeste, principalmente da sua burguesia industrial, resultado da herança histórica e da redivisão regional do trabalho comandada pela expansão capitalista no Centro-Sul do Brasil. Esses grupos recorreram cada vez mais ao proletariado rural, que guardava características não-capitalistas de produção,

[170] ARQUIDIOCESE DE MACEIÓ. *Ofício s/n ao Ministério da Educação e Cultura*. Maceió: Arquidiocese de Maceió, 15 set. 1959, p. 1. Assunto: Centro sociopedagógico da Arquidiocese de Maceió. Arquivo da Cúria Metropolitana de Maceió (ACMM). Armário 13, Caixa 104, Fundo MEB, Pasta 23: Implantação MEB-Maceió (1959-1977).
[171] *Ibidem*, p. 2.

através da elevação do "foro" – na verdade, da renda da terra cobrada pelos latifundiários – e na elevação do trabalho semicompulsório.

O conflito se tornava, portanto, a principal preocupação em face das articulações e organização destes trabalhadores e suas respectivas reivindicações por melhores condições de vida mediante ao acesso à terra, no âmbito rural, e aumentos salariais, no âmbito das atividades industriais. Foi nesse contexto que "a *pax agrarie* nordestina" entrou em colapso, com o advento desse grupo social como ator político por excelência, sob a égide das Ligas Camponesas.

Para Oliveira, o mais relevante era a emergência dessas forças populares[172] "na cena política *por fora, à margem e em oposição* aos 'coronéis', senhores de engenho e usineiros". Pela primeira vez, essa massa agrária aparecia "na história social e política do Nordeste, como agente político autônomo, de perfil definido, que não poderia mais ser confundido com os 'eleitores de cabresto', com o 'voto de curral'" (1977, p. 106-107, grifo no original). Tais forças populares eram muito heterogêneas, com dois componentes: o proletariado urbano, por um lado, e os trabalhadores rurais, por outro. Estes eram constituídos por assalariados agrícolas, foreiros, posseiros, pequenos proprietários, meeiros e parceiros (Medeiros, 1995), cuja expressão política mais evidente passou a ser as Ligas Camponesas.

A mobilização camponesa nordestina, que assume a denominação Ligas Camponesas, emergiu no Engenho Galileia, em Pernambuco, no ano de 1954, "ensaiando os primeiros acordes de um grito que abalaria a estrutura agrária do País"[173]. O movimento expandiu-se rapidamente. Seu crescimento foi resultado das condições políticas e sociais favoráveis nesse período e explica-se, principalmente, em razão da sua base social: o foreiro, que representava uma categoria social ameaçada de extinção (Bastos, 1984).

José Hortêncio, foreiro do Galileia, ao se ver incapaz de arcar com os Cr$ 7.200,00 de renda atrasada que devia, foi ameaçado de expulsão pelo proprietário. Desse modo, em maio de 1954, ele entrou em contato com José dos Prazeres, antigo membro do Partido Comunista Brasileiro (PCB), que agora se dedicava a contactar camponeses em litígio com os proprietários. Ao perceber que não se tratava de um caso isolado, mas vivenciado por diversos foreiros do engenho, propôs a formação de uma sociedade com a finalidade de adquirir um engenho, o que

[172] Oliveira (1977, p. 106) esclarece que a designação "forças populares" se deve "não apenas por oposição às forças das classes sociais proprietárias, mas sobretudo devido ao seu caráter de amálgama de forças socialmente subordinadas, mas heterogêneas tanto entre si quanto em relação às próprias classes sociais dominantes".

[173] MEIRA, Mauritônio; PASSOS, Hélio. Nordeste: as sementes da subversão. *Revista O Cruzeiro,* Rio de Janeiro, ano 34, n. 5. p. 6-15, 11 nov. 1961, p. 9. Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional. Disponível em: http://goo.gl/Tmzrqf. Acesso: 02 mar. 2024.

dispensaria os camponeses do pagamento da renda. Foi assim que surgiu a Sociedade Agrícola e Pecuária de Plantadores de Pernambuco (SAPPP), legalmente constituída em janeiro de 1955.

Do ponto de vista jurídico, a SAPPP se constituía numa sociedade civil beneficente, de auxílio mútuo, com quatro finalidades. Prioritariamente, a fundação de uma escola e a constituição de um fundo funerário. Convém assinalar que as sociedades funerárias eram comuns na região. Em segundo plano, visava a aquisição de implementos agrícolas – como, por exemplo, sementes, inseticidas, adubos, instrumentos etc. – e assistência técnica governamental (Bastos, 1984; Julião, 1979a).

Através da luta judicial, entre os "galileus" – representados pelo advogado Francisco Julião[174] – e Oscar de Arruda Beltrão, o proprietário das terras, a associação se tornou conhecida do grande público, com repercussão até mesmo na imprensa nacional. O movimento passou a ser denominado pela imprensa de Liga Camponesa, em aproximação às antigas "ligas" fundadas pelo PCB, na região de Pernambuco[175]. Segundo Julião, os jornais chamaram a associação "de Liga para torná-la ilegal, mas como nasceu em [19]55, coincidindo com a chegada de Juscelino [Kubitschek] ao poder, com o problema do desenvolvimentismo, havendo uma certa euforia na burguesia nacional pra quebrar os latifúndios e criar indústrias de transformação"[176], tal coincidência não os favoreceu.

A conjuntura sociopolítica de meados de 1950, em que a denúncia das condições de vida do campesinato reforçava a ideia de marginalidade da região no processo de expansão do capitalismo e, consequentemente, da necessidade de desenvolver medidas a fim de solucionar esta situação, resultou num espaço político favorável às mobilizações camponesas e à emergência de suas reivindicações. No Nordeste, alguns eventos interferiram diretamente nesse

[174] Francisco Julião de Paula (1915-1999) foi o principal líder do movimento e deputado estadual pelo Partido Socialista Brasileiro (PSB), entre os anos de 1955 e 1963.
[175] De acordo com Bastos, "na impossibilidade de reunir horticultores expulsos da região de Recife em Sindicatos Rurais, então inconstitucionais, o PC[B] organiza-os em 'ligas camponesas'. Estes primitivos núcleos, com a colocação do partido na ilegalidade, desaparecem em 1948, restando apenas a 'liga' de Iputinga" (1984, p. 20).
[176] JULIÃO, Francisco. Um pau-de-arara no exílio: Julião. Entrevista com Francisco Julião (1ª parte). *O Pasquim*, Rio de Janeiro, ano 10, n. 497, jan. 1979a, p. 14. Disponível em: https://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=124745&Pesq=%22Um%20Pau-de-Arara%20no%20ex%c3%adlio%22&pagfis=18038. Acesso: 21 mar. 2024.

processo, constituindo-se o *Congresso de Salvação do Nordeste*[177] e a estruturação da *Frente de Recife*[178] nos mais expressivos.

Julião pontua mais dois elementos que explicariam a expansão do movimento. Segundo ele, "houve um tempo em que a própria imprensa burguesa, aliada à burguesia industrial, passou a defender a reforma agrária, como meio de quebrar o latifúndio tradicional e levar o capitalismo ao campo – um processo bem clássico". A conjuntura "era favorável, portanto, e as Ligas se multiplicaram em Pernambuco, se estenderam até a Paraíba e poderiam se espalhar por muitos outros Estados, poderiam se nacionalizar, caso não houvesse faltado o instrumento indispensável: um corpo eficiente e dedicado de advogados". O segundo elemento diz respeito à revolução cubana: "a certa altura houve uma ampliação e um aprofundamento considerável do movimento camponês, também estimulado pela notícia da revolução cubana" (1979, p. 21 *apud* Bastos, 1984, p. 68).

Segundo especialistas e parte da opinião pública, a realidade socioeconômica da região e a conjuntura política "forma[ra]m o meio propício ao rápido desenvolvimento das 'Ligas' com suas ideias de melhoria de vida, não só para o homem do campo como para o da cidade também. Daí se explicar a disseminação imediata e em franco progresso das 'Ligas'", em fins dos anos 1950[179]. As principais lideranças da organização, naquele momento, José dos Prazeres e Francisco Julião, souberam aproveitar a conjuntura sociopolítica e expandiram o movimento.

A primeira medida tomada por José dos Prazeres para aproveitar a conjuntura favorável foi a transferência do controle da luta para fora do centro do conflito. O resultado dessa tática foi uma organização regional, o que facilitou a extensão do movimento a outros grupos de trabalhadores. Para Bastos, "isto caracteriza a diferença entre as 'ligas' de 1945/47 e as de 1955; aquelas, embora articuladas ao PC[B], constituíam-se em núcleos autônomos, por isso mesmo sujeitos ao arbítrio dos proprietários e ao sabor do jogo político local" (1984, p. 48). A autora identifica, ao menos, três vantagens táticas na organização regional: (a) "livrar-se do arbítrio do proprietário e das autoridades que os representam"; (b) "possibilidades de alianças com outros

---

[177] "Em 1955, sob a iniciativa da seção pernambucana da Liga de Emancipação Nacional, organiza-se o Congresso de Salvação do Nordeste, que se constitui em instrumento para a introdução, no Nordeste, das teses desenvolvimentistas. Tendo sido preparado a partir de discussões em Sindicatos e Associações de Bairros, esse Congresso amplia os espaços dos movimentos populares. A Carta da Salvação do Nordeste, documento final do encontro, entre outros pontos encaminha: a proteção à indústria nacional, a reforma agrária e o reconhecimento das comissões intersindicais, do direito de greve e da Confederação dos Trabalhadores do Brasil. Na medida em que o Congresso é aberto a todas as correntes políticas e que as discussões nele travadas colocam, sistematicamente e seriamente, as questões regionais mais importantes, constitui-se em iniciativa que sensibiliza todos os setores sociais, levando à realização de novos encontros" (Bastos, 1984, p. 44).

[178] Essa discussão é desenvolvida em *As ligas camponesas,* de Élide Rugai Bastos. Principalmente, entre as páginas 44 e 47 da obra.

[179] Meira; Passos, *op. cit.*, p. 12.

movimentos sociais"; e (c) "extensão da legalidade a todos os núcleos que se formam filiados à associação regional" (Bastos, 1984, p. 48).

As Ligas se caracterizavam, portanto, por uma forma centralizada de atuação. Cada núcleo de camponeses, denominado "delegacia", encontrava-se vinculado à sede central, que se situava na capital do estado. Vigorava um estatuto único, sendo que bastava que um pequeno grupo de camponeses em reunião, aprovasse-o, instituísse uma diretoria de forma eletiva e redigisse uma ata, que deveria ser registrada em cartório, para constituição de uma nova delegacia da associação, devidamente legalizada, conforme ressalta Julião:

> A sede central deve ficar na capital do Estado ou na maior cidade da região onde se funde. Porque aí estão a classe operária, os estudantes, os intelectuais revolucionários, a pequena burguesia, uma justiça mais avançada ou menos reacionária do que aquela que se deixa sufocar, numa cidadezinha do interior, sob o peso do latifúndio. Tendo jurisdição para todo o Estado, a organização pode fundar, como consta do estatuto, as suas delegacias, ou núcleos em qualquer cidade, distrito, povoado, fazenda, serra ou córrego. Preferindo dar a cada núcleo o nome delegacia. É uma maneira de fazer o camponês perder o medo da Delegacia – a da polícia. [...] Essa medida serve para dar homogeneidade à organização e liquidar o burocratismo que dificulta muito o trabalho das associações. É que se fossem organizadas com estatuto para cada município, elas se tornariam estanques (1962, p. 47-48).

Em decorrência da ampliação do movimento, as Ligas passaram a reunir, não apenas arrendatários e foreiros do Engenho Galileia, mas também parceiros[180], posseiros[181], moradores, assalariados e pequenos proprietários agrícolas, segundo o *Estatuto das Ligas Camponesas* (art. 2º, item 1). Esses grupos constituíam a base social do movimento, aquela parcela de trabalhadores e trabalhadoras rurais denominada campesinato. Arrendatários, parceiros e pequenos proprietários, "embora produzindo 'por conta própria', encontram-se vinculados direta ou indiretamente às culturas industriais; os 'moradores' e os trabalhadores temporários vinculam-se diretamente às mesmas, principalmente à cultura da cana-de-açúcar", ressalta Bastos (1984, p. 61-62). Para ela, essa situação indicava "um avanço do processo de subordinação desses trabalhadores ao capital, subordinação que cresce à medida que capitais de certa importância se apossam da produção de açúcar" (Bastos, 1984, p. 62). Desse modo, esses segmentos do campesinato tinham a proletarização como único destino. E foi exatamente contra esse processo que desencadearam sua luta.

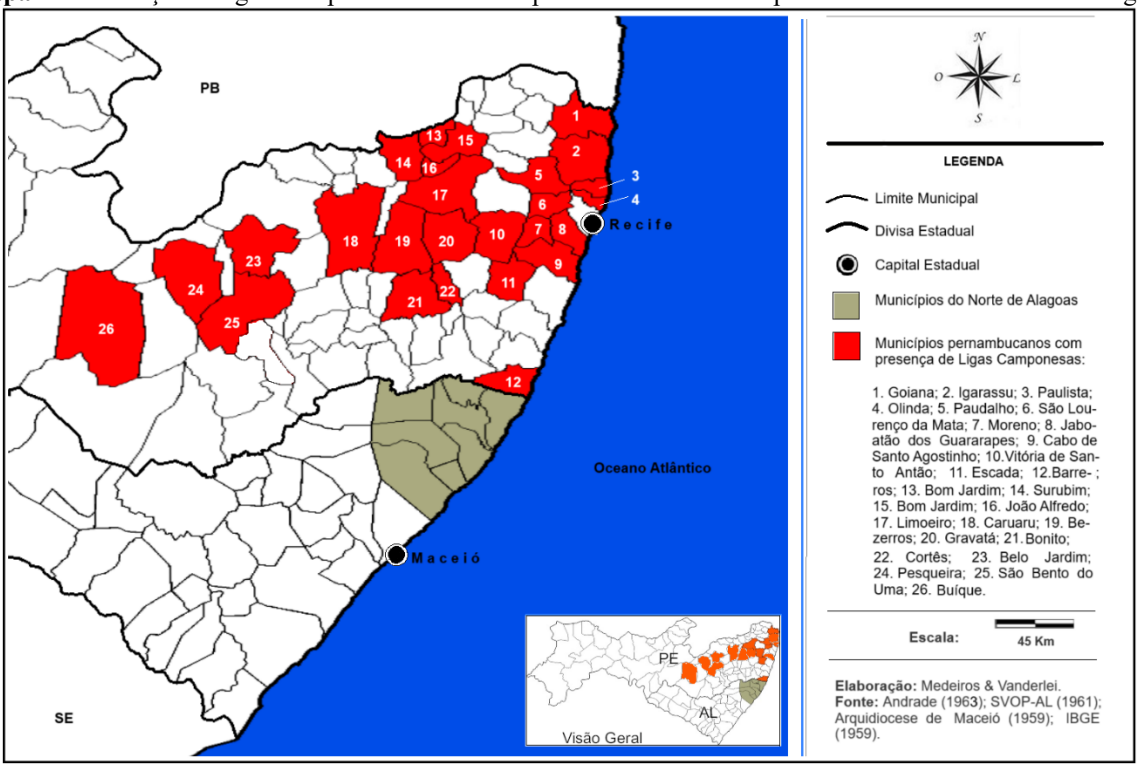
---

[180] Parceiro "é o trabalhador que aluga um pedaço de terra, dando como pagamento uma parcela de sua produção. A parceria assume diversas modalidades – a meia, a terça, ou a quarta partes da produção – conforme variam os tipos de cultivo. Esse é estabelecido pelo proprietário, que fornece, além da terra, os meios de produção. Feita a colheita, recebe toda a produção, da qual desconta o preço de tudo o que forneceu, e o que resta é dividido em partes (iguais, ou terça, ou quarta, conforme o combinado), o mesmo acontecendo com os animais" (Bastos, 1984, p. 50).

[181] Forma rara no Nordeste, o posseiro "é o indivíduo que se apossa de terras que não pertencem a ninguém, nelas estabelecendo moradia, trabalhando, fazendo melhorias, sem contudo possuir escritura da propriedade" (Bastos, 1984, p. 50).

Dentro desse contexto, observa-se que as lideranças do movimento direcionaram a luta contra o latifúndio, visto como sinônimo de servidão. Essa luta evoluiu de uma reivindicação pela permanência na terra para a defesa da reforma agrária. Em 15 de setembro de 1961, o movimento lançou a campanha nacional pela reforma agrária, através do documento intitulado *Dez mandamentos das Ligas Camponesas para libertar os camponeses da opressão do latifúndio*[182]. Entre outras reivindicações e encaminhamentos, esse documento criticou, de forma contundente, a concentração fundiária e defendeu uma reforma agrária radical e expropriatória. No I Congresso Nacional de Lavradores e Trabalhadores Agrícolas, a 15 de novembro do mesmo ano, em Belo Horizonte, essas posições foram retomadas e encaminhadas como resoluções, através da chamada *Declaração de Belo Horizonte,* documento final do encontro.

Mapa 4 – Presença de Ligas Camponesas em municípios de Pernambuco e proximidade com o Norte de Alagoas



Fonte: Elaborado pelo autor em conjunto com o geógrafo Damir Costa Vanderlei.

Nos seis anos que decorreram desde a fundação do primeiro núcleo, entre 1954 e 1955, ao I Congresso Nacional de Lavradores e Trabalhadores Agrícolas, em 1961, um grande número de novos grupos surgiram em Pernambuco, conforme retrata o mapa 4. Nesse período, o

[182] Manuel Correia de Andrade apresenta uma descrição minuciosa desse documento em *As tentativas de organizações das massas rurais – As Ligas Camponesas e a sindicalização dos trabalhadores do campo* (1963). Ver especialmente as páginas 79 e 80.

movimento camponês detinha cerca de trinta e cinco mil associados, naquele estado, e cerca de oitenta mil no Nordeste[183]. Entre os anos de 1960 e 1961 foram organizadas federações em dez estados brasileiros. A desapropriação do Engenho Galileia, em 1959, considerada como uma de suas maiores vitórias pelo próprio movimento, facilitou a expansão das Ligas Camponesas, que se alastrou pelo Nordeste, atingindo os seguintes estados: Paraíba, Alagoas, Ceará e Maranhão. Posteriormente, nas demais regiões brasileiras, atingiu Minas Gerais, Paraná, Rio de Janeiro, Rio Grande do Sul e Goiás[184].

Nesse período, havia um receio no interior da Igreja em perder a sua hegemonia político-religiosa entre a população rural, conforme discutido anteriormente. Nesse sentido, em setembro de 1959, em um ofício direcionado ao presidente da Campanha Nacional de Educação Rural – Colombo Etienne Arreguy –, o arcebispo-coadjutor argumentou que o estado alagoano se encontrava "na iminência de *perturbações* sociais no campo" devido ao anúncio de irradiação das Ligas para a região. Desse modo, fazia-se necessário demonstrar através de um "programa de recuperação", "que o povo não está esquecido, abandonado pelos poderes constituídos"[185].

Além de outros fatores que dificultaram a penetração do movimento nesse espaço social, o que ultrapassa os limites desse trabalho, pode-se afirmar que, em certa medida, a Arquidiocese de Maceió foi bem sucedida. Em Alagoas, apenas em 1963, foram criados os primeiros núcleos denominados "amigos das Ligas". Na reportagem sobre a necessidade de intensificar a luta pela reforma agrária e as duzentas organizações convocadas para "exigir uma reforma agrária radical", publicada pelo semanário *A Liga,* em 1 de maio do referido ano, menciona-se, além da capital, mais cinco municípios em que se desenvolveram núcleos das Ligas em Alagoas.

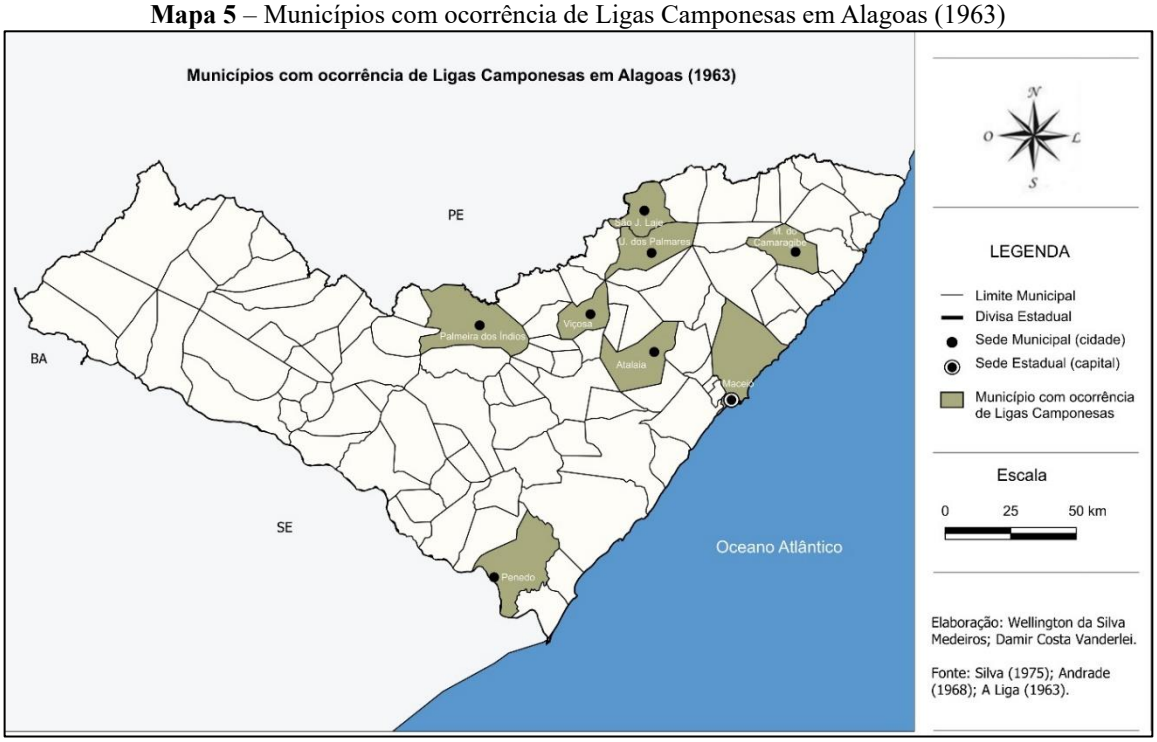
> O latifúndio mais feroz do Nordeste reside, sem dúvida, em Alagoas onde o regime feudal tem levado ao túmulo inclusive muitos latifundiários que lutam entre si pelo domínio da terra. Apesar do tradicional clima de terror existente no interior de Alagoas, começam a surgir os primeiros núcleos de amigos das Ligas em: *Maceió, Penedo, São José [da Lage], [União] dos Palmares, Palmeira dos Índios e [Matriz de] Camaragibe*[186].

---

[183] Meira; Passos, *op. cit*., p. 12.
[184] Julião, *op. cit*., p. 17.
[185] ARQUIDIOCESE DE MACEIÓ. *Ofício s/n ao presidente da Campanha Nacional de Educação Rural*. Maceió: Arquidiocese de Maceió, 16 set. 1959, p. 2. Assunto: Experiência piloto de educação de base na zona norte de Alagoas. Arquivo da Cúria Metropolitana de Maceió (ACMM). Armário 13, Caixa 104, Fundo MEB, Pasta 23: Implantação MEB-Maceió (1959-1977) (grifos no original).
[186] 200 ORGANIZAÇÕES camponesas convocadas para a grande luta: exigir uma reforma agrária radical; intensificar a organização de ligas e sindicatos. *A Liga*, 1 maio 1963, p. 6. *In*: JULIÃO, Francisco. *Ligas Camponesas*: outubro 1962 - abril 1964. Cuernavaca: Centro Intercultural de Documentación – CIDOC, cuaderno n. 27, 1969, p. 227-234. Disponível em: https://www.docvirt.com/docreader.net/DocReader.aspx?bib=BibliotLT&id=1665202489282&pagfis=1035. Acesso em: 23 mar. 2024.

Portanto, em maio de 1963, havia no território alagoano diversos núcleos do movimento camponês, na capital e nas sedes de cinco municípios – Penedo, Palmeira dos Índios, União dos Palmares, Matriz de Camaragibe e São José da Lage. Além dessas cidades, em *As tentativas de organizações das massas rurais*, também de 1963, Andrade identifica outros dois núcleos que "se encontravam em processo de fundação nos municípios de Viçosa e Atalaia" (1963, p. 77). O mapa 5 identifica as cidades em que se desenvolveram núcleos das Ligas em Alagoas, segundo as fontes mencionadas anteriormente.

Mapa 5 – Municípios com ocorrência de Ligas Camponesas em Alagoas (1963)



Fonte: Elaborado pelo autor em conjunto com o geógrafo Damir Costa Vanderlei.

Ao que tudo indica, o projeto de desenvolver núcleos do movimento camponês, em Alagoas, data de antes de 1963. Na reportagem intitulada *Povo alagoano cerra fileiras pela reforma agrária radical,* de novembro de 1962, o periódico *A Liga* ocupou-se do debate sobre a reforma agrária que ocorrera no Teatro Deodoro, em Maceió, com a presença dos líderes do movimento camponês Francisco Julião e Elizabeth Teixeira – então presidente da Liga de Sapé, na Paraíba.

Segundo o semanário, ao final do debate, foi organizada uma comissão de estudantes – provavelmente universitários – que se dirigiu a Recife e encaminhou em conjunto com Julião "os detalhes para a fundação de Ligas Camponesas por todo o Estado de Alagoas". Nessa ocasião, decidiu-se que "as ligas alagoanas deverão ter a estrutura modelo estabelecida pelo

Conselho Nacional das Ligas Camponesas", publicada no livro *Que são as Ligas Camponesas?*[187]

Convém notar que após um intervalo de cinco meses, o jornal *A Liga* anunciou a existência de núcleos em seis cidades alagoanas, incluindo a capital. Olhando desse mirante, é possível afirmar que a comissão de universitários, formada após o debate sobre a reforma agrária no Teatro Deodoro, foi a gênese da expansão do movimento camponês para o território alagoano. No entanto, deve-se questionar: quem eram esses estudantes? Pertenciam ao movimento estudantil? Estavam vinculados a algum partido político ou movimento social? Como se deu o contato com a base social do movimento, o campesinato alagoano? A base social dos núcleos das Ligas, em Alagoas, era similar à de Pernambuco? Se, por um lado, essas questões ultrapassam os limites do trabalho aqui proposto, por outro, sugerem a necessidade de novas pesquisas sobre o tema. Para Mello (1990, p. 94), "tudo indica que em Alagoas as referidas iniciativas para a organização de ligas, feitas de cima para baixo às vésperas do golpe de 1964 e circunscritas ao meio urbano, não tiveram contrapartida nas bases, ao ponto de reproduzirem lideranças orgânicas e efetivamente rurais, apoiando os conflitos existentes".

Em todo o caso, a mobilização dos trabalhadores e trabalhadoras rurais da SAPPP tornou-se, nos últimos anos da década de 1950, um símbolo de resistência no Nordeste para setores da sociedade, enquanto para outros representava o avanço do comunismo e o fim da *pax agrarie* nordestina. Para a Igreja local, representava perturbações sociais e o fim da paz no campo.

Com o surgimento das Ligas, a Arquidiocese de Natal intensificou as atividades que vinha desenvolvendo junto aos trabalhadores/as rurais do Rio Grande do Norte, mediante o Serviço de Assistência Rural, com a introdução das escolas radiofônicas. Essa experiência estava direcionada para a alfabetização e educação de base, e serviu como modelo para a criação do MEB em âmbito nacional. A experiência do "Movimento de Natal", como ficou conhecida, inspirou o trabalho da Igreja em outros estados, como, em Pernambuco e Alagoas, principalmente como forma de reagir ao avanço das esquerdas (Montenegro, 2003). Dessa forma, em 1961, criou-se o Serviço de Orientação Rural de Alagoas (Soral), cujo objetivo fundamental era o de promover a sindicalização rural, e o Movimento de Educação de Base,

[187] POVO alagoano cerra fileiras pela reforma agrária radical. *A Liga*, 27 nov. 1962, p. 3. *In*: JULIÃO, Francisco. *Ligas Camponesas*: outubro 1962 - abril 1964. Cuernavaca: Centro Intercultural de Documentación – CIDOC, cuaderno n. 27, 1969, p. 45-46. Disponível em: https://www.docvirt.com/docreader.net/DocReader.aspx?bib=BibliotLT&id=1665202489282&pagfis=1035. Acesso em: 23 mar. 2024.

em 1962, a partir da infraestrutura montada para o programa de educação de base para a zona norte de Alagoas.

3.5 A "voz alta da Igreja nos céus das Alagoas": a Rádio Educadora Palmares e o Movimento de Educação de Base

Transcorrido pouco mais de um ano após o II Encontro dos Bispos do Nordeste, em 25 de agosto de 1960, ocorreu a implantação do Grupo de Trabalho de Educação de Base (GTEB), órgão coordenador do programa para a região Norte de Alagoas. O evento contou com a presença de Dom Adelmo Machado e o então coordenador da Campanha Nacional de Educação Rural, Colombo Etienne Arreguy[188].

Nessa ocasião, ficou decidido que a presidência do GTEB caberia ao arcebispo coadjutor. Isto demonstra a estreita colaboração e afinidade entre o Estado e a Igreja local nesse empreendimento. A presidência do GTEB era um cargo de extrema confiança da CNER, que entre outras funções poderia definir os coordenadores locais de trabalho e representava publicamente o programa na região. Desse modo, este cargo demonstrava certo prestígio, com elevado capital social por parte da instituição religiosa. É importante assinalar que não se tratava de um fato isolado, ou restrito à experiência alagoana. Muito pelo contrário. Em 1959, todos os cargos de executores da CNER no Norte e Nordeste eram ocupados por bispos e padres (Barreiro, 2010, p. 138).

O grupo de trabalho local tinha três objetivos principais: (a) instalar uma Missão Rural no norte alagoano; (b) construir um Centro Sociopedagógico ou de Treinamento, com uma Escola de Artesanato; e (c) instalar a emissora Rádio Educadora Palmares para viabilizar as escolas radiofônicas[189]. Embora se tratasse de um projeto cujo desenvolvimento dependia dessas três ações conjugadas, para Lourival de Mello Motta (1906-1989), presidente regional

[188] Além de Dom Adelmo e o coordenador nacional da CNER, o evento contou com a participação de Carlos José da Costa Pereira, representante da CNER do Rio de Janeiro, Hélio Ferreira de Araújo, diretor da CNER de Palmeira dos Índios/AL, Lumar Fonsêca de Machado, diretor técnico administrativo do Serviço Social Rural de Maceió, Lydia Nóbrega de Lemos, representante da Superintendência do Ensino Agrícola e Veterinário (SEAV), Hortência de Hollanda, representante do Departamento Nacional de Endemias Rurais (DNERu), Zenaide Cardoso Schultz, representante do Instituto Nacional dos Estudos Pedagógicos (Inep), Rubens B. Quintela Cavalcante, representante da Legião Brasileira de Assistência (LBA), Humberto de Mélo, do Serviço Social Rural (SSR), e Therezinha Moreira de Oliveira, secretária da sessão. Cf: GRUPO DE TRABALHO DE EDUCAÇÃO DE BASE. Arquidiocese de Maceió. *Ata de sessão ordinária para implantação do Grupo de Trabalho de Educação de Base local, realizada no palácio do arcebispado de Maceió*. 25 ago. 1960. Arquivo da Cúria Metropolitana de Maceió (ACMM). Armário 13, Caixa 104, Fundo MEB, Pasta 23: Implantação MEB-Maceió (1959-1977).

[189] *Ibidem*, p. 2.

do Serviço Social Rural (SSR), as escolas radiofônicas deveriam preceder os primeiros, "impondo-se como fator indispensável de preparação". Em suas palavras:

> Embora não haja sido examinado, no parecer, o problema da falta de recursos próprios, por parte deste Conselho Regional, para ocorrer à solicitação, é indubitável que a iniciativa merece ser encarada com interesse, *levando-se em conta o reconhecido valor da radiodifusão, como fator educativo*.
> Tratando-se de projeto, cujo desenvolvimento depende da ação conjugada dos três elementos apontados no pedido – Centro Sócio-Pedagógico [*sic*], Missão Rural e Escolas Radiofônicas, é evidente que este último elemento há de preceder aos primeiros, impondo-se como *fator indispensável de preparação, passo inicial imediato*[190].

Segundo Motta,

> Como preparação para o integral desenvolvimento do projeto, promover-se-á, com as escolas radiofônicas, a criação de uma nova *mentalidade*, através de esclarecimentos e instruções com programas específicos. *Despertar-se-á, através disto, o interesse das populações locais pelo problema de sua própria elevação de nível educativo*, promovendo o aparecimento natural de líderes locais que serão, por sem dúvida, os instrumentos indispensáveis da futura *dinamização sócio-econômica* [*sic*] e educativa dessas populações, atualmente em completo e lastimável abandono[191].

Médico e jornalista, Lourival Motta era uma figura ilustre da sociedade alagoana, eleito deputado estadual em três eleições – em 1934, 1947 e 1950 (Barros, 2005, p. 305). Nas últimas duas legislaturas, disputou pela União Democrática Nacional (UDN), partido de orientação conservadora, que se caracterizou pela defesa do liberalismo econômico e da moralidade. Em sintonia com as proposições da Unesco, depreende-se do seu discurso que os problemas socioeconômicos do campo seriam solucionados através da educação de base, mediante as escolas radiofônicas. Sua solução seria "a criação de uma nova *mentalidade*, através de esclarecimentos e instruções com programas específicos". Entende-se, dessa forma, que o analfabetismo e a "mentalidade" camponesa seriam os elementos responsáveis pela pobreza na região.

Nessa mesma perspectiva, afirmou Dom Adelmo Machado, em ofício ao Ministério da Educação e Cultura: "O sistema de educação de base, que proporciona ao homem comum dos bairros das cidades ou da zona rural, as noções básicas da educação, da instrução, é, no Nordeste, *o caminho a seguir para a solução dos gravíssimos problemas que cria a ignorância do povo*"[192]. Fica claro, aqui, a concepção negativa dos hábitos e costumes da população rural, compreendida como atrasada e ignorante. Como se não fosse suficiente, reafirma que os

---

[190] CONSELHO REGIONAL DO SERVIÇO SOCIAL RURAL. *Ofício/CR/AL/Nº 107/1959*. [S. I.]: SSR, 16 set. 1959. Arquivo da Cúria Metropolitana de Maceió (ACMM). Armário 3, Caixa 27, Diversos, Pasta 9: Rádio Palmares - Documentos.
[191] *Ibidem*.
[192] ARQUIDIOCESE DE MACEIÓ. *Op. cit.*, 15 set. 1959.

problemas sociais e econômicos são resultados da "ignorância do povo", responsabilizando, dessa forma, os próprios trabalhadores pelos problemas sociais que os afligem.

Diante do exposto, pode-se perceber nesses enunciados – fundamentados em uma visão de mundo conservadora – a incapacidade de admitir as raízes do pauperismo como resultado intrínseco do desenvolvimento capitalista e produto de suas relações sociais no nordeste brasileiro. Na mais perfeita colaboração, tanto a Igreja Católica quanto o Estado, em especial a CNER e o SSR, apresentaram a educação de base, mediante as escolas radiofônicas, e a promoção de uma sociedade civil ativa, com a formação líderes rurais, como meios para o enfrentamento dos problemas socioeconômicos do Nordeste.

Uma vez que a verdadeira causa dos males sociais não foi posta em questão, no limite do que Marx (2010) identifica como visão ou razão política, só restava a alternativa de imputá-la a questões educacionais, falhas administrativas, falta de assistência social e, até mesmo, a problemas individuais dos próprios trabalhadores.

Ao analisar as atas do GTEB, datadas de agosto a dezembro de 1960, evidencia-se que pela morosidade na liberação de verbas, foram priorizadas certas ações e redefinidos os apoios. Assim, as primeiras ações realizadas foram: a Missão Rural no norte do estado, com apoio da CNER e do SSR, e a construção do Centro Social Rural da Arquidiocese de Maceió (CSRAM)[193], no bairro Vergel do Lago, próximo às margens da lagoa Mundaú.

Persistente no projeto das escolas radiofônicas, a 14 de setembro de 1960, em reunião do grupo de trabalho, o arcebispo coadjutor abordou as "grandes atividades que estão sendo realizadas pelas Rádios Educadoras na Colômbia, onde salientou seu desejo pelo desenvolvimento da Educação do homem rural na Zona Norte do Estado de Alagoas"[194]. Dom Adelmo se referia ao movimento de Escolas Radiofônicas desenvolvido em Sutatenza, na Colômbia, conhecido sob o nome de "*Acción Cultural Popular*" (ACPO).

Para Bandeira, "o trabalho pioneiro da Rádio Sutatenza trouxe a solução para o problema que vinha desafiando todos aqueles que se viam diante do espetáculo doloroso da

[193] O Centro Social Rural foi construído por etapas. Em 1960, deu-se início a Escola de Artesanato, concluída apenas em 1963, entrando em funcionamento imediato. Neste ano, começou a construção do Centro de Treinamento para líderes rurais, com a capacidade para cinquenta pessoas em regime de internato. Após um período de quatro anos, o CSRAM passou a contar com um primeiro andar, composto por dezessete apartamentos. No térreo fora construído três salas de aulas, diretoria, refeitório, banheiros, copa e cozinha. Em 1966, teve início a construção do Posto Integrado de Saúde, enquanto o Auditório Recreativo foi inaugurado a 5 de maio de 1973, quando finalmente fora concluído. Sobre o CSRAM, ver: SANTOS, Maria Leonalva de Holanda. *O Centro Social Rural Dom Adelmo Machado*: Maceió (1964-1969). 2024. 67 f. Monografia (Graduação em História) – Instituto de Ciências Humanas, Comunicação e Artes, Universidade Federal de Alagoas, Maceió, 2024.

[194] GRUPO DE TRABALHO DE EDUCAÇÃO DE BASE. Arquidiocese de Maceió. *Ata de sessão extraordinária*. 14 set. 1960, p. 1. Arquivo da Cúria Metropolitana de Maceió (ACMM). Armário 13, Caixa 104, Fundo MEB, Pasta 23: Implantação MEB-Maceió (1959-1977).

América Latina" (1963, p. 26). Esse problema-desafio era o de como levar os elementos de educação de base, ou educação fundamental, a mais da metade da população de um continente.

A experiência desenvolvida pela *Acción Cultural Popular* foi adotada por diversos países da América Latina[195], dentre eles o Brasil. As experiências de educação de base no Nordeste, por meio da radiodifusão, nos anos 1950, e o posterior desenvolvimento do Movimento de Educação de Base, fundamentaram-se nas ações da ACPO e sua metodologia.

Em julho de 1955, o Frei Gil de Almeida Bonfim, da Ordem Franciscana, publicou um artigo na *Revista Eclesiástica Brasileira*, intitulado *Pregai por sobre os telhados.* Nesse artigo, Bonfim defendeu "a viabilidade e a conveniência da instituição de uma rede de emissoras católicas no Brasil, para se dedicar à catequese e à educação popular", semelhante ao modelo desenvolvido pela Rádio Sutatenza (Horta, 1972, p. 100-101).

Nesse período, a *Acción Cultural Popular* contava com mais de 7.500 escolas radiofônicas, distribuídas em 533 paróquias da Colômbia. No ano de publicação do artigo, foram inauguradas as novas instalações da Rádio Sutatenza, em Bogotá. Em sete anos, a ACPO "experimentara um crescimento de 2.400% e conseguira o apoio governamental e da Unesco" (Horta, 1972, p. 101).

A ACPO/Rádio Sutatenza foi fundada pelo Monsenhor José Joaquín Salcedo[196], em 1947, como um projeto orientado exclusivamente ao setor rural, a fim de oferecer educação de base aos camponeses. A partir do conceito de educação de base, mais conhecido na Colômbia como "educação fundamental integral", a obra de Salcedo foi interpretada como uma "agência de desenvolvimento". Segundo Gutiérrez, a ACPO "foi considerada em seu momento uma Agência de Desenvolvimento por sua intervenção 'na promoção humana, por meio da incorporação das pessoas, grupos e coletividades na obtenção de níveis mais acessíveis de bem-estar individual e comunitário'" (2009, p. 64).

Salcedo percebeu as potencialidades da mídia para a mudança social. Para ele, a comunicação contínua e permanente era o eixo articulador da sociedade. Os meios de comunicação assumem, portanto, um papel que vai além das funções clássicas de informar e entreter. "São criadores e sustento dos processos de participação democrática; são fatores

[195] Argentina, Bolívia, Brasil, Chile, Equador, Guatemala, Haiti, Honduras, México, Panamá, República Dominicana e Venezuela (Gutiérrez, 2009, p. 13).

[196] José Joaquín Salcedo Guarin nasceu a 8 de dezembro de 1921, em Corrales, um pequeno povoado camponês da região andina, no departamento de Boyacá, distante 225 km da capital da Colômbia, Bogotá. Salcedo era filho de Eva Maria Guarin Perry de Salcedo (de origem inglesa) e de José Joaquín Salcedo Cújar, um boyacense conservador. Em 1947, aos vinte e cinco anos, foi ordenado sacerdote. Nesse mesmo ano assumiu a paróquia de Sutatenza e instalou ali uma pequena emissora de rádio, iniciando, assim, o projeto da ACPO. Monsenhor Salcedo morreu em Miami, Flórida, a 2 de dezembro de 1994 (Gutiérrez, 2009).

decisivos na criação de atitudes e valores. Podem contribuir a acelerar os processos de educação, treinamento e capacitação", afirma Salcedo (1994, p. 19 *apud* Gutiérrez, 2009, p. 120-121).

Ele enfatizou a perspectiva instrumental da comunicação e seus meios. Essa visão instrumental do rádio alimentou seus sonhos de poder alcançar os camponeses da Colômbia, mediante a educação fundamental, a fim de promover uma integração social, "onde o perfil e o papel do camponês sejam de sujeito e agente da mudança social. Nessa perspectiva, Salcedo não quer que o meio seja mal-utilizado [*sic*] com programas improvisados e assume o desafio de dar cobertura, com ótimo sinal, aos camponeses esparramados por todo o país" (Gutiérrez, 2009, p. 122).

O rádio foi o primeiro elemento de ação das escolas radiofônicas. Ele serviu para transmitir através das emissoras Rádio Sutatenza as noções de educação de base. Embora a ACPO tenha utilizado o rádio como meio privilegiado para realizar a tarefa educativa, logo percebeu seus limites pela sua condição de mídia auditiva. Além disso, por se tratar de uma comunicação com finalidade educativa se reconheceu a necessidade de uma mediação *in loco*. Assim, para resolver a primeira questão, o movimento decidiu "complementar a ação do rádio com a mídia escrita e ilustrada, criando deste modo o que Salcedo e seus colaboradores denominaram 'sistema combinado de meios'" (Gutiérrez, 2009, p. 123). Quanto a segunda questão, criou-se a figura do "auxiliar imediato", que na escola radiofônica se constituiu em um intermediário entre o professor-locutor, que lecionava pelo rádio, e os estudantes da comunidade local.

Para Salcedo, o auxiliar imediato era o elemento mais relevante da escola radiofônica, a sua verdadeira inovação. A este respeito convém observar algumas das oportunas palavras do fundador da ACPO, presentes no boletim de programas, número vinte e cinco, *La Escuela Radiofónica bien organizada*:

> Trinta anos atrás se utilizava a radiodifusão para levar programas culturais, de música, de notícias, de dramatizações e de muitas outras coisas a distintos lugares. Todos esses programas se transmitiam somente desde as emissoras sem pensar em organizar os pontos de recepção e, muito menos, em fazer que as palavras do locutor, os ensinamentos do sacerdote catequista, ou as instruções da emissora se convertessem em uma verdadeira tarefa de escola com um mestre em cada lugar. Tenho dito sempre que *a verdadeira invenção da Escola Radiofônica é o Auxiliar Imediato*; que esta obra não descobriu a utilização do rádio para chegar a todas as partes, nem que por primeira vez no mundo utilizou as ondas hertzianas para multiplicar a ação do locutor, mas sim sustento que a radiodifusão se encontra agora organizada de maneira tal que um professor-locutor fala desde a Emissora, *e um ilustre e benemérito cidadão segue suas instruções a muitas centenas de quilômetros de distância e realiza essa preciosa tarefa como Auxiliar Imediato; e isto, em verdade, sim sucede agora pela primeira vez na história* (Salcedo,1955, p. 10 *apud* Gutiérrez, 2009, p. 124).

As escolas radiofônicas de Sutatenza foram pioneiras na proposta da rádio recepção, com a audição organizada como elemento característico. Para Salcedo, a questão da comunicação radiofônica, da comunicação midiática, não consistia em simplesmente produzir e transmitir programas. Era preciso estudar a recepção. Foi a partir deste estudo da recepção que surgiu a ideia e a prática da audição organizada. Neste caso, o auxiliar imediato era a figura chave de todo o processo. Sua atuação permitia comprovar a compreensão do conteúdo transmitido via rádio, retificar erros de interpretação e enfatizar as ideias principais (Gutiérrez, 2009; Horta, 1972).

Gutiérrez (2009) destaca três elementos constitutivos das escolas radiofônicas da *Acción Cultural Popular*: radiodifusão, radiorrecepção e audição organizada. Esse tripé era a diferença específica das escolas radiofônicas de Sutatenza. Sua metodologia consistia na audição coletiva, com debate dos programas especiais, mediante o apoio de um voluntário local, devidamente capacitado, e de materiais impressos. Com efeito, a ACPO constituía um sistema combinado de meios que envolvia rádio, cartilhas, livros, periódicos e a comunicação interpessoal, através de auxiliares imediatos, tais como: líderes, dirigentes camponeses e supervisores.

Olhando desse mirante, compreende-se melhor a proposta de trabalho da Igreja local e o seu alinhamento com as atividades da instituição em nível nacional e internacional. No Brasil, as primeiras experiências de escolas radiofônicas no âmbito católico ocorreram no Nordeste, na segunda metade da década de 1950, e se inspiraram no modelo colombiano. É de amplo conhecimento as iniciativas pioneiras da arquidiocese de Natal, com as escolas radiofônicas do SAR, e o Sistema Radioeducativo de Sergipe, instalado pela arquidiocese de Aracaju, sob a direção de Dom José Vicente Távora. É importante assinalar que a proposta inicial do Movimento de Educação de Base, apresentada ao Governo Federal no início de 1961, foi precedida por essas duas experiências da própria Igreja, consideradas seus antecedentes mais próximos.

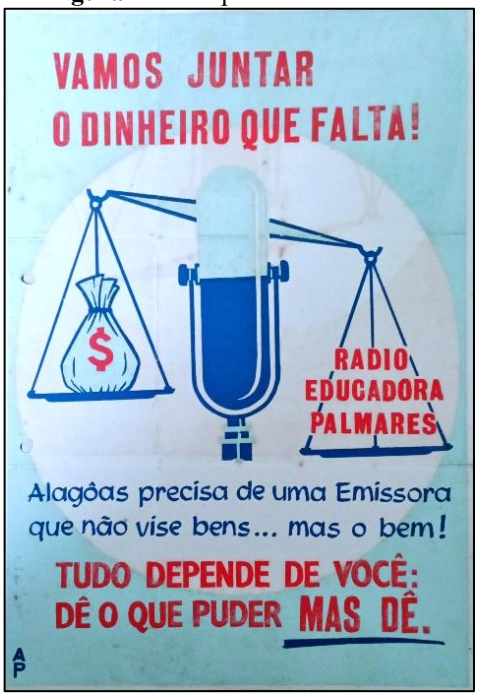
Portanto, o programa de educação de base para o norte de Alagoas se insere nesse amplo movimento regional radioeducativo. O projeto previa a criação de duzentas escolas radiofônicas, ao longo de quatro anos, com a implantação de cinquenta escolas por ano, o que só se tornou possível com a instalação da *Rádio Educadora Palmares de Alagoas*[197]. Idealizada,

[197] Isto não significa que a *Rádio Palmares* estava comprometida unicamente com a educação de base. Entre fins dos anos 1960 e início da década seguinte, a rádio também transmitiu o programa "Sentinelas da Pátria", espaço midiático da Patrulha Nacional Cristã (PNC), uma organização conservadora de caráter anticomunista. A PNC foi fundada por Wanillo Galvão Barros (1927-1998) no contexto de reformulação do movimento integralista pós-1945 (Oliveira, 2023).

a princípio, como um elemento do programa de educação de base, a emissora havia se tornado a pedra angular sobre a qual se constituiria as escolas radiofônicas no estado.

Orçada em sete milhões de cruzeiros, a Rádio Palmares foi fundada em 11 de julho de 1960, tendo como seu diretor Dom Adelmo Machado. Inicialmente, pertenceu à sociedade por cotas de responsabilidade limitada. Após um longo e intenso trabalho para angariar fundos mediante convênios com órgãos federais, empresas privadas e campanhas entre seus fiéis, como ilustra o cartaz abaixo, no dia 8 de fevereiro de 1962, foi outorgada concessão à emissora para estabelecer na capital alagoana uma estação com duas faixas – uma de onda média e outra de onda tropical – através dos Decretos nº 562 e 563 do presidente João Goulart[198].

Figura 7 – Campanha financeira



Fonte: Arquivo da Cúria Metropolitana de Maceió.

Figura 8 – Estúdios da Rádio Educadora Palmares



Fonte: Arquivo da Cúria Metropolitana de Maceió.

A Rádio Palmares, com seus estúdios na Praça Pedro II, ao lado da Catedral Metropolitana de Maceió, foi inaugurada no sábado, a 18 de agosto de 1962, com ampla repercussão na imprensa local. Assim, noticiou o periódico *Gazeta de Alagoas*:

> Na manhã de ontem, foi realizada a inauguração dos estúdios e transmissores da Rádio Educadora Palmares de Alagoas. Acompanhado de autoridades civis, militares e eclesiásticas, D. Armando Lombardi [Núncio Apostólico no Brasil] procedeu primeiramente à inauguração dos transmissores em Bebedouro, seguindo logo após para os estúdios da nova emissora ao lado da Catedral. Depois do corte da fita

[198] O Decreto nº 562, de 8 de fevereiro de 1962, concedeu à *Rádio Educadora Palmares de Alagoas Ltd*. operar em onda tropical, enquanto o de nº 563 para que estabelecesse a radiodifusão em onda média. Cf.: FUNDAÇÃO EDUCADORA PALMARES DE ALAGOAS. *Rádio Educadora Palmares de Alagoas*. Arquivo da Cúria Metropolitana de Maceió (ACMM). Armário 3, Caixa 27, Diversos, Pasta 8: Rádio Palmares - Documentos.

> simbólica e da benção, D. Armando ocupou o microfone da Rádio Palmares quando enviou sua benção a todos os alagoanos[199].

Editado na capital alagoana, o *Gazeta de Alagoas* era um dos periódicos mais importantes do estado, com circulação em todos os municípios. A reportagem destacou a presença de diversas autoridades do campo político, entre elas o vice-governador Teotônio Vilela (1917-1983) e o prefeito de Maceió Sandoval Cajú (1923-1994). Também se fizeram presentes na solenidade de inauguração: Dom José Vicente Távora[200], arcebispo de Aracaju, Dom José Terceiro, bispo de Penedo, e Dom Manuel Pereira, bispo de Nazaré da Mata, Pernambuco.

Figura 9 – Inauguração da Rádio Educadora Palmares de Alagoas (1962)



Fonte: Arquivo da Cúria Metropolitana de Maceió (ACMM).

A presença de Dom José Távora, presidente do MEB, na inauguração da Rádio Palmares não deve passar despercebida. Envolvido com o Sirese e a promoção de educação de base em sua arquidiocese, Dom Távora não só conseguiu apoio dos bispos e recursos do Governo

[199] RÁDIO Palmares foi instalada e Núncio homenageado: ontem. *Gazeta de Alagoas*, Maceió, ano 28, n. 170, 19 ago. 1962. Seção 1, p. 1. Arquivo da Cúria Metropolitana de Maceió (ACMM). Armário 3, Caixa 27, Diversos, Pasta 10: Rádio Palmares - Inauguração.

[200] Dom José Távora se encontra sentado à esquerda do Núncio Apostólico Dom Armando Lombardi.

Federal para o Movimento de Educação de Base, como também contribuiu e incentivou a formação de diversos grupos (Bandeira, 2010).

Foi Dom José Távora quem formalizou à Presidência da República, em nome da CNBB, a proposta de criação do MEB, em âmbito nacional. Em fins de 1960, a Representação Nacional de Emissoras Católicas (Renec) promoveu, em Aracaju, o I Encontro de Educação de Base, do qual saiu a disposição em expandir as escolas radiofônicas, com a instalação de emissoras católicas em outras dioceses. Segundo Fávero (2006, p. 40), a "partir desse encontro, recomeçam os entendimentos entre a CNBB, representada pelo arcebispo de Aracaju, d. José Távora, e o então eleito e ainda não empossado presidente Jânio Quadros, tendo em vista a criação do MEB, o que veio a ocorrer em março de 1961", através do Decreto nº 50.370. De acordo com esse decreto, o Governo Federal prestigiaria o Movimento de Educação de Base através de escolas radiofônicas, nas regiões subdesenvolvidas do Norte, Nordeste e Centro-Oeste do Brasil[201].

A investigação sobre a origem do MEB possibilitou a compreensão de sua dinâmica e estrutura de funcionamento. Em nível nacional, o movimento se estruturava através de um secretariado central, com sede no então Estado da Guanabara. Este secretariado era responsável por criar e organizar os novos sistemas, selecionar e treinar os membros das equipes locais, bem como organizar as equipes estaduais e coordenar o trabalho em todo país[202].

A direção do movimento era exercida pelo Conselho Diretor Nacional (CDN), composto de nove bispos e arcebispos – de dioceses nas quais funcionava o MEB – e dois leigos, sendo um representante do MEC, que nunca participou das reuniões (Kadt, 2007; Fávero, 2006). Para assessoria, o CDN contava com um Conselho Nacional de Representação e Consulta (CNRC). Subordinado ao CDN e ao CNRC se encontravam o conselho fiscal, uma diretoria executiva e o secretariado central, formado por leigos e membros institucionais. Essas instâncias ficaram conhecidas como o MEB/Nacional, expressão que será utilizada no decorrer desta tese.

No intervalo das sessões do Conselho Diretor Nacional, a direção do MEB era exercida pela Diretoria Executiva, constituída pelo presidente e vice-presidente do CDN e por um

---

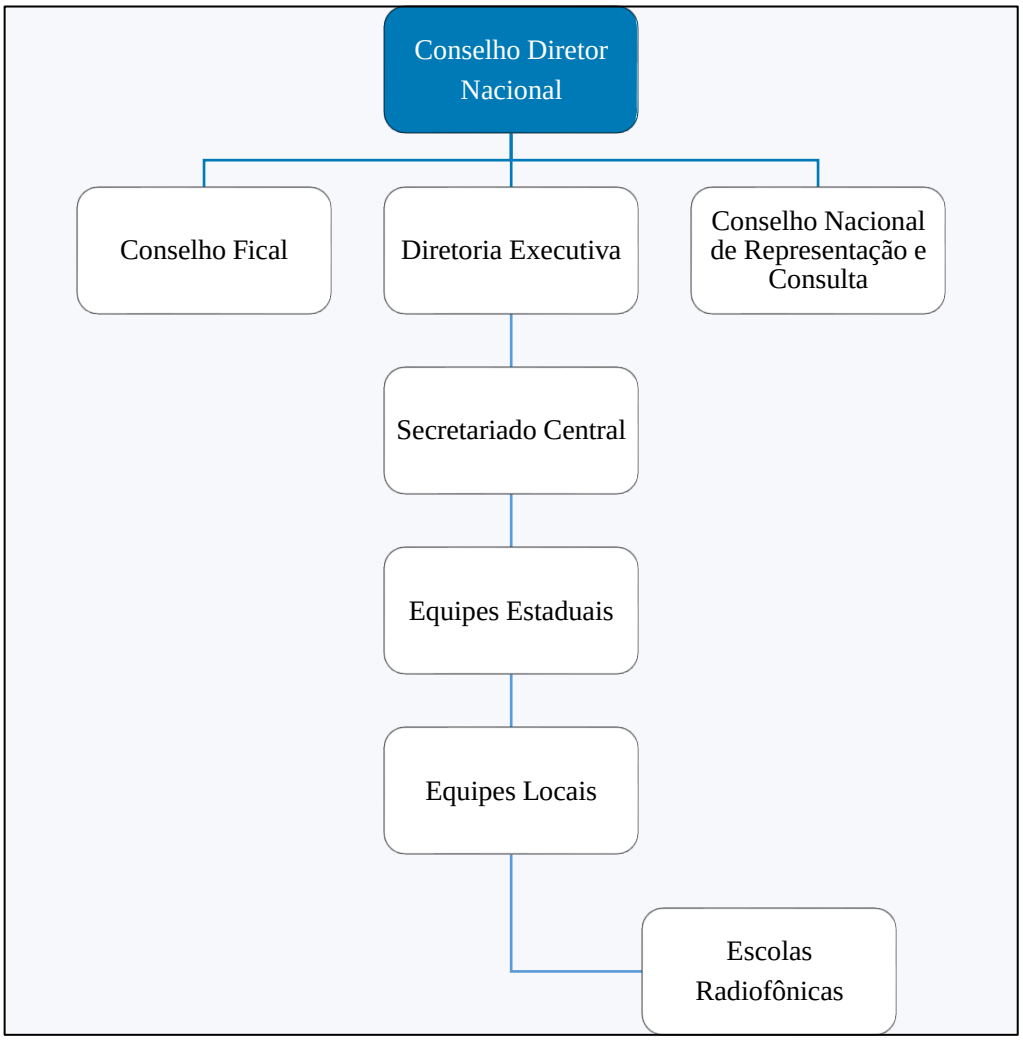
[201] Quanto ao MEB em Alagoas, é importante assinalar que o movimento foi instalado primeiramente na diocese de Penedo. Idabel Nascimento propõe como hipótese explicativa para isso a aproximação geográfica entre a diocese de Penedo e Sergipe, "em cuja a capital já se desenvolvia, pelas mãos de Dom Távora, um trabalho nesse sentido" (Silva, 2002, p. 95). Outro componente importante e mais relevante para a instalação do MEB, nesta diocese, diz respeito à emissora radiofônica Rio São Francisco. Antes mesmo da fundação do movimento, em âmbito nacional, a diocese de Penedo já detinha uma emissora de rádio, conforme consta no projeto de criação do MEB, apresentado ao Governo Federal.

[202] MOVIMENTO DE EDUCAÇÃO DE BASE - MEB. *Relatório anual do MEB* - 1963. Brasília: MEB, 1964, p. 3. Disponível em: https://desenvolvimento.forumeja.org.br/goias/relatorio-anual-do-meb-1963/. Acesso em: 30 mar. 2023.

secretário[203]. Dom José Távora presidiu o MEB, entre os anos de 1961 e 1963, e num segundo mandato consecutivo (Souza, 2006).

Ao MEB/Nacional se subordinavam as coordenações estaduais, que correspondiam ao conjunto de dioceses de cada estado em que o programa se instalou. As equipes estaduais eram responsáveis por coordenar os sistemas radiofônicos e suas respectivas equipes. Essas equipes, por sua vez, deveriam planejar, executar e coordenar o programa local, no espaço social que constituía sua arquidiocese. Na figura 10, pode-se visualizar esta estrutura a partir do organograma do MEB.

Figura 10 – Organograma do Movimento de Educação de Base



Fonte: MEB (1964).

Esta estrutura tinha por base o Sistema Radioeducativo de Educação de Base, constituído por uma rede de escolas radiofônicas. A unidade nuclear onde acontecia a interação

[203] *Ibidem*.

entre os professores-locutores, supervisores, monitores e estudantes-trabalhadores das comunidades rurais.

3.5.1 A formação de quadros, esquerda católica e radicalização da JUC

Na arquidiocese de Maceió, a instalação do MEB ocorreu em 1962, em decorrência da implantação da Rádio Palmares e em concomitância com ela (Silva, 2002). Num certo sentido, articulando-se com o projeto de educação de base para a zona norte do estado de Alagoas. Entre os dias 13 e 22 de julho de 1962, um mês antes da inauguração da emissora, ocorreu o curso de treinamento para supervisores das escolas radiofônicas[204].

Ao todo, vinte e seis candidatos frequentaram as aulas ministradas pela equipe nacional do MEB, composta por Osmar Fávero, do Rio de Janeiro, Aloylson Pinto, do Ceará, Maria José dos Santos, do Maranhão, Maria do Socorro Santos, de Natal, e Maria José de Oliveira, de Aracaju. Além de aulas teóricas, o curso constou de debates, estudos em equipe, técnicas para levantamento de dados e entrevistas aos candidatos. Ao final do curso, cada candidato foi submetido "a testes individuais de personalidade e inteligência", conforme relatou o jornal arquidiocesano *O Semeador*[205].

O programa de treinamento promovido pelo MEB subdividia-se em três partes. A princípio, um estudo da realidade brasileira, a fim de promover nos envolvidos uma "consciência da situação atual, da necessidade e das possibilidades de uma ação educativa (Educação de Base e MEB)". Em seguida, ministravam-se aulas sobre o estudo de área e técnicas utilizadas pelo movimento para realização do trabalho. Por fim, realizava-se "um primeiro planejamento dos trabalhos imediatos de cada equipe"[206]. A partir de 1962, para a equipe nacional, "a observação do comportamento em grupo e do rendimento nos trabalhos eram insuficientes" para realizar a seleção dos quadros do MEB. Iniciou-se, portanto, "a aplicação de testes psicológicos seguidos de entrevistas individuais", realizados por um psicólogo[207].

---

[204] MOVIMENTO DE EDUCAÇÃO DE BASE - MEB. *Relatório anual do MEB* - 1962. Rio de Janeiro: MEB, 1963, p. 13. Disponível em: https://memoria.cidarq.ufg.br/index.php/meb-ofa-nac-adm-029;isad?sf_culture=pt. Acesso em: 30 mar. 2023.
[205] (MEB) promove Curso em Maceió. *O Semeador*, Maceió, ano 49, n. 131, 21 jul. 1962, p. 1. Arquivo da Cúria Metropolitana de Maceió (ACMM). Armários 11, 12 e 13.
[206] MOVIMENTO DE EDUCAÇÃO DE BASE - MEB. *Relatório anual do MEB* – 1962, p. 12.
[207] *Ibidem*.

De acordo com a supervisora Alba Correia[208], desde esse primeiro momento, evidencia-se "uma nova terminologia (muito diferente da que eu vivenciava), uma nova linguagem – *conscientização, politização, visão progressista, alienação, pedagogia católica, religião inovadora, consciência crítica*, expressando novas concepções na prática social e cristã"[209]. Para ela, "a descoberta tem destaque, pelo contraponto à linguagem da Igreja tradicional, por modos de fomentar o cristianismo através de pensamentos e ações sem vinculação com a realidade social". Assim, iniciava-se "pelo MEB/Maceió, uma corrida inovadora de linguagens e posturas, uma questão que não se apresentava, apenas, na equipe que se formava. A inovação já estava percorrendo outras áreas da Igreja Católica e da sociedade"[210]. A equipe nacional se tornou "uma estufa, por vezes inconfortavelmente tensa" (Kadt, 2007, p. 161), onde uma nova visão de mundo se desenvolvia. Ela proporcionava as ligações com o que acontecia na sociedade, e colocou novos conceitos, que estavam sendo formulados nos círculos da esquerda católica, à disposição dos sistemas locais.

Em seu depoimento, a supervisora destacou que a implantação do sistema de Maceió coincidiu com a realização do Concílio Vaticano II, convocado em 1959, pelo Papa João XXIII, e realizado entre 1962 e 1965. Este concílio rompeu com o modelo de Igreja da neocristandade[211], e desenvolveu uma nova concepção de Igreja mais em sintonia com o mundo secular moderno. O Concílio Vaticano II, com uma perspectiva pastoral e não dogmática, enfatizou a missão social da Igreja, declarou a importância do laicato e promoveu maior corresponsabilidade entre o papa e os bispos, ou entre padres e leigos dentro da Igreja,

---

[208] Maria Alba Correia da Silva nasceu em Maceió, a 13 de maio de 1938. Formou-se em Pedagogia pela Universidade Federal de Alagoas (Ufal) em 1964. Ativista com dupla militância, atuou tanto no Movimento de Educação de Base quanto na Ação Popular (AP). Durante a ditadura militar, deu continuidade a sua atuação na AP, então na clandestinidade. Devido à sua participação política, respondeu a um Inquérito Policial-Militar (IPM) em 1967. Posteriormente, integrou a Direção Estadual do Partido Comunista do Brasil (PCdoB) em Alagoas. Segundo o *ABC das Alagoas*, "participou da fundação e atuou politicamente junto à União das Mulheres de Maceió (UMMa), ligada à União Brasileira de Mulheres, trabalho que se estendeu para o interior, culminando na formação da União das Mulheres de Arapiraca e a União das Mulheres Sertanejas, em Santana do Ipanema. A UMMa contribuiu na luta que resultou na criação, no Estado de Alagoas, da Delegacia da Mulher e do Conselho Estadual de Defesa dos Direitos das Mulheres – CEDIM, do qual participou no período de 1986 a 1990. [...] Participou da fundação da Sociedade Alagoas de Direitos Humanos – SADDH – inicialmente, integrando, em nível nacional, os Movimentos de Anistia e das Diretas Já". Cf. *ABC das Alagoas*. Disponível em: https://abcdasalagoas.com.br/verbetes.php. Acesso em: 18 fev. 2026.

[209] SILVA, Maria Alba Correia da. Movimento de Educação de Base – MEB: criação, propósitos e ações. Depoimento cedido a Wellington da Silva Medeiros para produção da pesquisa, em 14 de maio de 2024. Conteúdo colhido e sistematizado por Cíntia Ribeiro, publicado em: SILVA, Maria Alba Correia da. *Alba, a beata comunista*: fé e subversão na ditadura militar em Alagoas. Arapiraca: Eduneal, 2026.

[210] *Ibidem*.

[211] Segundo Scott Mainwaring (2004, p. 43), este modelo eclesial seria caracterizado pelo conservadorismo católico, "se opondo à secularização e às outras religiões, e pregava a hierarquia e a ordem", bem como o anticomunismo.

aproximando assim, os fiéis do clero e desenvolvendo maior sentido de comunidade em uma instituição marcadamente hierárquica (Medeiros, 2019).

Após os testes, ocorreu a seleção dos supervisores das escolas radiofônicas, que passaram a compor a equipe local. Segundo Alba Correia, mediante solicitação da Igreja, o Governo do Estado cedeu duas professoras da Rede Estadual de Educação, a saber: Maria Alba Correia da Silva e Marlene Miranda Pacheco. As duas supervisoras eram alunas do Curso de Pedagogia da Universidade Federal de Alagoas (Ufal). Marlene, por sua experiência em rádio – cantora da Rádio Difusora – foi escolhida para a função de Professora-Locutora[212].

A equipe foi composta da seguinte forma: Cândida Araújo Corrêa, Marlene Miranda Pacheco, Maria Alba Correia da Silva e Maria Marlene Melo Timbó, como supervisoras; Iêda Guimarães Lins, como professora; Silvio dos Santos Silva, como motorista; e Gilvan Pinto da Silva, como técnico de rádio. Além de supervisora, Marlene Melo acumulava o cargo de secretária (Silva, 2002, p. 96-97).

Com a presidência de Dom Adelmo Machado, a coordenação do MEB ficou sob os cuidados da Irmã Maria das Neves Monteiro, da Congregação das Irmãs Nossa Senhora de Fátima, e Gilvaldar Campos Monteiro. Ressalta-se que a coordenação foi escolhida pelo arcebispo coadjutor e que na coordenação da equipe sempre houve uma freira. Isto pode demonstrar uma certa preocupação com o viés religioso e hierárquico que o arcebispo buscou empregar ao movimento.

A sede do MEB se localizava ao lado da Igreja do Rosário, no Centro de Maceió, onde também ficava a casa das Irmãs da Congregação de Nossa Senhora de Fátima. Após esta primeira seleção, novos integrantes passaram a compor os quadros do MEB, sem que necessariamente passassem por uma seleção. Eram leigos e leigas provenientes da Ação Católica (AC)[213] e que se identificavam com o trabalho de educação de base. No entanto, para ingressar no movimento se fazia necessário realizar o curso de treinamento, oferecido pelo MEB, com a presença da equipe nacional (Silva, 2002).

---

[212] SILVA, Maria Alba Correia da. Movimento de Educação de Base – MEB: criação, propósitos e ações. Depoimento cedido a Wellington da Silva Medeiros para produção da pesquisa, em 14 de maio de 2024.

[213] Em Alagoas, Fernando Medeiros identificou dois períodos de atuação da Ação Católica, com características distintas. As décadas de 1940 e 1950 "correspondem, sobretudo, a uma primeira geração da Ação Católica na Arquidiocese [de Maceió], dirigida e inspirada por clérigos advindos de uma vivência eclesial e de uma produção intelectual grandemente influenciada por pensamentos de base autoritária, como o integralismo" e com práticas assistencialistas (Medeiros, 2007, p. 87). Já a partir de 1955, com a fundação da Juventude Operária Católica, organização especializada da AC baseada no modelo franco-belga, "percebe-se claramente um deslocamento de uma ação meramente assistencial para uma ação de formação, seja de novas lideranças, seja educativa e profissionalizante" (Medeiros, 2007, p. 88).

Ao olhar para a trajetória das professoras e supervisores/as do MEB, observa-se que um número expressivo participou de alguma experiência de Ação Católica, fonte de muitas das ideias e práticas do movimento. A coordenadora Gilvaldar Monteiro, por exemplo, havia atuado na Juventude Estudantil Católica (JEC), enquanto os supervisores Alba Correia, Marlene Pacheco e Luiz Henrique de O. Cavalcante atuavam, simultaneamente, no MEB e na JUC (Juventude Universitária Católica). Já o assistente social José Nascimento França – graduado pela Escola de Serviço Social Padre Anchieta – atuou tanto na Juventude Operária Católica (JOC) quanto no MEB, na JUC e na Ação Popular (AP)[214].

Os principais intérpretes do movimento (Kadt, 2007; Fávero, 2006; Wanderley, 1984) e os dados coletados durante as entrevistas comprovam que a Ação Católica exerceu uma influência substancial, principalmente advinda de um de seus ramos, a JUC. Cabem, portanto, algumas considerações a respeito, tendo em vista também que certos documentos de estudo e reflexão, de maior repercussão e utilizados como subsídios no período de inflexão do MEB[215], foram produzidos por ex-jucistas. A esquerda católica no Brasil teve múltiplas fontes e, sem dúvida, já vinha "fermentando" por algum tempo quando emergiu como um corpo coerente de ideias e atividades. No entanto, assinala De Kadt, "isto aconteceu dentro de uma geração específica de estudantes ativistas da JUC" (2007, p. 84).

Em seu período inicial, dificilmente se poderia atribuir uma notável tendência "progressista" à JUC. Seu método era o mesmo das organizações similares da Ação Católica: *Ver – Julgar – Agir*. Era orientada em direção à divulgação do pensamento católico, geralmente aceito, e ao comportamento religiosamente aprovado, através da participação ativa em seu próprio meio: o da universidade. Apenas em 1958, no VIII Conselho Nacional de Dirigentes, em um esforço de autocrítica, constatou-se a ineficácia do movimento devido às suas excessivas discussões e orientações teóricas abstratas, sem engajamento na realidade concreta (Kadt, 2007). Não foi acidentalmente que este problema veio à tona neste período. O então presidente, Juscelino Kubitschek, estava apenas no meio de seu mandato e os problemas da "realidade brasileira" já estavam sendo amplamente discutidos, em todo território nacional. O principal pronunciamento da Igreja, sobre esses assuntos, a *Declaração dos Bispos do Nordeste*, de reconhecida relevância nacional, tinha sido realizado mais de dois anos antes.

---

[214] SILVA, Maria Alba Correia da. Ação Popular: início da minha transformação político-ideológica. Depoimento cedido a Wellington da Silva Medeiros para produção da pesquisa, em 14 de maio de 2024. Conteúdo colhido e sistematizado por Cíntia Ribeiro, publicado em: *Alba, a beata comunista*: *fé e subversão na ditadura militar em Alagoas* (2026).

[215] Refere-se ao I Encontro Nacional de Coordenadores, realizado em dezembro de 1962. Na obra *Uma pedagogia da participação popular*, Fávero analisa, minuciosamente, as discussões travadas nesse evento e suas repercussões na reformulação dos objetivos e metodologia do MEB.

A questão central residia em encontrar um equilíbrio entre a teorização excessiva e o engajamento social e político. Assim, no Conselho Nacional de Belo Horizonte, em 1959, Pe. Almery Bezerra apresentou o trabalho *Da necessidade de um ideal histórico*[216], cujas ideias tiveram grande influência e repercutiram na inflexão do movimento, a partir de 1960. Nesse texto, Pe. Almery concluiu que era

> absolutamente necessário, em vista de um engajamento cristão eficaz na ordem temporal, que se faça ampla e cuidadosa reflexão sobre as realidades históricas concretas (segundo tempo e lugar) à luz dos princípios universais cristãos, em busca da fixação de certos princípios médios, que exprimem o que se pode chamar de ideal histórico cristão (1979, p. 81).

Tratava-se, portanto, de desenvolver um corpo coerente de ideias, a partir de princípios estabelecidos pelos teólogos e no pensamento católico, ao lado de teorias sociológicas sobre a realidade brasileira, que pudesse fornecer aos cristãos linhas básicas para orientar suas ações na ordem temporal. Em termos sociológicos, pode ser denominado de "tipo ideal" e tem afinidades com a noção de utopia, compreendida como ideal construído a fim de preparar a opinião pública para outras realidades possíveis.

Essas ideias resultaram em um importante documento, apresentado no congresso de dez anos da JUC[217]. Nesse documento, foram delineadas três opções básicas para o Brasil: (1) a superação do subdesenvolvimento e perspectivas de um desenvolvimento nacional; (2) rompimento com o capitalismo; e (3) medidas que apontavam para um horizonte socialista. No conjunto, predominava-se um humanismo cristão, com uma síntese de componentes da filosofia personalista, da doutrina social da Igreja e de crítica ao capitalismo, com algumas ideias socialistas e categorias de análise marxista. Para Löwy, esse documento constitui, possivelmente, "o primeiro exemplo do pensamento do cristianismo da libertação na América Latina" (2000, p. 137).

Nos anos seguintes, o envolvimento dos quadros da JUC nas políticas estudantis, em constante contato com as organizações de esquerda, resultou em um grave conflito entre estudantes e episcopado[218]. Esse conflito foi causado por um duplo motivo. Em primeiro lugar, a JUC esboçava uma visão própria do papel da Igreja no mundo e do leigo na instituição religiosa, que não era compartilhada pela grande maioria dos bispos. A outra causa desse conflito refere-se à insatisfação do episcopado com as posições públicas da JUC sobre questões

---

[216] A expressão "ideal histórico" se baseava nas ideias de Jacques Maritain.
[217] O documento foi apresentado pela equipe do Regional Centro-Oeste (Belo Horizonte), com o título *Algumas diretrizes de um ideal histórico cristão para o povo brasileiro*. Tanto o texto como comentários sobre a repercussão se encontram no livro *Evolução política dos católicos e da Igreja no Brasil,* de Souza Lima.
[218] A discussão mais detalhada sobre a posição da hierarquia frente às ações da JUC está contida em *Católicos radicais no Brasil*, de Emanuel De Kadt.

sociopolíticas. Ademais, havia uma atmosfera sociorreligiosa que favoreceu a radicalização do movimento na virada da década. O episcopado brasileiro nunca foi homogêneo e as diversas declarações do episcopado[219], nos anos 1950, contribuíram para preparar o laicato para uma posição "progressista".

Em consequência de reflexões internas, sobre a autonomia do laicato e sua ação no mundo, e da pressão externa dos bispos, um novo movimento surgiu: a Ação Popular. Assim como a JUC, a Ação Popular foi uma das organizações de referência, com a qual os quadros do MEB/Maceió mantiveram relações mais diretas, a exemplo dos supervisores Alba Correia e José Nascimento. Em acordo com Souza Lima, argumenta-se que a formação da AP é um fenômeno tanto nacional quanto local, "que se coloca dentro dos marcos teóricos e históricos do processo de formação das esquerdas", em Alagoas, e "necessita ser conhecido, compreendido, analisado e criticado como tal". Os instrumentos utilizados, no campo político – partidos e movimentos –, "que estes usaram para participar das lutas sociais devem ser analisados e reconhecidos como formas de participação política que as classes adotam em seu processo histórico de emancipação" (Lima, 1979, p. 45).

Em âmbito nacional, a Ação Popular iniciou suas atividades, informalmente, no final de 1961, e foi oficialmente lançada em 1 de junho de 1962. Para Scott Mainwaring, a AP "representou um dos principais canais católicos para a atividade política de esquerda" (2004, p. 85). Normalmente, os pesquisadores costumam citar apenas o *Documento Base* como fonte para todas as inferências. Acontece que, se a organização passou por diversas fases[220], as ideias principais que a presidiram nos dois anos da sua fase legal (1962-1964) encontram-se naquele documento. Além de uma introdução, o *Documento Base* foi organizado em quatro capítulos: (1) Perspectiva histórica; (2) Perspectiva filosófica: o homem e a história humana; (3) O socialismo e (4) A evolução da realidade brasileira.

No primeiro capítulo, destaca-se o conceito de "socialização", opondo-se às posições individualistas. Este conceito ganhou proeminência na Igreja com a encíclica *Mater et Magistra,* do Papa João XXIII, e encontra raízes no pensamento de Teilhard de Chardin[221].

---

[219] Os pronunciamentos do episcopado brasileiro, principalmente a *Declaração dos Bispos do Nordeste* (1956), foram discutidos no primeiro capítulo.

[220] Souza Lima divide a história da AP em cinco fases: "a) definição do caráter da Revolução Brasileira como socialista e de libertação nacional; b) escolha da alternativa da luta armada; c) transformação da AP em uma organização marxista-leninista; d) adesão ao maoísmo e à teoria da revolução chinesa; e) sua virtual extinção, com a confluência da maioria dos seus quadros em outras organizações políticas clandestinas" (1979, p. 46-47).

[221] Pierre Teilhard de Chardin nasceu a 1 de maio de 1881, em Orcines, França. Padre jesuíta, filósofo e ilustre paleontologista, demonstrou interesse "pela teoria da evolução e escreveu abundantemente sobre o assunto durante sua vida – sem, no entanto, ter permissão de seus superiores para publicar qualquer um de seus trabalhos filosóficos mais importantes. Após sua morte, em abril de 1955, sua obra, aos poucos, veio à luz. Causou verdadeira enxurrada de publicações secundárias – críticas, interpretações e defesas – e logo adquiriu grande influência no mundo

Nesse momento do documento, descreve-se os processos de gênese e desenvolvimento do capitalismo e do socialismo, em seus elementos fundamentais, o surgimento do imperialismo, a importância do marxismo e tece críticas ao socialismo real. Ainda neste capítulo, situa a realidade latino-americana como integrada ao modo de produção capitalista, destaca os efeitos do imperialismo e as condições de luta anti-imperialista.

No capítulo *Perspectiva filosófica: o homem e a história humana*, sustenta-se a afirmação do ser humano como sujeito da história, em objeção às concepções reducionistas de "consciência-reflexo". A AP estava comprometida com o ser humano e seu completo desenvolvimento, em toda sua potencialidade. Na visão da AP, isto só seria possível com a eliminação do capitalismo e suas estruturas de dominação. Nessa perspectiva, no capítulo seguinte, retoma-se o tema do socialismo, "como crítica imanente do capitalismo" e "como exigência histórica da sua superação"[222].

No último capítulo, descreve-se o processo de industrialização no Brasil, a partir da crise de 1929, a incapacidade da burguesia em gerenciar o processo de desenvolvimento, a crescente proletarização da classe média, que conduziu alguns setores a apoiarem movimentos progressistas, e a incapacidade das forças populares se contraporem ao processo, apesar da crescente tomada de consciência "a respeito do sistema de dominação". Assim, a AP optou "por uma política de preparação revolucionária, consistindo numa mobilização do povo, na base de desenvolvimento de seus níveis de consciência e organização, firmando esta mobilização numa luta contra a dupla dominação capitalista (internacional e nacional) e feudal". A organização se propôs "*a tarefa de elaborar com o povo, na base da contribuição deste, a nova sociedade*"[223].

O longo resumo é válido para demonstrar a convergência de algumas ideias que nortearam o pensamento da esquerda católica. Essas ideias foram introduzidas no MEB através de formações e estudos ministrados por assessores, bem como a presença de quadros com dupla militância nas duas organizações. Salienta-se que a AP sustentava a necessidade "de privilegiar a ação nas organizações operárias e camponesas e de atuar na conscientização ligada à organização das massas" (Wanderley, 1984, p. 404). Foi, pois, em parte no sindicalismo rural que os princípios teóricos se encontraram com uma prática concreta e com o espaço do MEB para a educação sindical, visto como um ambiente privilegiado de atuação.

---

católico. Teilhard apresentava uma visão unificada e integrada do universo" (Kadt, 2007, p. 112).

[222] AÇÃO POPULAR. *Documento Base*. 1962, p. 4. Centro Memória Viva: Documentação e Referência em Educação de Jovens e Adultos, Educação Popular e Movimentos Sociais do Centro-Oeste (CMV). Disponível em: https://www.fe.ufg.br/nedesc/cmv/visao/formularios/RelatorioDocForm.php. Acesso em: 13 jun. 2025.

[223] *Ibidem*, p. 13 (grifo no original).

No I Encontro Nacional de Coordenadores, realizado em Recife, em dezembro de 1962, o MEB se pôs em contato com essas ideias. O encontro foi organizado em três momentos: fundamentação, revisão e planejamento. Além das conclusões do evento, foram produzidos três documentos, de caráter teórico, a partir da discussão em torno da fundamentação do MEB, a saber: (1) "Realidade brasileira"; (2) "A educação na perspectiva da consciência histórica do Brasil"; e (3) "Processo de conscientização". Segundo Fávero, a partir dessas discussões, o movimento se pôs em dia com a reflexão teórica que estava sendo realizada pelos grupos da esquerda católica e, simultaneamente, teve a oportunidade "de fazer uma opção político-ideológica, comprometendo-se explicitamente com o movimento social, ao lado das classes populares" (2006, p. 71-72).

Uma vez que todo este contexto da Ação Católica, em especial da JUC, repercutiu no MEB, observa-se que o método *Ver – Julgar – Agir* foi assimilado com certas modificações. O *Ver* se transformou no *estudo de área*, que antecedia a implantação das escolas radiofônicas e atividades de animação[224].

O *Julgar* conciliava o referencial anterior da JUC com novos estudos de especialistas e cientistas sociais. Uma imagem é delineada na obra *Católicos radicais no Brasil* (Kadt, 2007), segundo a qual os autores mais lidos entre os quadros do MEB/Nacional foram: Lebret, Mounier, Padre Vaz, Teilhard de Chardin, Marx e Sartre. Em seu depoimento à Comissão Estadual da Memória e Verdade Jayme Miranda (CEMVJM), a supervisora Alba Correia enfatizou a contribuição "decisiva" de Pe. Henrique de Lima Vaz (1921-2002), S.J., "que desenvolveu vários cursos para a JUC" e "assessorou a criação da Ação Popular, em meados de 1960"[225].

No decurso da sua formação intelectual, ela também destacou a importância do materialismo histórico-dialético: "Para a formação da consciência crítica capaz de superar a ingenuidade e alienação, eu buscava o conhecimento da realidade socioeconômica, o papel da ciência e da política nas relações sociais. Nessa direção, as formulações marxistas analisadas vão sendo incorporadas"[226]. Segundo Wanderley, os temas de estudos e publicações, que certamente repercutiram nas equipes locais, "giravam em torno de subdesenvolvimento,

[224] Esse tema será discutido no quarto capítulo, intitulado *A educação como instrumento de transformação*.
[225] SILVA, Maria Alba Correia da. [Depoimento concedido à] Comissão Estadual da Memória e Verdade Jayme Miranda (CEMVJM). 2014. Anexo C.
[226] SILVA, Maria Alba Correia da. Os movimentos sociais por onde caminhei: motivações/frentes de ação. Depoimento cedido a Wellington da Silva Medeiros para produção da pesquisa, em 14 de maio de 2024. Conteúdo colhido e sistematizado por Cíntia Ribeiro, publicado em: *Alba, a beata comunista: fé e subversão na ditadura militar em Alagoas* (2026).

cultura, ideologia, educação, promoção humana, pluralismo, conscientização", entre outros (1984, p. 388).

O *Agir* se desdobrou nas práticas educativas desenvolvidas nas comunidades rurais e na ação sindical, conforme será discutido na segunda parte desta pesquisa.

3.6 Uma interpretação

Diante do exposto, pode-se perceber que, na arquidiocese de Maceió, o MEB foi fruto da infraestrutura social montada para o programa de educação de base no norte de Alagoas. Segundo Höfling (2001), a implementação de uma política nem sempre está assegurada em sua proposição inicial. Diferentes fatores de natureza política, econômica e sociocultural vão construindo processos diferenciados que interferem nos aspectos de aceitação, de rejeição e de incorporação das mudanças por parte de uma determinada sociedade.

Por se tratar de um convênio com o Estado, os programas de educação de base da CNER estavam sujeitos às oscilações de natureza política. Apesar da Campanha Nacional de Educação Rural instalar novos serviços no Nordeste, em 1960, a própria CNER alertava, em fevereiro de 1962, sobre a fragilidade e o fim do programa, através do *Boletim Mensal Informativo* nº 50. De acordo com Barreiro, em 1962, a CNER "projetava crescimento, embora com dificuldades financeiras, atraso na liberação dos recursos, que implicaram na redução de quadros, indicativos de que o programa estava chegando ao fim, o que ocorreu em 1963" (2010, p. 72).

O programa de educação de base – e, por consequência, o MEB – se constituiu em uma estratégia para conter a expansão das Ligas Camponesas em direção ao território alagoano, o que representaria uma ameaça à tradicional influência da Igreja Católica no meio rural, bem como às suas propriedades agrárias. Nesse sentido, escolheu-se a região Norte como experiência-piloto, região fronteiriça com o estado de Pernambuco.

No contexto da guerra fria, o movimento era associado ao avanço do comunismo no campo. Conforme discutido nesse capítulo, a própria denominação "Liga Camponesa" foi uma estratégia utilizada pela imprensa para associá-lo às antigas "ligas" fundadas pelo Partido Comunista Brasileiro, na década de 1940.

Ressalta-se que a questão do avanço do comunismo na América Latina, numa perspectiva internacional, não era preocupação apenas dos Estados Unidos. Em 1957, o Papa Pio XII publicou a encíclica *Fidei Donum*, a qual tinha entre seus principais objetivos o trabalho missionário de evangelização e combate ao comunismo, a princípio, em terras africanas e, posteriormente, também no continente latino-americano (Montenegro, 2010).

Em *Educar para transformar*, Luiz Wanderley apresenta cinco motivos, ou hipóteses complementares, que explicariam a implementação do MEB em âmbito nacional. O primeiro motivo estaria contido na carta-proposta dirigida por Dom José Távora ao presidente Jânio Quadros, em que se sugeria a possibilidade de um amplo programa de educação de base, a fim de elevar os baixíssimos padrões de vida da população brasileira. A carta-proposta mencionava os objetivos pretendidos pelo movimento:

> O nosso drama, todavia, não é só alfabetizar. Junto a isto, há urgência de muito mais. Há urgências gritantes de se abrirem aos nossos camponeses, operários e suas famílias, as riquezas da educação de base, fundamental educação que chamaríamos de cultura popular, a qual tende a fazer o homem despertar para seus próprios problemas, encontrar suas soluções, a defender sua saúde, a manter boas relações com seus semelhantes, a andar com seus próprios pés, a decidir dos seus destinos, buscar sua elevação cívica, moral, econômica, social e espiritual. É esta a escola que temos que jogar no seio das populações camponesas e operárias, através de seus métodos próprios já experimentados e vitoriosos[227].

Para De Kadt, "não se tem dúvida da honestidade das intenções e da preocupação genuína do presidente ou dos bispos que tomaram a iniciativa". No entanto, "é difícil escapar da impressão de que as motivações de ambos os lados incluíam também outras considerações" (2007, p. 152).

O segundo motivo, apresentado por Wanderley, refere-se à preocupação da Igreja com a expansão do comunismo no meio rural. Após a publicação da encíclica *Mater et Magistra*, do Papa João XXIII, a comissão central da CNBB lançou a declaração intitulada *A Igreja e a situação no meio rural brasileiro*, de 5 de outubro de 1961. Esta declaração apresentava sugestões para uma política econômica adequada à agricultura e sua integração ao desenvolvimento nacional. Nesse documento, recomendava-se, enfaticamente, a promoção dos movimentos da Ação Católica Rural, sindicalização rural, frentes agrárias e do MEB. Além disso, há um capítulo especial, com o subtítulo: *Em face da expansão comunista no meio rural*. Nesse capítulo, lê-se o seguinte:

> Os comunistas, no campo como na cidade, não se interessam realmente pelas soluções. Ao contrário: para eles, quanto pior melhor.
>
> Mas o fato grave que denunciamos é que os agitadores vermelhos, em várias frentes, preparam-se para a tática de guerrilhas, de acordo com os melhores exemplos cubanos ou chineses.
>
> Assim como não podemos parar no anticomunismo simplista e contraproducente, não podemos ser ingênuos a ponto de entregar-nos a grandiosos planos de recuperação econômico-social dos meios rurais, esquecidos da retaguarda e dos flancos, invadidos pelos guerrilheiros. Em cada Diocese, caberá à perspicácia do Pastor descobrir os meios práticos de defender o rebanho[228].

---

[227] CONFERÊNCIA NACIONAL DOS BISPOS DO BRASIL – CNBB. Movimento Nacional de Educação de Base. Projeto de criação do MEB, 1960.

[228] CONFERÊNCIA NACIONAL DOS BISPOS DO BRASIL – CNBB. Declaração da Comissão Central. A Igreja e a situação no meio rural brasileiro. Rio de Janeiro, 1961. *In*: CNBB. *Pastoral da Terra*. São Paulo:

O discurso anticomunista da comissão central da CNBB corrobora a hipótese defendida, ao longo desse capítulo, no que se refere às razões para a ação da Igreja na região norte de Alagoas: opor-se à expansão do comunismo no meio rural, conforme interpretava-se a ação das Ligas Camponesas.

Ademais, essa questão coadunava-se com os interesses do governo JK e, posteriormente, de Jânio Quadros, na perspectiva do que Wanderley (1984, p. 49) denominou de "estratégia populista", com a intenção de controlar ideológica e organizacionalmente as massas rurais. Para esses governos, a população rural se encontrava "sob o assédio de grupos de esquerda". Dessa forma, a aliança com a Igreja Católica, tida como conservadora e moderada, não só refrearia os grupos de esquerda, como forneceria uma educação conveniente aquelas massas.

Um terceiro motivo foi exposto por De Kadt, segundo o qual o projeto prometia prestígio e influência para muitos bispos, através da posse de uma emissora de rádio, "e um bom número deles esperava usar os programas básicos de educação para o ensino religioso e a propagação da fé" (2007, p. 152). O que realmente aconteceu em Alagoas. Um mês antes da inauguração da Rádio Educadora Palmares de Alagoas, na edição de 17 de julho de 1962, *O Semeador* afirmava que:

> Esta radio irá soltar no espaço a palavra de Deus, seu santo Evangelho a procura de quem o queira ouvir e compri-la [*sic*], para depois em pagamento ganhar a vida eterna.
>
> Esta radio irá dizer a quem a escuta de uma liberdade cristã, *contra o despotismo* de ideias reacionárias de um *materialismo grosseiro e anti-cristão* [*sic*].
>
> Esta radio irá dizer a quem a escuta uma palavra de instrução sadia, com base em princípios cristãos para todas as classes sociais.
>
> Esta radio irá soltar no espaço uma palavra de conforto aos que sofrem, aos humildes, aos pobres desamparados, retrato sublime do Deus homem.
>
> Esta radio irá soltar no espaço uma palavra de roteiro certo infalível norteando esta mocidade sôfrega do saber e esperança viva da Pátria[229].

A leitura dos excertos anteriores suscita uma questão a ser observada. Paralelamente à evangelização e instrução religiosa, a arquidiocese de Maceió visava utilizar a emissora para combater o comunismo e seu projeto político, descrito como "materialismo grosseiro" e "anticristão". Ressalta-se, portanto, que essas hipóteses são complementares e não antagônicas.

A quarta interpretação se encontra intimamente ligada à anterior e dispensa comentários. A possibilidade vislumbrada por segmentos do episcopado de "beneficiar-se das facilidades do

Edições Paulinas, 1977. p. 127.

[229] GALVÃO, L. Américo. Era uma necessidade: chegou. *O Semeador*, Maceió, ano 49, n. 128, 17 jul. 1962, p. 1, sem grifo no original. Arquivo da Cúria Metropolitana de Maceió (ACMM). Armários 11, 12 e 13.

Estado, para a concessão de canais radiofônicos para as emissoras, e de ajuda financeira para aquisição de equipamentos de transmissão" (Wanderley, 1984, p. 51).

Por fim, Wanderley (1984) destaca a opção dos leigos convidados e capacitados para atuarem no MEB. Segundo o autor, este segmento do laicato, originário da Ação Católica, viram na criação do movimento "uma oportunidade de uma ação em grande escala que concretizaria o tipo de engajamento social pregado em seus meios especializados" (Wanderley, 1984, p. 52). Embora reconhecessem que a educação se devia pautar por princípios cristãos, ela não podia ser confessional.

Por outro lado, apoiando-se na obra *Evolução política dos católicos e da Igreja no Brasil*, de Souza Lima, Fávero argumenta que embora seja explícito o objetivo de se antepor à expansão do comunismo no campo, visualizada pela ação das Ligas Camponesas, "centrar a análise nesse motivo, aliando-a à busca, por parte da mesma Igreja, de um novo modelo de influência que lhe permitisse continuar atingindo toda a sociedade, acarreta o abandono de pelo menos três níveis de análise, mais determinantes talvez que as causas apresentadas" (2006, p. 42). Segundo Fávero (2006, p. 42),

> a) impede de ver-se o mais importante dos passos da Igreja na história brasileira, 'o de conscientemente procurar se ligar ao movimento de massas, participar da luta destas massas por um projeto social mais avançado, descobrir o futuro no presente e, ao mesmo tempo, ser capaz de individualizar os sujeitos históricos que hão de construí-lo, ou seja, as massas populares';
> b) não se analisa a ligação entre a ação do grupo episcopal, clerical e leigo progressista com a estrutura social em movimento, prevalecendo a análise da ideologia desse grupo dentro da Igreja;
> c) não se estabelece o conteúdo de classe da ação tanto dos bispos e padres quanto dos leigos engajados, necessário para compreender as diferenças entre os dois grupos e o comportamento da Igreja em seu conjunto.

Desse modo, é importante assinalar que ao se examinar a intervenção da Igreja Católica no norte alagoano como estratégia para conter o avanço das Ligas Camponesas, não se nega o caráter dialético da relação entre base (representado pelo laicato) e hierarquia (bispos e padres), responsável pelo processo de mudança eclesial na década de 1960 (Mainwaring, 2004; Medeiros, 2019).

Como mecanismo para se antepor à expansão do movimento camponês, o MEB deslocou parte da Igreja em direção às classes subalternas (proletariado rural e campesinato) e às forças sociais que lutavam em prol de transformações estruturais. Soma-se a esse fenômeno uma geração de jovens provenientes da Ação Católica especializada, principalmente, da Juventude Universitária Católica, atuando no espaço acadêmico lado a lado com marxistas. Estavam plantadas as "sementes da subversão".

PARTE II

DA UTOPIA SOCIORRELIGIOSA ÀS LUTAS SOCIAIS NO CAMPO

CAPÍTULO IV

A EDUCAÇÃO COMO INSTRUMENTO DE TRANSFORMAÇÃO

> *[...] a conscientização é o início do próprio processo educativo que toma a pessoa como fundamento e a sua realização como fim.*
>
> (Raul Landim Filho, 1963)

A proposta inicial do MEB teve como fundamento o conceito tradicional de educação de base, conforme discutido no capítulo anterior. Em perfeita sintonia com o ideário da Unesco, entendia-se por educação de base a "alfabetização em massa das regiões subdesenvolvidas do País; educação sanitária; iniciação agrícola; iniciação democrática; informação profissional, etc."[230] Nesse sentido, ao promover a criação do MEB, a Igreja Católica aliava-se ao Estado na difusão da ideologia da modernização.

Por outro lado, essa não era a perspectiva do grupo de leigos que assumiu a coordenação dos trabalhos no movimento e vislumbrou no MEB a possibilidade de um engajamento orgânico com a classe trabalhadora, em especial os trabalhadores rurais. Desse modo, ao final de praticamente dois anos de experiências, por ocasião do I Encontro Nacional de Coordenadores, em dezembro de 1962, o MEB reavaliou os trabalhos realizados, cujo caráter avaliativo terminaria por redefinir seus objetivos, reformular seu modo de atuação e a optar por uma nova postura "ideológica". De acordo com as conclusões do encontro, o MEB fixou como seu objetivo principal:

> Considerando as dimensões totais do homem e utilizando todos os processos autênticos de conscientização, contribuir, de modo decisivo, para o desenvolvimento integral do povo brasileiro, numa perspectiva de autopromoção, que leve a uma *transformação* decisiva de *mentalidades* e *estruturas*. Essa *transformação* se nos afigura necessária e urgente no momento atual[231] (sem grifo no original).

No intuito de manter-se como movimento educativo e de conservar sua designação inicial, Osmar Fávero (2006), membro da equipe nacional, ressaltou a reelaboração do conceito de educação de base, a partir da nova definição proposta:

> Considerando as dimensões totais do homem, entende-se como Educação de Base o processo de autoconscientização das massas, para uma valorização plena do homem e uma consciência crítica da realidade. Esta educação deverá *partir das necessidades e dos meios populares de libertação*, integrados em uma autêntica cultura popular, que leve a uma *ação transformadora*. Concomitante, propiciar todos os elementos

---

[230] MOVIMENTO DE EDUCAÇÃO DE BASE - MEB. *Documentos legais*. Rio de Janeiro: MEB, 1965a. (apostila 1, série A), p. 23. Disponível em: http://www4.pucsp.br/cedic/meb/o-meb.html. Acesso em: 15 ago. 2021.

[231] MOVIMENTO DE EDUCAÇÃO DE BASE - MEB. *Conclusões do I Encontro Nacional de Coordenadores*. Recife, MEB: 1962a, v. 1, n. p. Disponível em: https://memoria.cidarq.ufg.br/index.php/meb-rt-ins-mno-060. Acesso em: 19 jun. 2023.

> necessários para capacitar cada homem a participar do desenvolvimento integral de suas comunidades e de todo o povo brasileiro[232] (sem grifo no original).

Convém observar a recorrência do termo "transformação", tanto como objetivo principal quanto na nova definição do conceito de educação de base. A transformação das estruturas da sociedade brasileira não só foi o tema que permeou todo o encontro de coordenadores, mas também o fim último do movimento, entre os anos de 1963 e 1966. Dessa forma, o presente capítulo tem como objetivo analisar as práticas educativas do MEB à luz da redefinição dos objetivos iniciais do movimento e da sua metodologia correspondente, realizada no final de 1962 em âmbito nacional e explicitada na sociedade alagoana nos anos que se seguiram até o final de 1964, quando os efeitos do golpe empresarial-militar praticamente inviabilizaram sua continuidade.

Para tanto, este capítulo está organizado em quatro seções. A princípio, aborda-se o processo de radicação das escolas radiofônicas. A rede de escolas formada pelo MEB atingiu todo o espaço social que constitui a arquidiocese de Maceió, interligando via rádio as áreas rurais do interior à capital do estado, onde funcionava a central rádio educativa – a *Rádio Educadora Palmares de Alagoas*. Em seguida, discute-se a base social do MEB na sociedade alagoana: os trabalhadores canavieiros, moradores de condição, foreiros, pequenos proprietários e assalariados. Os depoimentos dos supervisores/as do MEB/Maceió são fontes privilegiadas nesse sentido, pois permitem acessar os modos de vida desses grupos sociais e os conflitos – que assumiram caráter de luta de classes – engendrados pelo movimento.

Na terceira seção, examina-se o papel socioeducativo desempenhado pelos monitores nas escolas rurais. A monitoria era composta, majoritariamente, por mulheres – donas de casa e professoras. Essas mulheres assumiam um papel fundamental na implementação das escolas, visto que atuavam como agentes intermediárias entre a professora-locutora e os estudantes-trabalhadores da comunidade local. Por fim, analisa-se as concepções político-pedagógicas do movimento e sua utopia sociorreligiosa. Na sua segunda fase, entre fins de 1963 e início de 1965, o MEB/Maceió assumiu uma postura crítica das estruturas sociais estabelecidas e passou a defender a transformação da sociedade, conforme as reflexões desenvolvidas no encontro de coordenadores. Para alcançar esses objetivos de transformação social, o movimento fez uso do sistema de alfabetização desenvolvido por Paulo Freire e do *Conjunto Didático Viver é lutar*, modificando a sua ação e metodologia.

---

[232] *Ibidem*.

4.1 A radicação das escolas nos caminhos do açúcar

No período de 1962 a 1965, as escolas rurais do MEB atenderam a 3.706 alunos[233] da zona rural e dos bairros periféricos da capital de Alagoas. Uma vez que a população iletrada não detinha direito ao voto, nem de ser eleita para os cargos públicos, a alfabetização do povo alagoano significava a ampliação democrática da participação popular[234].

No relatório anual de 1963, o movimento utilizou um sistema de amostragem, no qual calculou a percentagem da distribuição numérica de seus alunos por faixa etária. A partir dos dados apresentados na tabela 3, pode-se verificar que o maior percentual de estudantes se concentrava na faixa etária de 15 a 30 anos, embora houvesse uma faixa percentual significativa de alunos com idade inferior a 15 anos e um terceiro grupo acima de 30 anos.

Tabela 3 – Amostra do número de alunos concluintes distribuídos por faixa etária (1963)

ESCOLAS	**NÚMERO DE ALUNOS**						
	Alunos até 15 anos	%	Alunos 15 a 30 anos	%	Alunos + 30 anos	%	Total
81	602	29,93	891	44,30	518	25,75	2.011

Fonte: MEB (1964a).

A ação educativa do MEB partia do universo cultural dos trabalhadores rurais, adequando sua linguagem à realidade da população local. Assim, após o treinamento da Equipe Técnica do MEB/Maceió[235], realizaram-se os *estudos de área*, a fim de "analisar a realidade junto aos camponeses e toda população envolvida, buscando conhecer suas necessidades"[236]. Para a supervisora Alba Correia, "esse seria o caminho de conhecimento da realidade, junto aos participantes, no processo de conscientização"[237].

Segundo o MEB/Nacional, o "Estudo de Área é o levantamento da situação e a interpretação das realidades econômica, social, política, educacional e religiosa de uma determinada área geográfica, visando conhecer as comunidades ali existentes para ajudá-las em

[233] Este resultado foi obtido a partir das informações apresentadas nos relatórios anuais do MEB de 1962 e 1963, bem como nos dados contidos no dossiê *MEB em cinco anos* (1961 – 1966).
[234] A Constituição brasileira, de 1946, estabeleceu o sufrágio universal, direto e secreto para os brasileiros maiores de dezoito anos, incluindo as mulheres, embora em seu art. 132, inciso 1, excluísse os analfabetos.
[235] Este tema foi discutido no terceiro capítulo desta tese.
[236] SILVA, Maria Alba Correia da. Movimento de Educação de Base – MEB: criação, propósitos e ações. Depoimento cedido a Wellington da Silva Medeiros para produção da pesquisa, em 14 de maio de 2024. Conteúdo colhido e sistematizado por Cíntia Ribeiro. Ver: Riberio; Lins (2026).
[237] *Ibidem*.

seu desenvolvimento"[238]. Esses estudos eram realizados pelos supervisores, como uma primeira fase de radicação das escolas radiofônicas e "para fundamentar toda a ação educativa"[239] posterior. No documento formativo, observa-se o seguinte: "Os programas do MEB devem visar a conscientização do povo e ajudá-lo a resolver por si mesmo seus problemas, educando-o e orientando-o no sentido de seu desenvolvimento social, cultural, religioso, econômico, político". Dessa forma, "o trabalho deve ser planejado e executado de acordo com as necessidades e aspirações do povo"[240].

Além de um roteiro para realização do estudo[241], o documento aborda as técnicas de pesquisa, atitudes do pesquisador e possíveis fontes de informação, como, por exemplo: agências do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), cartórios, prefeituras e arquivos paroquiais, entre outros. Essa proposta de pesquisa, nos primeiros anos do movimento, baseava-se nos manuais e experiências do desenvolvimento de comunidade, introduzidas no Brasil nos anos 1950. De acordo com o próprio documento, "alguns itens deste trabalho foram redigidos a partir do 'ESTUDO DE ÁREA' da ANCAR [Associação Nordestina de Crédito e Assistência Rural] do Ceará"[242]. Seu principal objetivo era a instalação de uma escola radiofônica.

Assim, em contato com a comunidade[243], visava-se à indicação de uma pessoa alfabetizada que, após um treinamento, pudesse desempenhar as funções de monitor, bem como sensibilizá-la para a importância da escola. Segundo o MEB,

> A escola radiofônica é apresentada como um instrumento para a transformação. As comunidades devem assumir a instalação das escolas; elas são suas propriedades. Nessas visitas, procura-se, também, conseguir do próprio povo a indicação dos possíveis monitores das escolas radiofônicas. Em alguns lugares esta escolha torna-se uma verdadeira eleição [...].
>
> Os resultados são surpreendentes. Mais que semear escolas ou distribuir receptores, chega-se até o povo, fazendo-o assumir a perspectiva de sua própria educação[244].

---

[238] MOVIMENTO DE EDUCAÇÃO DE BASE – MEB. *Estudo de área*. Rio de Janeiro: 1963a. 12 f. Mimeo. (Apostila 3, série A), p. 2. Disponível em: https://memoria.cidarq.ufg.br/index.php/meb-rt-ins-mno-089. Acesso em: 19 jan. 2025.
[239] *Ibidem*.
[240] *Ibidem*.
[241] Anexo B – Roteiro para Estudo de Área.
[242] MOVIMENTO DE EDUCAÇÃO DE BASE – MEB, *Op. cit*., 1963a, p. 1.
[243] No documento *Fundamentação do Programa para 1965,* encontra-se a definição de comunidade: "A comunidade compreende, em geral, um grupo humano bastante grande, onde todas as funções da vida humana são exercidas em conjunto e onde todas as necessidades encontram seus graus de satisfação. Mas essas funções e necessidades são limitadas pela área geográfica onde o grupo vive" (MEB, 1965b, p. 6). O termo comunidade designava, geralmente, pequenas vilas e povoados, ou agrupamentos de moradores em fazendas e engenhos de cana-de-açúcar, entre outros. Em todos os casos, a localização geográfica era bem delimitada e existiam experiências compartilhadas de trabalho e sociabilidade que fomentavam a identificação mútua.
[244] MOVIMENTO DE EDUCAÇÃO DE BASE - MEB. *Relatório anual do MEB* - 1962. Rio de Janeiro: MEB, 1963b, p. 16. Disponível em: https://memoria.cidarq.ufg.br/index.php/meb-ofa-nac-adm-029;isad?sf_culture=pt. Acesso em: 30 mar. 2023.

Não eram necessários muitos recursos para a formação de uma escola radiofônica. Um rádio receptor, um lampião ou lâmpada elétrica, o conjunto didático composto por cartilha e livros de leitura, uma lousa, giz, cadernos e lápis, além da indispensável dedicação e boa vontade do monitor, eram suficientes[245]. As escolas eram improvisadas em salões comunitários, nos anexos de igrejas e nas casas dos próprios monitores.

O procedimento habitual para criar escolas consistia na distribuição de receptores pelos supervisores, que se encarregavam de selecionar e apoiar os monitores. Cada rádio/receptor correspondia a uma escola. Desse modo, no final de 1962, já havia uma rede articulada de 47 escolas radiofônicas, com mais de 1.100 alunos vinculados ao Sistema Radioeducativo de Maceió (Siterema). O sistema radioeducativo se fundamentava na sintonia organizada de frequência única – também chamada de "rádio cativo". Em outras palavras, os receptores só sintonizavam a Rádio Palmares. Assim como a *Acción Cultural Popular*, o MEB utilizou este método a fim de evitar que os ouvintes se distraíssem de seu propósito educacional.

A primeira aula do MEB local ocorreu numa quarta-feira, em 14 de novembro de 1962. A aula entrou no ar das 20h às 21:00 horas, atingindo boa parte do espaço social que constitui a arquidiocese, em especial, os municípios da região Norte do estado. Nessa ocasião, foram ministradas aulas de português, matemática e educação sanitária, como destacou o periódico *O Semeador:*

> Tiveram início na quarta-feira [...] as aulas radiofônicas do Movimento de Educação de Base (MEB) da Rádio Educadora Palmares de Alagoas.
> Hoje teremos das 20 às 21 horas, em Ondas Tropicais, aula de Português, Matemática e Educação Sanitária. Já se encontram em funcionamento 47 escolas com mais de 1.100 alunos.
> As primeiras aulas versaram sobre o alfabeto, os números e rudimentos sanitários[246].

Na primeira fase do movimento, que corresponde ao seu período de implantação, entre fins de 1962 e o início do ano seguinte, as escolas radiofônicas foram seu instrumento básico de ação. O sistema de Maceió limitava-se à escolarização de jovens e adultos por meio da alfabetização (leitura, escrita e aritmética), à qual se somavam noções básicas de higiene, agricultura, religião e educação moral e cívica.

Nesse primeiro momento, a hierarquia religiosa exerceu uma influência determinante sobre o movimento. A escolha da coordenação, por exemplo, era feita pelo arcebispo e na sua composição figurava sempre uma religiosa. Sob uma linha fortemente conservadora da

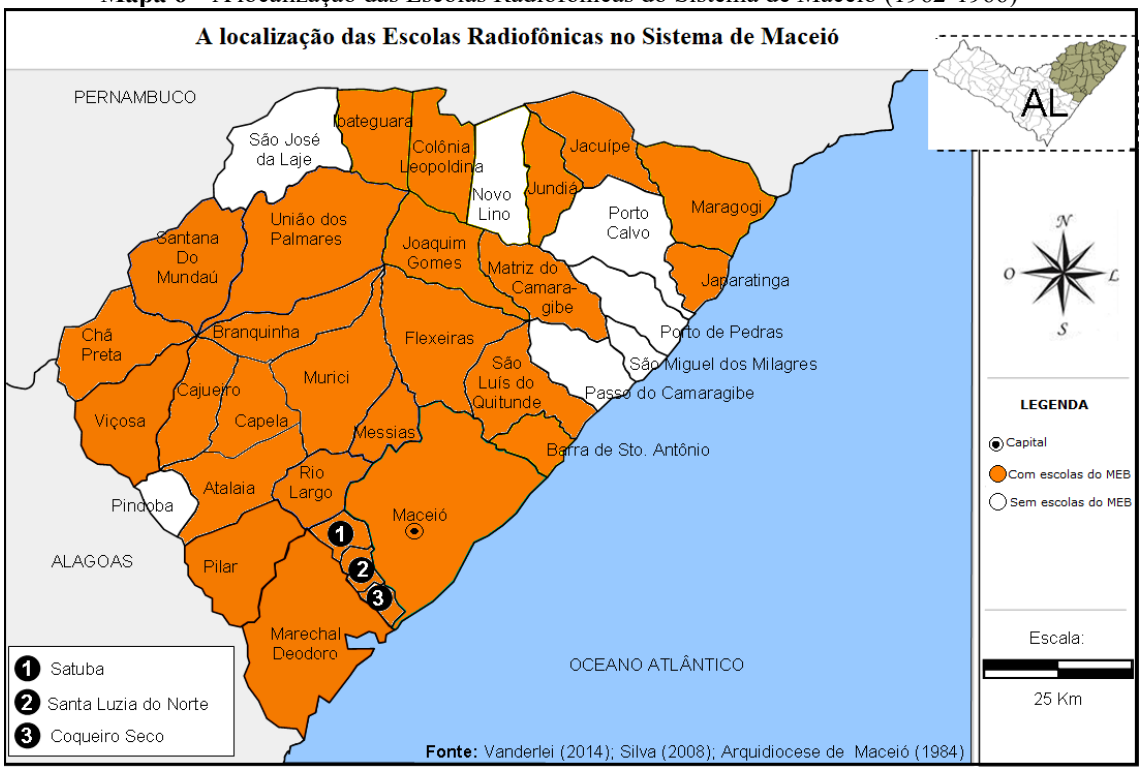
---

[245] CONFERÊNCIA NACIONAL DOS BISPOS DO BRASIL – CNBB. Movimento Nacional de Educação de Base. *Projeto de criação do MEB*, 1960, p. 6. Centro de Documentação e Informação Científica (CEDIC/PUC-SP). Fundo MEB.
[246] RÁDIO Educadora Palmares de Alagoas. *O Semeador*, Maceió, ano 49, n. 212, 19 nov. 1962, p. 1. Arquivo da Cúria Metropolitana de Maceió (ACMM). Armários 11, 12 e 13.

hierarquia católica, os primeiros anos foram caracterizados “por uma prática fiel e inquestionável do grupo em relação aos objetivos gerais mediados pelos anseios e metas traçadas pelo bispo” (Silva, 2002, p. 99). Além disso, destacam-se a euforia inicial da equipe e o crescimento vertiginoso do número de escolas, que saltou de 47 para 81[247] no intervalo de apenas um ano.

A área de atuação do MEB correspondia ao território da arquidiocese de Maceió, que circunscreve a grande parte dos municípios da Zona da Mata e do Litoral alagoanos, com uma superfície de aproximadamente 10.400 km². Salienta-se que nessas zonas concentravam-se, até então, as atividades da agroindústria do açúcar em Alagoas, ocorrendo, dessa forma, uma identificação geográfica entre a Igreja local e esta área açucareira (Medeiros, 2007). Dos trinta e cinco municípios que formavam a arquidiocese, o MEB atuou em vinte e oito cidades, conforme demonstra o mapa 6.

Mapa 6 – A localização das Escolas Radiofônicas do Sistema de Maceió (1962-1966)[248]



Fonte: Elaborado pelo autor.

[247] MOVIMENTO DE EDUCAÇÃO DE BASE - MEB. *Relatório anual do MEB* - 1963. Rio de Janeiro: MEB, 1964a, p. 37. Disponível em: https://memoria.cidarq.ufg.br/index.php/meb-ofa-nac-adm-027. Acesso em: 30 mar. 2023.

[248] A partir das informações obtidas por meio de depoimentos e entrevistas, com os antigos supervisores do movimento, bem como de relatórios e boletins nacionais buscou-se recuperar o conjunto de cidades, vilas e pequenas localidades que compunham o sistema de Maceió. Na posse dessas informações, construiu-se o presente mapa.

No município de Maceió, o sistema atingiu os bairros e comunidades de Bebedouro, Jacintinho, Trapiche da Barra, Ouricuri, Coréia, Tabuleiro dos Martins e o Distrito de Fernão Velho[249]. Além da capital do estado, pode-se observar os municípios circunvizinhos à Maceió, da Zona da Mata e da região Norte de Alagoas.

De acordo com os aspectos físicos e econômicos, o norte alagoano subdivide-se em duas zonas: a da cana-de-açúcar e a do coco e da pesca. Para Andrade, a primeira sub-região poder-se-ia "chamar [zona] da mata ou, mais propriamente, de zona de transição entre o litoral e a mata" (1968, p. 24). Nela se incluiriam grandes áreas dos municípios de Porto Calvo, São Luís do Quitunde e de Passo de Camaragibe, bem como pequenos trechos ocidentais dos de Maragogi e Porto de Pedras, e todo o território de Matriz de Camaragibe, "onde a cultura da cana é a principal atividade econômica e onde a população se aglomera ora nessas pequenas e antigas cidades, ora em torno às usinas que dominam inteiramente as paisagens e a economia da região" (Andrade, 1968, p. 24).

Por sua vez, a zona da pesca e do coco compreendia a faixa da região Norte mais próxima ao litoral, onde se encontrava uma população que se dedicava, sobretudo, à pesca ou ao trabalho nos coqueirais[250]. À sombra dessas palmeiras erguiam-se as habitações "feitas de taipa e as cobertas de palha de coqueiro" (Andrade, 1968, p. 47). Segundo Andrade, davam "a impressão de verdadeiras aldeias, de vez que são autênticos povoados". Quase sempre aglomeradas, essas moradias formavam "povoações de uma única rua que ora se estendem acompanhando a linha da praia"; "ora acompanham os caminhos carroçáveis que atravessam a zona, tortuosas entre os coqueirais". Representava, portanto, "o domínio completo do coco na paisagem e do coco, aliado ao peixe, na alimentação" (1968, p. 47), afirma o geógrafo pernambucano.

---

[249] SILVA, Maria Alba Correia da. *Movimento de Educação de Base – MEB*: criação, propósitos e ações. Depoimento cedido a Wellington da Silva Medeiros para produção da pesquisa, em 14 de maio de 2024. Conteúdo colhido e sistematizado por Cíntia Ribeiro.

[250] "Pode-se considerar como pertencentes a essa zona, os municípios de Japaratinga, São Miguel dos Milagres e Barra de Santo Antônio, ao lado de grandes extensões dos municípios de Maragogi, Pôrto de Pedras e porções razoáveis de Pôrto Calvo, Passo de Camaragibe e São Luiz do Quitunde" (Andrade, 1968, p. 47). Observa-se na década de 1960 um movimento emancipacionista no território brasileiro. Em 1960, através da lei n. 2.264, o município de Japaratinga foi desmembrado de Maragogi, com sua instalação oficial em 30 de junho do mesmo ano. Em 7 de junho de 1960, por sua vez, São Miguel dos Milagres foi elevado à categoria de município pela lei estadual n. 2.239. Por fim, em 20 de agosto de 1960, o distrito da Barra de Santo Antônio, até então pertencente a São Luís do Quitunde, obteve a sua emancipação política mediante a lei n. 2.285. Cf.: IBGE: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. *Barra de Santo Antônio – Alagoas*. Disponível em: https://cidades.ibge.gov.br/brasil/al/barra-de-santo-antonio/historico. Acesso em: 17 fev. 2024; IBGE: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. *Japaratinga – Alagoas*. Disponível em: https://cidades.ibge.gov.br/brasil/al/japaratinga/historico. Acesso em: 17 fev. 2024; IBGE: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. *São Miguel dos Milagres – Alagoas*. Disponível em: https://cidades.ibge.gov.br/brasil/al/sao-miguel-dos-milagres/historico. Acesso em: 17 fev. 2024.

Na zona açucareira, a vida econômica era comandada pelas usinas. O ciclo da usina – com origem em fins do século XIX e início do século XX – acentuou o movimento de concentração fundiária devido à aquisição das propriedades dos antigos banguês, movidos a água e tração animal, pelos usineiros. De acordo com Andrade, a "concentração fundiária chegou a tal ponto que as usinas dispõem de terras em quantidade muito superior à sua capacidade industrial, dispondo assim de amplas áreas completamente inaproveitadas" (1968, p. 32). Ao comparar a área ocupada pela cana-de-açúcar e a ocupada pela agricultura de subsistência, tais como: mandioca, fava, feijão, arroz e milho, realizadas por pequenos agricultores, pode-se dimensionar melhor a concentração fundiária na região (tabela 4).

Tabela 4 – Distribuição espacial de culturas da zona canavieira do Norte de Alagoas

PRODUTO	ÁREA CULTIVADA (ha)	VALOR DA PRODUÇÃO (NCr$ 1,00)
Cana de açúcar.....	17.360	369.534
Mandioca.....	7.592	250.320
Fava.....	50	312
Feijão.....	196	2.778
Arroz.....	102	11.507
Milho.....	277	4.469

Fonte: Andrade (1968).

De acordo com os dados reunidos na tabela, depreende-se que a área ocupada pela cana-de-açúcar correspondia a 68%, enquanto que o território referente às outras cinco culturas ocupava menos de 32% da área mencionada. A tabela demonstra, dessa forma, o domínio absoluto da cana-de-açúcar, o que Gileno Dé Carli (1908-1997) chamava de "lavoura de rico", sobre as demais "lavouras de pobre".

Uma vez que a região atingida pelo MEB se ligava, majoritariamente, à produção açucareira, os estudantes se articulavam à produção agroindustrial, seja da cana, seja do açúcar, através de diferentes relações de trabalho, combinando, por sua vez, diferentes possibilidades de uso e posse da terra, conforme será analisado adiante.

4.2 O lugar, modos de vida e trabalhadores

Na região açucareira, parte dos trabalhadores residia nas propriedades das usinas. Não por acaso, a supervisora Alba Correia destacou a atuação do movimento no território da Usina

Utinga Leão no município de Rio Largo[251]. Neste caso, a ação do MEB "resultou de uma articulação entre o Pároco da área, um padre integrante de um grupo missionário oriundo do Canadá cujos componentes tinham atuação, também, em Maceió, União dos Palmares e outras áreas"[252]. A supervisora se refere ao padre Arnoldus Henricus van den Heuvel, da Congregação dos Sagrados Corações de Jesus e Maria (SS. CC.).

Figura 11 – Usina Utinga Leão na década de 1960



Fonte: Ticianelli (2022).

Em 14 de fevereiro de 1947, o território correspondente à Usina Utinga Leão foi desmembrado da Paróquia de Nossa Senhora da Conceição, na cidade de Rio Largo, e elevado a condição de paróquia, abrangendo os engenhos de Boa Paz, Conceição e Campinas, assim como a Fazenda Retiro. Uma das justificativas para a constituição da nova paróquia foi o denso povoamento do centro agrícola e industrial de Utinga[253]. Segundo Ticianelli, em 1949, moravam cerca de 20 mil pessoas nas propriedades da Usina, todas dependentes direta ou indiretamente de suas atividades econômicas. Nesse período, produzia-se 3.000 sacas de açúcar

[251] A cidade de Rio Largo é vizinha à capital alagoana. Naquele período, era a "terceira em população e então o principal polo têxtil do Estado com duas unidades industriais – 'Cachoeira' e 'Progresso'" (Mello, 1990, p. 105-106).

[252] SILVA, Maria Alba Correia da. *Movimento de Educação de Base – MEB*: criação, propósitos e ações. Depoimento cedido a Wellington da Silva Medeiros para produção da pesquisa, em 14 de maio de 2024. Conteúdo colhido e sistematizado por Cíntia Ribeiro.

[253] ARQUIDIOCESE DE MACEIÓ. *Decreto*. Da ereção canônica da paróquia do SS. Coração de Jesus de UTINGA. Arquivo da Cúria Metropolitana de Maceió (ACMM). Armário 3, Caixa 18, Pasta 30: Paróquia Utinga (Brasil Novo).

cristal, esmagando 1.500 toneladas de cana por dia. Fundada em 1894, por Luiz de Amorim Leão (1866-1907), já na primeira metade do século XX, era uma das indústrias mais "modernas" do Nordeste, compondo três unidades: a Usina, uma Destilaria e uma Refinaria de açúcar, um verdadeiro parque industrial (Santos, 2022).

De acordo com Oliveira, "a base econômica da burguesia do Nordeste foi indiscutivelmente a constituição da atividade de produção da cana e do açúcar; este é um truísmo sobre o qual não pode haver nenhuma divergência de fundo" (1977, p. 59). Fernando Medeiros pontua que a importância "deste setor produtivo era tamanho que contava também na definição da estrutura eclesiástica" (2007, p. 53). Isto pode ser observado "em relação ao número e localização de algumas das paróquias da Arquidiocese de Maceió, que parecem perpetuar na associação usinas x paróquias a antiga associação existente entre engenhos e capelas". Não por acaso, "foi nesta área da agroindústria do açúcar, onde se concentrava, até então, a principal atividade econômica do estado, que a Igreja local desenvolveu, entre as décadas de 1950 e 1960, uma de suas atividades pastorais mais importantes" (Medeiros, 2007, p. 53-54).

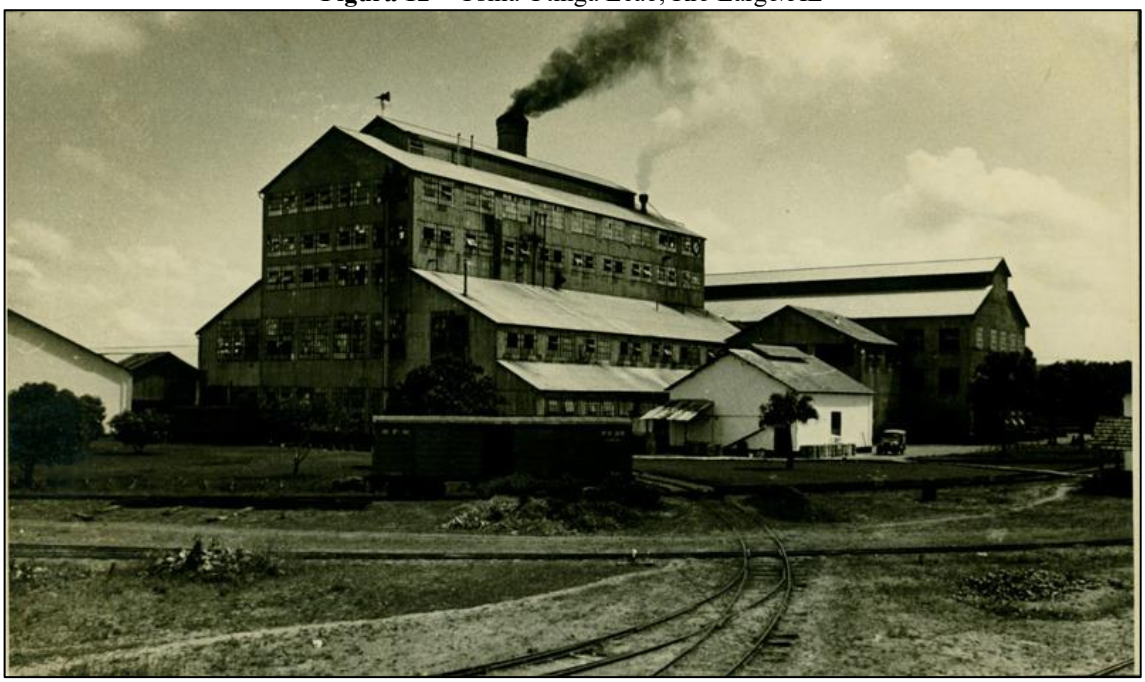
O sistema de exploração baseado na produção açucareira e no domínio da usina, deu origem a uma estrutura social em que o usineiro ocupava o topo da pirâmide social. A usina fez desaparecer a figura paternalista e patriarcal do senhor de engenho, ao substituí-lo pelo empresário capitalista. Este, geralmente, residia nas grandes cidades, ausente de sua fábrica e de seus canaviais. Abaixo do usineiro se encontravam os "senhores de engenho" e fornecedores de cana, que, normalmente, residiam em Maceió, embora passassem a semana na propriedade. Raramente residiam nas cidades da região, constituídas majoritariamente por trabalhadores e trabalhadoras rurais, artesãos, pequenos comerciantes e funcionários públicos (Andrade, 1968).

Grande importância tinha o operariado industrial, que compreendia, em fins dos anos 1950, 820 dos seis mil trabalhadores (e familiares) que constituíam a Usina Utinga Leão[254]. Suas condições de moradia eram um pouco melhor do que as dos camponeses. Eles residiam em vilas existentes junto à fábrica, constituídas em geral por casas conjugadas, de alvenaria, com dois ou três quartos, cozinha, sala e aparelho sanitário isolado, mas sem eletricidade e sem água encanada[255]. Em contraste a essas precárias habitações, elevavam-se o edifício da usina, o da destilaria (figura 11) e as residências mais confortáveis, em que habitavam o gerente e os

[254] ARQUIDIOCESE DE MACEIÓ. *Vida paroquial ajustada ao nosso tempo e ao nosso meio*. 195-, p. 4. Arquivo da Cúria Metropolitana de Maceió (ACMM). Armário 3, Caixa 18, Pasta 30: Paróquia Utinga (Brasil Novo).
[255] *Ibidem*, p. 5.

proprietários. De todo modo, os operários detinham um nível socioeconômico superior aos dos trabalhadores rurais, visto que eram protegidos pela Consolidação das Leis do Trabalho.

Figura 12 – Usina Utinga Leão, Rio Largo/AL



Fonte: IBGE (19--).

A grande maioria da população era constituída por trabalhadores rurais, que detinham um padrão de vida muito inferior ao do operário que trabalhava nas usinas. Nos canaviais, no período da safra, a jornada de trabalho se iniciava por volta das quatro horas da manhã, quando os chamados "gaiolões"[256] recolhiam os trabalhadores/as rurais, às vezes famílias inteiras, dentro e fora das propriedades, rumo ao local diário de serviço. Segundo o relato de Mello, o trabalho era, geralmente, realizado sem o uso de equipamento de proteção, em longas jornadas sob o sol escaldante, "elevados ruídos de máquinas, ficando os trabalhadores com o corpo coberto de fuligem devido à queima da cana poucas horas antes do corte, além do risco de ataques de animais peçonhentos e da contaminação por agrotóxicos" (1990, p. 61). Além do transporte sob péssimas condições de conforto e segurança, os trabalhadores/as realizavam suas tarefas na presença de "cabos"[257].

Esses trabalhadores viviam, geralmente, no campo. Era comum construírem suas casas em torno da sede do engenho, enquanto outras se encontravam dispersas ou agrupadas nas

[256] "Caminhão cuja carroceria fechada por um engradado alto se presta ao transporte de cana-de-açúcar" (Aulete, 2011, p. 693). Neste caso, no transporte dos trabalhadores/as canavieiros.

[257] Era designado de cabo o "capataz fiel ao proprietário e normalmente rigoroso na supervisão dos trabalhos efetuados pelos outros" trabalhadores sob sua supervisão (Mello, 1990, p. 27).

proximidades dos rios ou nas estradas. Essas moradias eram construídas de taipa com coberta de palha, sem aparelho sanitário, sem água encanada ou eletricidade[258]. Dispondo, em geral, de muitas terras, era comum que os usineiros concedessem aos trabalhadores pequenos roçados próprios, onde cultivavam, no período de entressafra, mandioca, milho, feijão e fava (Andrade, 1968). Normalmente, eles se alimentavam duas vezes por dia, com refeições a base de feijão, farinha de mandioca, milho, pão e café. Já entre as proteínas, identificou-se o consumo de charque, carne verde, bacalhau e sururu[259].

A despeito das profundas transformações engendradas na agricultura brasileira e alagoana[260], esse retrato das condições de moradia e da dupla jornada de trabalho em que se encontravam submetidos os trabalhadores do campo – ora como assalariados nas usinas e engenhos, ora no cultivo em pequenos pedaços de terra que possuíam ou alugavam aos latifundiários – evidencia a persistência do sistema de "morada".

Para Mello (1990, p. 18), "as relações sociais efetivamente adquirem carácter explicativo, quando são observadas transformações quanto às condições de produção e suas formas interiorizadas de dominação, que legitimam ou não novas formas de submissão aos mesmos padrões". No caso em apreço, "se o desenvolvimento do processo usineiro implicou no fim dos engenhos enquanto fábricas, isso correspondeu a um processo que levou décadas". Cabe destacar que não apenas no interior de cada propriedade, mas em cada região canavieira e no devido contexto de cada unidade federativa, o entrelaçamento de variáveis econômicas, políticas e socioculturais diferenciou as transformações das relações de "morada", típicas do sistema de engenhos, dificultando generalizações.

Por outro lado, há fortes indícios que evidenciam, em geral, que as usinas incorporaram elementos constitutivos das relações próprias dos engenhos por muito tempo e com suas diversas implicações. A inovação técnica advinda com as usinas, tais como, a introdução de turbinas, do arado, de gerentes e estradas de ferro, entre outras novidades, não resultou numa ruptura automática com as relações dominantes e próprias do engenho[261].

O processo de expansão das usinas conviveu durante décadas não apenas com a sobrevivência de antigas práticas dos engenhos, que gradativamente se tornaram obsoletos, mas com a reprodução destas mesmas práticas, tanto no interior das fazendas canavieiras, como em

---

[258] ARQUIDIOCESE DE MACEIÓ. *Vida paroquial ajustada ao nosso tempo e ao nosso meio*. 195-, p. 5.
[259] *Ibidem*, p. 6.
[260] Particularmente nas suas áreas canavieiras, que resultou na incorporação das áreas de tabuleiro e, consequentemente, na supressão dos roçados e sítios, na segunda metade dos anos 1950, conforme discutido no segundo capítulo.
[261] Sobre isso, ver: *Formas de dominação e espaço social*: *a modernização da agroindústria canavieira em Alagoas*, de Beatriz Heredia (1988), e *Alagoas: sindicatos rurais e dominação*, de Paulo de Arruda Mello (1990).

certa medida, no âmbito das próprias usinas. Essa situação pode ser observada até a segunda metade do século XX, tal como destacou Heredia:

> A análise da trajetória de alguns dos trabalhadores que consideravam ter sido *moradores* no passado revela que nem sempre tinham estado ligados a um *senhor de engenho*, tendo alguns deles sido *moradores* de propriedades que pertenciam às usinas. A análise das relações sociais em ambas as situações – longe de nos levar a pensar que estávamos diante de expressões vazias de conteúdo – revela que o engenho, enquanto sistema social, permaneceu dominante mesmo depois do surgimento das usinas, e mais ainda, que as usinas instaladas na área adotaram, inclusive, o sistema de *morada* característico dos engenhos (1988, p. 161, grifos no original).

Nesta altura, se faz necessário assinalar os elementos constitutivos mais significativos das relações de "morada", a fim de compreender tanto as relações sociais estabelecidas nas regiões canavieiras, quanto as condições mais amplas de dominação engendradas.

A princípio, as relações de "morada" emergiram como uma solução para manter cativos, sob baixos custos de reprodução, um significativo contingente de trabalhadores articulado ao empreendimento canavieiro, a partir do gradativo processo de abolição do sistema escravista no século XIX, tendo por base uma relação de reciprocidade verticalizada. Além da moradia, os trabalhadores dos engenhos recebiam um pequeno terreno no qual podiam cultivar. Em contrapartida, trabalhavam gratuitamente alguns dias durante a semana para o proprietário, sendo que apenas o que ultrapassasse o combinado era remunerado. Tal situação configurava o "morador de condição". Habitualmente, além do acesso à terra, o morador[262] "obtinha também direito à casa, à criação de animais, à lenha, à aguardente, etc., que se juntava à proteção e ao auxílio nos momentos mais difíceis, retribuindo ao patrão/proprietário não apenas trabalho, mas também lealdade" (Mello, 1990, p. 25).

Desse modo, a peça fundamental do sistema de dominação se encontrava na "sujeição", termo consagrado entre "os próprios trabalhadores para designar suas formas de reconhecimento e obrigações assumidas" (Mello, 1990, p. 25). Por outro lado, em certos casos poderia ser concedido ao trabalhador um sítio, onde além do roçado, plantar-se-ia árvores frutíferas, estabelecendo uma ligação mais duradoura com a propriedade. Em outras situações, com um "aforamento", quando não se fazia necessário trabalhar semanalmente para o proprietário, apenas tendo que pagar o "foro", uma quantia anual, ficando sujeito, por sua vez, ao "cambão" – uma certa quantidade de dias de trabalho gratuitos por ano.

O fato de ser o engenho, enquanto formação social, dominante nas áreas onde se desenvolvia, atuou como fator decisivo na sustentação dos aspectos constitutivos dessa relação.

---

[262] Segundo Mello (1990, p. 25), observava-se diferenciações na figura social do "morador", que se formou a partir de ex-escravizados, seus descendentes e brancos pobres que habitavam os engenhos.

Diante das limitadas alternativas, o movimento do trabalhador em direção ao proprietário em busca de "morada" reservava a esses a definição de critérios para a sua admissão. Por conseguinte, essa "situação imputava ao trabalhador uma dívida moral pela concessão de casa e trabalho" (Mello, 1990, p. 26). Neste aspecto, as normas de socialização eram internalizadas por meio de duas dimensões justapostas: as atividades coletivas e familiares, em que a realização das primeiras assegurava a reprodução do conjunto de moradores e do próprio proprietário. Por outro lado, através da força de trabalho familiar, materializada no "roçado", que, em geral, destinava-se a produção de subsistência, garantia-se o morador e seus familiares. Em síntese, a combinação das duas, assegurava a própria reprodução da relação na propriedade.

Paralelamente as relações de "morada", havia as normas de comercialização realizadas pelo "barracão" – local em que se comercializava mercadorias adicionais e necessárias à reprodução dos moradores, inclusive para adquirir instrumentos de trabalho. Por meio de uma cadeia de endividamento, os chamados "barracões" atrelavam o "morador" ao proprietário, constituindo-se num importante mecanismo de imobilização da força de trabalho.

É importante enfatizar que na década de 1960 ainda persistia a comercialização via "barracão", conforme assinala Andrade: "O próprio comércio sofre uma forte concorrência do barracão das usinas próximas – a Santo Antônio se acha a 2 km de São Luiz [*sic*] do Quitunde e a Camaragibe a 1 km da Matriz de Camaragibe – bem mais sortidos e quase sempre com maior freguesia do que os armazéns da cidade" (1968, p. 46). Uma sextilha veiculada entre o material didático do MEB, em dezembro de 1963, revelava a consciência do endividamento como mais uma forma de exploração vivenciada pelos moradores:

> Até aqui o camponês
> De gente só tem o nome
> Vive trabalhando muito
> Porém só vive com fome
> Porque o que êle trabalha
> Êle não é quem come.
>
> E por aí tem engenho
> que existe barracão
> Que os pobres moradores
> Na triste situação
> No dia de receberem
> Já não tem mais um tostão.
>
> Porém vive trabalhando
> E recebendo mal trato
> E o patrão proibindo
> Isto é danado de fato
> Que os moradores tirem

> A carteira do sindicato[263].

O poema expressava a consciência da obediência e do endividamento como forma mantenedora da relação de dependência entre patrão-trabalhador. A concessão e a dívida, dois lados da mesma moeda, constituíram autêntico alicerce na construção da relação. Neste aspecto, constata-se que as regras de convivência social tenderam, em diversos níveis, a substituir o papel da autoridade pública pela privada[264]. Em decorrência disso, "as relações de 'morada' incidiram numa acumulação de forças nas mãos dos proprietários, podendo do amistoso relacionamento personalizado chegar ao emprego de violentas atitudes coercitivas nos casos de transgressão das normas socialmente construídas" (Mello, 1990, p. 27). No entanto, mesmo sob a consciência do endividamento construía-se a crítica à exploração do trabalho, apontando o sindicato e a organização coletiva como alternativa à sujeição.

Além das relações de produção típicas da grande propriedade canavieira, constatou-se a prática da lavoura, um tema que surgiu nas escolas e foi identificado por meio da carta[265] da monitora Genira Maria da Conceição, residente na Fazenda Custódio, Rio Largo:

> Tenho 16 alunos e todos animados e todos gostam das lições do Mutirão, porque indica tudo que o homem deve fazer no trabalho da plantação.
>
> (Genira Maria da Conceição residente na Fazenda Custódio – Rio Largo em 21-03-[19]66)[266].

A prática da lavoura, discutida no conteúdo das aulas radiofônicas e no conjunto didático *Mutirão* (1965), que abordava, entre outros temas, técnicas de plantio, controle das lavouras e modernização da agricultura, evidencia a existência de um segundo tipo de trabalhadores que frequentavam as escolas do MEB: os pequenos proprietários. Assim, nas escolas rurais, reuniram-se moradores de condição e outros tipos de lavradores, como o pequeno proprietário.

Nas cartas dos alunos e monitoras, observa-se a complexidade das relações de trabalho postas naquele período. As relações de produção na grande lavoura foram para além das

---

[263] MOVIMENTO DE EDUCAÇÃO DE BASE - MEB/Maceió. *Boletim do Monitor*. Maceió, ano 1, dez. 1963, p. 5. Arquivo pessoal da supervisora Maria Alba Correia da Silva.

[264] Em *Dialética do desenvolvimento*, Furtado destaca o peso da autoridade privada em contraposição à estreiteza do público como um padrão da sociedade brasileira, para determinar aspectos contidos na "morada": "na plantação o homem que entra ou sai de sua casa, está entrando e saindo de uma parte da propriedade. Assim, nenhum aspecto de sua vida escapa ao sistema de normas que disciplina sua vida de trabalhador [...]. Dentro da propriedade não há vinculação impessoal com a autoridade pública, há somente a presença ofuscante da autoridade privada" (1964, p. 140).

[265] Nas transcrições das cartas e outros documentos redigidos por monitores e alunos, optou-se pela reprodução da forma original da escrita, o que implicou a permanência da grafia de seus autores, mantendo-se os erros de ortografia e de concordância verbal, dentre outros.

[266] CONCEIÇÃO, Genira Maria da. [*Carta*] 21 mar. 1966, Rio Largo [para] Movimento de Educação de Base, Maceió. Lições do livro de leitura *Mutirão* (1965), p. 8. *In*: MEB. *Boletim MEB*. Rio de Janeiro, n. 7, 1966. Disponível em: https://memoria.cidarq.ufg.br/index.php/meb-rt-ins-mno-009. Acesso em: 23 maio 2024.

circunstâncias da condição, do foro e do predomínio do latifúndio sobre a pequena propriedade. O assalariamento se fez presente entre parte significativa dos trabalhadores que frequentaram as escolas, principalmente, nas periferias dos centros urbanos das cidades do interior e da capital alagoana, surgindo, nos registros do MEB, relações de trabalho de alta variabilidade.

Do município de Pilar, uma carta da monitora Dinamérica Silva Fortes noticiava às supervisoras, quase informalmente, sobre o contrato empregatício do aluno José Antonio da Silva Filho:

> [...] José Antonio da Silva Filho, porque estava terminando os testes para ser fichado no emprêgo que êle tanto sonhara até que venceu tôda batalha. Êle está muito contente, e eu também. Quando veio trazer as notícias veio rindo, apertou-me a mão e disse: 'Graças a Deus e a senhora com tôda equipe do Meb estou feliz em educação e compreensão, e disse: 'lembro-me tanto da supervisão, quando nos visitava nos aconselhando para aprendermos. Êle disse que estava entusiasmado com as Escolas Radiofônicas'.
>
> Dinamérica Silva Fortes monitora no município de Pilar em 10-02-[19]66)[267].

Pelo entusiasmo do aluno-trabalhador, depreende-se que a conquista do emprego representava um marco significativo na sua vida, pois não se garantia apenas o trabalho assalariado, mas também, os direitos trabalhistas, benefícios sociais e maior estabilidade profissional.

As escolas do MEB receberam uma diversidade de trabalhadores e trabalhadoras, tais como: moradores de condição, foreiros, pequenos proprietários e assalariados. O rol de possibilidades aqui apresentado, referente à situação de trabalho, de forma alguma pode abranger, a não ser parcialmente, o mundo do trabalho entre os alunos do movimento. Uma figura central do MEB – o monitor – chamou a atenção de Souza (2006)[268] para um segmento social envolvido com o projeto, que ganhou relevo devido à sua posição singular no meio rural e nas relações de trabalho observadas: as mulheres.

4.3 A monitoria e as mulheres no MEB: do lar à liderança comunitária

O monitor era considerado um dos elementos mais importantes do sistema radioeducativo. Ele era o principal responsável pela recepção organizada que, disposto a prestar

[267] FORTES, Dinamérica Silva. [*Carta*] 10 fev. 1966, Pilar [para] Movimento de Educação de Base, Maceió. Contrato de trabalho de José Antonio da Silva Filho, p. 8. *In*: MEB. *Boletim MEB*. Rio de Janeiro, n. 7, 1966. Disponível em: https://memoria.cidarq.ufg.br/index.php/meb-rt-ins-mno-009. Acesso em: 23 maio 2024.

[268] Na obra *Pelas ondas do rádio: cultura popular, camponeses e o MEB*, Souza reserva um espaço considerável para a análise do protagonismo feminino no Centro Radiofônico de Nazaré da Mata, em Pernambuco.

um serviço voluntário, atuava como agente intermediário entre a professora-locutora, os estudantes-trabalhadores e os/as supervisores/as. De acordo com o MEB,

> O monitor é a pessoa que transforma uma série de programas educativos pelo rádio em uma escola radiofônica. É quem mantém contato permanente com os alunos, contato impossível para o professor-locutor. Acompanhando e completando as instruções do professor-locutor, o monitor não exerce, no entanto, um papel passivo no sistema de escolas radiofônicas, pois é o elemento ativo que articula os alunos e a escola com todo o sistema radioeducativo local[269].

No processo de radicação de uma escola, os monitores eram escolhidos pela própria comunidade, o que já "seria, só por isso, chamado a assumir um papel de liderança"[270]. No entanto, o alcance das suas ações extrapolava os limites do ambiente escolar. A ação educativa do MEB não se restringia à escola radiofônica, mas visava transpor a simples escolarização em direção à ação política. Por isso mesmo, a função do monitor não se esgotava na escola, mas dirigia-se à ação comunitária, numa forma de liderança efetiva.

Na esfera das aulas radiofônicas, aliadas a um sistema de supervisão, supunha-se que a atuação do monitor ocorreria "muito mais no plano de manejo de classe do que no do conhecimento das matérias de ensino". Neste plano de conhecimentos escolares, o requisito mínimo era que o monitor fosse alfabetizado – soubesse ler, escrever e contar. Para o secretariado nacional, "os treinamentos e dias de estudo, os programas especiais e as próprias aulas" consolidariam a sua formação[271].

Além da instalação da escola, o monitor era responsável pela matrícula dos alunos, pelo controle da frequência, pela mediação dos conteúdos programáticos, bem como pela aplicação das avaliações e apresentação de relatórios – sobre as atividades letivas e a dinâmica comunitária – através da supervisão e correspondências com a equipe local. Como mencionado, sua competência não se restringia ao ambiente escolar. A escola radiofônica era concebida como "um instrumento eficaz na transformação da realidade"[272]. Assim, além das campanhas sanitárias, que visavam à melhoria imediata das condições de vida, a escola deveria articular esforços com outras organizações civis, tais como sindicatos, cooperativas e clubes diversos.

Em consonância com a tendência observada na região Nordeste (Ferraro, 2019; Souza, 2006; Wanderley, 1984), a ampla maioria dos monitores do Sistema Radiofônico de Maceió era composta por mulheres. Embora a escassez de fontes para o período impossibilite o

---

[269] MOVIMENTO DE EDUCAÇÃO DE BASE - MEB. *O monitor*. Rio de Janeiro: MEB, 196-, p. 1. (Apostila 4, série A). Disponível em: https://memoria.cidarq.ufg.br/index.php/meb-rt-ins-mno-090. Acesso em: 30 abril 2025.
[270] *Ibidem*.
[271] *Ibidem*, p. 3.
[272] *Ibidem*, p. 2.

estabelecimento de um percentual exato por gênero, os supervisores Luiz Cavalcante (2025) e Alba Correia (2024; 2025) reiteram a predominância feminina na monitoria.

A estrutura administrativa do MEB se caracterizou por uma cúpula predominantemente masculina, ocupada pelas lideranças da Igreja Católica na CNBB, em oposição a uma base hegemonicamente feminina nas equipes locais e monitorias. Havia um desequilíbrio no movimento que privilegiava os homens, o que levou, inclusive, equipes estaduais a questionarem a disparidade entre homens e mulheres em seu quadro de funcionários. Em 1962, no I Encontro de Coordenadores, estabeleceu-se a diretriz de que a formação das equipes deveria considerar "a importância de equilibrar o número de rapazes e moças"[273].

Na base, o MEB era dirigido predominantemente por mulheres. Este cenário permite questionar a aparente contradição entre uma cultura patriarcal, que vedava às mulheres o papel de liderança sociopolítica, e o fato destas terem assumido a posição de liderança nas comunidades através da monitoria das escolas. Os dados coletados no decorrer da pesquisa fornecem duas explicações complementares para a predominância feminina na monitoria, que dizem respeito às relações de trabalho e aos modos de vida dos trabalhadores rurais no período em análise.

A primeira hipótese explicativa se refere à representação da figura feminina no ambiente escolar. No meio rural, o corpo docente do ensino primário era quase que exclusivamente formado por mulheres (Wanderley, 1984). Segundo Alba Correia, predominava-se a atuação da mulher na ação educativa. Ainda que representasse uma "projeção da mulher", era, "ao mesmo tempo, natural, porque não vai se dá um trabalho educativo para o pai de família. A tendência é a mulher assumir. Isso é histórico, né? Isso é histórico"[274].

A segunda hipótese dialoga com essa tendência histórica, mencionada pela supervisora, e as relações de trabalho no campo. Para Luiz Cavalcante, "apesar de trabalharem mais", as mulheres trabalhavam "mais em casa". "Às vezes no plantio da cana, na colheita, essa coisa toda, né? Mas o homem trabalhava muito, principalmente na época da safra, né? E aí eles chegavam em casa super cansados"[275]. A carga horária diária dedicada pela monitora ao serviço voluntário na escola era, no mínimo, de três horas (Souza, 2006). A extensa jornada de trabalho nos canaviais, na maioria das vezes, impossibilitava a dedicação do trabalhador rural a esta

[273] MOVIMENTO DE EDUCAÇÃO DE BASE - MEB. *Conclusões do I Encontro Nacional de Coordenadores*. Recife: MEB, 1962a, v. 1, p. 7.
[274] SILVA, Maria Alba Correia da. *O MEB na Arquidiocese de Maceió (1962–1966)*. Segunda parte. [Entrevista concedida a] Wellington da Silva Medeiros para produção da pesquisa. 27 maio 2025.
[275] CAVALCANTE, Luiz Henrique de Oliveira. *O MEB na Arquidiocese de Maceió (1962–1966)*. [Entrevista concedida a] Wellington da Silva Medeiros para produção da pesquisa. 3 jun. 2025.

atividade, o que justifica a expressiva presença de mulheres na monitoria. Ademais, o trabalho doméstico e a lavoura de subsistência, por apresentarem horários mais flexíveis, permitiram um maior envolvimento do gênero feminino com a liderança das escolas.

Por outro lado, o supervisor ressaltou a força e o ímpeto de mudança que as levavam a se engajar na monitoria: "E a mulher ainda tinha essa força de ir fazer esse trabalho com a gente, né? Porque eu acho que no interior de cada uma delas tinha uma ânsia de melhorar de vida, entendeu? Eu tenho essa impressão"[276]. Para além das relações de produção, o depoimento evidencia, também, que a adesão das monitoras ao movimento era impulsionada por uma interseção entre um projeto subjetivo de transformação e mobilidade social.

O perfil das monitoras do MEB variava muito. Eram donas de casa, com responsabilidades maternas e tudo o que fosse necessário à reprodução familiar; jovens solteiras, responsáveis pelo trato da casa; e professoras cedidas pelo município. Não é difícil imaginar as dificuldades em conciliar as obrigações da escola com as tarefas cotidianas do ambiente doméstico, o que poderia causar certo desgaste físico.

Mesmo diante deste acúmulo de atividades, estas mulheres não deixaram de demonstrar satisfação com a monitoria. A escola representou, declaradamente, uma forma de ampliar as relações sociais e o conhecimento formal para toda a comunidade, mas, em especial, para suas monitoras. As cartas relatam, com entusiasmo, as viagens destas mulheres para treinamentos e encontros do MEB. Tais deslocamentos exigiam que elas saíssem de suas localidades rumo à capital do estado, sede do sistema radiofônico, ou a um município central da região, dormindo fora de casa e rompendo, temporariamente, com o espaço doméstico tradicional.

A monitora Eleuza dos Santos narrou sua experiência sobre o curso de treinamento em Paripueira, litoral norte de Alagoas:

> É com grande prazer que escrevo para dizer que foi o tempo mais agradável que tive em minha vida que foram os dias do treinamento em Paripueiral [*sic*.]. Gostei porque conheci muitas monitoras e aprendi muitas coisas. 'Ensino catecismo as crianças de minha cidade e vou formar um clube com os rapazes e com senhoras a partir do dia 28 a 30 dêste mês'.
>
> (Monitora: Eleuza dos Santos – Coqueiro Sêco – 15-07-[19]65)[277].

Em sua narrativa, a monitora deixa transparecer certa consciência quanto à ampliação de suas relações interpessoais e de formação educacional, bem como a ampliação de suas funções no interior da comunidade, uma vez que transitou de um papel tradicional ocupado na

[276] *Ibidem*.
[277] SANTOS, Eleuza dos. [*Carta*] 15 jul. 1965, Coqueiro Seco [para] Movimento de Educação de Base, Maceió. Curso de treinamento para monitores. *In*: MOVIMENTO DE EDUCAÇÃO DE BASE - MEB. *Boletim MEB*. Rio de Janeiro, n. 7, 1966, p. 8.

sociedade camponesa para um novo papel social que envolvia a liderança comunitária, mediante a formação de clubes, inclusive, para rapazes.

Em 1962, realizaram-se os primeiros treinamentos do Sistema Radiofônico de Maceió, com um total de sessenta monitores/as e sete auxiliares[278]. Ainda que a seleção dos monitores se iniciasse durante o estudo de área, a fase final ocorria no treinamento específico, pois era nesse momento que o futuro monitor poderia "integrar uma visão crítica da problemática que o cerca com os meios que o MEB lhe fornece para tentar solucioná-la"[279]. Nessa ocasião, os instrutores tinham a oportunidade de conhecer de perto os candidatos por meio da participação em debates, sessões práticas, questionários e entrevistas.

De modo geral, os treinamentos ocorriam em Maceió ou em um município central da região. A duração variava de três a seis dias, em regime intensivo, respeitando-se o calendário agrícola. Sabia-se que em períodos de plantio ou colheita, a participação dos futuros monitores era inviável. Para cursos de seis dias de duração, o secretariado nacional recomendava uma distribuição de temas e atividades conforme o quadro 1:

Quadro 1 – Conteúdo programático para treinamento de monitores

DIAS	MANHÃ	TARDE	NOITE
1º	• Apresentação dos participantes, distribuição de material, informações gerais e divisão das equipes; • Descoberta da realidade.	• Realidade brasileira; • Possibilidade de ação transformadora.	Lazer
2º	• Educação de base; • Sistema radioeducativo.	• O monitor e o MEB; • Instalação e organização da escola;	Lazer
3º	• Manejo de receptor; • Material didático.	• Prática de monitoria (linguagem); • Metodologia da linguagem.	Lazer
4º	• Prática de monitoria (aritmética); • Metodologia de aritmética.	• Programa de conhecimentos gerais (debates); • Livre.	Lazer
5º	• Atitudes do monitor; • Qualidades do monitor.	• A escola e a comunidade; • Sindicalismo.	Lazer
6º	• Animação de comunidade e caravana de cultura.	• Planejamento.	Lazer

Fonte: MEB (196-).

[278] MOVIMENTO DE EDUCAÇÃO DE BASE – MEB. *Relatório anual do MEB* - 1962. Rio de Janeiro: MEB, 1963b, p. 17.
[279] MOVIMENTO DE EDUCAÇÃO DE BASE - MEB. *O monitor*. Rio de Janeiro: MEB, 196-, p. 4.

Os principais objetivos dos treinamentos eram a conscientização e a capacitação dos monitores para assumirem suas funções na escola e na comunidade. Nesses encontros, a análise da "realidade brasileira" partia do conhecimento da realidade local, a fim de "formar uma mentalidade crítica que possibilite um juízo fundamentado e autêntico sobre as causas e condicionamentos da situação atual, e a superação das soluções estereotipadas, do fatalismo, das perspectivas sem fundamento na realidade"[280].

Através do uso de metodologias ativas, promovia-se um clima de intensa participação nas discussões. Dentre as metodologias e técnicas de trabalho em grupo, merecem destaque a dramatização, também denominada de sociodrama, e o "círculo de estudos". Segundo o MEB/Nacional, ficou demonstrado, nos treinamentos de monitores, que a dramatização era "um dos recursos mais ricos e que motivam maior participação dos treinandos"[281]. O círculo de estudos, por sua vez, utilizava o método *Ver – Julgar – Agir*, característico da Ação Católica e sistematizado pelo padre belga Joseph Cardijn (1882-1967). Os candidatos eram divididos em grupos de cinco a oito pessoas para analisar temas, normalmente, apresentados em forma de problemas, o que estimulava a reflexão e o debate. Em síntese, o grupo deveria tomar conhecimento do assunto, por meio dos "depoimentos dos 'circulistas' (ver), a examiná-lo detidamente sob alguns critérios teóricos (julgar) e a propor soluções (para o agir)"[282]. Por fim, as conclusões eram apresentadas aos demais grupos em assembleias ou painéis, consolidando o processo de ensino-aprendizagem.

Além dos treinamentos, a partir de 1963, o MEB/Maceió passou a produzir material complementar, denominado *Boletim do Monitor*. Era um periódico mimeografado que complementava a formação intelectual e política das monitoras e monitores. Estruturava-se em quatro seções: (1) recreativa; (2) social, na qual abordava questões referentes à saúde e à higiene; (3) mensagem religiosa; e (4) formação política. Nesta última seção, eram recorrentes poemas e textos sobre a relevância da sindicalização rural[283] e da organização dos trabalhadores:

> SINDICATO
> É preciso mudar
>
> Que fazer? Organizar sindicato. Tudo depende da união: Primeiramente você precisa estar unido aos seus companheiros, isto é, viver com os outros, porque viver ao lado não é viver com eles. Sofrer unidos, lutar unidos, sorrir unidos.
>
> Unidos pelo sindicato para ter melhor salários, melhor alimentação, para se defender da doença, da fome e do desemprego.

[280] *Ibidem*, p. 5.
[281] *Ibidem*, p. 7.
[282] *Ibidem*, p. 8.
[283] A educação sindical e o projeto de sindicalização rural do MEB são objeto de tratamento específico no quinto capítulo desta tese.

> Organizados para conseguir através do sindicato o Instituto de Previdência com médico, licença, aposentadoria e hospital.
>
> O sindicato é uma força.
>
> Monitor, você poderá contribuir muito pelo sindicato do seu município.
>
> Assim é o sindicato rural. Ele começa a ser uma força. Cada dia que passa uma nova força começa a surgir nos campos. Vamos lutar. O sindicato é um campo de batalha em que cada um procura ajudar o outro a vencer[284].

Após o texto, ao final da seção, salientava-se: "Trabalhador sindicalizado tem seu direito respeitado"[285]. O periódico propunha a construção de uma luta coletiva, por meio do sindicato, em prol da melhoria das condições de vida dos trabalhadores rurais. A proposta de cidadania no MEB assumia um sentido claro de reivindicação e de luta pela conquista de direitos legítimos: melhores condições de trabalho, direito à saúde, à previdência e a uma remuneração digna.

A partir de uma visão crítica da realidade com vista à sua transformação, o MEB articulava ações de curto prazo e de longo prazo, denominada de Animação Popular. O movimento desenvolvia uma educação para a vida comunitária e de participação coletiva nos problemas e soluções do cotidiano. Para De Kadt (2007, p. 15),

> Constituía-se, assim, em um processo motivador da conscientização e organizador da participação política de cada morador na vida da comunidade, a partir de grupos de trabalho que assumiam ações inicialmente mais imediatas e progressivamente de maior expressão, como os sindicatos, ações essas referidas a um projeto político nacional de transformação das estruturas.

Nesse sentido, no segundo semestre de 1963, o boletim convidava as monitoras a se engajarem – em conjunto com as demais organizações do campo e forças políticas de esquerda – na luta pelas reformas de base:

> [...] É muito fácil lutar contra um, mas difícil lutar contra muitos que têm o mesmo ideal. Por isso é que nós dizemos que só os brasileiros conscientes reformarão o Brasil. Para poder reformar precisamos lutar por uma vida melhor. Luta-se por tudo: por um lugar mais alto, por um ideal, por uma reforma. Quando dizemos lutar não quer dizer pegar armas, matar, e, sim, esforçar-se no trabalho para conservar a vida. Devemos lutar por uma transformação nossa e dos outros e isso é que é REFORMAR.
> [...]
>
> Caro monitor, vimos a necessidade de sermos conscientes, de lutarmos organizados para vivermos melhor e que assim, lutaremos por uma transformação, por uma reforma. Guardemos bem amigos esta sentença: 'BRASIL REFORMADO, BRASILEIRO REALIZADO'[286].

---

[284] MOVIMENTO DE EDUCAÇÃO DE BASE – MEB/Maceió. *Boletim do Monitor*. Maceió, ano 1, n. 2, jul. 1963, p. 3. Arquivo pessoal da supervisora Maria Alba Correia da Silva.
[285] *Ibidem*.
[286] MOVIMENTO DE EDUCAÇÃO DE BASE – MEB/Maceió. *Boletim do Monitor*. Maceió, ano 1, n. 3, set. 1963, p. 1. Arquivo pessoal da supervisora Maria Alba Correia da Silva.

Ao assumir a presidência, a 7 de setembro de 1961, João Goulart "se viu frente às demandas históricas das esquerdas e, na verdade, pregadas ao longo dos anos por ele mesmo: as reformas de base" (Ferreira, 2003, p. 351). Para as organizações nacionalistas e de esquerda[287], tratava-se de um conjunto de propostas que visava modificar as estruturas econômica, social e política do país, a fim de combater a desigualdade social e permitir um desenvolvimento econômico autônomo. Dentre as principais reformas, encontravam-se: a agrária, educacional, bancária, fiscal, urbana, tributária, administrativa e eleitoral, com a extensão do voto aos analfabetos e oficiais não-graduados das Forças Armadas, assim como a legalização do Partido Comunista Brasileiro (PCB).

Notadamente, a esquerda católica, representada pela Ação Popular e pelo MEB, encampou a pauta das reformas de base, sobretudo a reforma agrária. Entretanto, observa-se uma pluralidade de perspectivas entre os grupos de esquerda e correntes nacionalistas acerca do tema. Enquanto no I Congresso Nacional de Lavradores e Trabalhadores Agrícolas (Belo Horizonte, 1961) Francisco Julião, principal líder das Ligas Camponesas, declarou que a reforma agrária seria feita "na lei ou na marra, com flores ou com sangue", o MEB/Maceió preconizava uma via pacífica, como indica o trecho: "Quando dizemos lutar não quer dizer pegar armas, matar, e, sim, esforçar-se no trabalho para conservar a vida"[288].

As atuações cotidianas das monitoras desdobravam-se para além da escola, dirigindo-se à mobilização e ao engajamento em projetos políticos de expressão nacional, como as reformas de base. Nesse processo, o âmbito doméstico foi transportado para a uma rede de relações permitidas e alimentadas pela escola radiofônica. O sociólogo e membro da equipe nacional, Luiz Wanderley (1984), relata que, em certas comunidades, questionou-se o protagonismo feminino na condução de reuniões e debates acerca da política e da sindicalização rural.

Nas cartas do sistema local, não se verificou nenhum caso de resistência ao trabalho de formação política das monitoras. Pelo contrário, o trabalho delas foi respeitado e reconhecido comunitariamente, conforme enfatizou a supervisora Alba Correia[289]. Isto não significa a

[287] Ainda que heterogêneos e nem sempre unificados, "os grupos de esquerdas e os representantes do nacionalismo formaram, no início do governo Goulart, o que Argelina Figueiredo chamou de 'coalizão radical pró-reformas' (1993, p. 66). Eram eles o PCB, as Ligas Camponesas, o bloco parlamentar autodenominado Frente Parlamentar Nacionalista, o movimento sindical representado pelo CGT, organizações de subalternos das Forças Armadas" (Ferreira, 2003, p. 352), bem como os estudantes universitários através da União Nacional dos Estudantes (UNE) – hegemonizada pela Juventude Universitária Católica (JUC) e a Ação Popular – e, inclusive, uma pequena organização trotskista.

[288] MOVIMENTO DE EDUCAÇÃO DE BASE – MEB/Maceió. *Boletim do Monitor*. Maceió, ano 1, n. 3, set. 1963, p. 1. Arquivo pessoal da supervisora Maria Alba Correia da Silva.

[289] SILVA, Maria Alba Correia da. *O MEB na Arquidiocese de Maceió (1962–1966)*. Segunda parte. [Entrevista concedida a] Wellington da Silva Medeiros para produção da pesquisa. 27 maio 2025.

ausência de tensionamento entre o movimento e certos segmentos sociais, em especial os usineiros. No entanto, o que se questionava era a natureza e as intenções do movimento, não a liderança feminina.

Seja professora municipal ou simples trabalhadora doméstica, seja casada ou jovem solteira, ressalta-se que a condição de monitora promoveu uma série de mudanças na rotina dessas mulheres, ao ampliar seu círculo social e suas funções na sociedade. Entre as monitoras observa-se sentimentos que valorizavam seu protagonismo exigido pela escola rural, como a organização de festividades e a arrecadação de fundos. Em uma carta afetuosa, a monitora Eleuza dos Santos narrou a organização das festividades juninas em sua comunidade:

> [...] A festa de São João no arraial da escola radiofônica Santa Isabel foi nos dias 23 e 24, sendo no dia 24 em Maceió, na escola Pio XII na casa da monitora Mª Isabel Marques e Irací Alves dos Santos, e os alunos querem no dia 29 apresentar o drama na rádio Palmares, se fôr possível, e ainda qualquer escola que quizer [*sic*] depois de São João e precisar de algum drama avisar que iremos.
>
> (Monitora: Eleuza dos Santos – Coqueiro Sêco – 15-06-[19]65)[290].

Já a monitora Netinha dos Santos, do município de Pilar, relatou a arrecadação de fundos para uma confraternização no final do ano letivo:

> Eu falei com os alunos para fazer uma cota, ficaram bem animados com essa idéia. Até um que não está estudando disse que vai entrar nessa cota. Êles ficam animados e disseram: 'Nós queremos fazer uma comemoração em dezembro'.
>
> (Monitora: Netinha dos Santos – Pilar – 31-08-[19]65)[291].

As transformações no papel social feminino significaram um conjunto de conquistas individuais que, simultaneamente, impulsionaram mudanças coletivas de comportamento e introduziram inovações na comunidade rural. Para retomar a metáfora de Eric Hobsbawm (1998, p. 23), vertia-se vinho novo em odres velhos, de modo que os valores do "passado social formalizado" se flexibilizaram, permitindo a ampliação da atuação feminina ante as necessidades do presente (Souza, 2006). Naquele cenário, os costumes tradicionais foram redefinidos, uma vez que a instalação da escola interessava tanto à comunidade quanto à Igreja Católica, resultando em benefícios diretos para a classe trabalhadora, como alfabetização, cidadania política, conscientização social, lazer e sindicalização.

---

[290] SANTOS, Eleuza dos. [*Carta*] 15 jun. 1965, Coqueiro Seco [para] Movimento de Educação de Base, Maceió. Festividades juninas. *In*: MOVIMENTO DE EDUCAÇÃO DE BASE - MEB. *Boletim MEB*. Rio de Janeiro, n. 7, 1966, p. 8.

[291] SANTOS, Netinha dos. [*Carta*] 31 ago. 1965, Pilar [para] Movimento de Educação de Base, Maceió. Arrecadação de fundos. *In*: MOVIMENTO DE EDUCAÇÃO DE BASE - MEB. *Boletim MEB*. Rio de Janeiro, n. 7, 1966, p. 8.

4.4 As concepções político-pedagógicas do MEB e sua utopia sociorreligiosa

O Movimento de Educação de Base privilegiava o processo de conscientização na educação popular. Assim, a prática de alfabetizar deveria utilizar palavras e situações da vida cotidiana dos próprios alunos. Segundo o relato da supervisora Alba Correia,

> O MEB ia se apresentando, não somente pelo ensino do ABC. Era o 'A' da água, da ave, da árvore, do animal; Era o 'B' da bola, do balde, da bacia, do boi, do Benedito; Era o 'C' da casa, da carroça, da canoa, do canoeiro. Por aí caminhava a alfabetização, com foco nas atividades e culturas de forma contextualizada. Buscávamos uma linguagem que nos levasse a melhor comunicação com os/as alunos/as e o povo e que permitisse a conscientização[292].

Compreender a realidade do estudante e, através dela, ensinar aos jovens e adultos fazia parte não apenas do processo de alfabetização, mas também da conscientização do que era a comunidade e do seu fundamental papel na transformação social. Para o MEB, a conscientização consistia em um "processo educativo destinado a formar" no ser humano "a consciência histórica, a partir de uma consciência crítica da realidade". Este processo seria dinâmico e deveria "levar o homem a engajamentos que visem à transformação radical" da sociedade brasileira. Como processo educativo, deveria ser portador de uma mensagem, composta por um "corpo coerente de valores". Devido à natureza não-diretiva do movimento, esses valores não deveriam ser impingidos, "mas pelo diálogo e pela ação refletida, descobertos em conjunto com o grupo que se está conscientizando" (Almeida, 1962, p. 1).

O conceito de consciência histórica foi elaborado por Henrique Cláudio de Lima Vaz (1921-2002), o Padre Vaz, S. J. Sua noção de consciência histórica emerge como a síntese de dois elementos: consciência e realidade histórica. Dessa forma, evita-se o reducionismo teórico, tanto de cunho idealista quanto determinista-materialista. Para o idealismo, a consciência seria o elemento determinante, em que a realidade seria um ser aparente projetado pela consciência, enquanto que nas formulações marxianas, a vida material determinaria a consciência (Marx; Engels, 2007, p. 94). Ele não só criticou a "teoria do reflexo"[293], moeda corrente no marxismo ortodoxo, como a rejeitou, por sua perspectiva mecanicista e antidialética. Em seus termos: "não podemos admitir que haja uma realidade que seja simplesmente refletida na consciência

---

[292] SILVA, Maria Alba Correia da. Movimento de Educação de Base – MEB: criação, propósitos e ações. Depoimento cedido a Wellington da Silva Medeiros para produção da pesquisa, em 14 de maio de 2024. Conteúdo colhido e sistematizado por Cíntia Ribeiro, publicado em: *Alba, a beata comunista: fé e subversão na ditadura militar em Alagoas* (2026).

[293] Sobre o debate acerca da teoria do reflexo em contraposição à categoria de totalidade na dialética marxista, ver: *A história social das religiões e as contribuições teórico-metodológicas de E. P. Thompson*, de Wellington da Silva Medeiros.

que já não contenha em si um elemento da própria consciência, que já não tenha sido, de alguma maneira, compreendida e transformada pela consciência" (Vaz, 1962a, p. 2).

Segundo Vaz, "a realidade que se reflete na consciência situada num dado momento do processo histórico, não é a realidade que se opõe à consciência no seu teor puramente objetivo de *mundo* [...], é a realidade penetrada de consciência". Isto é, "mediatizada já pelo trabalho e pela prática social depositados no curso anterior do processo". Desse modo, "numa concepção verdadeiramente dialética do processo histórico, a realidade não se *reflete* propriamente, mas é *comunicada* entre as consciências pela mediação da natureza (do mundo) transformada pela *práxis* humana" (1962b, p. 98, grifos do autor).

Ao admitir que "a consciência do homem transcende o mundo", sendo capaz de um processo de totalização do mundo, "capaz de colocar diante de si o mundo como objeto de compreensão e, portanto, de ação", pode-se entender a história humana "como um movimento dialético de compreensão do mundo pela consciência" e de sua transformação pela ação que surge daquela compreensão (Vaz, 1962a, p. 2). Assim, a consciência histórica constitui a manifestação de um tipo de consciência que é, ao mesmo tempo, reflexão teórica sobre as necessidades humanas, de uma determinada época, e atividade concreta de transformação dessa realidade, a fim de satisfazer tais exigências.

O filósofo jesuíta propõe uma compreensão dialética da história, cuja noção central é a de "comunicação das consciências". Em sua dialética da comunicação se identifica três termos: duas consciências que se opõem e o mundo como mediação entre essas consciências, "que elas devem compreender e transformar e, inclusive, utilizar para sua realização humana" (Vaz, 1962a, p. 5). Nessa perspectiva, a compreensão do mundo não ocorre pelo indivíduo isolado, mas enquanto ele se comunica e se relaciona com os outros.

De acordo com essa linhagem de pensamento, o MEB propunha, como prática educativa, uma relação horizontal entre "professor" e aluno, em que o diálogo era condição essencial para comunicação entre as consciências e respeito à liberdade dos trabalhadores. Ao partir da compreensão popular do mundo, o professor/supervisor deveria aprender com o povo, que o ensinava enquanto aprendia. "É essencial, para a educação, no sentido em que a entendemos, que ela se realize através do diálogo", de modo que possibilite a participação livre e crítica dos estudantes, "enquanto ser que pensa" e "assume posições"[294]. A noção de

[294] MOVIMENTO DE EDUCAÇÃO DE BASE – MEB. *MEB em cinco anos (1961-1966)*. Primeira parte. [Rio de Janeiro], 1966a, p. 41. Disponível em: https://memoria.cidarq.ufg.br/index.php/meb-rt-ins-mno-041. Acesso em: 15 fev. 2025.

autodescoberta se tornou um aspecto fundamental da pedagogia do MEB, como se pode constatar no *Conjunto Didático Viver é Lutar*.

Não há como ignorar as afinidades epistemológicas entre a proposta pedagógica do MEB e as linhas mestras do Sistema Paulo Freire[295]. Em *Educação como prática da liberdade*, o educador brasileiro sintetizou sua visão pedagógica e seu método de ensino. Através do uso de "palavras geradoras"[296] – selecionadas do próprio vocabulário popular – desenvolvia-se o processo de alfabetização, ao mesmo tempo que se promovia a conscientização. Para Freire, só com muita paciência, após um árduo dia de trabalho, seria possível tolerar lições da escola tradicional, tais como: "*Eva viu a uva*", principalmente, ao considerar que os estudantes conheceram pouquíssimas Evas e nunca provaram uma uva (Freire, 2020, p. 137).

Após a redefinição dos objetivos e de sua metodologia de ação, no final de 1962, ocorreu certa influência mútua entre o MEB e os demais movimentos de cultura popular, sobretudo após o I Encontro Nacional de Alfabetização e Cultura Popular, realizado em Recife, em setembro de 1963. Segundo Alba Correia, "caminhando em Recife", ela, pelo MEB/Maceió, e José Duarte, pelo Movimento de Educação Popular (MEP/DCE-AL), participaram do encontro e "de outras experiências, como o Movimento 'De pé no chão também se aprende a ler'". A partir desse evento, "a inserção da Pedagogia Libertadora de Paulo Freire com a Cartilha *Viver é lutar*, editada pelo MEB/Nacional (1963), vai sendo aplicada no cotidiano" das escolas radiofônicas, o que incluía a formação dos/as professores/as locutores/as[297].

Ao recordar a sua experiência no movimento, a supervisora observa que *Viver é lutar* foi "a primeira cartilha indicada" pelo Secretariado Nacional[298]. Embora se possa questionar a precisão dessa informação, a ênfase na cartilha representa a relevância político-pedagógica que o material didático assumiu na trajetória do sistema local, em seu período mais combativo, entre fins de 1963 e início de 1965. Com base na obra de Changeux (1972), Le Goff salienta que "o processo da memória [...] faz intervir não só a ordenação de vestígios, mas também a releitura desses vestígios" (1990, p. 424).

No decorrer da história do MEB, o material didático constitui uma referência fundamental. Fávero (2006) recorda com pertinência que, se os sistemas locais, progressivamente, aprofundavam, selecionavam e procuravam contextualizar melhor os

---

[295] Para um estudo sistemático sobre o Sistema de Alfabetização Paulo Freire e sua base epistemológica, consultar a obra *Paulo Freire e o nacionalismo-desenvolvimentista*, de Vanilda Paiva.
[296] Segundo Freire, palavras geradoras "são aquelas que, decompostas em seus elementos silábicos, propiciam, pela combinação desses elementos, a criação de novas palavras" (2020, p. 146).
[297] SILVA, Maria Alba Correia da. *Movimento de Educação de Base – MEB*: criação, propósitos e ações. Depoimento cedido a Wellington da Silva Medeiros para produção da pesquisa, em 14 de maio de 2024.
[298] *Ibidem*, p. 6.

conteúdos, bem como exploravam os recursos de dramatização de maneiras diversas, as cartilhas e os livros de leitura limitavam essas iniciativas. De acordo com o *Relatório anual* de 1962, as cartilhas utilizadas durante as aulas foram: *Ler* e *Saber* – respectivamente primeiro e segundo guias de leitura –, e o *Caderno de aritmética,* elaborados pelo MEC (Ministério de Educação e Cultura) para a Campanha Nacional de Educação de Adultos (CEAA).

No primeiro encontro de coordenadores, realizado em dezembro de 1962, constatou-se a inadequação desses textos à realidade dos trabalhadores rurais e aos objetivos do MEB. Além dos problemas de método, as "cartilhas que se conseguiam davam aos adultos e adolescentes das áreas atingidas pelo MEB o mesmo tratamento dado às crianças – e, muitas vezes, crianças das grandes cidades"[299]. Por esse motivo, optou-se pela elaboração de material didático próprio, que fosse, a um só tempo, instrumento de alfabetização e conscientização[300].

Naquela altura, já se tinha conhecimento das críticas de Paulo Freire às cartilhas, ao mesmo tempo que se presenciavam as primeiras experiências do seu Sistema de Alfabetização de Adultos. Apesar disso, considerou-se imprescindível a utilização de cartilhas no meio rural, sobretudo pela exigência dos alunos, que valorizavam ter o seu livro, e pelas especificidades do sistema radioeducativo (Fávero, 2006). Esses textos de leitura também se constituíram em um importante material de apoio para os monitores, selecionados nas comunidades, pois não tinham o mesmo preparo didático-pedagógico dos coordenadores dos Círculos de Cultura[301].

A cartilha *Viver é lutar* foi elaborada ao longo do ano de 1963, por uma comissão de educadores do MEB/Nacional e de diversos sistemas, principalmente do Nordeste, onde se localizava o maior número de escolas radiofônicas do movimento. Segundo o grupo de trabalho, o livro de leitura deveria "levar uma mensagem", "na qual o camponês se identifique", e se possível, "levar a um engajamento no processo de transformação"[302]. Para isso, deveria promover o engajamento concreto "em organizações profissionais, organizações de classe e grupos que visem o desenvolvimento das comunidades"[303].

O livro de leitura era peça-chave de um conjunto didático, também intitulado *Viver é lutar*. Além do livro, o conjunto era constituído por três apostilas mimeografadas, destinadas às

---

[299] MOVIMENTO DE EDUCAÇÃO DE BASE - MEB. *Dossiê Conjunto Didático Viver é lutar*. Rio de Janeiro: MEB, 1964b, p. 1. Centro de Documentação e Informação Científica (CEDIC/PUC-SP). Fundo MEB.
[300] MOVIMENTO DE EDUCAÇÃO DE BASE - MEB. *Conclusões do I Encontro Nacional de Coordenadores*. Recife: MEB, 1962a, v. 1, p. 2. Disponível em: https://memoria.cidarq.ufg.br/index.php/meb-rt-ins-mno-060. Acesso em: 19 jun. 2023.
[301] No Sistema de Alfabetização Paulo Freire, o círculo de cultura era a unidade básica de ensino, em substituição à escola. Nos círculos de cultura, o coordenador – normalmente um jovem – não exercia as funções de "professor" e o diálogo era condição essencial no processo de ensino-aprendizagem.
[302] MOVIMENTO DE EDUCAÇÃO DE BASE - MEB. *Relatório da Comissão da Cartilha*. Recife, 1962b, p. 1. Disponível em: https://memoria.cidarq.ufg.br/index.php/meb-rt-ins-mno-066. Acesso em: 1 maio 2025.
[303] MOVIMENTO DE EDUCAÇÃO DE BASE - MEB. *Op. cit.*, 1964b, p. 1.

professoras-locutoras e aos/às supervisores/as: *Fundamentação, Justificação* e *Mensagem*. Em janeiro de 1964, foram impressos cinquenta mil exemplares da cartilha, dos cem mil inicialmente contratados, e distribuídos para todos os sistemas do Nordeste, bem como para certos sistemas da Amazônia e de Minas Gerais. O restante não foi impresso devido à apreensão de três mil exemplares, ainda na gráfica, por ordens do governador do então estado da Guanabara, Carlos Lacerda[304]. A apreensão das "cartilhas subversivas dos Bispos"[305] teve, com este título, uma enorme repercussão no cenário nacional. Apesar de todo alvoroço causado na imprensa e do inquérito no Departamento de Ordem Política e Social (DOPS) do Rio de Janeiro, *Viver é lutar* chegou a ser utilizado nas aulas radiofônicas do sistema de Maceió, no primeiro semestre do referido ano[306].

Uma vez que a cartilha já foi objeto de análise de um conjunto de pesquisas[307], este trabalho se limita a discutir três questões fundamentais para o processo de conscientização no contexto da luta de classes: (a) a relação entre educação e conscientização no MEB, (b) a centralidade da noção de trabalho, presente em *Viver é lutar,* e (c) os instrumentos de organização e ação política.

O material didático era composto por 30 lições, acompanhadas por fotografias em preto e branco, distribuídas em 64 páginas. Essas fotografias associavam as lições textuais à realidade concreta dos estudantes, como referência à sua própria condição social. Elas retratavam o cotidiano dos trabalhadores rurais: homens, mulheres e crianças em situações de trabalho, reuniões sindicais e festejos populares. Em muitas situações, representavam duas pessoas conversando, como forma de valorização da comunicação oral. Muitas dessas fotos foram cedidas pela revista *O Cruzeiro*, enquanto outras foram imagens capturadas nas diversas escolas do movimento[308].

A utilização dessas imagens pode ser associada à orientação estética do "realismo socialista". De acordo com Alves e Tonnetti, esta corrente estética visava, precisamente, a produção de representações ancoradas na realidade e "historicamente concretas que pudessem contribuir com a transformação ideológica colaborando com a educação do trabalhador no espírito do socialismo" (2021, p. 5).

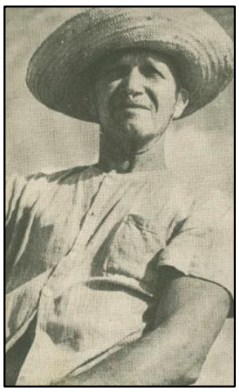
---

[304] *Ibidem*, p. 3.
[305] *Ibidem*.
[306] SILVA, Maria Alba Correia da. *Movimento de Educação de Base – MEB*: criação, propósitos e ações. Depoimento cedido a Wellington da Silva Medeiros para produção da pesquisa, em 14 de maio de 2024.
[307] A análise mais detalhada sobre a cartilha foi admiravelmente apresentada por Osmar Fávero, em *Uma pedagogia da participação popular*. Além de Fávero, outros autores a analisaram, a saber: De Kadt (2007), Silva (2020), Porphirio (2021) e Alvez; Tonnetti (2021).
[308] MOVIMENTO DE EDUCAÇÃO DE BASE – MEB. *Op. cit.*, 1964b, p. 3.

Assim, a abordagem do conteúdo buscava dialogar de forma direta com a cultura popular e as condições materiais de vida dos trabalhadores rurais, aos quais o material se destinava. No geral, ao final de cada lição, encontravam-se questões mobilizadoras, que buscavam estimular o debate, de acordo com a metodologia do MEB. O problema era proposto a partir de dados da realidade para, em seguida, analisá-los coletivamente, com a mediação das monitoras. Por fim, uma frase era ressaltada como síntese da lição.

Desde a primeira lição, destaca-se a dimensão política, que permeia todo material didático:

Figura 13 – Lição 1 da Cartilha *Viver é Lutar*



Eu vivo e luto.
Pedro vive e luta.
O povo vive e luta.
Eu, Pedro e o povo vivemos.
Eu, Pedro e o povo lutamos.
Lutamos para viver.
Viver é lutar

VIVER É LUTAR[309].

Fonte: MEB (1963c).

Ao abrir a cartilha, o/a trabalhador/a rural era imediatamente convidado a tomar parte em uma luta que não enfrentaria sozinho, mas em companhia de alguém a quem chamava pelo primeiro nome, o que denota proximidade. Juntos formavam o povo, a representação coletiva dessa luta (Alves; Tonnetti, 2021). Mais do que isso: o verbo "lutar" pressupõe um antagonista: quem luta, luta contra alguém ou alguma coisa. Trata-se de um pressuposto fundamental para refletir sobre a autoconsciência, enquanto grupo ou classe social.

Na perspectiva do MEB, a conscientização era um elemento intrínseco ao próprio processo educativo, pois educar, enquanto formação da pessoa humana, "impõe sempre um dever de conscientizar, isto é, de tornar a pessoa consciente do que é e do que deve ser" (Landim Filho, 1963, p. 1). Em um documento de estudo redigido por Landim Filho, explicita-se que "todo processo de conscientização traz em si uma concepção do homem, uma visão do mundo; logo, se insere numa consciência histórica" (1963, p. 4).

[309] MOVIMENTO DE EDUCAÇÃO DE BASE - MEB. *Viver é lutar*: 2º Livro de leitura para adultos. Rio de Janeiro, 1963c, p. 2. Disponível em: https://www4.pucsp.br/cedic/meb/nas-salas-de-aula/arquivos-pdf/2-2-cartilha-viver-lutar.pdf. Acesso: 21 ago. 2021.

Nesse sentido, ressalta-se que o verbo "viver" é associado ao verbo "lutar". A operação de vínculo entre os dois termos promove uma visão de mundo sobre a existência humana, notada acertadamente por Fávero (2006), que evidencia o conflito como uma dimensão inerente à vida. Apesar de, em certos aspectos, remeter à clássica formulação delineada no *Manifesto* de 1848[310], trata-se de uma inspiração mais vaziana do que marxista.

Para Pe. Vaz, proeminente intelectual da esquerda católica, a História concreta "deve ser compreendida como algo trágico e áspero" para o ser humano. "Não há possibilidade de se compreender a história como uma espécie de romance em que as situações intrincadas encontrem sempre um desfecho feliz". A dialética da História assume, inevitavelmente, "um caráter de luta", pois "a comunicação das consciências se faz através de um mundo que o homem tem interesse em compreender, transformar e utilizar para sua realização humana" (Vaz, 1962a, p. 5).

Embora seja contraditório, tendo em vista a postura não-diretiva do movimento, estava claro desde o encontro de coordenadores que a "conscientização exige uma ideologia" (Landim Filho, 1963, p. 4). Esta, por sua vez, foi definida como "um conjunto sistematizado de valores, que surja como expressão histórica de um grupo situado no tempo e no espaço, envolvendo uma compreensão do homem, uma visão do universo e um sentido da história" (Fávero, s. d., p. 6). A validade desta "ideologia" não se fundamentava na consciência histórica, que seria variável, "mas por aquilo que é o fundamento da história: a própria pessoa humana nas suas exigências de humanizar-se" (Landim Filho, 1963, p. 4). Portanto, "a conscientização é o início do próprio processo educativo que toma a pessoa como fundamento e a sua realização como fim" (Landim Filho, 1963, p. 5).

Após a leitura do texto de conteúdo político, desenvolviam-se as aulas de gramática. A primeira lição versava sobre o alfabeto, distinguindo as vogais das consoantes. Na sequência, os exercícios retomavam frases do texto inicial, como uma síntese entre o texto-motivador e as lições gramaticais. Observe:

> **Exercícios:**
>
> **1º Risque as vogais desta frase:**
> **EU, PEDRO E O POVO LUTAMOS.**
>
> **2º Complete as letras que faltam na frase seguinte:**
> **O P VO IVE E LU A.**
>
> **3º Risque as consoantes encontradas na 6.º frase da lição**[311]**.**

[310] "A história de todas as sociedades até hoje existente é a história das lutas de classes" (Marx; Engels, 2005, p. 40).
[311] MOVIMENTO DE EDUCAÇÃO DE BASE - MEB. *Op. cit.*, 1963c, p. 3.

Na lição, as três questões dos exercícios se referem à parte do texto que aborda a ação coletiva, como, por exemplo: “Eu, Pedro e o povo lutamos”. É evidente que não se trata de uma opção ingênua. Os exercícios visavam promover uma identificação entre o “eu” e o “outro”, que está comigo, ao mesmo tempo, como marca da diferença e da unidade. Em contraposição ao individualismo da sociedade burguesa, emerge uma valorização da ação coletiva, capaz de fomentar a consciência de classe entre os trabalhadores rurais. Nota-se aqui, dessa forma, tanto tonalidades da filosofia personalista quanto marxista. Apesar das distinções, os “católicos radicais”, para retomar uma expressão de De Kadt, foram influenciados por essas duas matrizes filosóficas.

Segundo Vaz, “só começa a existir história quando um homem se coloca diante de outro e lhe transmite uma significação que ele dá ao mundo no qual os dois se encontram” (1962a, p. 4). Nesse momento, surge uma relação especificamente histórica, porque um ser humano se comunicou com outro, “entrou em comunicação com outra consciência, de maneira que a significação do mundo adquirida pelo primeiro homem passa a ser também apreendida pelo segundo, mesmo que seja em termos de imposição, de dominação” (Vaz, 1962a, p. 4).

No âmbito teológico, a dominação seria, em última análise, o que os cristãos chamam de pecado. A sua superação dialética se daria em termos de reconciliação, em uma valorização absoluta do ser humano. Desse modo, os cristãos deveriam se colocar “numa perspectiva de pura conciliação, numa espécie de esperança escatológica” (Vaz, 1962a, p. 6). Só a partir desse referencial se pode compreender a valorização que aparece nos textos produzidos pelos diversos grupos da esquerda católica: “Uma consciência histórica que chamaríamos de autêntica, numa determinada época, seria aquela para a qual a dialética histórica não se resolvesse, em última análise, como dominação de um homem sobre o outro, mas como reconhecimento mútuo do homem” (Vaz, 1962a, p. 7).

Após abordar a dimensão social e comunitária, como uma característica específica do ser humano, discute-se a noção de trabalho como mediação entre o homem e a natureza. Dessa forma, na terceira lição, o trabalho humano é apresentado como ação criativa, que colabora com a criação divina:

Figura 14 – Lição 3 da Cartilha *Viver é Lutar*



Eu trabalho para minha família.
Pedro trabalha para a família dele.
Nossa vida é trabalho e luta.
Nosso trabalho é luta e vida.
O trabalho de cada um ajuda o outro.
O trabalho de todos é para a comunidade?
O trabalho de todos ajuda o trabalho de Deus?

O TRABALHO DE TODOS AJUDA O TRABALHO DE DEUS[312].

Fonte: MEB (1963c).

Assuntos complexos, como a noção de trabalho, eram desenvolvidos em frases curtas e lições sucintas, no formato de setilhas – estrofes de sete versos –, cujo modelo remete à poesia popular nordestina, presente na literatura de cordel. Neste caso, os blocos de estrofes são, normalmente, estruturados em conjuntos de seis versos (as sextilhas). Devido à complexidade dos conceitos, seus significados se encontravam implícitos ao texto. Desse modo, fazia-se essencial a ação da professora-locutora e das/os monitoras/es na problematização e mediação dos conteúdos.

O conceito de trabalho era central no arcabouço teórico do MEB. Por meio do trabalho o ser humano se relaciona com o mundo, humaniza a natureza e comunica-se com seus semelhantes, "dando à ação humana uma responsabilidade universal"[313]. O trabalho revelaria a "ação criadora de um mundo humano"[314]. Através dele, portanto, o camponês se descobre como sujeito criativo, capaz de transformar o mundo e, consequentemente, suas condições de existência.

À medida que introduz a noção de trabalho, inicia-se imediatamente o questionamento das condições materiais de subsistência. É recorrente a forma interrogativa: "por quê?", "é justo?". Era próprio da metodologia do MEB essa maneira de colocar o problema, o que possibilitaria uma análise crítica por parte do estudante, como se observa na quarta lição:

[312] *Ibidem*, p. 6.
[313] MOVIMENTO DE EDUCAÇÃO DE BASE – MEB. *Fundamentação do programa para 1965*. 2º parte: promoção humana. Rio de Janeiro: MEB, 1965c, p. 5. Centro de Documentação e Informação Científica (CEDIC/PUC-SP). Fundo MEB.
[314] *Ibidem*, p. 6.

Figura 15 – Lição 4 da Cartilha *Viver é Lutar*



Pedro trabalha.
Sua mulher também trabalha.
Eles trabalham para sustentar a família.
Mas a família de Pedro passa fome.
O povo trabalha e vive com fome.
É justo a família de Pedro passar fome?
É justo o povo viver com fome?

É JUSTO O POVO VIVER COM FOME?[315]

Fonte: MEB (1963c).

Nessa lição, revela-se uma contradição em relação aos fundamentos históricos do trabalho. Conforme exposto, o trabalho é a categoria fundante do ser social, visto que, ao transformar a natureza para satisfazer as suas necessidades, o sujeito opera a sua própria autoconstrução (Silva, 2020). No entanto, no modo de produção capitalista, a burguesia apropria-se do processo laboral com o intuito de explorar a força de trabalho. Despossuídos dos meios de produção (matéria-prima e instrumentos), os trabalhadores são compelidos a vender a sua única mercadoria: a força de trabalho, objeto de troca para garantir a sua reprodução social e a da sua família (Marx, 2017; Santos Neto, 2013). Nesse contexto histórico-social, o trabalho assume um caráter alienante, conforme se evidencia nas lições subsequentes, dedicadas à denúncia das condições de exploração das diversas frações da classe trabalhadora.

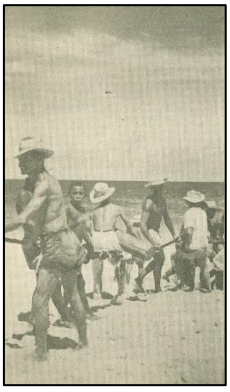
O conjunto das lições formava uma espécie de pequena novela narrada por capítulos, com um encadeamento entre os problemas apresentados, que convergiam para uma indagação fundamental: a "marginalização cultural"[316], a qual interagia com a desigualdade socioeconômica e política da sociedade brasileira. Em um contexto político em que a maior parte das cidadãs e cidadãos estava excluída dos processos decisórios – devido ao analfabetismo –, o acesso à educação visava oferecer condições para que outros direitos fundamentais fossem acessados.

Assim, após participar de um curso de treinamento, Pedro percebeu que "Alguns homens têm de sobra e muitos nada têm. [...] Muitos trabalham e seu trabalho é explorado por outros"[317]. Ao tomar consciência dessa dura realidade, os personagens percebem a importância

[315] MOVIMENTO DE EDUCAÇÃO DE BASE - MEB. *Op. cit.*, 1963c, p. 8.
[316] MOVIMENTO DE EDUCAÇÃO DE BASE – MEB. Análise teórica. *In*: MOVIMENTO DE EDUCAÇÃO DE BASE - MEB. *Dossiê Conjunto Didático Viver é lutar*. Rio de Janeiro, 1964d, p. 3.
[317] MOVIMENTO DE EDUCAÇÃO DE BASE - MEB. *Op. cit.*, 1963c, p. 32.

da organização dos trabalhadores, o que os levará, nas últimas lições, à abertura de uma escola radiofônica e à organização de um sindicato rural:

Figura 16 – Lição 21 da Cartilha *Viver é Lutar*



Os camponeses sentem necessidade de união.
Sentem que unidos podem agir.
Seu direito de união é lei.
Pedro e os camponeses querem fundar um sindicato.
Eles sentem os problemas de sua classe.
Querem organizar sua classe.
Sindicato é união.
Sindicato é força.
A união faz a força do sindicato.

A UNIÃO FAZ A FORÇA DO SINDICATO[318].

Fonte: MEB (1963c).

Na cartilha, o sindicato, bem como as instituições e o Estado – expresso na designação "governo" – aparecem como espaços em disputa. Portanto, é na esfera política que os interesses antagônicos de classe se confrontam. A política e o Estado não são vistos como neutros, mas sim como o terreno principal, onde a classe dominante procura garantir e reproduzir a sua hegemonia e a classe trabalhadora luta por direitos e melhores condições de vida. É onde se definem as leis, as políticas públicas e o uso do poder coercitivo, refletindo a condensação material de uma correlação de forças, como diria Poulantzas (Miguel, 2018). Em suma, os sindicatos e as instituições devem ser não só disputados, como também utilizados como mecanismo de pressão. Dessa forma, na lição vinte e sete, lê-se o seguinte:

Figura 17 – Lição 27 da Cartilha *Viver é Lutar*



Xavier, Pedro e os companheiros procuram um jeito de libertar o Brasil desta situação.
Com escola, sindicato e cooperativa procuram organizar o povo.
Só um povo organizado participa do governo.
Povo organizado é força.
É força para exigir mudança.
Força para eleger seus candidatos.
Todo o povo deve participar do governo.
Participar do governo para lutar por Justiça.
Justiça para todos os homens.
O povo tem o dever de lutar por Justiça.

O POVO TEM O DEVER DE LUTAR POR JUSTIÇA[319].

Fonte: MEB (1963c).

[318] *Ibidem*, p. 42.
[319] *Ibidem*, p. 54.

Embora a Doutrina Social da Igreja não reconhecesse a luta de classes, os coordenadores do MEB, reunidos em dezembro de 1962, optaram pelo "polo dominado". A partir da caracterização das forças dominantes e dominadas da realidade brasileira, engendrada pelo "sistema capitalista de produção", constata-se que este sistema impõe "os maiores obstáculos para a humanização plena", uma vez que valoriza a propriedade privada e estabelece "o lucro como meta" (Wanderley, 1962, p. 3).

Dentro desse contexto, o Movimento de Educação de Base reconheceu a existência objetiva da luta de classes ao longo da história humana. Segundo Wanderley, membro da equipe nacional, "em determinada fase histórica, tem havido sempre grupos ou classes sociais que operam a dominação do mundo para dominar outros grupos e classes" (1962, p. 3). Neste sentido, provocados por um problema central[320], referente à linha de atuação do MEB, os coordenadores estaduais expressaram seu compromisso com o "polo dominado", representado concretamente pela classe trabalhadora, em especial, os trabalhadores rurais[321].

4.5 Uma interpretação

A cartilha *Viver é lutar* é resultado direto deste compromisso e, certamente, o mais expressivo. Não foi por acaso que após o golpe de 1964, a cartilha foi retirada de circulação. Para o MEB, a educação visava à ação. Como material educativo, *Viver é lutar* se constituiu em um importante instrumento de conscientização, tendo em vista a ação política. A sequência das lições estava estruturada em três planos: (a) conscientização, (b) motivação de atitudes e (c) instrumentos de ação.

Na perspectiva teórica do movimento, a ação humana exigiria esses três requisitos essenciais. Em primeiro lugar, o ser humano agiria "diante de um fato que é real para ele". Dessa forma, era imprescindível que se conscientizasse sobre a realidade na qual vai agir. Simultaneamente, ele assumiria "uma atitude diante dessa realidade". Por fim, "para que a atitude se concretize em ação", o ser humano parte sempre dos meios que lhe estão disponíveis, tais como: as instituições, a escola radiofônica, os sindicatos, entre outros[322].

---

[320] A linha de atuação do MEB "será de acomodação do homem rural, ou de levá-lo a tomar consciência de que é urgente uma transformação global da sociedade?" (Wanderley, 1962, p. 7).
[321] MOVIMENTO DE EDUCAÇÃO DE BASE – MEB. Realidade brasileira. *In*: ENCONTRO NACIONAL DE COORDENADORES, 1., *Anais*... [Recife/Olinda: MEB, 1962c]. 13 f. Mimeo. Relatório dos debates. Disponível em: https://memoria.cidarq.ufg.br/index.php/meb-rt-ins-mno-068. Acesso em: 10 out. 2025.
[322] MOVIMENTO DE EDUCAÇÃO DE BASE – MEB. Análise teórica. *In*: MOVIMENTO DE EDUCAÇÃO DE BASE - MEB. *Dossiê Conjunto Didático Viver é lutar*. Rio de Janeiro, 1964d, p. 1.

A fim de explicar a reestruturação do MEB ao longo do ano de 1962, Porphirio defende como hipótese que a mudança nas propostas do movimento "deve ser interpretada como uma tentativa de acompanhar o processo de radicalização dos trabalhadores rurais, que cada vez mais se fortaleciam e pautavam o debate político por meio da atuação nas Ligas Camponesas", com o objetivo de "neutralizar a linguagem de resistência" (2021, p. 149).

Embora o autor afirme que a "Igreja não é um bloco monolítico" (Porphirio, 2021, p. 293), ele não empreende uma análise a partir das contradições internas do próprio movimento. Através da análise sobre a formação da classe operária inglesa, em fins do século XVIII e início do século XIX, assim como Engels, Thompson (2021) compreendeu que o campo religioso não é um bloco homogêneo e que, sob determinadas conjunturas históricas, dividia-se segundo sua composição de classe. Nota-se na obra *A formação da classe operária inglesa*, que o fenômeno religioso possui um duplo caráter: seu papel social de acomodação à sociedade estabelecida, mas também de resistência contra esta mesma sociedade, ou até mesmo revolucionário, dependendo das circunstâncias históricas.

Por não apreender o caráter de classe e luta de classes presentes no interior do MEB, pode-se observar certa contradição na estrutura argumentativa no trabalho de Porphirio. Ainda sobre a reestruturação do movimento em 1962, ele afirma que "não podemos negligenciar questões internas do MEB, como a maior influência da AP na construção da agenda do movimento" (Porphirio, 2021, p. 151). E o autor acrescenta: "Percebe-se que, nas proposições da AP, a harmonização das relações [de classe] não aparecia como um meio de ação ou como passível de ser alcançada no modo de produção capitalista. Nesse sentido, a AP era contrária a qualquer tipo de 'harmonização social' entre latifundiários e camponeses" (Porphirio, 2021, p. 151). Ainda que o autor reconheça a crítica ao modo de produção capitalista e o peso da Ação Popular no movimento, ao analisar a nova linguagem assumida pelo MEB, principalmente na cartilha *Viver é lutar*, ele conclui que:

> O MEB utilizou a linguagem e as palavras de ordem evocadas pelas Ligas e pelo PCB com a intenção de neutralizá-las, para então ressignificá-las de acordo com os referenciais da *Mater et Magistra*, defendendo a harmonia de classes, a participação política dos trabalhadores rurais a partir da filiação em sindicatos cristãos conservadores, a formação de cooperativas e a fundação de escolas como instrumentos para a promoção da autopromoção comunitária, a implantação de salário justo, a aplicação da legislação trabalhista, a redução das desigualdades sociais, a capacitação técnica e o acesso à pequena propriedade e aos insumos (crédito e maquinário) como caminhos para aumentar a produtividade e melhorar a qualidade de vida dos trabalhadores rurais, a crítica ao imperialismo usurário, o direito natural e sagrado da propriedade privada. Porém, no contexto de polarização política do Brasil pré-golpe de 1964, tal proposta de reforma do capitalismo foi considerada 'subversiva' (Porphirio, 2021, p. 153).

A leitura do excerto anterior evidencia a contradição em sua argumentação. Embora o autor reconheça o peso da AP a partir de 1962, ao ponto de promover uma reestruturação no movimento, a nova linguagem adotada pelo MEB não passava de uma estratégia, a fim de neutralizar as palavras de ordem das Ligas Camponesas e do PCB. Não havia uma preocupação genuína com a transformação social. A caracterização do movimento como "subversivo" não passava de um grande complô, dos setores conservadores, para, segundo o autor, "demonstrar a grandiosa capacidade organizativa do 'comunismo', a fim de justificar a realização, urgente, da contrarrevolução preventiva. Era de grande valia alegar que os setores da hierarquia católica estavam alinhados ao plano de dominação bolchevique" (Porphirio, 2021, p. 157-158).

A atuação político-pedagógica do MEB entrou em conflito direto com os interesses da burguesia agrária alagoana e, em alguns momentos, com os próprios interesses institucionais da Igreja Católica. Essas tensões são observadas desde a realização dos primeiros estudos de área na Usina Utinga Leão. Segundo Alba Correia, "começamos a contrariar proprietários rurais e usineiros". Em uma das atividades, a supervisora, juntamente com seus companheiros de trabalho, foi chamada "à sede dessa grande usina, para uma reunião, até sermos dispensados do trabalho educativo", sob a alegação de que "não havia os analfabetos que constatamos nos estudos de área"[323]. Diante dessa situação, foi necessário a mediação do pároco para a continuidade das atividades.

A bem da verdade, o conceito de classe social não estava presente no arcabouço teórico do MEB, assim como não era aceita a perspectiva da luta de classes em seus documentos oficiais. Por outro lado, após o golpe de 1964, o movimento reconheceu a sua existência objetiva, presente em suas reflexões desde 1962:

> A luta entre classes existe no Brasil, como existe em toda a sociedade onde os desequilíbrios sociais causam conflitos entre os interesses dos diversos grupos. Se não é uma luta declarada, é certamente uma tensão, que degenerará em ódio aberto, na medida em que crescer a desesperança. Se temos obrigação de superá-la e não de admiti-la como norma de evolução, segundo a Doutrina Social da Igreja, temos, também, que aceitar a realidade dos fatos, sem fugir à objetividade[324].

A utopia sociorreligiosa do MEB, fundamentada, inicialmente, no personalismo cristão, privilegiou o dado da conscientização e o compromisso de transformação social, através do trabalho educativo junto aos trabalhadores rurais. A sua prática educativa articulava a ação política com as demais esferas da vida social dos trabalhadores, o que promoveu uma identidade

---

[323] SILVA, Maria Alba Correia da. *Movimento de Educação de Base – MEB*: criação, propósitos e ações. Depoimento cedido a Wellington da Silva Medeiros para produção da pesquisa, em 14 de maio de 2024.
[324] MOVIMENTO DE EDUCAÇÃO DE BASE – MEB. *Movimento de Educação de Base*: sua origem, sua ação e seu conteúdo. Rio de Janeiro, 1965d, p. 5-6. Disponível em: https://memoria.cidarq.ufg.br/index.php/meb-rt-ins-mno-024. Acesso em: 16 fev. 2025.

de classe em oposição à burguesia agrária alagoana. Num certo sentido, era um movimento camponês em transição, a caminho de se tornar uma classe autoconsciente. O fermento da educação política, sob uma ótica thompsoniana, entrava em ação nas reivindicações por melhores condições de vida e nos embates sindicais, conforme se verá no próximo capítulo.

CAPÍTULO V:

O MEB E O GOLPE EMPRESARIAL-MILITAR DE 1964: A EXPERIÊNCIA DOS SINDICATOS RURAIS

> *Existem duas forças muito importantes que sempre devem ser consideradas: as Forças Armadas e a Igreja.*
> (Francisco Julião, 1979b)

O período de fundação do Movimento de Educação de Base coincide com o processo de formação dos sindicatos rurais em Alagoas. Estes tiveram início no segundo semestre de 1961, o que refletia, de certa forma, a então mobilização pela sindicalização rural em curso no Brasil. Em *Alagoas: sindicatos rurais e dominação*, Mello (1990, p. 51) pontua que nas regiões onde a mobilização foi mais intensa, antes do golpe empresarial-militar[325], "veio a ocorrer, em certa medida, uma internalização da luta de classe com uma acumulação de experiências de lutas e organização", em um estado da Federação em que até fins dos anos 1980 e início da década seguinte, o conjunto dos canavieiros locais exerceram um tímido papel enquanto ator político, apesar da incidência de conflitos.

Até o início dos anos 1960, devido à obstáculos políticos e jurídicos, eram pouquíssimos os sindicatos rurais reconhecidos no Brasil, seja pela resistência dos grandes latifundiários, pelo histórico isolamento dos trabalhadores rurais, ou ainda, pela negligência das autoridades constituídas. Apesar de contemplados pelo Decreto-Lei nº 7.038, de 10 de novembro de 1944, que dispõe sobre a sindicalização rural, e pela Consolidação das Leis do Trabalho (CLT) de 1946[326], os sindicatos rurais não se materializaram no disposto cumprimento da determinação legal.

Apenas em 1962, a partir das portarias 209-A, de 25 de junho, e 355-A, de 20 de novembro do referido ano, do Ministério do Trabalho e Previdência Social, iniciou-se o processo de implantação da estrutura sindical oficial no campo. O enquadramento sindical estabelecido pela Portaria 355-A permitia a existência de quatro sindicatos por base territorial: (1) Sindicato dos Trabalhadores na Lavoura; (2) Sindicato dos Trabalhadores na Pecuária e Similares; (3) Sindicato dos Trabalhadores na Produção Extrativa Rural; e (4) Sindicato dos Produtores Autônomos. Isto é, "pequenos proprietários e arrendatários e trabalhadores

[325] O termo, cunhado por René Dreifuss (1981), caracteriza o golpe de 1964 como um golpe empresarial-militar marcado por um claro perfil de classe.
[326] A CLT, instituída em 1943, sofreu alterações relevantes em 1946, após o fim do Estado Novo e o início do governo Eurico Gaspar Dutra (1946-1951).

autônomos que explorem atividade rural, sem empregados, em regime de economia-familiar ou coletiva"[327]. Segundo Coletti, pode-se interpretar a inclusão dos produtores autônomos no sindicalismo rural "como uma medida para atingir as bases sociais das Ligas Camponesas, até aquele momento a única forma de organização efetiva dos produtores do campo" (2019, p. 137-138).

Na sociedade alagoana, os primeiros movimentos para organização dos sindicatos rurais contaram com a participação tanto do Partido Comunista Brasileiro (PCB) quanto de setores ligados à Igreja Católica, mediante o Serviço de Orientação Rural de Alagoas (Soral) e o MEB, que contribuiu significativamente no processo de formação de lideranças e sindicalização no meio rural.

No entanto, com o golpe de 1964, ocorreu um rearranjo na correlação de forças acerca destas entidades. O golpe representou, simultaneamente, uma ruptura e uma continuidade no processo de sindicalização rural e de organização dos trabalhadores. Ruptura, porque as Ligas Camponesas e as esquerdas, inclusive a esquerda católica, foram definitivamente suprimidas do cenário político do campo. Continuidade, porque o sindicalismo rural, enquanto instituição, foi preservado, e setores conservadores da Igreja Católica, que anunciaram seu apoio explícito aos militares golpistas, puderam indicar um grande número de interventores.

Desse modo, este capítulo tem como objetivo discutir os impactos do golpe sobre o processo de sindicalização rural e as estruturas do MEB em Alagoas. O texto está organizado em quatro seções. Na primeira, aborda-se o método de Animação Popular (AnPo) e a educação sindical promovida pelo movimento. Em seguida, examina-se a emergência dos sindicatos rurais e o tabuleiro político local, com os diferentes atores sociais presentes no processo de sindicalização: o PCB, os usineiros e a Igreja. Na sequência, discute-se o governo Luiz Cavalcante (1961-1966) e os desdobramentos do golpe na desarticulação do MEB e dos sindicatos rurais. Por fim, analisam-se as relações entre o MEB/Maceió, a *Cooperativa Agropecuária de Pariconha Ltda.* e a estruturação de uma escola de guerrilha, no Alto Sertão de Alagoas, como forma de resistência armada frente ao novo regime.

[327] BRASIL. Ministério do Trabalho e Previdência Social. Portaria n. 355-A, de 20 de novembro de 1962, com instruções para a organização e reconhecimento de entidades sindicais rurais. *Diário Oficial da União*, Brasília-DF, 27 nov. 1962.

5.1 As caravanas de cultura e a educação sindical

Durante o período de implantação do Sistema Radioeducativo de Maceió (Siterema), entre os anos de 1962 e 1963, as escolas radiofônicas foram o instrumento básico de ação. Já em sua segunda fase, entre fins de 1963 e o início de 1965, o MEB foi marcado pela experiência das Caravanas Populares de Cultura e pela educação sindical, ambas fundamentadas no método de Animação Popular. O movimento assumiu uma postura crítica frente às estruturas social e política estabelecidas, posicionando-se em defesa da transformação social. Dessa forma, as ações voltaram-se para as situações concretas da comunidade local em que se encontravam inseridos, com vistas à conscientização sobre as condições da classe trabalhadora e a desigualdade social.

Ao final de 1962, visando complementar o programa de educação de base desenvolvido através das escolas radiofônicas, o MEB/Nacional apresentou a proposta de um plano de ação direta nas comunidades. Suas raízes remetem às experiências de desenvolvimento comunitário realizadas em países periféricos, por exemplo, a Índia, e amplamente divulgadas pela Unesco. Ainda que não se faça referência às missões rurais da CNER – por sua vez inspiradas nas missões rurais mexicanas –, tal experiência foi certamente assimilada pelo MEB. No entanto, as caravanas e, principalmente, a AnPo, "processo educativo mais amplo para o qual as caravanas se encaminharam" (Fávero, 2006, p. 208), inspiraram-se diretamente nas atividades de animação rural promovidas pelo *Institut de Recherches et d'Applications de Méthodes de Dévèloppement* (Iram), sobretudo no Senegal. Em meados de 1962, Vera Jacoud, coordenadora nacional do MEB, conheceu *in loco* a experiência do Marrocos. Essa observação e seu estudo sobre o caso senegalês foram fundamentais para a elaboração das propostas das caravanas e da animação popular.

De acordo com o MEB,

> A Animação Popular é um processo de estruturação de comunidades e organização de grupos, progressivamente assumido por seus próprios membros, a partir de seus elementos de liderança. A comunidade organiza-se como consequência da descoberta de seus valores, recursos e suas necessidades em busca da superação de seus problemas sociais, econômicos, culturais, políticos e religiosos, no sentido da afirmação de seus membros como sujeitos[328].

Diante do exposto, percebe-se que a AnPo consistia em uma técnica de desenvolvimento de comunidade, mediante a ação de seus próprios membros. Tratava-se, essencialmente, de um

[328] MOVIMENTO DE EDUCAÇÃO DE BASE – MEB. *MEB em cinco anos (1961-1966)*. Primeira parte. [Rio de Janeiro], 1966a, p. 26. Disponível em: https://memoria.cidarq.ufg.br/index.php/meb-rt-ins-mno-041. Acesso em: 15 fev. 2025.

processo político por três motivos complementares. Primeiro, por constituir "uma educação de vida comunitária, de participação comum nos problemas e nas soluções de cada dia", a partir da tomada de consciência da realidade. Em segundo lugar, porque estruturava "a comunidade de tal forma que possibilita[va] a participação política de cada um na vida da comunidade, através de grupos e de trabalhos comuns". Por fim, porque levava "a comunidade a ampliar esta sua vida política para o processo político nacional", transpondo, assim, a marginalidade dos trabalhadores rurais[329].

No segundo semestre de 1963, o MEB/Maceió levou à frente mais um campo de atuação através das Caravanas Populares de Cultura. A descrição apresentada a seguir se refere à experiência da comunidade de Rio Novo – a única documentada no sistema de Maceió e, até o momento, estudada por Idabel Nascimento da Silva (2002) –, inclusive a partir de entrevistas com antigos "caravaneiros" e supervisores do MEB.

O atual bairro de Rio Novo, então *Vila Carrapato*, localizava-se no distrito de Fernão Velho, conforme o mapa na página seguinte. Segundo Silva (2002, p. 107), "a denominação de *Vila Carrapato*, até 1964, deveu-se a sua situação às margens do Riacho Carrapatinho, afluente do Mundaú". Nesse período, o local "preservava características tipicamente rurais". Ainda que estivesse "situado a apenas alguns quilômetros de Maceió, a sua população não tinha acesso fácil à capital, o que tornava a vida dos moradores daquele lugar limitada e completamente dependente de Fernão Velho", localizado "a menos de um quilômetro do povoado e que se destacava por seu desenvolvimento econômico", graças à sua significativa produção têxtil para os padrões industriais alagoanos, sobretudo através da fábrica Carmen Fiação e Tecelagem S.A., do grupo pernambucano Othon Bezerra de Melo. Como sua população era majoritariamente operária, a Ação Católica atuava no local por meio da Juventude Operária Católica (JOC) e do Círculo Operário[330] (Santos, 2024).

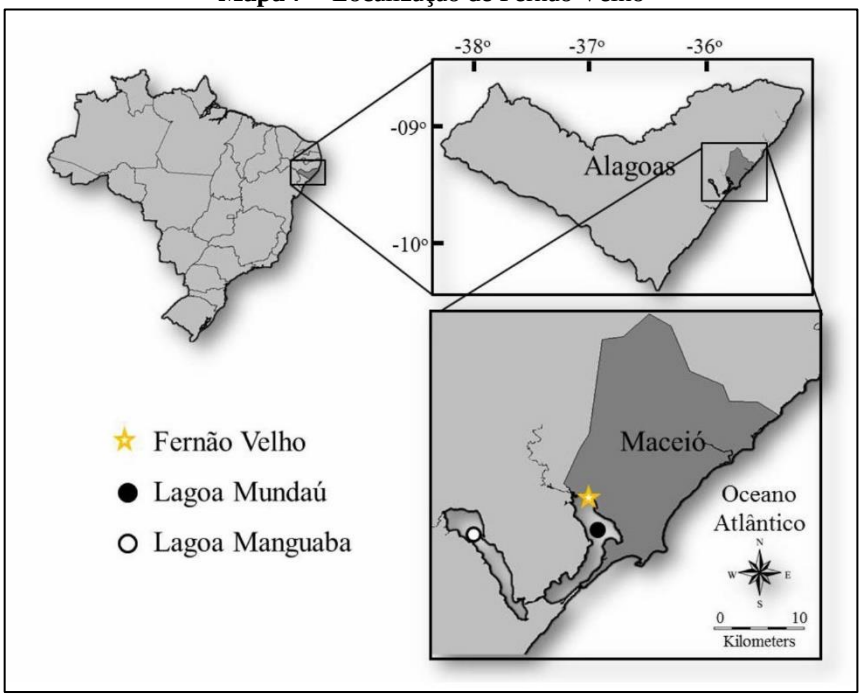
No que se refere a Rio Novo, no início dos anos 1960, a localidade era uma pequena comunidade de aproximadamente mil habitantes, formada marcadamente por pequenos agricultores e pescadores, haja vista sua localização próxima à Lagoa Mundaú. As moradias

[329] *Ibidem*, p. 26-27.

[330] Ao analisar o envolvimento da Igreja Católica com o mundo do trabalho no Brasil, Souza (2002, p. 186) aponta que os Círculos Operários tiveram origem em Pelotas, no Rio Grande do Sul, em 1932, "visando uma ação além do 'meramente material', dirigida à assistência aos operários e capaz de lhes proporcionar uma formação social e espiritual". Esta organização nasceu "como uma das expressões da longa trajetória da Igreja; são, portanto, parte integrante de um aparato doutrinário, institucional e simbólico, elaborado desde o século XIX, por meio do qual a instituição reivindicava para si a representação do social e almejava 'tornar-se povo'". Na Igreja local, por sua vez, o Círculo Operário foi fundado em 1 de maio de 1940, na paróquia do Jaraguá (Guedes, 2025).

eram, em sua maioria, de taipa, e os seus habitantes viviam na condição de foreiros (Silva, 2002; Medeiros, 2019).

Mapa 7 – Localização de Fernão Velho



Fonte: Santos; Sampaio (2013).

A atuação do movimento nessa comunidade inaugura uma nova fase, caracterizada por uma metodologia fundamentada na animação popular e nas experiências das caravanas de cultura. A caravana foi composta por um grupo de dezesseis pessoas: seis supervisores do MEB e dez colaboradores, sendo estes estudantes secundaristas, universitários e moradores da própria comunidade[331]. A coordenação coube aos integrantes do MEB, a fim de garantir a linha de trabalho e a coesão do grupo. Os participantes passaram por um treinamento inicial e planejaram a Caravana Popular de Cultura (CPC) ao longo de oito reuniões e ensaios, realizados entre 25 de outubro e 28 de dezembro.

O evento ocorreu a 29 de dezembro de 1963, com os seguintes objetivos:

1. projetar a sociedade criada pelos moradores de Rio Novo que tem o nome de Sociedade ‘Unidos Venceremos’;
2. mostrar ao povo o valor de sua cultura tradicional e o que ele sabe e pode fazer;
3. desenvolver nos habitantes da região o sentido e valor do trabalho em equipe;
4. entrosamento do povo com a equipe do MEB;
5. despertar no homem uma consciência crítica a respeito dos problemas das realidades brasileira e alagoana;

[331] MOVIMENTO DE EDUCAÇÃO DE BASE – MEB/Maceió. *Relatório da 1º Caravana popular de Cultura*, Maceió, 1963d, p. 1. Arquivo pessoal da supervisora Maria Alba Correia da Silva. Anexo D.

6. descobrir e ativar os líderes locais[332].

No dia anterior à caravana, as ruas foram ornamentadas e realizou-se uma "intensa propaganda através de cartazes" e carro de som para divulgá-la. Consta que, uma semana antes, foram enviados convites, via Sociedade "Unidos Venceremos", a "autoridades militares, civis e eclesiásticas", como também aos círculos sociais da diretoria e dos membros da referida sociedade[333].

A caravana foi dinamizada com diversos recursos: música, poesia, dramatização e exposição de arte popular. Aos debates seguiam-se atividades esportivas (como o ciclismo) e folclóricas, promovidas pela comunidade. Apresenta-se, a seguir, a programação elaborada pelos caravaneiros em conjunto com a Sociedade Unidos Venceremos:

Quadro 2 – Programação da Caravana Popular de Cultura em Rio Novo (1963)

PROGRAMA	
Às 10h	Reuniões educativas: para rapazes – Formação Moral; para moças – Formação Moral; para crianças – Catequese e brincadeiras de rua.
Às 11h30	Abertura da Exposição de Arte Popular e produtos da terra, onde foram expostos trabalhos feitos pelo povo, tais como: cerâmica, caça e pesca, trabalhos manuais (arranjos natalinos, trabalhos em plástico, espuma e palha etc.), produtos da terra.
Às 14h	Reunião com os agricultores feita pelo Soral sobre sindicalização rural.
Às 14h30	Corrida de ciclistas com prêmios para os primeiros colocados, doados pela sociedade.
Às 15h	Cavalhada e brincadeiras de rua para as crianças, tais como: pau de sebo, comida de pão etc.
Às 17h	Número de violeiros com temas dentro da realidade brasileira e alagoana.
Às 20h	Apresentação popular constando dos seguintes temas: 1. Comentário de quatro mensagens – colaboração da Escola Radiofônica Vila Pedreiras; 2. Dança de Coco – paródia – *Ô lua*; 3. Número de violeiros – dois violeiros; 4. Poesia – *A flor do maracujá* (moça); 5. Pagode – *Sou de Alagoas* (Menino); 6. Paródia da música de *Pisa Fulô* (duas meninas); 7. Poesia – *A vida do camponês* – Grupo – Jogral; 8. Paródia – *Xote da ação* (moça); 9. Cantos com comentários – *Menino do amendoim*; – *Ouro Branco*; – *Caranguejo Uçá*; 10. Palavras do Arcebispo D. Adelmo Machado; 11. Jogral – *Liberdade* e *Come e dorme* (grupo); 12. Canto *Maria Chiquinha* – sobre sindicalismo (rapaz e moça); 13. Monólogo (rapaz); 14. Dança do coco (grupo); 15. Número de acordeom (grupo); 16. Cantos diversos por moças e rapazes de Rio Novo.

Fonte: MEB/Maceió (1963d)

[332] *Ibidem*.
[333] *Ibidem*, p. 2.

A principal característica de uma caravana era o contato direto com a comunidade, a fim de conhecer as pessoas: "Saber o porquê de seu modo de pensar, de viver, conhecer seus problemas, costumes e convicções, perceber seu grau de conscientização"[334]. Nesse sentido, era fundamental ainda que os caravaneiros se dessem a conhecer, pois "para haver trabalho educativo é preciso haver confiança", e "para haver confiança é preciso dar-se a conhecer mutuamente"[335]. De acordo com a metodologia do MEB, defendia-se que todo contato era sempre um diálogo. Era através desta troca que se pretendia, a princípio, estimular e desenvolver todas as formas válidas de liderança para, num segundo momento, auxiliar o trabalho dos animadores locais.

O diálogo era um dos elementos centrais em praticamente todos os movimentos de educação popular no período, especialmente no MEB e nos círculos de cultura liderados por Paulo Freire. Apesar disso, constituía um desafio para o movimento. Segundo Fávero, "uma das maiores críticas que lhe eram feitas incidia exatamente sobre a impossibilidade das escolas radiofônicas estabelecerem um diálogo educador-educando (2006, p. 209). Por este motivo, as caravanas visavam efetivar esse diálogo, inclusive como uma forma de identificação dos agentes com os trabalhadores rurais e demais grupos populares.

Nessa perspectiva, o foco de uma caravana consistia na promoção de debates baseados no levantamento de problemas sentidos pelos moradores, tais como a carência de escolas, a precariedade da saúde e as dificuldades de locomoção, entre outros. Para a supervisora Alba Correia, no "povoado do Carrapato", "a experiência das mudanças e transformações ia sendo assumida pela população, que inicia sua luta por melhores condições de vida". As discussões eram pautadas pelas "dificuldades de atendimento às suas necessidades"[336].

O desenvolvimento das ações junto ao MEB, portanto, aponta "uma linha de reivindicações significativas: [...] construção de uma escola pública em Rio Novo; construção de um Posto de Saúde em Rio Novo; montagem de uma subestação de trem em Rio Novo". Devido a essas conquistas, Rio Novo continua sendo visto, ainda hoje, "como referência das possibilidades de organização e de mudança social". Como resultado das ações de mobilização, ocorreu, "à época, a eleição de um representante/militante para vereador de Maceió"[337]. Infelizmente, não foi possível identificar o parlamentar mencionado pela supervisora. De todo

---

[334] MOVIMENTO DE EDUCAÇÃO DE BASE – MEB. *Animação popular, caravana*. Redação provisória [da apostila 5, série A] para exame e crítica [Rio de Janeiro], 1965f, p. 7. Disponível em: https://memoria.cidarq.ufg.br/index.php/meb-rt-ins-mno-070. Acesso: 06 fev. 2026.
[335] *Ibidem*.
[336] SILVA, Maria Alba Correia da. *Movimento de Educação de Base – MEB*: criação, propósitos e ações. Depoimento cedido a Wellington da Silva Medeiros para produção da pesquisa, em 14 de maio de 2024.
[337] *Ibidem*.

modo, a metodologia de animação popular demonstra que, a partir de ações inicialmente mais imediatas – como a reivindicação por uma subestação de trem –, o MEB, articulava, progressivamente, ações de maior expressão política, como lançamento de uma candidatura para representar os interesses dos trabalhadores rurais na Câmara Municipal.

Nesse período, havia a compreensão de que, para se chegar à consciência de classe, dever-se-ia partir das experiências imediatas dos trabalhadores e, gradativamente, promover o conhecimento da totalidade real do processo de produção e reprodução do social. Na obra *Educação popular e processo de conscientização*, Barreiro (1980, p. 178) sustenta que a educação popular deveria aproveitar "todas as oportunidades para criar atitudes e comportamentos capazes de conduzir a níveis superiores de atuação popular, estimulando a organização do povo em torno de seus interesses (imediatos ou não), provocando o exercício do sentido crítico, da autonomia, da criatividade etc." (*apud* Wanderley, 1984, p. 153).

Para Wanderley, um dado importante no processo de conscientização era o caráter dialógico, em que os agentes do MEB ouviam e aprendiam com os estudantes, "mesmo que no fundo se induzisse muita coisa" (1984, p. 153). Nesse processo, descobriu-se que o trabalhador rural não era "por natureza ingênuo, passivo, conservador", mas que tinha o seu próprio modo de se expressar e de realizar as suas atividades. Apesar dos textos oficiais não assumirem uma posição nítida com respeito à consciência de classe, as práticas executadas pelo sistema local enfrentaram o problema, ainda que de maneira tateante. Os passos efetivos indicavam que a tomada de consciência por parte dos trabalhadores rurais se inscrevera na construção de sua identidade enquanto classe, pela capacidade de colocar-se como "classe para-si", mediante o desvelamento de certas contradições sociais e a luta por melhores condições de vida.

Com base nesse referencial, convém expor fragmentos do poema *Come e dorme*, de Félix de Athayde (1932-1995). A obra, veiculada durante a Caravana Popular de Cultura, expressava as angústias dos trabalhadores rurais sob uma perspectiva dialética.

COME E DORME

Félix de Athayde

O pobre lavra a terra
(o seu dia é enorme)
Lavra a fome, a miséria:
o rico come e dorme.

O pobre amassa o pão.
(a sua fome é enorme)
Mas, quem que come o pão?
O rico. Come e dorme.

Há fome no Brasil
(a miséria é enorme)

o pobre morre de fome:
o rico come e dorme.

O rico faz a guerra
(esse lucro enorme)
o pobre come bala:
o rico come e dorme.

O pobre pede pão
(esse crime enorme)
o rico dá cadeia:
se benze, come e dorme[338].

Evidencia-se no poema a oposição dialética entre o pobre – que "lavra a terra", "amassa o pão", "morre de fome" – e o rico, que "faz a guerra", "se benze, come e dorme". Nesse sentido, a obra promoveria uma identificação de classe dos trabalhadores rurais com a figura do "pobre", enquanto sujeitos desprovidos de saneamento básico, de educação formal e de serviços de saúde. Tal identificação consolida-se pelo antagonismo ao "rico", possivelmente associado ao latifundiário e à burguesia agrária alagoana.

Durante a caravana, o MEB também promoveu a educação sindical, buscando suscitar na comunidade o interesse pelo sindicalismo, como estratégia de conscientização através da organização política. Os agentes utilizaram como metodologia uma paródia da icônica canção *Maria Chiquinha*, lançada originalmente nas vozes de Sônia Mamede (1936-1990) e Evaldo Gouveia (1930-2020) em 1961[339].

MARIA CHIQUINHA

HOMEM: Você precisa ir pro Sindicato Maria Chiquinha
MULHER: O Sindicato é coisa pra homem Genaro meu bem
HOMEM: Quem foi que lhe disse esta besteira Maria Chiquinha[?]
MULHER: Pra que Sindicato se tudo está ruim Genaro meu bem[?]
HOMEM: A gente precisa mudar de vida Maria Chiquinha
MULHER: Eu já estou cansada de plantar de meia Genaro meu bem
HOMEM: O homem do campo precisa de terra Maria Chiquinha
MULHER: Eu não acredito na Reforma Agrária Genaro meu bem
HOMEM: O Sindicato luta por ela Maria Chiquinha
MULHER: Quem vai lhe vender se o bolso está liso Genaro meu bem[?]
HOMEM: O governo vende e dá assistência Maria Chiquinha
MULHER: Isto até parece conversa fiada Genaro meu bem
HOMEM: O patrão vai pagar o que a gente merece Maria Chiquinha
MULHER: O homem do campo morre sem vintém Genaro meu bem
HOMEM: Um Instituto a gente vai ter Maria Chiquinha
MULHER: Tô até arrepiada de tanta alegria Genaro meu bem
HOMEM: Tô ficando tonto e vou me afogar Maria Chiquinha
MULHER: Onde é que você vai se afogar Genaro meu bem[?]
HOMEM: Onde é que eu vou me afogar?

[338] ATHAYDE, Felix. Come e dorme. *In*: MOVIMENTO DE EDUCAÇÃO DE BASE – MEB/Maceió. *Relatório da 1º Caravana popular de Cultura*, Maceió, 1963d, p. 8. Arquivo pessoal da supervisora Maria Alba Correia da Silva.
[339] Cf.: SANTOS, Mariana. *Maria Chiquinha*: a polêmica história do sucesso de Sandy & Junior. Disponível em: https://www.letras.mus.br/blog/maria-chiquinha-historia/. Acesso em: 13 fev. 2026.

ORA, MERGULHANDO NO SINDICATO[340].

A paródia mimetiza o diálogo entre o famoso casal de sertanejos Genaro e Maria Chiquinha. No entanto, ainda que essa versão preserve a forma descontraída da composição original, seu conteúdo diverge substancialmente, ao abordar a importância do sindicato como instrumento político de luta pela reforma agrária e por melhores condições de vida. Tratava-se de uma estratégia de mobilização com ação direta na comunidade, a qual complementava as aulas radiofônicas e os boletins.

Os supervisores Luiz Cavalcante (2025) e Alba Correia (2025) esclarecem que a "aliança com o movimento sindical" ocorreu progressivamente durante a "caminhada" do movimento: "Ele não nasceu já. [...] É um processo que vai sendo construído", pois o objetivo inicial era "a educação dos analfabetos"[341]. Esse fenômeno não é uma característica exclusiva do sistema local. Em sua tese de doutorado, o sociólogo Luiz Wanderley demonstrou que, embora vista inicialmente como uma atividade complementar de assessoria, a "sindicalização rural se constituiu numa pedra de toque do processo educativo do MEB, exercendo influência sobre as equipes dos Sistemas radiofônicos, sobre a programação das aulas, sobre os treinamentos, e, de certa forma, exigindo mais dos agentes" (1984, p. 284).

Pode-se afirmar que pelo menos quatro fatores contribuíram para a atuação do MEB no processo de educação e sindicalização rural: (1) o estímulo do episcopado à criação de organizações rurais, presente em pronunciamentos e no *Plano de Emergência para a Igreja do Brasil* (1962); (2) as diretrizes sobre associativismo contidas na encíclica *Mater et Magistra*; (3) as demandas dos próprios estudantes e das comunidades, em casos específicos; e (4) a colaboração solicitada por organizações eclesiásticas estruturadas com a finalidade de promover a sindicalização nas dioceses.

Com o surgimento das Ligas Camponesas, a Arquidiocese de Natal desenvolveu uma atividade junto aos trabalhadores e trabalhadoras rurais do Rio Grande do Norte, denominada Serviço de Assistência Rural (SAR). Essa experiência, direcionada à alfabetização e à educação de base, serviu como modelo para a criação do MEB em âmbito nacional. O "Movimento de Natal", como ficou conhecido, inspirou o trabalho da Igreja em outros estados, como, por exemplo, em Pernambuco e em Alagoas, principalmente como forma de reagir ao avanço das esquerdas (Montenegro, 2003). Dessa forma, em 1961, criaram-se o Serviço de Orientação

[340] MOVIMENTO DE EDUCAÇÃO DE BASE – MEB/Maceió. *Relatório da 1º Caravana popular de Cultura*, Maceió, 1963d, p. 4. Arquivo pessoal da supervisora Maria Alba Correia da Silva.
[341] SILVA, Maria Alba Correia da. *O MEB na Arquidiocese de Maceió (1962–1966)*. Segunda parte. [Entrevista concedida a] Wellington da Silva Medeiros para produção da pesquisa. 27 maio 2025.

Rural de Pernambuco (Sorpe) e o Serviço de Orientação Rural de Alagoas (Soral), cujo objetivo fundamental era promover a sindicalização rural. Na programação da caravana em Rio Novo, previa-se um momento específico de reunião com os agricultores sobre a sindicalização, conduzida pelo Soral.

Nesse contexto, em conjunto com essas organizações, o MEB contribuiu decisivamente para o processo de formação de lideranças e sindicalização no meio rural, constituindo-se em um dos mais importantes mecanismos da Igreja na ação sindical. No início dos anos 1960, o acirramento dos conflitos no campo e a atuação do PCB levaram a CNBB a defender, em seu *Plano de Emergência*, a necessidade do envolvimento da instituição na organização camponesa por meio das frentes agrárias, do sindicalismo rural e do Movimento de Educação de Base:

> O **Plano de Emergência** é integrado por alguns planos precisos, que foram aprovados na V Assembleia.
> De acordo com o que nos foi sugerido pela Santa Sé, voltaremos as vistas para uma Parte Pastoral e para uma Parte Econômico-Social. Na primeira merecerão cuidado especial: a Pastoral de Conjunto, a Renovação Paroquial, a Renovação de Ministério Sacerdotal, a Renovação dos Educandários.
> Na segunda: o *Movimento de Educação de Base; as Frentes Agrárias, levando à Sindicalização Rural*; a eventual colaboração com a Aliança para o Progresso; a coordenação das obras apostólicas e sociais; o treinamento de líderes[342].

Esta manifestação incentivou a atuação das frentes agrárias, tais como a Frente Agrária Gaúcha (FAG)[343], a Frente Agrária Goiana (Fago) e a Frente Agrária Paraense (FAP), além da reorientação do MEB para a educação e sindicalização rural[344]. De acordo com Wanderley, as frentes agrárias, "com exceção de alguns Estados onde elas foram bastante ativas", como no Rio Grande do Sul no combate ao Movimento dos Agricultores Sem Terra (Master), "tiveram pouca expressão" (1984, p. 280).

As diretrizes do episcopado impulsionaram o envolvimento do MEB com a ação sindical. Em seu trabalho educacional, por meio das escolas radiofônicas, "de seus programas especiais, do contato pessoal e por inúmeras outras maneiras, milhares de trabalhadores rurais motivados para o associativismo entraram para os sindicatos"[345]. Em 1962, criou-se uma

---

[342] CNBB. *Plano de Emergência para a Igreja do Brasil*. 2. ed. São Paulo: Paulinas, 2004, p. 28-29.
[343] A Frente Agrária Gaúcha foi criada em 1961 e se manteve atuante até fins da década de 1970. Era um movimento de agricultores rurais organizado pela Igreja Católica do Rio Grande do Sul, mediante a ideologia do arcebispo que coordenava a CNBB-Sul, Dom Vicente Scherer. Segundo Paulo Bassani, a "FAG deu a origem, o formato, o estilo dos sindicatos rurais" no estado. Cf: BASSANI, Paulo. *Conheça a história da Frente Agrária Gaúcha e dos sindicatos de trabalhadores rurais no Rio Grande do Sul*. Entrevista concedida à Conexão Ciência. Disponível em: https://conexaociencia.wordpress.com/2009/05/04/conheca-a-historia-da-frente-agraria-gaucha-e-dos-sindicatos-de-trabalhadores-rurais-no-rio-grande-do-sul/. Acesso em: 14 fev. 2026.
[344] WANDERLEY, Luiz Eduardo Waldemarin. *Carta-Relatório sobre Sindicalismo Rural*. [Rio de Janeiro], MEB, jul. 1964, p. 2. Disponível em: https://memoria.cidarq.ufg.br/index.php/meb-rt-ie-oms-001. Acesso em: 22 jul. 2024.
[345] *Ibidem*, p. 12.

assessoria para assuntos relacionados ao sindicalismo rural, sob a coordenação de Luiz Eduardo W. Wanderley como articulador nacional, com a função de promover o contato entre as equipes estaduais, fomentar cursos de treinamento, trocar experiências e estabelecer uma "ponte" entre o MEB e o Ministério do Trabalho[346].

Como Wanderley tivera reconhecida participação na Juventude Universitária Católica, sua atuação contribuiu para superar a hostilidade ao MEB entre os jucistas, que o viam como "clerical" e excessivamente controlado pelo episcopado. Isso fez com que uma parte deles aderisse ao movimento, atuando na esfera da sindicalização. "Simultaneamente, alguns membros com dupla militância no MEB e na AP, e mesmo aqueles vinculados somente à AP, percebendo a importância deste tipo de engajamento e suas possibilidades reais, passaram a se dedicar em tempo integral às atividades de sindicalização rural" (Wanderley, 1984, p. 289).

No I Encontro Nacional de Coordenadores, a Comissão de Sindicalismo Rural definiu a "educação sindicalista" como linha-mestra norteadora do MEB. Nessa perspectiva, o trabalho de sindicalização rural configurava-se como prática educativa, proposta às equipes dos sistemas locais, cujos agentes deveriam atuar na formação política dos trabalhadores. Nessa formação, orientava-se abordar a cooperação entre os trabalhadores, o papel do sindicato, a legislação sindical e trabalhista, entre outros temas (Souza, 2006; Wanderley, 1984). O objetivo era "tornar possível a formação de sindicatos verdadeiramente dirigidos pelos próprios camponeses"[347].

Em conformidade com o *Relatório Anual de 1963*, havia uma "assessoria para sindicalismo rural" em onze estados, entre os quais Alagoas: "Para esse trabalho continuou o MEB a manter, em 1963, uma assessoria para sindicalismo rural, no Secretariado Central e nos Estados de Pará, Maranhão, Piauí, Ceará, Rio Grande do Norte, Pernambuco, Sergipe, Alagoas, Bahia, Minas Gerais e Goiás"[348]. Esses "especialistas" foram ativos no movimento estudantil católico, como nos casos dos supervisores locais José Nascimento de França e Maria Alba Correia da Silva[349].

Para o MEB, a organização de grupos que promovessem o desenvolvimento das comunidades, ou a colaboração com entidades que realizassem esse trabalho, era resultado do próprio caráter educativo do movimento. Em função disso, a partir de 1963, o Sistema

---

[346] *Ibidem*, p. 3.
[347] MOVIMENTO DE EDUCAÇÃO DE BASE - MEB. *Relatório anual do MEB* - 1963. Rio de Janeiro: MEB, 1964a, p. 62.
[348] *Ibidem*.
[349] SILVA, Maria Alba Correia da. *Movimento de Educação de Base – MEB*: criação, propósitos e ações. Depoimento cedido a Wellington da Silva Medeiros para produção da pesquisa, em 14 de maio de 2024. Conteúdo colhido e sistematizado por Cíntia Ribeiro, publicado em: *Alba, a beata comunista: fé e subversão na ditadura militar em Alagoas* (2026).

Radioeducativo de Maceió dedicou grande atenção ao sindicalismo, aos clubes de mães, às cooperativas e às associações locais, de acordo com a metodologia de animação popular. Foi dessa forma que o movimento se inseriu na "corrida sindical", nos anos que antecederam o golpe de 1964, conforme se verá adiante.

5.2 O tabuleiro político

Em *A questão da reforma agrária no Brasil (1955-1964)*, Leonilde Medeiros identificou quatro forças políticas que disputaram e buscaram articular o movimento camponês em nível nacional, a saber: as Ligas Camponesas, o Partido Comunista Brasileiro, os setores moderados da Igreja e a esquerda católica – representada, sobretudo, pela Ação Popular e pelo MEB. Estes últimos atuaram "no movimento camponês já em seu período final e que tinham como proposta tentar buscar o 'ideal histórico' do movimento" (Medeiros, 1983, p. 60-61). As peças estavam, portanto, posicionadas e atuantes no "tabuleiro político".

Na sociedade alagoana, os primeiros movimentos para a organização dos sindicatos rurais contaram com a participação tanto do PCB quanto de setores ligados à Igreja Católica. Para Mello, "o efetivo grau de envolvimento de cada agente no processo local de sindicalização rural é de difícil aferição, tanto pela escassez de fontes como pela própria maneira como foi realizado" (1990, p. 102). Assim como ocorreu em outros estados, em Alagoas houve situações em que o processo de sindicalização rural "inicialmente apoiado por uns, ter tido continuidade através de outros, sendo atropelado por terceiros, até o reconhecimento oficial do Ministério do Trabalho". Em certas cidades, "ainda, foram com alguma frequência estabelecidos contatos entre agentes e bases potenciais sem desdobramentos imediatos" (Mello, 1990, p. 102-103).

O Partido Comunista Brasileiro priorizou a atuação junto ao proletariado rural e concebia a reforma agrária como uma etapa da revolução nacional-democrática e anti-imperialista. Tal processo, conforme a teoria da revolução brasileira em duas etapas, deveria preceder a revolução socialista. A linha do partido foi definida durante o IV Congresso do PCB, realizado em 1954. Nesse encontro, defendeu-se a tese de que uma das tarefas prioritárias do partido seria a formação da aliança operário-camponesa. Em 1959, a linha partidária foi redefinida, elegendo o combate ao "imperialismo norte-americano" como eixo central. Defendia-se a constituição de uma "frente única" anti-imperialista, que poderia incluir não apenas a classe operária, os camponeses e a pequena burguesia urbana, mas até mesmo latifundiários que possuíssem contradições com a política monopolista estadunidense. Essa moderação programática fundamentava-se na tática de "acumulação de forças". Avaliava-se

que existia a possibilidade de avançar gradualmente em direção à reforma agrária (Medeiros, 1983).

Foi ao sabor dessas circunstâncias que o PCB procurou reproduzir localmente suas estratégias nacionais, encontrando dificuldade de penetração nas áreas canavieiras. Diante disso, o processo de discussão interna acerca do caráter da reforma agrária parece não ter tido maiores repercussões. A prioridade da militância da seção local "era como viabilizar uma estrutura sindical diante das hostilidades dos proprietários rurais, da concorrência da Igreja Católica e das próprias autoridades constituídas" (Mello, 1990, p. 105).

Em agosto de 1961, o PCB promoveu na cidade de Rio Largo o *Congresso de Apoio ao Congresso de Belo Horizonte*, em que foi organizada uma comissão pró-encontro estadual de camponeses, com a finalidade de ampliar a mobilização sindical rural em todo o estado. Este congresso estadual de camponeses foi realizado em outubro no Palácio do Trabalhador[350], e se encerrou com o discurso do então vice-governador Teotônio Vilela. É importante destacar que Dom Adelmo Machado ofereceu ajuda financeira à delegação alagoana para participar do congresso na capital mineira. Este evento demarca o início de uma mobilização sistemática pela sindicalização rural em Alagoas, com a presença das diferentes forças políticas em disputa: os comunistas, representados pelo PCB, os usineiros, representados pelo governo estadual, e a Igreja Católica, através do Soral e, posteriormente, do MEB.

O PCB privilegiou às áreas canavieiras na organização dos sindicatos. "A razão dessas escolhas expressava conveniências relativas às maiores ou menores facilidades encontradas de penetração nos municípios a partir da capacidade de articulação política de suas bases urbanas", esclarece Mello (1990, p. 113). Notadamente, o trabalho de sindicalização rural desenvolvido com o apoio do partido alcançou certa expressão política, como, por exemplo, o sindicato de Pilar. Fundado em 6 de abril de 1963, após convocação realizada em 18 de março por trabalhadores da Fazenda Campinas, foi reconhecido em 31 de outubro do mesmo ano. Esse sindicato chegou a congregar quase mil filiados e promoveu eventos que tiveram repercussão como a comemoração do dia do Trabalhador, em primeiro de maio de 1963.

A partir de fevereiro de 1964, em conjunto com os sindicatos dos municípios de Rio Largo, Flexeiras e Atalaia, o sindicato de Pilar liderou uma mobilização "contra vinte propriedades agrícolas pertencentes às usinas Utinga, Terra Nova, Peixe, Uruba e Santa

[350] Inaugurado em 1950, o Palácio do Trabalhador se localiza no Centro de Maceió. Sua finalidade era "reunir, em um mesmo local, todos os sindicatos de Maceió, com amplo espaço para reuniões e assembleias unificadas, incluindo ambientes para atividades de cunho assistencial (serviços médicos e odontológicos e assessoria jurídica), bem no centro da capital e próximo ao local de moradia dos associados" (Moura, 2019).

Clotilde, acenando com a realização de greve caso não fossem atendidas suas reivindicações, centradas no pagamento do 13º salário mínimo" (Mello, 1990, p. 114). Infelizmente, essa mobilização acabou sendo interrompida pelo golpe empresarial-militar.

Por sua vez, no que se refere ao trabalho de sindicalização rural desenvolvido pela Igreja, deve-se recordar que naquele contexto se aumentava a preocupação de setores dessa instituição em relação à situação sociopolítica no campo, diante da expansão da zona açucareira e o êxodo rural dos camponeses em direção à capital. Agravando, dessa forma, "o espetáculo da pobreza" no estado. Além disso, a ajuda financeira concedida pela Igreja à delegação alagoana para participar do Congresso de Belo Horizonte pode ser compreendida como alternativa para conter a projeção que as Ligas Camponesas vinham alcançando até aquele momento na região Nordeste, correndo o risco de a qualquer momento se alastrar sobre o território alagoano, conforme ficou demonstrado anteriormente. Sendo assim, a instituição eclesiástica redefiniu suas ações ingressando na promoção do sindicalismo rural. Neste sentido, pode-se afirmar que a expansão e até mesmo a radicalização de lutas no meio rural também corresponderam ao crescente envolvimento das organizações ligadas à Igreja.

O trabalho sindical realizado através dessa instituição teve início efetivamente em setembro de 1961, logo após a realização do I Congresso de Trabalhadores Católicos, promovido pelo recém criado Movimento por um Mundo Melhor, momento no qual foi fundado o Serviço de Orientação Rural de Alagoas. Fundado por Dom Adelmo Machado, ficou sob a coordenação do assistente eclesiástico Salomão de Almeida Barros Lima[351]. Esse movimento "congregava no início das suas atividades um heterogêneo grupo constituído por alguns padres, estudantes, empresários e profissionais liberais"[352] (Mello, 1990, p. 118). A prioridade básica do Soral era divulgar a *Cartilha Sindical do Trabalhador Rural*, tendo como finalidade a autopromoção dos trabalhadores rurais pela sindicalização e pelo cooperativismo, mediante a educação de base e a capacitação de lideranças.

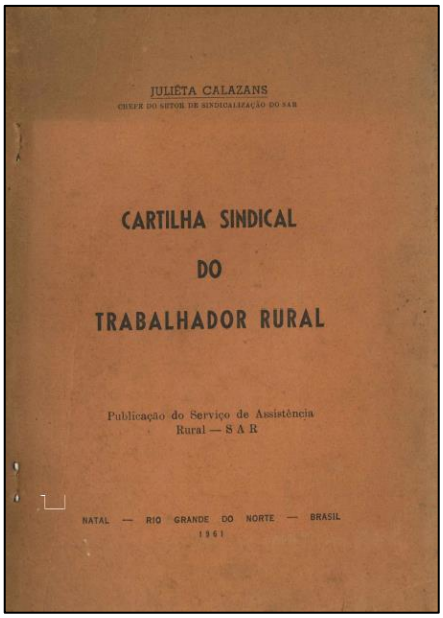
Publicada, em novembro de 1961, pelo Serviço de Assistência Rural, do Rio Grande do Norte, a cartilha visava divulgar "as vantagens do associativismo" e convencer os trabalhadores rurais a ingressar no sindicato. Nos termos da cartilha, tratava-se de ensinar "ao trabalhador

[351] Salomão de Almeida Barros Lima nasceu em Quebrangulo, Alagoas, em 9 de julho de 1930, e faleceu em Maceió, em 9 de novembro de 1994. Ele foi ordenado em 1954 e renunciou ao sacerdócio em 22 de outubro de 1974 (Santos, 2024, p. 339). Lima era mestre em Sociologia pela UFPE e atuou como professor do Departamento de Ciências Sociais da Universidade Federal de Alagoas (Ufal) (Barros, 2005, p. 165).

[352] Entre outros agentes, Paulo Mello identificou a atuação de: Luiz Gutemberg, Marcello Lavenère, Paulo Bartolomeu, Dorgival Brandão, Miltes Santa Cruz, Nabuco Lopes, Pe. Odilon Amador, Monsenhor João Batista Wanderley, Luiz Péricles, Pe. Clóvis Pradines, Maria José Barbosa, Galdino Moreira, Norma Fontes, Lígia Frota, Jurandir Tolis, Pe. Luiz Oliveira Santos, Pe. Hidelbrando Guimarães e Salomão de Barros Lima (1990, p. 135).

rural o ABC do sindicato" (Calazans, 1961, p. 4). Este documento se constitui em um notável roteiro de ação, com vocabulário simples e acessível, que permite reconstituir, em parte, tanto as orientações ideológicas quanto as práticas de atuação dos agentes político-religiosos do Soral e, possivelmente, do MEB junto ao campesinato alagoano e ao proletariado rural das regiões canavieiras, nos anos que antecederam o golpe de 1964.

Figura 18 – Cartilha Sindical do Trabalhador Rural



Fonte: Calazans (1961).

O sindicato foi definido como "um grupo formado por pessoas que trabalham em serviço do mesmo ramo"; "um órgão de **promoção**, de **defesa** e de **representação** dos interesses profissionais das pessoas que congrega" (Calazans, 1961, p. 5-6, grifo no original). Como exemplo, recorre-se aos trabalhadores algodoeiros: "se os trabalhadores da usina de Algodão de Caicó, Serra Caiada e Moçoró [*sic*] quiserem fundar um Sindicato, ficarão unidos pela profissão, embora morem bem distantes". Da mesma forma, seria o caso dos trabalhadores rurais. "Um sindicato no campo reunirá os trabalhadores das fazendas de perto e de longe. Todos ficarão pertencentes ao mesmo grupo, formando uma só família trabalhadora" (Calazans, 1961, p. 5).

Segundo Montenegro, "a disputa pelas palavras é indissociável de uma nova prática que se institui" (2003, p. 254). O apelo à categoria "família" e a analogia do espaço sindical com o ambiente familiar, um espaço por excelência de acolhimento e pertencimento, representava o sindicato como um ambiente seguro e afetivo. Esse cenário idílico poderia despertar certa receptividade entre os camponeses pelo órgão de classe, em que "unidos pela mesma profissão

poderão trocar experiências de serviços, ajudar uns aos outros nas horas difíceis, dar maior progresso à terra e defender os seus direitos" (Calazans, 1961, p. 5-6).

Em resposta à pergunta "para que serve o Sindicato de Trabalhadores Rurais", responde a cartilha:

> 1.° - ensinar e ajudar o trabalhador rural a procurar os direitos que êle tem, como pessoa e como operário;
> 2.° - trabalhar pela aplicação de leis que tragam benefícios para a vida e para o trabalho rural; e pela mudança das leis que não se apliquem à época atual na vida do campo;
> 3.° - trabalhar pela reforma agrária.
> Toda pessoa humana tem direitos. Direito de melhorar de vida. Direito de possuir alguma coisa. Direito a um pouco de conforto para viver.
> Pois o sindicato é um meio de promoção. Promoção e melhoria querem dizer a mesma coisa.
> Dissemos que o Sindicato do trabalhador rural irá trabalhar para mudar as leis. Todo mundo sabe que há muitas leis aplicadas ao trabalho e à vida do campo, das quais o homem de lá nem sequer tem conhecimento. São leis que precisam mudar. Se dizemos mudar, é porque as leis sôbre a propriedade não estão boas. O trabalhador nunca pode ter o que é seu (Calazans, 1961, p. 11-12).

O texto da cartilha, muito provavelmente lido em voz alta nas reuniões com os camponeses, tendo em vista a tradição oral do cordel em todo o Nordeste e do grande número de analfabetos, deve ter causado certo impacto entre os trabalhadores rurais. No contexto de expansão dos canaviais e despejo das suas casas devido ao processo de modernização do parque sucroalcooleiro, é possível que nunca tivessem ouvido falar de forma tão direta sobre os seus direitos enquanto pessoa humana, direito de possuir aquilo que Michel de Certeau (2014) chama de "um próprio". Isto é, a conquista de um lugar próprio que significa, também, "um lugar de poder", libertos da constante ameaça de despejo, além da obrigatoriedade do foro e do cambão.

Por outro lado, o documento demarca não apenas o seu distanciamento em relação as estratégias de atuação do Partido Comunista Brasileiro e de segmentos da esquerda no processo de sindicalização rural, como também condena suas práticas, algumas vezes, com uma falsa equiparação entre as ações dos militantes comunistas e dos latifundiários, com suas práticas de dominação e exploração:

> [...] Não queremos dizer que o sindicato vai tomar as terras dos outros, ou vai fazer revolução.
> As mudanças que os sindicatos irão trabalhar para conseguir serão através da Reforma Agrária justa e honesta. Não é a Reforma Agrária para tomar terra e dar terra. A terra só não resolve nada.
> [...]
>
> O direito de possuir alguma coisa não se resume, apenas, à posse da terra. O homem pode satisfazer este desejo de posse comprando uma casa para morar, comprando os seus objetos de trabalho ou algum bem para o seu uso pessoal e de sua família.
> É bom que fique bem claro, o sindicato não é contra o patrão, nem contra ninguém. Ele é pela melhoria do trabalhador (Calazans, 1961, p. 12-13).

Mais adiante lê-se ainda:

> 2) O Sindicato deve trabalhar por uma mudança, pela educação e **nunca pela luta de classes**.
> Já dissemos antes que queremos uma mudança de nosso regime econômico. Uma mudança que seja feita com a participação do camponês, mas que não precise de briga entre os trabalhadores e os proprietários. [...] A luta do trabalhador deve ser sempre pela justiça, pela educação e nunca contra o seu irmão.
> [...]
>
> 6) O nosso Sindicato deve ser livre e não obrigatório.
> Na fazenda onde o proprietário proibir o morador de se associar no Sindicato, certamente proíbe também que êle compre um rádio, que êle plante o que quizer [*sic*], no pedaço de terra que tem para cultivar etc. Isto são formas de tirar a liberdade, que variam de pessoa para pessoa. Lembramos aqui, que em alguns países, por exemplo na Rússia, todo trabalhador é obrigado a se associar e a pagar sindicato, quer êle queira, quer não queira. Isto é errado, também.
> [...]
>
> Existem outros tipos de exploradores. São os mascarados. Chegam no meio rural enganando os trabalhadores, dizendo que querem organizar o sindicato. Falam algumas coisas certas e no meio delas pregam revolução, destruição e invasão das propriedades alheias. Infelizmente as pessoas mais fracas se deixam levar por estes falsos líderes (Calazans, 1961, p. 15;17; 18, grifo no original).

Além da crítica contundente ao comunismo, o enunciado revela um projeto que privilegia a ordem. Semelhante à Carta Pastoral de Campanha (1950), o texto não apenas apresenta os patrões rurais como pessoas próximas à Igreja, como ressalta que a instituição não deve ser compreendida como uma força contrária a eles. Aliás, o uso das expressões "que não precise de briga entre os trabalhadores e os proprietários" e "falam algumas coisas certas e no meio delas pregam revolução, destruição e invasão das propriedades alheias", evidencia que a opção pela ordem se apresenta, primordialmente, como uma política de conciliação de classes.

No que se refere à prática, propriamente dita, a cartilha ressaltava que o sindicato não "é uma coisa que se faz só com uma lei. É um trabalho que, para ser bem feito, depende da preparação e da disposição das pessoas que vão formá-lo" (Calazans, 1961, p. 20). Nessa perspectiva, semelhante ao SAR, o Movimento de Educação de Base desenvolveu diversas formas de assistência à população do campo e às regiões periféricas de Maceió, a fim de obter maior capilaridade, através da Rádio Educadora Palmares, dos clubes de jovens, dos clubes de mães, das cooperativas e associações, entre outros serviços.

No momento de fundação do sindicato, orientava-se que os trabalhadores deveriam recorrer ao SAR. No caso de Alagoas, ao Soral. O setor de sindicalização rural enviaria os "modelos dos papéis, e toda orientação para preparar o processo de fundação". Em seguida, acompanharia "a organização e o funcionamento do Sindicato" (Calazans, 1961, p. 25).

Observa-se a evidente tutela exercida pelo Soral no processo de sindicalização, cerceando, em certa medida, a atuação dos trabalhadores rurais.

Os documentos a que se referem a cartilha são elencados na Portaria 209-A, de 25 de junho de 1962, do Ministério do Trabalho e Previdência Social, a saber: (a) "cópia autêntica da ata da sessão da assembleia que deliberou pleitear a investidura sindical e que elegeu sua diretoria provisória"; (b) "exemplar da cópia dos estatutos do sindicato, devidamente autenticado"; (c) "comprovante da publicação do edital de convocação da assembleia"; e (d) "relação dos trabalhadores presentes à assembleia geral". Além desses documentos, exigia-se também: (i) a "relação dos diretores e prova de que são brasileiros"; (ii) "prova de boa conduta firmada pela autoridade pública"; e (iii) prova de exercício efetivo da atividade ou profissão nos últimos dois anos que antecedem a fundação do sindicato[353].

Causa certo estranhamento a ausência dessas informações na referida cartilha, instrumentalizada pelo Soral e, possivelmente, pelo MEB. Trata-se de informações de extrema relevância para o processo de sindicalização. Essa ausência remete à relação entre poder e saber. O detentor do poder, necessariamente, tem de possuir o saber. Isto é, aquele que possui o saber também é o dono do poder, uma vez que o conhecimento é uma fonte direta de dominação. Neste caso em particular, pode-se argumentar que, ao não divulgar a relação de documentos necessários para a fundação do sindicato, os agentes político-religiosos usaram seu saber específico para evitar que os trabalhadores rurais atuassem fora do campo de visão da Igreja.

Entre 1963 e 1964, o sindicalismo cristão radicalizou-se, estabelecendo uma nova linha de atuação junto ao movimento camponês com a inserção do MEB e da Ação Popular. Em contraposição às posturas oficiais da CNBB e do clero, a Comissão de Sindicalismo Rural do MEB (1962) alertara que tal ação, "mesmo não voluntariamente, visava chegar na frente dos comunistas e que há um perigo real de se imprimir uma orientação anticomunista na prática" (*apud* Wanderley, 1984, p. 285). Ressalta-se, portanto, que essa atuação não ocorria por mera oposição ao marxismo. Independentemente disso, com base na encíclica *Mater et Magistra*, o sindicato era concebido como um instrumento vital e urgente, e a presença do MEB nesse campo visava à justiça e à promoção autêntica do homem e da mulher rural.

Diante da dinamização do processo de sindicalização, surgiram tensões decorrentes dos objetivos e métodos aplicados pelo MEB. Segundo Alba Correia,

> Sofremos restrições junto às correntes tradicionais da Arquidiocese de Maceió, com considerações sobre as ações como '*ausência de evangelização'* no trabalho

[353] BRASIL. Ministério do Trabalho e Previdência Social. Portaria n. 209-A, de 25 de junho de 1962, com instruções para a organização e reconhecimento de entidades sindicais rurais. *Diário Oficial da União*, Brasília-DF, 12 jul. 1962.

> educativo. O Programa da Arquidiocese, *'Luz e Vida',* aos sábados, na Rádio Palmares, já evidenciava os embates entre o MEB e suas alianças frente à relação novo X velho que se publicava[354].

Esta crítica à "ausência de evangelização" e às "alianças" estabelecidas pelo movimento são fortes indícios de que, progressivamente, o MEB/Maceió assumiu posturas mais radicais e à esquerda dos posicionamentos da hierarquia eclesiástica. Apesar das tensões, havia certa simpatia pelo trabalho sindical, pois entendia-se que este constituía um fator imprescindível aos processos de conscientização e de animação popular.

Além das tensões internas, havia os conflitos inerentes à disputa pelos "corações e mentes" da classe trabalhadora. Em uma recente investigação, Irinéia Santos (2024) destacou as aproximações e os embates entre católicos e comunistas no cenário sindical alagoano. A autora analisa uma carta do padre Salomão Almeida de Barros Lima, escrita anos mais tarde, em 1974, e endereçada à reitoria da Ufal. Nela, o clérigo narra sua trajetória político-religiosa no Soral e nos sindicatos rurais, com o intuito de dirimir quaisquer dúvidas acerca de sua ideologia:

> Fui ameaçado de morte pelos comunistas no sindicato do Pilar e queriam até me raspar a cabeça em Saúde, como ordenara o Snr. Nilson Miranda, mesmo assim enfrentei várias vezes o perigo, tentando dialogar com as diretorias destes sindicatos que tinham a orientação do C.G.T. para levá-los a uma ideia cristã da justiça social. A nossa orientação era tão diferente da adotada pelo P.C. [Partido Comunista], que, para comprovar esta afirmação, basta um exame nas edições da "Voz do Povo", órgão comunista de Maceió, que constantemente nos acusavam de enganadores do povo a serviço dos patrões[355].

No documento, Pe. Salomão enfatizou a distinção entre a orientação ideológica dos "sindicatos cristãos" e a do PCB. Tal posicionamento gerou choques e acusações de "enganadores do povo" por parte das lideranças sindicais sob influência do Comando Geral dos Trabalhadores (CGT), de orientação comunista. No contexto de polarização política, "como sacerdote católico" e "brasileiro", diz ele, "não fiquei surdo aos apelos da Igreja, cuja doutrina é diametralmente antagônica aos princípios do comunismo ateu"[356].

---

[354] SILVA, Maria Alba Correia da. Movimento de Educação de Base – MEB: criação, propósitos e ações. Depoimento cedido a Wellington da Silva Medeiros para produção da pesquisa, em 14 de maio de 2024. Conteúdo colhido e sistematizado por Cíntia Ribeiro, publicado em: *Alba, a beata comunista: fé e subversão na ditadura militar em Alagoas* (2026).

[355] ARQUIVO NACIONAL. Data: 24/07/1973. Proveniência: Arquivo Nacional Serviço Nacional de Informações - Agência Recife. Espécie: Informação. Descrição: ARE ACE CNF 2839/81. Inclui: Informação nº 942/03/ARE/SNI. Data: 24/07/73. Assunto: Salomão Almeida de Barros Lima. 17 f. Disponível em: http://imagem.sian.an.gov.br/acervo/derivadas/br_dfanbsb_v8/mic/gnc/iii/81002839/br_dfanbsb_v8_mic_gnc_iii_81002839_d0001de0001.pdf. Acesso em: 17 fev. 2026.

[356] *Ibidem*.

Por outro lado, em 4 de agosto de 1963, o jornal *A Voz do Povo*[357] publicou dois artigos em solidariedade ao líder sindical José Pedro Lima, de União dos Palmares, espancado no momento em que se preparava para conduzir uma reunião com camponeses ligados ao Soral. Assim se solidarizou o semanário comunista:

As autoridades, aos Trabalhadores e ao Povo de Alagoas[358]

> As Entidades Sindicais, por seus diretores abaixo assinados, vêm a público denunciar e protestar veementemente contra o espancamento ocorrido de maneira brutal na pessoa de José Pedro Lima, líder camponês, Presidente do Sindicato Rural de União dos Palmares e Santana do Mundaú, quando o mesmo se preparava para participar de uma reunião com camponeses e membros do Serviço de Orientação Rural de Alagoas (SORAL).
> O bárbaro espancamento, lamentavelmente foi comandado por um Deputado Estadual, o Sr. Antonio Gomes de Barros, que assim age contra as garantias individuais, denegrindo o mandato que lhe confiou o povo e os camponeses de União dos Palmares.
> Solidarizando-se com o companheiro espancado, os dirigentes das Entidades abaixo nomeadas, conclamam os estudantes, os trabalhadores e o povo da brava terra Alagoana, cerrarem fileiras na defesa do direito de sindicali[za]ção rural e pela Reforma Agrária a fim de que nossa Pátria conquiste a sua emancipação econômica, livre dos grilhões dos latifundiários, espancadores e falsos políticos, traidores dos mandatos conferidos pela vontade do povo[359].

De acordo com o periódico, o mandante da covarde agressão ao líder sindical foi o então deputado Antônio Gomes de Barros (1915-1976), descendente de uma tradicional família latifundiária e proprietária de engenhos. Natural de Colônia Leopoldina, ingressou na política como prefeito de União dos Palmares, entre 1951 e 1954. Posteriormente, conquistou o mandato de deputado estadual pela União Democrática Nacional (UDN) por quatro legislaturas

---

[357] "O jornal 'A Voz do Povo' foi o órgão oficial de imprensa do Comitê Estadual do Partido Comunista Brasileiro (PCB) em Alagoas. Teve uma existência de aproximadamente 18 anos, marcada por diversas interrupções em sua publicação, por proibições, fechamentos, empastelamentos e apreensões. Foi considerado um dos principais instrumentos de ação desse partido no estado, tendo integrado uma rede (ou cadeia) de jornais populares que o Comitê Central do PCB havia decidido criar, entre 1945-1946, em todas as capitais do país. [...] Não há consenso quanto ao ano de sua fundação, 1946 ou 1947, havendo hipótese de que o primeiro exemplar tenha circulado em 1º de maio de 1946. Circulou normalmente até 1948, tendo como diretor André Papini de Gois, quando teve sua publicação paralisada em função da cassação do registro do PCB em 1947, seguida pela cassação dos mandatos dos deputados comunistas da Assembleia Legislativa de Alagoas (André Papine [*sic*] de Gois, Moacir Andrade e José Maria Cavalcanti). O jornal manteve-se fechado até 1951, quando foi reaberto sob a direção de Osvaldo Nogueira. Entre 1951 a 1963 foi fechado e empastelado diversas vezes. Nesse período teve como diretores Jayme Miranda e Nilson Miranda. Sua última edição foi publicada em 1º de abril de 1964 quando ocorreu o empastelamento do jornal e a queima dos seus exemplares por forças policiais e/ou paramilitares. Jayme Miranda, seu último diretor, foi sequestrado em 04 de fevereiro de 1975 na cidade do Rio de Janeiro pelo DOI-CODI, e integra a lista dos 'desaparecidos' políticos do regime militar". Cf.: Fundo/Coleção VP - A Voz do Povo. Disponível em: https://dibrarq.arquivonacional.gov.br/index.php/a-voz-do-povo. Acesso em: 17 fev. 2026.

[358] Assinaram a nota conjunta: Antonio Vitorino da Silva (presidente do Sindicato dos Traba. da Ind. do Açúcar, Est. de Alagoas), Alan Rodrigues Santos (pelo C.G.T.), Rubens Colaço Rodrigues (presidente do Sindicato dos Rodoviários), João Araújo (presidente do Sind. de I. de Saúde), José Gonçalves Lima (Sindicato do Petróleo), José Gomes da Silva (Sindicato dos Ferroviários), José Conrado Alves (Sindicato de Fernão Velho), Benedito Francisco Paz (Sindicato dos Estivadores) e outros Sindicatos.

[359] SILVA, Antônio Vitorino. *et. al*. Trabalhadores protestam contra espancamento do líder sindical. *A Voz do Povo*, Maceió, 4 ago. 1963, p. 3. Arquivo Nacional. Banco de Dados Memórias Reveladas. Fundo A Voz do Povo.

sucessivas (Ticianelli, 2017), partido notadamente alinhado a elites conservadoras e que desempenhou papel decisivo na articulação do golpe de 1964.

Dessa forma, tanto a atuação do Soral quanto a do PCB colocavam os trabalhadores rurais em oposição à burguesia agrária alagoana, o que promovia, em determinados momentos de acirramento da luta de classes – como o episódio em questão –, uma aproximação entre as organizações. Por mais que o padre Salomão argumentasse que a "nossa linha de trabalho estava baseada unicamente na Doutrina Social da Igreja" e que "as nossas reivindicações eram dirigidas à Justiça do Trabalho", ele reconhece que as ações do Soral desagradavam "a muitos proprietários rurais, que nos acusaram, pois queriam que fechássemos os olhos às injustiças"[360].

O trabalho desenvolvido pelo Soral, através da promoção de cursos e encontros, com a atuação de bispos em seus respectivos raios de ação e de padres junto aos seus fiéis, parece ter dado importante contribuição na formação de diversos sindicatos. Em Palmeira dos Índios, através da ação do Pe. Odilon Amador, onde posteriormente, em junho de 1962, foi criada a diocese de Palmeira dos Índios e entregue aos cuidados de Dom Otávio Aguiar. Em Penedo, Feliz Deserto e Piaçabuçu, ao sul do estado, mediante diversas ações que receberam o apoio do cônego Hildebrando Veríssimo Guimarães. Além da formação de sindicatos em vários municípios da Zona da Mata, como, por exemplo, Santana do Mundaú, Joaquim Gomes, Colônia de Leopoldina e Matriz do Camaragibe, através da atuação do Pe. Luiz de Oliveira[361] (Mello, 1990).

Ainda sob o manto do Soral, do qual procuravam autonomia ideológica, mas ficaram atados por conveniências logísticas, alguns membros da AP, além da participação na formação dos sindicatos mencionados anteriormente, atuaram no desenvolvimento dos sindicatos em São José da Lage, Passo de Camaragibe, Jacuípe, Murici e Novo Lino. A Ação Popular também conseguiu exercer sua influência sobre a fundação dos sindicatos de Santana do Ipanema, Igaci, Água Branca e Delmiro Gouveia, localizados no sertão alagoano (Mello, 1990).

Vale ressaltar que, no processo de mudanças de boa parte do campo brasileiro, as transformações econômicas e políticas desencadeavam conflitos que, por sua vez,

---

[360] ARQUIVO NACIONAL. Data: 24/07/1973. Proveniência: Arquivo Nacional Serviço Nacional de Informações - Agência Recife. Espécie: Informação. Descrição: ARE ACE CNF 2839/81. Inclui: Informação nº 942/03/ARE/SNI. Data: 24/07/73. Assunto: Salomão Almeida de Barros Lima. 17 f. Disponível em: http://imagem.sian.an.gov.br/acervo/derivadas/br_dfanbsb_v8/mic/gnc/iii/81002839/br_dfanbsb_v8_mic_gnc_iii_81002839_d0001de0001.pdf. Acesso em: 17 fev. 2026.

[361] Sobre a atuação do padre Luiz de Oliveira Santos no Soral e o seu Inquérito Policial-Militar (IPM), ver: SANTOS, Irinéia Maria Franco. Padres agitadores em Alagoas: o Inquérito Policial-Militar do padre Luiz de Oliveira Santos (1964-1969). *In*: SANTOS, Irinéia Maria Franco; VASCONCELLOS, Pedro Lima (Orgs.). *Dinâmicas religiosas na História*: perspectivas socioculturais e políticas em debate. Curitiba: CRV, 2022, p. 189-220.

impulsionavam a ruptura das relações de dominação e dependência pessoal. A organização e a luta dos trabalhadores rurais demonstravam uma força que incomodava vários setores das classes dominantes. No complexo tabuleiro político, com a presença das diversas forças em disputa, em especial o PCB, os usineiros, o Soral e a esquerda católica, foram fundados, entre 1962 e 1964, vinte e sete sindicatos em todo o território alagoano, reunindo cerca de cinco mil trabalhadores (Mello, 1990).

5.3 O Governo Luiz Cavalcante e o Golpe Empresarial-Militar de 1964

Em sintonia com a mobilização nacional, a classe trabalhadora alagoana assumiu um papel cada vez mais central nas decisões políticas e sociais daquele período. Os trabalhadores em Alagoas, entre eles os trabalhadores rurais, além de outros segmentos como operários têxteis, rodoviários, bancários e petroleiros, desempenharam um papel fundamental na luta pelas reformas de base, com destaque para a reforma agrária, cujo significado representou um impasse nas disputas sociais no estado. Segundo Costa, as "elites dominantes, que tinham no latifúndio a base estratégica do seu poder de dominação, temiam uma radical distribuição de poder caso se realizasse esse programa de reformas" (2024, p. 51). Entre a campanha pela legalidade, em 1961, e a deflagração do golpe empresarial-militar, em 1964, trabalhadores rurais, comunistas e operários experimentaram uma efervescência política e social até então inédita.

O golpe de abril de 1964 significou, no entanto, um bloqueio aos espíritos que avançavam. Como mencionado, o golpe representou, ao mesmo tempo, uma ruptura e uma continuidade no processo de sindicalização rural e de organização dos trabalhadores. Houve ruptura porque as Ligas Camponesas e as esquerdas foram definitivamente suprimidas do cenário político do campo. Por que não dizer eliminadas? Houve continuidade porque o sindicalismo rural, enquanto instituição, foi preservado, e setores da Igreja Católica, que anunciaram seu apoio explícito aos militares golpistas, puderam indicar um grande número de interventores.

No período pré-1964, durante o governo Luiz Cavalcante[362] (1961-1966), já se observa um certo controle estatal sobre os sindicatos, por vezes, mascarado pela possibilidade de as

[362] Luiz de Souza Cavalcante nasceu em Rio Largo, em 18 de junho de 1913, e faleceu em Brasília, em 30 de setembro de 2002. Ingressou na carreira militar em 1930, "quando se apresentou como voluntário no 21º Batalhão de Caçadores (21º BC), em Recife (SNI, 1979), o que lhe oportunizou transitar por vários estados do País, como Rio Grande do Sul, Paraná, Santa Catarina e Mato Grosso. Vivia no Rio de Janeiro, onde fez o curso de Engenharia na Escola Técnica do Exército" (Freitas; Tavares, 2024, p. 57). Iniciou sua carreira política como diretor-geral da

massas rurais serem integradas ao jogo político. No regime ditatorial militar essa máscara se desfez. Em diferentes situações e sob variadas formas, o major Luiz Cavalcante – como era conhecido, em referência à sua longa trajetória no meio militar – esteve atento à questão agrária, ao tempo que procurava neutralizar ações que escapassem ao seu controle. Já no início do seu governo, "através do Serviço de Patrimônio do Estado, depois transformado no Departamento de Terras e Colonização, promoveu projetos de assentamento de famílias de trabalhadores rurais nos municípios de Maceió e Rio Largo" (Mello, 1990, p. 109).

O então governador era adversário declarado do projeto nacional-reformista sustentado pelo presidente João Goulart, contra o qual atuou, tanto na transição para o parlamentarismo, após a renúncia de Jânio Quadros em agosto de 1961, quanto na sua deposição em 1964. Essa postura refletia seu alinhamento com a elite orgânica vinculada ao complexo Ipes/Ibad (Instituto de Pesquisas e Estudos Sociais/Instituto Brasileiro de Ação Democrática). Isto é, "quadros técnicos, políticos e empresariais que dirigia ações políticas e recursos financeiros da defesa das condições de reprodução do grande capital instalado no país e que se preocupavam com a proliferação dos conflitos agrários, principalmente com a ação das Ligas no Nordeste" (Mello, 1990, p. 109).

No contexto desenvolvimentista, o governo estadual promoveu o Seminário Socioeconômico de Alagoas em 1961. Dentre os atores que participaram do evento, destaca-se Paulo de Assis Ribeiro, membro do complexo Ipes/Ibad, que "foi responsável pela sistematização das propostas e redação final do Plano de Ação governamental" (Majella; Tavares, 2019, p. 217). Os resultados desse seminário constituíram o programa de governo, lançado no final de 1962 sob o título de Plano Trienal, consolidando as diretrizes técnicas daquele complexo para o estado.

No Plano Trienal (1963-1965), Luiz Cavalcante indicou as possíveis fontes de financiamento para o seu programa, inclusive com apoio do governo federal, apesar das divergências ideológicas. Para o "governador ibadiano"[363], como o caracterizou o jornal *Terra Livre*[364], bastaria que "continue o meu governo a ter o apoio do Poder Legislativo, sejam

Comissão de Estradas e Rodagens no governo Arnon de Mello (1951-1956). Foi suplente do senador Rui Palmeira, em 1954, e, por duas vezes, deputado federal (nas legislaturas 1959-1963 e 1967-1971). Nas eleições de 1960, renunciou ao seu mandato na Câmara dos Deputados para assumir o Executivo estadual. Governou Alagoas de 31 de janeiro de 1961 a 31 de janeiro de 1966. Foi "por duas vezes, também, senador federal: legislaturas de 1971-1978 e 1979-87, tendo sido membro da ARENA e, após o fim do bipartidarismo, do PDS". Deixou de concorrer à reeleição, passando, "a partir do fim do seu mandato, a se dedicar, em Brasília, a atividades particulares" (Barros, 2005a, p. 235).

[363] GOVERNO ibadiano de Alagoas impede a sindicalização rural. *Terra Livre*, São Paulo, ano XIV, n. 128, nov. 1963. Biblioteca Nacional. Hemeroteca Digital Brasileira.

[364] O jornal *Terra Livre* foi o principal instrumento de propaganda do PCB entre os trabalhadores rurais no Brasil. Fundado em maio de 1949 e editado em São Paulo, utilizava uma linguagem simples por se dirigir a um público

recebidos os recursos federais consignados no orçamento e melhor se efetivem os programas de ajuda externa, como é o caso da ‘Aliança para o Progresso’” (Majella; Tavares, 2019, p. 217).

O início do seu governo coincidiu com o surgimento da Aliança para o Progresso. Esse programa norte-americano de assistência técnico-financeira expandiu e substituiu o Ponto IV, tendo sido lançado em 1961, logo após a posse do presidente John F. Kennedy. Na perspectiva de auxílio aos países “subdesenvolvidos”, a Agência Americana para o Desenvolvimento Internacional (USAID) “instalou-se em Recife, em 1962, e atuava na administração dos recursos estadunidenses da Aliança para o Progresso destinados à região Nordeste, que somavam 131 milhões de dólares a serem usados durante o período de dois anos” (Freitas; Tavares, 2024, p. 70).

O complexo Ipes/Ibad atuava como agente mediador no contexto da Guerra Fria, período em que os Estados Unidos buscavam consolidar sua hegemonia e o controle geopolítico na América Latina. A atuação desses grupos no campo político alagoano, mediante financiamento estrangeiro, foi responsável por implementar parte do projeto de desenvolvimento de Luiz Cavalcante. Para tais organizações, a pauta do desenvolvimento estava diretamente associada à da segurança. No cenário de mobilizações pela reforma agrária, temia-se que o crescimento da produção açucareira pudesse ser prejudicado. Em contraposição a esse risco, o governo local desenvolveu seu próprio projeto de reforma agrária. Este consistiu numa tímida distribuição de terras pertencentes ao Poder Executivo, isentando os latifundiários e a burguesia agrária de possíveis desapropriações (Freitas; Tavares, 2024).

Em novembro de 1963, o jornal *Terra Livre* denunciou que o governo estadual impedia a sindicalização rural. Segundo o periódico, os dezenove sindicatos rurais fundados no estado até aquele momento não haviam recebido a carta sindical, sob responsabilidade da Delegacia Regional do Trabalho. Além disso, à frente do órgão encontrava-se Hamilton Loureiro, profissional de formação policial:

> O governo ibadiano do sr. Luiz Cavalcante vem concentrando seus esforços, junto a latifundiários fascistas como o deputado Antônio Gomes de Barros, no sentido de impedir a sindicalização rural. Prova disso é que já existem 19 sindicatos rurais fundados em todo o Estado e nenhum conseguiu, ainda, sua Carta Sindical mesmo aqueles fundados diretamente pelo clero católico, que também não merece a confiança do governo, vez que ‘os padres são vacilantes pelo próprio conteúdo humano do cristianismo’. À frente da Delegacia Regional do Trabalho encontra-se um homem de formação policial, sr. Hamilton Loureiro, que nada informa sobre os processos

majoritariamente analfabeto. Segundo Medeiros (1995, p. 54), “estimulava-se a sua leitura em pequenos grupos onde, quem fosse alfabetizado, deveria ler em voz alta para os demais. Eram constantes as mensagens existentes no jornal nesse sentido”. Tratava-se de construir “uma nova linguagem e novas relações” de classe. O periódico foi extinto logo após o golpe de 1964.

> encaminhados pelos sindicatos, pedindo o registro legal, de acordo com as portarias ministeriais[365].

Na mesma matéria, observa-se o antagonismo entre os sindicatos orientados pelo Soral e o governo estadual, alinhado aos "latifundiários fascistas", uma vez que nem mesmo essas associações, fundadas "diretamente pelo clero católico", mereciam a confiança do Executivo. Ressalta-se ainda a atuação do Ibad, cujo "fechamento da organização" já havia sido decretado, após a Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI), que investigou a "interferência de dinheiro estrangeiro no processo eleitoral"[366]. No entanto, às margens de rodovias alagoanas encontravam-se placas da instituição, o que demonstrava a continuidade da sua atuação no estado.

Figura 19 – Placa do convênio entre o Estado de Alagoas e o Ibad



Fonte: Diário de Pernambuco (1963).

A imagem da placa denunciada pelo *Terra Livre* se refere ao plano governamental de reforma agrária na cidade de Pilar. Esse programa foi coberto com destaque pelo *Diário de Pernambuco* em 1963. Na edição de 26 de janeiro, o periódico estampava, em uma de suas matérias, a fotografia da referida placa[367]. A matéria *Elaborado o plano de Reforma Agrária no núcleo do Pilar em Alagoas* faz parte de uma série de reportagens publicadas sobre a atuação do Ibad no Nordeste ao longo daquele mês. Para Freitas e Tavares, fornecer "pequenos lotes a título de programa de reforma agrária em Alagoas foi uma ação política que tentava esvaziar as

[365] GOVERNO ibadiano de Alagoas impede a sindicalização rural. *Terra Livre*, São Paulo, ano XIV, n. 128, nov. 1963, p. 7. Biblioteca Nacional. Hemeroteca Digital Brasileira.
[366] *Ibidem*.
[367] GUEDES, Waldetário Fernandes. Elaborado o plano de Reforma Agrária no núcleo do Pilar em Alagoas. *Diário de Pernambuco*, ano 138, n. 22, 26 jan. 1963, p. 7. Biblioteca Nacional. Hemeroteca Digital Brasileira.

demandas de trabalhadores rurais pelo acesso à terra, escamoteando futuras reinvindicações" (2024, p. 72).

Situado entre os estados de Pernambuco, ao Norte, governado por Miguel Arraes (1963-1964), e o de Sergipe, ao Sul, governado por Seixas Dória (1963-1964) – que nos seus respectivos estados apoiaram o programa nacional-reformista de Jango, com seu programa pelas reformas de base, incluindo alterações nas relações de trabalho e na estrutura agrária –, Luiz Cavalcante

> procurou tutelar o processo local de sindicalização rural ao ponto do Secretário de Segurança, Cel. João Mendes, confundir suas próprias atribuições com aquelas do Ministério do Trabalho, enviando circular as delegações do interior proibindo a fundação de qualquer sindicalização rural sem a sua autorização, quando já vigorava até mesmo o Estatuto do Trabalhador Rural (Mello, 1990, p. 113).

Essas iniciativas não foram suficientes para inibir as ações do PCB, do Soral e do MEB no trabalho de sindicalização rural. Entretanto, o advento do golpe de 1964 modificou drasticamente o cenário em que transitava o movimento dos trabalhadores brasileiros, seja urbano, seja rural, abrindo-lhe um campo de muitas adversidades e exigindo dele um renovado repertório de respostas, para além de seu acervo tradicional. De acordo com Santana (2013, p. 35), "O golpe militar, com participação de setores civis em sua articulação e desdobramento, buscava, segundo suas justificativas, entre outras coisas, pôr fim ao que seria a 'república sindicalista' que vinha sendo implantada pelo governo de João Goulart".

As consequências do golpe de 1964 foram devastadoras para o Movimento de Educação de Base em Alagoas. O MEB foi o único movimento ligado à educação que sobreviveu após o golpe. Os outros movimentos foram encerrados por meio da Portaria n. 237 do Ministério da Educação, publicada em 14 de abril de 1964. Contudo, foi preciso alterar significativamente suas diretrizes. Para Fávero (2006), os principais focos da crise interna vivida pelo movimento foram a ideológica e a financeira. A hierarquia da Igreja Católica junto ao conselho diretor nacional decidiu enquadrar o movimento dentro das estruturas tradicionais e conservadoras da instituição.

Durante os anos de 1965 e 1966, o MEB local passou por uma queda. As repressões por parte dos usineiros ficaram mais intensas e a crítica ao movimento por parte dos militares mais contundente, chegando a considerar o movimento de caráter subversivo (Silva, 2002). De acordo com os dados apresentados na tabela 5, ocorreu uma redução no número de escolas radiofônicas nas cifras de 408, em 1962, para apenas vinte e oito, em 1965.

Tabela 5 – Escolas Radiofônicas em Alagoas (1962-1965)

ESCOLAS RADIOFÔNICAS						
	1962	**1963**		**1964**		**1965**
		Setembro	Dezembro	Março	Dezembro	
Maceió	50	147	81	181	35	28
Penedo	358	340	71	--	--	--
Total	408	487	152	181	35	28

Fonte: MEB (1963b; 1964a; 1966b).

O declínio das escolas radiofônicas, a partir do segundo semestre de 1964 e início de 1965, demarca a terceira fase do movimento na Arquidiocese de Maceió. Nessa fase, todos os exemplares da cartilha *Viver é lutar*[368] foram recolhidos. Segundo Alba Correia, "a ditadura militar exerceu forte perseguição, com efeitos na ação retroativa do MEB"[369]. Após uma reunião com os militares, no 59º Batalhão de Infantaria Motorizado (59º BI Mtz), Dom Adelmo Machado determinou o recolhimento das cartilhas em todas as escolas do espaço social que constituía a arquidiocese. "Ainda fomos obrigados/as a substituir a cartilha *Viver é Lutar* pela cartilha *Vamos Estudar?*, de Theobaldo Miranda Santos[370], de conteúdo e didática tradicionais"[371], recorda a supervisora com certo pesar.

A cartilha *Vamos estudar?* era parte de um conjunto didático constituído por treze volumes, os quais abordavam conhecimentos de diversas disciplinas do ensino primário, como Linguagem, Matemática, Conhecimentos Gerais, Geografia, História do Brasil, Ciências Naturais e Higiene. De acordo com Bertoletti e Silva (2019), sua primeira edição data da década de 1950 e circulou no cenário nacional, pelo menos, até o final dos anos 1970.

A capa da cartilha seguia o mesmo projeto gráfico dos demais volumes, com o título da obra centralizado e, logo abaixo, o nome do autor. Essas informações eram circundadas por

[368] A cartilha *Viver é lutar* foi analisada no capítulo anterior.

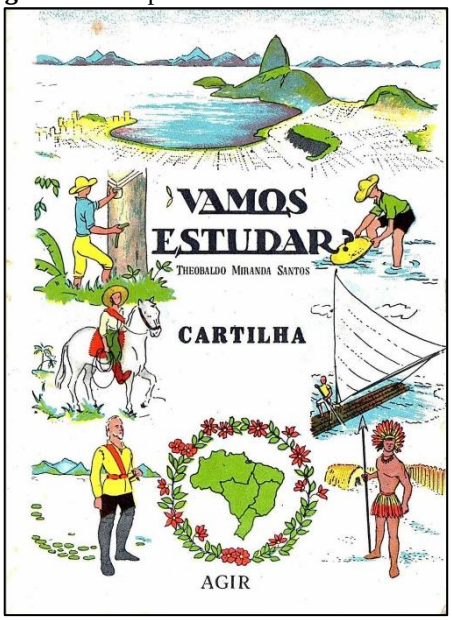
[369] SILVA, Maria Alba Correia da. Movimento de Educação de Base – MEB: criação, propósitos e ações. Depoimento cedido a Wellington da Silva Medeiros para produção da pesquisa, em 14 de maio de 2024. Conteúdo colhido e sistematizado por Cíntia Ribeiro, publicado em: *Alba, a beata comunista*: *fé e subversão na ditadura militar em Alagoas* (2026).

[370] Theobaldo Miranda Santos nasceu em Campos dos Goytacazes/RJ, em 22 de junho de 1904, e faleceu no Rio de Janeiro/RJ, em 21 de março de 1971. Fez o curso primário e secundário no Liceu de Humanidades e Escola Normal, em Campos. Mais tarde, formou-se em Farmácia e Odontologia no Colégio Granbery, em Juiz de Fora/MG. Ao retornar a Campos, em 1928, passou a lecionar no mesmo Liceu onde estudara, nas disciplinas de Física, Química e História Natural, exercendo, também, o cargo de diretor. Foi, ainda, superintendente municipal de Educação e Cultura e professor da Faculdade de Farmácia e Odontologia e da Escola Superior de Agricultura. Em 1938, tornou-se professor de Prática de Ensino na antiga Universidade do Distrito Federal. Em 1942, foi Diretor do Departamento de Educação Primária e passou a lecionar Filosofia e História da Educação na Pontifícia Universidade Católica e na Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Santa Úrsula. A partir de 1944, passou a ocupar a cátedra de Filosofia da Educação no Instituto de Educação do Rio de Janeiro. Aposentou-se do magistério em 1958 (Camargo, 2014).

[371] SILVA, Maria Alba Correia da. Movimento de Educação de Base – MEB: criação, propósitos e ações. Depoimento cedido a Wellington da Silva Medeiros para produção da pesquisa, em 14 de maio de 2024. Conteúdo colhido e sistematizado por Cíntia Ribeiro, publicado em: *Alba, a beata comunista*: *fé e subversão na ditadura militar em Alagoas* (2026).

imagens estereotipadas das regiões e de grupos sociais que deveriam compor a nação brasileira, conforme a imagem a seguir:

Figura 20 – Capa da cartilha *Vamos estudar?*



Fonte: Santos (1967).

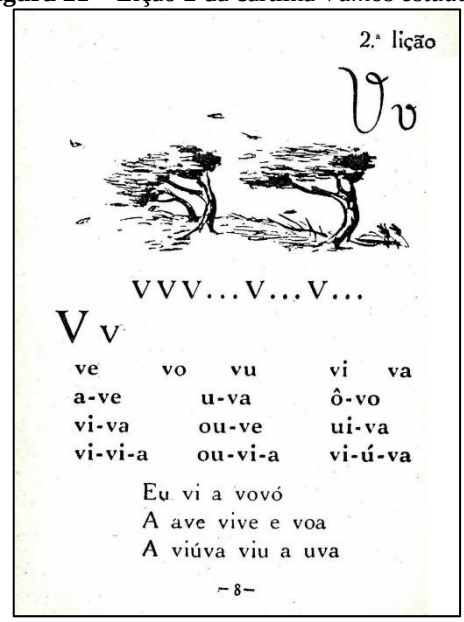
No prefácio assinado por Theobaldo Miranda Santos, observa-se a preocupação em indicar o público alvo da obra – "às crianças brasileiras" – e sua orientação metodológica. Sobre o método adotado, esclarece o autor: "é simples e prático, mas não é original. Vários autores nacionais e estrangeiros têm utilizado os sons onomatopaicos para o ensino da leitura. Essa técnica se ajusta, aliás, admiravelmente à estrutura da língua portuguesa"[372]. O método citado por Santos (1967) se refere a um "modo de formação de palavras que consiste na imitação fonética de som emitido" (Aulete, 2011, p. 995), focando-se na relação entre a grafia e os fonemas para facilitar a memorização.

Dessa forma, na segunda lição (figura 21), a letra "V" é associada ao som do vento e apresenta-se uma leve variação da célebre frase duramente criticada por Paulo Freire (2020): Eva viu a uva. Ao substituir o método de alfabetização do MEB, que privilegiava o processo de conscientização, pelo "método fônico", o objetivo era neutralizar o potencial crítico do processo de ensino-aprendizagem. Para os militares, potencial "subversivo". Enquanto a cartilha *Viver é lutar* propunha uma "leitura de mundo" a partir das relações sociais, o método de Theobaldo Santos reduzia o aprendizado à decifração mecânica de sons. A utilização de onomatopeias –

[372] SANTOS, Theobaldo Miranda. *Vamos estudar?* Para a aprendizagem simultânea da leitura e da escrita. 358. ed. Rio de Janeiro: Agir, 1967, p. 3.

como o som do vento ou de animais – deslocava o foco do estudante da luta de classes para a abstração fonética, promovendo uma alfabetização despolitizada e puramente funcional, em plena consonância com as diretrizes de controle ideológico do período militar.

Figura 21 – Lição 2 da cartilha *Vamos estudar?*



Fonte: Santos (1967).

Em 1965, o MEB/Nacional elaborou o conjunto didático *Mutirão*, visando prioritariamente à região Nordeste. Através da carta da monitora Genira Maria da Conceição, mencionada no capítulo anterior, pôde-se constatar a utilização do conjunto didático no sistema local, em 1966:

> Tenho 16 alunos e todos animados e todos gostam das lições do Mutirão, porque indica tudo que o homem deve fazer no trabalho da plantação.
>
> (Genira Maria da Conceição residente na Fazenda Custódio – Rio Largo em 21-03-[19]66)[373].

O atraso na impressão e distribuição do material inviabilizou seu uso em 1965 (Fávero, 2006). A obra teve por base as diversas fases do trabalho agrícola: preparo do terreno, plantio, colheita e venda[374]. De acordo com esses aspectos do trabalho rural, levantaram-se as atividades fundamentais e as operações usuais de cada fase. Assim, a partir desse levantamento,

[373] CONCEIÇÃO, Genira Maria da. [*Carta*] 21 mar. 1966, Rio Largo [para] Movimento de Educação de Base, Maceió. Lições do livro de leitura *Mutirão* (1965), p. 8. *In*: MEB. *Boletim MEB*. Rio de Janeiro, n. 7, 1966. Disponível em: https://memoria.cidarq.ufg.br/index.php/meb-rt-ins-mno-009. Acesso em: 23 maio 2024.
[374] MOVIMENTO DE EDUCAÇÃO DE BASE - MEB. *Mutirão*: 2º livro de leitura. Rio de Janeiro: [MEB], 1965h, p. 4. Disponível em: https://nuhmeja.ce.ufrn.br/documentos/outros_projetos/mutirao_2_livro.pdf. Acesso em: 15 mar. 2022.

apresentavam-se os conteúdos a serem desenvolvidos, tais como aritmética, estudos sociais, promoção humana e educação sanitária. Simultaneamente, foram fixadas as situações-problema para o texto e as palavras-chave para a alfabetização[375].

Em decorrência desse programa, o conjunto didático foi dividido em *Mutirão 1*, para alfabetização, e *Mutirão 2*, para recém-alfabetizados. Através de financiamento do Ministério da Saúde, elaborou-se um encarte para o segundo livro intitulado *Mutirão pra Saúde*.

Em termos teóricos, o conjunto *Mutirão* seguia a mesma orientação proposta pela obra *Viver é lutar*: conscientização, motivação de atitudes e instrumentos de ação. Mais do que um conjunto didático, o setor de metodologia do MEB/Nacional elaborou um programa para as escolas radiofônicas em 1965. Em função dos objetivos pretendidos para as escolas, esse programa visava a:

[1] Conscientização:	O que é o homem; O que são os homens; Os homens e o mundo; Os homens, o mundo e Deus.
[2] Motivação de Atitudes:	Atitude crítica; Valoração: negativa; positiva; Atitude de mudança; Atitude de cooperação.
[3] Instrumentalização:	<u>Instrumentos de análise</u>: • ler; • escrever; • interpretar. [...] <u>Instrumentos de organização</u>: • saber organizar e fundar: clubes, sindicatos [e] cooperativas; • conhecer e saber utilizar a legislação eleitoral; • conhecer e saber utilizar as diversas modalidades de atuação política[376].

Apesar da sua orientação teórica semelhante à de *Viver é lutar*, a ênfase na cooperação entre os trabalhadores tendia a fomentar a solidariedade intraclasse. Assim, não se poderia afirmar que tal abordagem estimulasse a luta de classes. Porphirio (2021) aponta que as críticas à concentração fundiária foram substituídas pelo foco nas propriedades improdutivas. Além disso, a cartilha *Mutirão* sugeria que a luta pela reforma agrária não era mais necessária, pois bastaria recorrer ao *Estatuto da Terra* (1964) para garantir o acesso à propriedade:

---

[375] MOVIMENTO DE EDUCAÇÃO DE BASE - MEB. *Instruções para aplicação do Programa para 1965*. Rio de Janeiro: MEB, 1965g. 10 f. Mimeo. Disponível em: https://memoria.cidarq.ufg.br/index.php/meb-ofa-nac-adm-001. Acesso em: 27 fev. 2024.

[376] *Ibidem*, p. 6-7.

> No Brasil há muita terra
> esperando plantação,
> toda terra sem proveito
> dá prejuízo à nação.
> Se a terra é mal dividida
> não se arranja solução.
> Mas o Estatuto da Terra
> pode ajudar a questão,
> pois uma parte do povo,
> que planta milho e feijão,
> quer ter um pouco de terra
> pra plantar com mais paixão[377].

Neste aspecto, a cartilha reproduzia uma linha de ação política que passou a reger as organizações sindicais no campo, durante o regime militar. Diante de um clima generalizado de medo e de uma conjuntura marcada pela repressão, "fez com que a luta pelos 'direitos', dentro dos parâmetros legais", por exemplo, "se constituísse na diretriz básica de ação da Contag" – Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura (Medeiros, 1989, p. 90). Isso ocorreu após as eleições para diretoria em 1967, em que se destituiu o interventor José Rotta. Para Medeiros, duas coisas se colocavam naquele momento: (1) "a divulgação dos direitos, de forma mais ampla possível, de maneira a torná-los conhecidos pelos trabalhadores e dirigentes sindicais" e (2) "a organização para sua conquista" (1989, p. 90-91). Dito de outro modo, tratava-se de transformar a legislação em campo de disputa e, dessa forma, ampliar os espaços de organização.

O arcabouço jurídico se fundamentava no Estatuto do Trabalhador Rural (1963), direcionado à regulação das relações entre capital e trabalho, e o Estatuto da Terra (ET), responsável por normatizar tanto as relações entre parceiros, arrendatários e proprietários de terra, quanto os parâmetros para desapropriações voltadas à reforma agrária. O Estatuto da Terra foi aprovado pelo Congresso Nacional em novembro de 1964. Junto com a aprovação deste documento ocorreu a extinção da Supra e a criação de dois novos órgãos: o Instituto Brasileiro de Reforma Agrária (Ibra), diretamente subordinado à Presidência da República, e o Instituto de Desenvolvimento Agrário (Inda), vinculado ao Ministério da Agricultura (Medeiros, 1989).

Segundo Pereira e Alentejano, com essa "duplicidade de órgãos institucionalizava a cisão política entre 'reforma' e 'desenvolvimento'" (2014, p. 79). Para a ditadura militar, a questão que se colocava não era propriamente a de abolir a estrutura sindical, mas de readaptá-la às novas condições sociopolíticas. Além das conotações ideológicas, contemplava-se também a aplicação de medidas modernizantes no setor agrário, com a dupla finalidade: (a) de

[377] MOVIMENTO DE EDUCAÇÃO DE BASE – MEB. *Mutirão*: 2º livro de leitura. Rio de Janeiro: [MEB], 1965h, p. 6.

atenuar o quadro de tensões sociais e (b) ajustá-lo as novas demandas macroeconômicas condensadas no Estatuto da Terra.

Após a crise de 1964 e a consequente desorganização do trabalho de base, devido à repressão policial e latifundiária contra monitores e dirigentes sindicais, o MEB/Nacional buscou recompor suas atividades em 1965. Para Fávero (2006, p. 222), é surpreendente como o movimento "não abandona, pelo menos nessa fase, seus primeiros instrumentos de ação. Renova-os; recoloca-os noutra dimensão; reequaciona-os, agora na perspectiva da animação popular". Seus elementos fundamentais eram: (1) a ação complementar ao sistema radioeducativo através do contato direto com as bases; (2) o diálogo com a comunidade; (3) a atitude não-diretiva; e (4) a descoberta de líderes locais para assumir tarefas de organização, visando à autopromoção da comunidade, elementos que, de certa forma, estavam presentes desde a implantação do MEB.

No plano operacional, o método de animação popular "se faz mais intenso num plano de áreas prioritárias por oferecer estas maiores condições de trabalho"[378]. Em contraposição à dispersão gerada, nas fases anteriores, pela radicação extensiva das escolas radiofônicas, a AnPo – inclusive com a revitalização de escolas antigas e a instalação de novas – deveria ser realizada em áreas selecionadas, dada a receptividade da comunidade e a capacidade das equipes locais, frente aos recursos disponíveis.

Nesse sentido, o MEB/Maceió redirecionou suas atividades para a ação direta nas comunidades, com ênfase no cooperativismo. No segundo semestre de 1965, a supervisora Maria Alba Correia da Silva foi selecionada para o *IV Curso Internacional de Cooperativismo para a América Latina*, realizado em Atlântida, Uruguai. Segundo a supervisora, essa experiência "impulsionou novas articulações institucionais e político-ideológicas"[379]. Sob essa perspectiva, vale ressaltar a experiência da escola de guerrilha, ou Escola de Formação Político-Militar de Pariconha, no Alto Sertão alagoano.

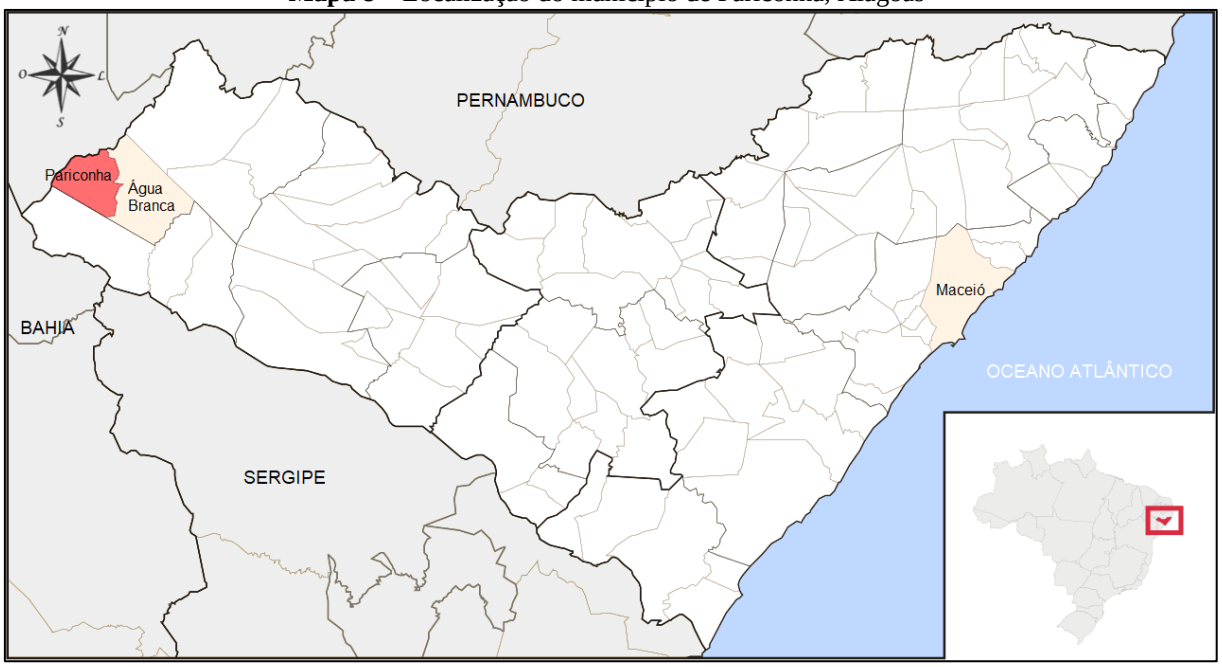
[378] SILVA, Maria Alba Correia da. *Departamento de Assistência ao Cooperativismo – DAC*. 15 set. 1965. 3 f. Manuscrito. Arquivo pessoal da supervisora Maria Alba Correia da Silva.

[379] SILVA, Maria Alba Correia da. Movimento de Educação de Base – MEB: criação, propósitos e ações. Depoimento cedido a Wellington da Silva Medeiros para produção da pesquisa, em 14 de maio de 2024. Conteúdo colhido e sistematizado por Cíntia Ribeiro, publicado em: *Alba, a beata comunista*: *fé e subversão na ditadura militar em Alagoas* (2026).

5.4 O MEB, cooperativa e guerrilha em Pariconha

O território que corresponde atualmente ao município de Pariconha integra a Microrregião do Sertão Alagoano, no extremo oeste do estado, a aproximadamente 310 km de Maceió (Mendonça *et al*, 2012). A demarcação territorial estabelece limites ao norte e a oeste com o estado de Pernambuco, ao sul com Delmiro Gouveia e a leste com Água Branca, conforme representado no mapa 8. Seu relevo apresenta planos inclinados, com destaque para as Serras do Engenho, do Ouricuri e do Pajeú. Na segunda metade da década de 1960, a região foi escolhida estrategicamente por militantes de esquerda para a estruturação de uma escola de guerrilha, visando à resistência armada frente ao regime militar[380].

Mapa 8 – Localização do município de Pariconha, Alagoas



Fonte: Adaptado de Abreu (2006).

Entre 1963 e 1964, foi fundado o Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Água Branca, região que abrange a diocese de Penedo[381]. Segundo Josué Correia, presidente do sindicato em 1966, não é possível informar a data precisa de sua fundação, pois os documentos foram

[380] ALAGOAS. Comissão da Memória e Verdade Jayme Miranda – CMVJM. *Relatório Parcial da Comissão Estadual da Memória e Verdade Jayme Miranda*. 165 f. 31 out. 2016. Disponível em: https://vicegovernadoria.al.gov.br/memorial-da-verdade-e-justica-de-alagoas/documentos/category/37-comissao-estadual-da-memoria-e-verdade-al. Acesso em: 2 mar. 2026.

[381] Durante o pontificado de Bento XV (1914-1922), foi erigida a Diocese de Penedo, em 3 de abril de 1916, no sul de Alagoas. Sua área pastoral engloba municípios do Baixo São Francisco, estendendo-se por partes do agreste e do sertão alagoano (Medeiros, 2007).

destruídos pela repressão após o golpe de 1964[382] (Silva, 2019). Nesse período, a Ação Popular buscou organizar os trabalhadores rurais e o grupo indígena Jeripankó através da estrutura do Soral. Na obra *Serra dos Perigosos: guerrilha e índio no sertão de Alagoas*, Amaro da Silva analisa como esse sindicato se transformou em "polo de integração entre classe e etnia" na luta pela terra, no povoado de Pariconha, então distrito de Água Branca[383].

No início do século XX, orientado por interesses econômicos e por "uma moral branca insidiosa" (Silva, 2007, p. 90), o latifundiário Firmino Marques incentivou posseiros a ocuparem as terras dos Jeripankó[384], obrigando-os a trabalhar nas fazendas dos "brancos". A mão de obra indígena foi contingenciada pelos interesses do capital, ora ligando-se à circunstância local, ora à circunstância do principal produto que formava a renda do Estado: o açúcar.

Nesse contexto de proletarização[385] indígena, ocorreu uma interligação orgânica entre os Jeripankó, trabalhadores rurais, MEB e AP, por meio do sindicato. Diante da expropriação de quase todo seu território e da sua transformação em força de trabalho, esse grupo étnico aliou-se aos trabalhadores do campo na formação do sindicato, como forma de resistência política ao sistema social vigente. Paralelamente ao sindicato, no povoado de Pariconha, foi instalada uma escola rural e, posteriormente, a cooperativa e o clube de mães, de acordo com o método de animação popular.

Em depoimento à *Comissão Estadual da Memória e Verdade Jayme Miranda* (CMVJM), José Correia de Souza, um dos fundadores do sindicato, afirma que era "necessário criar um sindicato na região porque os latifundiários estavam 'esmagando' os camponeses"[386]. Nota-se, no discurso do líder sindical, a percepção do sindicato como instrumento de luta de classes contra a opressão dos latifundiários locais – elemento constituinte da consciência coletiva daquela comunidade. Segundo José Correia, "as desavenças com as autoridades de Água Branca começaram quando eles [trabalhadores] conseguiram ganhar uma causa contra um latifundiário com o auxílio do sindicato e com a ajuda de um advogado de Recife, de nome

---

[382] Já seu irmão, José Correia, em entrevista a Silva (2007, p. 141), informa que o sindicato foi fundado em 1962.
[383] O distrito de Pariconha foi elevado à categoria de município pela atual Constituição Estadual, em 5 de outubro de 1989, desmembrando-se, portanto, de Água Branca. No entanto, a sua instalação oficial ocorreu apenas em 1º de janeiro de 1993 (Mendonça *et al*, 2012).
[384] O grupo étnico Jeripankó é procedente da região de Brejo dos Padres, no município de Tacaratu, em Pernambuco. No último quartel do século XIX, seus membros formaram uma aldeia na Serra do Ouricuri, nas proximidades da atual cidade de Pariconha. Para uma análise minuciosa desse processo, ver: Silva (2007).
[385] Entende-se por proletarização o processo pelo qual os indivíduos, normalmente de forma coletiva, são despojados de seus meios de subsistência e lançados "no mercado de trabalho como proletários absolutamente livres" (Marx, 2017, p. 787), reduzidos à condição de possuidores unicamente da sua força de trabalho.
[386] ALAGOAS. Comissão da Memória e Verdade Jayme Miranda – CMVJM. *Relatório Parcial da Comissão Estadual da Memória e Verdade Jayme Miranda*. 165 f. 31 out. 2016, p. 102.

Celso, que foi enviado pela AP". Neste caso, "um camponês teve direito a ser indenizado pelos prejuízos que sofreu ao arrendar um pedaço de terra". Ademais, "o crescimento do sindicato incomodava os donos das terras e do poder na região"[387].

Em 20 de dezembro de 1964, foi criada a *Cooperativa Agropecuária de Pariconha Limitada,* a fim de garantir a segurança alimentar das famílias dos trabalhadores e orientar a comercialização do excedente de produção, em conformidade com o certificado de registro. "Com os direitos dos trabalhadores salvaguardados pelo Sindicato", relata José Correia, "seria o momento de garantir a produção"[388]. Desse modo, os trabalhadores entraram em contato com a supervisora do MEB, Alba Correia – futura integrante do Departamento de Assistência ao Cooperativismo (DAC), vinculado à Secretaria de Agricultura de Alagoas –, bem como com Antônio Vieira e outros integrantes do DAC.

Figura 22 – Certificado de Registro da Cooperativa Agropecuária de Pariconha Ltda



Certificado de Registro

Certifico ter sido registrada sob o nº 8676 em 13 de Setembro de 1966, a Sociedade Cooperativa de Responsabilidade Limitada denominada: COOPERATIVA AGRO-PECUÁRIA DE PARICONHA LIMITADA, sediada em Pariconha Estado Alagoas, constituída em 20 de Dezembro de 1964 de acôrdo com a Lei nº 2239 de 19 Dezembro de 1932 e com área de ação circunscrita Ao território do município de Água Branca.

O referido é verdade; dou fé. Eu Wanda Maria Salles da Rocha, Of. Adm. 12A funcionário encarregado do registro certifico e assino.

Rio de Janeiro, 13 de Setembro de 1966

VISTO
Renato Azzi
Chefe da Divisão de Cooperativismo

CONFERE
Leopoldo Dalmo C. Luz
pelo Chefe da DEC-5

Fonte: Silva (2019).

No documento, informam-se duas datas: a de constituição e a de registro. Optou-se por informar a data de constituição. A data de registro corresponde a 13 de setembro de 1966. Assim, a constituição da cooperativa seria anterior ao ingresso da supervisora no DAC, o que indica um certo desencontro nas informações. Este desencontro cronológico sugere que a

[387] *Ibidem*, p. 102-103.
[388] *Ibidem*, p. 103.

cooperativa pode ter iniciado as suas atividades de forma orgânica em 1964, mas a sua formalização jurídica e o subsequente registo só ocorreram em 1966, após a consolidação da estrutura organizacional e o apoio técnico de Alba Correia. Convém notar que, através do DAC, a supervisora do MEB expandiu o seu raio de ação para todo o estado de Alagoas, sem se restringir à área pastoral da Arquidiocese de Maceió.

Na cooperativa, havia cursos de capacitação oferecidos pelos agentes do DAC/MEB e da Ação Popular. A organização atuava na obtenção de crédito rural e no escoamento da produção agrícola. Nesse período, foi instalada uma Casa de Farinha, viabilizada através de crédito rural, com o objetivo de produzir farinha para a subsistência das famílias e para a comercialização no mercado local. Os cooperativados passaram a vender sua produção em grandes centros, como Recife, em Pernambuco, e cidades da Bahia e Sergipe. Além disso, eram orientados a vender seus produtos abaixo do valor praticado pelos atravessadores, sobretudo os da família Torres, que detinha o monopólio comercial e controlava a política da região (Silva, A., 2007; Silva, J., 2019).

Na análise do sociólogo Amaro da Silva, tanto o sindicato quanto a cooperativa eram muito mais do que um instrumento associativo; constituíam, também, "um meio de articulação entre o local e o nacional, entre os moradores do lugar e os revolucionários da AP" (2007, p. 95). Os trabalhadores rurais e indígenas buscaram na AP uma identidade política perante seus problemas e lutas cotidianas, enquanto alguns militantes da Ação Popular, perseguidos pela ditadura, se dirigiram ao Alto Sertão de Alagoas. Em Pariconha, encontraram as bases para sua política de "integração na produção", inserindo-se na vida política e cotidiana dos Jeripankó e dos moradores locais. Nessa perspectiva, relata José Correia:

> [...] a gente precisava de técnicos e só encontrava os técnicos da AP. Aí, foi como eles chegaram aqui. Depois que eles se entrosaram mais e viram que aqui era bom para o trabalho, aí chegaram mais. [...] Por que a gente já tinha uma consciência; era companheiro da gente, tava [*sic*] sendo perseguido por aí afora e não tinha onde ficar. E aqui tinha mais segurança para eles. Só com uma condição: eles tinham que ir pra roça mais a gente trabalhar, porque não tinha outro jeito de viver. De dia trabalhava, à noite ou um pedaço da tarde ensinava, mas tinha que trabalhar um pouco na roça (*apud* Silva, 2007, p. 95-96).

Como se nota no enunciado, a política de integração na produção consistia em vivenciar o cotidiano e as vicissitudes da classe trabalhadora. Esse modelo foi adotado, inicialmente, pelo Partido Comunista Chinês (PCC) após a revolução, bem como pelo Vietnã, podendo ser

resumido pela máxima do líder vietnamita Ho Chi Minh (1890-1969): "*o militante deveria viver junto, comer junto e lutar junto ao povo pobre*"[389].

No contexto da ditadura militar, a AP adotou o modelo do PC chinês, optando pela estratégia da guerra popular prolongada e pela luta armada. Em seu depoimento à CMVJM, Aldo Arantes[390] assinala que esta aproximação se consolidou quando ele e outros militantes foram a China em 1966. De acordo com o depoimento:

> Não havendo possibilidade de qualquer expressão política divergente no quotidiano regular do Brasil, à medida que passava o tempo, desde o golpe civil-militar de 1964, numa sucessão de atos de exceção que eliminava as limitadas garantias constitucionais, via ATOS INSTITUCIONAIS e ação dos órgãos de repressão que vão cada vez mais se aperfeiçoando, a AP, já constituída como partido, optou pela luta armada, assim como ocorreu com o PCdoB e outros grupos de esquerda, frente ao regime discricionário de exceção que se fechava politicamente quanto mais se avançava para o final da década de 1960. Deste contato, surgiu o acordo para que fossem enviados militantes da AP para aquele país asiático para que pudessem fazer um curso de formação político-militar junto ao PC chinês[391].

Ao retornar ao Brasil, nas áreas urbanas, os militantes buscavam integração nas fábricas, enquanto que na zona rural procurava integrar-se aos sindicatos e cooperativas de agricultores, como ocorreu no caso de Pariconha. "José Novaes [trabalhador rural, que atuou na criação do sindicato], fez este curso na China e ao voltar para o Brasil propôs ao partido a criação de uma escola de formação político-militar em Pariconha, o que acabou acontecendo", relata Arantes, que exerceu a função de diretor da escola de formação política[392]. Para a comunidade local, Aldo Arantes e Gilberto Franco Teixeira (cujo codinome era Juarez Johandnes Etcheverría) eram funcionários da cooperativa. Já suas esposas, Rosemary Reis Teixeira e Maria Auxiliadora, atuavam como professoras da escola para jovens e adultos[393].

---

[389] ALAGOAS. Comissão da Memória e Verdade Jayme Miranda – CMVJM. *Relatório Parcial da Comissão Estadual da Memória e Verdade Jayme Miranda*. 165 f. 31 out. 2016, p. 114 (grifo no original).

[390] Aldo da Silva Arantes nasceu em Anápolis, Goiás, em 20 de dezembro de 1938. Iniciou sua militância na Juventude Estudantil Católica (JEC) durante o ensino secundarista. "Como estudante de Direito da PUC-RJ, foi eleito presidente do DCE e, em 1961, presidente da UNE, além de dirigente da Juventude Universitária Católica (JUC)". Em 1962, participou da formação da Ação Popular. Após o golpe de 1964, exilou-se no Uruguai com a sua então esposa, Maria Auxiliadora (Dodora) e o militante Herbert de Souza (Betinho). Em 1965, retornou clandestinamente para o Brasil, dando continuidade à sua militância através da AP. Em 1968, foi preso no Alto Sertão de Alagoas, conseguindo fugir após seis meses. Posteriormente, "vivendo na capital paulista, incorporou-se em 1972 ao PCdoB tornando-se membro da Executiva Nacional e do Comitê Central. Em 1976 foi novamente preso no episódio que ficou conhecido como Massacre da Casa da Lapa. Após ser julgado e condenado cumpriu três anos de prisão passando pelo DOI-Codi/RJ, Deops/SP, Presídio do Hipódromo e Presídio do Barro Branco, até ser libertado em 1979 com a declaração da Lei de Anistia. Após a soltura foi eleito deputado, exercendo o cargo por quatro mandatos". Cf: SÃO PAULO. *Memorial da Resistência*. Disponível em: https://memorialdaresistenciasp.org.br/pessoas/aldo-da-silva-arantes/. Acesso em: 8 mar. 2026.

[391] ALAGOAS. Comissão da Memória e Verdade Jayme Miranda – CMVJM. *Relatório Parcial da Comissão Estadual da Memória e Verdade Jayme Miranda*. 165 f. 31 out. 2016, p. 113.

[392] *Ibidem*, p. 114.

[393] *Ibidem*, p. 115-117.

Alba Correia, pelo MEB e DAC, e outros militantes da AP "davam o devido suporte a este setor na cooperativa, para imprimir legitimidade ao disfarce"[394]. É evidente que, neste caso, a atuação da supervisora transcendia o programa educativo do movimento. Entretanto, tal conduta demonstra a ampla capilaridade e as articulações entre o MEB, o Soral e a Escola de Serviço Social Pe. Anchieta[395], bem como a AP e as organizações de classe naquele período. Essas organizações formaram uma infraestrutura de ação social em rede – com articulações regionais e nacionais – de proteção mútua, capaz de desafiar a hegemonia dos latifundiários locais.

Segundo Arantes, "as condições da escola não eram das melhores, mas, dentro de suas limitações, conseguiu-se fazer treinamento de tiro, trabalho camponês e de educação"[396]. Este último por meio da alfabetização dos camponeses, desenvolvido por Dodora (Maria Auxiliadora) e Rosa (Rosemary Teixeira). Nas duas escolas em que ensinavam, utilizaram o Sistema de Alfabetização Paulo Freire, a partir de palavras geradoras. Além disso, as duas militantes atuavam no Clube de Mães, criado por Rosemary, "onde as mulheres da região conviviam e onde eram desenvolvidas aulas para usar o tear manual"[397].

No final de 1968, o então governador Lamenha Filho[398] (1966-1971) visitou o povoado de Pariconha e, na praça do distrito, discursou para os trabalhadores rurais. Naquela ocasião, por orientação da AP, o militante Gilberto (Juarez) questionou o governador "sobre a realidade nacional e sertaneja". "Este questionamento, feito por uma pessoa [pretensamente] daquela região, indicou à ditadura que havia atividade comunista no sertão, o que levou à ordem de prisão dos membros do movimento logo após a entrada em vigor do AI-5"[399], conforme o depoimento de Arantes à CMVJM.

---

[394] *Ibidem*, p. 119.

[395] A Escola de Serviço Social Padre Anchieta foi fundada em 09 de dezembro de 1955, sob a direção das Missionárias de Jesus Crucificado. Sua fundação esboçava um redirecionamento na forma de intervir na questão social por parte da Igreja local. Segundo Medeiros, a partir do início dos anos 1960 a Escola de Serviço Social buscou atuar levando em consideração a realidade socioeconômica de Alagoas, "inspirando uma nova geração da Ação Católica que começava a se configurar na Arquidiocese" (2007, p. 86). Para o autor, neste período, "são lançadas as primeiras sementes de uma nova intelectualidade católica e é nas atividades da Escola de Serviço Social que devem ser buscadas suas raízes" (Medeiros, 2007, p. 86).

[396] ALAGOAS. Comissão da Memória e Verdade Jayme Miranda – CMVJM. *Relatório Parcial da Comissão Estadual da Memória e Verdade Jayme Miranda*. 165 f. 31 out. 2016, p. 119.

[397] *Ibidem*, p. 120.

[398] Antônio Simeão de Lamenha Lins Filho nasceu em São Luís do Quitunde, em 28 de agosto de 1919, e faleceu em Maceió, em 3 de janeiro de 1997. Com a extinção dos partidos políticos e a instauração do bipartidarismo, filiou-se à Aliança Renovadora Nacional (Arena). Em 1966, foi nomeado governador de Alagoas pelo presidente-ditador Castelo Branco (Barros, 2005b, p. 117).

[399] ALAGOAS. Comissão da Memória e Verdade Jayme Miranda – CMVJM. *Relatório Parcial da Comissão Estadual da Memória e Verdade Jayme Miranda*. 165 f. 31 out. 2016, p. 123.

Os líderes sindicais e militantes da AP foram acusados de distribuir "boletins e panfletos subversivos em Pariconha"[400]. De acordo com o *Diário de Pernambuco*,

> Observa ainda a peça denunciatória que os réus Roberto Ferreira [Aldo Arantes], Juarez Johandnes Etcheverría [Gilberto Teixeira], Maria Auxiliadora e Rosa de Oliveira, embora não fossem trabalhadores rurais, penetraram no Sindicato de Pariconha, passando a tomar parte das reuniões dos associados, com o objetivo de 'promover e insinuar a animosidade entre os camponeses e proprietários de engenho'[401].

Na ação militar, foram presos Josué Correia, José Novaes e José Correia, lideranças locais da AP. Além desses, foram detidos Aldo Arantes, Gilberto Teixeira, Maria Auxiliadora e Rosemary Teixeira (Rosa), com seus respectivos filhos: André e Priscila (filhos de Arantes e Maria), assim como Rita (filha de Gilberto e Rosemary). Os prisioneiros políticos sofreram diversas torturas, físicas e psicológicas. Sobre as torturas infligidas aos militantes naquela ocasião, relatou Josué Correia:

> [...] eu saí uma vez para [ser torturado] dentro de um canavial. Eu e Zé Novaes. Foi um episódio que marcou, porque a gente tinha receio. Lógico: nem vai ser preso e levado para dentro de um canavial se tem outros locais para ser torturado que não dentro de um canavial. Ficava mais fácil deles darem sumiço, jogarem dentro de um rio e ir embora. Mas teve um episódio engraçado, porque quando nós estávamos sendo torturados dentro do canavial, ouvimos um carro que saiu fritando pneu, e eles ficaram com receio e nos devolveram imediatamente para a cadeia. Quem participou dessa tortura foi o Zé Novaes. E a tortura, você sabe, não era brinquedo não. O Gilberto foi queimado... a tortura era de faca, furando a gente, queimando, furando unha, essas coisas assim. Mais psicológico, ameaçando jogar no rio para o jacaré comer. [...] Em Maceió eu recebi tortura dentro dos canaviais. Eu não sei precisar onde, porque não conheço bem. Inicialmente nós ficamos num cubículo do DOPS[E], nos primeiros dias. No mínimo dava para dormir três pessoas. Uns deitavam e outro ficava em pé[402].

O depoimento do líder sindical expõe a "geografia da repressão" em Alagoas, onde o espaço público da Delegacia de Ordem Política, Social e Econômica (Dopse)[403] se fundia ao espaço privado e invisível dos canaviais[404]. O uso de áreas rurais para a tortura não era fortuito;

---

[400] CONSELHO do Exército condena acusados por atividades subversivas em Alagoas. *Diário de Pernambuco*, ano 144, n. 140, 20 jun. 1969, p. 8. Biblioteca Nacional. Hemeroteca Digital Brasileira.
[401] *Ibidem*.
[402] ALAGOAS. Comissão da Memória e Verdade Jayme Miranda – CMVJM. *Relatório Parcial da Comissão Estadual da Memória e Verdade Jayme Miranda*. 165 f. 31 out. 2016, p. 136.
[403] Segundo Costa, "em 7 de fevereiro de 1964, através da Lei nº 2.658, publicada no Diário Oficial de 9 de fevereiro de 1964, a Dopsic [Delegacia de Ordem Política e Social, Investigações e Capturas] foi desmembrada em duas delegacias: Delegacia de Roubos, Furtos, Investigações e Capturas (DRFIC) e Delegacia de Ordem Política, Social e Econômica (Dopse)" (2024, p. 38-39).
[404] O *Relatório da Comissão Nacional da Verdade* (CNV) identificou dezessete centros clandestinos de tortura que operavam no Brasil durante o regime militar (1964-1985). Segundo o relatório, os centros clandestinos eram parte da estrutura repressiva do próprio regime. Eram instalados em casas, chácaras e locais particulares fora das grandes áreas urbanas para praticar prisões, tortura e levar à morte militantes de esquerda. "A utilização de centros clandestinos de detenção e interrogatório, à margem da lei e sem registro dos detidos, era outro estratagema que merece atenção. Nesses centros, os presos permaneciam de modo absolutamente ilegal, sem observância de formalidade alguma ou sujeição a controle judicial. Mais do que em qualquer outra unidade oficial de custódia, o tratamento dispensado nesses estabelecimentos não tinha em vista o 'processamento judicial' do detido, mas, antes,

representava a simbiose entre o aparato policial-militar e a estrutura latifundiária local, oferecendo o isolamento necessário para a prática do desaparecimento forçado[405]. A menção ao medo de serem jogados no rio revela a consciência dos militantes sobre a precariedade da vida sob custódia extralegal, enquanto os métodos descritos – que combinam o suplício físico (queimaduras e perfurações) ao terror psicológico – visavam a desarticulação subjetiva do indivíduo.

Em meados de 1969, o Conselho Permanente de Justiça do Exército condenou à pena de seis meses Aldo Arantes e Gilberto Teixeira, que já estavam presos desde dezembro de 1968. Por outro lado, a Corte de Justiça da 7.ª Região Militar, em Recife, absolveu José Correia de Souza, José Gomes Novais, Josué Correia, Maria Auxiliadora e Rosemary Teixeira[406].

Algum tempo após a prisão, Aldo Arantes e os demais prisioneiros políticos foram atendidos pelo médico José Rocha, militante do PCB em Alagoas. Ao identificar Arantes, o médico contactou a direção da Ação Popular e se comprometeu a viabilizar a fuga dele e de Gilberto Teixeira. Graças a uma ampla articulação entre Rocha e militantes da AP de Maceió, Pariconha, Recife e São Paulo, a evasão ocorreu às 3h15 da madrugada de 9 de junho de 1969, aproveitando a dispersão causada por um clássico do futebol entre CRB e CSA. Participou diretamente da operação Maciléia Rocha, então integrante da direção local da AP e mãe de Alexandre Padilha, atual ministro da Saúde[407].

5.5 Uma interpretação

Ao montar a infraestrutura de ação social, formada pelo MEB, Soral e Escola de Serviço Social, responsável pela organização sindical no campo, a hierarquia católica não anteviu que esse aparato seria instrumentalizado para fins de transformação social. Na verdade, a Ação Popular soube identificar e ocupar as "brechas institucionais" abertas pelo *aggiornamento* da Igreja, especialmente via MEB e Soral, transformando canais de assistência social em espaços

---

'os interesses das informações' (Brasil, 2014, p. 320).

[405] No direito internacional, o desaparecimento forçado ocorre a partir da privação de liberdade de uma pessoa (ou mais pessoas), seguida da recusa do Estado em informar o seu destino. "Este crime tem caráter permanente e não cessa enquanto seu paradeiro não é conhecido, cf. CNV (2014), p. 292-96. No Brasil, essa concepção difere daquela considerada pelos familiares ao longo do período ditatorial, segundo a qual o desaparecido era aquele sobre o qual não havia confirmação oficial da morte, ainda que seu corpo fosse localizado, cf. Almeida *et al*. (2009). Para o direito internacional, a ocultação do cadáver é o componente decisivo para a definição de 'desaparecimento forçado', independentemente da confirmação oficial da morte" (Teles, 2020, p. 266).

[406] CONSELHO do Exército condena acusados por atividades subversivas em Alagoas. *Diário de Pernambuco*, ano 144, n. 140, 20 jun. 1969, p. 8. Biblioteca Nacional. Hemeroteca Digital Brasileira.

[407] ALAGOAS. Comissão da Memória e Verdade Jayme Miranda – CMVJM. *Relatório Parcial da Comissão Estadual da Memória e Verdade Jayme Miranda*. 165 f. 31 out. 2016, p. 139-141.

para a formação política. Esse fenômeno demonstra como a estrutura montada pela instituição, concebida para a modernização da agricultura sob a égide da Igreja, acabou por oferecer a cobertura logística necessária para contestar o sistema social vigente a partir de suas próprias instituições.

O Sistema Radioeducativo de Maceió funcionou até 1968. Inicialmente tutelado pela hierarquia eclesiástica, o MEB/Maceió passou, a partir de 1963, a privilegiar a conscientização do trabalhador como instrumento de transformação e ruptura com as relações de dominação no meio rural. A repressão aos seus quadros com dupla militância já se fazia sentir antes mesmo do Ato Institucional nº 5 (AI-5), decretado em 13 de dezembro de 1968, que fechou o Congresso Nacional e inaugurou um dos períodos mais autoritários da história do Brasil. A supervisora Alba Correia, por exemplo, respondeu a um Inquérito Policial-Militar em 1967 (Schumaher, 2004). Com o acirramento da vigilância após o AI-5, que reduziu o movimento a ações de alfabetização e evangelização, a equipe optou pelo desligamento do MEB, acarretando o fechamento do sistema local.

No que se refere ao movimento de sindicalização rural, as consequências do golpe de 1964 foram devastadoras para o processo em curso, sobretudo, para as esquerdas – inclusive a esquerda católica – e o seu projeto de sociedade junto aos camponeses. Com a justificativa de pôr fim à chamada "república sindicalista", as Ligas Camponesas e significativa parte dos sindicatos rurais e suas respectivas lideranças foram atingidas imediatamente pela repressão exercida pelo novo regime que se instaurava, seja através de prisões, mortes, intervenções, processos, invasões e até mesmo fechamento de sedes.

Segundo Palmeira (1985, p. 45), quanto aos caminhos de reconstituição sindical rural no país, entidades ligadas à Igreja Católica desempenharam um importante papel. Notadamente, "a participação da Igreja nas articulações do movimento golpista de 1964 iria paradoxalmente garantir um certo tipo de continuidade ao sindicalismo rural, que contrasta, em toda linha, com o que aconteceu com o sindicalismo urbano em 1937 e 1964". Para o autor,

> Se é verdade que a repressão contra os líderes sindicais e trabalhadores com militância sindical no campo foi, possivelmente, mais contundente que a que atingiu o operariado e outros setores urbanos, atingidos que foram pela intervenção direta do aparelho repressor estatal e pela violência privada dos grandes proprietários, é preciso não esquecer que as entidades sindicais, tidas como ligadas à Igreja, foram num certo sentido poupadas. Muitas 'intervenções', embora poucas oficializadas. Mais comum foram prisões de diretores e sua substituição por suplentes ou a nomeação de interventores, alguns deles trabalhadores rurais indicados por elementos da Igreja (Palmeira, 1985, p. 45).

Com efeito, embora um número reduzido, em 1965 já se encontravam reorganizadas algumas federações, face à convocação de eleições a fim de legitimar as intervenções. Por outro

lado, se o sindicato enquanto instituição não desapareceu em sua base, isso não significa que a reconstrução do movimento tenha sido fácil e pouco complexa.

Em Alagoas, apesar dos obstáculos impostos pelo governo e as condições adversas, o processo de sindicalização rural, anterior ao golpe, buscou reproduzir as formas de organização nacional. No entanto, tanto horizontal quanto verticalmente, os resultados alcançados foram distintos. Por um lado, não foram muitos os sindicatos que se consolidaram naquele período, por outro, o número de filiados entre aqueles viabilizados foi reduzido, assim como o grau de interações tanto nas bases como destas com as lideranças. Desse modo, as medidas repressivas adotadas durante o novo regime tiveram grande eficácia, deixando profundas sequelas na reorganização posterior da estrutura sindical alagoana.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Na primeira metade dos anos 1960, havia na sociedade alagoana ao menos dois modelos em disputa relacionados ao papel social da educação. O primeiro fundamentava-se na ideologia da modernização, com indivíduos atomizados e reduzidos a mera mercadoria, enxergando a educação com base na teoria do capital humano. Já o segundo modelo baseava-se nas concepções político-pedagógicas do MEB e em sua utopia sociorreligiosa. Essa corrente valorizava a ética comunitária e a solidariedade de classe.

No contexto da modernização da agricultura, a extensão rural no Brasil emergiu em meados da década de 1940, no estado de Minas Gerais. O processo ocorreu por intermédio do estadunidense Nelson Rockefeller e foi institucionalizado com a criação da Associação de Crédito e Assistência Rural (ACAR), cujo modelo tornou-se a experiência de maior sucesso da *American International Association for Economic and Social Development* (AIA) no país. O extensionismo desenvolvido pela AIA, e suas congêneres no Brasil, remete à ideia de uma "missão civilizadora", na qual um grande exército de técnicos conduzia os camponeses a replicar mecanicamente determinados conhecimentos que seriam estendidos às sociedades que ainda não teriam alcançado suposto estágio de desenvolvimento (Silva, 2015).

Durante o governo de Juscelino Kubitschek (1956-1961), o projeto mineiro foi expandido para todo território nacional através da Associação Brasileira de Crédito e Assistência Rural (ABCAR). No cenário alagoano, as semanas ruralistas constituíram o espaço privilegiado dessas práticas extensionistas. Nelas, os trabalhadores rurais figuravam como meros depositários de uma educação bancária, baseada na promoção de conhecimentos e pacotes tecnológicos norte-americanos que, frequentemente, mostravam-se inadequados às realidades locais.

Esse projeto educativo para o capital foi propagandeado como uma forma de fornecer uma vida melhor, mais conforto e maior produtividade aos agricultores. Não se tratava apenas de substituir a enxada pela máquina, conforme observou Fonseca (1985), mas de um projeto político-pedagógico que "moldava" o trabalhador para os interesses do capital, reeducando-o para as novas relações sociais. Diante disso, não faltaram recursos, métodos e técnicos para essa empreitada.

Nesse modelo educacional – se é que se pode caracterizá-lo como educação – o parâmetro não era o ser humano, mas a produtividade econômica e o aumento das taxas de lucros. Justificando essa lógica, Schultz assevera, em *O capital humano: investimento em educação e pesquisa* (1971), que o potencial de produção dos seres humanos supera a totalidade

das demais formas de riqueza existentes, argumentando que o investimento no próprio indivíduo ampliaria o bem-estar social (Nunes; Silva; Sá, 2020). Sob essa ótica instrumental, o capital humano configura-se como um conjunto de competências produtivas adquiridas pelo acúmulo de conhecimentos formativos, os quais atuam diretamente na criação de valor econômico. Assim, a extensão rural serviu ao propósito de não só fornecer os conhecimentos e o pessoal necessário à modernização da agricultura e expansão do sistema capitalista, como também transmitir um conjunto de valores que legitimava a ideologia dominante.

Apesar da reprodução em larga escala da ideologia da modernização, o desenvolvimentismo católico possuía especificidades. Além da ênfase na justiça social, na saúde e na educação, destaca-se o estímulo à auto-organização em sindicatos e cooperativas. Nesse cenário, visando promover uma renovação de hábitos entre os camponeses, a Arquidiocese de Maceió desenvolveu um trabalho sistemático para acompanhar a comunidade rural, formar lideranças e organizar associações civis e trabalhistas. Para viabilizar essas ações, foram criados o Serviço de Orientação Rural de Alagoas (Soral), em 1961, e o Movimento de Educação de Base, em 1962.

A instalação do MEB acompanhou a construção e a implantação da *Rádio Educadora Palmares de Alagoas*. De certo modo, seu desenvolvimento, especialmente no que diz respeito à infraestrutura, articulava-se ao programa de educação de base para a região Norte do estado. No contexto da Guerra Fria, esse projeto constituiu-se como uma estratégia para conter a expansão das Ligas Camponesas em direção ao território alagoano, as quais eram associadas ao avanço do comunismo no campo. Por essa razão, escolheu-se o norte alagoano, região fronteiriça com Pernambuco, para abrigar a experiência-piloto.

Em contraposição ao modelo extensionista, a prática educativa do MEB representou uma ruptura com a lógica do capital a partir de 1963. Na perspectiva do movimento, a educação não se reduzia a qualificar o indivíduo para o mercado de trabalho, mas para a sua realização humana e transformação social. Um dos traços mais marcantes de sua prática educativa, sobretudo com o uso da cartilha *Viver é lutar*, foi o esforço para elevar o nível de consciência política dos estudantes-trabalhadores. O processo de ensino-aprendizagem se caracterizava pela horizontalidade e por uma profunda relação de confiança entre os trabalhadores rurais e os supervisores. Estes não exigiam nada em troca e tampouco transformavam a educação em mercadoria. Pelo contrário, acreditavam na capacidade de estudantes, monitoras e líderes comunitários. O engendramento dessa prática educativa com a experiência de classe dos trabalhadores rurais produziu uma nova utopia sociorreligiosa, baseada na Doutrina Social da

Igreja, no personalismo cristão e em uma certa leitura do marxismo realizada pelos jovens supervisores com dupla militância (MEB e JUC/AP).

A partir da experiência do MEB, torna-se possível refletir sobre o papel da educação na construção de um outro projeto de sociedade, em que a principal referência reside no ser humano como sujeito histórico e em suas possibilidades de transformação social. Com efeito, a emergência de uma consciência de classe entre os trabalhadores rurais não se caracterizou como um resultado puramente externo, mas sim como um processo dialético, construído na mediação entre a *práxis* pedagógica do movimento e a própria realidade concreta dos sujeitos do campo.

Em *Educar para transformar*, Wanderley analisou a concepção de desenvolvimento de comunidade do MEB, destacando que a intervenção do movimento impulsionou novas relações sociais de solidariedade e de organização, que propiciavam a transformação social por meio de associações, clubes, cooperativas e sindicatos rurais. Para o autor, o MEB lançou embriões organizacionais "quando certas comunidades assumiram as escolas, quando os professores se identificaram com as necessidades e os interesses dos alunos, quando se praticaram formas democráticas de decisão e de execução de tarefas, quando enfim se iam revelando as causas da exploração" (Wanderley, 1984, p. 271). Nessa perspectiva, a prática emancipadora não brotava da comunidade, mas sim de fatores externos e do seu engajamento no projeto educativo que direcionava a ação social. Dito de outro modo, a consciência de classe era forjada por meio da prática educativa, conferindo ao mediador e ao intelectual uma centralidade na condução das lutas sociais. Esta é uma perspectiva unidimensional do processo, que não leva em consideração a experiência dos trabalhadores rurais.

Por outro lado, Souza (2006) enfatizou o caráter agregador das ações comunitárias, expressas nas festividades religiosas, quermesses, leilões e rifas recorrentes na zona rural, como sementes de uma consciência política. Por mais precárias que fossem, essas experiências constituíam não apenas o eixo principal da organização financeira, mas também revelavam o potencial organizativo da comunidade. A prática educativa do MEB incorporou a cultura preexistente de mutirões para, por exemplo, impulsionar o associativismo e a autonomia financeira. Assim, as práticas cooperativas locais foram reforçadas e ganharam uma nova centralidade a partir das diretrizes da educação de base.

Através da instrumentalização da categoria de totalidade[408], este trabalho buscou resgatar o movimento dialético das formas sociais, articulando a prática educativa do

[408] Para Barata-Moura, o sentido de totalidade constitui a marca de todo e qualquer processo dialético. "Ela encontra-se, de facto, no centro de toda a problemática da dialética, já que com ela e por ela se pretende traduzir a

movimento à experiência anterior de classe dos estudantes. Uma vez que toda consciência é social, seus processos ocorrem quando são vivenciados em relações reais. Essa "consciência prática", para retomar uma expressão de Williams (1979), manifesta-se, geralmente, na tensão entre a interpretação recebida e a experiência concreta. Desse modo, a educação representava para os trabalhadores rurais uma ferramenta estratégica de emancipação, pois o domínio da leitura e da escrita garantia o direito político de eleger e ser eleito, bem como a compreensão dos direitos sociais e trabalhistas. Ao intervir nesse cenário, o MEB forneceu o suporte formativo que se aliou à vontade latente por transformação social, conectando o cotidiano rural aos processos mais amplos de luta política da época, como as reformas de base.

Em seu estudo sobre a formação da classe operária inglesa, Thompson (2021a) buscou explicar como a consciência de classe se constrói historicamente por meio da relação entre as determinações materiais e os elementos subjetivos – em termos culturais e sistemas de valores, crenças, moral –, conforme a experiência de classe em cada situação específica. Ele também observou a indissociabilidade da relação entre classe e luta de classes, com primazia do segundo termo.

Em *Algumas observações sobre classe e "falsa consciência"*, o autor enfatizou o fato de "a classe, no seu sentido heurístico, ser inseparável da noção de 'luta de classes'. A meu juízo, foi dada excessiva atenção, frequentemente de maneira anti-histórica, à 'classe', e muito pouca, ao contrário, à 'luta de classes'. Na verdade, à medida que é mais universal, luta de classes me parece ser o conceito prioritário" (Thompson, 2012d, p. 274). Para o historiador inglês,

> as pessoas se veem numa sociedade estruturada de certo modo (por meio de relações de produção fundamentalmente), suportam a exploração (ou buscam manter poder sobre os que as exploram), identificam os nós dos interesses antagônicos, se batem em torno desses mesmos nós e no curso de tal processo de luta descobrem a si mesmas como uma classe, vindo, pois, a fazer a descoberta de sua consciência de classe. Classe e consciência de classe são sempre o último e não o primeiro degrau de um processo histórico real (Thompson, 2012d, p. 274).

É impossível não identificar no fragmento citado a proximidade com a definição de classe proposta por Marx e Engels em *A ideologia alemã*. Por conseguinte, a proposição de Thompson que enfatiza a dimensão da luta de classes tem como fundamento, entre outras obras, o referido manuscrito de 1846, em especial a passagem em que se afirma que "os indivíduos singulares formam uma classe somente na medida em que têm de promover uma luta comum

---

fundamental unidade e conexão do próprio real" (1977, p. 113). É importante destacar, dessa forma, que existe "um fundamento real para a totalidade e suas demarcações que é o processo histórico no seu conjunto e desenvolvimento" (Barata-Moura, 1977, p. 119).

contra uma outra classe" (Marx; Engels, 2007, p. 63). Neste manuscrito, Marx e Engels defendem que a classe, enquanto fenômeno social, só se constitui em oposição aos interesses de outra classe, afirmando, portanto, o papel central da luta de classes.

As disputas entre os trabalhadores rurais e a burguesia agrária, vivenciadas na organização sindical e nas reivindicações por melhores condições de vida, assumiram contornos de uma legítima luta de classes em Alagoas. Para Thompson (2012b), as ações coletivas que visam ganhos políticos, sociais e culturais configuram a luta de classes, ao passo que as experiências históricas dos envolvidos são moldadas e estruturadas por meio desse mesmo processo social.

As críticas à ausência de evangelização e às alianças políticas estabelecidas pelo MEB são fortes indícios de que, progressivamente, o Sistema Radioeducativo de Maceió assumiu posturas mais radicais e, em alguns momentos, entrou em conflito com os próprios interesses da hierarquia eclesiástica. A cúpula da Igreja Católica não anteviu que a infraestrutura criada para a organização sindical no campo seria direcionada para fins de transformação social.

Dentre os diversos movimentos de educação popular, o MEB foi o de maior longevidade e o único a ter continuidade após o golpe de 1964, o que exigiu a mutilação do que havia de mais criativo e transformador em sua ação pedagógica. Em diálogo com Silva (2002) e a partir da análise das fontes disponíveis, sustenta-se que o MEB/Maceió passou por cinco fases. A primeira fase recobre o período de implantação do Sistema Radioeducativo de Maceió, entre os anos de 1962 e 1963. Nesse período, a Igreja Católica exerceu grande influência sobre o movimento. A escolha da coordenação, por exemplo, era feita pelo arcebispo e na sua composição sempre existia uma freira. Sob uma diretriz fortemente conservadora da hierarquia eclesiástica, os primeiros anos caracterizaram-se pela adesão irrestrita aos objetivos traçados pelo prelado, de modo que a educação de base se encontrava vinculada, prioritariamente, à catequese.

Em sua segunda fase, entre fins de 1963 e início de 1965, o movimento recebeu forte influência do Sistema Paulo Freire e da Animação Popular, modificando a sua ação e metodologia. Assumiu uma postura crítica das estruturas social e política estabelecidas e em defesa da transformação social. Desse modo, voltaram-se para as situações concretas da comunidade local, em que se encontravam inseridos, em vista da conscientização em relação às condições da classe trabalhadora e da desigualdade social. Acreditava-se que através da educação seria possível uma nova atuação do indivíduo e, assim, transformar as estruturas sociopolíticas da sociedade alagoana e do país.

A terceira fase do movimento tem como demarcação o período de 1965 até 1968, quando ocorreu a desarticulação temporária do movimento. Após o golpe de 1964, a cartilha *Viver é lutar* foi retirada de circulação, e usineiros e militares caracterizaram o MEB como subversivo. A memória coletiva, frequentemente, foi posta em disputa na luta das forças sociais pelo poder. Para Le Goff, "tornarem-se senhores da memória e do esquecimento é uma das grandes preocupações das classes, dos grupos, dos indivíduos que dominaram e dominam as sociedades históricas. Os esquecimentos e os silêncios da história são reveladores desses mecanismos de manipulação da memória coletiva" (1990, p. 426). Nessa perspectiva, essa tese buscou "escovar a história a contrapelo" (Benjamin, 2020), iluminando a resistência e a luta dos trabalhadores rurais, silenciadas pela destruição das cartilhas e pelo fechamento das escolas radiofônicas.

Entre 1977 e 1978, ocorreu a rearticulação do movimento como projeto previsto no segundo Plano de Pastoral da Arquidiocese de Maceió (PPAM), o que marcou sua atuação durante os anos 1980. Por fim, a partir da década de 1990, o MEB apresentou novas mudanças em sua estrutura organizacional, de acordo com a tendência nacional. A sua reestruturação foi marcada por diversas modificações estruturais que merecem um estudo específico, abrindo espaço para futuras pesquisas.

As conjunturas eclesiástica e política desse período ajudam a elucidar a reorganização do MEB. A terceira Conferência Geral do Episcopado Latino-Americano (CELAM), reunida em Puebla no ano de 1979, reforçou a "*opção preferencial pelos pobres*", exigindo do clero latino-americano uma mudança de lugar social. Ademais, esse evento coincidiu com o processo de reabertura política no Brasil, período caracterizado pela reorganização dos movimentos de base e do novo movimento sindical. Assim, a reestruturação do MEB, durante os anos de 1977 e 1978, pode ser vista como um indício do abrandamento do regime militar no estado, dado que um dos motivos para o enfraquecimento do movimento, no fim dos anos 1960, foi a caracterização de subversivo por parte do governo ditatorial.

A perspectiva de totalidade aqui adotada evidenciou as diversas articulações do movimento em seu contexto político, socioeconômico e cultural. Essa abordagem demonstrou a necessidade de investigações específicas sobre a *Rádio Educadora Palmares*, a atuação das Ligas Camponesas no estado e a realização de uma análise aprofundada das relações entre católicos e comunistas, as quais transcendem o escopo deste trabalho. Somado a isso, ressalta-se a premência de uma pesquisa dedicada à Ação Popular (AP). Alguns agentes do MEB exerciam dupla militância, inicialmente na Juventude Universitária Católica (JUC) e, posteriormente, na AP. Até o momento, apenas uma obra abordou a atuação dessa organização

em território alagoano: o livro *Serra dos Perigosos: guerrilha e índio no sertão de Alagoas,* de Amaro da Silva, publicado em 2007 pela Edufal. A AP representou um dos principais canais cristãos para a atividade política de esquerda. No entanto, embora Silva (2007) analise a atuação do grupo em Pariconha durante a ditadura militar, o autor não discute o desenvolvimento dessa organização no restante do estado, tampouco a sua relação com a JUC.

Enquanto movimento eclesial, o MEB e sua concepção político-pedagógica, que articulou organicamente alfabetização e conscientização a partir de situações reais da vida e das relações de trabalho no campo, influenciaram a formulação de uma nova corrente teológica na América Latina: a Teologia da Libertação, conforme defendido por Enrique Dussel (1997). Nesse sentido, pode-se incluir o MEB no amplo movimento denominado por Löwy (2000) de "cristianismo da libertação", expressão de um vasto movimento social que surgiu no início dos anos 1960 e que vai além dos limites da Igreja como instituição. Esse processo envolveu setores eclesiais significativos, como padres, ordens religiosas, bispos e organizações leigas da Ação Católica – Juventude Operária Católica, Juventude Universitária Católica e redes pastorais –, bem como as Comunidades Eclesiais de Base (CEBs) e as diversas organizações populares criadas por ativistas cristãos (Löwy, 2000).

Essa capilaridade social e institucional também se manifestou em contextos regionais específicos. Em Alagoas, a articulação entre a experiência de classe dos trabalhadores rurais e o conhecimento formal fez do MEB um marco não apenas no campo religioso, mas no conjunto da sociedade, atuando como formação de quadros para a esquerda em sindicatos, associações, partidos e outras formas de organização. Portanto, seria um erro ignorar a relevância do movimento e suas concepções pedagógicas devido aos limites e às pressões impostos pelo poder hegemônico após o golpe de 1964. Esses obstáculos não diminuem a amplitude de suas iniciativas, embora finitas, nem suas contribuições reais no campo educacional e para o fortalecimento da classe trabalhadora alagoana.

REFERÊNCIAS

FONTES:

ALAGOAS. Cartório de Registro de Imóveis de Viçosa. *Certidão de Partilha*. 3 f. Viçosa, 8 out. 1941. Arquivo da Cúria Metropolitana de Maceió (ACMM). Estante 2, Caixa 17, Pasta 10: Fazenda Cascuda (Lage dos Veados).

ALAGOAS. Comissão da Memória e Verdade Jayme Miranda – CMVJM. *Relatório Parcial da Comissão Estadual da Memória e Verdade Jayme Miranda*. 165 f. 31 out. 2016. Disponível em: https://vicegovernadoria.al.gov.br/memorial-da-verdade-e-justica-de-alagoas/documentos/category/37-comissao-estadual-da-memoria-e-verdade-al. Acesso em: 2 mar. 2026.

ALCÂNTARA, Marco Aurélio de. Prioridade ao Nordeste na ação do "Serviço Social Rural". *Diário de Pernambuco*, Recife, ano 131, n. 119, 24 maio 1956. Disponível em: https://memoria.bn.gov.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=029033_13&pagfis=33800. Acesso em: 10 dez. 2024.

ALCÂNTARA, Marco Aurélio de. Programa do Governo Federal para a Zona do "Polígono". *Diário de Pernambuco*, Recife, ano 131, n. 119, 24 maio 1956. Disponível em: https://memoria.bn.gov.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=029033_13&pagfis=33800. Acesso em: 10 dez. 2024.

ALCÂNTARA, Marco Aurélio de. O problema da eletrificação do Nordeste e a contribuição da CHESF para a sua solução. *Diário de Pernambuco*, Recife, ano 131, n. 119, 24 maio 1956. Disponível em: https://memoria.bn.gov.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=029033_13&pagfis=33815. Acesso em: 10 dez. 2024.

ALMEIDA, Luiz Sávio de. Processo de conscientização. 16 f. Mimeo. *In*: ENCONTRO NACIONAL DE COORDENADORES, 1., Anais... *3º tema de fundamentação, compreendendo exposição inicial, questionário encaminhando a discussão e colocações finais*. Disponível em: https://memoria.cidarq.ufg.br/index.php/meb-rt-ins-mno-072. Acesso em: 15 fev. 2025.

ARCEBISPO de Maceió: estruturas vão mudar. *Diário Carioca*, Rio de Janeiro, 21 nov. 1961. Arquivo da Cúria Metropolitana de Maceió (ACMM). Estante 3, Caixa 26, Pasta 14: Semanas Ruralistas.

ARQUIDIOCESE DE MACEIÓ. *Decreto*. Da ereção canônica da paróquia do SS. Coração de Jesus de UTINGA. Arquivo da Cúria Metropolitana de Maceió (ACMM). Armário 3, Caixa 18, Pasta 30: Paróquia Utinga (Brasil Novo).

ARQUIDIOCESE DE MACEIÓ. *Escritura de doação de um pedaço de terra denominado "Ilha ao Senhor Bom Jesus"*. 3 f. Mimeo (transcrição). Porto Calvo, 24 maio 1686. Arquivo da Cúria Metropolitana de Maceió (ACMM). Estante 3, Caixa 18, Pasta 23: Matriz de Camaragibe.

ARQUIDIOCESE DE MACEIÓ. *Vida paroquial ajustada ao nosso tempo e ao nosso meio*. 195-. Arquivo da Cúria Metropolitana de Maceió (ACMM). Armário 3, Caixa 18, Pasta 30: Paróquia Utinga (Brasil Novo).

ARQUIDIOCESE DE MACEIÓ. *Programa da Primeira Semana Ruralista*. Maceió: Imprensa Oficial, 1956. Arquivo da Cúria Metropolitana de Maceió (ACMM). Estante 3, Caixa 26, Pasta 14: Semanas Ruralistas.

ARQUIDIOCESE DE MACEIÓ. *Conclusões, Recomendações, Resultados e Moções de Aplauso:* Semana Ruralista [União dos Palmares]. Maceió: Imprensa Oficial, 1956. Arquivo da Cúria Metropolitana de Maceió (ACMM). Estante 3, Caixa 26, Pasta 14: Semanas Ruralistas.

ARQUIDIOCESE DE MACEIÓ. *Conclusões da Semana Ruralista de Viçosa*. Maceió, 1961. Arquivo da Cúria Metropolitana de Maceió (ACMM). Estante 3, Caixa 26, Pasta 14: Semanas Ruralistas.

ARQUIDIOCESE DE MACEIÓ. *Plano de recuperação humana da zona norte do estado de Alagoas*. Arquivo da Cúria Metropolitana de Maceió (ACMM). Armário 13, Caixa 104, Fundo MEB, Pasta 23: Implantação MEB-Maceió (1959-1977).

ARQUIDIOCESE DE MACEIÓ. *Programa de educação de base para a Zona Norte do estado de Alagoas*. Arquivo da Cúria Metropolitana de Maceió (ACMM). Armário 13, Caixa 104, Fundo MEB, Pasta 23: Implantação MEB-Maceió (1959-1977).

ARQUIDIOCESE DE MACEIÓ. *Projeto em favor do homem rural e praieiro do Norte de Alagoas, outrossim de um dos bairros proletários de Maceió, para onde costumam vir levas de retirantes do Sertão alagoano e de estados vizinhos*. Arquivo da Cúria Metropolitana de Maceió (ACMM). Armário 13, Caixa 104, Fundo MEB, Pasta 23: Implantação MEB-Maceió (1959-1977).

ARQUIDIOCESE DE MACEIÓ. *Ofício s/n ao presidente da Campanha Nacional de Educação Rural*. Maceió: Arquidiocese de Maceió, 16 set. 1959. Assunto: Experiência piloto de educação de base na zona norte de Alagoas. Arquivo da Cúria Metropolitana de Maceió (ACMM). Armário 13, Caixa 104, Fundo MEB, Pasta 23: Implantação MEB-Maceió (1959-1977).

ARQUIDIOCESE DE MACEIÓ. *Ofício s/n ao Ministério da Educação e Cultura*. Maceió: Arquidiocese de Maceió, 15 set. 1959. Assunto: Centro sociopedagógico da Arquidiocese de Maceió. Arquivo da Cúria Metropolitana de Maceió (ACMM). Armário 13, Caixa 104, Fundo MEB, Pasta 23: Implantação MEB-Maceió (1959-1977).

ARQUIDIOCESE DE MACEIÓ. *Relatório das atividades do Centro Social Rural Dom Adelmo Machado* (1963-1977). Arquivo da Cúria Metropolitana de Maceió (ACMM). Armário 2, Caixa 17, Pasta 9: Centro Social Rural.

ARQUIDIOCESE DE MACEIÓ. *Quinto Plano de Pastoral (1984-1986).* Maceió: Arquidiocese de Maceió, 1984. Arquivo da Cúria Metropolitana de Maceió (ACMM). Estante 4, Caixa 35: Anuários, Calendários e Planos Pastorais.

ARQUIDIOCESE DE NATAL. Conclusões do I Congresso de Trabalhadores Rurais do Rio Grande do Norte. *In*: CALAZANS, Juliêta. *Cartilha Sindical do Trabalhador Rural*. Natal: Serviço de Assistência Rural – SAR, 1961.

ARQUIVO NACIONAL. *Dossiê Salomão Almeida de Barros Lima*. 17 f. 24 jul. 1973. Fundo Serviço Nacional de Informações – Agência Recife. Espécie: Informação. Descrição: ARE ACE CNF 2839/81. Disponível em: http://imagem.sian.an.gov.br/acervo/derivadas/br_dfanbsb_v8/mic/gnc/iii/81002839/br_dfanbsb_v8_mic_gnc_iii_81002839_d0001de0001.pdf. Acesso em: 17 fev. 2026.

ATHAYDE, Felix. Come e dorme. *In*: MOVIMENTO DE EDUCAÇÃO DE BASE – MEB/Maceió. *Relatório da 1º Caravana popular de Cultura*, Maceió, 1963d, p. 8. Arquivo pessoal da supervisora Maria Alba Correia da Silva.

BANDEIRA, Marina. Representante de UNDA. *In: PRIMER Congreso latinoamericano de Escuelas Radiofónicas*: 13 a 19 de septiembre de 1963. Secretaria de la Confederación Latinoamericana para la Educación Fundamental Integral. Bogotá: Editorial Andes, 1963?]. p. 25-27.

BRASIL. Comissão Nacional da Verdade. *Relatório da Comissão Nacional da Verdade*. Brasília: CNV, 2014.

BRASIL. Constituição (1946). *Lex*: *Constituição dos Estados Unidos do Brasil*, de 18 de setembro de 1946. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao46.htm. Acesso em: 3 fev. 2024.

BRASIL. Decreto-Lei nº 7.038, de 10 de novembro de 1944. Dispõe sobre a sindicalização rural. *Diário Oficial da União*, Brasília-DF, 13 nov. 1944.

BRASIL. Decreto nº 39.291, de 1 de junho de 1956. Dispõe sobre a instalação de 200 famílias na Colônia Pindorama, Estado de Alagoas. *In*: ROCHA, D. Jaime Vieira (Org.). *Sob os signos da Esperança e da responsabilidade social*: anais do I e II Encontros dos Bispos do Nordeste. Campina Grande: EDUEPB, 2016, p. 219-220.

BRASIL. Decreto nº 39.294, de 1 de junho de 1956. Dispõe sobre a construção de casas para trabalhadores nordestinos. *In*: ROCHA, D. Jaime Vieira (Org.). *Sob os signos da Esperança e da responsabilidade social*: anais do I e II Encontros dos Bispos do Nordeste. Campina Grande: EDUEPB, 2016, p. 232-234.

BRASIL. Decreto nº 39.295, de 1 de junho de 1956. Dispõe sobre as medidas necessárias ao desenvolvimento da criação de gado e da indústria leiteira nas regiões que menciona, nos Estados da Paraíba e Alagoas. *In*: ROCHA, D. Jaime Vieira (Org.). *Sob os signos da Esperança e da responsabilidade social*: anais do I e II Encontros dos Bispos do Nordeste. Campina Grande: EDUEPB, 2016, p. 238-239.

BRASIL. Decreto nº 46.378, de 7 de julho de 1959. Dispõe sobre um programa de educação de base para a zona Norte do Estado de Alagoas. *In:* ROCHA, D. Jaime Vieira (Org.). *Sob os signos da Esperança e da responsabilidade social*: anais do I e II Encontros dos Bispos do Nordeste. Campina Grande: EDUEPB, 2016, p. 375-376.

BRASIL. Ministério da Agricultura. Decreto nº 52.339, de 8 de agosto de 1963. Aprova o Regulamento do Ministério da Agricultura, reorganizado pela Lei Delegada n. 9, de 11 de outubro de 1962. *Diário Oficial da União*, Brasília-DF, 13 ago. 1963.

BRASIL. Ministério do Trabalho e Previdência Social. Portaria n. 209-A, de 25 de junho de 1962, com instruções para a organização e reconhecimento de entidades sindicais rurais. *Diário Oficial da União*, Brasília-DF, 12 jul. 1962.

BRASIL. Ministério do Trabalho e Previdência Social. Portaria n. 355-A, de 20 de novembro de 1962, com instruções para a organização e reconhecimento de entidades sindicais rurais. *Diário Oficial da União*, Brasília-DF, 27 nov. 1962.

BRASIL. MEC. *Revista da Campanha Nacional de Educação Rural*. Rio de Janeiro, ano 3, n. 3, 1º sem. 1956. Disponível em: https://aracms.ifmt.edu.br/uploads/Revista_V_3_n_3_4db24180d3.pdf. Acesso: 31 jul. 2023.

BRASIL. MEC. *Revista da Campanha Nacional de Educação Rural*. Rio de Janeiro, ano 6, n. 8, 1º sem. 1959. Disponível em: http://forumeja.org.br/sites/forumeja.org.br/files/cnerhist.pdf. Acesso em: 24 maio 2024.

BRASIL. *Uma política de desenvolvimento econômico para o Nordeste*. Grupo de Trabalho para o Desenvolvimento do Nordeste, Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1959. 92 p.

CALAZANS, Juliêta. *Cartilha Sindical do Trabalhador Rural*. Natal: Serviço de Assistência Rural – SAR, 1961.

CARTA dos Trabalhadores da Fazenda do Cavaco, dez de 1983. Arquivo do Movimento das Comunidades Populares (MCP), Feira de Santana.

CAVALCANTE, Luiz Henrique de Oliveira. *O MEB na Arquidiocese de Maceió (1962–1966)*. [Entrevista concedida a] Wellington da Silva Medeiros para produção da pesquisa. 3 jun. 2025.

C., H. A. Sonho que se torna realidade. *O semeador*, Maceió, ano 49, n. 137, 30 jul. 1962. Arquivo da Cúria Metropolitana de Maceió (ACMM). Armários 11, 12 e 13.

CONCEIÇÃO, Diamantina C. Centros sociais de comunidade. *In*: BRASIL. MEC. *Revista da Campanha Nacional de Educação Rural*. Rio de Janeiro, ano 3, n. 3, p. 139-43, 1º sem. 1956. Disponível em: https://aracms.ifmt.edu.br/uploads/Revista_V_3_n_3_4db24180d3.pdf. Acesso: 31 jul. 2023.

CONCEIÇÃO, Genira Maria da. [*Carta*] 21 mar. 1966, Rio Largo [para] Movimento de Educação de Base, Maceió. Lições do livro de leitura *Mutirão* (1965). *In*: MOVIMENTO DE EDUCAÇÃO DE BASE - MEB. *Boletim MEB*. Rio de Janeiro, n. 7, 1966. Disponível em: https://memoria.cidarq.ufg.br/index.php/meb-rt-ins-mno-009. Acesso em: 23 maio 2024.

CONFERÊNCIA NACIONAL DOS BISPOS DO BRASIL - CNBB. Conclusões da II Assembleia Geral da CNBB. *In*: CNBB. *Pastoral da Terra.* São Paulo: Edições Paulinas, 1977. (Estudo da CNBB 11).

CONFERÊNCIA NACIONAL DOS BISPOS DO BRASIL - CNBB. Declaração dos Bispos do Nordeste. 1956. *In*: ROCHA, Dom Jaime Vieira (Org.). *Anais – Sob os signos da Esperança e da responsabilidade social* – anais do I e II Encontros dos Bispos do Nordeste (Campina Grande, 1956/Natal, 1959). Rio de Janeiro, Presidência da República – Serviço de Documentação, 1960; Campina Grande: EDUEPB, 2016.

CONFERÊNCIA NACIONAL DOS BISPOS DO BRASIL - CNBB. Declaração dos Bispos do Nordeste. 1959. *In*: ROCHA, Dom Jaime Vieira (Org.). *Anais – Sob os signos da Esperança e da responsabilidade social* – anais do I e II Encontros dos Bispos do Nordeste (Campina Grande, 1956/Natal, 1959). Rio de Janeiro, Presidência da República – Serviço de Documentação, 1960; Campina Grande: EDUEPB, 2016.

CONFERÊNCIA NACIONAL DOS BISPOS DO BRASIL – CNBB. Declaração da Comissão Central. A Igreja e a situação do meio rural brasileiro. Rio de Janeiro, 1961. *In*: CNBB. *Pastoral da Terra*. São Paulo: Edições Paulinas, 1977. (Estudo da CNBB 11).

CONFERÊNCIA NACIONAL DOS BISPOS DO BRASIL – CNBB. *Comunidades*: Igreja na base. 4. ed. São Paulo: Paulinas, 1981 (Estudos da CNBB, 3).

CONFERÊNCIA NACIONAL DOS BISPOS DO BRASIL – CNBB. *Plano de Emergência para a Igreja do Brasil*. 2. ed. São Paulo: Paulinas, 2004.

CONFERÊNCIA NACIONAL DOS BISPOS DO BRASIL – CNBB. *Plano Pastoral de Conjunto (1966-1970).* 2. ed. Brasília, 2004. Disponível em: http://www.cnbb.org.br/. Acesso em: 16 out. 2016.

CONFERÊNCIA NACIONAL DOS BISPOS DO BRASIL – CNBB. Movimento Nacional de Educação de Base. *Projeto de criação do MEB*, 1960. Disponível em: https://www.fe.ufg.br/nedesc/cmv/visao/formularios/RelatorioDocForm.php?cod_projeto_regional=1&cod_projeto_estadual=1&cod_sub_projeto=1&titulo=&autor. Acesso em: 28 mar. 2023.

CONFERÊNCIA Nacional dos Bispos do Brasil. Treinamento de Supervisores de Base. *O semeador*, Maceió, ano 49, n. 130, 20 jul. 1962. Arquivo da Cúria Metropolitana de Maceió (ACMM). Armários 11, 12 e 13.

CONSELHO do Exército condena acusados por atividades subversivas em Alagoas. *Diário de Pernambuco*, ano 144, n. 140, 20 jun. 1969. Biblioteca Nacional. Hemeroteca Digital Brasileira.

CONSELHO REGIONAL DO SERVIÇO SOCIAL RURAL. *Ofício/CR/AL/Nº 107/1959*. [S. I.]: SSR, 16 set. 1959. Arquivo da Cúria Metropolitana de Maceió (ACMM). Armário 3, Caixa 27, Diversos, Pasta 9: Rádio Palmares - Documentos.

D. HELDER: "Dinheiro não liquida comunismo; a luta contra o subdesenvolvimento, sim"! *O semeador*, Maceió, ano 49, n. 155, 24 ago. 1962. Arquivo da Cúria Metropolitana de Maceió (ACMM). Armários 11, 12 e 13.

DOCUMENTO DE BISPOS E SUPERIORES RELIGIOSOS DO NORDESTE. *Ouvi os clamores do meu povo*. Recife: Salesianos Escola Dom Bosco de Artes e Ofícios, 2003.

ENCONTRO dos Bispos do Nordeste. *O Observador Econômico e Financeiro*, ano 21, n. 244, jun. 1956. Disponível em: https://hemeroteca-pdf.bn.gov.br/123021/per123021_1956_00244.pdf. Acesso em: 10 dez. 2024.

ENGELKE, Dom Inocêncio. Carta Pastoral: Conosco, sem nós ou contra nós se fará a reforma rural. *In*: CNBB. *Pastoral da Terra.* São Paulo: Edições Paulinas, 1977.

ESTADOS UNIDOS DA AMÉRICA. Presidente (1945-1953: Harry S. Truman). *Discurso sobre o estado da União*. Washington D.C, 20 jan. 1949. Disponível em: https://www.trumanlibrary.gov/library/public-papers/19/inaugural-address. Acesso em: 9 out. 2024.

ESTATUTO das Ligas Camponesas. *In*: JULIÃO, Francisco. *Que são as Ligas Camponesas?* Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1962.

FÁVERO, Maria de Lourdes de A. *Considerações sobre o pluralismo*. Documentos de estudo. [Rio de Janeiro], MEB, [s.d.]. 9f. Mimeo. Disponível em: https://memoria.cidarq.ufg.br/index.php/meb-rt-ins-mno-099. Acesso em: 23 jan. 2025.

FORTES, Dinamérica Silva. [*Carta*] 10 fev. 1966, Pilar [para] Movimento de Educação de Base, Maceió. Contrato de trabalho de José Antonio da Silva Filho. *In*: MOVIMENTO DE EDUCAÇÃO DE BASE - MEB. *Boletim MEB*. Rio de Janeiro, n. 7, 1966. Disponível em: https://memoria.cidarq.ufg.br/index.php/meb-ofa-nac-adm-026. Acesso em: 23 maio 2024.

FUNDAÇÃO EDUCADORA PALMARES DE ALAGOAS. *Rádio Educadora Palmares de Alagoas*. Arquivo da Cúria Metropolitana de Maceió (ACMM). Armário 3, Caixa 27, Diversos, Pasta 8: Rádio Palmares – Documentos.

GALVÃO, L. Américo. Era uma necessidade: chegou. *O semeador*, Maceió, ano 49, n. 128, 17 jul. 1962. Arquivo da Cúria Metropolitana de Maceió (ACMM). Armários 11, 12 e 13.

GOVERNO ibadiano de Alagoas impede a sindicalização rural. *Terra Livre*, São Paulo, ano XIV, n. 128, nov. 1963. Biblioteca Nacional. Hemeroteca Digital Brasileira.

GRUPO DE TRABALHO DE EDUCAÇÃO DE BASE. Arquidiocese de Maceió. *Ata de sessão ordinária para implantação do Grupo de Trabalho de Educação de Base local, realizada no palácio do arcebispado de Maceió*. 25 ago. 1960. Arquivo da Cúria Metropolitana de Maceió (ACMM). Armário 13, Caixa 104, Fundo MEB, Pasta 23: Implantação MEB-Maceió (1959-1977).

GRUPO DE TRABALHO DE EDUCAÇÃO DE BASE. Arquidiocese de Maceió. *Ata de sessão extraordinária.* 14 set. 1960. Arquivo da Cúria Metropolitana de Maceió (ACMM). Armário 13, Caixa 104, Fundo MEB, Pasta 23: Implantação MEB-Maceió (1959-1977).

GRUPO DE TRABALHO DE EDUCAÇÃO DE BASE. Arquidiocese de Maceió. *Ata de sessão ordinária*. 31 dez. 1960. Arquivo da Cúria Metropolitana de Maceió (ACMM). Armário 13, Caixa 104, Fundo MEB, Pasta 23: Implantação MEB-Maceió (1959-1977).

GUARNIERI, W. D. Helder e o comunismo. *Revista da Semana*, Rio de Janeiro, ano 57, n. 28, 14 jul. 1956. Disponível em: http://hemerotecadigital.bn.br/acervo-digital/revista-semana/025909. Acesso em: 10 dez. 2024.

GUEDES, Waldetário Fernandes. Elaborado o plano de Reforma Agrária no núcleo do Pilar em Alagoas. *Diário de Pernambuco*, ano 138, n. 22, 26 jan. 1963. Biblioteca Nacional. Hemeroteca Digital Brasileira.

I CONGRESSO NACIONAL DE LAVRADORES E TRABALHADORES AGRÍCOLAS. Declaração de Belo Horizonte, 17 nov. 1961. *In*: JULIÃO, Francisco. *Que são as Ligas Camponesas?* Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1962.

JOÃO XXIII. *Mater et Magistra*. Sobre a evolução da questão social à luz da doutrina cristã. 13. ed. São Paulo: Paulinas, 2010.

JULIÃO, Francisco. Um pau-de-arara no exílio: Julião. Entrevista com Francisco Julião (1ª parte). *O Pasquim*, Rio de Janeiro, ano 10, n. 497, jan. 1979a, p. 12-17. Disponível em: https://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=124745&Pesq=%22Um%20Pau-de-Arara%20no%20ex%c3%adlio%22&pagfis=18038. Acesso: 21 mar. 2024.

JULIÃO, Francisco. Um pau-de-arara no exílio: Julião. Entrevista com Francisco Julião (2ª parte). *O Pasquim*, Rio de Janeiro, ano 10, n. 498, jan. 1979b, p. 10-16. Disponível em: https://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=124745&Pesq=%22Um%20Pau-de-Arara%20no%20ex%c3%adlio%22&pagfis=18057. Acesso: 21 mar. 2024.

KUBITSCHEK, Juscelino. Discurso do Presidente Juscelino Kubitschek. *In*: ROCHA, Dom Jaime Vieira (Org.). *Anais – Sob os signos da Esperança e da responsabilidade social* – anais do I e II Encontros dos Bispos do Nordeste (Campina Grande, 1956/Natal, 1959). Rio de Janeiro, Presidência da República – Serviço de Documentação, 1960; Campina Grande: EDUEPB, 2016.

KUBITSCHEK, Juscelino. *Memórias do Brasil 1956:* discursos de Juscelino Kubitschek. Brasília: Senado Federal, 2019.

KUBITSCHEK, Juscelino. *Mensagem ao Congresso Nacional*. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1956. Disponível em: https://www.gov.br/secretariageral/pt-br/centrais-de-conteudo/biblioteca-da-pr/galeria-dos-ex-presidentes/jk/mensagens-presidenciais/mensagem-ao-congresso-nacional-jk-1956-parte-1.pdf/view. Acesso em: 13 jan. 2025.

KUBITSCHEK, Juscelino. *Mensagem ao Congresso Nacional*. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1957.

KUBITSCHEK, Juscelino. *Memórias do Brasil 1960*: discursos de Juscelino Kubitschek. Brasília: Senado Federal, 2022. Disponível em: https://livraria.senado.leg.br/memorias-do-brasil-1960. Acesso em: 13 out. 2024.

LANDIM FILHO, Raul. *Educação e conscientização*. Documentos de estudo. Rio de Janeiro: MEB, 1963. 5 f. Mimeo. Disponível em: https://memoria.cidarq.ufg.br/index.php/meb-rt-ins-mno-101. Acesso em: 23 jan. 2025.

LEÃO XIII. *Rerum Novarum*. Sobre a condição dos operários. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1941.

LEMOS, Ubiratan; MORAES, Mário. Uma tragédia brasileira: os paus de arara. *O Cruzeiro*, ano 28, n. 1, 22 out. 1955. Disponível em: https://memoria.bn.gov.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=003581&pagfis=94183. Acesso em: 10 nov. 2024.

MACIEL, José Hamilton. Alagoas: universitário quer instruções. *A Liga*, 20 nov. 1962. *In*: JULIÃO, Francisco. *Ligas Camponesas*: outubro 1962 – abril de 1964. Cuernavaca: Centro Intercultural de Documentación – CIDOC, cuaderno n. 27, 1969. Disponível em: https://www.docvirt.com/docreader.net/DocReader.aspx?bib=BibliotLT&id=1665202489282&pagfis=1035. Acesso: 23 mar. 2024.

MACEIÓ. Lei n. 4.687, de 08 de janeiro de 1998. Dispõe sobre o perímetro urbano de Maceió, suprime divisão distrital e institui abairramento. Diário Oficial do Município, Maceió, 09 jan. 1998. Disponível em: http://camarademaceio.al.gov.br/uploads/12/14/image7523.pdf. Acesso em: 11 nov. 2017.

MARTINS, João. O drama dos paus de arara: a retirada da fome. *O Cruzeiro*, Rio de Janeiro, ano 23, n. 26, 14 abril 1951. Disponível em: https://memoria.bn.gov.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=003581&pagfis=75256. Acesso em: 10 nov. 2024.

(MEB) promove Curso em Maceió. *O semeador*, Maceió, ano 49, n. 131, 21 jul. 1962. Arquivo da Cúria Metropolitana de Maceió (ACMM). Armários 11, 12 e 13.

MOVIMENTO DE EDUCAÇÃO DE BASE - MEB. *O monitor*. Rio de Janeiro: MEB, [s.d.]. 17 f. Mimeo. (Apostila 4, série A). Disponível em: https://memoria.cidarq.ufg.br/index.php/meb-rt-ins-mno-090. Acesso em: 30 abril 2025.

MOVIMENTO DE EDUCAÇÃO DE BASE - MEB. *Conclusões do I Encontro Nacional de Coordenadores*. Recife: MEB, 1962a, v. 1. Disponível em: https://memoria.cidarq.ufg.br/index.php/meb-rt-ins-mno-060. Acesso em: 19 jun. 2023.

MOVIMENTO DE EDUCAÇÃO DE BASE - MEB. *Relatório da Comissão da Cartilha.* Recife, 1962b. Disponível em: https://memoria.cidarq.ufg.br/index.php/meb-rt-ins-mno-066. Acesso em: 1 maio 2025.

MOVIMENTO DE EDUCAÇÃO DE BASE – MEB. Realidade brasileira. *In*: ENCONTRO NACIONAL DE COORDENADORES, 1., *Anais*... [Recife/Olinda: MEB, 1962c]. 13 f. Mimeo. Relatório dos debates. Disponível em: https://memoria.cidarq.ufg.br/index.php/meb-rt-ins-mno-068. Acesso em: 10 out. 2025.

MOVIMENTO DE EDUCAÇÃO DE BASE - MEB. *Estudo de área*. Rio de Janeiro: MEB, 1963a. 12 f. Mimeo. (Apostila 3, série A). Disponível em: https://memoria.cidarq.ufg.br/index.php/meb-rt-ins-mno-089. Acesso em: 19 jan. 2025.

MOVIMENTO DE EDUCAÇÃO DE BASE - MEB. *Relatório anual do MEB* - 1962. Rio de Janeiro: MEB, 1963b. Disponível em: https://memoria.cidarq.ufg.br/index.php/meb-ofa-nac-adm-029;isad?sf_culture=pt. Acesso em: 30 mar. 2023.

MOVIMENTO DE EDUCAÇÃO DE BASE – MEB. *Viver é lutar*: 2º Livro de leitura para adultos. Rio de Janeiro, 1963c. 64 f. Disponível em: https://www4.pucsp.br/cedic/meb/nas-salas-de-aula/arquivos-pdf/2-2-cartilha-viver-lutar.pdf. Acesso: 21 ago. 2021.

MOVIMENTO DE EDUCAÇÃO DE BASE - MEB. *Relatório anual do MEB* - 1963. Brasília: MEB, 1964a. Disponível em: https://desenvolvimento.forumeja.org.br/goias/relatorio-anual-do-meb-1963/. Acesso em: 30 mar. 2023.

MOVIMENTO DE EDUCAÇÃO DE BASE - MEB. *Dossiê Conjunto Didático Viver é lutar*. Rio de Janeiro: MEB, 1964b. 35 f. Mimeo. Centro de Documentação e Informação Científica (CEDIC/PUC-SP). Fundo MEB.

MOVIMENTO DE EDUCAÇÃO DE BASE – MEB. *Reunião de Coordenadores*. Rio de Janeiro, 1964c. 20 f. Mimeo. Disponível em: https://memoria.cidarq.ufg.br/index.php/meb-ofa-nac-adm-030. Acesso em: 21 nov. 2025.

MOVIMENTO DE EDUCAÇÃO DE BASE – MEB. Análise teórica. *In*: MOVIMENTO DE EDUCAÇÃO DE BASE - MEB. *Dossiê Conjunto Didático Viver é lutar*. Rio de Janeiro, 1964d. 6 f. Mimeo. Centro de Documentação e Informação Científica (CEDIC/PUC-SP). Fundo MEB.

MOVIMENTO DE EDUCAÇÃO DE BASE - MEB. *Documentos legais*. Rio de Janeiro: MEB, 1965. (apostila 1, série A). Disponível em: http://www4.pucsp.br/cedic/meb/o-meb.html. Acesso em: 15 ago. 2021.

MOVIMENTO DE EDUCAÇÃO DE BASE – MEB. *Fundamentação do programa para 1965*. 1ª parte: estudos sociais: 1.2 – estrutura social. Rio de Janeiro: MEB, 1965b. 10 f. Mimeo. Centro de Documentação e Informação Científica (CEDIC/PUC-SP). Fundo MEB.

MOVIMENTO DE EDUCAÇÃO DE BASE – MEB. *Fundamentação do programa para 1965*. 2º parte: promoção humana. Rio de Janeiro: MEB, 1965c. 30 f. Mimeo. Conteúdo: 2.1 Conscientização; 2.2 Organização. Centro de Documentação e Informação Científica (CEDIC/PUC-SP). Fundo MEB.

MOVIMENTO DE EDUCAÇÃO DE BASE – MEB. *Movimento de Educação de Base*: sua origem, sua ação e seu conteúdo. Rio de Janeiro, 1965d. 11 f. Mimeo. Disponível em: https://memoria.cidarq.ufg.br/index.php/meb-rt-ins-mno-024. Acesso em: 16 fev. 2025.

MOVIMENTO DE EDUCAÇÃO DE BASE – MEB. *Animação popular, caravana*. Redação provisória [da apostila 5, série A] para exame e crítica [Rio de Janeiro], 1965f. 16 f. Mimeo. Disponível em: https://memoria.cidarq.ufg.br/index.php/meb-rt-ins-mno-070. Acesso: 06 fev. 2026.

MOVIMENTO DE EDUCAÇÃO DE BASE – MEB. *Instruções para aplicação do Programa para 1965*. Rio de Janeiro: MEB, 1965g. 10 f. Mimeo. Disponível em: https://memoria.cidarq.ufg.br/index.php/meb-ofa-nac-adm-001. Acesso em: 27 fev. 2024.

MOVIMENTO DE EDUCAÇÃO DE BASE – MEB. *Mutirão*: 2º livro de leitura. Rio de Janeiro: [MEB], 1965h. Disponível em: https://nuhmeja.ce.ufrn.br/documentos/outros_projetos/mutirao_2_livro.pdf. Acesso em: 15 mar. 2022.

MOVIMENTO DE EDUCAÇÃO DE BASE – MEB. *MEB em cinco anos (1961-1966)*. Primeira parte. [Rio de Janeiro], 1966a. Disponível em: https://memoria.cidarq.ufg.br/index.php/meb-rt-ins-mno-041. Acesso em: 15 fev. 2025.

MOVIMENTO DE EDUCAÇÃO DE BASE – MEB. *MEB em cinco anos (1961-1966)*. Segunda parte. [Rio de Janeiro], 1966b. Disponível em: https://memoria.cidarq.ufg.br/index.php/meb-rt-ins-mno-036. Acesso em: 15 fev. 2025.

MOVIMENTO DE EDUCAÇÃO DE BASE – MEB/Maceió. *Boletim do Monitor*. Maceió, ano 1, n. 2, jul. 1963a. Arquivo pessoal da supervisora Maria Alba Correia da Silva.

MOVIMENTO DE EDUCAÇÃO DE BASE – MEB/Maceió. *Boletim do Monitor*. Maceió, ano 1, n. 3, set. 1963b. Arquivo pessoal da supervisora Maria Alba Correia da Silva.

MOVIMENTO DE EDUCAÇÃO DE BASE – MEB/Maceió. *Boletim do Monitor*. Maceió, ano 1, dez. 1963c. Arquivo pessoal da supervisora Maria Alba Correia da Silva.

MOVIMENTO DE EDUCAÇÃO DE BASE – MEB/Maceió. *Relatório da 1º Caravana popular de Cultura*, Maceió, 1963. Arquivo pessoal da supervisora Maria Alba Correia da Silva.

MOVIMENTO DE EDUCAÇÃO DE BASE – MEB/Maceió. *Relatório do Estudo de Área realizado na Comunidade do Barro Duro*. Maceió, 1978. Arquivo da Cúria Metropolitana de Maceió (ACMM). Estante 15, Fundo MEB, Envelope: Comunidade do Barro Duro (1979-1989).

MEIRA, Mauritônio; PASSOS, Hélio. Nordeste: as sementes da subversão. *Revista O Cruzeiro,* Rio de Janeiro, ano 34, n. 5. p. 6-15, 11 nov. 1961. Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional. Disponível em: http://goo.gl/Tmzrqf. Acesso: 02 mar. 2024.

MONTE, Dom Nivaldo. *O MEB:* origem, experiência e visão do episcopado. Primeira parte. *In*: Seminário de Avaliação do MEB – SAMEB. Brasília, DF: MEB, 1984. Arquivo da Cúria Metropolitana de Maceió (ACMM). Armário 1, Caixa 10, Fundo MEB, Audiovisual: Fitas K7 e VHS.

MORAES, Mário de. Los "paus-de-arara" – II. *O Cruzeiro Internacional*, Rio de Janeiro, ano 4, n. 18, 16 set. 1960. Disponível em: https://memoria.bn.gov.br/DocReader/docreader.aspx?bib=092669&pesq=&pagfis=6962. Acesso em: 10 nov. 2024.

O BRASILEIRO é povo pobre numa terra rica, fértil e dadivosa. *Jornal de Alagoas*, Maceió, 27 de novembro de 1956. Arquivo da Cúria Metropolitana de Maceió (ACMM). Estante 3, Caixa 26, Pasta 14: Semanas Ruralistas.

PIO XI. *Quadragesimo Anno*. Sobre a restauração da ordem social em perfeita conformidade com a lei evangélica. Disponível em: https://www.vatican.va/content/pius-xi/es/encyclicals/documents/hf_p-xi_enc_19310515_quadragesimo-anno.html. Acesso em: 15 dez. 2024.

POVO alagoano cerra fileiras pela reforma agrária radical. *A Liga*, 27 nov. 1962, p. 3. *In*: JULIÃO, Francisco. *Ligas Camponesas*: outubro 1962 - abril 1964. Cuernavaca: Centro Intercultural de Documentación – CIDOC, cuaderno n. 27, 1969, p. 227-234. Disponível em: https://www.docvirt.com/docreader.net/DocReader.aspx?bib=BibliotLT&id=1665202489282&pagfis=1035. Acesso em: 23 mar. 2024.

QUINZE Semanas Ruralistas no Nordeste. *Correio da Manhã*, Rio de Janeiro, 23 maio 1956. BNDigital - Fundação Biblioteca. Disponível em: http://memoria.bn.br/DocReader/docreader.aspx?bib=089842_06&pasta=ano%20195&pesq=Jos%C3%A9%20Vieira&pagfis=62247. Acesso em: 21 dez 2022.

RÁDIO Educadora Palmares de Alagoas. *O semeador*, Maceió, ano 49, n. 212, 19 nov. 1962. Arquivo da Cúria Metropolitana de Maceió (ACMM). Armários 11, 12 e 13.

RÁDIO Palmares foi instalada e Núncio homenageado: ontem. *Gazeta de Alagoas*, Maceió, ano 28, n. 170, 19 ago. 1962. Seção 1. Arquivo da Cúria Metropolitana de Maceió (ACMM). Armário 3, Caixa 27, Diversos, Pasta 10: Rádio Palmares - Inauguração.

SANTOS, Eleuza dos. [*Carta*] 15 jul. 1965, Coqueiro Seco [para] Movimento de Educação de Base, Maceió. Curso de treinamento para monitores. *In*: MOVIMENTO DE EDUCAÇÃO DE BASE - MEB. *Boletim MEB*. Rio de Janeiro, n. 7, 1966. Disponível em: https://memoria.cidarq.ufg.br/index.php/meb-rt-ins-mno-009. Acesso em: 23 maio 2024.

SANTOS, Eleuza dos. [*Carta*] 15 jun. 1965, Coqueiro Seco [para] Movimento de Educação de Base, Maceió. Festividades juninas. *In*: MOVIMENTO DE EDUCAÇÃO DE BASE - MEB. *Boletim MEB*. Rio de Janeiro, n. 7, 1966. Disponível em: https://memoria.cidarq.ufg.br/index.php/meb-rt-ins-mno-009. Acesso em: 23 maio 2024.

SANTOS, Netinha dos. [*Carta*] 31 ago. 1965, Pilar [para] Movimento de Educação de Base, Maceió. Arrecadação de fundos. *In*: MOVIMENTO DE EDUCAÇÃO DE BASE - MEB. *Boletim MEB*. Rio de Janeiro, n. 7, 1966. Disponível em: https://memoria.cidarq.ufg.br/index.php/meb-rt-ins-mno-009. Acesso em: 23 maio 2024.

SANTOS, Theobaldo Miranda. *Vamos estudar?* Para a aprendizagem simultânea da leitura e da escrita. 358. ed. Rio de Janeiro: Agir, 1967.

SILVA, Álvares da; SILVA, Eugênio H. A tragédia dos deslocados nacionais: sertanejos no asfalto. *O Cruzeiro*, Rio de Janeiro, ano 23, n. 27, 21 abril 1951. Disponível em: https://memoria.bn.gov.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=003581&pagfis=75379. Acesso em: 10 nov. 2024.

SILVA, Antônio Vitorino. *et. al*. Trabalhadores protestam contra espancamento do líder sindical. *A Voz do Povo*, Maceió, 4 ago. 1963, p. 3. Arquivo Nacional. Banco de Dados Memórias Reveladas. Fundo A Voz do Povo.

SILVA, Maria Alba Correia da. *Movimento de Educação de Base – MEB*: criação, propósitos e ações. Depoimento cedido a Wellington da Silva Medeiros para produção da pesquisa, em 14 de maio de 2024. Conteúdo colhido e sistematizado por Cíntia Ribeiro.

SILVA, Maria Alba Correia da. *Os movimentos sociais por onde caminhei*: motivações/frentes de ação. Depoimento cedido a Wellington da Silva Medeiros para produção da pesquisa, em 14 maio de 2024. Conteúdo colhido e sistematizado por Cíntia Ribeiro.

SILVA, Maria Alba Correia da. *Ação Popular*: início da minha transformação político-ideológica. Depoimento cedido a Wellington da Silva Medeiros para produção da pesquisa, em 14 maio de 2024. Conteúdo colhido e sistematizado por Cíntia Ribeiro.

SILVA, Maria Alba Correia da. Depoimento concedido à Comissão Estadual da Memória e Verdade Jayme Miranda (CEMVJM). 2014

SILVA, Maria Alba Correia da. *O MEB na Arquidiocese de Maceió (1962–1966)*. Primeira parte. [Entrevista concedida a] Wellington da Silva Medeiros para produção da pesquisa. 14 maio 2024.

SILVA, Maria Alba Correia da. *O MEB na Arquidiocese de Maceió (1962–1966)*. Segunda parte. [Entrevista concedida a] Wellington da Silva Medeiros para produção da pesquisa. 27 maio 2025.

SILVA, Maria Alba Correia da. *Departamento de Assistência ao Cooperativismo – DAC*. 15 set. 1965. 3 f. Manuscrito. Arquivo pessoal da supervisora Maria Alba Correia da Silva.

SILVA, Rosário de Fátima. *Histórico das Comunidades Eclesiais de Base – CEBs na Arquidiocese de Maceió.* Relatório de Rosário de Fátima da Silva, em comemoração ao jubileu das CEBs. 2008. Arquivo das CEBs. Arquivo privado, cedido por Rosário de Fátima da Silva para produção da pesquisa.

WANDERLEY, Luiz Eduardo W. (1962). Realidade brasileira. *In*: ENCONTRO NACIONAL DE COORDENADORES, 1., *Anais*... [Recife/Olinda, MEB]. 7 f. Mimeo. 1º tema de fundamentação, incluindo conclusões e apêndice intitulado “Informação úteis”. Disponível em: https://memoria.cidarq.ufg.br/index.php/meb-rt-ins-mno-069. Acesso em: 10 out. 2025.

WANDERLEY, Luiz Eduardo W. *Carta-Relatório sobre Sindicalismo Rural*. [Rio de Janeiro], MEB, jul. 1964. 13 f. Mimeo. Disponível em: https://memoria.cidarq.ufg.br/index.php/meb-rt-ie-oms-001. Acesso em: 22 jul. 2024.

200 ORGANIZAÇÕES camponesas convocadas para a grande luta: exigir uma reforma agrária radical; intensificar a organização de ligas e sindicatos. *A Liga*, 1 maio 1963, p. 6. *In*: JULIÃO, Francisco. *Ligas Camponesas*: outubro 1962 - abril 1964. Cuernavaca: Centro Intercultural de Documentación – CIDOC, cuaderno n. 27, 1969, p. 227-234. Disponível em: https://www.docvirt.com/docreader.net/DocReader.aspx?bib=BibliotLT&id=1665202489282&pagfis=1035. Acesso em: 23 mar. 2024.

BIBLIOGRAFIA:

ABREU, Rafael Lorenzeto de. *Mapa do estado de Alagoas*. 20 abr. 2006. Adaptado por Wellington da Silva Medeiros, 2026. Disponível em: https://commons.wikimedia.org/wiki/File:Alagoas_MesoMicroMunicip.svg. Acesso em: 02 mar. 2026.

ADRIANO, Ione Gomes. *O Movimento de Educação de Base em Goiás e o papel dos intelectuais-monitores (1961-1966).* 2012. 196 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Programa de Pós-Graduação em Educação da Pontifícia Universidade Católica de Goiás, Goiânia, 2012.

ALBERTI, Verena. Fontes orais: histórias dentro da história. *In*: PINSKY, Carla Bassanezi (Org.). *Fontes Históricas*. 2. ed. São Paulo: Contexto, 2008, p. 155-202.

ALVARENGA, Antonia Valtéria Melo. Resenha: Uma política de desenvolvimento econômico para o Nordeste. *Revista da Academia de Ciências do Piauí*, v. 3, n. 4, p. 126-133, jul./dez., 2022. Disponível em: https://periodicos.ufpi.br/index.php/acipi/issue/view/261. Acesso em: 3 jun. 2023.

ALVEZ, Eliseu; SOUZA, Geraldo da Silva; MARRA, Renner. Êxodo e sua contribuição à urbanização de 1950 a 2010. *Revista de política agrícola*, v. 20, n. 2, abr./maio/jun. p. 80-88, 2011. Disponível em: https://seer.sede.embrapa.br/index.php/RPA/article/view/61/50. Acesso em 21 dez. 2022.

ALVES, de Kelly Ludkiewicz. *Entre as cartas e o rádio*: a alfabetização nas escolas radiofônicas do MEB em Pernambuco. 2016. 160 f. Tese (Doutorado em Educação) - Programa de Pós-Graduação em Educação da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2016.

ALVES, Kelly Ludkiewicz. O golpe civil-militar de 1964 e os movimentos de educação de base e cultura popular. *Revista Espaço Ética – Educação, Gestão e Consumo*, São Paulo, ano 1, n. 1, p. 117-132, jan./abr. de 2014.

ALVES, Kelly Ludkiewicz; TONNETTI, Flávio Américo. Viver é lutar: perspectivas políticas na coleção didática para a alfabetização de adultos do Movimento de Educação de Base. *Educação em Revista*, Belo Horizonte, v. 37, p. e25250, 2021. Disponível em: https://www.redalyc.org/articulo.oa?id=399369188029. Acesso em: 20 ago. 2025.

AMARAL, Deivison Gonçalves; BILHÃO, Isabel Aparecida. Igreja Católica e Mundos do Trabalho no Brasil: breve análise historiográfica. *In*: SPERANZA, Clarice (Org.). *História do Trabalho:* entre debates, caminhos e encruzilhadas. Jundiaí [SP]: Paco, 2020. Disponível em: https://lehmt.org/2020/05/23/livro-historia-do-trabalhoentre-debates-caminhos-e-encruzilhadas-download-gratuito/. Acesso em: 15 jun. 2021.

AMMANN, Safira Bezerra. *Ideologia do desenvolvimento de comunidade no Brasil*. 12 ed. São Paulo: Cortez, 2013.

ANDRADE, Manuel Correia de. As tentativas de organizações das massas rurais – As Ligas Camponesas e a sindicalização dos trabalhadores do campo (1963). *In*: WELCH, Clifford

Andrew. *et al*. *Camponeses brasileiros*: leituras e interpretações clássicas. São Paulo: Editora Unesp, 2009. V. 1, 73-89.

ANDRADE, Manuel Correia de. Latifúndio, cana-de-açúcar e côco no norte de Alagoas. *Boletim Paulista de Geografia*, São Paulo, n. 45, p. 16-58, jun. 1968. Disponível em: https://publicacoes.agb.org.br/boletim-paulista/article/view/1170 Acesso em: 04 jan 2024.

AQUINO JÚNIOR, Francisco de. Mater et Magistra: um guia de leitura. *Revista de Cultura Teológica*, ano 29, n. 99, p. 96-123, 2021. Disponível em: https://revistas.pucsp.br/index.php/culturateo/article/view/54231. Acesso em: 20 nov. 2024.

ARÓSTEGUI, Júlio. *A pesquisa histórica*: teoria e método. Bauru: Edusc, 2006.

AULETE, Caldas. *Novíssimo Aulete*: dicionário contemporâneo da língua portuguesa. Rio de Janeiro: Lexikon, 2011.

BANDEIRA, Marina. *A Igreja Católica na virada da questão social (1930-1964)*: anotações para uma história da Igreja no Brasil: ensaio de interpretação. Rio de Janeiro: Vozes; Educam, 2000.

BANDEIRA, Marina. Dom Távora: um exemplo de trabalho social no Brasil. Entrevista concedida à Patrícia Fachin. *Revista do Instituto Humanitas Unisinos*, São Leopoldo, ano X, n. 341, p. 36-38, 30 ago. 2010. ISSN 1981-8469.

BARATA-MOURA, José. *Totalidade e contradição.* Acerca da dialética. Lisboa: Horizonte, 1977.

BARATA-MOURA, José. *Dialética marxista*. Lisboa: Avante, 2010.

BARBOSA NETO, Delfino. *Monografia*: comunidade eclesial de base. Maceió: Imprensa Universitária, 1977.

BARREIRO, Iraíde Marques de Freitas. *Política de educação no campo*: para além da alfabetização (1952-1963). São Paulo: Cultura acadêmica, 2010.

BARROS, Francisco Reinaldo Amorim. *ABC das Alagoas*: Dicionário biobibliográfico histórico e geográfico de Alagoas. Brasília: Ed. Senado Federal, 2005a. (A – F, v. 1).

BARROS, Francisco Reinaldo Amorim. *ABC das Alagoas*: Dicionário biobibliográfico histórico e geográfico de Alagoas. Brasília: Ed. Senado Federal, 2005b. (G – Z, v. 2).

BARROS, José D'Assunção. *A construção da teoria nas ciências humanas*. Petrópolis: Vozes, 2018.

BARROS, José D'Assunção. *O Projeto de Pesquisa em História***:** da escolha do tema ao quadro teórico. 6. ed. Petrópolis: Vozes, 2010.

BARROS, José D'Assunção. *Teoria da História:* os paradigmas revolucionários. Petrópolis: Vozes, 2011.

BARROS, José D'Assunção. Fontes Dialógicas – sobre processos criminais, relatos de viagem e outros tipos de fontes polifônicas. *In*: BARROS, José D'Assunção. *Fontes Históricas*: uma introdução aos seus usos historiográficos. Petrópolis: Vozes, 2019. p. 278-330.

BARROS, José D'Assunção. *Fontes Históricas*: uma introdução aos seus usos historiográficos. Petrópolis: Vozes, 2019.

BARROS, José D'Assunção. *Os conceitos*: seus usos nas ciências humanas. Petrópolis: Vozes, 2016.

BASSANI, Paulo. *Conheça a história da Frente Agrária Gaúcha e dos sindicatos de trabalhadores rurais no Rio Grande do Sul*. Entrevista concedida à Conexão Ciência. Disponível em: https://conexaociencia.wordpress.com/2009/05/04/conheca-a-historia-da-frente-agraria-gaucha-e-dos-sindicatos-de-trabalhadores-rurais-no-rio-grande-do-sul/. Acesso em: 14 fev. 2026.

BASTOS, Elide Rugai. *As ligas camponesas*. Petrópolis: Vozes, 1984.

BEISIEGEL, Celso de Rui. *Estado e educação popular*: um estudo sobre a educação de adultos. Brasília: Liber, 2004.

BENJAMIN, Walter. *Sobre o conceito de história*. Organização e tradução Adalberto Müller e Márcio Seligmann-Silva. São Paulo: Alameda, 2020.

BEOZZO, José Oscar. "A Mater et Magistra deu vigoroso impulso à linha do compromisso social". [Entrevista concedida a] Moisés Sbardelotto. *Revista do Instituto Humanistas Unisinos*, São Leopoldo, ano 10, n. 360, p. 5-12, 9 maio 2011. Disponível em: https://www.ihuonline.unisinos.br/media/pdf/IHUOnlineEdicao360.pdf. Acesso em: 20 nov. 2024.

BERTOLETTI, Estela Natalina Mantovani; SILVA, Thaise da. Séries de leitura graduada na escola primária em Mato Grosso do Sul: consolidação dos processos de leitura escolar. *Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos*, Brasília, v. 100, n. 255, p. 366-383, maio/ago. 2019. Disponível em: https://rbep.inep.gov.br/ojs3/index.php/rbep/article/view/3737. Acesso em: 26 fev. 2026.

BEZERRA, Viviane Prado. *"Porque se nóis não agir o pudê não sabe se nóis isiste nu mundo":* o MEB e o Dia do Senhor em Sobral (1960-1980). 2008. 210 f. Dissertação (Mestrado em História) – Programa de Pós-Graduação em História Social da Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2008.

BIGO, Pierre; ÁVILA, Fernando Bastos. *Fé cristã e compromisso social*: elementos para uma reflexão sobre a América Latina à luz da doutrina social da Igreja. São Paulo: Paulinas, 1982.

BILHÃO, Isabel Aparecida; KLAFKE, Álvaro Antonio. Do SIRENA ao MEB: articulações entre empresários, Igreja Católica e Estado para a implantação da radioeducação no Brasil (década de 1950). *Revista Brasileira de Educação*, Rio de Janeiro, v. 25, 2020. Disponível em: https://www.scielo.br/j/rbedu/a/ZfsSn3HmXHVp7qqbsbshsJf/. Acesso em: 10 fev. 2024.

BOSI, Alfredo. Economia e Humanismo. *Estudos Avançados*, v. 26, n. 75, p. 249-266, 2012. Disponível em: https://www.scielo.br/j/ea/a/GHph8nZYbYbFvqPJZSDCHXD/. Acesso em: 4 out. 2024.

BOTTMORE, Tom. *Dicionário do Pensamento Marxista*. Rio de Janeiro: Zahar, 2001.

BUCKLEY, Eve E. Modernizando a região: economistas como especialistas em desenvolvimento, 1948-1964. *In*: BUCKLEY, Eve E. *Tecnocratas e a política de seca e desenvolvimento no Brasil do século XX.* Campinas: Unicamp, 2021. p. 195-230.

CAMACHO, Ildefonso. *Doutrina Social da Igreja*: abordagem histórica. São Paulo: Loyola, 1995.

CAMARGO, Acir da Cruz. *Theobaldo Miranda Santos*: de professor, profissional liberal a educador consagrado. 12 abr. 2014. Disponível em: https://www.recantodasletras.com.br/artigos-de-educacao/4766346. Acesso em: 26 fev. 2026.

CAMARGO, Aspásia. A questão agrária: crise de poder e reformas de base (1930-1964). *In*: FAUSTO, Boris (Org.). *História geral da civilização brasileira*: o Brasil republicano. 9. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2007. 10 v. p.147-272.

CAMPOS, Névio de. O problema da natureza humana em Jacques Maritain. *Revista Brasileira de História das Religiões*, ano 6, n. 16, p. 211-227, maio 2013. Disponível em: https://periodicos.uem.br/ojs/index.php/RbhrAnpuh/article/view/23503. Acesso em: 15 dez. 2024.

CAMPOS, Pedro Henrique Pedreira. Empresariado e ditadura no Brasil: fontes, métodos e historiografia. *Sillogés*, v.3, n.1, jan./jun. 2020, p. 15-42.

CARDOSO, Ciro Flamarion. História e conhecimento: uma abordagem epistemológica. In: CARDOSO, Ciro Flamarion; VAINFAS, Ronaldo (Orgs.). *Novos Domínios da História*. Rio de Janeiro: Elsevier, 2012.

CARDOSO, Miriam Limoeiro. *Ideologia do desenvolvimento* – Brasil: JK-JQ. 2. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1978.

CARVALHO, Nilmar de Sousa. *Conosco, sem nós ou contra nós:* a Igreja Católica e a sua proposta de reforma agrária como estratégia de reposicionamento dentro da sociedade na segunda metade do século XX. 2020. 175 f. Dissertação (Mestrado em Ciência da Religião) – Programa de Pós-Graduação em Ciência da Religião, Universidade Federal de Juiz de Fora, Juiz de Fora, 2020.

CASTRO, Hebe. História Social. *In*: CARDOSO, Ciro Flamarion; VAINFAS, Ronaldo (Org.). *Domínios da História:* Ensaios de Teoria e Metodologia. São Paulo: CAMPUS, 1997.

CERTEAU, Michel. A operação historiográfica. *In:* CERTEAU, Michel. *A escrita da História.* Rio de Janeiro: Graal, 1978.

CERTEAU, Michel. *A invenção do cotidiano*: 1. Artes de fazer. 22. ed. Petrópolis: Vozes, 2014.

COLETTI, Claudinei. Os sindicatos de trabalhadores rurais no Brasil: origem e características fundamentais. *Revista de Direitos Fundamentais*, v. 1, n. 2, p. 129-149, jul./ dez. 2019. Disponível em: https://revistas.anchieta.br/index.php/DireitosFundamentais/article/view/1521. Acesso em: 4 abr. 2024.

COLLING, Ana Maria. 50 anos da Ditadura no Brasil: questões feministas e de gênero. *OPSIS*, Catalão, v. 15, n. 2, p. 370-383, 2015.

CORRÊA, Larissa R; FONTES, Paulo. As falas de Jerônimo: trabalhadores, sindicatos e a historiografia da ditadura militar brasileira. *Anos 90*, Porto Alegre, v. 23, 2016, p. 129-151.

COSTA, Rodrigo José da. *O golpe civil-militar em Alagoas*: o governo Luiz Cavalcante e as lutas sociais (1961-1964). 2013. 161 f. Dissertação (Mestrado em História) – Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2013.

COSTA, Rodrigo José da. "Inimigos" de Estado: trabalhadores, comunistas e polícia política em Alagoas (1961-1964). *In*: ALMEIDA, Anderson da Silva; TAVARES, Marcelo Góes (Org.). *Pacto de silêncio*: o golpe de 1964, a ditadura e a transição em Alagoas. Maceió: Edufal, 2024. (Poder, resistências e metamorfoses, v. 1).

DIAS, Reginaldo Benedito. A MÁSCARA CHINESA: Notas sobre uso das fontes produzidas pelo aparato repressivo da ditadura militar. *Tempo e Argumento*, v. 2, n. 1, p. 153-175, jan. /jul. 2010.

DIAS, Paola Lisboa Côdo. A *apropriação* do tempo-espaço na teoria lefebvriana: contribuição do conceito como prática sócio-espacial para a apreensão do espaço (social). *In*: *Anais do XVI Encontro Nacional ANPUR*, Belo Horizonte: ANPUR, 2015. Disponível em: http://anais.anpur.org.br/index.php/anaisenanpur/article/view/1843/1822. Acesso em: 1 jan. 2021.

DOMBROWSKI, Osmir. A opção pelo Estado: um estudo sobre o envolvimento da Igreja Católica com o problema da reforma agrária no Brasil. *Caderno do CEAS*: Revista Crítica de Humanidades, n. 223, p. 41-54, 2016. Disponível em: https://cadernosdoceas.ucsal.br/index.php/cadernosdoceas/article/view/166/146. Acesso em: 12 jan. 2023.

DREIFUSS, René A. *1964*: a conquista do Estado. Ação política, poder e golpe de classe. Petrópolis: Vozes, 1981.

DUSSEL, Enrique. *Teologia da Libertação*: um panorama de seu desenvolvimento. Petrópolis: Vozes, 1997.

EAGLETON, Terry. *Ideologia*. Uma introdução. São Paulo: Unesp; Boitempo, 1997.

ENGELS, Friedrich. As guerras camponesas na Alemanha. *In*: ENGELS, Friedrich. *A revolução antes da revolução*. São Paulo: Expressão Popular, 2008, v. 1.

ESCURRA, María Fernanda. Considerações para crítica do fenômeno da pobreza no capitalismo em uma dimensão humana mais ampla. *In*: ENCONTRO DE GRUPOS DE ESTUDOS E PESQUISAS MARXISTAS, 13, 2023, Recife. *Anais eletrônicos* [...] Recife:

On-line, 2023, p. 267-277. Disponível em: https://epmarx2023.blogspot.com/. Acesso em: 24 jun. 2024.

FÁVERO, Osmar. *Uma pedagogia da participação popular*: análise da prática educativa do MEB - Movimento de Educação de Base (1961-1966). Campinas: Autores Associados, 2006.

FERRARO, Alceu Ravanello. Alfabetização rural no Brasil na perspectiva das relações campo-cidade e de gênero. *Educação e Realidade*, Porto Alegre, v. 37, n. 3, p. 943-967, set./ dez. 2012. Disponível em: http://www.scielo.br/pdf/edreal/v37n3/13.pdf. Acesso em: 15 fev. 2024.

FERRARO, Alceu Ravanello. *Igreja e desenvolvimento – o movimento de Natal*. *In*.: PEIXOTO, Renato Amado (org.). Igreja e desenvolvimento – o movimento de Natal. Natal: Jovens Escribas, 2019.

FERREIRA, Jorge. O governo Goulart e o golpe civil-militar de 1964. *In*: FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucilia de Almeida N. (Orgs.). *O Brasil Republicano*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003, v. 3, p. 343-404.

FERREIRA, Jorge. O presidente acidental: José Sarney e a transição democrática. *In*: FERREIRA, Jorge. DELGADO, Lucília de Almeida N. (Orgs). *O Brasil Republicano*. Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira, 2018, v. 5, p. 27-72.

FICO, Carlos. *O golpe de 1964*: momentos decisivos. Rio de Janeiro: FGV, 2014.

FONSECA, Maria Teresa Lousa. *A extensão rural no Brasil*: um projeto educativo para o capital. São Paulo: Loyola, 1985.

FORTES, Alexandre; SILVA, Amanda Moreira da. Revisitando um clássico da história social: A estrutura narrativa de A formação da classe operária inglesa. *Revista Universidade Rural.* Série Ciências Humanas, v. 29, p. 1-24, 2007.

FORTES, Alexandres; NEGRO, Antonio Luigi; FONTES, Paulo. Peculiaridades de E. P. Thompson. *In*: THOMPSON, Edward Palmer. *As peculiaridades dos ingleses e outros artigos.* Organização Antonio Luigi Negro e Sergio Silva. 2 ed. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2012. p. 21- 58.

FREIRE, Paulo. *Educação como prática da liberdade*. 47 ed. São Paulo: Paz e Terra, 2020.

FREIRE, Paulo. Conscientização e Alfabetização – uma nova visão do processo. *Estudos Universitários* – Revista de cultura da Universidade do Recife, Recife, n. 4, p. 5-23, abr./jun. 1963.

FREIRE, Paulo. *Extensão ou comunicação?* Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2013. E-book.

FREIRE, Paulo; NOGUEIRA, Adriano. *Que fazer?*: teoria e prática em educação popular. Petrópolis: Vozes, 1993.

FREITAS, Matheus Araújo Machado de; TAVARES, Marcelo Góes. Luiz Cavalcante e o seminário socioeconômico: um projeto conservador para Alagoas (1961-1964). *In.*: ALMEIDA,

Anderson da Silva; TAVARES, Marcelo Góes (Org.). *Pacto de silêncio:* o golpe de 1964, a ditadura e a transição em Alagoas. Maceió: Edufal, 2024. (Poder, resistências e metamorfoses, v. 1).

FURTADO, Celso. *Dialética do desenvolvimento*. Rio de Janeiro: Fundo de Cultura, 1964.

GADOTTI, Moacir. *A educação contra a educação*: o esquecimento da educação e a educação permanente. 5. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1984.

GODOY, J. H. A. A práxis de Lebret: economia humana, desenvolvimentismo católico e a industrialização do Nordeste. *Revista Religião & Sociedade*, v. 36, p. 188-219, São Paulo, 2016.

GRAMSCI, Antonio. *Cadernos do cárcere*. Introdução ao estudo da filosofia. A filosofia de Benedetto Croce. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1999. v. 1.

GRAMSCI, Antonio. *Cadernos do cárcere*. Os intelectuais. O princípio educativo. Jornalismo. 9. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2022. v. 2.

GUEDES, Alexsandro Rocha dos Santos. *"A Igreja, os patrões e os operários"*: a questão operária na perspectiva d'*O Semeador* (Alagoas, Primeira República). 2025. 87 f. Monografia (Graduação em História) – Instituto de Ciências Humanas, Comunicação e Artes, Universidade Federal de Alagoas, Maceió, 2025.

GUTIÉRREZ, Hernando Vaca. *Processos interativos midiáticos da Rádio Sutatenza com os camponeses da Colômbia* (1947-1983). 2009. 324 f. Tese (Doutorado em Ciências da Comunicação) – Programa de Pós-Graduação em Ciências da Comunicação, Universidade do Vale do Rio dos Sinos, São Leopoldo, 2009.

HEREDIA, Beatriz Maria Alasia de. *Formas de dominação e espaço social*: a modernização da agroindústria canavieira em Alagoas. São Paulo: Marco Zero; Brasília: MCT/CNPq, 1988.

HERMANN, Jacqueline. História das Religiões e Religiosidade. *In*: CARDOSO, Ciro Flamarion; VAINFAS, Ronaldo. *Domínios da História:* Ensaios de teoria e metodologia. São Paulo: CAMPUS, 1997, p. 329-352.

HILL, Christopher. *O mundo de ponta-cabeça:* ideias radicais durante a Revolução Inglesa de 1640. São Paulo: Companhia das Letras, 2001.

HOBSBAWM, Eric J. *Era dos extremos*: o breve século XX – 1914-1918. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

HOBSBAWM, Eric J. *Sobre História*. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

HOBSBAWM, Eric J. E. P. Thompson. *In*: THOMPSON, Edward Palmer. *As peculiaridades dos ingleses e outros artigos.* Organização Antonio Luigi Negro e Sergio Silva. 2 ed. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2012, p. 15-19.

HÖFLING, Eloísa de Mattos. Estado e políticas (públicas) sociais. *Cadernos Cedes*, Campinas, ano 21, n. 55, p. 30-41, nov. 2001. Disponível em:

https://www.scielo.br/j/ccedes/a/pqNtQNWnT6B98Lgjpc5YsHq/?lang=pt. Acesso em: 13 jul. 2023.

HORTA, José Silvério Baia. Histórico do rádio educativo no Brasil (1922-1970). *Cadernos da PUC-Rio*, Rio de Janeiro, n. 10, p. 73-123, set. 1972. Disponível em: http://forumeja.org.br/df/files/historico.radio_.pdf. Acesso em: 7 jun. 2024.

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. *Enciclopédia dos municípios brasileiros*: Conselho Nacional de Estatística (Brasil); Conselho Nacional de Geografia (Brasil); IBGE. Rio de Janeiro: IBGE, 1958.

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. *Barra de Santo Antônio – Alagoas*. Disponível em: https://cidades.ibge.gov.br/brasil/al/barra-de-santo-antonio/historico. Acesso em: 17 fev. 2024.

IBG – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. *Japaratinga – Alagoas*. Disponível em: https://cidades.ibge.gov.br/brasil/al/japaratinga/historico. Acesso em: 17 fev. 2024.

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. *São Miguel dos Milagres – Alagoas*. Disponível em: https://cidades.ibge.gov.br/brasil/al/sao-miguel-dos-milagres/historico. Acesso em: 17 fev. 2024.

IHERING, Rudolf von. *A luta pelo direito*. São Paulo: Martin Claret, 2002.

JOFFILY, Mariana. O aparato repressivo: da arquitetura ao desmantelamento. *In*: REIS, D; RIDENTI, M; MOTTA, R. P.S. *A ditadura que mudou o Brasil*: 50 anos depois. Rio de Janeiro: Zahar, 2014, p. 158-171.

JOFFILY, Mariana. Represión política en la dictadura militar brasileña: un sobrevuelo por la historiografía. *Estudios del ISHiR*, 20, p. 75-91, 2018.

JULIÃO, Francisco. *Que são as Ligas Camponesas?* Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1962.

KADT, Emanuel De. *Católicos radicais no Brasil*. Tradução de Maria Valentina Rezende e Maria Valéria Rezende. Brasília: Unesco; MEC, 2007.

KALLÁS, Ana Lima. A repressão aos trabalhadores na ditadura a partir das contribuições da História Social do Trabalho: uma leitura do relatório final da CNV. *Revista Tempos Históricos*, v. 21, p. 525-557, 2017.

KONDER, Leandro. *A questão da ideologia*. São Paulo: Expressão Popular, 2020.

LAGE, Nilson; FARIA, Tales; RODRIGUES, Sérgio. Diário Carioca: o primeiro degrau para a modernidade. *Estudos em Jornalismo e Mídia*, vol. I, n. 1, p. 132-144, 2004. Disponível em: https://periodicos.ufsc.br/index.php/jornalismo/article/view/2195. Acesso em: 26 jan. 2023.

LANER, Izadora Carvalho; FARIAS, Rodrigo Santos de. Operação Nordeste: a criação da Sudene como política regional de desenvolvimento e integração nacional. *Revista Política e Planejamento Regional*. Rio de Janeiro, v. 6, n. 2, p. 184-203, maio /ago., 2019. Disponível

em: http://www.revistappr.com.br/artigos/publicados/Operacao-Nordeste-A-criacao-da-Sudene-como-politica-regional-de-desenvolvimento-e-integracao-nacional.pdf. Acesso em: 10 jun. 2023.

LE GOFF, Jacques. *História e memória*. Campinas: Editora da Unicamp, 1990.

LIGUORI, Guido; VOZA, Pasquale (Orgs.). *Dicionário gramsciano* (1926-1937). São Paulo: Boitempo, 2017.

LIMA, Luiz Gonzaga de Souza. *Evolução política dos católicos e da Igreja no Brasil*: hipóteses para uma interpretação. Petrópolis: Vozes, 1979.

LIMA, Nísia Trindade; MAIO, Marcos Chor. Ciências Sociais e educação sanitária: a perspectiva da Seção de Pesquisa Social do Serviço Especial de Saúde Pública na década de 1950. *História, Ciência, Saúde/Manguinhos*, v. 17, n. 2, p. 511-526, abr.-jun. 2010. Disponível em: https://www.scielo.br/j/hcsm/a/Qhyyv6F65Fps89tqtp8Qc9C/. Acesso em: 4 out. 2024.

LOPES, Thiago da Costa. José Arthur Rios. Bionotas. *Sociedade Brasileira de Sociologia*. Disponível em: https://sbsociologia.com.br/project/jose-arthur-rios/#:~:text=De%201979%20a%201991%2C%20foi,a%20reforma%20do%20sistema%20prisional. Acesso em: 24 maio 2024.

LÖWY, Michael. *A guerra dos deuses*: religião e política na América Latina. Tradução de Vera Lúcia Mello Joscelyne. Petrópolis: Vozes, 2000.

LÖWY, Michael. *As aventuras de Karl Marx contra o Barão de Münchhausen:* marxismo e positivismo na sociologia do conhecimento. 7 ed. São Paulo: Cortez, 2000.

LÖWY, Michael. E. P. Thompson (1924-1993): a religião dos trabalhadores. *Revista História & Perspectivas*, Uberlândia (1): 295-311, jan./jun. 2014. Disponível em: https://seer.ufu.br/index.php/historiaperspectivas/article/view/27933. Acesso em: 21 maio 2022.

LÖWY, Michael. *Ideologias e ciência social*: elementos para uma análise marxista. 19 ed. São Paulo: Cortez, 2010.

LÖWY, Michael. Marx e Engels como sociólogos da religião. *Lua Nova:* Revista de Cultura e Política. 1998, n. 43, p. 157-170. ISSN 0102-6445. Disponível em: http://www.scielo.br/pdf/ln/n43/a09n43.pdf. Acesso em: 27 mar. 2020.

LUCA, Tânia Regina. História dos, nos e por meio dos periódicos. *In*: PINSKY, Carla Bassanezi (Org.). *Fontes Históricas*. 2. ed. São Paulo: Contexto, 2008, p. 111-142

MACCIOCCHI, Maria-Antonietta. *A favor de Gramsci*. 2. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1980.

MADURO, Otto. *Religião e luta de classes:* quadro teórico para a análise de suas inter-relações na América Latina. 2. ed. Petrópolis: Vozes, 1983.

MAGALHÃES, Rosana. Fome *versus* desenvolvimento: (des)cobrindo horizontes. *In*: MAGALHÃES, Rosana. *Fome*: uma (re)leitura de Josué de Castro. Rio de Janeiro: FIOCRUZ, 1997.

MAINWARING, Scott. *Igreja Católica e política no Brasil (1916-1985)*. São Paulo: Brasiliense, 2004.

MAJELLA, Geraldo de; TAVARES, Marcelo Góes. O governo Luiz Cavalcante: a presença do complexo Ipes/Ibad em Alagoas. *In:* MARIA NETA, Francisca; PEIXOTO, José Adelson L. (Org.). *Fragmentos da história de Alagoas*: cultura, memória e patrimônio. Recife: Libertas, 2019, p. 195-224.

MARCHI, Euclides. A igreja do Brasil e o plano de emergência – 1952/1962**.** *Revista de Ciências Humanas*, Florianópolis, v. 30, n. 30, p. 81-108, out. de 2001. ISSN 2178-4582.

MARITAIN, Jacques. *Humanismo integral*: uma visão nova da ordem cristã. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1941.

MARTINS, José de Souza. *Os camponeses e a política no Brasil*: as lutas sociais no campo e seu lugar no processo político. 5. ed. Petrópolis: Vozes, 1995.

MARTINS, José de Souza. *Reforma Agrária*: o impossível diálogo. São Paulo: EDUSP, 2004.

MARX, Karl. Crítica da filosofia do direito de Hegel – Introdução. *In*: MARX, Karl. *Crítica da filosofia do direito de Hegel.* Tradução de Rubens Enderle e Leonardo de Deus. 2.ed. São Paulo: Boitempo, 2010.

MARX, Karl. *Manuscritos econômico-filosóficos*. São Paulo: Boitempo, 2010.

MARX, Karl. *O Capital*: crítica da economia política. Livro I: o processo de produção do capital. Tradução de Rubens Enderle. 2. ed. São Paulo: Boitempo, 2017.

MARX, Karl. *Glosas críticas marginais ao artigo "O rei da Prússia e a reforma social"*: de um prussiano. São Paulo: Expressão Popular, 2010.

MARX, Karl. *Grundrisse*. São Paulo: Boitempo; Rio de Janeiro: Ed. UFRJ, 2011.

MARX, Karl. O 18 Brumário de Luís Bonaparte. *In*: MARX, Karl. *A revolução antes da revolução*. São Paulo: Expressão Popular, 2008, v. 2.

MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. *Manifesto Comunista*. São Paulo: Boitempo, 2005.

MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. *A ideologia alemã*. São Paulo: Boitempo, 2007.

MATTOS, Marcelo Badaró. *E. P. Thompson e a tradição de crítica ativa do materialismo histórico*. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2012.

MEDEIROS, Fernando Antônio Mesquita de. *O homo inimicus*: Igreja católica, ação social e imaginário anticomunista em Alagoas. Maceió: Edufal, 2007.

MEDEIROS, Fernando Antônio Mesquita de. *Igreja, esquerda católica e anticomunismo nos anos 1960/70 em Alagoas*. ANPUH – XXV SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA – Fortaleza, 2009.

MEDEIROS, Leonilde S. de. *A questão da reforma agrária no Brasil (1955-1964)*. 1983. 150 f. Dissertação (Mestrado em Ciência Política) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 1983.

MEDEIROS, Leonilde S. de. *História dos movimentos sociais no campo*. Rio de Janeiro: FASE, 1989.

MEDEIROS, Leonilde S. de. *Lavradores, trabalhadores agrícolas e camponeses*: os comunistas e a constituição de classes no campo. 1995. 294 f. Tese (Doutorado em Ciências Sociais). Unicamp. Campinas, 1995.

MEDEIROS, Leonilde S. de. Transformações nas áreas rurais, disputas por terra e conflitos sociais no estado do Rio de Janeiro (1946-1988). *In*: MEDEIROS, L. S. (Org.). *Ditadura, conflito e repressão no campo*. A resistência camponesa no estado do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro: Editora Consequência, 2018, p. 49-91.

MEDEIROS, Leonilde Sérvolo de. Os trabalhadores rurais na política: o papel da imprensa partidária na constituição de uma linguagem de classe. *Estudos, Sociedade e Agricultura*. CPDA/UFRRJ, n. 4, p. 50-65, julho de 1995. Disponível em: https://bibliotecavirtual.clacso.org.ar/ar/libros/brasil/cpda/estudos/quatro/leo4.htm. Acesso em: 23 fev. 2026.

MEDEIROS, Wellington da Silva. *Uma confluência pela "libertação":* CEBs, cultura política e organização popular na Arquidiocese de Maceió (1967-1991). Maceió: Edufal, 2019.

MEDEIROS, Wellington da Silva. A história social das religiões e as contribuições teórico-metodológicas de E. P. Thompson. *Revista Crítica Histórica*, v. 14, n. 27, p. 367-390, 2 sem 2023. Disponível em: https://www.seer.ufal.br/index.php/criticahistorica/article/view/14069. Acesso: 14 jul. 2024.

MEDEIROS, Wellington da Silva. O Movimento de Educação de Base e o golpe civil-militar de 1964: a experiência dos sindicatos rurais em Alagoas. *In*: SANTOS, Irinéia Maria Franco dos (Org.). *Igreja subversiva?* Agentes e movimentos católicos na ditadura militar, golpe e luta de classes no Brasil. Maceió: Edufal, 2024.

MELLO, Paulo Décio de Arruda. *Alagoas*: sindicatos rurais e dominação. 1990. 203 f. Dissertação (Mestrado) – Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Agrícola, Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Itaguaí, 1990.

MELO, Demian Bezerra de. O Golpe de 1964 e meio século de controvérsias: o estado atual da questão. *In:* MELO, Demian Bezerra de (org.). *A miséria da historiografia*: uma crítica ao revisionismo contemporâneo. Rio de Janeiro: Consequência, 2014.

MENDONÇA, Sonia Regina de. *Estado e Economia no Brasil*: opções de desenvolvimento. 2. ed. Rio de Janeiro: Graal, 1988.

MENDONÇA, Sonia Regina de. Ensino agrícola e influência norte-americana no Brasil (1945-1961). *Tempo*, v. 15, n. 29, 2010.

MENDONÇA, Carlos Alberto Pinheiro *et al*. *Enciclopédia Municípios de Alagoas*. 3. ed. Maceió: Instituto Arno de Mello. Núcleo de Projetos Especiais, 2012.

MIGUEL, Luis Felipe. *Dominação e resistência*: desafios para uma política emancipatória. São Paulo: Boitempo, 2018.

MONTENEGRO, Antônio Torres. Ligas Camponesas e sindicatos rurais em tempo de revolução. *In*: FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucilia de A. N. (orgs). *O Brasil Republicano*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003, v. 3, p. 241-272.

MONTENEGRO, Antônio Torres. Ligas camponesas e sindicatos rurais em tempo de revolução. *In*: MONTENEGRO, Antonio T. *História, metodologia, memória*. São Paulo: Contexto, 2010, p. 73-100.

MOREIRA, Vânia Maria Losada. Os anos JK: industrialização e modelo oligárquico de desenvolvimento rural. *In*: FERREIRA, J. DELGADO, L. de A. N. (Orgs). *O Brasil Republicano*. Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira, 2003, v. 3, p. 155-194.

MOTTA, Rodrigo Patto Sá. O golpe de 1964 e o "perigo vermelho". *In:* MOTTA, Rodrigo Patto Sá. *Passados presentes*: o golpe de 1964 e a ditadura militar. Rio de Janeiro: Zahar, 2021, p. 19-48.

MOTTA, Rodrigo Patto Sá. A estratégia de acomodação na ditadura brasileira e a influência da cultura política. *Páginas*, ano 8, n. 17, p. 9-25, 2016.

MOURA, Anderson Vieira. Lugares de Memória dos Trabalhadores: Palácio do Trabalhador, Maceió (AL). *Laboratório de Estudos de História dos Mundos do Trabalho – LEHMT*, jul. 2019. Disponível em: https://lehmt.org/lugares-de-memoria-dos-trabalhadores-08-palacio-do-trabalhador-maceio-al-anderson-vieira-moura/. Acesso em: 04 abr. 2024.

NUNES, Márcio Manuel Machado. *A Arquidiocese de Maceió*: uma análise do processo de estruturação da Igreja Católica no território alagoano (1892-1920). 2020. 392 f. Tese (Doutorado em História) – Departamento de História, Estudos Europeus, Arqueologia e Artes da Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, Coimbra, 2020.

NUNES, Emanoel Márcio; SILVA, Vivian Menezes da; SÁ, Vinicius Claudino de. Assistência Técnica e Extensão Rural (ATER): formação e conhecimentos para a agricultura familiar do Rio Grande do Norte. *Redes*, Santa Cruz Sul, v. 25, n. 2, p. 857-881, maio-agosto, 2020. Disponível em: https://seer.unisc.br/index.php/redes/article/view/14174. Acesso em: 05 mar. 2026.

NUNES-FREITAS, André Felippe *et. al*. *Manual para trabalhos finais de curso na pós-graduação da UFRRJ*. Seropédica: UFRRJ, 2025.

OLIVEIRA, Francisco M. C. de. *Elegia para uma Re(li)gião*: SUDENE, Nordeste. Planejamento e conflito de classes. 2. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977.

OLIVEIRA, Fabrizia Santana da Silva. "*Por Cristo e pela Pátria*": aspectos político-religiosos na instauração da Igreja Católica Apostólica Brasileira em Alagoas (1970 a 1973). 2023. 115 f. Dissertação (Mestrado em História) – Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal de Ouro Preto, 2023.

PADRÓS, Enrique Serra. História do Tempo Presente, Ditaduras de Segurança Nacional e Arquivos Repressivos. *Tempo e Argumento*, v. 1, n. 1, p. 30-45, jan./jun. 2009.

PAIVA, Vanilda Pereira. *História da educação popular no Brasil*: educação popular e educação de adultos. 7. ed. São Paulo: Loyola, 2015.

PAIVA, Vanilda Pereira. *Paulo Freire e o nacionalismo-desenvolvimentista*. São Paulo: Graal, 2000.

PALMEIRA, Moacir. A diversidade da luta no campo: luta camponesa e diferenciação do campesinato. *In*: PAIVA, Vanilda (Org.). Igreja e questão agrária. São Paulo: Loyola, 1985, p. 43-51.

PAULO NETTO, José. *Introdução aos estudos do método de Marx*. São Paulo: Expressão Popular, 2011.

PEREIRA, Anthony W. *Ditadura e repressão*. O autoritarismo e o estado de direito no Brasil, no Chile e na Argentina. São Paulo: Paz e Terra, 2010.

PEREIRA, João Márcio Mendes; ALENTEJANO, Paulo. Terra, poder e lutas sociais no campo brasileiro: do golpe à apoteose do agronegócio (1964-2014). *Tempos Históricos*, v. 18, n.1, p. 73-111, 1 sem. 2014.

PONTUAL, Virgínia. O urbanismo no Recife: entre idéias e representações. *Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais*, n. 2, p. 89-108, 1999. Disponível em: https://rbeur.anpur.org.br/rbeur/article/view/39/25. Acesso em: 7 nov. 2024.

PONTUAL, Virgínia. Práticas urbanísticas, deslocamentos e cruzamentos: Louis-Joseph Lebret e Antônio Bezerra Baltar no Brasil, *Cuadernos del CLAEH*, ano 34, n. 101, p. 195-214, 2015. Disponível em: https://ojs.claeh.edu.uy/publicaciones/index.php/cclaeh/article/view/122/121. Acesso em: 7 nov. 2024.

PORPHIRIO, Max Fellipe Cezario. *Entre a Teologia do Desenvolvimento e o Reformismo Cristão*: o Movimento de Educação de Base como agente da modernização do campo brasileiro (1961-1966). 2021. 318 f. Tese (Doutorado) – Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Seropédica, 2021.

PORTELLI, Hugues. *Gramsci e o bloco histórico*. 6. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977.

RAPÔSO, Maria da Conceição Brenha. *Movimento de Educação de Base*: discurso e prática (1961-1967). 1982. 205 f. Dissertação (Mestrado em Educação) - Instituto de Estudos Avançados em Educação, Fundação Getúlio Vargas, Rio de Janeiro, 1982.

REIS FILHO, Daniel Aarão. *Ditadura e democracia no Brasil*: do golpe de 1964 à Constituição de 1988. Rio de Janeiro: Zahar, 2014.

RIOS, José Arthur. A CNER: uma experiência em administração pública. *Revista do Serviço Público*, Rio de Janeiro, v. 71, p. 299-319, maio de 1956.

RIST, Gilbert. *El desarrollo*: historia de una creencia occidental. Tradução de Adolfo Fernández Marugán. Madrid: Catarata, 2002.

ROMANO, Roberto. *Brasil*: Igreja contra Estado. São Paulo: Kairós, 1979.

ROSTOW, Walt Whitman. *Etapas do Desenvolvimento Econômico*: um manifesto não-comunista. Rio de Janeiro: Zahar, 1961.

ROVAI, Marta Gouveia de Oliveira. O direito à memória: a história oral de mulheres que lutaram contra a ditadura militar (1964 - 84). *Revista Tempo e Argumento*, Florianópolis, v. 5, n. 10, a. 2013, p. 108-132.

SANTANA, Marco A. Os sindicatos e o golpe de Estado de 1964: a experiência dos metalúrgicos do Rio de Janeiro. *Perseu*: História, Memória e Política, v. 10, p. 33-60, 2013.

SANTOS, Amanda Pereira dos. A fundação do Instituto Nacional de Imigração e Colonização no segundo governo de Getúlio Vargas (1951-1954). *Cordis*. Revista Eletrônica de História Social da Cidade, São Paulo, n. 18, p. 120-145, jan./jun. 2017. ISSN 2176-4174. Disponível em: https://revistas.pucsp.br/index.php/cordis/article/view/39711. Acesso em: 20 jan. 2023.

SANTOS, Everson Cardoso dos; SAMPAIO, Cláudio Luis Santos. A pesca artesanal na comunidade de Fernão Velho, Maceió (Alagoas, Brasil): de tradicional a marginal. *Revista de Gestão Costeira Integrada - Journal of Integrated Coastal Zone Management*, 2013, 13(4).

SANTOS, Irinéia Maria Franco dos. *A Caverna do Diabo e outras histórias:* ensaios de História Social das Religiões (Alagoas, Séculos XIX e XX). Maceió: Edufal, 2016.

SANTOS, Irinéia Maria Franco (org.) *Guia geral do Arquivo da Cúria Metropolitana de Maceió*. Maceió: Imprensa Oficial Graciliano Ramos, 2018.

SANTOS, Irinéia Maria Franco. Padres agitadores em Alagoas: o Inquérito Policial-Militar do padre Luiz de Oliveira Santos (1964-1969). *In*: SANTOS, Irinéia Maria Franco; VASCONCELLOS, Pedro Lima (orgs.). *Dinâmicas religiosas na História*: perspectivas socioculturais e políticas em debate. Curitiba: CRV, 2022, p. 189-220.

SANTOS, Irinéia Maria Franco dos. Fontes históricas para o governo eclesiástico: Dom Ranulpho Farias e o Arquivo da Cúria Metropolitana de Maceió (1939-1955). *In*: *Anais do II Simpósio Nordeste da ABHR*, Recife: UFPE, 2015. Disponível em: https://ufal.academia.edu/IrineiaFranco. Acesso em: 26 out. 2020.

SANTOS, Irinéia Maria Franco dos. Marxismo e história social das religiões: perspectivas e notas de pesquisa. *In*: ENCONTRO NACIONAL DE HISTÓRIA DA UNIVERSIDADE FEDERAL DE ALAGOAS, 14, Maceió, 2023. *Anais do XIV Encontro Nacional de História da UFAL*: Religiões e movimentos sociais: desafios para a construção de uma democracia popular, Maceió: UFAL, setembro. 2023.

SANTOS, Irinéia Maria Franco dos. “Deus também se fez classe”: clero e operários na paróquia São José de Fernão Velho (Maceió-AL, 1947-1975). *In*: SANTOS, Irinéia Maria Franco dos (Org.). *Igreja subversiva?* Agentes e movimentos católicos na ditadura militar, golpe luta de classes no Brasil. Maceió: Edufal, 2024, p. 328-376.

SANTOS, Irinéia Maria Franco dos (Org.). *Igreja subversiva?* Agentes e movimentos católicos na ditadura militar, golpe luta de classes no Brasil. Maceió: Edufal, 2024.

SANTOS, Márcio Zacarias dos. *Dos antigos engenhos banguês em Alagoas até o aparecimento das primeiras usinas na década de 1920*. 102 f. Monografia. (Graduação em História) – Instituto de Ciências Humanas, Comunicação e Artes, Universidade Federal de Alagoas, Maceió, 2022.

SANTOS, Maria Leonalva de Holanda. *O Centro Social Rural Dom Adelmo Machado*: Maceió (1964-1969). 2024. 67 f. Monografia (Graduação em História) – Instituto de Ciências Humanas, Comunicação e Artes, Universidade Federal de Alagoas, Maceió, 2024.

SANTOS, Mariana. *Maria Chiquinha*: a polêmica história do sucesso de Sandy & Junior. Disponível em: https://www.letras.mus.br/blog/maria-chiquinha-historia/. Acesso em: 13 fev. 2026.

SANTOS NETO, Artur Bispo dos. *Trabalho e tempo de trabalho na perspectiva marxiana*. São Paulo: Instituto Lukács, 2013.

SCHALLENMUELLER, Christian Jecov. *Tradição e Profecia*: o pensamento político da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB) e seu contexto social e intelectual (1952-1964). 2011. 156 f. Dissertação (Mestrado em Ciência Política) – Departamento de Ciência Política da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, São Paulo, 2011.

SCHUMAHER, Schuma. *Gogó de Emas*: a participação das mulheres na história do Estado de Alagoas. Rio de Janeiro: REDEH, 2004.

SCOTT, James Campbell. *A dominação e a arte da resistência*: discursos ocultos. Lisboa: Letra Livre, 2013.

SCOTT, James Campbell. Exploração normal, resistência normal. *Revista Brasileira de Ciência Política*, Brasília, n. 5, p. 217-243, jan.-jul., 2011.

SHARPE, Jim. A história vista de baixo. *In*: BURKE, Peter (Org.). *A Escrita da História: novas perspectivas***.** São Paulo: Editora Unesp, 1992.

SILVA, Amaro Hélio Leite da. *Serra dos Perigosos*: guerrilha e índio no sertão de Alagoas. Maceió: Edufal, 2007.

SILVA, Amiston Lopes da. *O uso do território na cidade de União dos Palmares – AL*: o circuito inferior nas suas áreas central e periférica. 2018. 170 f. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Instituto de Geografia, Desenvolvimento e Meio Ambiente, Universidade Federal de Alagoas, Maceió, 2018.

SILVA, Angela Moreira Domingues da. *Ditadura e justiça militar no Brasil*: a atuação do Superior Tribunal Militar (1964-1980). 2011. 222 f. Tese (Doutorado em História, Política e Bens Culturais) – Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil, Fundação Getúlio Vargas, Rio de Janeiro, 2011.

SILVA, Claiton Marcio da. *De agricultor a farmer*: Nelson Rockefeller e a modernização da agricultura no Brasil. Curitiba/Guarapuava: UFPR/Unicentro, 2015.

SILVA, Eduardo, FERRO, Ricardo. Jornal *O Semeador*: um centenário propagador da fé católica. *Cadernos de Graduação* – ciências humanas e sociais, UNIT: Maceió, v. 1, n. 2, p 61-74, 2013.

SILVA, Francisco Tenório da. *O discurso de resistência nos materiais didáticos do Movimento de Educação de Base (MEB).* 2020. 158 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal de Alagoas, Maceió, 2020.

SILVA, Idabel Nascimento da. *Alfabetização de jovens e adultos e organização popular*: uma experiência em Maceió. Maceió: Catavento, 2002.

SILVA, Jeane de Sá. *Sindicato, associativismo e trabalho*: a experiencia dos trabalhadores rurais em Pariconha durante a Ditadura-Civil Militar (no Alto Sertão Alagoano). 2019. 34 f. Monografia (Graduação em História) – Instituto de Ciências Humanas, Comunicação e Artes, Universidade Federal de Alagoas, Delmiro Gouveia, 2019.

SILVA, Lênine Andrea Miranda da. *"Meu Pedaço de Brasil":* análise do subsídio de educação popular / MEB-Maceió. 2015. 48 f. Monografia (Graduação em História) – Instituto de Ciências Humanas, Comunicação e Artes, Universidade Federal de Alagoas, Maceió, 2015.

SILVA, Leusa Alves de Moura. *A educação popular e sindicalismo*: o Movimento de Educação de Base (MEB) e o sindicato dos trabalhadores rurais de Itauçu-GO. 2006. 140 f. Dissertação (Mestrado em Educação) - Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade de Goiás, Goiânia, 2006.

SILVA, Márcio Douglas de Carvalho. Os paus de arara: a migração de nordestinos na década de 1950, sob o olhar das fotorreportagens da revista *O Cruzeiro. CLIO: Revista de Pesquisa Histórica*, Recife, v. 40, n. 2, p. 171-198, 2022. Disponível em: https://periodicos.ufpe.br/revistas/index.php/revistaclio/article/view/250826. Acesso em: 10 nov. 2024.

SILVA, Maria Alba Correia da. *Alba, a beata comunista*: fé e subversão na ditadura militar em Alagoas. Organização Cíntia Ribeiro e Ênio Lins. Arapiraca: Eduneal, 2026.

SOUSA, Jessie Jane Vieira de. *Círculos Operários*: a Igreja Católica e o mundo do trabalho no Brasil. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2002.

SOUZA, Claudia Moraes de. *Pelas ondas do rádio*: cultura popular, camponeses e o Movimento de Educação de Base. 2006. 365 f. Tese (Doutorado em História) – Universidade

de São Paulo, Faculdade de Filosofia Letras e ciências Humanas, Departamento de História, 2006.

SOUZA, Ramon Feliphe. *Fé, foice, facão e fuzil*: Igreja Católica, desenvolvimento e saúde no Brasil da Guerra Fria (1952-1964). 2022. 367 f. Tese (Doutorado em História das Ciências e da Saúde) – Fundação Oswaldo Cruz, Casa de Oswaldo Cruz – Fiocruz, Rio de Janeiro, 2022.

SECRETARIA DE VIAÇÃO E OBRAS PÚBLICAS DE ALAGOAS – SVOP. *Plano Rodoviário estadual* [1961]. Governo do Estado de Alagoas. Arquivo Nacional do Brasil. Disponível em: https://br.pinterest.com/arquivonacional/. Acesso em: 12 jan. 2024.

TELES, Janaína de Almeida. Eliminar "sem deixar vestígios": a distensão política e o desaparecimento forçado no Brasil. *Revista M. Estudos sobre a Morte, os Mortos e o Morrer*, v. 5, n. 10, p. 265-297, 2020.

TOLEDO, Caio Navarro (org.). *Visões críticas do golpe*: democracia e reformas no populismo. Campinas: Editora da Unicamp, 1997.

TENÓRIO, Douglas Apratto. *A tragédia do populismo*: o *impeachment* de Muniz Falcão. Maceió: Edufal, 1995.

THOMPSON, Edward P. *A formação da classe operária inglesa*: a árvore da liberdade. 12. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2021a, v. 1.

THOMPSON, Edward P. *A formação da classe operária inglesa:* a maldição de Adão. 2. ed. São Paulo: Paz e Terra, 2012a, v. 2.

THOMPSON, Edward P. *A formação da classe operária inglesa:* a força dos trabalhadores. 2. ed. São Paulo: Paz e Terra, 2012b, v. 3.

THOMPSON, Edward P. *A miséria da teoria e outros ensaios*. Petrópolis: Vozes, 2021b.

THOMPSON, Edward P. *As peculiaridades dos ingleses e outros artigos*. 2. ed. Campinas: Editora da Unicamp, 2012c.

THOMPSON, Edward P. Algumas observações sobre classe e "falsa consciência". *In*: THOMPSON, Edward P. *As peculiaridades dos ingleses e outros artigos*. Organização Antônio Luigi Negro e Sérgio Silva. 2. ed. Campinas: Editora da Unicamp, 2012d, p. 269-281.

THOMPSON, Edward P. Folclore, antropologia e história social. *In*: THOMPSON, Edward P. *As peculiaridades dos ingleses e outros artigos*. Organização Antônio Luigi Negro e Sérgio Silva. 2. ed. Campinas: Editora da Unicamp, 2012e, p. 227-268.

TICIANELLI, Edberto. A história do rádio em Alagoas. *História de Alagoas*, Maceió, 6 jun. 2015. Disponível em: https://www.historiadealagoas.com.br/a-historia-do-radio-em-alagoas.html. Acesso em: 21 jun. 2024.

TICIANELLI, Edberto. Famílias na política alagoana do século XX (5): Gomes de Barros. *História de Alagoas*, Maceió, 20 dez. 2017. Disponível em:

https://www.historiadealagoas.com.br/familias-na-politica-alagoana-do-seculo-xx-5-gomes-de-barros. Acesso em: 18 fev. 2026.

TICIANELLI, Edberto. História da Usina Utinga Leão. *História de Alagoas*, Maceió, 31 jan. 2022. Disponível em: https://www.historiadealagoas.com.br/historia-da-usina-utinga-leao. Acesso em: 15 fev. 2025.

TIMMER, Willy Johanan. *Planejamento do trabalho em extensão agrícola*. Série de estudos e ensaios, n. 7. Rio de Janeiro: Serviço de Informação Agrícola, 1954.

VANDERLEI, Damir Costa. *A ditadura da catraca e a crise da cidade*: a imobilidade urbana como fator de segregação no município de Maceió-AL. 171 f. Monografia (Graduação em Geografia) – Universidade Federal de Alagoas, Maceió, 2014.

VASCONCELOS, Ruth. *O "reverso da moeda":* a rede de movimentos sociais contra a violência em Alagoas. Maceió: Edufal, 2006.

WANDERLEY, Luiz Eduardo W. *Educar para transformar*: educação popular, Igreja Católica e política no Movimento de Educação de Base. Petrópolis: Vozes, 1984.

VAZ, Henrique C. de Lima. *Uma reflexão sobre a ação e a ideologia*. Transcrição de exposição oral no Encontro de fundação da Ação Popular. Belo Horizonte, jun. 1962a, s.n.t. Mimeo. Disponível em: https://memoria.cidarq.ufg.br/uploads/r/null/d/2/a/d2a7f9fb3e990de8a90d6c198ca63dfaadc7e87131de95cc792977e4af933b40/BR-CMV-MEB-RT-IE-OMS-008.pdf. Acesso em: 11 nov. 2025.

VAZ, Henrique C. de Lima. Consciência e realidade nacional. *Síntese: revista de filosofia*, Rio de Janeiro, v. 4, n. 14, p. 92-109, abr./jun. 1962b. Disponível em: https://faje.edu.br/periodicos/index.php/Sintese/article/view/3186/3266. Acesso em: 11 nov. 2025.

VAZ, Henrique C. de Lima. Marxismo e ontologia. *In*: VAZ, Henrique C. de Lima. *Escritos de Filosofia VI*: Ontologia e História. 2. ed. São Paulo: Loyola, 2001, p. 121-161.

VELHO, Otávio Guilherme A. C. O conceito de camponês e sua aplicação à análise do meio rural brasileiro (1969). *In*: WELCH, Clifford Andrew. *et al*. *Camponeses brasileiros*: leituras e interpretações clássicas. São Paulo: Editora Unesp, 2009. V. 1, 89-96.

WELCH, Clifford Andrew. *A semente foi plantada*: as raízes paulistas do movimento sindical camponês no Brasil, 1924-64. São Paulo: Expressão Popular, 2010.

WILLIAMS, Raymond. *Marxismo e literatura*. Rio de Janeiro: Zahar, 1979.

ANEXO

ANEXO A – LISTA DOS BISPOS SIGNATÁRIOS DO I ENCONTRO DOS BISPOS DO NORDESTE

Campina Grande, 26 de maio de 1956 – Oitava de Pentecostes.

† ANTONIO, Arcebispo de Fortaleza, rep. D. Expedido Eduardo, auxiliar
† MOISES, Arcebispo da Paraíba, rep. D. Manoel Pereira, auxiliar
† RANULFO, Arcebispo de Maceió, rep. D. Adelmo Machado, Arceb. coadj.
† JOSÉ, Arcebispo de S. Luiz, rep. D. José Távora, aux. Rio de Janeiro
† ANTONIO, Arcebispo de Olinda e Recife
† MARCOLINO, Arcebispo de Natal, rep. D. Eugenio Sales, auxiliar
† AVELAR, Arcebispo de Teresina
† JOSÉ, Bispo de Sobral, rep. D. Expedito Eduardo, auxiliar de Fortaleza
† JOÃO, Bispo de Barra
† FERNANDO, Bispo de Aracajú
† JOÃO, Bispo de Nazaré
† FRANCISCO EXPEDITO, Bispo de Garanhuns
† PAULO, Bispo de Caruaru
† FELÍCIO, Bispo de Penedo
† ELISEU, Bispo de Mossoró, por si e por D. Francisco Pires, Bispo de Crato
† ADELINO, Bispo de Caicó
† OTÁVIO, Bispo de Campina Grande
† HELDER, Arcebispo Auxiliar do Rio de Janeiro, Secretário Geral da C.N.B.B.
† AURELIANO, Bispo de Limoeiro, rep. Por D. Expedito Eduardo, auxiliar de Fortaleza
† Mons. SAMPAIO, Vigário Capitular de Pesqueira.

ANEXO B – ROTEIRO PARA ESTUDO DE ÁREA

anexo à apostila 3/série a

R O T E I R O P A R A E S T U D O D E Á R E A

1. HISTÓRICO

1.1 época da criação da comunidade;

1.2 fatôres que influiram na distribuição da população na região;

fatos principais da história do município e dos agrupamentos locais, particularmente nos últimos 10 anos.

2. LOCALIZAÇÃO E RECURSOS NATURAIS

2.1 Mapa do município, determinando:

- limites;
- sede do município;
- aglomerações mais importantes;
- estradas;
- distâncias internas.

2.2 área em km^2.

2.3 distância da capital do Estado e das localidades próximas mais importantes.

2.4 aspectos físicos: relêvo (principais acidentes); rios, lagos, açudes, etc.

2.5 aspectos climáticos: média de temperatura anual; índice pluviométrico, distribuição anual das chuvas; enchentes; sêcas; ventos.

2.6 recursos naturais:

a. água: facilidade de irrigação, fontes, quedas dágua; qualidade da água;
b. solos: tipos de solos; profundidade;
c. minerais (explorados ou não): para construção; industriais; preciosos;
d. vegetação: matas; pastagens, culturas naturais; áreas ocupadas;
e. fauna: peixes mais comuns, animais da região; insetos (discriminação).

3. DEMOGRAFIA

3.1 População: por idade
por sexo
urbana e rural
por religião
por estado civil
por aglomerações locais

3.2 urbana/rural: natalidade
mortalidade
mortalidade infantil
crescimento populacional (ver dados de 1950/1960 e estimativa mais recente).
idade média.

Fonte: MEB (1963a).

anexo à apostila 3/série a — fôlha 2

3.3 migrações: periódicas (busca de trabalho, período escolar)
não periódicas

3.4 mobilidade rural/urbana

4. TRANSPORTES E COMUNICAÇÕES

4.1 transportes:

a. estradas de rodagem, de ferro(com estações e paradas), estradas carroçáveis, picadas para montaria, rios navegáveis, aeroportos, outros;
b. trens: para onde, frequência, horários;
c. ônibus: para onde, frequência, horários;
d. caminhões: número, o que transportam;
e. automóveis: jipes, número, quem transportam;
f. outros meios de transporte;
g. meios de transporte mais utilizados, por quem.

4.2 comunicações:

a. correio: agência(s), média de correspondência;
b. telégrafo: idem;
c. telefone: número de aparelhos, onde;
d. rádio: quantidade de receptores, emissoras mais próximas, emissoras mais ouvidas, sistemas de alto-falantes;
e. televisão: quantidade de aparelhos, localização;
f. cinema: localização, entidade que dirige, horários, quem frequenta;
g. jornais: locais, de fora, onde podem ser adquiridos, quem adquire;
h. revistas, livros: de onde vêm, onde podem ser adquiridos, quem adquire;
i. cantadores, violeiros: do lugar, de fora, onde são encontrados.

5. ATIVIDADES ECONÔMICAS

5.1 Exploração dos recursos naturais:

a. fontes, quedas dágua, açudes, barragens;
b. minerais extraídos: quais, quantidade;
c. matas, lenha, carvão, madeiras, pastagens, culturas naturais; importância para a comunidade;
d. fauna: exploração econômica da caça e pesca; exploração para consumo; (especificar).

5.2 Agricultura:

a. área cultivada, relação com área cultivável e com área disponível;
b. número de pessoas em atividade;
c. culturas mais importantes, sistema de exploração, produção;
d. outras culturas, produção;
e. equipamento utilizado: por quem, de quem;
f. adubação e tratamento da terra.

Fonte: MEB (1963a).

anexo à apostila 3/série a — fôlha 3

5.3 Pecuária:

a. área empregada e sistema de exploração;
b. número de pessoas em atividade;
c. rebanhos mais importantes e outros rebanhos;
d. criações domésticas;
e. produção;
f. utilização e aproveitamento de sub-produtos.

5.4 Indústria:

a. quais, que equipamento utiliza, quantas pessoas emprega;
b. que energia emprega, de onde vem;
c. produção.

5.5 Artesanato:

a. de quem, quem faz, qual a produção;
b. o artesanato local é explorado econômicamente ? a quem emprega ?
c. há possibilidade de (melhor) exploração econômica?
d. é atividade única ou complementar da economia familiar ?

5.6 Comércio e Feiras:

a. número de estabelecimentos, de que, atacado, varejo(discriminar);
b. número de pessoas que emprega;
c. onde se abastece, a quem abastece;
d. bancos: onde, há crédito local ? para quem ?
e. feiras: onde, de que.

5.7 Organizações de ação econômica:

a. de fomento e assistência(indústria, comércio, artesanato);
b. públicas, particulares;
c. associações rurais, comerciais;
d. cooperativas de produção e consumo;
e. número de agrônomos e veterinários, empregados por quem, para atender a quem, de que forma atendem.

5.8 Renda:

a. renda pública(federal, estadual, municipal) nos últimos 5 anos;
b. renda privada nos últimos 5 anos;
c. orçamento do município nos últimos 5 anos;
d. salário mínimo do município ou da região;
e. preços dos artigos de 1ª necessidade no varejo local.

6. REGIME DE TRABALHO

6.1 Salário, forma de pagamento, vales.

6.2 Horário de trabalho.

6.3 Segurança no trabalho:

a. acidentes
b. doenças
c. invalidez
d. mortes

Fonte: MEB (1963a).

anexo à apostila 3/série a — fôlha 4

6.4 Trabalho da mulher.

6.5 Trabalho do menor: idade em que começa, espécie, horário, remuneração.

6.6 Sistema de parceria, como funciona.

6.7 Associações patronais.

6.8 Associações de empregados, ligas, sindicatos, outras, como funcionam, com que liberdade de ação, grau de conscientização e politização.

7. ESTRUTURA DA PROPRIEDADE

7.1 Número de propriedades, área ocupada.

7.2 Número de proprietários, relação com a população de mais de 21 anos.

7.3 Situação legal das propriedades.

7.4 Utilização das propriedades, em que, por quem.

7.5 Arrendamento e aforamento, condições.

8. ASPECTOS SÓCIO-CULTURAIS

8.1 Habitação:

a. número de habitações, proporção por habitantes;
b. a quem pertencem;
c. tipos de habitação (sugestão: descrever um ou mais tipos básicos de habitação da localidade);
d. mobiliário, mobiliário mais comum; (sugestão: descrição do mobiliário típico);
e. pensões, hospedarias, pousos, hotéis, etc.;
f. existem associações de moradores, de vizinhos, de amigos do bairro ? onde e como funcionam ?

8.2 Aspectos sanitários:

a. epidemias ocorridas na região (últimos 10 anos);
b. doenças mais comuns;
c. número de mortos e incapacitados por doenças, por quais doenças (números anuais, últimos 10 anos);
d. órgãos de assistência, quais, onde, organizados e financiados por quem;
e. número de postos médicos, de leitos, de médicos, de enfermeiros ; média de atendimentos (mensal, anual);
f. número de parteiras, curandeiros, frequência de procura;
g. serviços de saneamento, quais, onde;
h. limpeza pública, quem faz; lixo, de onde se recolhe, qual destino?
i. tratamento da água ? água encanada ? onde é captada ? rêde distribuidora; poços, olhos dágua, como são utilizados.
j. esgotos, fossas, privadas: onde, números, qualidade;
l. hábitos de higiene.

8.3 Alimentação:

a. alimentos mais usados;

Fonte: MEB (1963a).

b. bebidas mais usadas: água, refrescos, álcool, frequência do álcool, etc.;
c. refeições: número de vêzes, horário, local, utensílios, higiene;
d. superstições locais sôbre alimentação.

8.4 Organização familiar:

a. residência (pais-filhos; pais-filhos-netos; família-agregados);
b. papel e posição do homem e da mulher;
c. papel e posição dos filhos solteiros;
d. estabilidade do casamento: religioso, civil, união livre, "contrato comercial";
e. importância dada ao casamento religioso, civil e às uniões livres;
f. média de filhos por família (estimativa);
g. práticas anticoncepcionais, abortos, prostituição;
h. as famílias se agrupam segundo a classe, a côr, outras características ? surgem conflitos ?

8.5 Educação:

a. analfabetos de 7 a 15 anos
de 15 anos em diante;
b. número de escolas, localização, há quanto tempo, quem financia;
c. número de professôres, número de alunos;
d. nível das escolas e dos professôres;
e. bibliotecas;
f. qual o grau de conscientização do povo ?

8.6 Política e Administração:

a. número de eleitores, relação com a população de mais de 18 anos, percentagem de votantes nas últimas eleições;
b. partidos políticos, proporção de votos para cada partido ou chefe político; quem vota e em qual partido;
c. outras entidades de política;
d. grau de politização do povo;
e. prefeitura, secretarias em funcionamento, número de vereadores, outras autoridades e chefes políticos;
f. distritos com sub-prefeitos ou outras autoridades;
g. delegacia, comarca, contravenções e crimes mais comuns;
h. há iluminação pública ? domiciliar ? quem explora, produção, fonte de energia;
i. há planejamentos sócio-econômicos ? como são vistos ?
j. há zonas de colonização ou campos experimentais ? (Sudene, etc,).

8.7 Cultura Popular:

a. literatura, folhetos etc.;
b. música, canto, danças;
c. dramatização, festas;
d. artesanato para consumo doméstico, agro-pastoril; venda, onde, valorização social, econômica.

8.8 Religião:

a. religiões principais, número aproximado de praticantes efetivos;

Fonte: MEB (1963a).

b. práticas supersticiosas; frequência; em que ocasiões;
c. número de padres; pastores; mediuns; autoridade e liderança dos mesmos;
d. locais de culto; número e distribuição;
e. líderes religiosos leigos;
f. organizações religiosas; quais, que fazem; como funcionam ? JAC? JOC ?
g. festas religiosas, padroeiros principais; época e duração das festas.

8.9 Recreação: diversões principais da comunidade: esportes; jogos; bailes; festas; comemorações; cinema; circo; parques; outras; localização e importância.

8.10 Liderança: lideranças locais: tipos; pessoas; há o surgimento de novas lideranças: políticas; econômicas, técnicas; ideológicas ? qual a reação do povo ?

* * * * * * * * * * *

OBSERVAÇÕES

1ª Os itens 1, 2, 3 e partes dos outros itens podem ser levantados antes da visita à área nas fontes bibliográficas; devendo; no entanto; essas informações ser verificadas durante a visita. Nem sempre os dados das fontes citadas; são completos e atualizados; podendo variar inclusive os limites políticos dos municípios.

2ª Fontes para os dados:

. Enciclopédia dos Municípios; IBGE
. Anuário de Estatística, IBGE
. Divisão Territorial do Brasil; IBGE
. Revista Brasileira de Municípios
. Boletim de Estatística
. Publicações da SEEC, da ANCAR, da SUDENE e do DNOCS.

BIBLIOGRAFIA

AUTOR	OBRA	REFERÊNCIAS
. Pierre Weil	. Relações Humanas na Família e noTrabalho	. Ed. Nacional
. Caroline F. Ware	. Estudo da Comunidade	. SSR, R.Janeiro
. Edgard de V.Barros	. O Problema da Liderança	. SSR, R.Janeiro
. José Arthur Rios	. A Educação dos Grupos	. SNES
. Arthur Ramos	. Introdução à Psicologia Social	. CEB
. A.Garret	. A Entrevista, seus Princípios e métodos	. AGIR, R.Janeiro
. Plinio Luppi	. Contatos Individuais Série E, nº 2	. ABCAR, R.Janeiro 1959

Fonte: MEB (1963a).

ANEXO C – SILVA, Maria Alba Correia da. Depoimento concedido à Comissão Estadual da Memória e Verdade Jayme Miranda (CEMVJM). 2014.

INTRODUÇÃO

Iniciei a militância política na década de 60, impulsionada pela Igreja progressista. Na Ufal, participando da Juventude Universitária Católica (JUC) e sua articulação com a Ação Católica – JEC, JOC, JUC, CEBs (Comunidades Eclesiais de Base), ao mesmo tempo em que integrava o grupo de educadores do Movimento de Educação de Base – MEB, em Alagoas. Essas articulações alcançavam as ações do SORAL – Serviço de Orientação Rural onde atuavam Marcelo Lavenère, Miltes Santa Cruz, Lucia Souza, Salomão, Padre Manoel Henrique e outros, no trabalho de organização dos sindicatos rurais.

Na conjuntura da ditadura, na década de 70, na luta pela redemocratização da sociedade brasileira, participei do movimento de emancipação da mulher culminando com a criação da União das Mulheres de Maceió – UMMa e, também do processo de criação da Sociedade Alagoana de Direitos Humanos, nosso Comitê de Anistia.

Nesse tempo, ingressei em Ação Popular Marxista Leninista (APML), em 1965, caminho de ingresso no PCdoB, na década de 70, atuando no movimento de mulheres e no movimento sindical da Educação Básica e, depois, Educação Superior.

Meu depoimento, hoje está ligado:

Ao Movimento de Educação de Base, o cooperativismo e suas articulações.

Ao Movimento sindical na área da educação.

I – O MOVIMENTO DE EDUCAÇÃO DE BASE

O MEB surge ligado ao esforço progressista da Igreja Católica na década de 60 (Século XX), quando o Brasil e o mundo enfrentavam grandes transformações na realidade econômica, sociopolítica e no campo dos paradigmas e valores.

Nesse período, vivenciando o Concílio Vaticano II (1962-1965), com nova ênfase à paz, ao desenvolvimento e à justiça social, a Igreja busca um novo pensar e agir na realidade. Essas posições que ganham reforço em 1969, na América Latina – cenário de regimes ditatoriais de ação repressiva – levam a Igreja a redefinir seu perfil, articulando-se a segmentos políticos e

sociais do campo progressista, com protagonismo mais consequente em favor da justiça e da liberdade.

No Brasil, de um lado, um cenário - a convergência de várias experiências desenvolvidas nas áreas da educação, saúde e desenvolvimento comunitário (associativismo e cooperativismo), inclusive o sistema radioeducativo criado pelo MEC durante o governo João Goulart.

De outro lado, em relação às origens próximas do MEB: elas vêm, da Acción Cultural Popular – Igreja Católica da Colômbia (D. Eugênio Sales visitou em 1950 as experiências de escolas radiofônicas existentes desde 1947). Em 1958, teve início a transmissão de programas educativos pela emissora católica da Diocese de Natal.

Em seguida, iniciativas assumidas pela Arquidiocese de Aracaju, com D. José Vicente Távora vão se somando.

As ações do MEB eram cooordenadas por leigos, a maioria deles ligados aos movimentos estudantis católicos (Juventude Estudantil Católica (JEC) e Juventude Universitária Católica (JUC). Além disso, contavam com o apoio de entidades estudantis laicas como a União Nacional dos Estudantes (UNE) e as Uniões Estaduais dos Estudantes (UEE's).

Essas experiências ocorriam isoladamente, até que, no segundo semestre de 1960, a Rede Nacional de Emissoras Católicas (RENEC) promoveu o 1º Seminário de Educação de Base em Aracaju (Sergipe), onde foi debatida a criação de um Movimento Nacional de Educação de Base. No final de 1960, Dom José Vicente Távora, Arcebispo de Aracaju e Presidente da RENEC, formalizou, à Presidência da República, em nome da CNBB, proposta de criação de amplo programa de alfabetização e educação de base, através de escolas radiofônicas.

Assim, o Decreto nº 50.370, de 21 de Março de 1961, dispõe sôbre um programa de educação de base, e adota medidas necessárias à sua execução através de escolas radiofônicas nas áreas subdesenvolvidas do Norte, do Nordeste e do Centro-Oeste do país a ser empreendida pela Conferência Nacional dos Bispos do Brasil – CNBB, garantidos o repasse de recursos e a liberação de recursos humanos

.

FORMULAÇÃO DAS CONCEPÇÕES

Seguindo a UNESCO que desde sua criação, em 1947, priorizava a educação de adultos nas regiões atrasadas, os programas de educação teriam como ideal o ensino fundamental universal, gratuito e obrigatório para as crianças em escolas tradicionais aplicando-se a

educação de base na alfabetização de adultos com apoio de programas complementares. A UNESCO assumia um conceito parcializante de desenvolvimento e uma visão ahistórica e tópica da realidade.

A educação de base seria, então, esse mínimo fundamental de conhecimentos, em termos das necessidades individuais, levando em conta os problemas da coletividade e a busca de soluções para essas necessidades e esses problemas.

O primeiro objetivo do MEB era "ministrar educação de base às populações das áreas subdesenvolvidas do Norte, Nordeste e Centro-Oeste do país, através de programas radiofônicos especiais com recepção organizada justificado pela Igreja Católica como exigência de sua ação evangelizadora junto às massas".

Trata-se de uma tomada de consciência, por parte da Igreja, do subdesenvolvimento e da necessidade de sua superação. Assim, o MEB foi criado, em colaboração com o Estado, para concretizar sua presença no social, junto aos pobres e injustiçados, através de um projeto educativo, para a Igreja, no momento, o problema das "reformas de base".

Em sentido profundo, a ideologia desenvolvimentista era conservadora e o crescimento econômico processo extremamente concentrador.

Em termos concretos, o MEB corria o risco de ser mais uma campanha de alfabetização – o que justificaria por si só o apoio do Estado – e um novo meio de catequese – o que satisfaria a maioria dos bispos e do clero.

Por sua vez, as encíclicas sociais de João XXIII, Mater et Magistra (1961) e Pacem in Terris (1963), o Concílio Ecumênico Vaticano II (1962-1963); as mensagens sociais da CNBB (1962 e 1963), na esteira daquelas encíclicas e do clima conciliar, assim como o Plano Pastoral de Conjunto (1962) fixaram nova orientação para a Igreja Católica no Brasil, construindo uma visão e ação progressista.

Ao mesmo tempo, encaminhava-se a organização dos trabalhadores rurais, principalmente através das "ligas camponesas" e dos sindicatos rurais. É preciso considerar ainda que, nesse início dos anos 1960, além do MEB, nasceram os movimentos mais expressivos de educação e cultura popular do Brasil: MCP - Movimento de Cultura Popular (Recife/PE), Campanha "De pé no chão também se aprende a ler" (Natal/RN), CPC – Centro Popular de Cultura, criado pela UNE – União Nacional dos Estudantes, CEPLAR – Campanha de Educação Popular da Paraíba, e Sistema Paulo Freire.

Esses movimentos operaram um salto qualitativo em relação às campanhas e mobilizações governamentais contra o analfabetismo de jovens e adultos. Foram propostas qualitativamente diferentes das ações anteriores, sobretudo pelo compromisso explicitamente

assumido em favor das classes populares, urbanas e rurais, assim como por orientarem a ação educativa para a ação política.

Foi decisiva a atuação de Pe. Henrique de Lima Vaz, S.J., que desenvolveu vários cursos para a JUC – Juventude Universitária Católica e assessorou a criação da Ação Popular, em meados de 1960.

Estava clara a natureza do não-diretivismo do MEB. Esses valores não deveriam ser impostos mas, "pelo diálogo e pela ação refletida, serem descobertos em conjunto com o grupo que se estava conscientizando".

CEMVJM: Deveria o MEB permanecer oficialmente sob a responsabilidade e orientação última do episcopado? Concretamente, era ou não confessional o MEB?

Da mesma forma, a complementação do trabalho das escolas, a ser realizada pelos clubes (de mães, de jovens etc.) e principalmente a ação a ser desenvolvida junto aos sindicatos rurais, conselhos de comunidades e comitês de ação popular começam a delinear uma linha de ação política.

Toda essa postura é concretizada no modelo pedagógico que é desenvolvido em 1963, em particular no material didático, com a produção do livro de leitura Viver é Lutar, de Paulo Freire.

Para o 2.º Encontro Nacional, realizado em janeiro de 1964, reviu-se o caminho percorrido e os problemas surgidos nas emissões radiofônicas e demais trabalhos de conscientização (treinamentos, cultura popular, sindicalismo rural), e as principais questões levantadas pelos bispos da área de atuação do MEB, discordantes das atitudes decorrentes da opção tomada. À luz dessa revisão e, frente à natureza daquelas questões e daqueles problemas, discutiu-se a necessidade do projeto educativo do MEB vir a integrar-se num projeto político mais amplo. Evidentemente a AP era o conduto mais próximo e a alternativa mais convincente.

No período 1961-1966, foi a seguinte a abrangência do MEB, de acordo com seus próprios relatórios: a) O número de escolas radiofônicas variou de 2.687, em dezembro de 1961, ao máximo de 7.353, em setembro de 1963.

No início de 1964, ponto alto das estatísticas, o trabalho era realizado em 14 Estados: Amazonas, Pará, Maranhão, Piauí, Ceará, Rio Grande do Norte, Paraíba, Pernambuco, Alagoas, Sergipe, Bahia, Minas Gerais, Goiás, Mato Grosso e no Território de Rondônia. Nessas unidades da federação, funcionavam 60 Sistemas de Educação de Base e igual número de Equipes Locais, atingindo cerca de 500 municípios, em 1963.

A apreensão de parte de sua edição, pela polícia política do então Estado da Guanabara, cujo governador era Carlos Lacerda, em meados de fevereiro de 1964, desencadeou-se uma campanha contra os "bispos progressistas", com grande repercussão em todo o MEB. Apesar da defesa intransigente do material feita pelo Presidente do MEB no inquérito policial, o golpe militar de abril de 1964 não só acarretou a suspensão da utilização desse livro de leitura, como também cortou a perspectiva política, desencadeando uma onda de denúncias e repressão policialesca, por parte do Estado e aguçando o controle ideológico da hierarquia sobre o MEB.

As atividades que melhor expressam essa reorientação, para além das escolas radiofônicas, são a *animação popular* e o *treinamento de líderes*, cujas experiências mais significativas foram desenvolvidas em Goiás e no Maranhão.

O MEB EM ALAGOAS

Em 1962 é criado o MEB/Maceió, iniciado pela seleção para o Curso de Formação coordenado por Osmar Fávero da Equipe Nacional. A Arquidiocese convidou duas professoras do Estado– Marlene Miranda e Alba Correia.

Em 1963, foi publicado o Decreto nº 52.267, de 17 de julho de 1963, que reafirmou o apoio do governo federal ao MEB.

Voltado para o trabalhador rural, e tendo quadros vinculados à Ação Católica Brasileira (ACB), o MEB foi muito além da mera alfabetização. Procurou realizar um trabalho social mais amplo: conscientizando os camponeses sobre as possibilidades de transformar a realidade. Portanto, temas como sindicalismo, cooperativismo e reforma agrária eram objeto das ações do MEB.

EM 1965 O MEB INDICA BRASILEIROS PARA UM CURSO DE FORMAÇÃO EM COOPERATIVISMO NO URUGUAY. Pelo Brasil fomos Péricles de Souza –MEB/Bahia, Nazira Elias – MEB/Goiás e Alba Correia – MEB/ Maceió/AL.

A evolução do trabalho se deu no contato entre o MEB e os trabalhadores rurais e entre os integrantes do próprio MEB, construindo-se uma dinâmica de fortalecimento e acertos do MEB-Nacional na promoção do contato entre as Equipes, por meio de encontros, estágios, treinamentos, etc.

O MEB produziu cartilhas "Saber para Viver" e "Viver é Lutar", "Mutirão" (1 e 2), essas com desenhos do cartunista Ziraldo, "O Homem do Campo" e "Sucupira".

A experiência da Cartilha Viver é lutar em Alagoas – Marlene Miranda professora com experiência em rádio foi designada Professora locutora. Com ela produzíamos as aulas radiofônicas. Na sua função Marlene participou de uma formação para utilização da Cartilha Viver é lutar, na linha da Pedagogia Libertadora de Paulo Freire. No dia 01 de abril de 1964, Marlene dava aula com uso da cartilha e foi informada que o Exército estava escutando o programa da Radio Palmares, o que a fez mudar o planejamento e ação didática.

Com o golpe militar de 1964, o MEB sofreu o peso da repressão política, além de pressões da própria hierarquia da Igreja para realizar mudanças em sua linha de ação. Em dois ou três anos, o MEB havia praticamente desaparecido.

Na década de 1970, o MEB ressurgiu, mas com outras características.

O MEB EM ALAGOAS

Em Alagoas – sob concepção confessional e evangélica – o MEB foi criado em 1962, submetido à direção do Instituto de Nossa Senhora de Fátima – as Irmãs de Fátima – quando da inauguração da Radio Palmares, de onde eram transmitidas as aulas radiofônicas, a princípio complementadas pelo Programa Luz e Vida, aos sábados, assumido por um Padre.

A Equipe Local, convidada, pela Arquidiocese de Maceió, passou por uma formação promovida pela Direção Nacional do MEB coordenada por Osmar Fávero, que, após seleção, foi constituída por Irmã Maria das Neves – Coordenadora, Maria Alba Correia da Silva, Marlene Miranda (assumiu a função de Professora Locutora) – Maria Celeste de Oliveira e Silva – professoras cedidas pelo Estado – Paulo César Farias, Irmã Justina (aluna da Escola de Serviço Social) e Marlete Timbó.

No processo de compreensão e inserção na realidade, as interações vão indicando a necessidade de transformação do MEB em sua linha de ação e na sua composição. A Ação Católica amplia sua integração na Equipe Local com José Nascimento França (aluno de Serviço Social) e Carmelo Maia de Lima, integrantes da direção de JOC, e Gilvaldar Monteiro (JEC), que passam a compor a Equipe Local do MEB/Alagoas.

Nessa caminhada, o MEB vai evoluindo e assume, com referência no CPC da UNE, um processo de mobilização dos segmentos sociais, impulsionando ações na linha que resolvemos adotar de *Animação Popular.* Além de uma maior atenção às demandas comunitárias, o MEB, a exemplo do Povoado de Rio Novo, prossegue na luta acompanhando as reivindicações locais.

UMMA E A LUTA DAS MULHERES EM ALAGOAS

A União das Mulheres de Maceió, UMMa surge como necessidade de inserção das mulheres no campo da luta democrática e pelos direitos humanos, articulada ao conjunto dos movimentos sociais, contra a opressão e repressão da ditadura militar. Parceira da Sociedade Alagoana de Defesa dos Direitos Humanos – nosso Comitê de Anistia, em Alagoas – a UMMa surge acompanhando as demandas de emancipação da mulher que vai intervindo nos espaços sociais buscando a igualdade de direitos e a ocupação de espaços de poder. Nesse campo de luta, compreendendo a realidade social (relações de gênero, trabalho, política) e, no jogo das concepções que permeiam o movimento feminista, a UMMa admitiu, desde o início, a concepção emancipacionista que articula a luta pela igualdade de direitos à participação social mais ampla, por compreender que as raízes da opressão da mulher estão ligadas à natureza da sociedade capitalista desigual e autoritária. Constituída referência na ampliação do movimento de mulheres no estado e, participando da luta conjunta com outras entidades, contribuiu para a criação do Conselho de Defesa dos Direitos da Mulher, da Delegacia da Mulher e atualmente, a Secretaria de Estado da Mulher, Cidadania e Direitos Humanos.

CEMVJM: Quando você compara o Brasil do tempo que você começou a militar, com o Brasil de hoje qual a ideia que vem a cabeça?

A primeira ideia é a necessidade de continuar buscando as transformações sociais.

Viver a luta contra o regime autoritário significa ver crescer a participação da sociedade buscando espaços de liberdade, de organização, de manifestação, resultando na visibilidade de importantes conquistas para o conjunto da população. É preciso considerar que o Brasil deu passos significativos no caminho do desenvolvimento.

No entanto, a luta junto ao povo brasileiro compreende a necessidade de superação de vários desafios para garantir o fortalecimento da nação e fazê-la avançar para um novo projeto de sociedade. Por isso, defendo a necessidade de um Novo Projeto Nacional de Desenvolvimento contendo, dentre outras questões, a luta pela soberania e defesa da nação, a democratização da sociedade e o progresso social.

MOVIMENTO SINDICAL

Como professora, desde então, venho participando do Movimento Sindical APAL – SINTEAL, hoje, na ADUFAL, com bandeiras de luta ligadas à democracia, liberdade e direitos humanos nas diversas formas de organização social. No campo da educação, a escola pública de qualidade e a valorização profissional sempre estiveram ligadas ao direito de sindicalização do servidor público.

ANEXO D – RELATÓRIO DA 1º CARAVANA POPULAR DE CULTURA (Maceió, 1963).

MOVIMENTO DE EDUCAÇÃO DE BASE (MEB) - 1963 -

RELATÓRIO DA 1a. CARAVANA POPULAR DE CULTURA

= =

P L A N E J A M E N T O

A equipe do Movimento de Educação de Base (MEB) achou necessário levar à frente mais um campo de atuação, escolhendo para isso as Caravanas Populares de Cultura. Para sua realização selecionou entre os seus supervisores os elementos mais / qualificados para o trabalho e pediu a colaboraçao de outros elementos externos, / secundaristas e universitários.

No dia 23 de outubro foi realizada a 1a. reunião da equipe do MEB com os colaboradores na qual foi explicado o sentido da Caravana, seus objetivos, seus setôres, a escolha de um responsável para cada setor, etc. Na referida reunião foi feita, também, a escolha de um responsável geral, encarregado de supervisionar e orientar os trabalhos. Cada membro da equipe e colaborador ficaram com uma responsabilidade específica de acôrdo com suas aptidões.

Os setôres ficaram assim descriminados:

SETOR CULTURAL- dança
- música
- teatro
- elaboração de peças
- exposição de arte popular

SETOR DE HIGIENE

SETOR DE ASSOCIATIVISMO

SETOR CATEQUÉTICO

SETOR DE PROPAGANDA

SETOR DE DOCUMENTÁRIO

Ficaram atuando em Caravanas seis elementos do MEB e dez colaboradores.

Nesta reunião ficou acertado também queos elementos integrantes deveriam fazer visitas ao local onde fôssem efetuar a Caravana.

O local escolhido foi Rio Nôvo (antigo Carrapato) onde o MEB atua com desenvolvimento de comunidade. Foi estabelecido que após cada visita seria apresentado um pequeno relatório da mesma para o bom andamento da CARAVANA POPULAR DE CULTURAA

A CPC ficou marcada para o dia 29 de dezembro de 1963, domingo,

Ainda, nesta reuniao, foram estabelecidos os objetivos da CPC em Rio Nôvo, / que são:

1º - projetar a sociedade criada pelos moradores de Rio Nôvo que tem o nome / de Sociedade "Unidos Venceremos";

2º - mostrar ao povo o valor de sua cultura tradicional e o que êle sabe e pode fazer;

3º - desenvolver nos habitantes da região o sentido e valor do trabalho em / equipe;

4º - entrosamento do povo com a equipe do MEB;

5º - despertar no homem uma consciência crítica a respeito dos problemas das realidades brasileira e alagoana;

6º - descobrir e ativar os líderes locais.

Fonte: Arquivo pessoal da supervisora Maria Alba Correia da Silva.

V I S I T A S

Conforme acertamos a equipe e os colaboradores deveriam realizar uma série de visitas. Foram realizadas nove visitas com os seguintes objetivos:

- dia 25 de outubro - 1a. visita

Objetivos: mostrar o que é CPC;
fazer os líderes descobrirem as pessoas que "têm jeito" para arte: música, dança, teotro, etc.

Obs. Êste objetivo foi alcançado através de uma reunião na Sociedade "Unidos / Venceremos".

- dia 9 de novembro - 2a. visita

Objetivos - ver as condições e o que foi conseguido pelos líderes;
orientar para a organização do esquema daCPC, como também motiva - ção da comunidade

- dia 10 de dezembro - Reunião de equipe (MEB)

Objetivos - esta reunião foi promovida com a finalidade de mostrar o que foi / realizado e procurar juntar idéias e material para a realização da CPC, como também pedir aos elementos ca Caravana para trazerem / suas colaborações.

- dia 11 de dezembro - 3a. visita

Objetivo - verificação sôbre a realização do esquema.

- dia 12 de dezembro - 4a. visita

Objetivo - ensaio da Caravana come o povo

- dia 18 de dezembro - 5a. visita

Objetivo - ensaio

- dia 20 de dezembro - 6a. visita

Objetivo - ensaio e escolha de um responsavel no lugar para algumas apresentações.

- dia 26 de dezembro - 7a. visita

Objetivos - ensaio, motivação para a exposição

- dia 27 de dezembro - 8a. visita

Objetivos - ensaio e motivação da comunidade

- dia 28 de dezembro - 9a. visita

Objetivos - ensaio, motivação da comunidade, ornamentação das ruas pelo povo, propaganda, cartazes, documentário.

R E A L I Z A Ç Ã O

No dia 28 de dezembro as ruas foram ornamentadas e realizada uma intensa propaganda através de cartazes, amplificador, com a participa direta da equipe.

Uma semana antes foram enviados convites, através da Sociedade "Unidos Venceremos", para as autoridades militares, civis e eclesiásticas, como também para as demais pessoas do convívio social da diretoria e dos membros da referida sociedade.

O programa elaborado pela Sociedade "Unidos Venceremos" constava do seguinte:

PROGRAMA

Fonte: Arquivo pessoal da supervisora Maria Alba Correia da Silva.

PROGRAMA

Às 10:00 horas - reuniões educativas:
para rapazes - Formação Moral
" moças - " "
" crianças - Catequese e brincadeiras de rua

Às 11:30 horas - Abertura da Exposição de Arte Popular e produtos da terra, onde / foram expostos trabalhos feitos pelo povo, tais como: cerâmica, / caça e pesca, trabalhos manuais,(arranjos natalinos, trabalhos em plástico, espuma e palha, etc.), produtos da terra.

Às 14:00 horas - Reunião com os agricultores feita pelo SORAL sôbre sindicalização rural

Às 14:30 horas - Corrida de biciclitas com prêmios para os 1os. colocados, dados / pela sociedade.

Às 15:00 horas - Cavalhada e brincadeiras de rua para as crianças, tais como: pau de sêbo, comida do pão, etc.

Às 17:00 horas - Número de violeiros com temas dentro da realidade brasileira e alagoana.

ÀS 20:00 horas - Apresentação popular constando do seguinte programa:

1. Comentário de quatro mensagens - colaboração da Escola Radiofônica Vila Pedreiras
2. Dança do CÔco - paródia - Ô lua
3. Número de violeiros - dois violeiros
4. Poesia - a flor do maracujá - (moça)
5. Pagode - Sou de Alagoas (Menino)
6. Paródia na música de Pisa na Fulô - (duas meninas)
7. Poesia - A vida do Camponês - Grupo - Jogral
8. Paródia - Xote da ação (moça)
9. Cantos com comentários - Menino do amendoim
   - Ouro branco
   - Carangueijo Uçá
10. Palavra do Arcebispo D. Adelmo Machado
11. Jogral - Liberdade e Come e dorme - grupo
12. Canto - Maria Chiquinha - sôbre sindicalismo (rapaz e moça)
13. Monólogo - rapaz
14. Dança do côco - grupo
15. Número de acerdeom - grupo
16. Cantos diversos por moças e rapazes de Rio NOvo.

::::::::::::::::::::::

Luiz Henrique de O. Bispo

Fonte: Arquivo pessoal da supervisora Maria Alba Correia da Silva.

ANEXO E – ARMÊNIA ALBUQUERQUE, ALBA CORREIA E MARLENE PACHECO



Fonte: Arquivo pessoal da supervisora Maria Alba Correia da Silva.

ANEXO F – MEB/MACEIÓ: TREINAMENTO DE MONITORES



Fonte: Arquivo pessoal da supervisora Maria Alba Correia da Silva.

ANEXO G – FICHA DO DOPSE-AL DE JOSÉ CORREIA DE SOUZA

Data ..... / ..... / 19 .....

Fich. nº 78

ESTADO DE ALAGOAS - BRASIL
SECRETARIA DO INTERIOR E SEGURANÇA PÚBLICA
DELEGACIA DE ORDEM POLÍTICA, SOCIAL E ECONÔMICA

FICHA PESSOAL



Nome: JOSÉ CORREIA DE SOUZA

Data do nascimento: 26 de nov. de 1941 Local: Pariconha-Agua Branca-Al.

Estado civil: Solteiro Com:

Filiação: João Correia Sobrinho e de Maria Correia de Souza

Residência atual: Pariconha - Agua Branca - Al.

Residência anterior:



Profissão: Agricultor Local do trabalho: Pariconha

Sindicato a que pertence: S.T.R.A.P.P. Agua Branca

Título eleitoral: Cart. identidade: 135.857-Al.

Data da entrada no P. C. B.:

Célula a que pertence:

Nacionalidade: brasileiro Naturalidade: alagoano

OBSERVAÇÕES: Em 16 de dezembro de 1968, em inquérito instaurado nesta Delegacia, sôbre denúncia de atividades subversivas no Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Pariconha, município de Água Branca neste Estado, foi envolvido como participante daquelas atividades, juntamente com outras pessoas, sendo tomado o seu depoimento no dia 17 do mês e ano acima citados, no qual procurou negar as atividades apontadas, embora a prova testemunhal comprovasse a sua partipação. Não obstante, foi o indiciado absolvido pela Auditoria da 7a Regiao Militar, em 19 de junho de 1969, sentença que foi confirmada pelo Supremo Tribunal Militar em 1º de outubro do mesmo ano.

— Continua —

Fonte: Arquivo Nacional. Sistema de Informações do Arquivo Nacional.

ANEXO H – FICHA DO DOPSE-AL DE ROSA SANTOS DE OLIVEIRA (ROSEMARY REIS TEIXEIRA)

Data 27 / 12 / 1968

Fich. nº 20

RSO
4PSSO
P.28



ESTADO DE ALAGOAS - BRASIL
SECRETARIA DO INTERIOR E SEGURANÇA PÚBLICA
DELEGACIA DE ORDEM POLÍTICA, SOCIAL E ECONÔMICA

FICHA PESSOAL

Nome: ROSA SANTOS DE OLIVEIRA

Data do nascimento: 26 de março de 1944 Local: Igarapava - Est. S. Paulo
Estado civil: Casada Com: Juarez Johaudnes Etcheverria
Filiação: Joaquim de Oliveira e de Da. Maria Santos de Oliveira
Residência atual: Distrito de Pariconha, Município de Água Branca - Al.
Residência anterior: Rua Sto. Amaro, Nº 1131 - S. Paulo - S.P.
Profissão: Doméstica Local do trabalho:
Sindicato a que pertence:
Título eleitoral: Cart. identidade:
Data da entrada no P. C. B.:
Célula a que pertence:
Nacionalidade: Brasileira Naturalidade: Paulista

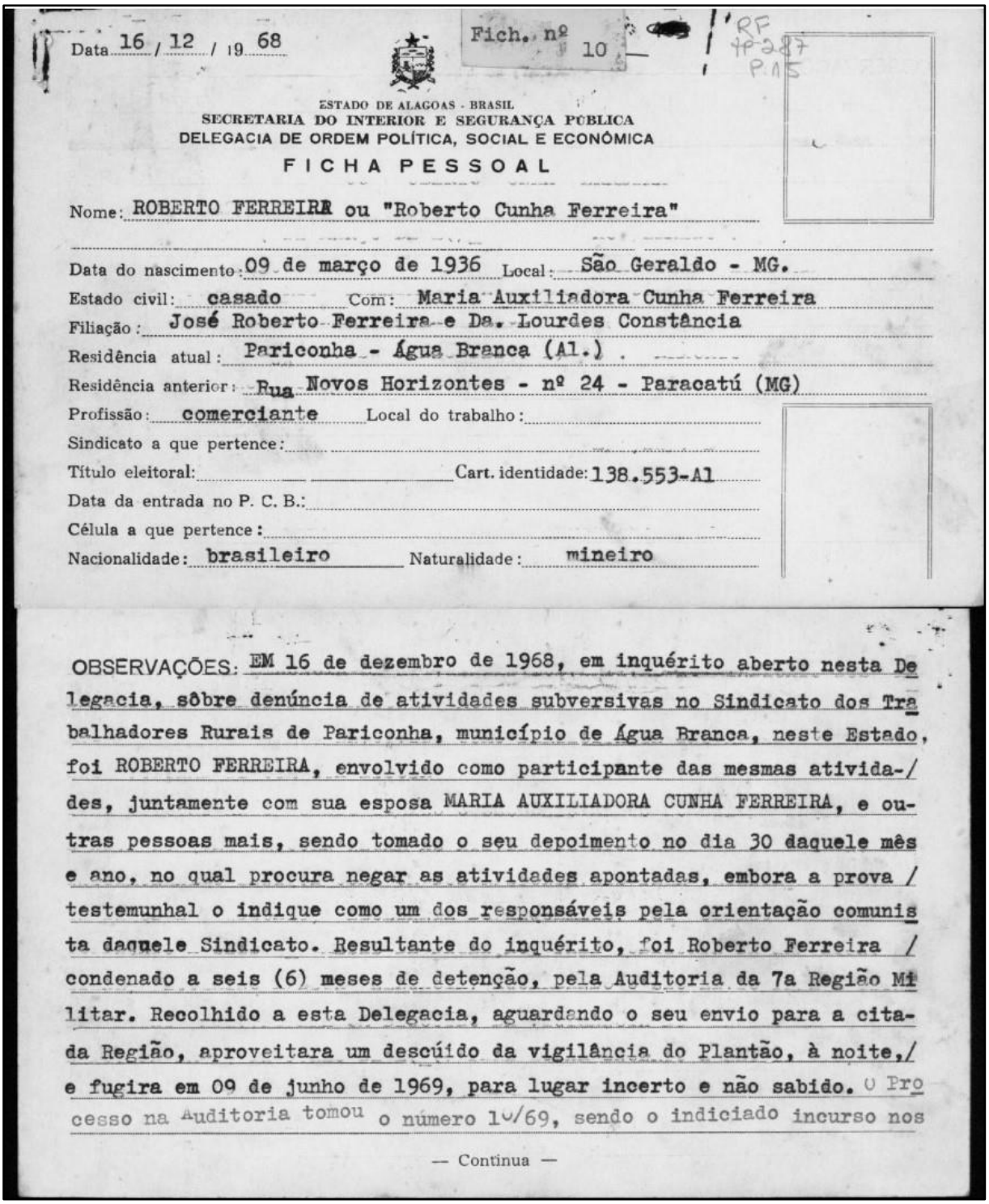


OBSERVAÇÕES: Em 16 de dezembro de 1968, em inquérito instaurado nesta Delegacia, sôbre denúncia de atividades subversivas no Sindicato / dos Trabalhadores Rurais de Pariconha, município de Água Branca neste Estado, foi envolvida como participante daquelas atividades, juntamente com outras pessoas, sendo tomado o seu depoimento no dia 26 do mês e / a ~~ano~~ acima citados, no qual procurou negar as atividades apontadas, em bora a prova testemunhaal comprovasse a sua participação. Não obstante, foi a indiciada absolvida pela Auditoria da 7a Região Militar, em 19 de junho de 1969, sentença que fora confirmada pelo Supremo Tribunal Militar em 1º de outubro do mesmo ano.

— Continua —

Fonte: Arquivo Nacional. Sistema de Informações do Arquivo Nacional.

ANEXO I – FICHA DO DOPSE-AL DE ROBERTO CUNHA FERREIRA (ALDO DA SILVA ARANTES)



Data 16 / 12 / 19 68

Fich. nº 10

RF 4P 287 P.15

ESTADO DE ALAGOAS - BRASIL
SECRETARIA DO INTERIOR E SEGURANÇA PÚBLICA
DELEGACIA DE ORDEM POLÍTICA, SOCIAL E ECONÔMICA

FICHA PESSOAL

Nome: ROBERTO FERREIRA ou "Roberto Cunha Ferreira"

Data do nascimento: 09 de março de 1936 Local: São Geraldo - MG.

Estado civil: casado Com: Maria Auxiliadora Cunha Ferreira

Filiação: José Roberto Ferreira e Da. Lourdes Constância

Residência atual: Pariconha - Água Branca (Al.)

Residência anterior: Rua Novos Horizontes - nº 24 - Paracatú (MG)

Profissão: comerciante Local do trabalho:

Sindicato a que pertence:

Título eleitoral: Cart. identidade: 138.553-Al

Data da entrada no P. C. B.:

Célula a que pertence:

Nacionalidade: brasileiro Naturalidade: mineiro

OBSERVAÇÕES: EM 16 de dezembro de 1968, em inquérito aberto nesta Delegacia, sôbre denúncia de atividades subversivas no Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Pariconha, município de Água Branca, neste Estado, foi ROBERTO FERREIRA, envolvido como participante das mesmas atividades, juntamente com sua esposa MARIA AUXILIADORA CUNHA FERREIRA, e outras pessoas mais, sendo tomado o seu depoimento no dia 30 daquele mês e ano, no qual procura negar as atividades apontadas, embora a prova testemunhal o indique como um dos responsáveis pela orientação comunista daquele Sindicato. Resultante do inquérito, foi Roberto Ferreira condenado a seis (6) meses de detenção, pela Auditoria da 7a Região Militar. Recolhido a esta Delegacia, aguardando o seu envio para a citada Região, aproveitara um descúido da vigilância do Plantão, à noite, e fugira em 09 de junho de 1969, para lugar incerto e não sabido. O Processo na Auditoria tomou o número 10/69, sendo o indiciado incurso nos

— Continua —

Fonte: Arquivo Nacional. Sistema de Informações do Arquivo Nacional.